PUBLICAR-E

E-book dos resumos dos trabalhos
de conclusão de curso do
1º Semestre de 2022 das Faculdades
Promove e Kennedy de Belo Horizonte.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Prof. Dr. Silvino Paulino dos Santos Neto
Prof. Me. João Carlos Peixoto Ferreira

1/2022

NPP NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
FACULDADES promove
FACULDADES KENNEDY

PUB
2022 **Publicar-e: ebook dos resumos dos trabalhos de conclusão de curso do 1º semestre de 2022 das Faculdades Kennedy e Promove / organizadores, João Carlos Peixoto Ferreira e Silvino Santos. -- Belo Horizonte: NPP, Faculdades Promove e Faculdades Kennedy, 2022.**
503 p. ; 23 cm.

1. Documentos institucionais. 2. Trabalho conclusão de curso. I. Peixoto, João Carlos. II. Santos, Silvino. III.Título.

CDU 002.1

Curso	Trabalho	Página
ADM	Desafios da inclusão dos jovens administradores no atual mercado de trabalho em Belo Horizonte/MG	4
ADM	OLHAR DA MOBILIDADE URBANA DA COMUNIDADE ACADÊMICA DA FACULDADE PROMOVE EM BELO HORIZONTE: Condições e Perspectivas	28
Jornalismo	Rádio Itatiaia entre hertz e redes sociaiers: uma análise da cobertura dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 (2021) no Instagram	53
Jornalismo	Marketing de conteúdo do setor bancário no Instagram: análise comparativa entre um banco tradicional (Itaú) e um banco digital (Nubank)	81
Publicidade e Propaganda	Estratégias digitais de publicidade e propaganda da C&A no Instagram durante o BBB 21: um estudo de caso	120
Publicidade e Propaganda	Pipoca e Guaraná: Análise dos jingles nas décadas de 1990 e nos anos 2020	153
Sistemas de Informação	PRINCIPAIS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO UTILIZADAS NA INCLUSÃO DO ENSINO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	171
Sistemas de Informação	Tecnologia a favor do meio ambiente	188
Direito	Análise crítica da criminalização da homofobia	229
Direito	A ineficiência do sistema punitivo brasileiro para o tratamento e punição adequados aos psicopatas	247
Direito	A abordagem do método de ressocialização dos condenados sob a ótica do sistema adotado pela APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados	269
Direito	Quais são as ações promovidas pelo Estado diante de um crime cometido por uma pessoa diagnosticada com esquizofrenia?	281
Direito	Direito à Alimentação Adequada e Agricultura Brasileira: Uma Análise Acerca da Efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) frente à Insegurança Alimentar em Minas Gerais	326
Direito	Juiz das garantias e sua importância para o processo penal brasileiro	344
Direito	Os Impactos do Etiquetamento Social na Ressocialização dos Presos	372
Direito	Parto anônimo: conflito entre o principio da liberdade e o direito de família atual	393
Direito	A utilização do in dubio pro societate na dúvida sobre a materialidade do fato na decisão de pronúncia do Tribunal do Júri	410
Enfermagem	Fatores Desencadeadores Do Estresse Ocupacional No Enfermeiro Que Atua Com Pacientes Críticos	443

Desafios da inclusão dos jovens administradores no atual mercado de trabalho em Belo Horizonte/MG

Challenges of the inclusion of young administrators in the current labor market in Belo Horizonte/MG

Bianca Figueiredo Ribeiro[1]

Carolina Karine Silva [2]

Taísa Malta Gomes da Rocha [3]

Letícia Corrêa Magalhães Ferreira [4]

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo identificar os desafios enfrentados pelos jovens administradores recém-formados da região de Belo Horizonte. A coleta e análise de dados deu-se por meio da aplicação de questionário para os jovens administradores e um roteiro de entrevista para uma gestora de recursos humanos buscando aprofundar e cruzar os dados para uma análise mais detalhada que permitisse uma melhor compreensão sobre o fenômeno em questão. Através de uma reflexão sobre as principais dificuldades e possíveis estratégias. Ao final, para uma melhor preparação dos jovens administradores e empresas recrutadoras, são sugeridas melhorias para as instituições educacionais, jovens administradores e empresas envolvidas.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Jovens administradores; Inclusão.

1 Graduanda em Administração - Bacharelado, Faculdades Promove de Belo Horizonte. bianca.ribeiro@soupromove.com.br.

2 Graduanda em Administração - Bacharelado, Faculdades Promove de Belo Horizonte. carolina.silva@soupromove.com.br.

3 Graduanda em Administração - Bacharelado, Faculdades Promove de Belo Horizonte. taisa.rocha@soupromove.com.br.

4 Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade Novos Horizontes. Professora nos Cursos de Graduação e Tecnólogos na Faculdades Promove e Orientadora desta pesquisa, leticia.magalhães@somospromove.com.br

ABSTRACT:

This article aims to identify the challenges faced by newly graduated young administrators in the Belo Horizonte region. Data collection and analysis took place through the application of a questionnaire for young administrators and an interview guide for a human resources manager seeking to deepen and cross-reference the data for a more detailed analysis that would allow a better understanding of the phenomenon in question. Through a reflection on the main difficulties and possible strategies. In the end, for a better preparation of young administrators and recruiting companies, improvements are suggested for educational institutions, young administrators and companies involved.

Keywords: Labor market; Young administrators; Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como foco transmitir a importância da inclusão do jovem administrador no mercado de trabalho. Muitas vezes a realidade relacionada à empregabilidade não corresponde às necessidades do jovem administrador que busca sua primeira oportunidade de emprego. São diversas as situações que fogem do seu controle, como o desemprego, devido ao receio dos recrutadores em empregar jovens profissionais sem experiência de mercado, que podem apresentar dificuldades para exercer suas funções, e aplicar seus conhecimentos, gerando a alta rotatividade nas empresas, dificultando e aumentando os custos voltados para o desenvolvimento de processos e projetos empresariais.

Muitos estudantes buscam o curso de Administração, focando na amplitude e versatilidade que essa área proporciona, mesmo diante do grande volume de profissionais da área que acabam por demandar consequentemente o aumento do nível de exigência das empresas. Essa pesquisa foi efetuada e analisada sobre o que está ocorrendo no atual mercado de trabalho em relação às dificuldades geradas e sugerindo possíveis estratégias para auxiliar os jovens profissionais em situações indesejadas e que podem ser exclusivas na área da Administração.

Assim como, identificar quais os desafios da inclusão dos jovens administradores no atual mercado de trabalho, avaliando até que ponto a expectativa do recém-formado em Administração corresponde à realidade e oportunidades disponíveis na área, procurando conhecer melhor as dificuldades e gerando possibilidades para os jovens administradores descobrirem quais são os diferenciais necessários para conseguirem colocação no mercado.

Este artigo observa e avalia as lacunas existentes associadas à abrupta mudança de cenário no mercado de trabalho para os jovens administradores, portanto através da pesquisa identifica novas estratégias na busca de soluções. A pesquisa é desenvolvida através da percepção do jovem administrador sobre as dificuldades reais para seu ingresso no mercado de trabalho. Desenvolve um diagnóstico, aponta as dificuldades dentro da realidade dos jovens administradores, identifica quais são as causas do desemprego deste público.

Através de objetivos específicos foram delineados os instrumentos de coleta de dados para verificar as expectativas dos jovens administradores em relação a sua inclusão no mercado de trabalho para conhecer o perfil profissional destes jovens administradores. Assim como, identificar os desafios enfrentados pelos jovens administradores para a inclusão no mercado de trabalho; propor estratégias para melhor aproveitamento e retenção dos novos talentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mercado de trabalho na área da Administração

Durante a Revolução Digital do Terceiro Milênio recursos, desafios inovadores foram apresentados às empresas e aos seus administradores. Esse cenário foi desenvolvido pela tecnologia da informação que criou novas oportunidades e desafios para todos os tipos de organizações. Diante dessas mudanças inovadoras a concorrência em escala global e escassez de recursos forçou muitas organizações a buscar padrões cada vez mais elevados de eficiência. A tecnologia da informação criou novas oportunidades e desafios para todos os tipos de organizações (MAXIMIANO, 2009). Conforme analisado, ocorreram diversas mudanças econômicas, políticas e sociais

pelo mundo, o mercado de trabalho passou a exigir profissionais mais qualificados e com habilidades técnicas. Dentre tais transformações destaca-se a reestruturação produtiva. Por base nisso, as organizações buscam se adequar a essa dinâmica, para encontrar profissionais competentes e flexíveis (MURAD, 2017)

.

2.1.1 Mercado de trabalho para jovens profissionais em Administração

Oliveira *et al*. (2021) relata que o mercado de trabalho está cada vez mais criterioso para os profissionais de administração que procuram uma oportunidade. Os jovens profissionais precisam além do conteúdo teórico, ter um conjunto de habilidades e competências para conquistar seu espaço no mercado.

Apenas os conhecimentos adquiridos durante a graduação são insuficientes para a formação do jovem administrador, é necessário o constante desenvolvimento de novas habilidades e melhorias de seus conhecimentos, pelo fato de que as organizações buscam administradores versáteis que consigam lidar com os problemas cotidianos da empresa e que saibam conciliar seus aprendizados durante a sua formação acadêmica com o desenvolvimento e capacitação de sua função dentro da organização (MOREIRA et. al.p.2014)

2.1.2 Perfil dos jovens profissionais em Administração demandado pelo mercado de trabalho

Segundo Almeida (2012), existe uma lacuna entre a formação e o mercado de trabalho. Os recém-formados apresentam formação diferenciada e distanciada das demandas da realidade e, consequentemente, enfrentam sérias dificuldades para atuar no mercado de trabalho, que necessita de uma contínua evolução, obrigatória pela competitividade, e que não está sendo acompanhada em tempo real no decorrer da aprendizagem oferecida ao futuro profissional pelas instituições de ensino superior.

Para Oliveira (2007) os jovens administradores, para estarem em foco, devem manter um contínuo relacionamento com o macroambiente, pois só assim é possível fazer uma análise do ambiente de tarefas, ou microambiente, para sua máxima e adaptada

aplicabilidade junto ao mercado de trabalho, evitando que as organizações fechem suas portas.

2.1.3 Desafios a serem enfrentados

A formação acadêmica não é garantia de que os jovens formados em Administração conquistem seu espaço no mercado de trabalho. A disputa acirrada exige formação acadêmica, aptidões e habilidades do novo profissional seja na área da administração ou outras (FERNANDES, 2018 apud Oliveira *et al*. 2021).

A inclusão no mercado de trabalho se transformou em um jogo entre os recém-formados e as empresas, pois existe oferta de emprego, mas com um grau de exigência muito grande, o que leva as empresas a não darem oportunidades para os recém-formados que infelizmente não possuem experiências práticas profissionais. (SILVA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

Atualmente os jovens no Brasil demoram aproximadamente 15 meses para conseguir ingressar no primeiro emprego, segundo a pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2021, 36% dos jovens entre 15 e 24 anos estão desempregados no país e as principais dificuldades que os jovens enfrentam são a falta de experiência, concorrência cada vez mais acirrada e a exigência cada vez maior das empresas em relação ao perfil dos candidatos (FERREIRA, 2019).

2. 2 Inclusão

A inclusão profissional se articula com a ampliação do ensino superior, pois gradualmente os jovens buscam orientar seus projetos laborais partindo da formação profissional. A procura pelo curso de graduação é mais uma oportunidade que os jovens encontram para conquistar o concorrido emprego formal. (D'AVILA; COUTINHO, 2019).

De acordo com Oliveira e Piccinini (2012) os estágios são uma forma legítima para a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, a criação deles se vê necessariamente como forma de contribuir o processo de formação e qualificação profissional, pois é

através dele que o estudante tem o primeiro contato com seu campo de atuação e aumentando a possibilidade do seu ingresso no mercado de trabalho. Silva (2009) afirma que o contato com o mercado de trabalho, através de estágios, faz parte da constituição do perfil do aluno universitário, sendo essencial para que outras etapas se cumpram.

2.2.1 Inclusão no mercado de trabalho na área da Administração

Segundo Silva (2009) a inclusão profissional é um processo social que foi gerado nas relações sociais e pelas relações sociais entre os sujeitos e as instituições em que estes fazem parte em diferentes momentos de suas vidas.

Existe um desequilíbrio na quantidade de formandos em administração e em outros cursos que disputam no mercado de trabalho, o que consequentemente faz com que uma boa parcela dos formandos em administração esteja empregada em atividades pouco ligadas à sua formação, e recebendo uma remuneração abaixo do mercado. (RIO-BRANCO; HELAL, 2012, p. 56).

2.2.2 Variáveis do macroambiente que prejudicam a inclusão dos jovens administradores

A Inclusão profissional decorre da relação capital-trabalho, que vem passando por importantes mudanças, como o aumento do desemprego e da precarização do trabalho, estas mudanças atingem a todos, mas de modo específico os mais atingidos são os jovens inclusive os que finalizaram seus estudos em nível superior. (ANTUNES, 2011)

Hoje os jovens percebem que não existe um equilíbrio entre a quantidade de novas vagas de emprego e o crescimento populacional, fator que, leva a um maior nível de exigência das empresas e que por consequência prejudica os jovens que não possuem experiências exigidas para o cargo. (SILVA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015)

Para compreender a inclusão dos jovens no mercado de trabalho é necessário analisar a trajetória individual desses jovens e entender o contexto social em que

essas trajetórias são exigidas, uma vez que são sempre sociais e históricas (SILVA, 2009; COUTINHO, 2009 apud D'AVILA; COUTINHO, 2017)

2.2.3 Desemprego na área da Administração

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de desemprego no Brasil está cada vez maior. Atualmente, mais de 14 milhões de pessoas estão desempregadas no país, com a taxa de desemprego elevada a concorrência é maior, sendo mais difícil para o jovem administrador se diferenciar em uma entrevista de emprego. Portanto, para ser notado pelos recrutadores em uma disputa de colocação no mercado de trabalho é necessário além de ter uma boa postura e oratória, apresentar conhecimentos e habilidades diferenciadas.

Informações fornecidas através da Pesquisa de Empregabilidade do Brasil, divulgada pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), que é uma entidade que representa mantenedoras de ensino superior no Brasil no site Agência Brasil, 29,5% das pessoas que concluíram a graduação há até três anos ainda não conseguiram o primeiro emprego, e os que terminaram o curso há mais tempo e ainda não entraram no mercado de trabalho são 8,8%.

2.2.4 Resistência do mercado para a contratação dos jovens

De acordo com a matéria publicada em Tecnologia, Educação e Design (TED), a economia brasileira precisa ter um crescimento constante, são várias as oportunidades surgindo e é necessário capacitar os futuros profissionais, tarefa essa que só será possível com a inclusão do jovem no mercado de trabalho, para que ele ganhe experiências, e possa desenvolver novas habilidades para colaborar com a empresa. Mesmo assim, essa iniciativa ainda é pouco praticada nas organizações e sofre resistência por parte de algumas empresas, mas essa relação pode ser bastante benéfica para ambas as partes, pois a empresa contribui com sua parte na responsabilidade social e no desenvolvimento da futura economia e os jovens poderão ter contato prévio com o mercado e amadurecer seu equilíbrio emocional para enfrentar os desafios que encontrará.

Segundo o IBGE, em 2021, cerca de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos estão desempregados, número considerado acima da média nacional. Essa pesquisa apontou como justificativa para esses números a resistência dos empregadores em contratar trabalhadores inexperientes, sendo assim, acaba que muitos jovens, ao saírem do Ensino Médio, não possuem recurso financeiro para ingressarem nas universidades, e no período de estudo não conseguem uma oportunidade no mercado. Na visão do sociólogo norueguês Galtung (2006), essas atitudes são consideradas uma violência na estrutura social contra esse grupo de jovens

No atual mercado de trabalho a concorrência é acirrada entre indivíduos de faixas etárias distintas. Isso acontece geralmente quando não há regulação pública, pois o mercado, como as micro, pequenas e médias empresas. A falta de planos de cargos, carreiras e salários faz com que o emprego do jovem tenha exigência de qualificação profissional e elevada instabilidade contratual, quase sem perspectivas de crescimento profissional dentro da empresa. (POCHMANN, 2007).

2.2.5 Prática exigida dos recém-formados

Segundo Ucama (2014), os recém-formados não são aqueles que simplesmente acabam de se formar, mas aqueles que estão à procura do primeiro emprego, com a formação de estudo. Segundo Minarelli (1995) é preciso estar pronto para as exigências das empresas. O desafio dos jovens administradores hoje é manter-se empregável mesmo diante de grandes exigências e alta competitividade.

O mercado de trabalho atual exige várias práticas comportamentais diferenciadas para que os profissionais se destaquem no mercado, e para se adaptarem à nova realidade no ramo profissional. Ter conhecimento em sua área de atuação é indispensável. Os jovens recém-formados devem ser flexíveis, ter domínio no trabalho em equipe, necessário ter uma visão geral de tudo que o cerca. Também é fundamental estar inteirado da tecnologia, pois todas essas mudanças devem ser absorvidas pelos jovens que procuram obter sucesso no mercado de trabalho. (MONTEIRO,2017).

2.2.6 A alta rotatividade nas empresas

Com base na competitividade no mercado de trabalho, as empresas procuram meios para reter seus talentos humanos, evitando a rotatividade de pessoal. O turnover ou rotatividade de pessoal, refere-se a relação entre as admissões e os desligamentos de profissionais ocorridos de forma voluntária ou involuntária, num determinado período. Pode-se afirmar que a alta rotatividade de pessoal influencia consideravelmente nos processos e resultados das empresas, pois é um fator muito importante na dinâmica organizacional (CHIAVENATO, 2010). Knapik (2012, p. 17) cita que: “É importante que a área de gestão de pessoas conheça bem a estrutura da organização […] para que possa gerenciar os talentos aí presentes e proporcionar um 'engajamento' entre empresa e colaboradores. ”

2.2.7 Inexperiência para empreender

Entre os jovens e adultos que não tiveram oportunidade de ter alguma experiência profissional, o empreendedorismo tem sido uma opção para inserção no mercado de trabalho (CONAJE, 2016; SINHA et al., 2016) e, umas motivações para empreender, desse público, é a busca por independência, falta de oportunidades atrativas, abrir o seu próprio negócio. Uma desvantagem é a falta de experiência, mas, como o desejo de ingressar é maior do que os medos e os erros, os jovens tendem a arriscar sem medo de errar (SARKAR, 2008). Como dificuldades enfrentadas, destacam-se as financeiras e as gerenciais.

Segundo Dornelas (2008, p. 3), “no Brasil há muitos empreendedores que por necessidade (abrem o próprio negócio e por falta de conhecimento na área não identificam corretamente as oportunidades) ”. Fato esse, que justifica em parte, o que leva as suas empresas a serem pouco inovadoras e despreparadas para a contratação de profissionais na área da administração, os quais, poderiam ajudar muito a ajustar um planejamento estratégico para o desenvolvimento da cadeia produtiva. (DORNELAS, 2003).

2.3 Perfil profissional dos jovens administradores.

O perfil dos jovens administradores, que são ingressados no mercado de trabalho, vem mudando significativamente com o passar dos anos. A partir da experiência de seus antecessores colegas que atuaram nesse mercado, esses novos profissionais vão aprendendo e construindo novas estratégias e meios de pensamentos e atitudes para sua formação (MELLO, 2015). Ainda de acordo com a autora, as organizações precisam entender e dar oportunidades para os jovens administradores, criando métodos de treinamentos diferenciados e reconhecendo o seu desempenho com premiações e oportunidades rápidas como crescimento profissional.

Os jovens administradores precisam desenvolver habilidades que os diferenciam, como, , ter uma maior liderança com atitudes mais rápidas e assertivas como forma de alcançar os objetivos propostos e assim conseguirem demonstrar seu potencial diante o mercado de trabalho (SILVA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015). Para Oliveira (2007) os administradores têm que estar em contínua evolução e relacionamento com o mundo interno fora da empresa, pois a análise que ele deve fazer, fará a diferença para que as organizações não corram o risco de fechar e que essa gestão seja o foco de sua desestruturação.

2.3.1 Habilidades e competências

Nos dias atuais o mercado busca profissionais criativos, audaciosos, experientes e com novas habilidades, além de boa formação acadêmica e bons níveis de conhecimentos técnicos. Essas mudanças obrigam as organizações a se adaptarem para poder continuar no mundo corporativo. (MONTEIRO,2017).

Para Rabaglio (2008) pode-se definir competências como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes específicas que permitem ao indivíduo desempenhar, com eficácia, determinadas tarefas, em qualquer situação, de forma peculiar.

2.3.2 Habilidades e competências apresentadas

Não é recente a informação de que o mercado de trabalho vem preocupando os jovens. Ingressar no mercado de trabalho não é mais uma fase do jovem recém-formado, e sim um jogo entre as empresas e os jovens, no qual nem sempre existe

um vencedor. O índice de jovens fora do mercado de trabalho é algo preocupante, jovens com diplomas, porém, sem experiência e sem oportunidades. A oferta de emprego existe, mas não é preenchida devido às exigências das organizações.

O profissional busca experiência em uma determinada linha de trabalho, e através dela desenvolver conhecimentos específicos e paralelamente compreender como atuar em outras áreas, assim ampliando sua visão técnica financeira e abrindo um novo campo de atuação. O mesmo defende que o trabalhador do futuro, deve pensar desta forma, pois deve investir em uma área complementar, ainda que difira de sua formação, mas podendo assim potencializar o currículo. (MONTEIRO,2017)

2.3.3 Habilidades técnicas, humanas e conceituais

Segundo Picarelli (2002), existem três tipos de características, para auxiliar na conceituação do desempenho do jovem administrador, que são: conhecimento (SABER), atitudes (FAZER) e as habilidades (SABER FAZER). Estas características são focadas em mostrar o crescimento profissional adequado para o colaborador.

De acordo com Maximiano (2006), a “Administração é uma arte”, citando como exemplo a profissão em si e as decisões tomadas durante o processo. Porém, o administrador depende de suas competências e de suas habilidades. Onde ele pode vir a adquirir tais competências, por meio dos estudos e prática da função.

2.3.4 Competências técnicas e comportamentais

Segundo Bertolino (2002), a efetivação do emprego significa que o conjunto de competências e habilidades necessárias para uma pessoa manter-se admitido em uma empresa, entende-se que para conquistar e se manter em um emprego de maneira eficiente e eficaz, exige que o administrador seja flexível e inovador.

Para Oliveira et al (2013) a pesquisa Educação para o Trabalho: desenhando um sistema que funcione, foi apresentada pela consultoria McKinsey & Company (2013).

O estudo sobre educação para o mercado de trabalho foi realizado em nove países,

onde cita que quase 40% dos empregadores ouvidos apontam a falta de competência dos jovens administradores como o principal motivo para que vagas destinadas a recém-formados deixem de ser preenchidas. (OLIVEIRA *et al*. 2021).

2.3.5 Experiência em estágios

A pesquisa de Zabid e Ling (2003) apontou a importância de determinadas qualificações, perfis e atributos requeridos na efetivação de graduados de escolas de negócios.

Grande parte dos novos contratados olha as oportunidades do ambiente e tenta aproveitá-las, mas não busca entender e identificar o que gosta – seus valores, suas habilidades e necessidades. Limongi-França (2009, p.237) cita que “as pessoas tendem a guiar suas carreiras mais por apelos externos, como remuneração, status etc”, complementando que esse panorama é encontrado frequentemente no Brasil.

Segundo Minarelli (1995) afirma que a segurança para conquistar uma carreira está sempre associada a um bom emprego, ou seja, o profissional iniciou jovem, fez carreira e se aposentou na mesma empresa, onde o mesmo tenha se estabelecido durante toda a sua carreira trabalhista. Porém nos dias atuais, diante de um mercado de trabalho, altamente globalizado, o profissional precisa ser tão flexível quanto a empresa. Ter segurança profissional é mais do que ter um emprego e um salário.

2.3.6 Expectativas dos jovens administradores.

O jovem administrador em início de carreira necessita ser estimulado por seus líderes, sendo assim os pensamentos dos indivíduos sobre seus valores, seus motivos e suas áreas de competência ajuda a descobrir por si mesmo as suas expectativas sobre o mercado de trabalho.

De acordo com Fleury e Fleury (2000), competência é uma forma de mostrar responsabilidade, mostrar conhecimentos e assim buscar agregar o valor de suas ações no seu meio de trabalho e pessoal transformando as suas expectativas em uma realização profissional.

2.4. Competências para o desenvolvimento da carreira dos jovens administradores

Segundo Rizzo (2006), mostrar ser auto-suficiente, e que não precisa do outro, não garante conquista. O mercado não acolhe o profissional somente por suas titulações e qualificações técnico - científicas. É essencial desenvolver habilidades voltadas para o relacionamento interpessoal e entender que o outro faz parte da sua equipe.

Tornou-se necessário o aprofundamento das competências para conseguir priorizar a seletividade na coleta e análise, dada a quantidade e a velocidade com que as informações costumam estar disponibilizadas pelos diversos meios de comunicação. (ALMEIDA, 2012).

3 METODOLOGIA

Metodologia da pesquisa é a parte que define como, onde e de que forma a pesquisa é realizada, bem como os métodos utilizados para a busca de informações para a execução dos objetivos determinados. Na sequência serão estabelecidos métodos para a obtenção dos dados e suas técnicas, bem como a classificação e os tipos de dados utilizados. Para finalizar serão estabelecidos as delimitações do universo de pesquisa e o tamanho da amostra (MARCONI; LAKATOS, 2006).

Para esta pesquisa foi utilizado o método indutivo, o qual, facilita mostrar e entender o processo de raciocínio que se desenvolve a partir de fatos particulares. (MARCONI; LAKATOS, 2006)

A abordagem utilizada é a Quantitativo-Qualitativa, onde os dados quantitativos onde foram analisados os dados coletados, de forma estruturada e estatística, onde serão retiradas as conclusões gerais durante a pesquisa realizada que foi aprofundada nas opiniões e impressões sobre o ponto de vista de cada jovem administrador questionado (VERGARA, 2000)

Quanto aos fins, essa pesquisa é exploratória, pois define objetivos e busca mais informações sobre desafios da inclusão dos jovens administradores no atual mercado de trabalho.

A pesquisa é descritiva, pois procura colher dados ou fatos para entender quais os desafios que os jovens recém-formados em administração encontram no seu ingresso no mercado de trabalho. (MATTAR, 2001)

A pesquisa é explicativa, pois apresenta como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar os motivos. Esclarece os fatores que contribuem para a ocorrência de determinados acontecimentos e será também aplicada porque apresentará sugestões para os problemas concretos sobre os desafios da inclusão dos jovens administradores no atual mercado de trabalho. (GIL,1991)

Quanto aos meios, essa pesquisa é bibliográfica e também de campo onde a investigação será realizada nas Faculdades Promove onde ocorre o fenômeno a ser estudado e que irá dispor de informações para explicá-lo.

Para coletar e analisar os dados serão utilizados dois tipos de instrumento, uma entrevista semi estruturada, com dezoito perguntas que será realizada junto a uma gestora de RH.De acordo com Marconi e Lakatos (2006, p. 164.) ”entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

E o segundo instrumento será um questionário com vinte perguntas, o qual será aplicado aos ex-alunos do curso de Bacharel em Administração das Faculdades e Universidade de Belo Horizonte e região. Para Marconi, Lakatos (2006, p. 180) “Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O universo da pesquisa são as Faculdades e Universidades de Belo Horizonte e região. O universo ou população é um conjunto de seres animados ou inanimados que

apresentam pelo menos uma característica incomum. (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 41).

Existem dois tipos de amostra, probabilística, onde “cada elemento da população tem uma chance conhecida e diferente de zero de ser selecionado para compor a amostra” (MATTAR, p. 132). E a amostra não probabilística, a qual seleciona em campo, alguns elementos da população para compor a amostra em busca do julgamento do pesquisador ou do entrevistador. (MATTAR, F. p. 132). O tipo de amostra para desta pesquisa é não probabilística, na qual, o pesquisador seleciona os membros mais acessíveis do universo.

A amostra é constituída pela gestora de Recursos Humanos e por 25 formandos do curso de Bacharel em Administração das Faculdades Promove, A amostra desta pesquisa é não probabilística.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa basea-se na aplicação de questionário estruturado para uma amostra com 46 jovens recém formados em administração na cidade de Belo Horizonte, foi verificado que 52,2% dos questionados são do sexo feminino, onde 54,3% representa, uma faixa etária de 18 à 30 anos.

Em relação a expectativas de ingresso desses jovens administradores na área de sua formação, 56,5% afirmam possuir uma expectativa de seguir uma carreira em uma grande empresa e enfatizam que o aprendizado tanto durante a sua graduação como o amadurecimento dentro do ambiente de trabalho contribuíram para prepará-los para exercer o cargo de administrador de setor e 39,1% dos questionados s informaram que estão preparados para atuar nas diversas áreas da administração, por se tratar de um curso generalista, o qual, proporcionou conhecimentos nas diversas áreas de gestão.

Quando perguntados sobre o ingresso dentro da área de formação 78,3% dos respondentes informaram que estão trabalhando já na área, mas a média de tempo que demorou para ingressarem na área, foi superior a 2 anos e ainda afirmam que os

maiores dificultadores para o ingresso no mercado após a graduação é a falta de experiência e prática. Explicam que as empresas exigem experiência mesmo para recém-formados e os recrutamentos exigem um perfil acima da realidade estudantil. Todo esse processo gera competitividade desleal gerando a falta de oportunidades para os jovens em busca de seu primeiro emprego. Além disso, 41,3% dos respondentes informaram que o seu ingresso no 1º emprego foi através de currículos encaminhados às empresas, mas com a ajuda de indicações internas e externas.

Ao analisar o perfil dos questionados em relação ao comportamento organizacional, 52,2% dos questionados, afirmam serem proativos no ambiente organizacional, 50% tem uma visão de negócio e 43,5% focam muita atenção às necessidades do cliente, o que demonstra que os jovens correspondem às expectativas iniciais das empresas contratantes.

Sobre desenvolvimento da carreira, 82,6% dos questionados considera que um plano de carreira dentro de uma organização faz grande diferença para o desenvolvimento profissional e também é um grande atrativo. 63% dos analisados informaram que consideram que os benefícios oferecidos pelas empresas são um diferencial para a atração de talentos e desenvolvimento da carreira e frisam a maioria dos benefícios oferecidos são: plano de carreira, convênio médico e odontológico, vale alimentação ou refeição.

Os jovens administradores ao serem questionados sobre a importância do feedback das empresas contratantes, 97,8% acredita que o feedback é importante para a pessoa ou em grupo de pessoas para avaliar o desempenho na realização de um trabalho, 54,3% informam que o feedback contribui para o amadurecimento e aprendizado do indivíduo durante seu crescimento profissional.

Para uma maior compreensão sobre a visão das empresas sobre o tema ingresso dos jovens administradores no mercado de trabalho, foi realizada uma entrevista com uma Gestora e recrutadora de Recursos Humanos (RH). Ao ser entrevistada sobre como ocorre o processo de ingresso dos recém-formados em administração no mercado de trabalho, ela informa que na maioria dos casos a empresa busca no recrutamento e seleção, experiência, vivência nas áreas de RH, finanças, logística. Frisa que de forma

mais genérica que é sempre mais fácil, iniciar com um salário mais baixo e ao adquirir mais conhecimentos e praticando nas diversas áreas da administração dentro da empresa, onde o profissional segue diariamente se dedicando, estudando e aprendendo para avançar nas funções de gestão mais específicas com certeza será possível abraçar novas oportunidades, com salários e benefícios melhores.

Segundo a Gestora de RH, as dificuldades encontradas pelos recém-formados ao ingressar na 1ª empresa, inicia na falta de preparo destes na entrevista e a falta de objetivos e propósito de vida e sobre a carreira. Estes detalhes são possíveis de serem observados através dos critérios utilizados pelas empresas na escolha de um candidato durante a entrevista e um bate papo informal que busca conhecer melhor o entrevistado em busca, justamente, de pessoas mais maduras, que saibam o que querem e que tenham seus objetivos bem definidos. Sobre o perfil do candidato, afirma a gestora de RH, que a experiência não é a principal fator para contratação e sim, a forma na qual a pessoa se comunica e se apresenta, a empresa espera proatividade, interesse em aprender, prazer em inovar, adequação às mudanças, alguém que agregue, trazendo para o ambiente corporativo, conhecimento, habilidades, competências e atitudes junto com o espírito de liderança.

Ao estudar autores renomados e referenciados aqui, como, (Dornelas, 2008); (Chiavenato, 2010); Silva (2009) e (D'avila; Coutinho, 2019), dentre outros. Entende-se que um excelente profissional busca adequar-se a inovação, deseja se aprimorar e aprender, foca na solução e não no problema e está sempre disposto quando a empresa precisa, e com um perfil dentro dessa descrição, com certeza, conseguirá desbravar o mercado e obter uma ótima jornada profissional.

A Gestora de RH, quando questionada se o plano de carreiras oferecidos pelas empresas é um diferencial para a captação e retenção dos jovens administradores, informa que é muito importante para a captação que a empresa ofereça um plano de carreira, para que o profissional possa saber onde pode chegar profissionalmente inserindo-se na empresa contratante. Mas assinala que as micro empresas, devido sua estrutura e limite orçamentário, geralmente não conseguem implantar um plano de carreira, portanto na busca de seu primeiro emprego, o jovem administrador deve focar nos benefícios básicos, que são: plano de Saúde, vale transporte e alimentação,

auxílio Educação e outros benefícios legais. Hoje muitas empresas criaram novos benefícios indiretos, mas a abrangência do pacote básico deve ser suficiente para levar o profissional a encarar os desafios no início de sua nova carreira.

5 CONCLUSÃO

O mercado de trabalho encontra-se em constante crescimento em relação a sua modernização, conhecimentos, tecnologia, inovação e mudança cultural, e todo esse processo gera uma grande exigência em relação ao ao perfil dos candidatos. Os processos de inclusão e seleção estão cada vez mais específicos, detalhistas quanto ao perfil do administrador recém-formado, exigindo preparo, prática, diversidade de conhecimento, habilidades e atitudes para ingressar no mercado.

Em razão dos fatos mencionados, o artigo propõe oferecer uma visão geral em relação às dificuldades do jovem para se inserir no mercado de trabalho diante tantas exigências e dificuldades encontradas. Portanto, diante um mercado que está à procura de perfis que possuam vastas experiências em um currículo é importante que o MEC, as faculdades, seus docentes e discentes, acompanhem as demandas empresariais em relação ao perfil do administrador para que ocorra uma mudança na cultura educacional, pessoal e profissional de todos envolvidos. O ser humano precisa entender que é necessário mudar de comportamento, sair em busca de oportunidades e não guardá-las. Conhecer sobre quais são as exigências mercadológicas e estudar, treinar para serem os melhores entre milhares de pessoas. O futuro de qualquer profissional é responsabilidade dele, antes de ser de qualquer outro. Quando uma pessoa se propõe a aprender e ser o melhor do que faz, ninguém ou nada poderá prejudicá-lo.

É claro que exigir amadurecimento e uma definição de propósito de quem acaba de formar, mesmo antes do primeiro emprego, demonstra claramente o quanto a cultura das empresas ainda caminham de forma arcaica e com foco no indivíduo e não no coletivo, como deveria ser.

A mudança, aqui sugerida, começa no indivíduo, consequentemente o seu entorno, o coletivo, sofrerá mudanças positivas e que o levarão a encontrar melhores oportunidades. Estudar, estudar, estudar, praticar, praticar e praticar deve ser o lema. Os discentes podem ajudar muito na evolução de seus estudos, pois cada vez mais os indivíduos se entregam e confiam em serem autodidatas, adquirindo assim mais autoconfiança e amadurecimento. Fato este que os tornam mais comprometidos, cobrando de si e das instituições de ensino o máximo e o melhor de das metodologias de ensino aplicadas.

Quando recrutados e selecionados os jovens administradores devem ter em mente seu objetivo principal em relação a seu propósito de vida e da sua carreira e a facilidade de expor essa questão diante um Gestor de RH.

Diante às respostas dos questionados e da gestora de RH, percebe-se que o mercado exige que os profissionais possuam experiência na prática, e para tal, os novos administradores precisam de excelente formação, sólida e capaz de garantir as competências necessárias para a sua atuação. Constata-se que a maior preocupação dos acadêmicos em relação ao ingresso no mercado de trabalho é com a falta de oportunidade encontrada durante e após a conclusão do curso, devido a exigência de experiências que ainda não possuem. Essa falta de oportunidade com certeza se expressa, também, no despreparo dos jovens que não buscam conhecer as culturas das empresas contratantes e a demanda dos recrutadores de RH. O candidato deve ser conhecedor das demandas, da cultura, dos objetivos atuais da empresa contratante, pois só desta forma poderão investir nos corretos e precisos conhecimentos para atender a demanda e serem contratados.

Conclui-se também que as empresas são rigorosas quanto a carga horária proposta e quanto a qualidade das experiências dos jovens administradores, portanto é preciso que as empresas considerem, conheçam melhor a realidade mercadológica e estejam sempre abertas para estágios remunerados ou não. Um estagiário pode aprender na prática o que ainda desenvolve na academia e vir a se transformar em um excelente profissional para a empresa. É necessário que as empresas invistam em desenvolvimento, na inteligência emocional e na inteligência da adaptabilidade. Considerar que os recém formados são fontes de inovação para a empresa e que

podem trazer excelentes resultados, mesmo não carregando em seu currículo experiências anteriores pode ser uma ótima opção e com excelente custo benefício para as empresas contratantes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Flávia. **Desemprego afeta 29,5% de quem se formou há até 3 anos, diz pesquisa,** Agência Brasil.12/03/2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/desemprego-afeta-295-de-quem-se-formou-ha-ate-3-anos-diz-pesquisa>. Acesso em 14 de outubro de 2021

ALMEIDA, M. M. de. **A escassez de líderes no mercado de trabalho: o papel do professor universitário na formação deste profissional pode colaborar para a mudança do cenário atual.** Gestão & Sociedade: Revista de Pós-Graduação da Uniabeu, v. 1, n. 1, 2012.

AMARAL, I. G.; LEITE, N. P.; MOREIRA, E. D.; SALGUEIRO, M. A. T. Carreira, mercado de trabalho e as lições de "DONANA" no processo de ensino aprendizagem e pesquisa em administração. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 11, n. 1, p. 95-114, 2012. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/7657/carreira--mercado-de-trabalho-e-as-licoes-de d---. Acesso em 14 de outubro de 2021.

ANTUNES, R. L. C. **O continente do labor.** (2011). São Paulo: Boitempo.

Bertolino, Valdessara (2002). **O profissional multifuncional**. 21 de setembro de 2002. Disponível em: <http://www.secretariando.com.br/carreira/carr-30.htm>. Acesso em 10 de setembro de 2021

CARVALHO, Alexey. **O novo perfil do Administrador**, 2009. Disponível em: < www.administradores.com.br>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

CASANOVA, Camila. **Gestão por competências: os desafios e possibilidades da seleção por competência.** Porto Alegre, Março/2013.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. CHIAVENATO,

Idalberto. **Gestão de Pessoas**. 3Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

CONAJE. **Perfil do Jovem Empreendedor Brasileiro**. (2016). Disponível em:< http://conaje.com.br/projetos/pesquisa-conaje/>. Acesso em 14 de outubro de 2021.

D'AVILA, Geruza tavares; COUTINHO, Maria Chalfin. **Trajetórias laborais de jovens administradores/as**. 2019. Disponível em:

<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/3735>. Acesso em 15 de outubro de 2021.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Planos de negócios que dão certo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. Empreendedorismo Corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FERREIRA, Alex. **Jovem administrador no mercado de trabalho**, 2019. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/jovem-administrador-no-mercado-de- trabalho>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

FLEURY, A. C. C. & FLEURY, M. T. L. **Estratégias Empresariais e Formação de Competências**. São Paulo: Editora Atlas, 2.000.

GALTUNG, Johan. **Transcender e Transformar:** uma introdução ao trabalho de conflitos. Tradução de Antônio Carlos da Silva Rosa. – São Paulo: Palas Athena, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego.** Disponível em:< https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 13 de outubro de 2021

KNAPIK, Janete. **Gestão de pessoas e talentos**.2012, p. 17

LACERDA, Elaine. **A necessária atualização do conhecimento**. administradores.com. Disponível em:

<http://www.administradores.com.br/noticias/carreira/a-necessaria-atualizacaodoconhecimento/99919/>. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

LEMOS, A. H. da C.; DUBEUX, V. J. C.; PINTO, M. C. S. **Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências.** Cadernos EBAPE. BR, v. 7, n. 2, p. 368- 384, 2009.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de Recursos Humanos:conceitos, processos e ferramentas**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

HELENO, Guido. **O futuro do ensino do curso de administração.** Revista Brasileira de Administração. Nov./dez., 2008. p.46-8. Hungria, Luciana; Prado, Morgana.

HUGRIA, Lucia; PRADO, Morgana; PRESTES, Nanci Ribeiro, 2021.**Perspectivas dos profissionais de administração para com o mercado de trabalho frente aos novos**

cenários do mundo globalizado. Disponível em: http://docplayer.com.br/7123189-Perspectivas-dos-profissionais-de-administracao-para-com-o-mercado-de-trabalho-frente-aos-novos-cenarios-do-mundo- globalizado.htm. Acesso em: 29 de setembro de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria, **Fundamentos de metodologia científica**, 6. ed., 3º reimpressão, São Paulo, Atlas, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria, **Técnicas de pesquisa**: **Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**, 5, ed., São Paulo, Atlas, 2002.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital** – 6. ed. - 5. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, A. F. F. de. **Os jovens administradores e o mercado de trabalho.** Revista Científica de Ciências Aplicadas da FAIP, Marília, p.1-6, 2015. Disponível em:

<http://faip.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/OyfnPUmk1bk5Uut_2 015-5-18-21-40-39.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2021

MINARELLI, J. **A. Empregabilidade, como ter trabalho e remuneração sempre**. São Paulo: Gente, 1995.

MONTEIRO, Lilian. **Mercado de trabalho exige novo perfil profissional, saiba como se atualizar.** 2017. Disponível em:<https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/26/internas_economia,865177/mercado-de-trabalho-exige-novo-perfil-de-profissional-saiba-mais.shtml>.

Acesso em: 14 de outubro de 2021.

MOREIRA, F. M.; Queiroz, T. R.; MACINI, N.; CAMPEÃO, G. H. **Os alunos de administração estão em sintonia com o mercado de trabalho?**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, 19(1), 61-88, 2014.

MURAD, Isabela. **O MERCADO DE TRABALHO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO:**

analisando a formação profissional e as demandas das organizações. 2017, pp. 83. Disponível em: <https://revistafoco.emnuvens.com.br/foco/article/view/197>. Acesso em 15 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, Felipe Henrique de *et al.***MERCADO DE TRABALHO: requisitos para um recém-formado em administração.** 2021. Disponível em:

<https://classroom.google.com/u/1/c/MzkwNzE3Mzc0NzIw/m/NDAwNTU0MTg4ODc

3/details>. Acesso em 14 de outubro de 2021.
OLIVEIRA, Odair José. **O Administrador e a Liderança.** Saber Acadêmico, 2007. OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. **INSERÇÃO PROFISSIONAL: PERSPECTIVAS**

TEÓRICAS E AGENDA DE PESQUISA Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, vol. 6, núm. 1, enero-marzo, 2012, pp. 124-135

OLIVEIRA Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmíria Carolina; BITENCOURT, Betina Magalhães. **Juventudes, Gerações e Trabalho: (re) situando a discussão sobre a Geração Y no Brasi**l - Salvador, v.19 - n.62, p. 551-558 - Julho/Setembro – 2012. www.revistaoes.ufba.br. Disponível em:< www.anpad.org.br/admin/pdf/EnGPR429.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, S. R. de; PICCININI, V. C. **Uma análise sobre a inserção profissional de estudantes de administração no**

Brasil. Revista de administração Mackenzie, vol. 13, n. 2, mar. /Abril., 2012.

PEÇANHA; CONSTANTINO; FRANÇA; SILVA. Âncoras de Carreira e Relações com Estabilidade e Qualidade de Vida Pessoal: Um Estudo com Alunos do Curso de Gestão de Pessoas**, ReCaPe – Revista de Carreiras e Pessoas,** São Paulo, V. 01, n.02 Set/Out/Nov/Dez 2011

PICARELLI, Vicente. **Gestão por Competências. In: Manual de Gestão de Pessoas e Equipes: estratégias e tendências**, volume 1. São Paulo: Editora Gente, 2002

POCHMANN, Marcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos.** São Paulo, 2007. Disponível em:

<https://psalm.escreveronline.com.br/redacao/caminhos-para-diminuir-os-altos-indices-de-jovens-que-nem-estudam-nem-trabalham/>. Acesso em 15 de Outubro de 2021.

QUEIROZ, Marcellus. **Percepção do mercado contratante sobre os pós- graduados com título de MBA.** Rio de janeiro, 2008.

RABAGLIO, Maria Odete. **Gestão por competências**. Rio de Janeiro: Qualitymark editora, 2008.

RIO-BRANCO, R. ; Helal, D. H. **Mercado de trabalho e a formação do administrador em uma IES pública em Recife-PE.** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, 6(2), 50-66. (2012).

RIZZO, Cláudio. **Marketing pessoal no contexto pós-moderno**. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2006.

ROCHA, Sonia. **A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO.**

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/T8BLxBwGfzYW8B99m9YYysG/?lang=pt>. Acesso em 14 de outubro de 2021.

SARKAR, Soumodip. **O empreendedor inovador: faça diferente e conquiste seu espaço no mercado.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SILVA, Annyelle M. S. da.; OLIVEIRA,Mayara Evelin S. de.; OLIVEIRA,Rita Patrícia A. de. **Jovens Administradores e o Mercado de Trabalho.** 2015. BH Disponível em:<https://periodicos.set.edu.br/facipehumanas/article/download/3052/1663/8841> Acesso em 14 de outubro de 2021.

SILVA, Célio da. **Isomorfismo Normativo: influência das instituições na construção do perfil do Administrador.** Revista Foco, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.11-28, jul. 2017.

SILVA, M. M. **A inserção profissional dos jovens em tempos de inovação tecnológica e organizacional.** (2009). Revista Educação em Questão, 35(21), 74- 97.

TED. **Por que inserir o jovem no mercado de trabalho?** Independently organized TED event. São Paulo, 03/08/2018. Disponível em: <https://tedxsaopaulo.com.br/por-que-inserir-o-jovem-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso 15 de Outubro de 2021.

UCAMA, António. **Os desafios legais para a inserção dos recém graduados no mercado de trabalho – o contrato de aprendizagem.** (2014). Disponível em:

<http://197.235.10.115/index.php/reid/article/view/39>. Acesso em 14 de outubro de 2021.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

ZABID, A. R.; LING C. N. **Malaysian Employer Perceptions about Local and Foreign MBA Graduates. Journal of Education for Business,** 79,2 ABI/INFORM Global; Novembro/Dezembro, 2003.

OLHAR DA MOBILIDADE URBANA DA COMUNIDADE ACADÊMICA DA

FACULDADE PROMOVE EM BELO HORIZONTE: Condições e Perspectivas

[1] AGUIAR, Alzemir Batista

[2] CARVALHO, Delmi Vicente.

[3] MACIEL, Bruna Gomes

[4]SOUZA, Vitória Borges

[1]AGUILAR, Alzemir Batista - Graduando em Administração – Bacharelado, Faculdade Promove de Belo Horizonte. alzemir.aguilar@soupromove.com.br

[2]CARVALHO, Delmi Vicente: professor e orientador da Faculdade Promove. Mestre em Administração, pós em Gestão Empresarial e Logística, graduação em Administração e Ciências Contábeis. (Belo Horizonte/MG) E-mail:(delmi.carvalho@somospromove.com.br).

[3]MACIEL, Bruna Gomes - Graduanda em Administração – Bacharelado, Faculdade Promove de Belo Horizonte. bruna.maciel@soupromove.com.br

[4]SOUZA, Vitória Borges - Graduanda em Administração – Bacharelado, Faculdade Promove de Belo Horizonte. vitoria.souza@soupromove.com.br.

RESUMO

O objetivo deste artigo é avaliar o Olhar da Mobilidade Urbana da Comunidade Acadêmica da Faculdade Promove em Belo Horizonte, suas condições e perspectivas, e a qualidade de vida diante do cenário em termos de deslocamento, e seus desafios. O presente trabalho teve dados coletados na primeira etapa através de pesquisa bibliográfica, por meio de livros, internet e artigos científicos, na última etapa, um questionário com perguntas objetivas que trouxe evidências reais das condições e perspectivas da Mobilidade Urbana. Foi possível identificar uma grande precariedade em relação à Mobilidade Urbana em Belo Horizonte, relatos dos respondentes sobre o transporte público decadente, poucos ônibus, muito tempo de espera e passagens caras. Portanto, a pesquisa trouxe dados importantes, tendo como principal o transporte público que a maioria dos respondentes dependem dele todos os dias, dados extremamente preocupantes, que deixa a desejar e evidencia que existe descaso por parte das autoridades responsáveis, precisando urgente de melhorias.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana, Transporte Público, Ônibus, Deslocamento.

ABSTRACT

The objective of this article is to evaluate the Urban Mobility View of the Academic Community of Faculdade Promove in Belo Horizonte, its conditions and perspectives, and the quality of life in the face of the scenario in terms of displacement, and its challenges. The present work had data collected in the first stage through bibliographic research, through books, internet and scientific articles, in the last stage, a questionnaire with objective questions that brought real evidence of the conditions and perspectives of Urban Mobility. It was possible to identify a great precariousness in relation to Urban Mobility in Belo Horizonte, reports of the respondents about decaying public transport, few buses, long waiting times and expensive tickets. Therefore, the research brought important data, with the main public transport that most respondents depend on every day, extremely worrying data, which leaves something to be desired and shows that there is negligence on the part of the responsible authorities, in urgent need of improvements.

***Keywords**: Urban Mobility, Public Transportation, Bus, Displacement.*

1 INTRODUÇÃO

Contextualização do tema

Este trabalho analisou as condições e as perspectivas da Mobilidade Urbana da população da comunidade acadêmica da Faculdade Promove de Belo Horizonte, assim como a qualidade de vida em termos de deslocamento e seus desafios.
Abordar as questões e aspectos de Mobilidade Urbana das cidades deixou de ser apenas uma escolha, é uma determinação estipulada na Lei Federal 12.587/2012, que estabelece princípios, diretrizes e objetivos para o planejamento e a gestão da Mobilidade Urbana no Brasil através da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU).

Belo Horizonte se antecipou e iniciou a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana em 2008, seguindo a determinação do Estatuto da Cidade, sendo o maior fator de mudança os corredores de ônibus modelo BRT (Bus Rapid Transit) sendo um sistema de transporte público possuidor de alta capacidade de realizar um serviço rápido e eficiente (MOVE - BH) inaugurado em 2014.

O transporte individual continua predominando em relação ao transporte público, sendo esse um dos principais desafios que as políticas de mobilidade urbana precisam encarar, pois é de conhecimento geral que existe uma supervalorização no incentivo a carros particulares, tendo em vista a precariedade do transporte público.
O presente trabalho expõe a situação atual de Mobilidade Urbana da comunidade acadêmica da Faculdade Promove na cidade de Belo Horizonte, transporte público, vias públicas mal planejadas, descaso com o metrô, tudo isso refletindo cada vez mais na desigualdade social que se instala na população, e na fragilidade e escassez de planos bem elaborados para tornar possível uma cidade mais acessível, segura e sustentável para todos. O objetivo deste artigo é analisar e avaliar as condições e

perspectivas da mobilidade urbana da comunidade acadêmica da Faculdade Promove de Belo Horizonte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A mobilidade urbana

A Mobilidade Urbana é um atributo das cidades que se refere à necessidade de deslocamento de bens e pessoas em suas atividades como trabalho, lazer, estudos e outros. Falando sobre Mobilidade Urbana não podemos deixar de falar de seus planejamentos e progresso, causando mudanças e adaptações ao longo dos anos. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005, p.3).

A Política Nacional de Mobilidade Urbana objetiva sua contribuição para o acesso global à cidades e o aperfeiçoamento das condições que contribuam para a efetivação dos princípios da política de desenvolvimento urbano. Esse objetivo é atingido através do planejamento e da gestão do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. Esse sistema é o conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garante os deslocamentos de pessoas e cargas no território do Município. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

A expansão veicular trouxe benefícios e desenvolvimento significativos, o uso da tecnologia tornou a mobilidade mais rápida ajudando no aumento da produção e melhoria na economia das cidades. Sem dúvida foi um grande ganho, porém veio também consequências negativas que convivemos até os dias atuais. (RUBIM E LEITÃO, 2013)

2.2 A Mobilidade Urbana no Brasil

Os meios de transporte no Brasil vem alcançando mudanças e progresso ao longo dos anos. Para entender a evolução vamos voltar um pouco ao passado. Segundo Pires (2009), a implantação dos bondes de tração animal foi dado início no Brasil já findando o ano de 1850, sendo Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal a primeira

cidade a receber essa implantação. Em 1862 evoluiu-se para pequenas locomotivas movidas a vapor e bondes a vapor, sendo também Rio de Janeiro a primeira cidade dessa implantação e sucessivamente foi sendo implantado em outras cidades brasileiras.

Ainda segundo Pires (2009), no ano de 1892 uma nova transformação no sistema, o sistema público de transporte implantou o bonde elétrico mudando toda aquela paisagem, novamente iniciada na cidade do Rio de Janeiro. Essa evolução alcançou benefícios em número superior a quarenta cidades brasileiras com o transporte de bondes elétricos, acima de quatro mil composições eram autopropulsadas e duas mil de reboques. O Brasil foi o possuidor da maior frota de bondes elétricos do mundo nos anos 1960. Daí em diante surgiu o ônibus a diesel no transporte coletivo.

O transporte rodoviário no Brasil iniciou na constituição de 1934, direcionando dedicação a edificação de rodovias, e somente em 1956 veio a introdução da indústria automobilística no país, apoiada por políticas públicas, principalmente o carro e a motocicleta. Esse novo modelo que parecia ser a solução perfeita, trocar de tração animal pelo uso do automóvel motorizado anos atrás, no entanto nos leva a uma nova discussão sobre o impacto na saúde, meio-ambiente e social causados antes pelos cavalos e hoje o excesso de veículos causando grandes congestionamentos e uma preocupante poluição ambiental, além de ocupação de espaço faltando estacionamentos. (RUBIM e LEITÃO, 2013).

Segundo Vasconcellos, Carvalho e Pereira (2011), aconteceu uma enorme mudança na mobilidade de bens e pessoas nas cidades brasileiras com início na década de 1960, quando um intenso processo de urbanização foi associado ao uso intensivo de veículos motorizados, sendo os automóveis e também os ônibus. Um exemplo significativo dessa mudança pode ser observado na capital do Rio de Janeiro.

Ainda Vasconcellos, Carvalho e Pereira (2011) afirmam que outro avanço no Brasil foram os novos marcos regulatórios da mobilidade urbana como a Constituição Federal de 1988, que deu abertura a várias modificações na política da mobilidade urbana, estabelecendo ordem territorial e desenvolvimento urbano, como também a Lei Nº 10.257/2001 (Brasil, 2001), Esses marcos trouxeram mais clareza de

responsabilidades e obrigações sobre a competência dos órgãos governamentais. No campo da mobilidade urbana, com a aprovação da Lei da Mobilidade (Lei Nº 12.587/2012).

2.2.1 Mobilidade Urbana em Belo Horizonte

De acordo com Pires (2009), em 1899 foi implantado o bonde de tração animal em Belo Horizonte, já em 1895 grande evolução com a implantação de pequenas locomotivas a vapor. Mais tarde, no ano de 1902**,** foi implantado o bonde elétrico em Belo Horizonte, o que representou um grande avanço de melhoria até mesmo sobre a paisagem da cidade, sendo desativado em 1963, representando uma duração de 61 anos e substituído posteriormente por ônibus a diesel.

De acordo com Miranda, Lobo e Lessa (2017), o ônibus é o principal meio de transporte público em Belo Horizonte, uma pesquisa realizada em 2012 mostrou resultado que 21,04% dos deslocamentos de pessoas em Belo Horizonte, eram feitos através de ônibus, enquanto 30,12% em uso do automóvel, 36,64% em movimento a pé e 1,73% faziam deslocamento através de metrô que representava apenas uma linha com 28,2 km de metrô de superfície. Foi notória uma redução de uso no transporte coletivo significativamente entre os anos 2002 e 2012 quando pessoas passaram a usar mais o transporte motorizado individual, surgindo assim grande aumento de uso de motocicletas e automóveis na mobilidade urbana de Belo Horizonte.

Belo Horizonte, é o sexto município mais populoso no Brasil com aproximadamente 2,4 milhões de habitantes e densidade demográfica de 7.167 habitantes /km2 (IBGE, 2019).

2.3 Legislação da mobilidade urbana no Brasil

A Constituição Federal de 1988 foi o início de uma política nacional de transporte urbano, em apoio à política de desenvolvimento urbano (Brasil, 1988), que objetiva o bem estar dos habitantes através do desenvolvimento das funções sociais das cidades. Sendo de função do Poder Público Municipal executá-la conforme diretrizes fixadas em forma da lei (ART. 182).

É previsto pela constituição a necessidade de uma lei para estabelecer e regulamentar a política nacional de desenvolvimento urbano (PNMU), porém somente em 10 de julho de 2001 promulga-se a Lei Federal nº 10.257 – denominada Estatuto da Cidade, que regulamenta o direito à cidade, sendo, o direito à moradia, infraestrutura urbana, saneamento ambiental, terra urbana, trabalho e lazer, transporte e aos serviços públicos, para as gerações presentes e futuras (Brasil, 2001).

Foi determinado pelo Estatuto da Cidade o desenvolvimento de Planos Diretores de Transporte Urbano exigidos a todos os municípios contendo população superior a 500 mil habitantes (Brasil, 2001). Em 13 de Abril de 2012 vigorou a Lei nº 12.587/12, conhecida como Lei da Mobilidade Urbana, essa lei exige aos municípios que contém acima de 20 mil habitantes, a necessidade de elaborar, até 2015, seus Planos de Mobilidade Urbana. Sendo que o descumprimento do prazo implica no impedimento de receber recursos federais com destino à mobilidade urbana. (Lei de Mobilidade Urbana 12.587/12)

As revoltas da população por insatisfação sobre a qualidade do serviço de transporte e o aumento contínuo do preço, como em 1975 no Rio de Janeiro, levou a depredação de 9 estações, mais tarde, no ano de 1981 em Salvador foram depredados 600 ônibus, fatos que marcaram a época causando transtornos e obrigando os gestores governamentais a dar uma resposta ao problema. Usando a lei n.6.261/1975, eles criaram alguns recursos como o Fundo de Desenvolvimento dos Transportes Urbanos (FDTU), vinculado ao Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (FNDU), e à Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), a fim de garantir o planejamento, financiamento e desenvolvimento tecnológico do setor. Criou também entidades de gestão metropolitana, foi assim que surgiram as Empresas Metropolitanas de Transportes Urbanos (EMTU). (AFFONSO, 1987).

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), foi aprovada pelo Projeto de Lei nº 1.687/2007, originado do PL nº 694/1995, já reunia alguns projetos de lei anteriores sobre o transporte coletivo e formalizada por lei em 2012. Ela tem objetivo de colaborar para que haja acesso de forma global à cidade, o aperfeiçoamento e otimização das contribuições que efetivam os princípios, objetivos e diretrizes de

uma política de

desenvolvimento urbano, através do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana (Brasil, 2012).

2.4 Modais de transporte

Segundo Bertaglia (2020), os modais de transporte referem-se ao método de transportar um produto ou material isso vai depender das condições da infraestrutura oferecida para o transporte, após análise entre as vantagens e desvantagens, observando os canais de logística oferecidos, volumes a serem transportados, segurança e confiabilidade, entre outras análises se define assim o modal de transporte.

2.4.1 Modal Rodoviário

O modal rodoviário, refere-se a um transporte terrestre realizado sobre as rodovias através de veículos motorizados. Os veículos geralmente são movidos com a utilização de derivados do petróleo como gasolina, diesel, etanol, além de uma pequena escala utilizar da eletricidade para mover. (ALBANO, 2016).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), no Brasil destaca-se a predominância do modal rodoviário em todas as regiões do Brasil, exceto na região amazônica, devido à grande utilização das vias fluviais. Todavia, a distribuição das ferrovias e hidrovias é pouco explorada.

2.4.2 Modal Hidroviário

De acordo com Albano (2016), o modal hidroviário também é conhecido como aquaviário, utiliza-se das águas para locomover através dos navios e barcos. Com raras exceções, esse transporte geralmente é usado para transportar mercadorias. O grande desafio desses modais está na lentidão e na dependência de outros modais nas operações de transbordo e estocagem.

De acordo com a Confederação Nacional de Transporte (2019), o Brasil desperdiça um grande potencial e não explora esse modal. Segundo a Confederação, isso se dá

devido a um excesso de burocracias, normas, falta de uma legislação mais robusta, além de baixo investimento para melhorias do setor, o que acabou acarretando no baixo desenvolvimento hidroviário no Brasil.

2.4.3 Transporte Ferroviário

O transporte ferroviário é caracterizado, em especial, pela capacidade para transportar grandes volumes, com grande eficiência energética, especialmente nos deslocamentos a grandes e médias distâncias. Ainda oferece melhor segurança, em se comparando ao modal rodoviário, tendo menor índice de acidentes e roubos ou furtos de cargas. No Brasil, o sistema ferroviário compreende cerca de 28.840 KM de malha. (ALBANO, 2016).

2.4.4 Transporte Aéreo

Os transportes aéreos circulam no ar, através dos aviões, que são comandados por uma equipe especialista para garantir a segurança de todos que utilizam esse meio de transporte. Esse modal é utilizado tanto para o transportar passageiros quanto para o transporte de cargas. Consiste em um transporte caro, porém rápido e seguro uma vez que os índices de acidentes e roubos são menores. (ALBANO, 2016).

2.4.5 Transporte dutoviário

De acordo com Albano (2016), a modalidade de transporte dutoviário mostrou sua importância principalmente na exploração do petróleo com sua comercialização e distribuição de seus derivados sendo gasosos ou líquidos. Nas últimas duas décadas, incluiu em sua modalidade a transportar também minério de ferro, granéis sólidos e carvão vegetal que diluído em água se torna pastoso e apropriado para esse modelo de transporte.

A construção para essa modalidade, é através de tubos na maioria das vezes metálicos, que posicionados de maneira adequada sobre o terreno, traçam uma linha tubular contendo pontos de bombeamentos em seu distanciamento adequado para fazer a mobilidade do fluxo. No modelo dutoviário não existe o veículo no sentido do

transporte, é considerado que a própria massa, atua como sendo o veículo. (ALBANO 2016).

2.5 Desafios da Mobilidade Urbana

De acordo com dados do Ministério das Cidades (2011), nas últimas quatro décadas, houve mudanças bem significativas no Brasil, alterando seu perfil demográfico que tendo população majoritária rural em mudança para urbana, tendo 80% de sua população vivendo nas cidades. Essa alteração demográfica elevou a criação de grandes centros metropolitanos, ocupando grandes extensões de área geográfica com grande concentração e movimentação de pessoas, buscando oportunidade de emprego, serviços, bens ou estudos para qualificação profissional, com necessidade de mobilidade diária de pessoas e bens.

Esse fato contribui com o alto custo nos serviços de transporte público, também está relacionado ao aumento dos congestionamentos, acidentes e trânsito lento, diminuindo a qualidade de vida do cidadão. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011).
Houve em Belo Horizonte**,** durante o período entre 2010 até 2015**,** um considerável acréscimo de 28,5% na frota de veículos individuais, e sendo em 0,65% a taxa de veículos motorizados por habitantes, considerando a maior taxa entre todas as capitais brasileiras (CNT, 2017).

Segundo Vieira (2008), esse método e crescimento da mobilidade urbana, foi consequência do crescente uso do automóvel que é de preferência do usuário pela praticidade em diversas situações para a locomoção em dias atuais, pois além do conforto não oferecido no transporte público, tem também a questão de horários de partidas, e com destino desejado de cada usuário que o transporte público não consegue atender, pois economicamente não seria viável para as empresas de transportes público.

Ainda segundo Vieira (2008), a mobilidade em transporte com veículo motorizado individual, tem como consequência elevado custos econômicos, impacto no consumo de recursos naturais não renováveis trazendo consequências ambientais, poluição com gases tóxico, além de ocupação elevada do espaço urbano consequente por

construir infra estruturas para suporte no uso do automóvel, gigantescos engarrafamentos pelo excesso de veículos e alto índice de acidentes. Em resumo, a escolha do transporte individual ao invés de transporte público, tem gerado sérias consequências, por falta de consciência de cada usuário na tomada de decisão de qual modalidade de transporte seria melhor para usar.

3. METODOLOGIA

Este tópico tem como finalidade demonstrar os métodos que foram utilizados para pautar o presente estudo, com o objetivo de orientar a pesquisa e as técnicas utilizadas.
Em fevereiro de 2022 o pré-projeto foi submetido ao Comitê de Ética através do Sistema Plataforma Brasil (CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - número 154408521.6000.5141) e aprovado em abril de 2022 para que fosse dada a continuidade da pesquisa. O formato do questionário foi desenvolvido e aplicado na plataforma Google Formulário.

Segundo Vergara (2013), o desenvolvimento da pesquisa é baseado no aspecto quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos meios, refere-se ao desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica, por apoiar-se na busca do conhecimento e análise da teoria produzida a respeito da proposta de estudo. Conforme o autor, a pesquisa bibliográfica é um estudo baseado em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, materiais acessíveis ao público em geral.

As técnicas empregadas para realização deste trabalho foram duas. A primeira consistiu na pesquisa bibliográfica, sendo a coleta de informações realizada, principalmente, através de dados secundários, a saber: leitura de livros, artigos, publicações, pesquisas de instituições e sites na internet. A segunda consistiu na aplicação de questionário, enviado eletronicamente ao público-alvo da pesquisa, que será quantitativa, partindo da conjectura da quantificação, o que significa que os dados serão relatados em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (LAKATOS e MARCONI, 2011).

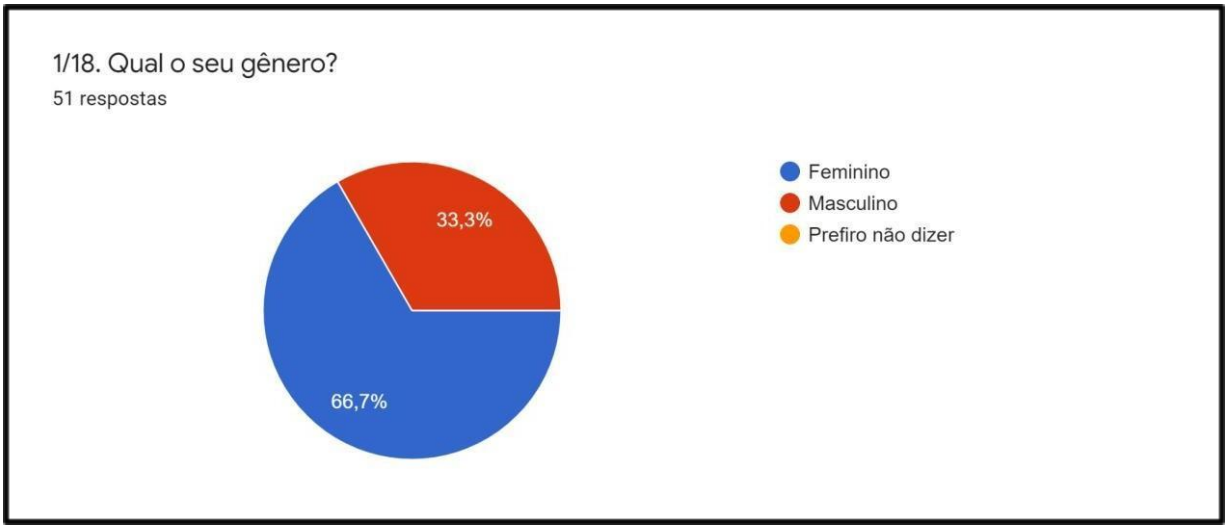
Segundo Malhotra (2001), o pré-teste objetiva, através de uma pequena amostra aplicada em condições reais de pesquisa, a autenticação e a eliminação de possíveis problemas na aplicação da pesquisa definitiva. A aplicação do pré´-teste foi realizada entre os dias 13 e 26 de abril de 2022, com a rede de contato dos discentes e do docente orientador da pesquisa, foram enviadas para aproximadamente 20 pessoas, objetivando o aperfeiçoamento do instrumento de coleta de dados. A pesquisa oficial teve início em 04 de maio de 2022 e finalizada no dia 29 de maio de 2022, com 52 (Cinquenta duas) respostas que foi focada para alunos, professores e funcionários da Faculdade Promove de Belo Horizonte.
A decisão de realizar o estudo com pessoas da rede de contato dos alunos e do professor orientador da pesquisa se deu pela comodidade dos pesquisadores. Além do contato direto com este público que possuem características semelhantes, surgindo assim, uma amostra por conveniência.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A pesquisa foi realizada com a comunidade acadêmica da Faculdade Promove BH, através de um questionário baseado no tema Mobilidade Urbana, onde trouxe a visão e conhecimento das pessoas sobre o tema, e os desafios enfrentados todos os dias em vias públicas.

Assim, o objetivo da pesquisa foi entender como os serviços de transporte público da cidade de Belo Horizonte e a movimentação dos veículos interferem na vida da comunidade acadêmica da Faculdade Promove BH, e como esse público têm se movimentado.

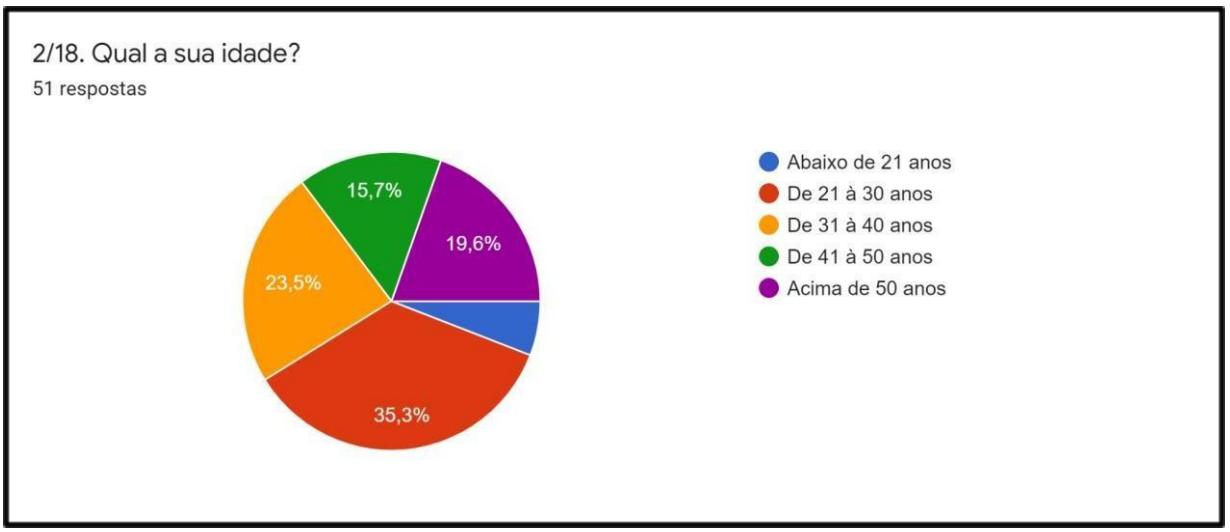
Gráfico 1: Qual o seu Gênero?



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico acima mostra que a maioria dos respondentes são mulheres 66,7%, o que demonstra e reforça que a maior parcela de pessoas cursando ensino superior nas universidades do país são mulheres, conforme mostra pesquisa do IBGE realizada em 2019.

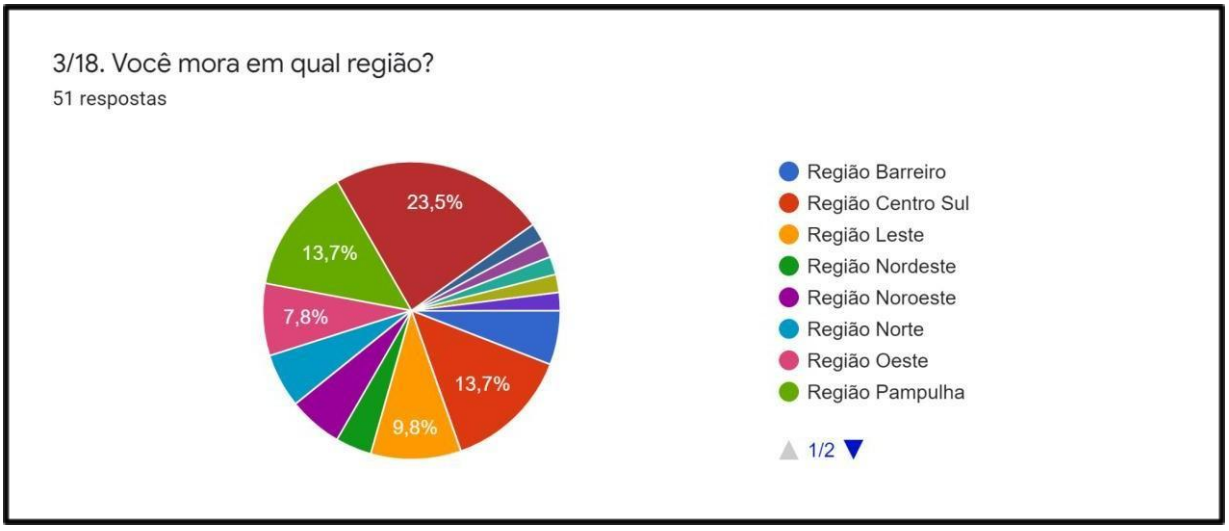
Gráfico 2: Qual a sua idade?



Fonte: Dados da pesquisa.

Observamos que a maioria dos respondentes da pesquisa estão com idade menor que 40 anos, o que reflete bem na composição da população onde a pesquisa foi aplicada, por se tratar de idade característica de universitários no geral.

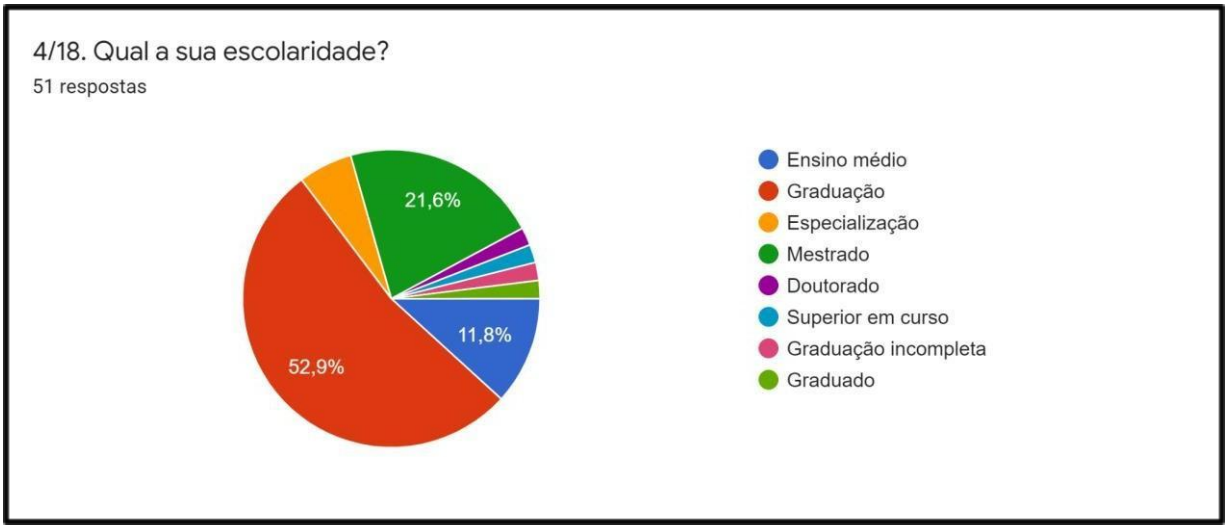
Gráfico 3: Você mora em qual região?



Fonte: Dados da pesquisa.

Este gráfico mostra uma porcentagem maior na região de residência dos respondentes, a região centro sul com 23,5%, juntamente com mais outras três regiões em destaque (Nordeste, Oeste e Leste), totalizando aproximadamente 61%. Esses dados, em paralelo às respostas em maioria do gráfico 7 em “não possuir transporte particular próprio”, deixam evidente a dependência do público do transporte coletivo e deslocamento pelo trânsito caótico de Belo Horizonte, onde relatam tempo de espera longo, poucos ônibus e horários disponíveis.

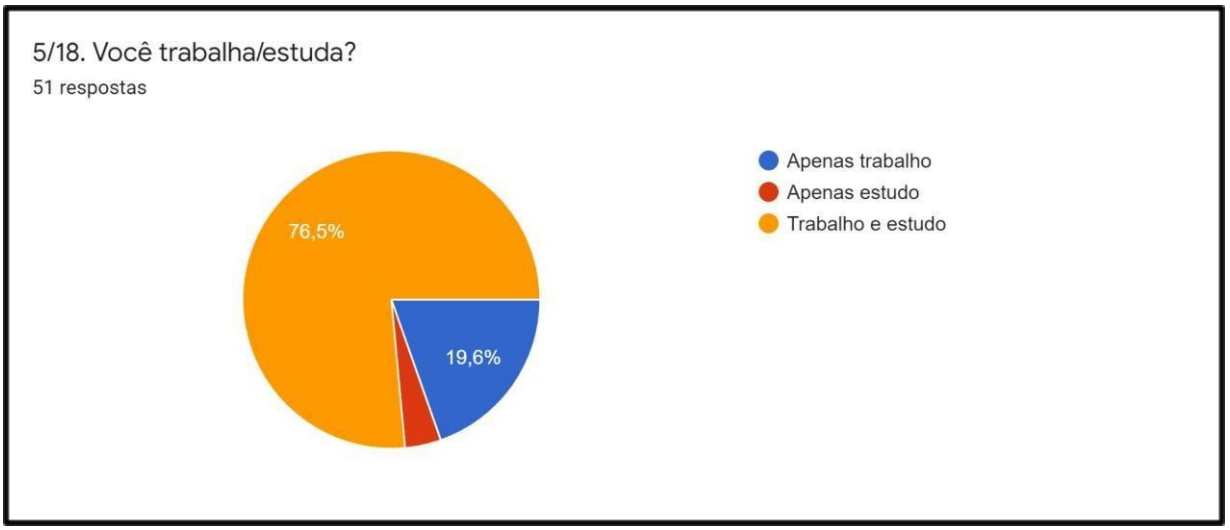
Gráfico 4: Qual a sua escolaridade?



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos respondentes são estudantes de graduação 52,9% e mestrado 21,6%, o que reflete diretamente na composição do público onde a pesquisa foi realizada, se tratando dos estudantes em curso de graduação e o corpo docente da faculdade.

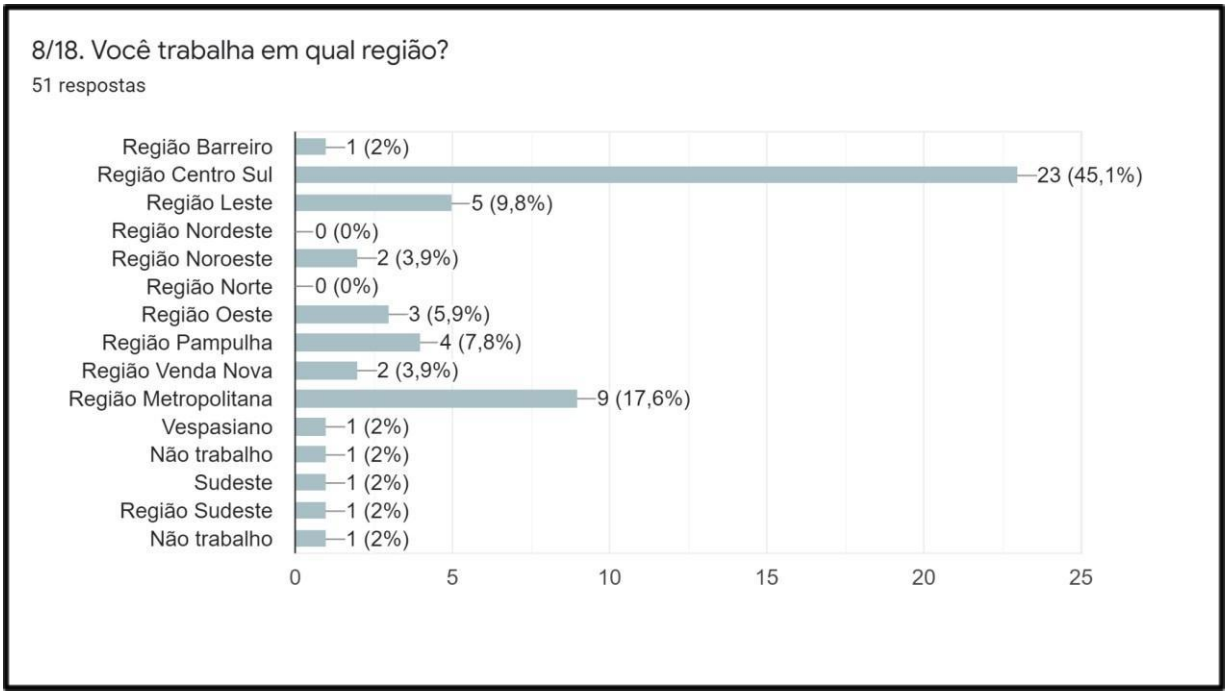
Gráfico 5: Você trabalha/Estuda?



Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos respondentes estudam e trabalham, tratando de uma parcela considerável de 76,5%, o que deixa evidente a realidade da população que trabalha durante o dia e vai para a universidade à noite. Com isto, caracterizando a demanda de transporte para deslocamentos.

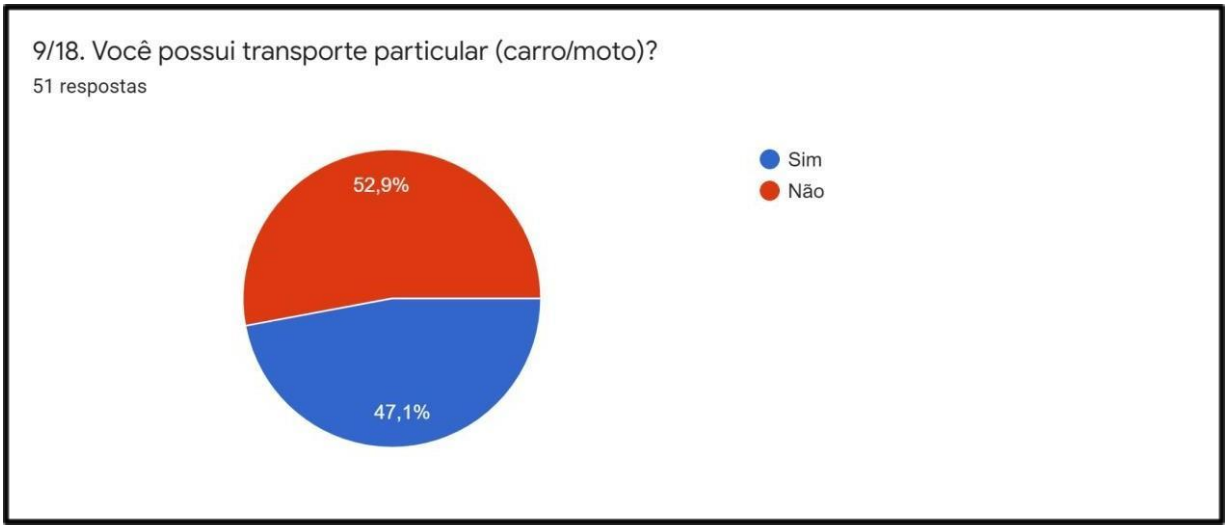
Gráfico 6: Você trabalha em qual região?



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os resultados obtidos na pesquisa 45,1% trabalham na região Centro Sul, juntamente com mais outras três regiões em destaque (Metropolitana, Leste e Pampulha), totalizando aproximadamente 80%. No gráfico 3 a maior parte dos respondentes residem na região centro sul com 23,5%, juntamente com mais outras três regiões em destaque (Nordeste, Oeste e Leste), totalizando aproximadamente 61%. Assim sendo, evidenciando a necessidade de deslocamentos diários para o trabalho, faculdade e para suas residências, através do transporte particular ou público, mas sofrendo os impactos com o trânsito caótico e vias públicas mal planejadas.

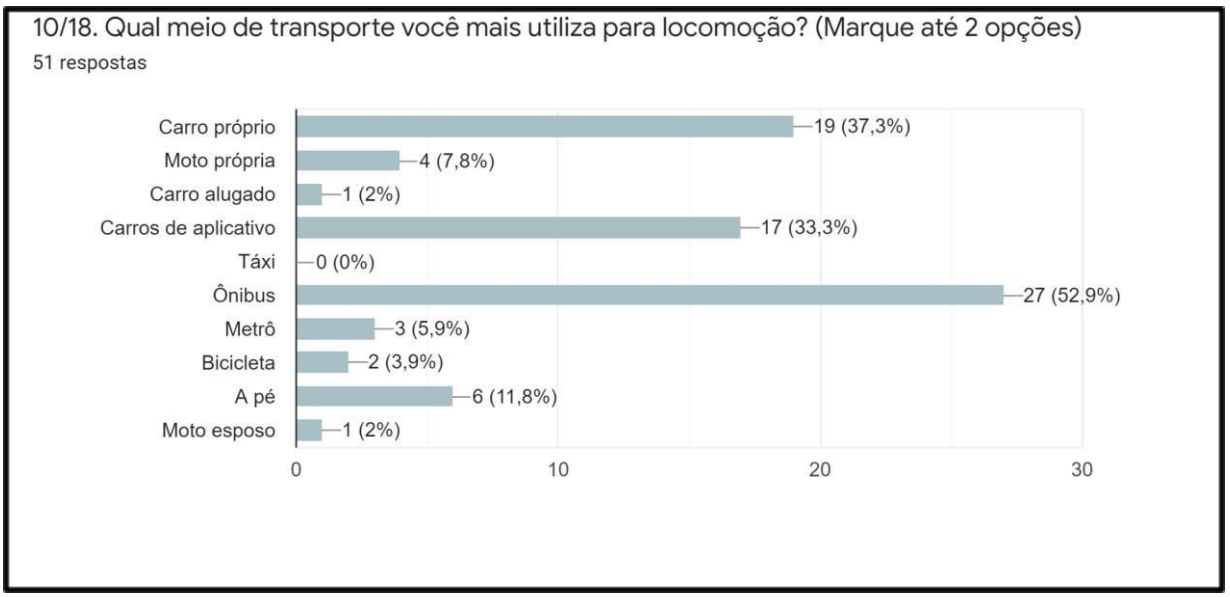
Gráfico 7:Você possui transporte particular (carro/moto)?



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que 52,9% das pessoas não possuem transporte particular, o que aponta para uma dependência do transporte público. O que nos leva a um comparativo com o tempo gasto no deslocamento, demonstrado no gráfico 9 com a maioria das pessoas gastam de 1 a 3 horas nos seus deslocamentos diários. Assim sendo, caracterizando a deficiência do transporte público e as respectivas vias de acesso.

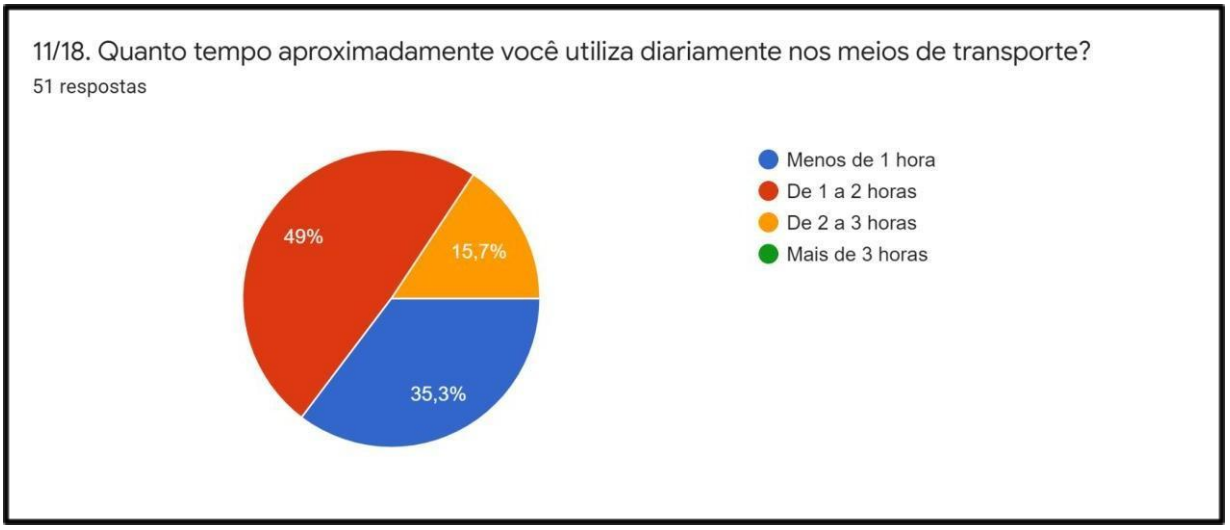
Gráfico 8: Qual meio de transporte você mais utiliza para locomoção?



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos respondentes de 52,9% aponta de fato a dependência dos ônibus para se deslocarem para seus trabalhos e faculdade.
A baixíssima adesão pelo metrô é proveniente da sua limitação de capilaridade entre as regiões e também da falta de investimento do poder público na sua expansão. Válido também pontuar que parcela considerável 33,3% fazem uso de aplicativos de transportes para se locomover, o que prova a facilidade que os aplicativos proporcionaram para a população.

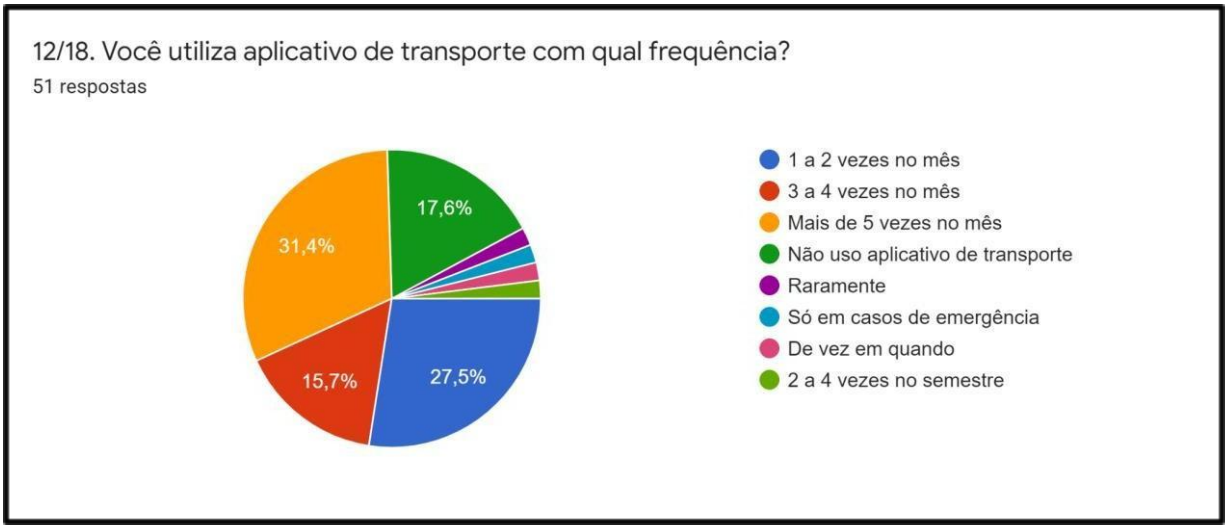
Gráfico 9: Quanto tempo aproximadamente você utiliza diariamente nos meios de transporte?



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria das pessoas 64,7%, gastam de 1 a 3 horas nos meios de transporte que utilizam, o que aponta para justamente aquelas que não possuem transporte particular e utilizam os ônibus como principal meio de transporte, conforme mostram os gráficos 7 e 8 respectivamente. Esse gráfico e os anteriores indicam dados preocupantes, pois mostram uma deficiência do transporte público e sua gestão.

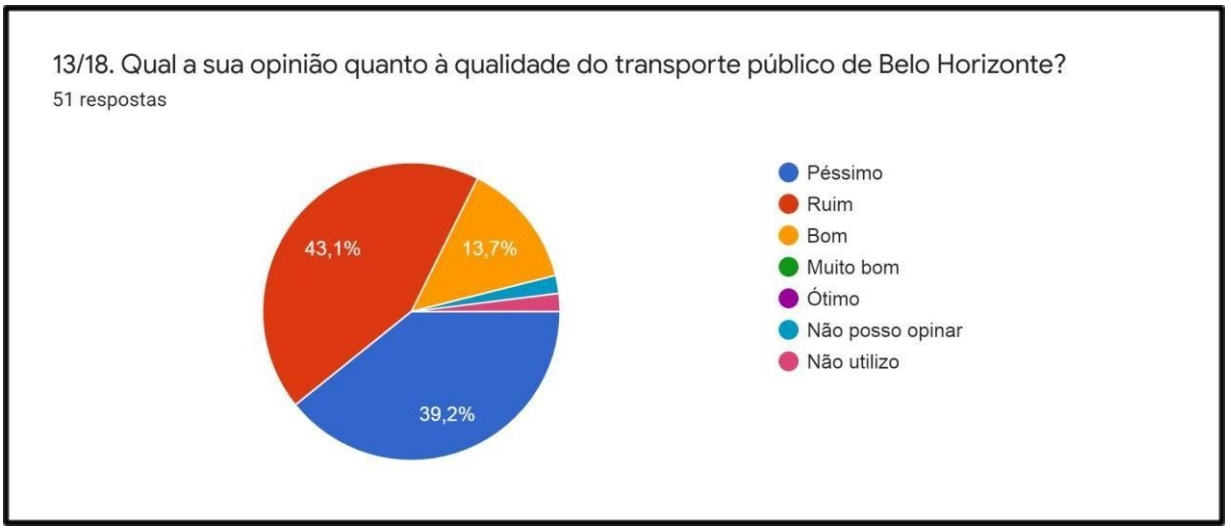
Gráfico 10: Você utiliza aplicativo de transporte com qual frequência?



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante dos dados obtidos nesse gráfico, a maioria 74,6% utiliza carros de aplicativo mensalmente para se locomover. Demonstra uma grande adesão ao uso de aplicativos, pela facilidade e comodidade que proporcionam a população e também como alternativa diante da deficiência do transporte público.

Gráfico 11: Qual a sua opinião quanto à qualidade do transporte público de Belo Horizonte?

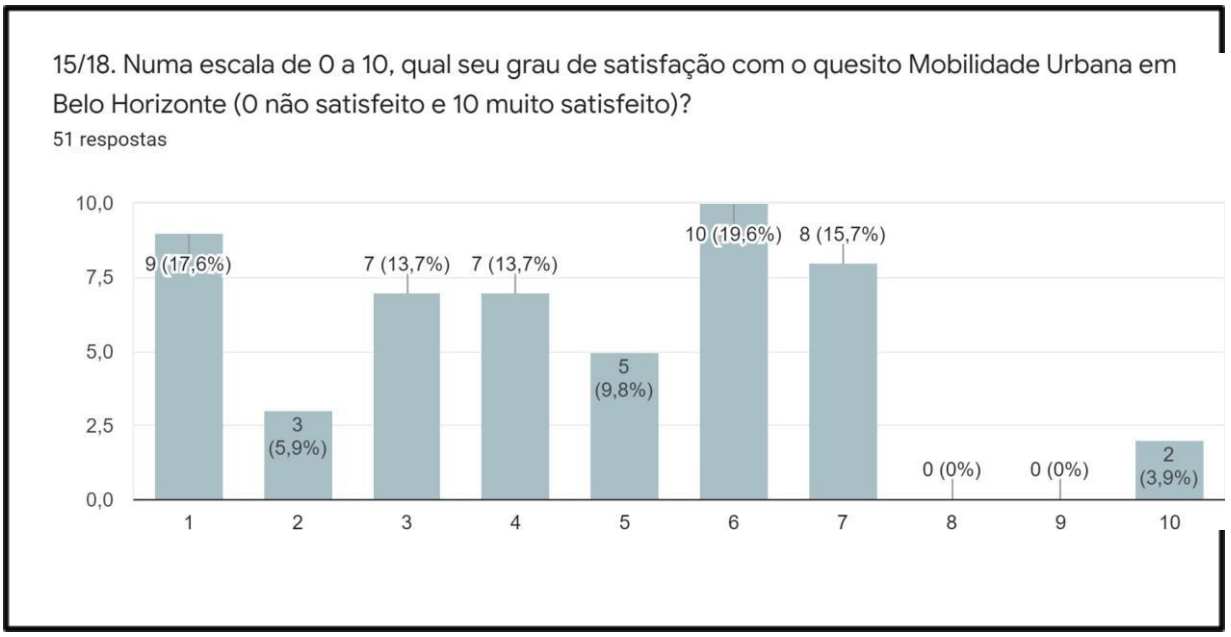


Fonte: Dados da pesquisa

Conforme os resultados obtidos na pesquisa, 82,3% dos respondentes afirmam que o transporte público da cidade de Belo Horizonte é péssimo e ruim, sendo assim, são

dados preocupantes, pois reflete a realidade enfrentada pela população. O que demonstra a deficiência na gestão pública na estruturação e planejamento da Mobilidade Urbana no quesito transporte público da cidade de Belo Horizonte.
Pesquisa avaliando o transporte público na periferia de BH confirma a ineficiência e insatisfação dos usuários, onde a maioria com 69,6%, reclamam da superlotação, condições precárias, trânsito e segurança (Edição do Brasil, 2018).

Gráfico 12: Numa escala de 0 a 10, qual seu grau de satisfação com o quesito Mobilidade Urbana em Belo Horizonte (0 não satisfeito e 10 muito satisfeito)



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria das pessoas, aproximadamente 62% estão insatisfeitas com a Mobilidade Urbana em Belo Horizonte, o que aponta para as respostas no gráfico anterior, onde a maioria considerou o transporte público péssimo ou ruim, ambos gráficos mais uma vez indicam dados preocupantes, deixando claro a dor, desafios, e problemas enfrentados no dia a dia por aqueles que dependem do transporte público para se locomover. Ônibus lotados, alguns depredados, mau funcionamento de estruturas básicas como um ar-condicionado, sem contar a demora entre uma viagem e outra, passagem cara, itinerários mal planejados, sendo tudo isso reclamações e pontos de vista dos respondentes da pesquisa em um levantamento de questão aberta para exposição das opiniões.

5. CONCLUSÃO E LIMITAÇÃO DA PESQUISA

O presente artigo teve como foco entender e avaliar o olhar da população acadêmica da Faculdade Promove BH, as condições e perspectivas da Mobilidade Urbana na cidade de Belo Horizonte.

5.1. Conclusão

Com os resultados obtidos, foi constatado que grande parte das pessoas faz uso e dependem do transporte público diariamente para locomoção, e relatam as dificuldades e situações que enfrentam todos os dias nos ônibus, pontos de ônibus, ruas e avenidas, e os desafios no trânsito na cidade de Belo Horizonte.

A pesquisa nos trouxe dados em importantes pontos, sendo o principal deles, a relevância do transporte público na vida das pessoas. São dados extremamente graves e muito preocupantes, pois deixa claro como as pessoas precisam que tenham maior oferta de ônibus e horários disponíveis, melhor planejamento de rotas para reduzir o tempo das viagens, o que fará com que diminua o tempo que elas gastam nos deslocamentos. Por isso é tão relevante o investimento em vias públicas, e a ampliação do metrô.

Quanto às características sociais dos respondentes da pesquisa, foi constatado que a maioria, são mulheres e têm idade entre 21 e 40 anos, sendo maioria tanto da população brasileira como dentro das universidades, e é justamente a idade comum de universitários. Importante mencionar também que a maioria trabalha e estuda, o que reforça uma realidade sociocultural de trabalho durante o dia e estudo a noite. (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019)

Na análise da mobilidade da população acadêmica da Faculdade Promove, observou- se que a maioria trabalham na região centro sul de Belo Horizonte, o que demonstra a necessidade de deslocamento dessas pessoas através dos ônibus, carros particulares e carros de aplicativos, o que explica a avaliação negativa do transporte público em péssimo e ruim em oitenta e dois por cento, e a insatisfação com a Mobilidade Urbana em Belo Horizonte em sessenta e dois por cento.

Portanto, a pesquisa evidenciou que no conhecimento, vivência e realidade do público respondente sobre o tema e seus desdobramentos são extremamente relevantes e só comprova o que de fato está deixando a desejar no quesito Mobilidade Urbana na cidade de Belo Horizonte. Ruas e avenidas mal planejadas, pouco interesse do poder público em projetos de melhorias, empresas de ônibus abusivas, passagens caras, ônibus em más condições de funcionamento, atrasos e poucos horários, além de longos congestionamentos.

5.2. Limitação da pesquisa

A pesquisa apresentou limitações diante de um tempo maior no processo de avaliação e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética através da Plataforma Brasil. Outra limitação foi devido à pandemia do Covid-19, pelo fato do isolamento social, dificuldade de acessar a população objeto da pesquisa, com isso, apresentou respostas em número reduzido. O que impede uma generalização dos resultados para toda a população, ou seja, obtendo uma amostragem não probabilística.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, N. S. N. S. **Chega de enrolação, queremos condução:** movimentos reivindicativos de transportes coletivos em São Paulo, 1979-1982/83. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, 1987.

ALBANO, João Fortini. **Vias de transporte**. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora Ltda, 2016

BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento.** 4.ed. São Paulo, Saraiva Educação, 2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em:

Constituição (planalto.gov.br) Acesso em 07/11/ 2021

Brasil (2012) Lei no 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em 07/11/ 2021

Brasil (2001) Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em 07/11/ 2021

Brasília: **Confederação Nacional** do **Transporte**, 2019. Disponível em: < https://www.cnt.org.br/agencia-cnt/brasil-desperdica-dois-tercos-do-potencial-hidroviario >. Acesso em: 09 jun. 2022.

Edição do Brasil: Usuários avaliam transporte público da periferia de BH como um dos piores. https://edicaodobrasil.com.br/2018/09/20/usuarios-avaliam-transporte-publico-da-periferia-de-bh-como-um-dos-piores/. Acesso em 21/06/2022 às 21:40.

IBGE: Mulheres têm mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minoria em áreas como engenharia e TI. Disponível em https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/4373/educacao- superior. Acesso em 17/06/2022 às 15:26.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em 07/11/ 2021

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mobilidade urbana no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**-cp.4 São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2001. **MINISTÉRIO DAS CIDADES**. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil 2008, Brasília, 2011. **MINISTÉRIO DAS CIDADES**. Disponível em:

https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/DHB_2008_Final_2011.pdf. Acesso em 07/11/ 2021

MIRANDA, Giovanni Candido; LOBO, Carlos; LESSA, Daniela Antunes. **A mobilidade urbana e o transporte coletivo por ônibus em Belo Horizonte**: Cenários e projeções para 2022 e 2032: Recife, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais; XXXI Congresso Nacional de Pesquisa em Transporte da ANPET, 29 de Outubro a 01 Novembro de 2017.

Pesquisa mobilidade da população urbana 2017 / Confederação Nacional do Transporte, Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos. - Brasília: CNT: NTU, 2017.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Imagens e História na Internet:** Os Bondes, Patrimônio Brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2019. https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C8%25%20de%20mulheres. Acesso em 18/06/2022 às 18:05.

RUBIM, Bárbara e LEITÃO, Sérgio. **O plano de mobilidade urbana e o futuro das cidades.** São Paulo, Greenpeace Brasil, estudos avançados 2013, 27 (79).

SANTOS, J. V. T. A construção da viagem inversa. **Cadernos de Sociologia**, ensaio sobre a investigação nas ciências sociais, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 55-88, jan./jul. 1991.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de; CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. **Transporte e Mobilidade Urbana.** Brasília: Ipea, 2011. 74p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo, Atlas, 2013

VIEIRA, Nuno Filipe da Silva Nogueira. **DINÂMICAS DA MOBILIDADE: O CASO DO PORTO.** Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2008.

Rádio Itatiaia entre hertz e redes sociais: uma análise da cobertura dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 (2021) no *Instagram*

Radio Itatiaia between hertz and social networks: an analysis of coverage of the 2020 (2021) Tokyo Olympic Games on Instagram

Michael Martins de Sousa[1]

Natan Andrade de Jesus[2]

Orientador: Gilvan Ferreira de Araújo[3]

Resumo: As adaptações que os meios de comunicação têm sofrido com a popularização das redes sociais faz com que as emissoras de rádio, principalmente as tradicionais, tenham buscado estar presente no ambiente digital. Diante desse fenômeno, o presente estudo se propôs analisar de que forma a Rádio Itatiaia, emissora mineira que tem 70 anos, construiu as narrativas jornalísticas na cobertura dos Jogos Olímpicos de Tóquio (2020) 2021 no *feed* do *Instagram*. Para isso, utilizamos os conceitos teóricos de jornalismo tradicional (informativo) e jornalismo colaborativo (participativo).

Palavras-chave: Rádio Itatiaia. Jogos Olímpicos de Tóquio (2020) 2021. Jornalismo Tradicional (Informativo). Jornalismo Colaborativo (Participativo). Instagram.

Abstract: The adaptations that the media has been suffering with the popularization of social networks made radio stations, especially traditional ones, seek to be present in the digital environment. Facing this phenomenon, the present study aimed to analyze how Radio Itatiaia, a 70-year-old Minas Gerais broadcaster, built journalistic narratives in the coverage of the (2020) 2021 Tokyo Olympic Games in the Instagram feed. To achieve this purpose, we used the theoretical concepts of traditional journalism (informative) and collaborative journalism (participatory).

[1] Graduando pelo curso de jornalismo da Faculdade Promove. Aluno Promove. e-mail: michael.sousa@soupromove.com.br

[2] Graduando pelo curso de jornalismo da Faculdade Promove. Aluno Promove. e-mail: natan.jesus@soupromove.com.br

[3] Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Faculdade Promove. e-mail: gilvan.araujo@somospromove.com.br

Keywords: Radio Itatiaia. 2020 (2021) Tokyo Olympic Games. Traditional Journalism (Informative). Collaborative Journalism (Participative). Instagram.

1 INTRODUÇÃO

A Rádio Itatiaia é um dos principais veículos de comunicação do Brasil. A emissora foi fundada em 20 de janeiro de 1952 pelo jornalista e radialista Januário Laurindo Carneiro. Em 1994, seu irmão, Emanuel Carneiro assumiu a presidência da empresa e ficou até 2021. Em maio do ano passado, a Itatiaia passou a fazer parte do grupo de empresas do empresário Rubens Menin[4], proprietário da CNN Brasil e da Construtora MRV. Em janeiro deste ano a rádio completou 70 anos[5].

A história da Rádio Itatiaia é caracterizada por coberturas marcantes, que começaram desde os primeiros anos de operação. De acordo com Carvalho e Martins (1992), em 1954, a emissora transmitiu, por 42 horas ininterruptas, o julgamento sobre "O crime do Parque Municipal"[6]. No fundo do auditório do Fórum Lafayette, a rádio instalou um posto de transmissão e relatou todos os debates do júri. Foi uma espécie de divisor de águas da emissora, citam Carvalho e Martins (1992). Dessa forma, a Itatiaia começou a se fazer forte no campo do jornalismo.

No esporte, em 1952, a emissora transmitiu os Jogos Olímpicos Universitários, iniciando uma marca na cobertura esportiva.

> Em 1952, um fato marcou a história da radiofonia mineira em Belo Horizonte. Foram realizados na Capital os Jogos Universitários e as três principais emissoras de Belo Horizonte mostraram pouco interesse pela cobertura das competições. A Itatiaia cobriu todos os jogos, contando com uma equipe sem experiência, sem carros, sem linhas de som e com apenas um telefone. Foi uma demonstração de força de um novo modelo de

[4] Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/quem-somos>. Acesso em 15 de junho de 2022.

[5] Disponível em: < https://www.itatiaia.com.br/noticia/itatiaia-comemora-70-anos-de-vida-tudo-o-que-importa-para-minas >. Acesso em 15 junho de 2022.

[6] O julgamento foi de Décio Escobar, embaixador do Brasil em La Paz (Bolívia), acusado do assassinato do engenheiro Eduardo Delgado, da alta sociedade mineira, em 5 de dezembro de 1946. O corpo do engenheiro, que era homossexual, foi encontrado morto e ensanguentado no Parque Municipal de Belo Horizonte. Apesar do testemunho da própria ex-mulher, Escobar foi inocentado do crime por cinco votos a dois, e o crime permanece sem solução até hoje.

> rádio que surgia, contrariando todos os princípios básicos que norteavam as transmissões de rádio até então. (PRATA, 2011, p. 123).

Também foi no esporte que Rádio Itatiaia realizou a primeira transmissão internacional do rádio mineiro. Segundo Prata (2011), em 1959, a emissora transmitiu, direto da Argentina, o jogo entre Brasil e Peru pelo Campeonato Sul-Americano de Futebol. Assim, começou a tradição de coberturas esportivas da emissora, inclusive sendo a primeira a cobrir Copa do Mundo e Olimpíada com equipe própria[7].

A primeira cobertura de jogos Olímpicos foi realizada em Los Angeles (1984). De lá pra cá, a Itatiaia esteve presente em Seul (1988), Barcelona (1992), Atlanta (1996), Sydney (2000), Atenas (2004), Pequim (2008), Londres (2012) e Rio (2016)[8].

Os Jogos Olímpicos de Tóquio também tiveram a cobertura da emissora. No entanto, a rádio não enviou equipe para o Japão[9]. O evento que estava marcado para ser realizado em 2020 foi adiado e remarcado para 2021 devido a pandemia da Covid-19[10].

De um modo geral, a programação esportiva da Itatiaia é percebida por realizar coberturas internacionais de peso, principalmente em Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e Jogos Pan-americanos. (SANTOS, 2010)

Assim como outras emissoras tradicionais, a Rádio Itatiaia surgiu em uma época em que os veículos distribuíam os conteúdos para as massas. Conforme Ferraretto (2014), a emissora tradicional se caracteriza por ser aquela que tem bases hertzianas. Ou seja, é o principal produtor e distribuidor de conteúdo, "em que pesem todas as alterações introduzidas no ambiente comunicacional por celular, internet e derivados" (FERRARETTO, 2014. p. 17).

Entretanto, com a chegada da web, os veículos de comunicação, principalmente os radiofônicos, tiveram que se adaptar aos novos meios. Um conceito importante abordado por Wilson Dizard Junior (2000) citado por Ferraretto (2014), diz que os novos desafiantes eletrônicos vieram para modificar a produção das mídias de massa que transmitiam informações e entretenimento para grandes públicos de forma padronizada.

---

[7] Disponível: < https://www.itatiaia.com.br/quem-somos>. Acesso 15 de junho de 2022.

[8] Disponível: < https://www.itatiaia.com.br/noticia/emissora-oficial-itatiaia-leva-maior-equipe-do-radio-brasileiro-para-a-cobertura-da-olimpiada >.Acesso em 15 de junho de 2022.

[9] Informação fornecida pelo jornalista e repórter da Rádio Itatiaia, João Vitor Cirilo.

[10] Disponível em: < https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2020-03/jogos-olimpicos-e-paralimpicos-de-toquio-sao-adiados#:~:text=O%20Comit%C3%AA%20Ol%C3%ADmpico%20Internacional%202020%20para%202021 >. Acesso em 15 de junho de 2022.

> Entretanto, sua inovação mais importante é a distribuição de produto de voz, vídeo e impresso num canal eletrônico comum, muitas vezes em formatos interativos bidirecionais que dão aos consumidores maior controle sobre os serviços que recebem, sob quando obtê-los e sob que forma. (DIZARD JUNIOR, 2000, *apud* FERRARETTO, 2014. p.18)

Bonixe (2010) cita que o ouvinte não é mais passivo mediante a presença do rádio na *web* e a utilização de ferramentas que provocam novos formatos que permitem a participação. O autor reitera que a "nova rádio" vive outra realidade que fez com que o som se juntasse a palavra escrita, o vídeo, as hiperligações e as redes sociais. Ainda conforme Bonixe (2010) a narrativa jornalística é alterada por esses fatores. O autor ainda salienta que a presença do rádio na internet é uma realidade que as empresas de radiodifusão não dispensam.

Ciente dessa necessidade, a Rádio Itatiaia se propôs a investir de forma intensa no meio digital, principalmente após a aquisição do veículo pelo novo proprietário, Rubens Menin[11].

Com oito meses sob o novo comando, a Itatiaia se tornou a rádio mais ouvida do Brasil de acordo com pesquisa realizada pela Kantar Ibope Média. O veículo alcançou a marca de 3,12 milhões de pessoas que acompanharam a programação durante o mês de janeiro de 2022, sendo que 1,14 milhão desse público estavam nas plataformas digitais[12].

No Instagram, por exemplo, são 595 mil seguidores, com 22.060 publicação[13] até o momento. Na plataforma, a Rádio Itatiaia publicou seu primeiro post no dia 27 de maio de 2018. O conteúdo foi referente à Copa do Mundo realizada na Rússia. Inclusive, a primeira legenda que a emissora utilizou foi a *hashtag:* #ItatiaiaNaCopa[14]. É interessante observar que a primeira participação da rádio no Instagram foi com a divulgação de conteúdo esportivo.

Diante do exposto que mostra a inserção da Rádio Itatiaia no jornalismo, principalmente no esporte, desde os primeiros anos de atividade, as adaptações de atuação do meio radiofônico e inserção da emissora no universo digital, o presente estudo tem como problema de pesquisa a seguinte pergunta: De que forma a Rádio Itatiaia trabalhou suas narrativas jornalísticas na

---

[11] Disponível < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/apos-cnn-menin-compra-radio-itatiaia-e-vai-ampliar-investimento-em-digital.shtml > . Acesso em 16 de junho de 2022.

[12] Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/noticia/itatiaia-conquista-lideranca-inedita-e-se-torna-a-radio-mais-ouvida-no-brasil >. Acesso em 15 de junho de 2022.

[13] Disponível em: < https://www.instagram.com/itatiaiaoficial/ >. Acesso em 22 de junho de 2022.

[14] Disponível em: < https://www.instagram.com/p/BjTNwomANhT/ >.Acesso em 28 de maio de 2022.

cobertura esportiva dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 (2021) numa plataforma digital como Instagram? Consequentemente, esse também se configura como o objetivo geral do trabalho. Além disso, os objetivos específicos são: Descrever a cobertura dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 (2021) realizado pela Rádio Itatiaia, no *Instagram*; Entender a diferença entre jornalismo tradicional e o colaborativo nas transmissões radiofônicas; Analisar o uso do jornalismo colaborativo pela Rádio Itatiaia nas transmissões dos jogos Olímpicos de Tóquio 2020 (2021) no *Instagram;* Compreender quais as características do jornalismo colaborativo existem na cobertura dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 (2021) realizada pela rádio Itatiaia no *Instagram.*

O estudo justifica-se relevante para a comunicação, pois buscará compreender as formas da construção da narrativa jornalística da cobertura esportiva de uma emissora de rádio tradicional, como a Rádio Itatiaia, nas redes sociais, especificamente no Instagram. As emissoras tradicionais, que se construíram a partir de uma era onde a comunicação era feita para as massas, passam por um momento de convergência e adaptações nas mídias sociais, onde o público passa a ter papel ativo perante as produções. Nesse sentido, a pesquisa torna-se importante porque pretende analisar a partir de qual forma jornalística a Rádio Itatiaia construiu as narrativas da cobertura dos jogos Olímpicos de Tóquio (2020) 2021 no Instagram, no momento em que as redes sociais têm servido como campo de expansão e produção de conteúdo.

A atuação de rádios nas mídias sociais já foi objeto de estudos, como apontam as pesquisas: *Como o rádio se adapta à convergência: uma análise sobre a Rádio Gaúcha* (SOUZA, RITZEL, SILVA, BELOCHIO, 2018)*; Rádios e redes sociais: novas ferramentas para velhos usos?* (QUADROS, LOPES, 2014); *Radiojornalismo e convergência digital, uma análise das rotinas de repórteres em emissoras all news.* (SOUZA, 2020) e *O rádio nas redes sociais: uma análise dos conteúdos da UFT FM no Instagram* (LIMA, 2019).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Jornalismo Tradicional (Informativo)

Ao longo do tempo a Rádio Itatiaia se consolidou a partir de um jornalismo tradicional que sempre buscou informar os seus ouvintes. Como citamos na introdução, a emissora se caracterizou pela transmissão de conteúdo para as massas. De acordo com Carvalho (2010), quando se fala em jornalismo informativo, estamos falando de uma instituição que se legitima

em um período da sociedade industrial “em que nasce os meios de comunicação de massa, como rádio e a televisão” (CARVALHO, 2010. p.35). E foi nesse contexto que a emissora mineira surgiu em 20 de janeiro de 1952[15].

O formato da narrativa jornalística tradicional, de acordo com estudos e pesquisas, tornou o jornalismo em um produto confiável para o consumo. Como lembra Carvalho (2010), “A mediação informativa do jornalismo é utilizada pelas organizações como estratégia de busca de credibilidade junto ao público" (CARVALHO, 2010. p.39)

Ainda dentro dessa vertente, devido a vários aspectos, o jornalismo configurou-se como produto fundamentado no interesse da população. Como cita Amaral (2021), o jornalismo de referência dialoga com o leitor interessado no que é público.

Carvalho (2010) cita que mesmo com o passar do tempo percebe-se ainda que há uma força na ideia de que o discurso jornalístico é um retrato fiel da realidade (Teoria do Espelho). Embora algumas teorias já tenham superado tal abordagem, o fato é que o jornalismo tradicional adota um papel de pura transmissibilidade dos acontecimentos.

Para Carvalho (2010), mesmo com as mudanças tecnológicas o jornalismo permanece fiel ao seu princípio informativo. Ainda de acordo com a autora, mudaram as estruturas, mas levar a informação às pessoas “contínua, desde a institucionalização do jornalismo, legitimando seu fazer, que se dá por meio de uma lógica transmissionista.” (CARVALHO, 2010. p.43)

Quando se pensa na dimensão de transmissão no modelo do jornalismo tradicional, é perceptível que a notícia é distribuída pela lógica do modelo de comunicação de massa. “O que insere o jornalismo na lógica da comunicação da mídia de massa é seu papel social de intermediação, em que as organizações informativas distribuem suas mensagens em uma lógica transmissiva de comunicação” (CARVALHO, 2010. p.38 e 39). Rublescki (2011), destaca que o jornalismo de massa é baseado na ideia de que é possível transmitir uma única notícia para maior audiência possível.

> Esse modelo de jornalismo de transmissão de informação estaria hoje passando por um processo de legitimação que desestabiliza seu papel intermediador com a socialização do poder de emissão relacionada às atuais tecnologias de informação e comunicação. (CARVALHO, 2010. p.4)

[15] A Rádio Itatiaia é uma emissora sediada em Belo Horizonte (MG) e opera no dial AM 610 kHz e FM 95,7 MHz. Pertence à Rede Itatiaia de Comunicação, de propriedade do empresário Rubens Menin, dono da MRV Construtora e do canal de televisão CNN Brasil.

De acordo com Alzamora (2010/2011), esse modo de produção de jornalismo de massa, que se consolidou no século XX, é fundamentado no método transmissivo. Ainda segundo a autora a perspectiva de transmissão parte de um centro irradiador de emissões para os receptores espalhados. É nesse contexto que a Rádio Itatiaia se constitui como um objeto de análise interessante. Suas primeiras postagens no Instagram surgiram em 27 de maio de 2018[16], já quando o modelo transmissivo estaria sendo ultrapassado por uma forma mais colaborativa/participativa de difusão das notícias.

Alzamora (2010/2011) também diz que essa lógica pressuposta privilegia mediadores sociais que definem “assuntos e abordagem de interesse público". (ALZAMORA, 2010/2011. p.161). Conforme a autora, “os jornalistas são os legítimos representantes desses mediadores sociais privilegiados pela lógica dos meios de massa” (ALZAMORA, 2010/2011. p.161)

Dessa forma, percebe-se que neste modelo de jornalismo tradicional (Informativo), que tem base na comunicação de massa, quase sempre não há interação durante o processo noticioso, que é constituído do emissor para o receptor.

> O jornalismo de que estamos falando, portanto, esteve, durante parte de sua história, ligado à lógica da mídia de massas - baseada em um processo comunicativo de transmissão ou difusão de mensagem em que o emissor e receptor ocupam posições distintas e assimétricas, que só entram em contatos a partir do relacionamento que estabelecem na informação. (CARVALHO, 2010, p. 35)

O fato é que quando falamos de um modelo transmissivo de comunicação, estamos entendendo que nesse modelo – no jornalismo – a notícia parte de um emissor para vários receptores. A Rádio Itatiaia foi criada e manteve-se neste modelo nos diais AM e FM por vários anos. A interação com o ouvinte se dá por uma concessão unilateral dos apresentadores da rádio e não por uma interferência espontânea e deliberada do receptor.

2.2 Jornalismo Colaborativo (Participativo)

[16] Disponível em: < https://www.instagram.com/p/BjTNwomANhT/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em 28 de maio de 2022

A mudança de um modelo informativo (tradicional) para um modelo colaborativo participativo vem sendo experimentado nas duas últimas décadas por diversos meios de comunicação através de mídias digitais. Atualmente, além do rádio, a Rádio Itatiaia distribui seus conteúdos pelo site, aplicativo, mídias sociais e pela tv a cabo. No entanto, não se sabe se, dentro do *corpus* escolhido para esta pesquisa, existe a participação direta do público, lugar que foi sendo conquistado pelo leitor. Uma característica base do modelo colaborativo.

Rublescki e Barichello (2013) salientam que esse espaço do leitor no jornal foi conquistado por um conjunto de fatores importantes para os veículos de mídia. Os autores citam que os sites colaborativos-participativos e de discussão cresciam rapidamente em torno da grande imprensa. Além disso, segundo Rublescki e Barichello (2013), "os interagentes começaram enviar espontaneamente material para as redações, tornando-se fontes valiosas de dados e imagens em lugares onde a imprensa não estava." (RUBLESCKI E BARICHELLO, 2013. p. 110)

De acordo com Lima (2020) conforme o dicionário *Michaelis (*2019), colaboração é um termo do latim que significa "Ato ou efeito de colaborar, de trabalhar em conjunto; cooperação ajuda" (LIMA, 2020, p. 52). Ainda segundo Lima (2020) após popularização da *web 2.0,* no século XXI, a colaboração entre jornalistas e empresas do ramo passou a se construir de forma inédita entre profissionais e não profissionais.

No entanto, segundo Zanotti (2010), as práticas de colaboração com o jornalista para a produção de notícias não é um fenômeno novo no campo da comunicação social. De acordo com o autor, antes da internet, a colaboração existia por meio de telefonemas, cartas e visitas pessoais às redações de jornais, emissoras de rádio e TV. Primo e Träsel (2006), também citam que antes do e-mail existia a participação por meio de carta e ligações por onde acontece a sugestão de pauta e seções do tipo cartas do leitor.

Lima (2020) destaca que a colaboração do público como leitor, ouvinte e telespectador esteve presente no campo do jornalismo. Segundo o autor, essa participação acontecia por meio das fontes que eram consultadas para matéria ou reportagem, oriunda de informações ou denúncias.

Neste campo, a Rádio Itatiaia atua com o programa Plantão da Cidade que vai ao ar de segunda à sábado, das 16h05 até as 17h00. A atração tem como uma de suas principais características levantar pautas a partir de denúncias sugeridas pelos ouvintes[17] .

[17] Disponível em: < https://www.itatiaia.com.br/programacao-radio >. Acesso em 13 de junho de 2022.

Entretanto, o que marca a diferença entre os tipos de colaboração segundo Lima (2020), é a participação intensa e frequente, algo que é esclarecido por Jenkins (2009):

> [...] Se os antigos consumidores eram tidos como passivos, os novos consumidores são ativos. Se os antigos consumidores eram previsíveis e ficavam onde mandavam que ficassem, os novos consumidores são migratórios, demonstrando uma declinante lealdade a redes ou meios de comunicação. Se os antigos consumidores eram indivíduos isolados, os novos consumidores são mais conectados socialmente. Se o trabalho de consumidores de mídia já foi silencioso e invisível, os novos consumidores são agora barulhentos e públicos. (JENKINS, 2009, p.47)

Além disso, Lima (2020) define que essência do jornalismo colaborativo está na "interação cooperativa, espontânea ou estimulada" (LIMA, 2020.p.75), mesmo sabendo que a modalidade também é conhecida apenas como participativa.

Para Zanotti (2010) o termo jornalismo colaborativo ganhou vida a partir do surgimento da sociedade pós-moderna, informática, do conhecimento ou informacional, entre outras, cita o autor. Para Bellochio (2009), o surgimento de espaços para colaboração permitiu que as pessoas participassem da construção das notícias. "O aparecimento do espaço colaborativo em jornais digitais demonstra a apropriação do modelo de construção de notícias a partir da contribuição de amadores, que se consolidou na cauda longa da informação" (Bellochio, 2009. p. 4)

Belochio (2009) também diz que "A inclusão de novos atores no território institucionalizado do jornalismo dá forma ao jornalismo participativo, sistema que privilegia graus variados de interatividade nas redes". Belochio (2009. p. 56). Para Palácios e Munhoz (2007), a Internet é um suporte que aceita o compartilhamento de todos os estilos.

> Na internet, jornalismo tradicional e circuitos alternativos de informação (jornalística ou não) compartilham o mesmo suporte (Blood, 2002), estando separados por apenas um *clic* do usuário, que pode ser livremente comuns entre o tradicional e o alternativo. Os veículos de massa tradicionais, ao migrarem para as redes, perderam o monopólio da emissão que gozavam em suportes anteriores (Wolton, 1999). (PALÁCIOS, MUNHOZ, 2007.p. 63)

Rublescki e Barichello (2013) citam que o jornalismo colaborativo enriquece a notícia por dois motivos. O primeiro é que, por meio de diversos atores, a produção jornalística relevante e potencializada em *blogs* e mídias sociais. Já o segundo, diz respeito aos comentários e "*links* que possibilitam interligação entre fragmentos de complementação, que, juntos, configuram uma maior carga informativa à postagem original." (RUBLESKI e BARICHELLO, 2013.p. 110)

Para Träsel (2007), pela interação dos repórteres nas redes, o público passa a ter um papel fundamental na produção do *webjornalismo* participativo, quando comparado aos *webjornais* normais.

> No webjornalismo participativo, este papel é mais fundamental, pois não apenas têm mais chances de se tornarem fontes e desempenhar algumas funções antes restritas quase somente aos jornalistas profissionais, como os internautas têm uma função essencial na própria continuidade na operação do site. A falta de colaboração por parte do público, com efeito, inviabiliza ou prejudica o funcionamento de um webjornal participativo. (TRÄSEL, 2007. p. 80)

De acordo com Primo e Träsel (2006), diferentes vozes atravessam o texto jornalístico. Os autores acreditam que o noticiário inclui sempre, em alguma medida, a participação do seu público. Primo e Träsel (2006), ainda citam que as tecnologias digitais promovem maiores interferências populares no processo noticioso. Também acrescentam que, outro fator que motiva o desenvolvimento do webjornalismo participativo é a expansão de máquinas de fotografia digital e celulares que podem captar fotos, vídeos e enviar mensagens multimídia. Assim, fica mais fácil fazer registro dos fatos no momento em que eles acontecem. Dessa forma, de acordo com os autores, as empresas de produção jornalística passaram a contar com o público na produção de imagens e informações.

> Este trabalho, por seu turno, prefere adotar webjornalismo participativo, definindo-o da seguinte forma: práticas desenvolvidas em seções ou na totalidade de um periódico noticioso na Web, onde a fronteira entre produção e leitura de notícias não pode ser claramente demarcada ou não existe. (PRIMO, TRÄSEL, 2006. p.47)

No entanto, Alzamora (2010/2011), cita que enquanto na comunicação de massa os recursos de linguagem não permitem interlocução, na comunicação entre emissores e receptores, na comunicação hipermidiática existe o processo dialógico e processual. “Assim, multimidialidade, hipertextualidade e interatividade participam, em maior ou menor grau, dos processos comunicativos na internet, caracterizando as mediações sociais hipermidiáticas.” (ALZAMORA, 2010/2011. p.162)

Dessa forma, neste modelo de jornalismo colaborativo (participativo), nota-se que tem como característica a participação e colaboração do público na construção do processo noticioso.

Essa participação pode se dar, não só em resposta a uma provocação do emissor, como pela publicação de textos ou escolhas de percursos no ciberespaço pelo receptor que, desta forma, se torna emissor de um conteúdo ou, pelo menos, tem a liberdade de navegar de acordo com seus próprios interesses, sem uma influência direta do emissor, construindo sua própria narrativa.

2.2.1 Hipertexto

De acordo Canavilhas (2014), "a origem etimológica da palavra ' texto' é 'textum', que significa "tecido ou entrelaçamento" (CANAVILHAS, 2014. p. 4). Segundo o autor, na web, o texto é mais do que um conjunto de palavras ou frases organizadas. Quando se trata de hipertexto, o texto transforma-se numa tessitura informativa, formando um conjunto de blocos informativos que são conectados através de hiperligações (Links). Canavilhas (2014) também cita que "o conceito de bloco informativo, também conhecidos por nó (Lévy, 1993) ou lexia (Landow, 1992) aplica-se a todo tipo de conteúdo, sejam textos, imagens fixas, imagens em movimento, sons ou infografias". (CANAVILHAS, 2014. p.6)

De acordo com Lévy (1993), o hipertexto tem a função de organizar conhecimento e dados e alcançar informação e comunicação.

> Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequência sonoras, documentos complexos, que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informações não são ligados linearmente, como uma corda com nós, mas cada um deles ou a maioria, entende suas conexões em estrela de modo reticular. (LÉVY, 1993, p. 33)

De acordo com Ferrari (2019), as informações digitais interconectadas é um hipertexto, que utiliza de elos associativos (links) para moldar a rede hipertextual, permitindo que o leitor avance na leitura de acordo com o desejo dele, sem precisar seguir uma ordem linear.

3.METODOLOGIA

A pesquisa trata de uma análise qualitativa, porque a partir da análise do *corpus* dentro da cobertura dos Jogos Olímpicos de Tóquio (2020) 2021 que foi realizada pela Rádio Itatiaia entre 23 de julho e 8 de agosto de 2021 no *feed* do *Instagram*, será observado como e quais narrativas são construídas nesse período do recorte do estudo. Para isso, será analisado cada

detalhe das postagens. De acordo com Maxwell (2005), citado por Flick (2013), para a pesquisa qualitativa, existem distinções alternativas. Entre elas, estão as questões particularizadas, que colocam em primeiro plano um evento específico.

Esta pesquisa será de caráter exploratório-descritivo, porque propõe descrever a cobertura jornalística realizada pela Rádio Itatiaia dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 (2021) pelo *Instagram*, analisar a narrativa jornalística utilizada pela emissora no aplicativo, entender a diferença entre jornalismo tradicional (informativo) e Jornalismo colaborativo (participativo) e, por fim, compreender quais as características do jornalismo colaborativo presentes na cobertura que a emissora realizou no *Instagram*. Para Gil (2002), a pesquisa descritiva está relacionada à caracterização de um fenômeno, população ou relação entre variáveis. De acordo com o autor, os estudos podem ser classificados pela coleta de dados, por meio de questionários e a percepção sistemática. Já para a pesquisa exploratória, Gil (2002) descreve que tem como objetivo aperfeiçoar as concepções ou descobertas de novas percepções.

> Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico, (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (Selltiz et al., 1967, p.63) (GIL, 2002.p. 41)

Sendo assim, será utilizado o método do estudo de caso para uma análise específica, observando o recorte da cobertura dos Jogos Olímpicos de 2020 (2021). Nesse contexto, será observado um resultado exclusivo para o objeto em estudo. De acordo com Gil (2002), "o estudo de caso é um estudo profundo e exaustivo de um objeto, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento". (GIL, 2002. p. 54)

3.1 Cobertura dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 (2021) realizada pela Rádio Itatiaia no *feed* do *Instagram*

Tradicional em coberturas olímpicas *in loco* desde 1988, a Rádio Itatiaia, em 2021, não enviou equipe para cobrir os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 (2021) no Japão. Assim, a emissora mineira realizou a segunda cobertura da sede[18], já que em 1984 (Los Angeles - USA)

[18] Informação repassada pelo jornalista e repórter da Rádio Itatiaia, João Vitor Cirillo.

também foi dessa forma. Na edição de 2021, a produção do noticiário aconteceu pelos profissionais que estiveram no Brasil e foi distribuído para as pessoas por meio do rádio, aplicativo, site, *podcast* e pelas mídias sociais.

No *feed* do *Instagram*, a divulgação da agenda esportiva dos Jogos Olímpicos começou no dia 20 de julho, três dias antes da cerimônia de abertura do torneio[19]. Tradicionalmente alguns esportes iniciam-se antes da abertura oficial da competição. No caso de Tóquio 2020 (2021), houve disputa de *softball*, futebol masculino e feminino nos dias 21 e 22 de julho[20]. A cerimônia ocorreu no dia 23 de julho. A partir desta data até o dia 8 de agosto, quando foi encerrado o evento, foram 17 dias de competição. Nesse período, a emissora mineira esteve presente em todos os dias com postagens referentes aos jogos no *feed* do *Instagram*. De acordo com a contagem que realizamos, foram 90 *posts* nesse intervalo de tempo. Entre as publicações, havia informativos, anúncio de conquista de medalhas pelos brasileiros, agendas esportivas por meio de texto e vídeo; entrevistas e resumo do dia do torneio também por meio de vídeo. Além disso, foi publicado quadro de medalhas e um post que registrou a comemoração dos atletas da base do Minas Tênis Clube.

Os 14 vídeos de agendas esportivas, apresentados pelo jornalista e repórter, João Vitor Cirilo, faziam um resumo do dia olímpico e o que estava programado para ser realizado no dia seguinte. Já cada uma das 21 medalhas conquistadas pelos atletas brasileiros foram registradas na plataforma por meio de 21 posts. Além disso, contabilizamos 25 postagens com informações de texto referentes às notícias do torneio. Também foram contabilizados quatro vídeos com entrevistas e 12 publicações de quadro de medalhas. Ainda foram vistos 12 posts de agenda em formato de texto e um vídeo resumindo o evento. As informações podem ser conferidas no *Quadro 1*, a seguir.

TABELA 1 - Separação dos posts

Agenda em formato de texto	12 posts
Agenda formato de vídeo	14 posts
Anúncio de conquista de medalhas	21 posts

[19] Disponível em:< https://www.instagram.com/tv/CRkDQumNplb/?utm_source=ig_web_copy_link >. Acesso em 28 de maio de 2022.

[20] Disponível em: < https://www.cnnbrasil.com.br/esporte/olimpiada-de-toquio-tem-competicoes-antes-da-abertura-oficial-veja-calendario/>. Acesso em 28 de maio de 2022

Quadro de medalhas	12 posts
Notícias em formato de texto	25 posts
Entrevistas em formato de vídeo	04 posts
Vídeo registrando comemoração dos atletas do Minas Tênis Clube	01 post
Resumo do evento em formato de vídeo	01 post
Total	90 posts

Fonte: Próprios autores

3.2 Delimitação do *Corpus*

Para esta pesquisa será escolhido o método análise de conteúdo. Para Martino (2018), no campo da comunicação, procura significados que passam despercebidos em um primeiro contato utilizando rastros existentes no conteúdo. Além disso, o autor descreve os passos para a análise de conteúdo. Segundo ele, o primeiro passo é escolher conteúdos que tenham características em comum. Martino (2018) afirma que, para o segundo passo, é necessária uma primeira leitura do material e tentar organizá-lo. Em seguida, o autor diz que é preciso descrever a mensagem com detalhes do que será estudado. Bardin, citada por Martino (2018), afirma que as unidades de análise são feitas para identificar melhor o material. "Cada unidade de análise deve ser pequena o bastante para ser entendida e, ao mesmo tempo, deve fazer sentido." (MARTINO, 2018, p. 160). Por fim, Martino (2018), afirma que é preciso definir as categorias de análise do conteúdo. Dessa forma, é possível interpretar a mensagem.

A partir do exposto por Martino (2018), foi selecionado o recorte de 25 posts contendo conteúdos noticiosos, dentro das 90 publicações realizadas entre os dias 23 de julho e 8 de agosto de 2021. Dessa forma, buscaremos organizar o material para uma análise. A escolha se deu após uma primeira seleção em que as publicações foram separadas por categorias. Entendendo a importância do processo noticioso durante a análise, chegou-se à percepção de que seria importante selecionar as postagens que tinham uma estrutura mais próxima do que é notícia.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

4.1.1 Quadro de análises dos posts com textos noticiosos da cobertura da Rádio Itatiaia dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020 (2021) realizada no *Instagram*

No *Quadro 2* a seguir, iremos analisar o nosso recorte das 25 postagens da Itatiaia no *Feed* do *Instagram*, a partir de seis categorias que traduzimos em perguntas. A primeira trata do espaço oferecido nas postagens para a participação do internauta/ouvinte, procurando entender se esse espaço é oferecido para a livre manifestação do receptor. A segunda aborda as correções, sugestões, críticas ou reclamações dos internautas/ouvintes sobre a postagem ou a emissora. A terceira categoria procura analisar se as postagens respondem às interferências (manifestações) dos internautas/ouvintes e, se isso ocorre, de que forma se deu. A quarta categoria analisa se as postagens abrem links para o internauta pesquisar outros aspectos da notícia. A quinta procura examinar se o público participou de alguma forma da construção da postagem. A última categoria de análise tenta responder se houve chamamentos da Itatiaia para a interação do público.

QUADRO 2 - Quadro de análise *corpus* da pesquisa

Posts	**Qual o espaço oferecido nas postagens para a participaçã o do internauta/ ouvinte?**	**As postagens oferecem espaços para elogios, correções, sugestões ou críticas ou reclamações dos internautas/ouvintes?**	**As postagens respondem às interferência s dos internautas/ ouvintes? De que forma?**	**As postagens abrem links para que o internauta possa pesquisar outros aspectos da notícia?**	**O público participo u da construçã o de alguma postagem ? De que forma**	**Houve chamamen to do veículo para interação do público?**
	Botão de curtidas, espaço para comentários e botão de compartilha mento.	Por meio da aba de comentários fornecido pelo aplicativo, observamos os conteúdos presentes ali.	Observamos se as matérias foram construídas a partir de alguma sugestão de comentário do usuário. (Só foram analisados os comentários do recorte do *corpus* da	Como o texto do *feed* do *Instagram* não fornece espaço para links clicáveis, observamos se houve sugestões de direcioname nto para clicar em links por	Verificam os se houve citações de alguma informaçã o fornecida pelo público e as autorias das imagens.	Neste tópico, analisamos se os posts da emissora convidaram o público a interagir (participar) com conteúdos opinativos.

			pesquisa).	outras formas.		
Post 1	Sim	• Duas críticas em relação a realização do torneio em meio a pandemia da Covid-19 •Uma crítica direcionada ao apresentador Galvão Bueno.	Não	Sim (convida os usuários para o ir ao site para ler a matéria completa)	Não	Sim
Post 2	Sim	• Três críticas relacionadas ao desinteresse pelo evento • Quatro críticas para a má performance do esporte brasileiro • Duas críticas para suposto fracasso dos atletas brasileiros favoritos • Uma crítica para utilização de pronome neutro •Uma crítica para a Itatiaia	Não	Não	Não	Não
Post 3	Sim	• Duas críticas a emissora • Um critica a visibilidade que o vôlei não tem atualmente • Um elogio ao jogo	Não	Não	Não	Não
Post 4	Sim	• 11 críticas para seleção brasileira feminina de futebol • Sete críticas em relação ao conteúdo publicado • Uma crítica em relação a marcação de pênalti • Uma crítica à forma atual de torcer para o futebol brasileiro • Dois elogios para seleção brasileira feminina de futebol	Não	Sim (convida o usuário a ler a reportagem completa clicando no link na bio)	Não	Não
Post 5	Sim	• 10 elogios direcionados ao atleta judoca, Daniel Cargnin • Uma crítica a cobertura realizada pela emissora • Duas críticas a audiência	Não	Não	Não	Não

		do evento				
Post 6	Sim	• 11 elogios a partida e a vitória da seleção brasileira masculina de vôlei contra a Argentina • Duas críticas à seleção da argentina; • Um elogio ao voleibol como esporte.	Não	Não	Não	Não
Post 7	Sim	• 10 elogios ao surfista Ítalo Ferreira; • Uma crítica a inserção do surf nos Jogos Olímpicos.	Não	Sim (convida o usuário a ler a matéria completa clicando no link na bio)	Não	Não
Post 8	Sim	• Cinco elogios a seleção brasileira masculina de futebol; • Quatro críticas ao conteúdo da notícia; • Uma crítica ao Neymar; • Uma crítica a presença do futebol nas olimpíadas; • Duas críticas à Seleção da Arabia Saudita; • Uma correção sobre o conteúdo publicado .	Não	Não	Não	Não
Post 9	Sim	• 53 elogios para Rebeca Andrade, medalhista na ginástica artística; • três críticas de falta de incentivo ao esporte • Uma crítica a veracidade da notícia; • Três críticas a imprensa	Não	Não	Não	Não
Post 10	Sim	• 84 críticas a seleção feminina de futebol, a presença da mulher no futebol, a imprensa e ao esporte; • Quatro críticas a comentários políticos; • Duas críticas a falta de investimento no futebol feminino;	Não	Não	Não	Não

		• Três elogios as jogadoras da seleção feminina de futebol				
Post 11	Sim	• 21 elogios para as atletas, Laura Pigossi e Luísa Stefani, pela conquista da medalha de bronze no tênis de duplas; • Três críticas pela conquista da medalha.	Não	Não	Não	Não
Post 12	Sim	• Três elogios para o judoca, Daniel, Cargin,	Não	Sim (convida os usuários para o ir ao site para ler a matéria completa)	Não	Não
Post 13	Sim	• 32 elogios ao Bruno Fratus pela conquista da medalha de bronze e ao clube que ele pertence, Minas Tênis Clubes; • Duas críticas a conquista da medalha de bronze	Não	Não	Não	Não
Post 14	Sim	• 151 elogios para Rebeca Andrade que ganhou a medalha de ouro na ginástica artística; • Uma crítica a falta de valorização de atletas brasileiros, mesmo quando ganham; • Uma critica a falta de investimento para o esporte.	Não	Não	Não	Não
Post 15	Sim	• Dois elogios ao Marcell Jacobs, que venceu os 100 metros livres no atletismo; • Uma crítica ao conteúdo do post	Não	Não	Não	Não
Post 16	Sim	• Dois duas críticas aos posts; • Sete críticas a Dandara, que foi pega em exame antidoping; • Cinco críticas ao procedimento técnico do	Não	Não	Não	Não

		exame; • Três sugestões para esclarecer melhor o caso.				
Post 17	Sim	• 18 elogios para a seleção feminina de vôlei de quadra que se classificou para a final olímpica; • Uma correção de uma informação do post; •Uma crítica a seleção da Coreia do Sul, que adversária do Brasil na semifinal.	Não	Sim (convida o usuário a conferir mais detalhes no site da emissora)	Não	Não
Post 18	Sim	• 84 elogios ao atleta Isaquias Queiroz, que comemorou a conquista da medalha de ouro na canoagem fazendo alusão a um personagem de anime; • Uma crítica por ele não ter agradecido a Deus; • Uma sugestão; • Uma crítica a um comentário político no post	Não	Não	Não	Não
Post 19	Sim	• 34 elogios para Hebert Conceição, que conquistou a medalha de ouro no boxe; • Seis críticas ao boxe como esporte; • Um elogio a notícia no post	Não	Não	Não	Não
Post 20	Sim	• 37 críticas juntando os jogadores da seleção brasileira de futebol masculina, ao Lateral Guilherme Arana, a Rádio Itatiaia e ao conteúdo do post; • Cinco elogios para Guilherme Arana e a seleção.	Não	Sim (convida o usuário a conferir mais detalhes da reportagem no site da emissora)	Não	Não
Post 21	Sim	• Sete elogios para seleção brasileira de futebol masculino; • Dois elogios para o jogador Malcom;	Não	Não	Não	Não

		• Uma crítica à TV Globo; • Uma crítica à seleção				
Post 22	Sim	• 18 Elogios a Bia Ferreira, lutadora de boxe, que ganhou a medalha de prata; • Nove críticas as regras e a arbitragem; • Seis críticas à Bia; • Uma crítica ao brasileiro.	Não	Não	Não	Não
Post 23	Sim	• 52 elogios para a seleção feminina de vôlei de quadra que ficou com a medalha de prata; • 22 críticas à seleção; • Três críticas ao voleibol brasileiro; • Duas críticas a falta de investimento	Não	Não	Não	Não
Post 24	Sim	• Duas críticas para participação do Brasil na Olimpíada de Tóquio; • 24 elogios para participação brasileira nos jogos; • Uma crítica ao futebol masculino; • Uma reclamação em relação ao aplicativo da Rádio Itatiaia.	Não	Sim (convida o usuário a conferir a ler no site da emissora)	Não	Não
Post 25	Sim	Não há registros de críticas, sugestões ou correções em relação a postagem	Não	Não	Não	Não

FONTE: Próprios autores

4.1.2 Análise das categorias investigadas e apresentadas de forma resumida no quadro

Todos os 25 posts da emissora utilizam-se das ferramentas que são disponibilizadas pelo *Instagram*. Neste espaço, os internautas puderam participar por meio de comentários, curtidas e compartilhamentos.

Imagem 1: Espaço para participação do internauta/ouvinte

Fonte: Instagram

Na aba dos comentários do aplicativo foi verificado a presença de críticas em 23 posts. As opiniões variaram entre a desaprovação da performance de atletas e seleções, profissional de imprensa, comentários políticos e a falta de incentivo ao esporte. Além disso, houve posições negativas quanto a realização do evento em meio a pandemia da Covid-19. Também foi notado participações que relataram o desinteresse pelos jogos, além de algumas críticas à Rádio Itatiaia e alguns conteúdos das publicações. Nesta análise, também notamos a desaprovação da presença de alguns esportes na Olimpíada, a regras e a arbitragem do boxe, ao procedimento de realização de exame antidoping, além de críticas de cunho religioso.

Imagem 2: Algumas críticas realizadas pelo internauta/ouvinte

Fonte: Instagram

Em relação a elogios, foram vistos em 22 postagens. Os enaltecimentos foram aos atletas que conquistaram medalhas, histórias de superação, as performances de seleções, esportes e a jogos emocionantes.

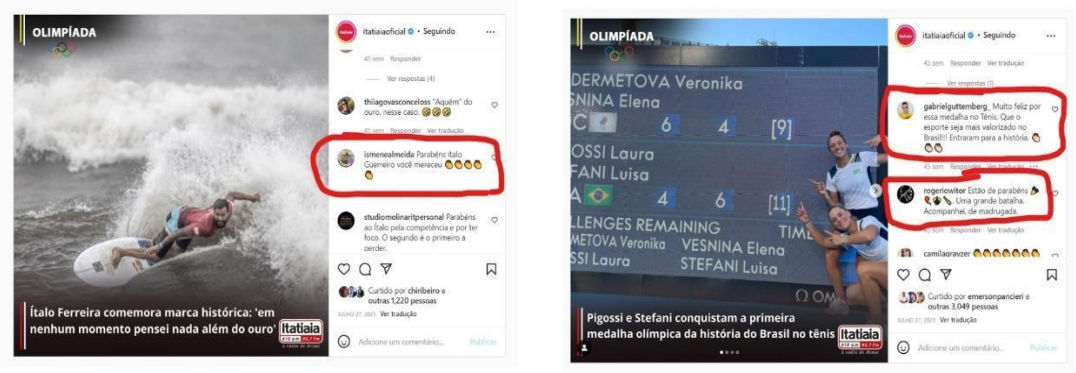


Imagem 3: Alguns elogios realizados pelo internauta/ouvinte

Fonte: Instagram

As correções foram notadas em dois posts. No post oito, que noticia a vitória da seleção brasileira masculina de futebol contra a Arabia Saudita, o internauta/ouvinte chama a atenção para o primeiro gol marcado por Matheus Cunha na vitória por 3 a 1. No entanto, não conseguimos identificar se houve a modificação no post, já que quando foi realizada a análise o nome do atleta já constava no texto da notícia. Outra correção foi identificada no post 18, que informa a vitória da seleção brasileira feminina de vôlei de quadra sobre a Coreia do Sul e a ida para a final olímpica, quando o internauta/ouvinte alertou para a informação de que o Brasil ganhou a medalha de bronze em 1996 contra a Rússia. No texto do post, aponta que o Brasil conquistou a medalha daquele ano diante dos Estados Unidos.

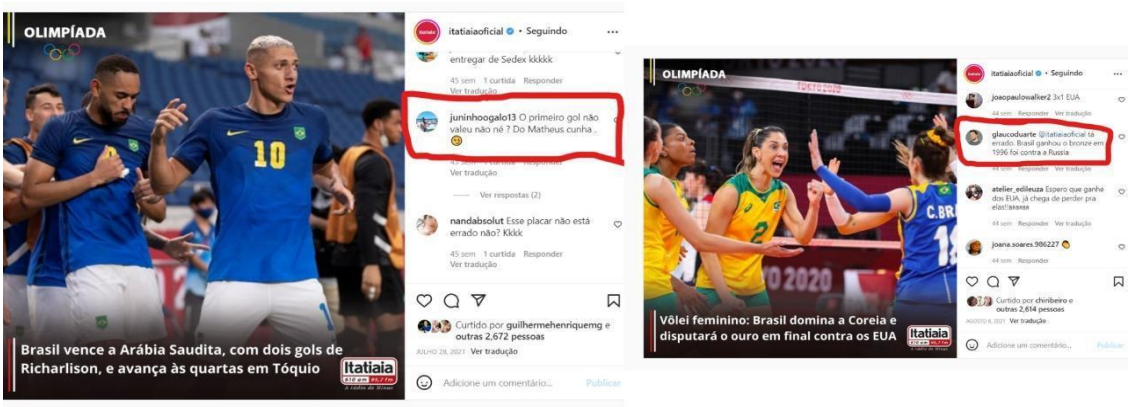


Imagem 4: Correções realizados pelo internauta/ouvinte

Fonte: Instagram

Quando se trata de sugestões, elas estavam presentes no post 16, que trouxe a informação de que a atleta da seleção feminina de vôlei de quadra, Tandara, foi pega no exame antidoping. Nos comentários, internautas/ouvintes sugerem melhor explicação sobre o caso. No post 18, que fala da homenagem que Isaquias Queiroz faz ao personagem de anime, Goku, durante a comemoração da conquista da medalha de ouro, um internauta/ouvinte sugere acompanhar outros atletas que fizeram a mesma coisa. Quanto à reclamação, foi notada no penúltimo post. Um internauta/ouvinte relata um problema no aplicativo da rádio e pediu providências.

Imagem 5: Sugestões e reclamações realizados pelo internauta/ouvinte

Fonte: Instagram

Também foi identificado que nenhum conteúdo foi construído a partir de alguma sugestão de comentário do Internauta/ouvinte. A análise foi realizada apenas em comentários do recorte do *corpus* da pesquisa.

Foi examinado se as postagens abrem links para que o internauta/ouvinte possa pesquisar outros aspectos das notícias. Nesse campo, observou-se que o texto do *feed* do *Instagram* não permite o uso de links clicáveis. No entanto, analisamos se houve algum direcionamento para acessar o link em outros lugares – de outras formas. Deste modo, identificamos cinco posts em que a mensagem que direcionava o usuário a ler mais sobre o assunto no site da emissora e dois posts sugerindo que o internauta/ouvinte clicasse no link na bio.

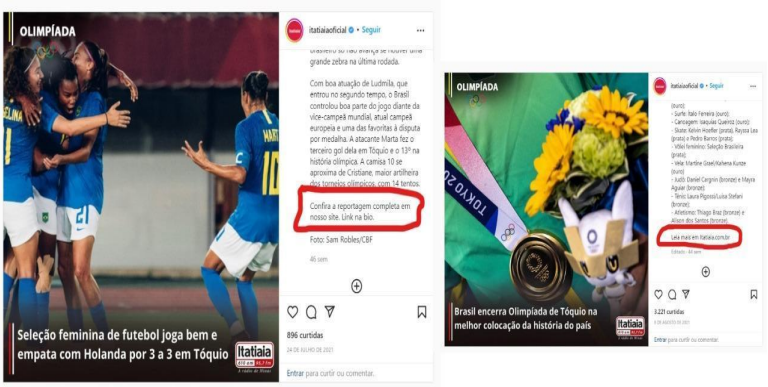


Imagem 6: Redirecionamento para links

Fonte: Instagram

Por fim, a análise identificou que a Rádio Itatiaia chamou o público para interação apenas em um post. Ao noticiar a abertura oficial do evento a emissora escreveu no final do texto: *"Ouvinte e internauta da Rádio Itatiaia, animado para as competições e pronto para vibrar na torcida pelo Brasil? Em quais modalidades nosso país conquistará medalhas olímpicas?"*.

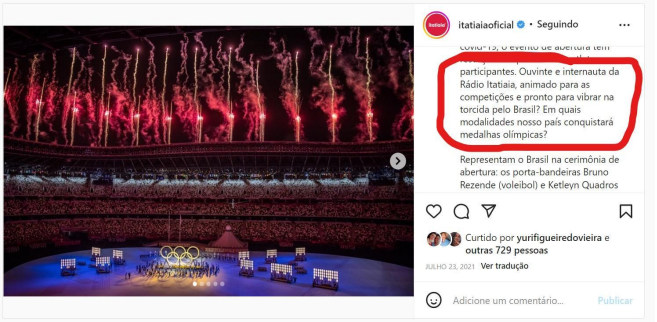


Imagem 6: Rádio Itatiaia convida o internauta/ouvinte a interação (*Fonte: Instagram)*

4.1.3 Análise das características do jornalismo colaborativo no *corpus* da pesquisa

A partir da ideia de Almeida (2014), que classifica a primeira etapa do processo operacional do jornalismo colaborativo como "sugestão de matérias, fontes, envio de fotos e/ou relatos testemunhais de fatos, assim como comentários nas notícias, indicações de erros e compartilhamentos." (ALMEIDA, 2014. p. 67-68), podemos classificar que os comentários, o botão de compartilhamentos e as indicações de erros que encontramos durante a análise das 25 postagens são características colaborativas. Embora tenhamos identificado esses campos, Almeida (2014) classifica esse primeiro nível operacional do jornalismo colaborativo como uma etapa de colaboração limitada. O autor cita que nesta fase os cidadãos-repórteres não têm controle da produção e são dependentes do *gatekeeper*[21].

No entanto, ainda de acordo com a análise realizada no quadro, identificou-se que nenhuma das informações foram construídas a partir de interferências do ouvinte/internauta. Para Lima (2020), o processo do jornalismo colaborativo passa pela interferência do público na notícia em espaços jornalísticos, que não seja em comentários, mas em produções que são editadas por profissionais. Além disso, o autor cita que o processo também passa pelo jornalista que busca informações e opiniões em espaços que não são profissionais publicados por leitores usuários e os leva para o campo do jornalismo formal. Assim, notamos que não houve colaboração do público na elaboração das notícias que analisamos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs entender de que forma a Rádio Itatiaia construiu as narrativas jornalísticas na cobertura dos jogos Olímpicos de Tóquio 2020 (2021) no *feed* do Instagram. Procuramos responder essa pergunta a partir de uma análise aprofundada das 25 postagens escolhidas para o *corpus* do estudo. Entendemos que para isso foi preciso trazer reflexões importantes sobre os conceitos de jornalismo tradicional (informativo) e jornalismo colaborativo (participativo). Durante a construção da proposta teórica para jornalismo tradicional (informativo) utilizamos conceitos de autores como Carvalho (2010), Amaral (2021), Rublescki (2011) e Alzamora (2010/2011). Quando tratamos de jornalismo colaborativo (participativo) buscamos as referências de Rublesck e Barrichello (2013), Lima (2020), Primo e Trasel (2006), Jenkins (2009), Zanotti (2010), Belochio (2009), Trasel (2007) e Alzamora (2010/2011). Ainda durante a análise incluímos a reflexão teórica de Almeida (2014).

[21] De acordo com Pena (2020), o conceito do *gatekeeper* refere-se a pessoa que decidi se deixa passar uma informação ou se a bloqueia. Uma espécie de cancela ou portão. Ou seja, é uma ação pessoal que determina a seleção e a progressão da informação.

A partir da análise que realizamos, entendemos que apesar dos espaços oferecidos pelo aplicativo, Instagram, para a participação do internauta/ouvinte, como o campo de comentários, no qual esteve presente correções e sugestões, a Rádio Itatiaia trabalhou suas narrativas jornalísticas a partir do modo do jornalismo tradicional (informativo), que usufrui do modelo transmissivo. Ou seja, a emissora produziu as notícias e as transmitiu na plataforma, sem incentivar a interação com seus ouvintes. Carvalho (2010), cita que embora os leitores desempenhem um papel ativo de importância, quando se trata de mediação informativa no jornalismo, a maioria não pode participar do processo produtivo, ficando limitada apenas a recepção e consumo dos conteúdos.

Dessa forma, para este recorte de pesquisa, não ficou caracterizada a participação, característica do jornalismo colaborativo, dos internautas/ouvintes durante a construção do produto final: a notícia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Yuri. **A segunda geração do jornalismo colaborativo: Quando as bases de dados se tornam dispositivos para a produção colaborativa de conteúdo.** Bahia: Dissertação (Mestrado em Comunicação e Culturas Contemporâneas), 2014.

ALZAMORA, Geane Carvalho. **A lógica midiática e a lógica hipermidiática: contrapontos.**[s.l.].In: ALZAMORA, Geane Carvalho. **Jornalismo na Internet: paradigmas emergentes de informações culturais.** Revista LIS - Letra Imagem Sonido, ano 3-4, n.6-7, jul.2010/jun.2011. Disponível em: < file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/Dialnet-JornalismosNaInternet-5837835%20(2).pdf > . Acesso em 15 de maio de 2022.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular.** 2.ed. São Paulo. Contexto, 2021.

BELOCHIO, Vivian de Carvalho. **Jornalismo Colaborativo em redes digitais: estratégia comunicacional no ciberespaço o caso de Zero Hora.com.** Santa Maria: Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

BELOCHIO, Vivian. **A cauda longa da informação e suas implicações no jornalismo: estratégias comunicacionais, remediação e des-re-territorialização.** Bahia: Revista de comunicação e cultura, 2009.

BONIXE, Luís. **A rádio informativa portuguesa na internet: o estado da arte.** Volume 7. N° 2. Estudo em jornalismo e mídia, 2010. p. 332 -341.

CANAVILHAS, João. **Hipertextualidade: Novas arquiteturas noticiosas.** In: CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença.** Covilhã: Livros LabCom, 2014.

CARVALHO, André. MARTINS Kao. **Habla, Senõr. Um homem chamado Januário**. Belo Horizonte: Armazém de ideias, 1992.

CARVALHO, Luciana Menezes. **Legitimação institucional do jornalismo informativo nas mídias sociais digitais: estratégias emergentes no conteúdo de Zero Hora no Twitter.** Santa Maria: Dissertação (Mestrado em comunicação) Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio, teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2014.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital.** São Paulo: Contexto, 2019.

FLICK , Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Penso Editora, 2013. p. 84-104.

MARTINO, Luís Mauro de Sá. **Metodologia de pesquisa em Comunicação: projetos, ideias e práticas.** Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas S.A. 4°edição, 2002.

ITATIAIA conquista liderança inédita e se torna a rádio mais ouvida do Brasil. Site Itatiaia, 2022. Disponível em: https://www.itatiaia.com.br/noticia/itatiaia-conquista-lideranca-inedita-e-se-torna-a-radio-mais-ouvida-no-brasil >. Acesso em 16 de junho de 2022.

ITATIAIA comemora 70 anos de vida: 'Tudo que importa pra Minas'. Site da Rádio Itatiaia, 2022. Disponível em: < https://www.itatiaia.com.br/noticia/itatiaia-comemora-70-anos-de-vida-tudo-o-que-importa-para-minas >. Acesso em 15 de Junho de 2022.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** tradução Susana L. de Alexandria. 2 ed. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

LARA, Rafaela. **Olimpíada de Tóquio tem competições antes da abertura oficial; veja calendário.** CNN Brasil, 2021. Disponível em: < https://www.cnnbrasil.com.br/esporte/olimpiada-de-toquio-tem-competicoes-antes-da-abertura-oficial-veja-calendario/ >. Acesso em 28 de maio de 2022

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LIMA, Myrian del Vecchio de. **Jornalismo Colaborativo pré e pós-internet em cenários de participação e cidadania.** In: CARVALHO, Guilherme (Org.). **Jornalismo e cidadania: iniciativas colaborativas, alternativas, comunitárias, populares e sindicais no Brasil.** Curitiba: InterSaberes, 2020.

MONTEIRO, Rafael. **Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio são adiados.** Agência Brasil, 2020. Disponível em: < https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2020-03/jogos-olimpicos-e-paralimpicos-de-toquio-sao-adiados#:~:text=O%20Comit%C3%AA%20Ol%C3%ADmpico%20Internacional%20 >. Acesso em 15 de junho.

OLIVEIRA, Matheus. **Mantendo a tradição, a rádio Itatiaia acompanhará todos os passos dos principais atletas do mundo nos Jogos Olímpicos Rio 2016, os primeiros no Brasil. Com exclusividade para o rádio de Minas, a emissora já chegou à capital fluminense e prepara uma s show de transmissão.** Site Itatiaia, 2016. Disponível em: < https://www.itatiaia.com.br/noticia/emissora-oficial-itatiaia-leva-maior-equipe-do-radio-brasileiro-para-a-cobertura-da-olimpiada >. Acesso em 15 de junho de 2022.

PALACIOS, Marcos. MUNHOZ, Paulo. **Fotografia, Blog e Jornalismo na Internet: Oposições, Apropriações e Simbioses.** In: BARBOSA, Suzana (org). **O Jornalismo Digital da Terceira Geração. Covilhã:** Universidade da Beira Interior , 2007. Disponível em: < https://labcom.ubi.pt/ficheiros/20110824-barbosa_suzana_jornalismo_digital_terceira_geracao.pdf >. Acesso em 16 de maio de 2022.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 3. Ed. 5° reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

PERFIL Instagram. **@ItatiaiaOficial.** Disponível em: < https://www.instagram.com/itatiaiaoficial/ >. Acesso em 16 de junho de 2022.

POST no Instagram. **@ItatiaiaOficial.** #ItatiaianaCopa, 2018. Disponível em: < https://www.instagram.com/p/BjTNwomANhT/ >. Acesso em 28 de maio de 2022.

_____. **@Itatiaiaoficial**. Perfil da Rádio Itatiaia, 2021. Disponível em: < https://www.instagram.com/tv/CRkDQumNplb/?utm_source=ig_web_copy_link >. Acesso em 28 de maio de 2022.

PRATA, Nair. Rádio Itatiaia: **60 anos de jornalismo**. In: KLOCKNER, Luciano. PRATA, Nair (orgs). **Mídias Sonoras em 4 dimensões**. Porto Alegre: Editora Universitária da PUCRS, 2011.

PRIMO, Alex ; TRÄSEL, Marcelo Ruschel . **Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias.** Contracampo (UFF), v. 14, p. 37-56, 2006.

PROGRAMAÇÃO. Site Rádio Itatiaia, 2022. Disponível em: < https://www.itatiaia.com.br/programacao-radio >. Acesso em 13 de junho de 2022.

QUEM SOMOS. Site Rádio Itatiaia, 2021. Disponível em: < https://www.itatiaia.com.br/quem-somos >. Acesso em 15 de junho de 2022.

RUBLESCKI, Anelise Silveira. **Jornalismo Líquido: Mediação Multinível e Notícias em Fluxos.** Porto Alegre: Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), 2011.

RUBLESCKI, Anelise. BARICHELLO, Eugenia. **Jornalismo Colaborativo e redes sociais no *mainstream:* um estudo comparado do jornal *zerohora.com* e do *washigtonpost.com.*** RuMoRes, v.7, n.14, 2013. Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69432/72031>. Acesso em 22 de maio de 2022. p. 99-118.

SANTOS, Maria Cláudia. **O local e o Global na Rádio Itatiaia**. In: PRATA, Nair. **O Rádio entre montanhas: histórias, teorias e afetos da radiofonia mineira**. Belo Horizonte: Fundac, 2010.

SOPRANA, Paula. **Após CNN, Menin compra Rádio Itatiaia e vai ampliar investimento em digital.** Folha de São Paulo: Economia, 2021. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/apos-cnn-menin-compra-radio-itatiaia-e-vai-ampliar-investimento-em-digital.shtml >. Acesso em 16 de junho de 2022.

TRÄSEL, Marcelo. **A pluralização no webjornalismo participativo: uma análise das intervenções no WIKINEWS E no KURO5HIN.** Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em comunicação e informação), 2007.

ZANOTTI, Carlos Alberto. **Jornalismo Colaborativo, gêneros jornalísticos e critérios de noticiabilidade.** São Paulo: Revista Comunicação Midiática, 2010. p. 28-41.

FACULDADES PROMOVE DE MINAS GERAIS

ANA FLÁVIA GERVÁSIO

MARKETING DE CONTEÚDO DO SETOR BANCÁRIO NO INSTAGRAM: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE UM BANCO TRADICIONAL (ITAÚ) E UM BANCO DIGITAL (NUBANK)

Belo Horizonte

2022

ANA FLÁVIA GERVÁSIO

MARKETING DE CONTEÚDO DO SETOR BANCÁRIO NO INSTAGRAM: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE UM BANCO TRADICIONAL (ITAÚ) E UM BANCO DIGITAL (NUBANK)

Trabalho de conclusão de curso (TCC) desenvolvido como requisito final para graduação no curso de Jornalismo da Faculdade Promove de Belo Horizonte.

Prof. orientador: Prof. Msc. Marco Antonio Costa de Freitas

Belo Horizonte

2022

Marketing de Conteúdo do setor bancário no Instagram: análise comparativa entre um banco tradicional (Itaú) e um banco digital (Nubank)

Content Marketing in the banking sector on Instagram: comparative analysis between a traditional bank (Itaú) and a digital bank (Nubank)

Ana Flávia Gervásio

Marco Antonio Costa de Freitas

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar comparativamente as estratégias de marketing de conteúdo praticadas por um banco tradicional (Itaú) e um banco digital (Nubank) no Instagram. Para isso, foram analisadas as publicações entre maio e outubro de 2021, em ambos os perfis, para entender as principais características de cada banco no Instagram. Assim, foi possível compreender a aplicação do marketing de conteúdo e sua importância para a comunicação digital.

Palavras-chaves: Banco Digital; Banco Tradicional; Instagram; Marketing de Conteúdo.

ABSTRACT

This research seeks to comparatively analyze the content marketing strategies practiced by a traditional bank (Itaú) and a digital bank (Nubank) on Instagram. For this, the publications between May and October 2021, in both profiles, were analyzed to understand the main characteristics of each bank on Instagram. Thus, it was possible to understand the application of content marketing and its importance for digital communication.

Keywords: *Digital Bank; Traditional Bank; Instagram; Content Marketing.*

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema

O marketing digital é uma vertente do marketing focada na estratégia de atração[22], segundo a Rock Content, empresa especialista e referência global na área[23]. A pesquisa Maturidade do Marketing Digital e Vendas no Brasil[24], realizada pelas empresas Resultados Digitais, Mundo do Marketing, Rock Content e Vendas B2B, constatou que 73% das empresas estão investindo no marketing digital com foco na produção de conteúdo. Concomitante a isso, a pesquisa revelou que 91% das empresas se fazem presentes nas redes sociais, sendo que 67% destas organizações consideram que as estratégias de marketing digital são eficientes.

Dessa forma, com o desenvolvimento da área de marketing de conteúdo, a estratégia de marketing que tem como foco principal criar e distribuir conteúdos, sejam eles artigos de *blog, posts* nas redes sociais, entre outros, vem aumentando cada vez mais o interesse das empresas nas redes sociais como meio de divulgação dos seus serviços. No setor financeiro não foi diferente: bancos digitais surgiram mostrando uma forma menos burocrática de anunciar os seus produtos. Já os bancos tradicionais estão em busca de novas formas de divulgação dos seus serviços nas redes sociais.

Um dos destaques e objeto de estudo deste trabalho é o banco Nubank, que se caracteriza como banco digital. Bancos digitais, segundo o *site* oficial do Nubank[25], são instituições financeiras nas quais os clientes realizam todo processo *on-line*, via aplicativos e/ou *sites*, ou seja, o usuário não precisa ir até uma agência física para abrir conta, realizar transferências ou pagar boletos. Dessa forma, o Nubank, ou NU, se caracteriza como um banco digital

[22] Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/marketing-de-conteudo/>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

[23] Disponível em: <https://rockcontent.com/br/sobre-nos/>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

[24] Disponível em: <http://www.rdstation.com/resources/wp-content/uploads/sites/3/2019/06/Maturidade-do-Marketing-Digital-e-Vendas-no-Brasil.pdf.> Acesso em: 14 de setembro de 2021.

[25] Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/banco-digital-o-que-e/>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

independente e uma *fintech*, ou seja, uma instituição financeira e de pagamento[26] virtual. Fundado em 2013 e sediado em São Paulo, o NU é uma empresa brasileira com reconhecimento internacional. Um dos mais recentes prêmios internacionais foi o *Boldness in Business Award*, da Financial Times[27], que elegeu o banco como uma das empresas globais que utilizam da inovação como meio de transformar a vida das pessoas.

Os bancos tradicionais, ao contrário dos digitais, possuem agências bancárias físicas disponíveis para atender aos clientes, seja para realizar operações eletrônicas ou solucionar problemas, segundo o *site* AML Risco Reputacional[28]. Um exemplo de banco tradicional é o Itaú Unibanco, segundo objeto de estudo deste trabalho. Atualmente, o Itaú Unibanco atua em 18 países, sendo o maior banco privado brasileiro, além de ser considerado uma das maiores instituições financeiras da América Latina e do mundo, de acordo com informações do seu *site* oficial[29].

Neste estudo, buscou-se entender as principais características na produção do marketing de conteúdo dos bancos Nubank e Itaú na rede social Instagram. Os dois bancos foram escolhidos por serem considerados dois dos Melhores Bancos do Brasil em 2021, segundo o ranking divulgado pela Forbes, em abril de 2021[30]. Um destaque a ser ressaltado, é que o Nubank permaneceu em 1ª posição desde o ano de sua estreia, em 2019; assim, pelo terceiro ano consecutivo, ele é nomeado o melhor banco brasileiro no ranking da Forbes[31].

Entre as plataformas disponíveis atualmente, pode-se destacar o Instagram, a terceira rede social mais utilizada no Brasil em 2021, segundo o ranking divulgado pelo *site* Resultados

---

[26] Disponível em:< https://nubank.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

[27] Disponível em: <https://www.ft.com/content/bcd642e0-6273-11ea-abcc-910c5b38d9ed>. Acesso em 14 de setembro de 2021.

[28] Disponível em: <https://www.amlreputacional.com.br/2019/07/10/fintechs-x-bancos-tradicionais-quais-as-semelhancas-e-diferencas/>. Acesso em 14 de setembro de 2021..

[29] Disponível em: <https://www.itau.com.br/institucional/sobre-o-itau/>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

[30] Disponível em: <https://www.forbes.com/worlds-best-banks/#6faa93a12951>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

[31] Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/os-melhores-bancos-do-brasil-nubank-mantem-lideranca/> Acesso em: 24 de agosto de 2021.

Digitais (www.resultadosdigitais.com.br/marketingdigital), com conteúdos interativos, informativos, entretenimento, entre outros. Segundo a rede social[32], ela possui uma comunidade com mais de um bilhão de usuários na plataforma. O Instagram, por ser uma das redes sociais mais usadas em 2021, é considerada a mais adequada para se entender a produção do marketing de conteúdo do banco Nubank e Itaú Unibanco nas redes sociais. O Nubank possui em sua página do Instagram, cerca de 2,2 milhões de seguidores[33]. Já o Itaú Unibanco, possui aproximadamente 660 mil seguidores[34]. A diferença entre os bancos chega a ser de um milhão e meio de seguidores, como aponta a plataforma.

1.2 Problematização e questão norteadora

Diante do contexto apresentado, este trabalho propõe como questão norteadora da pesquisa: que estratégias de marketing de conteúdo são utilizadas pelos bancos Nubank e Itaú em seus perfis no Instagram?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar comparativamente as estratégias de marketing de conteúdo dos bancos Nubank e Itaú no Instagram.

1.3.2 Objetivos específicos:

- Identificar e conhecer as características de marketing de conteúdo dos bancos Nubank e Itaú no Instagram;

[32] Disponível em: <https://about.instagram.com/>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

[33] Disponível em: <https://www.instagram.com/nubank/>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

[34] Disponível em:< https://www.instagram.com/itau/>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

- Analisar o marketing de conteúdo praticado pelos bancos Itaú e Nubank em seus perfis no Instagram, identificando quais as estratégias de conteúdo são utilizadas e as principais diferenças e semelhanças entre elas;
- Avaliar como os bancos se posicionam por meio dos seus conteúdos no Instagram.

1.4 Justificativa

Com a evolução do marketing de conteúdo no meio digital, diversas marcas buscam estrategicamente diferenciar-se no mercado, fugindo dos conteúdos genéricos e convencionais. Na área bancária não foi diferente. Devido à crescente busca dos usuários por serviços financeiros ágeis e menos burocráticos, várias novas empresas desburocratizam esse ofício. Entretanto, os bancos que já trabalhavam da forma tradicional tiveram que se reinventar sem perderem seus fundamentos. Com essa adequação, os conteúdos virtuais expostos para os usuários também sofreram adaptações.

O presente trabalho enfatiza o estudo do marketing de conteúdo dessas empresas e suas características, levando em consideração a comparação entre ambas que fazem parte do mesmo setor da economia, porém com princípios diferentes. Dessa forma, a pesquisa possibilita ao campo da Comunicação Social uma abrangência da aplicação do marketing de conteúdo e sua importância na veiculação dos meios de comunicação digital. Profissionais da comunicação, como jornalistas, trabalham cotidianamente com a produção e apuração de conteúdo, sendo necessário um constante aperfeiçoamento de suas habilidades e estratégias.

Em um mundo mercadológico, em que vender é algo complementar nas grandes mídias, realizar um marketing de conteúdo estratégico é essencial para que se tenha destaque. A pesquisa comparativa entre o Nubank e Itaú, além de permitir abranger os conhecimentos da área da comunicação, mostra como duas grandes e importantes empresas bancárias se portam e aplicam o marketing de conteúdo no Instagram.

Um trabalho realizado por Carolina do Nascimento Vala, chamado “Marketing de conteúdo digital, percepções de conteúdo e formas de comunicar no Instagram: efeito na intenção de

compra do consumidor”[35], publicado em 2020, mostra que nesse mundo digital é de grande importância que empresas consigam analisar e antecipar possíveis ações e comportamentos dos seus consumidores, principalmente nos meios digitais, como redes sociais. O estudo realizado por Carolina do Nascimento Vala ainda aponta que o marketing de conteúdo digital tem se tornado cada vez mais uma estratégia utilizada pelas empresas para gerar mais engajamento entre consumidores e as marcas. Dessa forma, o marketing de conteúdo é eficaz na melhora da comunicação com o seu público e permite que possíveis clientes se tornem clientes reais, por meio dos conteúdos publicados e produzidos pelas empresas.

Além disso, estudos sobre a comunicação do Nubank e Itaú são frequentemente discutidos no meio acadêmico, sendo pontos relevantes de discussão. Um estudo sobre “Posicionamento de marca na comunicação digital: um estudo de caso da Fintech Nubank“[36], realizado por Ana Thayná Araújo Batista, mostra que o Nubank teve um grande destaque diante da sua comunicação digital, principalmente devido a um cenário cada vez mais competitivo entre as instituições financeiras. O seu posicionamento de marca consistente, a ação de *branding* englobando toda a organização, inovações no mundo financeiro, possibilitaram a geração de combinações estratégicas comunicacionais, como o marketing de conteúdo. Além disso, o estudo aponta que o Instagram do Nubank foi a rede social em que o banco digital teve a maior atuação diante da persona desenvolvida pela marca com uma linguagem simples e objetiva, e ao mesmo tempo jovem, informal, criativa e descontraída

Dessa forma, esta pesquisa agrega aos estudos já realizados, pois contribui com uma análise comparativa entre dois bancos sobre como ambos realizam o marketing de conteúdo digital no Instagram, sendo que não foram encontrados trabalhos com tais objetivos. Sendo assim, a pesquisa possui relevância a demais pesquisadores, alunos e demais membros do meio acadêmico que desejem conhecer mais sobre o tema.

[35] Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/o-instagram-como-estrategia-de-marketing-digital-uma-pesquisa-acao-na-wood-lanches.pdf>. Acesso em: 9 de Novembro de 2021.

[36] Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/28989>. Acesso em: 9 de Novembro de 2021.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Do marketing tradicional ao marketing digital

O marketing, segundo Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017) é o desempenho social e administrativo em que, por meio do desejo, as pessoas conquistam o que querem pela oferta e troca dos produtos de valor. Dessa forma, o marketing está em contato direto com as mudanças tecnológicas, por isso é necessário entender a evolução do mercado para consequentemente desenvolver conhecimentos sobre o marketing da atualidade. Em alguns estudos desenvolvidos por Kotler, são abordados dois termos importantes: o Marketing 3.0 e o Marketing 4.0, em que são documentadas as principais mudanças que ocorrem no ramo, desde o tradicional até o digital.

Kotler (2017) ao abordar sobre o Marketing 3.0, discute sobre a mudança do marketing centralizado no produto. Em seguida, ele aborda as subjetividades que estão sendo levadas em consideração, ou seja, consumidores não são vistos de forma generalizada, mas, sim, como seres humanos com mente, coração, espírito e valores. Essas características foram bastante abordadas em 2010, e, ao longo dos anos, Kotler realizou o desdobramento do Marketing 3.0 e publicou, em 2016, o Marketing 4.0.

Uma das principais premissas do desdobramento é o papel dos profissionais que atuam na área de marketing, em que se faz necessário tornar clientes grandes amantes da marca, por meio dos caminhos traçados pelo consumidor.

> [...] o marketing deve se adaptar à natureza mutável dos caminhos do consumidor na economia digital. O papel dos profissionais de marketing é guiar os clientes por sua jornada desde o estágio de assimilação até se tornarem advogados (defensores ou embaixadores) da marca. (KOTLER, 2017, p. 11)

Além disso, uma das principais mudanças que ocorreram foram as transformações tecnológicas, que aguçaram ainda mais a convergência entre o marketing tradicional e digital. Com os avanços tecnológicos, é possível traçar caminhos específicos para cada indivíduo, e essa

personalização está sendo exigida pelos consumidores, pois estão, cada vez mais, desejando um envolvimento maior e uma relação única com as empresas. Essa característica está sendo desenvolvida principalmente por meio da conectividade, que teve um papel importante para um novo entendimento de consumidor, produto e gestão de marca (KOTLER, KARTAJAYA & SETIAWAN, 2017). A conectividade possibilitou a criação de estratégias com melhor custo-benefício, como espaços físicos que foram para o espaço online, a simultaneidade do desenvolvimento de produtos e serviços. No entanto, é importante ressaltar que o marketing on-line não substitui o marketing off-line, sendo os dois necessários para a melhor experiência do cliente.

> Embora as empresas on-line tenham conquistado uma fatia significativa do mercado nos últimos anos, não acreditamos que irão substituir por completo as empresas off-line. Da mesma forma, não acreditamos que a "nova onda" do marketing on-line acabará substituindo o "legado" do marketing off-line. Na verdade, acreditamos que eles precisam coexistir para oferecer a melhor experiência ao cliente. (KOTLER, 2017, p. 38)

Do mesmo modo, a interação entre concorrentes e consumidores também foi afetada. Atualmente, é possível identificar a aproximação entre a marca e seus consumidores, sendo facilitadas as oportunidades de *feedbacks* e conversas entre ambos. Além disso, a participação entre concorrentes também está presente, sendo a colaboração uma estratégia fundamental para acelerar o seu crescimento.

Logo, o Marketing 4.0 é caracterizado pela interação e união entre as empresas e seus consumidores no ambiente *on-line* e *off-line* e como se dá o processo de desenvolvimento das marcas e a conectividade, que permite o contato entre máquinas e uma interação mais próxima entre o público e a empresa, ao ponto dos clientes se tornarem defensores da marca. A conectividade e o marketing *on-line* estão ligados diretamente com o marketing digital, que, segundo Torres (2009), é uma ferramenta do marketing que está diretamente conectada à comunicação, publicidade, propaganda e todo conjunto dos conceitos e estratégias já abordados na teoria do marketing.

Assim, reforça-se a ideia de que a internet afeta o marketing de forma direta, pois os seus consumidores estão cada vez mais *on-line* e, mesmo que a marca não esteja posicionada, ela ainda fará parte do espaço digital, pois consumidores poderão comentar sobre produtos e serviços oferecidos independente do seu posicionamento.

> Se você não investir em marketing digital, você não só estará abrindo mão de falar sobre sua empresa para seus consumidores como estará deixando abertas as portas para que todos falem sobre sua empresa sem que tome conhecimento ou possa participar do processo. Portanto, não se iluda: diferentemente das outras mídias, a Internet afeta seu negócio independentemente de sua vontade. (TORRES, 2009, p. 61)

Da mesma maneira que Kotler (2017) discute sobre a interação entre marca e consumidores, Torres (2009) também aborda a ideia de que o marketing digital está ligado com as pessoas, suas histórias, desejos, relacionamentos e necessidades que devem ser supridas. O marketing digital baseado nos princípios corretos deve ter foco no consumidor e no seu comportamento, pois quando consumidores se inserem na internet estão à procura de uma informação e, caso estejam na rede social, para se relacionarem. Dessa forma, Torres (2009) define quatro comportamentos do consumidor *on-line*: relacionamento, informação, comunicação e diversão.

2.2. Marketing de conteúdo

Entre as estratégias do marketing digital estão o marketing de conteúdo, marketing nas mídias sociais, marketing viral, e-mail marketing, publicidade *on-line*, pesquisa *on-line* e monitoramento. As estratégias citadas se encaixam no modelo de implantação sugerido por Shewhart e Deming (1950) e aderem à aplicabilidade do modelo com foco nos princípios seguidos por Covey, Stephen, abordados no livro “A Bíblia do Marketing Digital” (2009).

Uma dessas estratégias que vem sendo bem usual e nomeada pelos profissionais da área como “o futuro da publicidade" é o marketing de conteúdo. Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p.173) definem marketing de conteúdo como “...uma abordagem que envolve criar, selecionar, distribuir e ampliar conteúdo que seja interessante, relevante e útil para um público claramente definido com o objetivo de gerar conversas sobre esse conteúdo.”

Kotler (2017) apontou que em 2017, nos Estados Unidos, a maioria expressiva das empresas B2C e B2B havia investido cerca de um terço do seu orçamento de marketing em marketing de conteúdo. A adesão e o investimento das empresas no marketing de conteúdo, apesar de já ter sido comprovada, ainda é pauta de discussão sobre como garantir uma maior efetividade. Para isso, precisa-se compreender o que é conteúdo e como ele se alia nessa vertente essencial do marketing.

Ann Handley (2013), define conteúdo como tudo que é desenvolvido e transferido para um *site*, desde imagens, vídeos, textos, até ferramentas e outros elementos.

> Um termo amplo que se refere a tudo que é criado e transferido para um site: textos, imagens, ferramentas e outros elementos que ali residem. Todas as páginas do seu site, portanto, são conteúdo. Tudo que você cria como parte dessas páginas ou como parte do seu marketing (seus vídeos, blog, fotografias, webinários, white papers, e-books, podcasts e assim por diante), é conteúdo também. Tudo aquilo que você publica fora do seu próprio site (sua página no Facebook, seus contatos no Twitter, a sua página de grupo no LinkedIn, por exemplo), são formas de conteúdo. (HANDLEY, 2013, p. 16)

Então, o ponto chave do marketing de conteúdo é o conteúdo em si, desenvolvido e veiculado de forma estratégica. Sendo assim, é essencial uma pesquisa aprofundada para a aplicação dessa técnica, objetivando que ocorra a fidelização do consumidor. Realizar uma pesquisa sobre o comportamento, valores e desejos do seu cliente é primordial para traçar estratégias fundamentadas e então tornar a pessoa usuária como uma defensora da marca (HANDLEY, 2013, p.17)

2.2.1. Marketing de conteúdo nas redes sociais

A transmissão de conteúdo se torna ainda mais eficaz por meio das redes sociais. Tais plataformas permitem que, se o conteúdo estratégico for direcionado para a pessoa usuária

certa, o consumidor consegue aderir àquilo que for mais próximo de sua realidade e mais confiável, o que irá gerar mais compartilhamentos, indicações e demais interações.

Handley (2013, p.13)[37], cita que um dos principais meios de gerar um ciclo de cliente, é por meio do marketing de conteúdo: "...crie um conteúdo bom e os clientes virão até você. Crie um conteúdo realmente bom e os clientes compartilharão e espalharão sua mensagem por você. Mais do que nunca, o conteúdo é o rei! O conteúdo é essencial!".

Do mesmo modo, essa interação oferece um contato direto sem intermediações entre marca e consumidor, o que gera uma proximidade, acolhimento e confiança entre ambas. A conectividade das redes sociais permite que marcas e consumidores tenham uma comunicação única, e segundo Kotler (2017), o marketing de conteúdo na mídia social pode ser um complemento da propaganda tradicional, ou até se tornar a principal mídia de comunicação de marketing.

> Os diálogos bidirecionais diretos com os consumidores com frequência são mais eficazes e também mais econômicos. Esse pensamento leva um número maior de marcas e empresas a utilizar o marketing de conteúdo na mídia social a fim de complementar a propaganda tradicional. Elas visam acabar se tornando a própria mídia de comunicação de marketing e assim reduzir a dependência da mídia tradicional. (KOTLER, KARTAJAYA e SETIAWAN, 2017, p. 256)

O marketing de conteúdo nas redes sociais é uma forma importante de se ter ainda mais contato com o seu consumidor, e para isso é necessário entender o seu conceito. Marteleto (2001) define redes sociais como um conjunto de participantes autônomos, que unem ideias e recursos em volta de valores compartilhados.

É por meio das redes sociais que ocorrem as trocas de relações diretas ou indiretas, que vão estendendo a comunicação de acordo com a movimentação dos usuários. Dessa forma, se torna composta por indivíduos e conteúdos em constantes movimentações e interpretações,

[37] Disponível em: <https://toaz.info/doc-viewer>. Online. Acesso em: 04 de Outubro de 2021.

seja por meio do compartilhamento de textos, imagens, fotografias, vídeos ou áudios. Marteleto (2001, p. 71) ainda aborda que,

> As redes nas ciências sociais designam normalmente – mas não exclusivamente – os movimentos fracamente institucionalizados, reunindo indivíduos e grupos em uma associação cujos termos são variáveis e sujeitos a uma reinterpretação em função dos limites que pesam sobre suas ações. (MARTELETO, 2001, p. 71)

Cada rede social trabalha com estratégias voltadas para seu público principal, uma vez que há uma variação desse público de acordo com os conteúdos de cada mídia. Ribas e Ziviani (2008) analisam essa estrutura como uma configuração dependente do ambiente no qual se desenvolve e atua.

> Ao serem analisadas as estruturas das redes, pode-se observar que cada rede tem uma configuração particular, depende do ambiente onde se forma e atua, da cultura política dos membros e, em especial, da cultura política dos facilitadores e dos objetivos compartilhados. Muitas redes nascem e se nutrem por meio de listas de discussão na Internet, outras acontecem onde as pessoas não têm acesso à web e utilizam outras estratégias de comunicação, ou seja, através de outros tipos de reuniões de grupos, como
>
> religiosos, culturais, entre outros. (RIBAS; ZIVIANI, 2008, p. 63)

Segundo Gabriel Camargo[38], redator da Rock Content, o marketing executado no Instagram pode ser fundamental para que as empresas consigam se sobressair no ambiente digital, comparado com outros negócios que não utilizam a rede social.

Uma das estratégias citadas pelo autor é a definição de um objetivo para a conta na rede social, ou seja, ter de forma nítida as metas e propósitos ao criar um perfil no Instagram para que um planejamento estratégico seja executado. Além disso, outras estratégias do marketing de conteúdo no Instagram são uma construção de um plano e ação para o perfil no Instagram, criar conteúdos relevantes para o seu público alvo, definir uma persona, realizar um calendário de postagens, explorar *hashtags* estratégicas para alcançar a audiência em foco, publicar

[38] Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/acoes-de-marketing-no-instagram/>. Online. Acesso em: 15 de Maio de 2022.

conteúdos, como vídeos e fotos com qualidade e autenticidade, explorar formas de interação e variar entre formatos de conteúdos explorados pelo Instagram, como stories, *reels*, TV e postagem única.

A utilização das *hashtags* no Instagram[39], representada pelo símbolo "#", é uma estratégia do marketing digital para aumentar as visualizações do perfil da marca e o engajamento nas fotos e vídeos publicados. Isso porque, dentro da rede social em questão, quando a postagem possui alguma *hashtag* ela passa a aparecer em um segmento específico no qual foi marcada junto com outras postagens que utilizam a mesma *hashtag*.

Além disso, há também a utilização do *Call-to-Action* (CTA), em português seria uma chamada para ação, estratégia normalmente utilizada no marketing de conteúdo digital para instruir o público a tomar uma ação a partir daquele conteúdo.[40] No Instagram é possível utilizar chamadas de ação nos diferentes formatos de conteúdos e também na legenda, sendo utilizadas principalmente no modo imperativo. De maneira mais ampla, os CTA's nas redes sociais são utilizados como forma de converter o público a uma interação, seja o ato de curtir, comentar, salvar, encaminhar a publicação para outra pessoa, etc.

3. METODOLOGIA

Na busca pelo meio mais adequado para a realização de pesquisa para o presente trabalho, é de se ressaltar que há diversas formas de realização de pesquisas para produção de trabalhos acadêmicos, sendo que neste trabalho utilizou-se inicialmente a modalidade de pesquisa bibliográfica.

Segundo Andrade (2007):

[39] Disponível em: <https://trii.com.br/hashtags-no-instagram/>. Online. Acesso em: 15 de Maio de 2022.

[40] Disponível em: <https://www.mlabs.com.br/blog/call-to-action>. Online. Acesso em: 15 de Maio de 2022.

> A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monografias não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação de conclusões**.** Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizaram pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas. (ANDRADE, 2007, p. 25)

Importante ressaltar os ensinamentos desta metodologia nas palavras de Marconi e Lakatos:

> Pesquisa alguma parte hoje da estaca zero. Mesmo que exploratória, isto é, de avaliação de uma situação concreta desconhecida, em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida. Uma procura de tais fontes, documentais bibliográficas, torna-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não "descoberta" de idéias expressas, a não inclusão de "lugares comuns" no trabalho. (MARCONI; LAKATOS, 2004, p. 114)

Ademais, neste trabalho utilizou-se a pesquisa qualitativa, tendo como pressupostos uma compreensão de metodologia como o conhecimento crítico, sendo questionado acerca de seus limites e possibilidades. Segundo Knechtel (2014), acerca dos métodos apresentados na pesquisa qualitativa, tem-se o que é por ele mencionado:

> A pesquisa qualitativa busca entender fenômenos humanos, buscando deles obter uma visão detalhada e complexa por meio de uma análise científica do pesquisador. Esse tipo de pesquisa se preocupa com o significado dos fenômenos e processos sociais. Mas sendo uma análise relacionada também à subjetividade, quais são os critérios do pesquisador? Bem, ele leva em consideração as motivações, crenças, valores e representações encontradas nas relações sociais. (KNECHTEL,2014, p.25)

Neste sentido, ao finalizar esta pesquisa qualitativa que foi realizada com o propósito de descrever, de forma sistemática, a aplicação da técnica e análise de conteúdo no campo do marketing, vê-se que ela abordou ações humanas referentes à produção do Marketing de conteúdo dos Bancos Nubank e Itaú.

Este trabalho se caracteriza como um estudo de caso. No que concerne ao estudo de caso, segundo Yin (2001, p. 32), "...ele é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos". Dessa forma, este trabalho teve como intuito o comparativo da aplicação de uma vertente do marketing pelas marcas Nubank e Itaú, em que abordou-se o contexto real da aplicação estratégica do marketing de conteúdo no perfil do

Instagram de ambas as marcas, ou seja, o estudo de caso possibilita a interpretação e compreensão dos fatos desta pesquisa nessas unidades sociais. Essas unidades sociais são caracterizadas por empresas particulares, assim como aborda Goode e Hatt (1975):

> O estudo de caso permite investigar, em profundidade, o desenvolvimento, as características e demais aspectos constitutivos de qualquer unidade social: um indivíduo; um núcleo familiar; um grupo social; uma empresa pública ou particular etc. (GOODE E HATT, 1975, p.10).

Assim sendo, as características abordadas no estudo de caso buscam o *corpus* do tema, como definido por Marquezan (2009, p. 85): "o corpus são os temas mais relevantes e específicos da pesquisa, e que deve ser selecionado com base nos objetivos de pesquisa e pelo referencial teórico". Assim, o *corpus* da pesquisa é de arquivo, sendo um trabalho baseado no levantamento dos dados e conteúdos publicados pelos bancos Itaú e Nubank no Instagram, sendo possível realizar a análise comparativa da produção do marketing de conteúdo dos bancos supracitados.

Ademais, os corpus de arquivo que foram analisados são as publicações dos bancos exclusivamente no *feed* do Instagram, no qual foram captados conteúdos imagéticos, audiovisuais e textuais publicados. Salienta-se que foram analisadas a primeira e última postagem do mês, além das publicações que possuíam referências a datas comemorativas divulgadas pelo Itaú e Nubank no Instagram, publicadas entre maio de 2021 até outubro de 2021. Foram então analisadas e comparadas entre si para que fosse possível identificar o marketing de conteúdo. O acesso foi feito à documentação liberada para usuários ativos do aplicativo. Assim, foi possível coletar 15 publicações de cada banco, totalizando 30 postagens disponíveis de forma gratuita, sem que fossem necessárias buscas de informações privadas.

Assim, com o material disponibilizado, foi possível identificar as práticas de marketing de conteúdos utilizadas pelas empresas na rede social em questão e então realizar a comparação entre as empresas bancárias.

Os arquivos foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa, sendo uma parte fundamental para se chegar à conclusão do trabalho e foram analisados pela autora, sendo que os elementos textuais na legenda estão conectados com as imagens. Dessa forma, buscou-se informações que possibilitasse a análise comparativa do marketing de conteúdo dos Bancos Nubank e Itaú.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1. Marketing de Conteúdo do Nubank no Instagram

Para realizar a análise do marketing de conteúdo do Nubank no Instagram foram escolhidas a primeira e última postagens realizadas em cada mês, além das publicações de datas comemorativas, entre o período de maio a outubro de 2021.

Foram coletadas cinco publicações em formato de carrossel, quatro publicações únicas estáticas, cinco vídeos em formato de Instagram TV e uma publicação em formato de *reels.*

Publicações foram analisadas entre maio a outubro de 2021 com a descrição visual da imagem ou vídeo, assim como a descrição dos conteúdos de cada publicação, conforme Tabela 1 a seguir:

TABELA 1 - POSTAGENS BANCO NUBANK

Data	TIPO DE *POST*	DESCRIÇÃO DA PUBLICAÇÃO	DESCRIÇÃO VISUAL
04/05/2021	TV	Um Jedi não é um Jedi sem seu poderoso sabre de luz. Venha descobrir a força do controle financeiro e una-se ao roxinho no combate à complexidade e asteriscos!	"VENHA PARA O LADO ROXO DA FORÇA" O vídeo possui uma referência ao filme STAR WARS, e mostra o cartão sendo a força, com brilho.

18/05/2021	ÚNICO	Alerta: não coma esse post! Hoje é sexta-feira, dia oficial de chutar o balde com um lanche delícia pra comemorar o Dia Internacional do Hambúrguer. E não importa se você usa o Nu pra pedir um delivery de lei, ou se prefere se divertir criando sua própria versão em casa, aqui tem lugar pra todo mundo!	Um prato de hambúrguer com a logo da NU e acompanhamentos, como batata frita e cebola.
02/06/2021	ÚNICO	Agora é oficial! O maior banco digital independente do mundo e a maior plataforma independente de investimentos digitais do país estão juntos. A revolução roxa chegou para reinventar a sua maneira de investir! Pode entrar @easynvest by Nubank	Imagem com o texto “Nubank + Easynvest: a evolução começou”.
06/06/2021	CARROSSEL	Você já viu além do arco-íris? Victor Teixeira VIVE além do arco-íris todos os dias. Ele é Nubanker e representa a bandeira Queer, o Q da sigla LGBTQIA+. #pridemonth	Capa com a foto do Victor Teixeira, com as cores da bandeira Queer e com uma relato "Sou muito mais do que a sociedade espera que eu seja".
08/06/2021	CARROSSEL	O azul que encontra o branco e o rosa. Por trás desse emaranhado de cores, há um emaranhado de gente. Como Lilyth Ester, Nubanker representante da comunidade Trans/Travesti. 🏳️‍⚧️ #pridemonth	Capa com a foto da Lilyth, com as cores da bandeira Trans e com uma relato "Ser trans/travesti é um relato"

10/06/2021	CARROSSEL	Existem outras cores além do arco-íris. E quem conta mais sobre isso é Marcelo Campos, Nubanker que orgulhosamente representa a comunidade Gay. #pridemonth	Capa com a foto do Marcelo, com as cores da bandeira Gay e com uma relato "Quero que as pessoas tratem de forma normal algo que é normal".
21/06/2021	CARROSSEL	Temos costume de dizer que estamos sempre no dia 1 da nossa missão, mesmo dando passos memoráveis. E este é mais um deles. A partir de hoje, 21, temos uma nova membro no conselho do Nubank: a @anitta ! A cantora e empreendedora que inseriu o funk brasileiro no mercado internacional e possui vasta experiência em estratégias de construção de marca, agora está ao lado do maior banco digital do mundo em números de clientes. Que feat, não?! Vem coisa boa por aí ✨	Lançamento da parceria com a Anitta, por isso a capa é dela com a Co-fundadora do Nubank é um outro rapaz.
06/07/2021	TV	O #NubankUltravioleta foi criado para quem quer ver além e redefinir o que significa premium. Um premium que reconhece as suas conquistas, que te dá liberdade para fazer suas próprias escolhas. Quer saber tudo sobre essa novidade? Clica no link na bio.	Vídeo mostrando as características do novo cartão Nubank ultravioleta. Explora os benefícios oferecidos pelo banco.

15/07/2021	ÚNICO	Olha a festa Julina! É mentira! O #TBT de hoje é de saudade: daquela pescaria que rende uns bons mimos, do bom e velho correio elegante (que supera qualquer app de relacionamento), das comidinhas típicas... Se só de pensar em pinhão, canjica e quentão você já fica com água na boca, estamos com você!	Várias comidas de festa julina em uma mesa com o forro de mesa roxo, fazendo referência a cor da marca.
26/08/2021	TV	Depois de mais de 6 mil cartões Nubank destruídos pela fúria canina, chegou o Nudog, o primeiro cartão feito para ser destruído por cachorros, uma parceria Nubank + @zee_dog. Morda já o seu (link na bio) #roxinhomastigado #salvemosroxinhos #NuDog	Vídeo mostrando vários cachorros e a construção do Nudog, um "cartão" para o cachorro brincar e evitar que o cão mastigue o cartão Nubank.
31/08/2021	*REELS*	Vocês pediram. A gente demorou, mas chegou! É com muita felicidade que podemos dizer que agora tem Apple Pay no Nubank! E vocês, como está a emoção por aí hoje? #DescricaoDaImagem: O vídeo mostra uma sequência de mensagens enviadas por clientes pedindo o ApplePay ao Nubank. No final, em letras grandes no centro da tela, aparece o texto: Você pediu. Pediu. Pediu (...) A gente demorou mas chegou, mas agora chegou." Logo do Nubank fecha o vídeo.	Vários twitter mostrando pedidos dos usuários querendo o Nubank no Apple Play e dizendo que agora o Nubank está disponível na plataforma.

01/09/2021	ÚNICO	Agora São Paulo ficou mais roxa! O que vocês acharam da repaginada no nosso escritório? #SoVejoRoxo Ah, ainda não voltamos presencialmente, mas queríamos compartilhar esse momento com quem está sempre junto com a gente nessa jornada roxa. 💜	Foto do prédio da Nubank.
30/09/2021	TV	Quantos assentos tem esse trem aí? Hoje somos um milhão de clientes PJ Nubank! Estamos muito felizes em compartilhar o sonho de cada cliente que escolheu ter o Nu dentro de suas empresas. Criamos a série Vidas Roxas, para compartilhar um pouquinho das jornadas incríveis dos nossos clientes com vocês. O nosso primeiro convidado é o Marcelo Ferreira, fundador da produtora de vídeos Trem Filmes, que conta um pouco de sua história e relação com o Nu.	Relato de um investidor que é PJ e usa o aplicativo da Nubank.
04/10/2021	TV	Vem novidade por aí: em breve, vai dar pra investir em ações de empresas pelo app do Nu! Enquanto não chega, a gente quer que vocês tenham acesso a algo fundamental na hora de investir: informação de um jeito fácil de entender. Vem	Criação do "Donos do pedaço", assim o vídeo mostra um grupo de influencer para falar sobre como investir.

		aprender mais sobre esse universo em sou.nu/central-bolsa #donosdopedaço #nubank	
29/10/2021	CARROSSEL	Não precisa ir muito longe para ver e entender os efeitos do desemprego no Brasil em 2021. Seja dentro de casa ou por um relato de um conhecido, sentimos o impacto de todos os lados. Para entender esse cenário, como ele afeta pessoas reais, a gravidade desse problema e as perspectivas para o futuro, fizemos esse Especial Desemprego no blog do Nubank! Confira na íntegra: sou.nu/especial-desemprego	Escrita da capa: Desemprego um retrato da espera por dias melhores (imagem de pessoas laranja com roxo e branco) O resto do conteúdo fala sobre as taxas de desemprego do Brasil e alguns relatos de pessoas que perderam o emprego

Assim como citado anteriormente, o marketing de conteúdo, segundo Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017), é uma abordagem que abrange a criação, escolha, distribuição e a ampliação de conteúdo que tenha utilidade e objetivo para um público já definido, com o intuito de gerar conversas sobre o conteúdo. O Nubank tem como base criar conteúdos relevantes em seu perfil no Instagram, pensando principalmente no público que deseja alcançar. Além disso, é possível perceber que o Nubank utiliza algumas estratégias de conteúdo no intuito de engajar e gerar conversas entre as pessoas que utilizam a rede social e chamar sua atenção, como através da utilização do *Call-to-Action* (CTA).

O CTA explora principalmente termos no imperativo, como por exemplo “Clique Aqui”, “Saber mais”, “Faça seu Cadastro”, entre outros. Entre as publicações analisadas é possível perceber a utilização das seguintes chamadas de ação:

- Venha para o lado roxo da força;

- Venha descobrir a força do controle financeiro e una-se ao roxinho no combate à complexidade e asteriscos;
- Quer saber tudo sobre essa novidade? Clica no link na bio;
- Morda já o seu (link na bio);
- E vocês, como está a emoção por aí hoje?;
- O que vocês acharam da repaginada no nosso escritório?;
- Vem aprender mais sobre esse universo em sou.nu/central-bolsa;
- Confira na íntegra: sou.nu/especial-desemprego.

No caso do Nubank, é possível notar que as chamadas de ação (CTA) são utilizadas de forma explícita e implícita. Vemos que o CTA utilizado pelo Nubank “O que vocês acharam da repaginada no nosso escritório?”, tem como principal objetivo fazer com que o público escreva a sua opinião nos comentários da publicação. Mas, a estratégia utilizada foi mostrar de forma indireta a intenção, para que o CTA não fosse tão direto como “Digite o que achou do nosso escritório nos comentários".

Além do uso do CTA, outra característica marcante é o uso de *hashtags* nas descrições das publicações. Logo, se a publicação da Nubank contém em sua descrição “#pridemonth”, ela será mostrada juntamente com todas as outras publicações que possuem a mesma *hashtag*. Assim, as pessoas que buscarem por esse termo dentro do Instagram poderão ver de forma segmentada os conteúdos.

Entre as *hashtags* utilizadas pelo Nubank podemos destacar #pridemonth; #NubankUltravioleta; #TBT; #roxinhomastigado; #salvemosroxinhos; #NuDog; #DescricaoDaImagem; #SoVejoRoxo; #donosdopedaço; #nubank. Logo, a maioria das *hashtags* utilizadas exploram o nome da marca ou fazem referência a ela. São assim uma forma estratégica de marketing de conteúdo para vistoriar as *hashtags* exclusivas do Nubank, acompanhar possíveis novas sanções à marca, influenciar o uso da *hashtag* e educar as pessoas que seguem, para que assimilem Nubank a cor roxa, tornando-se a marca também conhecida como roxinho.

Entre os seis meses analisados, o Nubank publicou conteúdos referentes a datas comemorativas e importantes em seu Instagram. No mês de junho, o Nubank explorou três publicações sobre o Mês do Orgulho LGBTQIA+, em que Nubankers (termo utilizado pela marca para se referir às pessoas que trabalham na empresa), representaram a comunidade e falaram sobre o tema. O Nubank, ao apoiar a causa e abrir espaço para esse movimento dentro da sua rede social, passa a se posicionar diante dos seus seguidores como uma marca inclusiva e apoiadora da diversidade.

Além dessa data comemorativa, o Nubank também publicou sobre a festa julina, uma tradicional festa realizada durante o mês de julho. Analisando a publicação, pode ser notada que ela expõe as comidas típicas dessa época, como broa, cajuzinho, milho e doce de leite. O forro da mesa em que esses alimentos estão é roxo, fazendo com que o público faça essa assimilação com a marca. Esse tipo de conteúdo, principalmente durante a pandemia em que as grandes festas julinas não poderiam ser realizadas devido a aglomeração de pessoas, faz com que a marca se posicione de forma humana e empática com os seguidores, o que reforça o ponto da utilização da *hashtag* #TBT - *Throwback Thursday*, uma gíria que no português significa quinta-feira do retorno ou quinta-feira da nostalgia.

Outra estratégia de marketing de conteúdo também explorada no Instagram do Nubank é a utilização de diferentes formatos de conteúdos, como a variação entre publicação única, *post* carrossel, *reels* e vídeo, na intenção de construir um feed chamativo e diversificado que atraia a atenção dos usuários.

Como salientado anteriormente por Handley (2013, p.13), o marketing de conteúdo permite uma interação entre a marca e o consumidor de uma forma direta, principalmente por meio das redes sociais. Dessa forma, o Nubank utiliza do Instagram para realizar interações entre a sua marca e outros produtores de conteúdo, também chamados influenciadores digitais. Essa seria uma estratégia do marketing digital para gerar engajamento entre os seguidores do influenciador com a empresa.

Analisando as visualizações das publicações em formato de *reels* e TV, podem ser vistos os seguintes resultados:

- TV publicado dia 4 de maio: 91 mil de visualizações
- TV publicado dia 6 de julho: 575 mil de visualizações
- TV publicado dia 26 de agosto: 242 mil de visualizações
- *Reels* publicado dia 31 de agosto: 906 mil de visualizações
- TV publicado dia 30 de setembro: 45 mil de visualizações
- TV publicado dia 4 de outubro: 361 mil de visualizações

Sendo as três publicações com o maior número de visualizações as do dia 31 de agosto, em formato *reels*, com 906 mil de visualizações, do dia 6 de julho, em formato de TV, com 575 mil de visualizações e do dia 4 de outubro, em formato TV, com 361 mil visualizações.

4.2. Marketing de Conteúdo do Itaú no Instagram

Para realizar a análise do marketing de conteúdo do Itaú no Instagram foram escolhidas a primeira e última postagens realizadas em cada mês, além das publicações de datas comemorativas, entre o período de maio a outubro de 2021.

Foram coletadas duas publicações em formato de carrossel, três publicações únicas estáticas, seis vídeos em formato de Instagram TV e quatro publicações em formato de *reels*.

As publicações foram analisadas entre maio a outubro de 2021 com a descrição visual da imagem ou vídeo, assim como a descrição dos conteúdos da publicação:

TABELA 2 - POSTAGENS BANCO ITAÚ

Data	TIPO DE POST	DESCRIÇÃO DA PUBLICAÇÃO	DESCRIÇÃO VISUAL
05/05/2021	*REELS*	Às vezes dá vontade de jogar tudo pro alto, né? Mas calma, o Itaú é feito pra você e está aqui pra te ajudar a organizar a sua vida financeira. 😉 #RiceArt 👉 Esse conteúdo foi #FeitoCom @friedriceart.	Mulher jogando um quadro feito de areia para cima com o símbolo do Itaú
06/05/2021	TV	Neste Dia das Mães, preparamos uma surpresa especial para as mães do Itaú. Pequenas demonstrações de amor: #IssoMudaOMundo. 🧡 👉 Esse conteúdo foi #FeitoCom @vjsuave.	Homenagem dos dias das mães, em que as crianças desenharam elas com as mães e o Itaú reproduziu o desenho em uma tela grande para que as mães pudessem ver.
26/05/2021	ÚNICO	Agora temos uma opção gratuita para nos vacinarmos, evitando aglomerações. Vamos juntos com você e @tembici pedalar rumo a uma vacinação segura, com a praticidade da bike Itaú. Saiba mais no link da BIO e continue se protegendo! #VaiDeBike 🚲 👉 Esse conteúdo foi #FeitoCom @irla.costa.	Vem vacina vai de bike. Uma mulher de cabelo cacheado sentada em uma bicicleta com uma área verde atrás
06/02/2021	TV	Ouvindo você, a gente muda todo dia. O Itaú é #FeitoComVc 🧡.	O Itaú convidou alguns influenciadores digitais para aparecer no vídeo em que havia a seguinte mensagem:

		Esse conteúdo foi #FeitoCom @anendfor, @elizianeberberian e @isasalmeida	Inovar sempre, isso é muito Itaú. Organizar as finanças é muito Itaú.
22/06/2021	TV	Dicas financeiras de quem é LGBTQIA+ para quem é LGBTQIA+ Convidamos o Squad da Boa Influência para compartilhar suas histórias sobre dinheiro e este é o nosso primeiro vídeo da série. 🧡 Dicas financeiras de quem é LGBTQIA+, pra quem é LGBTQIA+. Esse conteúdo foi #FeitoCom @matheusrocha	Um vídeo com o influenciador Matheus Richa, sobre dicas financeiras "o que fazer com o seu dinheiro?"
25/06/2021	REELS	O que é cringe? A gente nem lembra! A palavra do momento é figital. No Itaú, você escolhe: físico, digital ou os dois ao mesmo tempo. Atendimento do seu jeito, #FeitoComVc. 👉 Esse conteúdo foi #FeitoCom @anendfor.	Um vídeo com o Anendfor, em que eles começam falando sobre cringe e fala que agora a nova moda é figital, que é um atendimento digital e físico, e complementam "tipo do Itaú".
01/07/2021	ÚNICO	As melhores experiências da vida dão match com o cartão Itaú Personnalité Black, com pontos que rendem pra usar como quiser e sem anuidade pra quem investe. Esse conteúdo foi #FeitoCom @encolhiaspessoas, @itaucard e @itaupersonnalite	Cartão black do Itaú posicionado em uma cidade de brinquedo, com várias pessoas de brinquedo em uma praça.

30/07/2021	TV	Sem entrada, sem juros, feito para você pagar aos poucos, com calma. O consórcio Itaú é tão bom que provoca arrepios. Feito para realizar os seus sonhos. 👉 Esse conteúdo foi #FeitoCom @paulovieira.oficial.	O influenciador Paulo Vieira fala sobre o consórcio Itaú, em que ele conseguiu comprar um carro sem entrada e sem juros.
04/08/2021	CARROSSEL	A @loud_babi da @loudgg é a lenda que tá mudando o game com o Itaú. Vem ver o comercial estrelado pela braba! 👉 Esse conteúdo foi #FeitoCom @loud_babi	1ª: Foto da gamer Loud. 2ª: Propaganda da gamer Loud, em que ela fala sobre a quantidade de games profissionais que existem e finaliza com "Por isso, o Itaú apoia". 3ª: Bastidores da propaganda.
31/08/2021	TV	Verificado O Itaú não para. E falar sobre #mobilidadeurbana só reforça que estamos em constante movimento. Conheça a WTW Play, uma iniciativa para pensar agora como vai ser o amanhã. #ItaúNãoPara Esse conteúdo foi #FeitoCom @artedoluc.	Vídeo falando sobre o WTW Play.
02/09/2021	ÚNICO	Falta um ano para você fazer o Rock in Rio acontecer. Dica: quem tem cartão Itaú tem 15% de desconto no ingresso - e ele ainda pode ser parcelado em até 8x sem juros. Esse conteúdo foi #FeitoCom	Imagem de um desenho de uma mulher negra, com o fundo laranja e escrito "o Rock in Rio é feito com você".

		@rockinrio.	
29/09/2021	*REELS*	A garota errada tá no perfil certo! A gente sabe que a vida do jovem adulto é difícil, por isso convidamos uma ADM nata para cuidar da conta do Itaú na rede do passarinho azul e dar aquela ajuda pra vocês! Esse conteúdo foi #FeitoCom @manugavassi	Vídeo da Manu Gavassi fazendo propaganda do twitter do Itaú, em que ela irá ajudar pelo Twitter a tirar dúvidas sobre perrengues financeiros.
01/11/2021	TV	O que acontece depois do “felizes para sempre”? 👀 Pra evitar ciladas, o Klébio compartilha as melhores dicas de organização financeira a dois, de quem é LGBTQIA+ para quem é LGBTQIA+. Esse conteúdo foi #FeitoCom @klebiodamas	Dicas sobre ciladas financeiras de LGBTQIA + para quem é LGBTQIA +.
12/11/2021	REELS	Apresentamos a Léia, a leitora digital que lê para uma criança com você. Que tal conhecer ela e as histórias do projeto? No Google Assistente diga “Ok Google, falar com Leia para uma Criança”. Já na Alexa, é só falar “Alexa, abrir Leia para uma Criança”. Esse versão da Léia foi #FeitoCom @zababury	Primeira publicação com Léia, em que o vídeo fala que ela é uma leitora digital do Leia para uma criança, programa oferecido pelo Itaú.

29/11/2021	CARROSSEL	Parar em pedágio e fila de estacionamento, nunca mais! Pelo menos pra quem tem cartão de crédito Itaú. A Tag Itaú é livre de mensalidade e com ela você faz o pagamento automático em rodovias e vários estacionamentos. É um Itaú de liberdade. Pede a sua 😉 #ItaúNãoPara Esse conteúdo foi #FeitoCom @calvet_arts	1ª: Desenho de duas mulheres negras dentro do carro. 2ª: As duas mulheres de carro rindo ao passar por um pedágio.

O Itaú como uma das estratégias do marketing de conteúdo, utiliza das *hashtags* para alcançar um público específico e explorar o nome da marca. As *hashtags* utilizadas entre as publicações avaliadas são: #RiceArt, #FeitoCom, #IssoMudaOMundo, #VaiDeBike, #FeitoComVc, #mobilidadeurbana, #ItaúNãoPara.

Sendo entre elas, apenas “#mobilidadeurbana”, que não é algo exclusivo relacionado com a marca, mas que ainda assim é um mecanismo para atingir o público-alvo desejado.

O Itaú explora a utilização do CTA. Nas publicações analisadas é possível notar a aplicação das seguintes chamadas de ação:

- Saiba mais no link da BIO.
- Vem ver o comercial estrelado pela braba!
- Conheça a WTW Play
- Que tal conhecer ela e as histórias do projeto?

Entre as chamadas de ação acima, é possível perceber que apenas uma possui de forma explícita a ação desejada, que seria “Saiba mais no link da BIO”, que tem as suas intenções explícitas. Já outras, utilizam o termo conhecer e ver, em que seriam relacionados à percepção de algo, tomar consciência e guardar na memória algo que foi visto, falado. Dessa forma, ao

utilizar tais termos, o Itaú está chamando os seus seguidores a ver a publicação, em que uma é no formato *reels*, TV e outra no formato carrossel.

Outra estratégia utilizada pelo Itaú é utilizar produtores de conteúdo para engajar seus seguidores. Como dito por Handley (2013, p.13), o marketing de conteúdo realizado de forma chamativa e interessante, permite uma maior interação entre a marca e o consumidor de uma forma direta. Assim, o Itaú alcança potenciais influenciadores a partir de influenciadores que possuem um público interessante para a marca, e mais confiável para gerar compartilhamentos, indicações e outras interações.

Analisando as visualizações das publicações em formato de *reels* e TV, podem ser vistos os seguintes resultados:

- *Reels* publicado dia 5 de maio: 332 mil de visualizações
- TV publicado dia 6 de maio: 1 milhão de visualizações
- TV publicado dia 2 de junho: 6,3 milhões de visualizações
- TV publicado dia 22 de junho: 27,8 mil de visualizações
- *Reels* publicado dia 25 de junho: 60,8 mil de visualizações
- TV publicado dia 25 de julho: 58 mil de visualizações
- TV publicado dia 31 de agosto: 11,4 mil de visualizações
- *Reels* publicado dia 29 de setembro: 74,1 mil de visualizações
- TV publicado dia 1 de outubro: 24,4 mil de visualizações
- *Reels* publicado dia 12 de outubro: 67,9 mil de visualizações

Sendo as três publicações com o maior número de visualizações as do dia 2 de junho, em formato TV, com 6,3 milhões de visualizações, as do dia 6 de maio, em formato de TV, com 1 milhão de visualizações e as do dia 5 de maio, em formato reels, com 332 mil visualizações.

5. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O MARKETING DE CONTEÚDO DO NUBANK E ITAÚ NO INSTAGRAM

As estratégias de marketing de conteúdo utilizadas pelos dois bancos nas suas redes sociais, possuem tanto similaridades, como também diferenças em que é possível notar o posicionamento da marca em suas redes sociais. Pois, como diz Torres (2009), no marketing digital as empresas são afetadas independente da vontade delas, por isso é importante que as marcas tenham um posicionamento definido na Internet para que seja criada uma comunicação nítida com seus seguidores.

Como salienta Ribas e Ziviani (2008), cada rede social trabalha com estratégias voltadas para seu público principal, uma vez que há uma variação desse público de acordo com os conteúdos de cada mídia. A utilização das *hashtags* estão presentes nas publicações de ambas as marcas, porém, ao contrário do Itaú, o Nubank explorou 9 tipos de *hashtags* e de forma mais ampla, ou seja, que não estão relacionadas diretamente com o banco, como por exemplo #pridemonth; #TBT; #DescricaoDaImagem; #donosdopedaço. Já o Itaú, entre o período analisado, utilizou apenas 7 *hashtags*, em que as que não possuem relação direta com o banco são #RiceArt, #VaiDeBike,#mobilidadeurbana.

Os formatos dos conteúdos explorados também são diferentes, sendo o perfil do Itaú no Instagram um espaço em que há mais publicações em vídeo do que em imagem, comparado ao perfil do Nubank no Instagram. No total, o Itaú publicou 10 *posts* de conteúdo em vídeo, sendo quatro *reels* e seis vídeos em formato. Já o Itaú publicou 6 conteúdos em vídeo, sendo cinco em formato TV e um *reels*.

Assim, é possível afirmar que o Itaú possui uma estratégia mais focada em publicações com conteúdo em vídeo e o Nubank em carrosséis e posts únicos.

Outra estratégia em comum entre os dois perfis é a utilização do *Call-to-Action* (CTA). O Nubank explora uma variedade de oito chamadas de ação, entre elas chamadas para acessar o link na bio descrição, para ser cliente Nubank, visitar o *site* e interagir com a publicação. O Itaú, que possui a metade da quantidade do CTA do Nubank, explora a chamada para acessar o *link* na bio descrição e chamadas de ação para conhecer mais sobre as ações da marca, como

comerciais e projetos que estão sendo realizados. O Itaú explora mais em seus conteúdos a participação de produtores de conteúdo digital, tentando fazer com que eles sejam portadores da comunicação da empresa por terem uma grande influência no meio digital. O Nubank, apesar de também explorar a mesma estratégia, não chega a ser tão frequente quanto o outro perfil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa explorou o marketing de conteúdo no Instagram, com foco na análise comparativa entre um banco tradicional (Itaú) e um banco digital (Nubank). O estudo teve como principal objetivo investigar quais são as estratégias de marketing de conteúdo utilizadas pelos bancos em questão nos seus perfis no Instagram. É notória a presença das técnicas utilizadas pelos bancos no Instagram, desde a utilização de estratégias para gerar o engajamento do público, reforçar a presença da marca e o seu posicionamento diante dos outros perfis presentes na rede social.

Com a análise foi possível identificar e conhecer quais são as características do marketing de conteúdo do banco Nubank no Instagram, sendo um banco que se posiciona como marca defensora da diversidade, focada em ter uma relação mais próxima com o seu público. Dessa forma, não só pública sobre conteúdos institucionais, mas também faz referências aos movimentos sociais, datas comemorativas e culturais, como por exemplo festas típicas da região. O que faz a marca ser conhecida não só pelo serviço oferecido, mas também por interagir com o público de forma mais humanizada.

Também foi possível identificar as características do marketing de conteúdo do Itaú no Instagram, sendo um banco que se importa com a sustentabilidade. Além disso, uma das estratégias do Itaú para gerar aproximação e interação com o seu público são as parcerias com produtores de conteúdo potenciais para o seu público.

Com o conhecimento das técnicas utilizadas pelo marketing de conteúdo digital dos bancos Nubank e Itaú, foi possível identificar quais são as estratégias semelhantes e distintas de cada um, destacando quais eram mais exploradas e o formato do conteúdo utilizado.

Portanto, a análise comparativa entre um banco tradicional (Itaú) e um banco digital (Nubank) possibilitou entender as principais características da produção do marketing de conteúdo no Instagram. Vista disso, conclui-se por meio dessa análise, que a utilização da chamada de ação, o uso de *hashtags*, a publicação de conteúdos relevantes para a marca e público, a exploração de diferentes formatos de conteúdos e ações para criar proximidade com o público do Instagram, foram estratégias utilizadas pelos bancos Nubank e Itaú em seus perfis na rede social em questão.

Por isso, a pesquisa permitiu um estudo mais aprofundado dos dois bancos, e assim foram identificadas as ações utilizadas pelas duas grandes marcas que tiveram destaque em suas redes sociais. Dessa maneira, além de ser uma pesquisa relevante para o campo da comunicação, por analisar o marketing de conteúdo entre duas grandes marcas em uma rede social bastante conhecida, é oportuno o desenvolvimento de novas análises comparativas entre outros perfis no Instagram, para identificar quais são as diferenças do marketing de conteúdo entre os segmentos, ou até mesmo entre outros bancos. Assim sendo, foi respondida a pergunta do trabalho e atingidos os objetivos propostos na Introdução.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. Características da linguagem científica. Acesso em 09 de novembro de 2021.

BATISTA, Ana Thayná Araújo. Posicionamento de marca na comunicação digital: um estudo de caso da Fintech Nubank. 2021. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/28989>. Acesso em 9 de Novembro de 2021.

CAMARGO, Gabriel. Conheça as 8 ações de marketing no Instagram para implantar no seu. Rock Content, 2020. Disponível em:

https://rockcontent.com/br/blog/acoes-de-marketing-no-instagram/. Acesso em: 15 de maio de 2022.

Financial Times. O sucesso do negócio é servir as necessidades humanas básicas. Disponível em:

https://www.ft.com/content/bcd642e0-6273-11ea-abcc-910c5b38d9ed. Acesso em 14 de setembro de 2021.

Fintechs x Bancos Tradicionais: quais as semelhanças e diferenças AML Risco Reputacional, 2019. Disponível em:https://www.amlreputacional.com.br/2019/07/10/fintechs-x-bancos-tradicionais-quais-as-semelhancas-e-diferencas/. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

GARA, Antoine. Os melhores bancos do Brasil: Nubank mantém liderança. Forbes, 2021. Disponível em:https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/os-melhores-bancos-do-brasil-nubank-mant em-lideranca/. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

GARA, Antoine. WORLD'S BEST BANKS. Forbes, 2021. Disponível em:https://www.forbes.com/worlds-best-banks/#6faa93a12951. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. Métodos em pesquisa social. São Paulo: Nacional, 1975. Acesso em 09 de novembro de 2021.

HANDLEY, Ann. Regras de Conteúdo: Como Criar Excelentes Blogs, Podcasts, Vídeos, E-books, Webinários (e Muito Mais) que Atraiam Clientes e Impulsionem Seu Negócio. Online. Acesso em: 04 de Outubro de 2021.

Itaú.Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/itau/. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014)

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan, SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: Do tradicional ao digital. Copyright da tradução: GMT Editores Ltda, 2017.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V.. Metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2004. Acesso em 09 de novembro de 2021.

MARQUEZAN, Reinoldo. A Constituição do Corpus de Pesquisa. 2005. Acesso em 09 de novembro de 2021.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001

Mlabs.O que é call to action e como criar um CTA relevante. Disponível em: https://www.mlabs.com.br/blog/call-to-action. Acesso em: 15 de maio de 2022.

Nubank. Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/nubank/. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

Nubank, Redação. O Nubank é um banco?. Nubank, 2021. Disponível em:https://blog.nubank.com.br/o-nubank-e-um-banco/. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

Nubank, Redação. O que é um Banco Digital? Qual a diferença para um banco tradicional?. Disponível em: https://blog.nubank.com.br/banco-digital.-o-que-e/. Acesso em 14 de setembro de 2021.

PEÇANHA, Vitor. O que é Marketing de Conteúdo? Tudo que você precisa saber para se tornar um especialista no assunto. RockContent, 2020. Disponível em: https://rockcontent.com/br/blog/marketing-de-conteudo/. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

Resultados Digitais, Mundo do Marketing, Rockcontent e Vendas B2B. Maturidade do Marketing Digital e Vendas no Brasil. Disponível em:http://www.rdstation.com/resources/wp-content/uploads/sites/3/2019/06/Maturidade-do-Marketing-Digital-e-Vendas-no-Brasil.pdf. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

RIBAS, Claudia; ZIVIANI, Paula. Redes de informação: novas relações sociais. Revista Eptic online. v. 10, n.1, 2008. Acesso em 05 de Outubro de 2021.

Sobre nós. Nubank. Disponível em: https://nubank.com.br/sobre-nos/. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

Sobre nós. RockContent. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/sobre-nos/. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

Sobre o Itaú. Itaú. Disponível em: https://www.itau.com.br/institucional/sobre-o-itau/. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

Sobre o Instagram. Instagram, 2021. Disponível em:https://about.instagram.com/. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

TORRES, Cláudio. A Bíblia do Marketing Digital: Tudo que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem procurar. Copyright: Novatec Editora Ltda, 2009.

Trii, Agência. Hashtags no Instagram: como usá-las para alavancar o seu negócio. Trii, 2020. Disponível em: https://trii.com.br/hashtags-no-instagram/. Acesso em 15 de maio de 2022.

VALA, Carolina Nascimento, 2020. Marketing de conteúdo digital, percepções de conteúdo e formas de comunicar no Instagram : efeito na intenção de compra do consumidor. Acesso em 09 de novembro de 2021.

YIN, R. K. (2005). Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre, RS: Bookman. Acesso em: 09 de novembro de 2021.

Estratégias digitais de publicidade e propaganda da C&A no Instagram durante o BBB 21: um estudo de caso.

C&A's digital advertising and advertising strategies on Instagram during BBB 21: a case study.

ALVES, Kellen.[1]
DESLANDES, Lorrayne.[2]
ANTÔNIO, Marco Costa de Freitas. [3]
KARINA, Ana.[4]

Resumo: Este presente artigo teve como objetivo apresentar o estudo feito a respeito das campanhas publicitárias realizadas no programa de TV do gênero reality show, Big Brother Brasil, produzido pela Rede Globo. Nesse estudo percebe-se como as estratégias digitais impactam na produção de conteúdo utilizado a partir do reality show nas redes sociais. Dessa forma, apresentou-se como o Instagram da marca C&A gera entretenimento e interage diretamente com o público-alvo durante o programa.

Palavras chave: BBB 21, C&A, estratégias digitais, Instagram

Abstract: This article aims to present the study made about the advertising campaigns carried out in the reality TV show, Big Brother Brasil, produced by Rede Globo. In this study, it was possible to realize how digital strategies impact the content production on social networks based on this Reality Show. Thus it has presented how the C&A brand used its Instagram account to generate entertainment and interact directly with the target audience during the program course.

Keywords: BBB 21, C&A, digital strategies, Instagram

[1] Graduanda em Publicidade e Propaganda, Promove 2022.

[2] Graduanda em Publicidade e Propaganda, Promove 2022.

[3] Prof. Orientador do TCC da Faculdade Promove. Mestre em administração pela FACE/UFMG.

[4] Prof. de projeto do TCC na Faculdade Promove. Doutora em Comunicação Social pela UFMG.

1. INTRODUÇÃO

Para Silva (1976), publicidade é uma estratégia que envolve a compra de espaços em veículos de mídia para divulgação de produtos, serviços ou marcas. Os objetivos ao planejar uma campanha publicitária podem mudar, mas em suma, eles visam atingir um público-alvo específico e incentivá-lo a consumir. “A propaganda é a técnica de criar opinião pública favorável a um determinado produto, serviço, instituição ou idéia, visando orientar o comportamento humano das massas num determinado sentido” (Código de Ética dos Profissionais da Propaganda Outubro de 1957).

Segundo Sampaio (2003, p.20):

> Além de modificar comportamentos, pode criar, ampliar, consolidar e fortificar imagens, conceitos e reputações, fazendo com que uma empresa ou marca passe de um total desconhecimento por parte do mercado para uma posição viva, forte, presente na cabeça dos consumidores. (SAMPAIO, 2003, p. 20).

Considerando isso, entende-se que a publicidade envolve não apenas a compra de produtos e anúncios em redes de tv, ela auxilia na atribuição de valor a algo, e esse algo pode variar, indo desde um produto a uma ideia. Esse conceito de Sampaio (2003), está atrelado a construção de mensagens publicitárias nos dias atuais para compor a fidelização de clientes. Paralelamente a essa busca pela atenção do cliente, Kotler assume que “os clientes de hoje são mais difíceis de agradar. São mais inteligentes, mais conscientes em relação aos preços, mais exigentes, perdoam menos e são abordados por mais concorrentes com ofertas iguais ou melhores” (KOTLER, 2000, p. 69).

Deste modo, a construção de uma mensagem publicitária passou a ser ainda mais elaborada, trazendo características e estratégias que visam a aproximação do público em ambientes distintos, unindo os meios de comunicação a uma ideia em

comum, essa tática de agrupar conteúdos interligados em mídias diversas, se chama transmídia e é primordial para levar uma mensagem muito mais forte ao público.

Jenkins (2009 pg.103) afirma que “uma história transmídia desenrola-se através de múltiplas plataformas de mídia”, sendo assim, as formas de fazer e distribuir publicidade estão em constante mudança, as estratégias que antes estavam voltadas, em sua maioria, para divulgação *offline* atualmente convergem de um tipo de mídia para outro, e isso acontece graças aos avanços tecnológicos e sociais.

> A indústria da televisão concentra-se cada vez mais em compreender os consumidores que tenham uma relação prolongada e um envolvimento ativo com o conteúdo das mídias e que demonstram disposição em rastrear esse conteúdo no espectro da TV a cabo e outras plataformas. (JENKINS, 2013, p.104).

Ainda segundo o autor:

> Cada vez mais, as narrativas estão se tornando a arte da construção de universos, à medida que os artistas criam ambientes atraentes que não podem ser completamente explorados ou esgotados em uma única obra, ou mesmo em uma única mídia. (JENKINS, 2013, p.157)

A internet alcança milhões de usuários diariamente, principalmente no uso de redes sociais. Sendo assim, é uma ótima ferramenta para as empresas fazerem divulgações *online* e construírem uma ponte entre elas e seus clientes. Segundo Kotler (2003, p. 13), “a chegada da Internet já está criando uma verdadeira revolução no marketing”. O texto é de 2003 e conjeturou que, de fato, a internet mudaria os hábitos pessoais e mercadológicos da população.

O site Influence.me[5] compilou algumas estatísticas relacionadas ao marketing de influência e, segundo ele, “92% dos profissionais de marketing consideram o marketing de influência eficaz de acordo com o relatório de uma pesquisa publicada pela Linqia, em dezembro de 2017”. E o “marketing de influência foi avaliado como o canal de aquisição de cliente de crescimento mais rápido em 2017. Uma pesquisa da Tomoson com profissionais de marketing dos Estados Unidos mostra que 22%

dos respondentes adotaram o influencer marketing como uma nova opção para essa finalidade. Em seguida, aparecem busca orgânica (17%), email marketing (15%) e busca paga (14%).

> No momento em que o conteúdo divulgado por influenciadores digitais gera resultados tão – ou mais – significativos do que um filme de 30 segundos

[5] Disponível em: <https://www.influency.me/blog/estatisticas-do-marketing-de-influencia/ > Acesso em: 08 de Nov de 2021 na televisão, as marcas devem voltar a atenção para essa nova plataforma de comunicação. É o principal objetivo da Infobase Interativa com o infográfico que mostra alguns dados sobre Youtubers, blogueiros e famosos da internet. (MEIO E MENSAGEM, 2016)

Neste contexto, o melhor, o marketing de influência tem tido um papel fundamental para essa conversão, uma vez que a internet se tornou uma das principais mídias para interação entre usuários. Essa interação se dá principalmente por meio de redes sociais, onde os usuários compartilham seus estilos de vida, trabalhos e cotidiano de modo geral em formatos diversos, como vídeos, áudios e fotos.

Dentre essas redes, há o Instagram, que vem se destacando por seu constante crescimento. Grandes marcas cresceram e/ou se consolidaram através dele, utilizando-o como uma forma do cliente se aproximar e se identificar com a marca através dos conteúdos postados.

A C&A, objeto de estudo do presente trabalho, é uma das empresas de varejo que se tornou frequente no Instagram. De acordo com o site da organização, em relação às mídias sociais, a C&A, no Brasil possui grande presença e se adapta às diferentes redes sociais, utilizando-as como seu principal canal de comunicação e acesso para dialogar com seu público diversificado, desenvolvendo conteúdos sobre as novas tendências da moda. A empresa possui perfil no Instagram[6] com mais de 6,4 milhões de seguidores. Além disso, possui mais de 11 milhões de seguidores em sua página no Facebook[7], e no Tik Tok[8] a marca tem 58 mil seguidores.

Buscando sempre inovar em suas campanhas, a C&A foi uma das marcas que esteve presente nas edições 20 e 21 do programa Big Brother Brasil, e declarou: “nossos objetivos foram alcançados, pois, durante a veiculação do programa em TV aberta, o fluxo de clientes no aplicativo da marca aumentou em mais de 70%, gerando um aumento de mais de 60% de usuários únicos”, revela Mariana Moraes, gerente sênior de marketing da C&A Brasil (MEIO & MENSAGEM, 2021).

[6] Disponível em: <https://www.instagram.com/cea_brasil/> Acesso em: 31 de out de 2021.

[7] Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/ceaBrasil> Acesso em: 08 de Nov de 2021.

[8] Disponível em: <https://www.tiktok.com/@cea_brasil?> Acesso em: 08 de Nov de 2021.

[9] Disponível em: <https://www.cea.com.br/Institucional/Conheca-a-CEA> Acesso em: 31 de out de 2021.

Como complemento às mensagens que procura passar no reality, a C&A também se preocupou em construir uma estratégia de comunicação que, segundo a companhia, aproveita os demais pontos de contato com a audiência. Cada ação exibida em prova no programa, por exemplo, ganha desdobramentos nas redes sociais da marca e também é trabalhada por um pool e influenciadores escolhidos pela empresa. (MEIO & MENSAGEM, 2021)

O Big Brother Brasil é um fenômeno do entretenimento em formato reality show. Criado pelo produtor e dono da produtora holandesa Endemol, John De Mol, em 1998, o programa de TV surgiu através de um bate papo entre amigos que sentiam a necessidade da criação de um conteúdo para TV com configurações diferentes do que já era veiculado na época. Após o lançamento do reality em 1999, muitos países se interessaram pela abordagem do programa fazendo com que ele rapidamente se espalhasse para 19 países, entre eles o Brasil.

Devido à sua grande audiência, o programa se tornou um meio bastante procurado pelas marcas para divulgação de produtos através de merchandising. Sant'Anna, Armando salienta sobre o merchandising:

> No Brasil há um fenômeno merchandising, que é a utilização simulada de produtos ou serviços por atores principalmente em filmes ou novelas. Nesse setor liderado pela Rede Globo de Televisão as emissoras constituíam departamentos de merchandising que vendem espaços em suas novelas ou outros programas para empresas que queiram veicular seus produtos como parte dos hábitos ou costumes dos personagens da ficção ou apresentadores. (SANT'ANNA, 2009, p. 28)

A C&A investe em campanhas publicitárias também na TV, a mais recente ação foi no BBB 21 (Big Brother Brasil 2021), onde os participantes, anônimos e famosos, utilizavam roupas da marca, tiravam fotos e gravavam vídeos para as redes sociais como forma de divulgar as peças. Além disso a marca fez parte de algumas provas do programa[10]:

> Na ocasião, os participantes tinham que permanecer dançando e, com pausas para montar um quebra-cabeças de peças do vestuário da C&A que era exibida em um telão. Nessas e em outras ações que a marca realizou na casa, sempre foi

> apresentado ao público um QR Code para que a audiência pudesse acessar diretamente o aplicativo e visualizar aqueles produtos.
>
> Essas iniciativas, para a C&A, tiveram uma proposta que vai além de aproveitar a visibilidade do BBB para mostrar a marca a uma quantidade maior de pessoas. A presença no principal reality-show da Globo teve a missão de consolidar uma iniciativa que já vinha ganhando mais espaço no marketing da companhia nos últimos anos: posicionar-se como uma empresa de fashion tech. (MEIO E MENSAGEM, 2016)

De acordo com uma coleta de dados realizada pela Odysci[11], a participação da empresa no programa BBB 21 impactou consideravelmente o perfil da marca no Instagram, uma vez que o perfil da rede social foi a principal forma de expor os produtos utilizados pelos participantes.

Pensando nisso, a escolha dos objetos de estudo se deu para que se buscasse o entendimento da relação existente no uso das plataformas Instagram e Big Brother Brasil na questão da comunicação mercadológica. Desta forma, a partir do contexto apresentado, este TCC (Trabalho de conclusão do curso) possui como problema de pesquisa: quais foram e como se desenvolveram as estratégias digitais de publicidade e propaganda utilizadas pela empresa C&A no Instagram relacionadas à divulgação da marca no Big Brother Brasil 21?

Além desse objetivo geral, são objetivos específicos do trabalho: descrever as estratégias de publicidade e propaganda da empresa de varejo C&A na plataforma Instagram e as campanhas de divulgação realizadas no reality show BBB 21, acontecidas entre os meses de Janeiro a Maio de 2021; analisar de que forma os conteúdos estratégicos desenvolvidos no Instagram da empresa se relacionam ao BBB 21; avaliar as estratégias mercadológicas digitais da C&A na plataforma Instagram porventura relacionadas às campanhas de divulgação da marca e produtos no programa BBB 21.

O estudo apresenta-se relevante para os profissionais da área da comunicação, pois ele observa uma tendência importante que se apresenta nas mídias sociais e nas campanhas de publicidade, que estão relacionadas com o uso das estratégias de mídias de massa articuladas com as redes sociais.

Estudos dentro da abordagem deste caso já foram realizados por pesquisadores que abordaram de outras maneiras as estratégias utilizadas por anunciantes no BBB 21. Entre essas pesquisas está o estudo de caso da Cristina & Steffenello (2011), com o artigo “Ferramentas de comunicação utilizadas pela FIAT no Big Brother Brasil 11”[12].

E outra pesquisa está presente no artigo “Análise de sentimentos dos usuários do Instagram nas ações de patrocínio da marca Avon no Big Brother Brasil 2021[13]” publicada por Ávila (2021).

[10] Disponível em: <https://www.cea.com.br/Institucional/Conheca-a-CEA> Acesso em 14 de set de 2021

[11] Disponível em:

<https://www.odysci.com/pt/blog/bbb21-desempenho-dos-patrocinadores-nas-redes-sociais/> Acesso em 26 de out de 2021

> É importante ressaltar que, com o avanço dos negócios digitais, as empresas começaram a investir em propagandas que proporcionam ao seu público consumidor a praticidade para compras *online*. Segundo Sacchitiello (2021), a influência causada pelo *reality show* ocasionou fatores positivos para a empresa no mercado.

A pesquisa que aqui se propõe se justifica pela mudança e crescimento das compras online e a influência causada pela mídia em suas estratégias de conteúdo, realizando campanhas durante o programa BBB 21. Tem como inspiração a campanha bem sucedida da C&A, que aumentou o número de vendas, conforme apresentado em artigo publicado pela VTEX[14].

> Enquanto muitas empresas reduziram o seu tamanho durante a pandemia, as vendas online da C&A cresceram em 350% entre julho e setembro de 2020. Ao longo dos 6 anos operando no *e-commerce*, a C&A aumentou em 20 vezes a sua receita proveniente do ambiente digital. Hoje, o aplicativo já representa mais de 50% das vendas digitais da C&A e é o aplicativo de moda mais baixado no Brasil.

A empresa utilizou como estratégia de campanha a audiência obtida pelo BBB 21, para se posicionar como referência no mercado. De acordo com a publicação realizada por Sacchitiello no site Meio e Mensagem[15], “a presença no principal reality show da Globo teve a missão de consolidar uma iniciativa que já vinha ganhando mais espaço no marketing da companhia nos últimos anos: posicionar-se como uma empresa de fashion tech”.

Ainda segundo a mesma publicação, Mariana Moraes, gerente sênior de marketing da C&A, afirma que:

> No BBB, ao expor as ofertas que podem ser adquiridas via aplicativo e site, a C&A pretende passar ao público a proposta de uma experiência de compra que transpõe as lojas físicas, modalidade de consumo que ainda prevalece na preferência da maior parte dos consumidores brasileiros.

[12] Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/35263/1/AnaliseDeSentimentos_Avila_2021.pdf> Acesso em: 21 de out de 2021.

[13] Disponível em:

<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/1516> Acesso em: 21 de out de 2021.

[14] Disponível em:

<https://vtex.com/pt-br/blog/historias-de-clientes/ca-ecommerce-de-varejo-de-moda-no-seu-melhor/> Acesso em: 03 de out de 2021.

[15] Disponível em:

<https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2021/04/23/como-a-ca-usa-bbb-para-construir-imagem-de-fashion-tech.html > Acesso em: 03 de out de 2021

Na mesma entrevista, Moraes (MEIO E MENSAGEM, 2021) afirma:

> Como complemento às mensagens que procura passar no reality, a C&A também se preocupou em construir uma estratégia de comunicação que, segundo a companhia, aproveita os demais pontos de contato com a audiência. Cada ação exibida em prova no programa, por exemplo, ganha desdobramentos nas redes sociais da marca e também é trabalhada por um pool e influenciadores escolhidos pela empresa.

As empresas, especialmente a partir de 2010, quando houve um incremento do uso das redes sociais, passaram a utilizá-las como plataforma de divulgação e venda de seus produtos e serviços. Sendo assim, este trabalho se justifica também pela pesquisa das formas de utilização desse meio de comunicação mercadológica.

Ademais, mostra-se neste trabalho o uso de estratégias digitais de uma empresa no Instagram durante o período de realização de um *reality show.* A empresa objeto de estudo realizou o fortalecimento da marca durante a exibição do programa e com táticas de marketing digital numa rede social para contribuir com o crescimento e desenvolvimento da empresa, tornando-se referência para outras marcas trabalharem sua visibilidade nos assuntos que são tendência nas redes**.**

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial tem como base a literatura teórica e abrange: marketing, marketing digital, redes sociais, instagram, estratégias de marketing (publicidade e propaganda).

2.1 Marketing e suas estratégias

Kotler e Keller (2006) entendem que o marketing se dá através do reconhecimento e da satisfação das carências provenientes do ser humano e da sociedade, assim, os autores definem o marketing como uma forma de prover com lucro aqueles que o empregam. Seguindo esse raciocínio, Las Casas diz que:

> Marketing é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos da organização ou indivíduo e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que estas relações causam no bem-estar da sociedade. (LAS CASAS, 2007 p.15)

Sendo assim, o marketing tem como cerne organizar, formular e implementar estratégias que trarão resultados a curto, médio e longo prazo. As estratégias de marketing são desenvolvidas em forma de planos de ação com o intuito de manter vantagem no mercado.

Kotler (2000) afirma que estratégia de marketing se trata de um recurso utilizado no meio mercadológico que visa atingir objetivos estipulados para o marketing, podendo ser ele vendas, reconhecimento da marca ou o atingimento de metas específicas. Para o autor, "é mais importante adotar a estratégia correta do que buscar o lucro imediato" (KOTLER, 2000, p.85). Ele reitera que:

> Ao planejamento estratégico orientado para o mercado é o processo gerencial de desenvolver e manter um ajuste viável entre objetivos, habilidades e recursos de uma organização e as oportunidades de um mercado em contínua mudança. O objetivo do planejamento estratégico é dar forma aos negócios e produtos de uma empresa, de modo que eles possibilitem os lucros e o crescimento almejados. (KOTLER, 2000, p.86)

2.2 Marketing Digital

Dentro do amplo universo do marketing, cabe destacar aqui o marketing digital, muito usado e procurado atualmente graças ao crescente aumento das redes sociais. O marketing digital se constitui como o conjunto de estratégias organizadas pela empresa com o objetivo de atrair novos clientes e criar laços com eles.

Primeiramente, vamos esclarecer que marketing, diferente do que muitos pensam, não é igual a vender. Vender, de acordo com o site dicionário Priberam (2021), significa: "ceder mediante preço condicionado; Alienar; Trair, denunciar por interesse; Alienar a sua liberdade por certo preço; Praticar por interesse atos indignos". E, de acordo com Oliveira:

> Marketing é um sistema complexo, por excelência, que compreende toda uma organização e seus participantes, rico em conceitos e ferramentas e com uma visão estratégica de relacionamentos que engloba uma organização e seu mercado. É útil tanto para empresas como para pessoas, que também podem, e devem, usar estratégias mercadológicas para atingir objetivos em âmbito pessoal. (OLIVEIRA, 2017, p.3)

Ele é o conjunto de ações e estudos entre mercado, mensagem e mídia que sempre busca atender uma necessidade do cliente. O mercado deve ser escolhido e analisado para que se possa criar as melhores estratégias de mídia e comunicação de forma que gere vontade em seu público-alvo.

> Com a evolução da tecnologia da informação e da comunicação especialmente a internet, o marketing evoluiu para o chamado marketing eletrônico, e - marketing ou marketing digital, conceito que expressa o conjunto de ações de marketing intermediadas por canais eletrônicos como a internet, em que o cliente controla a quantidade e o tipo da informação recebida (LIMEIRA, 2000, p. 9)

2.3 Redes sociais

Recuero (2009), afirma que as redes sociais são um espaço de trocas de interações sociais:

> Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (Wasserman e Faust, 1994; Degenne e Forse, 1999). Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. (RECUERO, 2009, p. 24)

Esse conceito está em conformidade com o de Souza e Quandt (2008) que consideram as redes sociais como conjunto de conexões. “Redes Sociais são estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada” (SOUZA e QUANDT, 2008, p.3).

No entanto, Recuero (2009) ressalta que há também uma conexão de laços característicos desses grupos sociais nesse processo:

> Em termos gerais, as conexões em uma rede social são constituídas dos laços sociais, que, por sua vez, são formados através da interação social entre os atores. De um certo modo, são as conexões o principal foco do estudo das redes sociais, pois é sua variação que altera as estruturas desses grupos. (RECUERO, 2009, p. 28)

De acordo com Recuero (2009), as redes sociais possuem estruturas que são criadas através de laços de relacionamento. “Redes são metáforas estruturais. Portanto, elas constituem-se em formas de analisar agrupamentos sociais também a partir de sua estrutura” (RECUERO, 2009, p. 54).

Segundo Tomaél e Marteleto (2006), as redes sociais nos ambientes digitais são amplas, complexas e estruturadas:

> Entretanto, a comunicação diante desses meios dependem das relações sociais e virtuais. “conectadas por relacionamentos sociais, motivados pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações e, por meio dessas ligações, vão construindo e reconstruindo a estrutura social” (TOMAÉL; MARTELETO, 2006, p.75).

De acordo com Marteleto (2001), devemos analisar as redes como estudo em diferentes situações e questões sociais:

> A análise de redes estabelece um novo paradigma na pesquisa sobre estrutura social. Para estudar como os comportamentos ou as opniões dos individuos dependem das estruturas nas quais eles se inserem, na unidade de análise não são os atributos individuais (classe, sexo, idade, gênero), mas o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem através das suas interações uns com os outros. (MARTELETO, 2001, p. 72).

Para Recuero (2009), os novos canais de comunicação criaram uma pluralidade de novas informações entre os grupos sociais.

> Outro elemento que é característico das redes sociais na Internet é sua capacidade de difundir informações através das conexões existentes entre os atores. Essa capacidade alterou de forma significativa os fluxos de informação dentro da própria rede. O surgimento da Internet proporcionou que as pessoas pudessem difundir as informações de forma mais rápida e mais interativa (RECUERO, 2009, p.116).

Ainda segundo a autora, "Muitas dessas informações são difundidas de forma quase epidêmica, alcançando grandes proporções tanto on-line quanto off-line" (RECUERO, 2009, p.116).

2.4 Instagram

De acordo com Oliveira (2014), a criação do aplicativo Instagram se desenvolveu e evoluiu rapidamente entre os internautas:

> O Instagram foi criado em outubro de 2010 pelo norte-americano Kevin Systrom e pelo brasileiro Mike Krieger, ambos formados pela Universidade Stanford (Palo Alto, Califórnia). Inicialmente, o aplicativo era disponível apenas para gadgets[16]. Equipados com o sistema operacional iOS, da Apple, como o iPhone. Em menos de um mês, especialistas em tecnologia, como Dan Frommer, já formularam previsões de que a nova ferramenta poderia se tornar uma das mais utilizadas por parte dos internautas. (OLIVEIRA, 2014, p. 4).

Para Morais e Brito (2020), a tecnologia está cada vez mais presente na vida das pessoas. "A plataforma em questão foi idealizada com o intuito de compartilhar fotos e vídeos com pessoas do mundo todo, assim como firmar novas amizades, pois a mesma se trata de uma rede social." (MORAIS; BRITO, 2020, p. 1).

Segundo Piza (2012), o Instagram criou uma relação entre as pessoas através das redes sociais, possibilitando a interação das "comunidades virtuais":

> O Instagram além de um simples aplicativo é, principalmente, uma rede social. A difusão do seu conteúdo segue basicamente a lógica do *ver e ser visto*, ou seja, quando um conteúdo é adicionado, automaticamente este estará disponível a qualquer pessoa que tenha permissão para vê-lo; que esteja envolvido naquela rede. (PIZA, 2012, p.17).

De acordo com Morais e Brito (2020), o instagram foi desenvolvido para que a sociedade compartilhasse fotos e vídeos ao redor do mundo, e estabelecesse laços de amizade. Entretanto, a ferramenta ganhou reconhecimento e visibilidade e tornou-se profissão para milhares de pessoas, que criam conteúdos direcionados para seus “seguidores”, vendem ou compram produtos e desempenham influência sobre os mesmos.

Segundo Silva (2012), o aplicativo é utilizado entre os indivíduos frequentemente, pois é parte da sua rotina e está acessível para a comunicação.

> O Instagram está na moda expondo consigo o ponto de vista da intimidade, das relações de consumo e das experiências do sujeito. Tal exposição pressupõe uma espera ou convicção na promessa de ser visto, não ser esquecido. Algo muito parecido quando pensamos em uma dimensão biográfica para as narrativas contemporâneas. (SILVA, 2012, p. 6)

2.5 Convergência Midiática

A Comunicação social vem se reinventando cada vez mais ao longo dos anos. Com os avanços tecnológicos e a internet, informações podem circular por multicanais com uma rapidez considerável. Dessa forma, os conteúdos produzidos também transitam por mídias diferentes. Segundo Jenkins (2013) essa ocorrência se define como “convergência midiática”:

> Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando.(JENKINS, 2013, p.30).

[16] Equipamentos portáteis com funções práticas e específicas, essenciais ao cotidiano. Exemplos: telefones celulares, smartphones, tablets, notebooks, reprodutores de arquivos MP3, etc.

Como se previsse os dias atuais, Jenkins (2013) segue dizendo que:

> Em algum ponto, claro, haverá convergência. Uma caixa. Uma tela. Você vai checar os emails, fazer comprar e verificar a lição de seu filho na mesma tela. Este talvez seja o momento mais perigoso para o movimento democrático que está desabrochando – o momento em que as corporações e os anunciantes ameaçaram cooptar e corroer a ética democrática on-line. O futuro talvez dependa do que irá exercer maior domínio sobre essa caixa: as regras da velha radiodifusão ou o poder popular da internet. (JENKINS, 2013, p. 302)

Pellanda (2004) relata que a convergência midiática se dá através da disseminação de conteúdos divergentes, em mídias distintas, mas que possuem ligação entre si. Tendo isso em mente, é tangível que os usuários busquem por mobilidade, como Costa (2002) relatou:

> É a chegada dos sem fio. A essência desses novos grupos tem um nome: mobilidade. Eles se conectam por telefones, celulares, palmtops ou pequenos radiotransmissores de curto alcance. São os portáteis. O essencial é poder estar 'sempre' ligado em qualquer lugar. (COSTA, 2002, p. 74)

Levando em conta o relato de Costa (2002), entende-se que as empresas de modo geral também precisam se adaptar ao cenário atual. Visto que os usuários não têm se concentrado exclusivamente em uma mídia, essas organizações também precisam se diversificar se quiserem ser notadas. Fragoso (2006) diz que essa expansão de meios e mídias sucedeu também na criação de um "ambientes de mídia", resultado da "migração das estratégias e finalidades comunicativas que hoje identificamos com o rádio, a televisão e os meios impressos para as redes digitais de comunicação." (FRAGOSO, 2006, p.18).

Considerando isso, é compreensível que as mídias *offline* migrem para o *online*. Um exemplo prático disso é o Gshow[17], uma ramificação da Rede Globo de Televisão, que é considerado pela própria emissora "a nova casa do entretenimento da Globo na internet" (GSHOW, 2014). A diretora de Entretenimento na Internet da Globo, Ana Bueno, conta que o portal "proporcionará uma extensão da experiência de TV".

A ideia é ter conteúdos novos o tempo todo, tanto relacionados ao que levamos ao ar quanto exclusivos." (G1, 2014).

A priori, Castro (2006) constatou que:

> A importância de novos formatos que consigam se adaptar em ambientes multimidiáticos é ainda maior se pensarmos na breve implantação da TV digital no Brasil. Dentro deste novo ambiente, o canal de televisão aberta que melhor conseguir produzir conteúdo dinâmico e interativo estará em clara vantagem em relação aos outros (CASTRO, 2006, p.58).

Ainda neste cenário, Castro (2006) afirma que o reality show Big Brother veiculado no Brasil pela Globo:

> é um clássico, um programa paradigmático dos primeiros anos do século XXI que estabelece um antes e um depois na televisão mundial. Isso ocorre não apenas pela mistura de formatos, mas por ser um programa que reúne diferentes tecnologias de comunicação. Ele foi apresentado pela primeira vez simultaneamente na televisão aberta e a cabo e na Internet, possibilitando a participação das audiências através das nominações por telefone fixo e celular, através do envio de e-mails, através do acompanhamento e da criação de páginas webs não oficiais sobre o programa e também pela participação ao vivo, quando as audiências aguardam a expulsão dos concursantes. (CASTRO, 2006, p.60).

Em suma, a evolução da tecnologia, por consequência da internet e demais mídias, requer que, ao progredirem, essas as mídias se modifiquem para que possam convergir e coabitar entre si. Assim, mais oportunidades e desafios irão surgir e a engrenagem continuará a rodar.

Disponível em:

<http://gshow.globo.com/Gshow/noticia/2014/01/conheca-o-gshow-novo-portal-de-entretenimento-da-tv-globo.html> Acesso em: 11 nov. 2020

1. METODOLOGIA

O projeto propõe utilizar como procedimento metodológico a abordagem qualitativa, de acordo com os objetivos estabelecidos. Godoy (1995, p. 21) salienta que "...segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada." Sendo assim, realizamos o levantamento com base em análise de dados subjetivos.

De acordo com Godoy (1995, p.62), "...os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada."

De acordo com os objetivos, a pesquisa possui caráter exploratório, pois, segundo Gil (2002, p.41), "estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ao constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descoberta de instituições". Diante dos objetivos estabelecidos no projeto, a pesquisa é classificada, ainda, como descritiva, pois tem como princípio, descrever as características de um fenômeno. De acordo com Gil:

> As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002, p. 42)

O delineamento da pesquisa tem como base a pesquisa bibliográfica, pois segundo Gil (2008, p.45), "a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente". Entretanto, também está relacionada com o estudo de caso, que, de acordo com Gil (2008, p. 57 e 58), é definido como uma pesquisa aprofundada sobre um ou alguns objetos para gerar conhecimento amplo e minucioso sobre o tema.

> O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. (GIL, 2008, p. 57 e 58).

Dessa forma, o *corpus* da análise será constituído por arquivos coletados do Instagram da C&A. Segundo Marquezan (2009, p. 22), "uma superfície linguística transformada em discurso constitui uma materialidade capaz de receber um trabalho de análise. O trabalho de análise de um discurso começa pela constituição do corpus. O procedimento envolve o delineamento dos limites, e os recortes do objeto". Para Moraes (2015, p. 5), "um corpus não existe por si, mas depende do posicionamento teórico a partir do qual se trata a questão de investigação. O recorte feito na sustentação dos aspectos conceituais de análise das teses reflete o olhar da abordagem qualitativa da investigação".

O perfil do Instagram da marca C&A é moderno e personalizado de acordo com suas campanhas, ele está relacionado com as principais tendências do mundo da moda brasileira. A marca transparece em seu perfil um padrão descolado, conceitual e com uma linguagem jovial, para se comunicar com seu público-alvo. Entretanto, dentro desse universo, escolheu-se analisar as postagens e conteúdos específicos das estratégias da marca que foram desenvolvidas dentro do programa BBB 21.

Foram levantadas e analisadas as imagens e os textos que compõem os conteúdos das publicações Para tanto, delimitou-se o período das postagens do dia 25 de Janeiro a 4 de maio de 2021, somente com a temática referente às provas e às festas que foram patrocinadas pela C&A no programa BBB 21. De acordo com os objetivos estabelecidos, essa temática possui maior relevância e destaque para a marca dentro do programa.

A análise foi realizada por meio das postagens no Instagram feitas a partir do contexto desses eventos de inserção da C&A dentro do BBB 21. São cinco eventos selecionados que foram determinados nos períodos de observação e que estabelecem a relação entre os conteúdos abordados no Instagram.

BBB 21: Prova do Líder[18] de habilidade e resistência é patrocinada pela C&A (01/04);

- Publicação sobre a Prova do Líder no Instagram[19] da C&A.

BBB 21: Prova do Anjo[20] é patrocinada pela C&A (26/02);

- Publicação sobre a Prova do Anjo no Instagram [21]da C&A.

BBB 21: Escolha dos looks[22] para a festa da C&A (04/03);

- Publicação sobre a Escolha dos looks[23] para a festa da C&A no Instagram da C&A.

BBB 21: Festa C&A[24] - Festa MuitoOnMuitoEu e Desfile de holograma (05/03);

- Publicação sobre a Festa MuitoOnMuitoEu[25] e Desfile de holograma[26] Instagram da C&A.

BBB 21: Posts[27] nos dias 06 e 07 de Março com os melhores momentos da festa do dia 05/03.

- Publicação sobre a nos dias 06[28] e 07[29] de Março com os melhores momentos da festa do dia 05/03 da C&A.

Em relação ao método de análise, o desenvolvimento do (TCC) se realizou seguindo o método de análise de conteúdo. De acordo com Martino (2018, p.158) “A análise de conteúdo procura os significados menos óbvios, despercebidos em um primeiro contato, usando pistas existentes na mensagem. [...] A análise de conteúdo se concentra em saber *qual* é o significado de uma mensagem.”

Observou-se que, durante a transmissão do programa, a C&A realizou publicações relacionadas com os acontecimentos do programa, e as tendências de moda utilizadas pelos participantes no seu perfil do Instagram. Deste modo foi utilizado o perfil do Instagram da C&A como base de estudo para a análise do conteúdo, observando as postagens realizadas durante a campanha, em específico as imagens e o conteúdo do texto com referência ao programa do *reality show.*

[18] Disponível em: < https://www.diario24horas.com.br/noticia/55774-bbb21-prova-do-lider-de-habilidade-e-patrocinada-pela-c-a-confira-> Acesso em: 11 de nov de 2021

[19] Disponível em: < https://www.instagram.com/reel/CNQiMKtJNLw/?utm_source=ig_web_copy_link> Acesso em: 18 de nov de 2021

[20] Disponível em: <https://gshow.globo.com/realities/bbb/bbb21/casa-bbb/noticia/comeca-a-prova-do-anjo-canda-do-bbb21.ghtml> Acesso em: 11 de nov de 2021

[21] Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CLx1OHdF9Ct/?utm_source=ig_web_copy_link > Acesso em: 11 de nov de 2021

[22] Disponível em: <https://gshow.globo.com/realities/bbb/bbb21/ep/festa-cea/stories/2021/03/05/festa-canda-brothers-arrasam-com-os-looks-escolhidos-para-a-festa-canda.ghtml> Acesso em: 11 de nov de 2021

[23] Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CMACH3NlZ9R/> Acesso em: 18 de nov de 2021

[24] Disponível em: <https://gshow.globo.com/realities/bbb/bbb21/ep/festa-cea/noticia/brothers-assistem-desfile-canda-antes-de-festa-na-noite-desta-sexta-feira-53.ghtml> Acesso em: 11 de nov de 2021

2. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Percebe-se que as estratégias de marketing, definidas pelos autores citados no referencial teórico, relatam sobre as interações e conexões estabelecidas entre os usuários que utilizam as redes sociais como principal ponto de comunicação. Ao analisar o instagram da empresa "C&A Brasil", nota-se publicações sobre as campanhas de divulgação da marca e os produtos apresentados durante sua inserção no programa BBB 21.

Kotler (2000) esclarece que as estratégias de marketing podem ser utilizadas para alcançar objetivos como o aumento das vendas, reconhecimento da marca ou o atingimento de metas específicas. Com essa perspectiva o Instagram "C&A Brasil" realiza ações na mídia através do programa de TV "Big Brother Brasil" com objetivo de aumentar sua visibilidade nas redes sociais, e particularmente no Instagram.

Limeira (2000) afirma que o cliente controla a quantidade e o tipo de informação recebida. Sendo assim, ao realizar campanhas de divulgação em um *reality show* que possui grande interação e audiência, aumenta-se a probabilidade de reconhecimento da marca. O perfil da empresa "C&A Brasil" no Instagram, realizou essa estratégia durante a apresentação do programa BBB 21 ao vivo.

[25] Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CMD4hUCJZ-W/> Acesso em: 18 de nov de 2021

[26] Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CMD6k6SJcaW/> Acesso em: 18 de nov de 2021

[27] Disponível em:

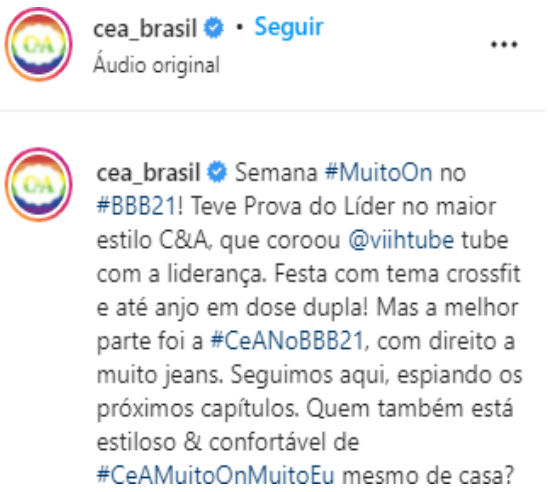
<https://gshow.globo.com/realities/bbb/bbb21/ep/festa-cea/noticia/resumo-bbb21-0603-madrugada-e-marcada-por-festa-selinho-entre-brothers-choro-e-declaracoes.ghtml> Acesso em: 11 de nov de 2021

[28] Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CMFwZS8lxdk/> Acesso em: 18 de nov de 2021

[29] Disponível em: < https://www.instagram.com/p/CMH6oz2JB0m/> Acesso em: 18 de nov de 2021.

Figura 1 e 2. Posts do perfil @cea_brasil, mostrando a prova do líder no estilo da C&A

Fonte 1 e 2: Instagram @cea_brasil. Acesso em 21/03/2022.



Souza e Quandt (2008) relatam que as redes sociais são estruturas dinâmicas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum. Por essa razão, fez-se importante um estudo da linguagem utilizada pela C&A Brasil, mostrada na figura 2, durante sua ação realizada para a prova do Líder do BBB 21 no dia 1 de Março. A marca realizou uma publicação com um vídeo, mostrado na figura 1, do momento da prova no Instagram com uma legenda no tom de voz amigável para seu público-alvo destacando suas peças utilizadas.

De acordo com Recuero (2009, p. 54)“...redes são metáforas estruturais. Portanto, elas constituem-se em formas de analisar agrupamentos sociais também a partir de sua estrutura” Percebe-se, ao analisar a inserção da C&A na prova do Anjo do BBB

21 no dia 26 de Fevereiro, que a empresa realiza ações estratégicas de grande influência, e cria-se um desejo de compra dos internautas que estão assistindo o programa e observando os participantes do BBB 21 e os influenciadores digitais utilizando as roupas e acessórios da marca.

Figura 3. Posts do perfil @cea_brasil, mostrando a prova do anjo no estilo da C&A

Fonte: Instagram @cea_brasil. Acesso em 21/03/2022.

Nesse sentido, o instagram entra como a principal ferramenta de comunicação entre o público-alvo da marca. Um exemplo prático dessa estratégia de aproximação foi a inserção da C&A no programa do dia 04 de Março, onde o público acompanhou os *brothers* experimentando roupas da marca para a festa do dia seguinte e puderam votar no instagram da C&A Brasil entre duas opções, a mais votada foi recebida e utilizada pelos participantes na Festa Muito On Muito Eu.

Essa ação, segundo Jenkins (2013), se concretiza como uma convergência midiática, uma vez que se trata de um fluxo de conteúdos que transita entre meios de comunicação com o intuito de atingir e indagar determinado público em cada canal.

Figura 4. Posts do perfil @cea_brasil, contando que o público escolheria as roupas dos participantes para a Festa patrocinada pela marca

Fonte: Instagram @cea_brasil. Acesso em 21/03/2022.

Sobre o Instagram, Piza (2012) entende a rede social como um espaço que segue a dialética do “ver e ser visto”, ou seja, a disseminação de um conteúdo acontece de acordo com a relevância do assunto para o usuário uma vez que, em canais eletrônicos como a internet, o utilizador gera o tipo da informação recebida, também de acordo com Limeira (2000).

O fato do poder de administrar essas informações ser do usuário, faz com que as estratégias digitais se tornem ainda mais cuidadosas e construídas, entendendo o cenário mercadológico e o alcance do objetivo primordial estabelecido. Nessa ação da C&A por exemplo, a tática da convergência de mídias tinha como objetivo o desenvolvimento de conteúdos que conversassem entre si em mais de um canal, nesse caso do *offline* para o *online* e posteriormente no *offline* novamente, exemplificando o que Jenkins (2013) estabeleceu sobre a convergência de mídias.

O desenrolar de posts após a exibição do programa instigou a participação do público nas postagens, hora votando, curtindo ou comentando, o que por consequência gerou discussões a respeito dos participantes do *reality* e o uso dos produtos da marca.

A integração das mídias continuou acontecendo; em um segundo momento os participantes assistiram a um desfile de realidade aumentada, a C&A realizou um desfile com hologramas para mostrar aos participantes os novos itens de sua coleção. Nesse desfile, a audiência que acompanhava o programa pela TV podia utilizar um QR Code para também ter acesso às imagens em realidade aumentada. Segundo Mariana Moraes, gerente sênior de marketing da C&A para o site Meio e Mensagem, a ação conseguiu ampliar em 60% o acesso ao aplicativo da marca.

Figura 5. Posts do perfil @cea_brasil, divulgação do desfile de hologramas com as roupas da marca para os participantes

Fonte: Instagram @cea_brasil. Acesso em 21/03/2022.

De acordo com Kotler (2000, p.86), "...o objetivo do planejamento estratégico é dar forma aos negócios e produtos de uma empresa, de modo que eles possibilitem os lucros e o crescimento almejados." A C&A Brasil tem diversas lojas físicas e lojas virtuais, a empresa utilizou o BBB 21 como principal estratégia de divulgação da sua marca no *reality show* que ocorreu entre os meses de Janeiro a Maio de 2021.

Segundo Castro (2006, p.58), "...o canal de televisão aberta que melhor conseguir produzir conteúdo dinâmico e interativo estará em clara vantagem em relação aos outros". O propósito da marca era utilizar o programa de TV (*offline*) para divulgar sua loja virtual (*online*), sendo assim, realizou publicações específicas no Instagram relacionando legendas com as imagens e vídeos sobre o BBB 21 com o objetivo de aumentar suas vendas.

De acordo com Recuero (2009, p. 24) "A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões". A empresa

C&A, aproveitou a visibilidade do BBB para mostrar a marca a uma quantidade maior de pessoas, e através das estratégias mercadológicas digitais posicionou-se como uma empresa *Fashion Tech*. A empresa propõe uma experiência de compra que transpõe as lojas físicas fortalecendo a qualidade no atendimento online, entrega mais rápida e grande variedade de produtos.

A C&A realizou estratégias de divulgação no BBB buscando atingir mais clientes para a marca visto que programa foi exibido com alcance nacional na TV aberta e mundial através do Globo Play, as estratégias de marketing da C&A procuram expandir e consolidar o posicionamento escolhido pela marca, estabelecendo dessa forma uma atmosfera ainda mais propícia para as vendas dos seus produtos online e em lojas físicas, dado que, a empresa realiza suas vendas *online* e *off-line* de forma integrada, permitindo dessa forma que o consumidor compre produtos na internet e retire nas lojas da C&A.

Na estratégia desenvolvida para o *reality show*, as inserções da marca cumprem com um papel de muita importância, qual seja a de fixar a imagem da C&A na lembrança de seus consumidores. O intuito dessa estratégia, além de firmar a C&A como marca, é mostrar através da criação de looks dos participantes a qualidade e usabilidade das suas roupas e acessórios criando tendências e mostrando a eficácia da marca em ser um ícone *fashion.*

A ação foi elaborada de forma que a audiência do programa consumisse a marca. Ao realizar de forma casada essa estratégia foi de muita importância para atingir o público jovem, uma vez que esse público é muito presente nas redes sociais, incluindo no Instagram, que segundo um artigo do site Oberlo[30], datado no ano de 2020, constatou que 71% dos usuários do Instagram possuem menos de 35 anos. Dessa forma, a utilização da rede para alcançar esse público foi significativa, sendo válido citar que, durante essa edição do programa BBB 21, a maior parte dos participantes estava dentro dessa faixa etária, ou seja, se encaixava nesse perfil, disseminando ainda mais a marca para o seu público em questão, já que no instagram as postagens eram despojadas e com temática mais juvenil como demonstrado nas imagens anteriores relacionadas aos posts.

3. Considerações Finais

A elaboração do presente estudo de caso proporcionou uma análise das principais estratégias digitais promovidas pela marca C&A no Instagram durante o BBB 21. No decorrer da pesquisa evidenciou-se quais e como essas estratégias foram colocadas em prática durante a exibição do programa. Desta forma, este trabalho teve como problema de pesquisa a questão: Quais foram e como se desenvolveram as estratégias digitais de publicidade e propaganda utilizadas pela empresa C&A no Instagram relacionadas à divulgação da marca no Big Brother Brasil 21?

A empresa C&A desenvolveu ações mescladas entre *on* e *offline* durante a exibição do programa, às *offline* consistiam em momentos no programa em que a marca C&A esteve como foco, por exemplo em uma das festas onde os participantes escolhiam opções de roupas da marca para usar. Outros dois momentos em que a C&A esteve em foco foram na prova do líder e na do anjo. Já no *online* as estratégias consistiram na realização de posts no instagram da “C&A Brasil”, em alguns deles os seguidores podiam interagir, por exemplo na escolha do *look* para a festa onde os seguidores podiam votar nas opções e definir a vestimenta dos brothers.

Considera-se que o objetivo geral do trabalho foi atingido, pois demonstrou-se durante o trabalho que o marketing *on* e *offline* realizados pela empresa podem operar de forma simultânea e mais que isso, as redes sociais são ferramentas primordiais para o alcance de resultados satisfatórios. Sendo assim, os objetivos específicos também foram resolvidos através da observação das postagens no instagram da marca, ficou entendido o retorno do público, a importância da participação dos seguidores nas ações da marca e nessa construção de relacionamento e aproximação do público.

Com a pesquisa, pôde-se constatar que as ações realizadas pela C&A no BBB 21 contribuíram para atingir as metas estabelecidas pela empresa ao realizar a divulgação da marca para posicionar-se como uma empresa de *fashion tech*. Assim, outra conclusão que se pode obter perante as análises e pesquisas foi o retorno positivo ao unir as redes sociais, mais precisamente o Instagram, e as estratégias da empresa realizadas no *reality show* da TV brasileira.

[30] Disponível em: <https://www.oberlo.com.br/blog/estatisticas-instagram > Acesso em: 05 de abril de 2022

Percebe-se a forte influência da Indústria da Comunicação durante os acontecimentos ocorridos no BBB 21 publicados no Instagram da C&A, com o objetivo de provocar o consumo dos internautas. O *reality show* Big Brother Brasil do veículo Rede Globo, realiza essas ações dentro do programa para promover seus patrocinadores, através de investimentos altos que visam o lucro arrecadado pela audiência, e pelo alto índice de engajamento e pela participação dos telespectadores que movimentam diversas redes sociais.

Diante das empresas participantes do programa, a C&A foi escolhida, neste trabalho, por possuir grande presença nas redes sociais dialogando com diferentes públicos, tanto por sua importância econômica como pelos seus valores pautados em criar iniciativas de moda sustentável e agregando ações de representatividade social. Nesse contexto, foi optado pela análise do perfil da marca no Instagram. A rede social foi escolhida pela sua forte popularidade e por sua grande influência ao redor do mundo, tendo se tornado um canal de potencial de vendas elevado, onde as marcas podem promover seus produtos e serviços e ainda gerar proximidade e identificação com seu público consumidor.

Foi observado que, com a pandemia do coronavírus no período de 2021, as empresas precisaram criar estratégias ainda mais relevantes e impactantes para atrair o público-alvo com o propósito de gerar lucros através das vendas *online*, divulgando seus produtos em seu *e-commerce* uma vez que as vendas nas lojas físicas ainda estavam defasadas e incertas.

Essa pesquisa conduz para estudos futuros, em virtude do tema ser de grande relevância para o campo da comunicação, sobre como a participação dos anunciantes em programas de TV é importante para o crescimento e a divulgação das suas marcas no mundo televisivo e virtual. O tema ainda está em constante evolução, pois ainda há lacunas para serem estudadas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Sonia, Redes sociais na Internet, desafios à pesquisa. Intercom, 2008. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=boyd+e+ellison+(2007)+portugu%C3%AAs&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart> Acesso em: 02 de out de 2021.

CASAS, A. L. L. Marketing de serviços. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007. 257p.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DE PROPAGANDA. OUTUBRO de 1957. Disponível em: <https://cenp.com.br/PDF/Legislacao/Codigo_de_etica_dos_proffisionais_da_propaganda.pdf> Acesso em: 22 de out de 2021.

COSTA, Rogério da. A Cultura Digital. São Paulo: Publifolha, 2002.

FRAGOSO, Suely. Reflexões sobre a convergência midiática. Líbero, São Paulo, 2006.

GHEORGHIADE, Soraia. C&A: e-commerce de varejo de moda no seu melhor. VTEX, 2021. Disponível em: <https://vtex.com/pt-br/blog/historias-de-clientes/ca-ecommerce-de-varejo-de-moda-no-seu-melhor/> Acesso em: 30 de out de 2021.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=lRPe4Y4AAAAJ&citation_for_view=lRPe4Y4AAAAJ:Y0pCki6q_DkC > Acesso em: 30 de out de 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. Disponível em: <https://materialinglesfe.files.wordpress.com/2012/11/texto-03-delineamento-da-pesquisa.pdf > Acesso em: 08 de nov de 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?lang=pt&format=pdf > Acesso em: 11 de nov de 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 11 de nov de 2021.

INFLUENCE.ME. 16 estatísticas do marketing de influência em 2018. Disponível em:

<https://www.influency.me/blog/estatisticas-do-marketing-de-influencia/> Acesso em 08 de novembro de 2021.

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2013 .

KOTLER, Philip. Administração de marketing. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LIMEIRA, Tania Maria Vidigal. E-Marketing: O marketing na internet com casos brasileiros. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUEZAN, Reinoldo. A constituição do corpus de pesquisa. Educ - Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 22, n. 33, p. 97-110, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://edubase.sbu.unicamp.br:8080/jspui/handle/EDBASE/1442> Acesso em: 11 de nov de 2021.

MARTELETO, Regina. Informação, rede e redes sociais - Fundamentos e transversalidades. Brapci, 2007. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/07/pdf_691c714087_0011336.pdf> Acesso em: 2 out de 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Métodos de pesquisa em comunicação: Projetos, ideias, práticas. Petrópolis, Editora Vozes, 2018. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/book/405840478/Metodos-de-pesquisa-em-comunicacao-Projetos-ideias-praticas > Acesso em: 11 de nov de 2021.

MEIO & MENSAGEM. Como a C&A usa o BBB para construir imagem de fashion tech. Disponível em:

<https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2021/04/23/como-a-ca-usa-bbb-para-construir-imagem-de-fashion-tech.html > Acesso em 08 de novembro de 2021.

MEIO & MENSAGEM. Por que investir em influenciadores digitais? Disponível em < https://www.meioemensagem.com.br/home/ultimas-noticias/2016/06/23/por-que-investir-em-influenciadores-digitais.html> Acesso em 08 de novembro de 2021.

MORAIS, Moema Gomes. Tecnologias e educação: A constituição de um corpus de pesquisa. Anped, 2015. Disponível em:

<https://www.anped.org.br/sites/default/files/poster-gt16-4050.pdf> Acesso em: 11 de Novembro de 2021.

MORAIS; Natallya. BRITO; Max. Marketing digital através da ferramenta Instagram. e-Acadêmica, 2020. Disponível em:

<https://eacademica.org/eacademica/article/view/5/4> Acesso em: 03 de out de 2021.

OLIVEIRA, Yuri. O Instagram como Uma Nova Ferramenta para Estratégias Publicitárias. Intercom, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30633/1/2014_eve_yroliveira.pdf> Acesso em: 03 de out de 2021.

PELLANDA, Eduardo Campos. A Internet como ambiente de convergência de mídias e criação de linguagem própria. p.6. Porto Alegre, PPGCOM-PUCRS, 2001

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Editora Meridional, 2009. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Raquel-Recuero/publication/259328435_Redes_Sociais_na_Internet/links/0c96052b036ed28f4d000000/Redes-Sociais-na-Internet.pdf> Acesso em: 02 de out de 2021.

PIZA, Mariana. O fenômeno Instagram: considerações sob a perspectiva tecnológica. Universidade de Brasília, 2012. Disponível em:

<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3243/1/2012_MarianaVassalloPiza.pdf> Acesso em: 03 de out de 2021.

SACCHITIELLO, Bárbara. Como a C&A usa o BBB para construir imagem de fashion tech. Meio & Mensagem, 2021. Disponível em:

<https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2021/04/23/como-a-ca-usa-bbb-para-construir-imagem-de-fashion-tech.html> Acesso em: 03 de out de 2021.

SAMPAIO, R. Propaganda de A a Z. Rio de janeiro: Elsevier, 2003.

SANT'ANNA, Armando. et al. Propaganda Teoria, Técnica e Prática. 8 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

SILVA, Polyana. Dinâmicas Comunicacionais Na Representação Da Vida Cotidiana Instagram: um modo de narrar sobre si, fotografar ou de olhar para se ver. Intercom 2012. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/r33-1626-2.pdf> Acesso em: 03 de out de 2021

SOUZA, Queila R.; QUANDT, Carlos O. Metodologia de Análise de Redes Sociais. Perspectiva, 2008. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=redes+sociais&btnG=> Acesso em: 02 de out de 2021.

TOMAÉL, M. I.; MARTELETO, R. M. Redes sociais: posição dos atores no fluxo da informação. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, n. esp, p. 75-91, 2006. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/342/387 > Acesso em: 02 de out de 2021.

"Vender", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, https://dicionario.priberam.org/Vender [consultado em 19-10-2021].

"Pipoca e Guaraná": Análise dos jingles nas décadas de 1990 e nos anos 2020.

"Pipoca e Guaraná": Analysis of jingles in the 1990s and 2020s.

Alisser Alex[41]

Mathews Lucas[42]

Orientação: Prof. Flávia Costa[43]

Resumo: Este artigo busca fazer uma análise dos *jingles*, ferramentas de comunicação comuns e eficientes na década de 1990. Para abordá-los, a pesquisa utiliza um mesmo *jingle*, porém recorta como dois objeto e os compara: o *jingle* Pipoca e Guaraná, da Guaraná Antártica, gravado em 1991, e, na sequência o compara com a regravação dos anos 2020, para assim entender melhor o papel dos *jingles* nos dias de hoje.

Palavra-chave:

Comunicação; Pipoca e Guaraná; *jingles*; Guaraná Antarctica; influenciadores digitais.

Abstract:

This article seeks for an analysis of jingles, common and efficient communication tools in the 1990s. To address them, the research uses the same jingle, but cuts them out as two objects and compares them: the jingle Pipoca and Guaraná, from Guaraná Antártica, recorded in 1991, and then compares it with the 2020s re-recording, to better understand the role of jingles today.

Keywords:

Communication; Popcorn and Guarana; jingles; Guarana Antarctica; digital influencers.

[41]Graduando em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda. Faculdades Promove.

alisser.costa@soupromove.com.br.

[42]Graduando em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda. Faculdades Promove.

mathews.pereira@soupromove.com.br.

[43] Mestre em Comunicação Social. Professora orientadora da Faculdade Promove de Belo Horizonte.

emaildaflavia@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Os *jingles* foram estratégias de sucesso nos anos 90, com muitos lançamentos e com uma aplicação eficiente, a ponto de ser lembrado por algumas pessoas até os tempos atuais. Um desses exemplos é a campanha Pipoca e Guaraná, da Guaraná Antarctica, que atingiu tanto sucesso.

Utilizando de uma pesquisa qualitativa e descritiva, este artigo busca viajar na década de 1990 para contextualizar o cenário da comunicação social da época e a presença dos *jingles* durante esses anos, pela forma que era aplicada e pela importância para a publicidade. Também busca contextualizar o cenário dos anos próximos à 2020, e dessa forma buscar entender onde os *jingles* estão nos tempos atuais e qual a importância dele na publicidade.

A partir de todo o percurso decorrido, chegamos em importantes conclusões sobre a importância e relevância dele dentro da publicidade. Mas, talvez, a maior contribuição desta pesquisa esteja no fato de se apresentar como um espaço para o desenvolvimento do pensamento sobre a atuação e estratégias dos *jingles* nos tempos atuais, como são utilizados, e como pensar numa estratégia que, considerando as características da comunicação digital e das redes sociais, possam vir a mexer com a afetividade das pessoas, como faziam os jingles na década de 1990, e assim conseguir desenvolver uma peça publicitária que seja um “chiclete de orelha”, em uma sociedade tão imediatista e instantânea.

A partir do contexto apresentado, esta pesquisa propõe como problema a seguinte questão: quais foram as transformações sofridas nos *jingles* entre as décadas de 1990 e os anos 2020?

Este artigo apresenta importância na área da publicidade pois tem o intuito de fazer uma reflexão sobre as mudanças na produção publicitária audiovisual, utilizando como objeto de estudo a produção feita para um dos *jingles* mais famosos do Brasil, de acordo com o blog Meio & Mensagem[44].

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

O objeto empírico desta pesquisa se encontra em dois momentos: em 1991 e em 2020. Por isso, a construção desse referencial teórico utiliza autores que pesquisaram a comunicação na época da construção do primeiro comercial. Esses autores podem vir a trazer análises já não mais cabíveis nos dias de hoje, porém são importantes nesse contexto. Para conseguir esse recorte, buscamos um material que foi escrito logo após ou durante a época da produção do primeiro comercial, para que assim possamos entender o que importava no contexto da criação do anúncio de 1991. Mais adiante, abordaremos as novas possibilidades comunicativas, já características dos anos 2020. Em seguida, iremos conceituar os *jingles*, foco de estudo deste trabalho, descrevendo suas características, particularidades, produções, formas de veiculação, entre outros.

2.1 - CENÁRIO DA DÉCADA DE 1990.

Este trabalho busca analisar, com mais clareza, a mídia televisão, já que o objeto se apresenta como uma mídia de destaque para sociedade na década de 1990, como mostraremos por meio de

[44] Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2017/12/05/os-dez-jingles-mais-representativos-da-historia.html>. Acesso em: 09/11/2021 às 18:57.

artigos, livros e dissertações de estudiosos escritos na época em questão. É também na TV que se encontra o primeiro dos objetos comparados. Mas, apesar do foco na televisão, vamos pensar nos meios de comunicação para entender um pouco melhor o contexto dessa época.

Para começar a entender sobre a comunicação, mesmo que antes da década de 1990, temos que pensar o que fazer para que ela seja algo que tenha efetividade, como fazer ela ser algo que gere o impacto esperado.

E isso pode ser identificado quando Mattos, Junior e Jacks (2012, p. 65), ao citar Barbero (1997) dizem que, naquela época, existiu uma mudança de foco nas estratégias comunicacionais, o que não é mais feito focado na produção, mas sim em como será a recepção, falando sobre a importância da mediação para que esse processo ocorra da forma desejada. Para entender sobre o que é mediação, o autor explica que a produção, recepção, meio e mensagem é um processo linear, deve ser pensado dessa maneira, que é a posição que se consegue compreender o relacionamento entre a emissão e a recepção da mensagem. Mas além da mediação, também temos a midiatização, que de acordo com Mattos, Junior e Jacks (2012, p. 273) citando Braga (2007) “são padrões para ver as coisas, para articular pessoas" e mais ainda, relacionar subuniversos na sociedade e - por isso mesmo - modos de fazer as coisas através das interações que propiciam”.

DeFleur e Ball-Rokeach (1966, p.40) dizem que, no início do século XX, o cinema começa a ganhar destaque entre as famílias, como uma boa forma de entretenimento, sendo seguido pelo rádio com o acesso dentro das casas dessas famílias, e logo em seguida, veio a televisão. Já em 1950, quase meio século depois, houve um crescimento exponencial do rádio em comparação aos outros meios, devido a aplicação dos rádios automotivos, ganhando fama e começando a ser visto com mais frequência em quartos e cozinhas dentro das casas, sofrendo até mesmo alteração na sua forma, ficando cada vez menores e mais fáceis de carregar. Depois disso, já no início de 1970, a televisão ganha essa mesma “fartura” que o rádio teve, sendo vista em quase todas as casas dos Estados Unidos e outras partes do mundo. De acordo com os autores DeFleur e Ball-Rokeach (1966, p.40), “a comunicação de massa virará um dos fatos mais significativos e inescapáveis da vida moderna”. Ao falar de comunicação de massa, o DeFleur e Ball-Rokeach (1966, p. 43) ainda pontuam sobre a sua influência, que vai muito além do conteúdo que a mensagem quer transmitir, independente do seu veículo.

De maneira geral, com base na leitura de Marcondes Filho (2002), podemos perceber características de como a sociedade era pautada pela mídia. Primeiro, o autor aponta que o público da TV se diferencia pela renda familiar; segundo, que se diferencia pelo grau de escolaridade do “chefe da casa”. Ainda segundo o autor, esse chefe era o que, na época, saía para trabalhar, consequentemente era quem ganhava dinheiro para sustentar a casa. Assumindo um contexto em que havia uma dificuldade de acesso às informações, quanto melhor a formação acadêmica da pessoa, melhor o seu “salário”.

> As famílias de maior renda assistem, em regra, a menos séries de televisão do que as famílias de menor renda. A relação pode ser observada também em nível educacional: quanto mais alto o nível escolar atingido pelo chefe da casa, menor é o índice médio de audiência de televisão. (FILHO, Ciro Marcondes. 2002, p. 82).

O autor também cita sobre a influência da TV na vida dos norte-americanos, afirmando ser o principal fator para transmitir, e consequentemente reforçar, os valores e estilos de vida no país, afirmando também que essa transmissão ocorre em outros países do mundo, inclusive no Brasil.

Marcondes Filho (2002, p. 82) fala sobre uma pesquisa que aponta os efeitos do excesso de exposição à televisão nos Estados Unidos em que, entre os adolescentes, ocorre uma redução na

audiência de televisão, sendo que nas meninas a redução é mais marcante que nos meninos. Porém, na população mais pobre e de pouco (ou nenhum) *status* social, essa audiência tem números mais expressivos. Portanto, a relação entre baixa escolaridade, baixa renda e o gênero é que define a maior audiência da TV americana.

Para completar a questão das minorias, ainda de acordo com a leitura:

> Os membros de minorias etnicas veem mais TV que os brancos, e praticamente todas as pesquisas sobre o uso da televisão, nos Estados Unidos, classificam nitidamente os negros como a categoria dos que mais assistem a TV. (FILHO, Ciro Marcondes. 2002, p.82)

Marcondes Filho (2002, p.83), diz sobre a importância dos programas midiáticos para uma manutenção da sociedade, como se as pessoas utilizassem das histórias dessas peças, para “viver fora da lei”, e, no mundo real, elas viverem de acordo com as convenções sociais:

> Acredita que a assistência [audiência] de programas populares seja um ritual social de integração, através do qual brincamos de suprimir os valores vigentes e os modos de comportamento, mas que, no fim, recebemos uma cacetada moral que nos faz voltar ao mundo do direito e da ordem (...) A grande popularidade de peças, filmes, novelas e estórias criminais de caráter moralista comprovam a hipótese de Goodlad de que as pessoas assistem a esses programas para reforçar nelas mesmas a consciência das normas sociais e a consciência dos grupos a que pertencem. (FILHO, Ciro Marcondes. 2002, p.83)

Os programas televisivos apresentam histórias que despertam diversas emoções nos telespectadores, fazendo com que eles vivam aquilo durante o tempo de exibição, tendo um fim no final da programação, fazendo que todas essas emoções se tornem um simples exercício mental, e fazendo com que os veículos produzam mais e mais conteúdos dentro deste mesmo formato. E também, dessa forma, esses programas contribuem para manter uma sociedade mais equilibrada, fazendo com que as pessoas tenham essa descarga emocional em meio a sua rotina, e assim se manterem sã.

2.2 Cenário dos anos 2020

O contexto de 2020 é diferente do descrito até agora, pois é tomado pelo surgimento das comunicações digitais. Por isso, para ilustrar esse cenário, foi preciso recorrer a autores que estudam a comunicação não só pela TV, rádio, e outras mídias descritas acima, mas também pelas redes sociais, sistema que vem ganhando cada vez mais espaço. Iniciamos aqui com algumas ideias dos autores voltadas aos laços e conexões por meio da mídia internet e, consequentemente, das redes sociais.

Antes de 1990, Pulizzi (2017, p. 46 - 47) diz que em todo o mundo existiam apenas oito canais em que as empresas utilizavam para se comunicar com o seu público, e que as grandes empresas de mídia tinham o controle dos canais de informação, e assim conseguiam controlar o público, tendo mais poder. Porém, após essas mudanças e a internet se tornar o que é hoje, esse poder que as grandes empresas tinham passa a ser do consumidor (produtor do conteúdo), impactando diretamente todo tipo de empresa, grandes e pequenas, sendo um marco no mercado de comunicações.

Borges (2016, p.2) fala sobre a evolução das mídias, começando em 1960, com o início da internet, ainda com o intuito de ser um meio de comunicação militar, até 30 anos depois (1990), em que ela, como o conceitua o autor, “conseguiu o status do que ela é hoje”, a partir das interações entre o mundo tecnológico, humano e de máquinas.

De acordo com Fragoso (2009)**,** no cenário digital de hoje em dia, temos uma abertura para nos conectar ao dia-a-dia de pessoas famosas que, de certa forma, nos influenciam mesmo sem saber suas posições e pensamentos. As redes sociais nos trazem essa conexão, o que muitas vezes é um ponto negativo quando o "peso de ídolo" vale muito mais do que a opinião particular. O que queremos dizer é que um influenciador pode vir a definir, de forma importante, opiniões e posicionamentos culturais, religiosos ou políticos. A publicidade precisa estar atenta a isso. Com essa estratégia, ela define qual público atingir. Ainda é preciso considerar o fato de que se o ator ou influencer pode passar por aquilo que hoje é chamado de "cancelamento"[45] na internet. Tudo isso precisa ser avaliado antes de fechar um contrato de publicidade.

Já na obra de Recuero (2009), a autora conceitua capital social. Trata-se de “um conceito metafórico, que foca o fato de que existem vantagens em pertencer a grupos sociais, e que essas vantagens podem ser apropriadas pelo grupo e/ou pelos atores" (RECUERO, 2009. p.4). Esse pode vir a ser o motivo pelo qual hoje está sendo amplamente utilizada a ação de publicidade de influenciadores e atores divulgando um produto ou serviço. Recuero (2009, p.6) cita Kleinberg e Easley (2010) que definem essa ação como efeito cascata, dizendo ser um fenômeno de imitação dentro de um grupo, que é gerado através de influência. Afirmam que uns influenciam outros, em uma corrente, a ponto de gerar uma epidemia, que seria uma determinada informação difundida dentro da rede que impacta nas decisões dos indivíduos, criando-se assim um comportamento de massa.

De acordo com Recuero e Zago (2011, p. 7), essas informações, difundidas dentro desse efeito cascata, são iniciadas e compartilhadas de forma bem rápida, a ponto de concorrer com as mídias tradicionais, e, além disso, criando-se novas práticas jornalísticas, adaptadas para o meio. Dentro desse efeito, a difusão dessas informações podem acontecer de forma parcial, fragmentando as informações e, consequentemente, seus significados. Assim, algumas informações, ou parte delas, vão chegar a mais pessoas, que vão repassá-las sem nenhum tipo de apuração, fazendo com que, por vezes, informações falsas ou enviesadas cheguem a um número grande de pessoas. A importância de construir uma peça publicitária bem pensada, nesse contexto, perpassa pela importância de enxergar a proporção que ela pode tomar. As redes sociais podem vir a ter impactos comparados, pelos autores, com os impactos massivos. E isso implica em outras culturas, religião e política. Conforme afirmam Recuero e Zago:

> Assim, a informação coletada ou construída por um ator pode rapidamente impactar e circular no grupo como um todo. Como essas ferramentas permitem a permanência das informações, as conexões funcionam como vias de circulação, uma vez que, enviada uma mensagem para a rede, todos receberão quando se conectarem, pois a mesma ficará armazenada. Assim, mensagens construídas por quaisquer nós da rede podem ter impactos massivos. (RECUERO E ZAGO. 2011, p.7)

Os efeitos que podem ser verificados nos meios digitais é muito grande, por isso o conteúdo deve ser cuidadosamente analisado. Isso pode causar um efeito positivo e lucrativo, mas, de forma contrária, pode causar uma completa falência. Para McLuhan (1964 p. 33) os efeitos que esses meios podem causar são mais interessantes que o próprio conteúdo da mensagem, já que a influência é compreendida a partir desses efeitos.

---

[45] Fenômeno moderno segundo o qual uma pessoa ou um grupo é expulsa de uma posição de influência ou fama devido a atitudes consideradas questionáveis.

Mas para entender qual é esse efeito causado pelos atores sociais, e porque a utilização deles se torna tão útil, precisamos falar sobre laços sociais. O site SandraTurchi[46] afirma que as marcas precisam criar um relacionamento emocional com o seu consumidor, algo que seja forte e duradouro, porque o relacionamento que existe entre pessoa e marca é baseado em características psicológicas, comportamentais e emocionais. Ainda de acordo com o site, as redes sociais facilitam a troca dessas experiências, após a opinião formada do público.

As relações sociais através das redes se tornaram mais humanizadas quando todos estão ativos de forma visual. Hoje, de forma comum, podemos ver pessoas que não se sentem mais constrangidas em aparecer em uma *selfie* contando sobre como foi o seu dia. Isso porque todos estão fazendo parte disso, o que nos traz uma segurança maior em se posicionar dessa forma tão íntima. Isso torna as redes sociais um local de relações fortes e afetivas. Para explicar isso, Recuero (2009 e p. 43) cita Wellman (1997) que diz sobre laços sociais, tanto fracos quanto fortes, serem suportados através das redes sociais, mesmo que as redes tenham sido feitas para suportar somente esses laços mais fracos. Por mais complexo que seja esse laço, pela diversidade de plataformas, os usuários conseguem se manter conectados, interagindo de diversas formas, e fortificando essa relação que eles têm. O autor ainda diz que quanto mais laços sociais são formados ou alimentados dentro dessas redes, mais densas elas ficam, porque os usuários estão ficando cada vez mais conectados. Dessa forma, a partir desse conceito, conseguimos entender um pouco mais sobre as estruturas das redes sociais e como elas funcionam. Ou seja, a partir das redes sociais, os usuários conseguem interagir, criar e alimentar os seus laços sociais, aumentando essa intimidade que se cria um com o outro dentro da rede, e consequentemente alimentar e fortalecer as redes.

Exemplificando o que queremos dizer, Donath (1999, p.27) afirma que no ciberespaço a comunicação é diferente, pois faltam as informações que temos na comunicação face a face, então todo o julgamento é construído ao redor das palavras. Dessa forma, quando se coloca individualidade nessa comunicação, ou seja, características únicas desses atores sociais, gerando empatia, adicionando aquilo que se tem na comunicação face a face, gera o que se precisa para ter uma interação social. Ela ainda afirma que “a percepção do Outro é essencial para a interação humana”.

Para concluir, de acordo com o site SandraTurchi[47], essa estratégia de tornar as marcas mais humanas ganham uma certa vantagem competitiva em cima de outras estratégias, pois as marcas precisam entender os seus consumidores e não deixar que a diversidade de produtos e receio de errar na escolha atrapalhem, de forma negativa para a marca, a decisão do consumidor.

> As pessoas, hoje, são mais informadas, exigentes, demandam um relacionamento mais próximo e relevante por parte das empresas, ou seja, mais humano, transparente e orientado para seus próprios valores, que possibilite aproximação e troca de experiências para que sejam construídos fortes elos de encantamento, engajamento e fidelização.

2.2.1 Influenciadores digitais - Atores sociais

[46] Disponível em <https://sandraturchi.com.br/persona-da-marca-parte-importante-da-estrategia-nas-midias-sociais/> acessado às 01:20 de 29/05/2022.

[47] Disponível em <https://sandraturchi.com.br/persona-da-marca-parte-importante-da-estrategia-nas-midias-sociais/> acessado às 01:20 de 29/05/2022.

Inicialmente os influenciadores digitais como conhecemos hoje tinham o papel de *Bloggers*, em que, em textos, expressavam suas opiniões. Karhawi (2017 p.49) cita Shirky (2011) dizendo que antes das redes sociais, como conhecemos e utilizamos hoje, os usuários dessas redes começaram nos blogs e fóruns, sendo pioneiros nesse tipo de produção. Karhawi (2017 p. 53) diz que depois dos blogs e fóruns, veio o YouTube, como mais um formato para se expressar e gerar esses conteúdos, só que agora em formato de vídeo, e além dos blogger's, agora tem os vloggers, e que no Brasil, os primeiros registros desse novo formato foi em 2010, quando ainda nem se imaginava o termo de influenciadores digitais.

Logo em 2015 um novo termo surgiu: “Influenciador digital”. Esse já unia todos os formatos em um só, assim como o texto e o vídeo. As redes sociais Facebook e Instagram impulsionaram esses influenciadores a registrar as suas opiniões utilizando então diversos formatos de conteúdo.

> O termo influenciador digital (e antes dele, sua versão em língua inglesa; digital influencer) passou a ser usado mais comumente, no Brasil, a partir de 2015. Um dos principais motivos pode estar atrelado à entrada de novos aplicativos na esfera de produção desses profissionais que deixaram de se restringir a apenas uma plataforma – só o YouTube, no caso dos vlogueiros; ou só o blog, no caso dos blogueiros. (KARHAWI, 2017, p. 53)

Esses influenciadores digitais podem atuar de diferentes formas, que de acordo com Pulizzi (2017, p. 225), elas são: blogueiros; clientes; membros de um grupo de compra; especialistas e analistas do setor de atividade; parceiros de negócios; membros ou especialistas de uma equipe interna; sites de mídia. De acordo com Borges (2016, p. 7) os *bloggers, vloggers* ou *digital influencers* se tornaram grandes formadores de opinião, conquistando espaço dentro de grandes veículos de comunicação, pelo seu poder de influência em áreas da moda, de estilo de vida etc.

2.3 Jingle

Para entender melhor os *jingles* e poder fazer uma análise do recorte proposto, além de entender o que é um *jingle*, também precisamos dissertar sobre suas características, inclusive sobre suas mudanças com o passar do tempo. Então, buscamos autores que falam sobre a evolução dos *jingles*, para que, além de entender as suas características, também possamos ter uma noção da sua evolução, e assim saber o que foi mudando e o que perpetuou ao longo do tempo.

Nessa busca, o autor Barbosa Dias (2017, p.14) conta uma história importante para o nosso artigo, trazendo os primeiros indícios de um *jingle*. Ainda na época dos arautos, quando queriam transmitir uma mensagem vinda do reino, além de um ritmo vindo com as trombetas e instrumentos que tocavam, eles também utilizavam de diferentes entonações na voz que era emitida, geralmente determinadas pela afinação das trombetas, mudando a ênfase que davam em diferentes frases, buscando persuadir o público. Assim o autor nomeia o que seria o embrião do que viria a ser um *jingle*”, porque mesmo que não tenha práticas dessa atividade na época, já demonstra características similares daquilo que conhecemos.

Barbosa Dias (2017 p.14) também conta de uma evolução dessa atividade, já indo para um lado comercial, quando vendedores ambulantes, andando pelas aldeias, burgos e vilarejos, anunciavam seus produtos aos gritos, fazendo algo similar ao dos arautos, com pequenas músicas ou uma trova[48], para

[48] Composição poética acompanhada de música

chamar a atenção e, até mesmo, persuadir as pessoas que moravam ou estavam passando próximos a eles. O autor aponta que há uma possibilidade dessa atividade ser baseada no que os arautos faziam.

Ainda antes de se chamar *jingle*, porém já sendo oficialmente a atividade que nós conhecemos, que é um anúncio publicitário em um formato musical, Barbosa Dias (2017, p.20) conta como foi criado o primeiro anúncio nesse formato aqui no Brasil, que foi para uma padaria. Casé, o dono de um programa nas rádios, buscava anunciantes, e viu essa possibilidade na Padaria Bragança. Ao conversar com o dono da padaria, tentando convencê-lo de anunciar no seu programa, e falando sobre todas as vantagens, acabou ganhando o patrocínio pela insistência, mas que fosse somente uma experiência. Para agrada-lo, sabendo que o dono era Português, criaram um ritmo que se assemelhava com as músicas de Portugal da época, com a seguinte letra:

"Ó padeiro desta rua

Tenha sempre na lembrança

Não me traga outro pão

Que não seja o pão Bragança

Pão, inimigo da fome

Fome, inimiga do pão

Enquanto os dois não se matam

A gente fica na mão

Ó padeiro desta rua

Tenha sempre na lembrança

Não me traga outro pão

Que não seja o pão Bragança

De noite quando me deito

E faço minha oração

Peço com todo o respeito

Que não me falte o pão."

Dessa forma, além de ter acertado e ganhado o cliente, que decidiu patrocinar 15 minutos do seu programa, teve tanto sucesso que a música foi gravada em diferentes vozes, como as de Carmem Miranda, Francisco Alves, Noel Rosa, entre outros. Também temos, aí, o registro do que foi o primeiro *jingle* brasileiro, mesmo que, lembrando, não tinha ainda esse nome na época em questão.

Agora que já falamos um pouco sobre a evolução dos *jingles*, vamos entender melhor o que é essa estratégia e suas características.

Os *jingles* são uma forma de publicidade, comumente utilizada em rádios, mas também que aparecem com frequência na televisão e outros meios de comunicação, sejam eles de massa ou não. São formados por letra e melodia, harmoniosa, curta e simples. De acordo com Jardim e Camargo (2007, p. 8-9), o *jingle* tem sua construção com uma combinação de música e letra e no formato de 15, 30, 45

ou 60 segundos. Precisa ter uma mensagem de venda forte, de fácil compreensão do ouvinte, tendo uma melodia simples de ser gravada, e assim, formando o que se assemelha com uma breve canção, que, dessa forma, fique presente na memória do espectador mesmo quando não está sendo tocado.

Já de acordo com Sampaio (2013, p.72)

> "Os *jingles* são as peças cantadas. Devem conter não apenas as informações desejadas, mas também o clima, a emoção objetivada, de forma a atingir com precisão o target desejado (...) Por ser uma peça essencialmente musical, seu formato não permite um excesso de informação, para não correr o risco de ficar embolado, poluído." (SAMPAIO, Rafael. 2013, p. 72)

Essas características descritas pelos dois autores se complementam. Além disso, ele quem? também traz em sua análise uma limitação dos *jingles*:

> "Devido ao poder de memorização que a música tem, o *jingle* é uma alternativa de comunicação muito poderosa. Sua única limitação é que, por ser música e ter que seguir uma métrica (com suas respectivas pausas ou "respiros"), às vezes não se consegue colocar num *jingle* todas as informações desejadas." (SAMPAIO, Rafael. 2009 p. 72)

Para finalizar, Sampaio (2009, p.72) também cita que, pelo *jingle* ser uma música, ele tem um grande poder de *recall*, que, utilizando o termo dito pelo autor, é um "chiclete de orelha", algo que é de difícil esquecimento, que o ritmo é de fácil aprendizado, e é sempre repetido, seja cantarolando ou assobiando, mas que fixa o tema da música no público. O *jingle* se torna, assim, uma peça publicitária que fica ao longo dos anos, mesmo que seja tirada de veiculação, continua sendo lembrada pelas pessoas que a ouviam.

3 - RECORTE E OBJETOS EMPÍRICOS

O Blog do Refri[49] aponta que, em 1991, a marca Guaraná Antarctica lançava um dos cases de sucesso, composto pelos *jingles* Pipoca e Guaraná, Pizza e Guaraná e Sanduba com Guaraná, com autoria do músico César Brunetti. De acordo com o site Ciências Humanas[50], o *jingle* Pipoca e Guaraná tinha como objetivo atingir o público jovem, com o intuito de relacionar o refrigerante com a pipoca, um dos alimentos mais consumidos dentro das salas de cinemas, e fazendo uma fácil e simples ligação do alimento com o refrigerante, construindo uma "combinação perfeita". O *jingle* fez tanto sucesso que, de acordo com o Blog do Refri[51], ganhou os prêmios publicitários "Lâmpada de ouro" e o Grande Prêmio da

[49] Disponível em: <http://blogdorefri.blogspot.com/2010/09/sabado-e-dia-de-cineminha-pipoca-e.html>. Acesso em: 01/11/2021 às 23:37.

[50] Disponível em: <http://www.cienciashumanas.com.br/resumo_artigo_6189/artigo_sobre_comercial_pipoca_com_guarana>. Acesso em: 24/11/2021 às 19:00.

[51] Disponível em: <http://blogdorefri.blogspot.com/2010/09/sabado-e-dia-de-cineminha-pipoca-e.html>. Acesso em: 01/11/2021 às 23:37.

Cidade do Rio de Janeiro, e já passou por três reedições: de acordo com o site PropMark[52], a primeira, lançada em 2008, na voz de Carlinhos Brown, sendo cantada no carnaval de Salvador; a segunda[53], em 2010, cantada por Claudia Leitte, garota propaganda da marca na época, traz uma mudança na letra, celebrando momentos de diversão. A terceira, campanha que é tema deste trabalho, foi lançada em 2020, de acordo com o site Meio & Mensagem[54], em incentivo à interação dentro de casa, com o intuito de contribuir no combate à pandemia de Covid-19, sendo cantada pela cantora Manu Gavassi, que estava aparecendo frequentemente em veículos de comunicação, de diversas formas diferentes, após a sua participação no programa Big Brother Brasil, da rede Globo.

Apesar de ter sido regravada com a mesma letra de 1991, a intenção da campanha em 2020 foi diferente: ao invés de relacionar com um alimento de sucesso no cinema, dessa vez o objetivo foi reforçar que as pessoas ficassem em casa. De acordo com o próprio diretor de marketing da marca, Pedro Thompson, em entrevista concedida ao site do jornal Meia Hora[55],

> Mais do que relançar uma música que está na memória afetiva dos brasileiros, queremos reforçar a importância do entretenimento para quem pode ficar em casa nesse período de isolamento social [...] Liberamos conteúdo gratuito na plataforma de Telecine por 60 dias para os fãs de cinema e transmitimos shows dos anos 90 no Festival Pipoca e Guaraná para arrecadar doações para os catadores de materiais recicláveis", completa Thompson.

A campanha de 1991 e a de 2020 apresentam algumas diferenças, tanto na produção audiovisual, quanto no objetivo (como apresentado no parágrafo anterior). Apesar de manter a mesma letra, o *jingle* muda o ritmo, sendo o primeiro um rock mais *vintage/rockabilly*[56], enquanto na campanha de 2020 já vem com uma pegada mais *pop*. Segue a letra do *jingle*, usada tanto em 1991 quanto em 2020:

Pipoca na panela

Começa a arrebentar

Pipoca com sal

Que sede que dá

Pipoca e guaraná

Que programa legal

---

[52] Disponível em: <https://propmark.com.br/anunciantes/antarctica-resgata-pipoca-com-guarana/>. Acesso em: 01/10/21 às 23:56.

[53] Disponível em: <https://propmark.com.br/anunciantes/pipoca-com-guarana-volta-ao-ar-reeditado/>. Acesso em: 01/10/2021 às 23:58.

[54] Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2020/05/29/pipoca-e-guarana-volta-em-versao-repaginada.html>. Acesso em: 01/11/2021 às 23:44.

[55] Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/celebridades-e-tv/que-isso-gordinho/2020/05/5925337-manu-gavassi-relembra-propaganda--da-decada-de-1990.html#foto=1>. Acesso em: 02/11/21 às 00:05.503

[56] Um estilo rápido e sobressalente de música rock.

Só eu e você

E sem piruá!

Que tal?

Quero ver pipoca pular

(pipoca com guaraná)

Eu quero ver pipoca pular

(pipoca com guaraná)

Quero ver pipoca pular, pular

Soy loca por pipoca e guaraná

Ah, ah, Guaraná!

Abaixo, frames da primeira[57] e da última[58] versão da campanha.

1991

2020

3.1 Manu Gavassi

De acordo com o jornal Metrópoles (2022)[59], Manoela Latini Gavassi Francisco, mais conhecida como Manu Gavassi, 27 anos, é reconhecida pelos seus cargos de atriz, compositora, cantora, diretora e

[57]Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iDocol3-GaM>. Acesso: 27/05/22 às 22:54

[58]Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=i2G-s_mQZvU>. Acesso: 27/05/22 às 22:55

[59] Disponível em <https://stories.app.goo.gl/iRRi>. Acesso: 02/06/22 às 08:33

roteirista. Uma artista considerada completa que, de acordo com o jornal Metrópoles (2022), é uma das principais estrelas brasileiras.

Segundo o jornal Globo (2022)[60], em 2010, Manu inicia a sua carreira como cantora lançando o álbum “Manu Gavassi”, Após ter feito sucesso em 2009, com seus vídeos de cover publicados no YouTube e como modelo da revista Capricho. No álbum, ainda teve sua música de maior sucesso, Garoto Errado, entrando na trilha sonora da novela Rebelde, na rede de televisão Record, e também um dos singles mais populares dela, “Planos impossíveis”. Atualmente, a cantora tem 3 álbuns lançados. Mas sua carreira vai muito além disso, ela também participou de programas na rede de televisão Globo, fez cinema e participou de programas em canais de TV fechada. Em 2020 a artista foi chamada pela TV Globo para fazer parte do reality show Big Brother Brasil 20, e deixou uma série de conteúdos gravados para as suas redes sociais, que acompanhavam a trajetória dela ao longo do programa. Atualmente a cantora tem 15,3 milhões de seguidores (site Instagram) em seu Instagram[61], e ainda de acordo com o jornal o Globo (2022), a atuação nas redes sociais durante o programa quase triplicaram o número de seguidores da cantora, atingindo pela primeira vez a marca de 10 milhões na sua rede.

Manu Gavassi se encaixa na definição de influenciador digital, que de acordo com Karhawi (2017) é um termo que engloba todas as pessoas que trabalham com algo similar ao *blog* ou o YouTube, que ganhou esse nome devido a quantidade de novos aplicativos que deram essa possibilidade de uma nova forma de produzir e compartilhar os seus materiais. Como citado anteriormente, a cantora começou no YouTube com *covers* e modelo da revista Capricho, se tornando assim uma influenciadora.

4. METODOLOGIA

Este artigo usa como metodologia a pesquisa qualitativa que, de acordo com Flick (2013, p.94), abre diferentes possibilidades para o estudo deste recorte, pois se trata de uma coleta de dados de experiências subjetivas ou até mesmo relações desse mesmo público com o objeto da pesquisa. Além disso, usamos a pesquisa descritiva que, segundo Gil (2002, p.42), tem o objetivo de descrever o máximo possível a respeito do objeto de pesquisa escolhido. O autor Gil (2002) também fala sobre o estudo de caso, afirmando que se trata de uma escolha bem elaborada e profunda sobre um objeto ou poucos objetos, obtendo então o total aproveitamento de todas as informações comprobatórias necessárias, o que é útil para as duas campanhas analisadas.

Segundo Martino (2018) a análise de discurso é um processo linguístico e uma maneira de como pensar de forma analítica a forma em que o discurso foi criado, a fim de desmembrar, utilizando de algumas teorias como a busca bibliográfica, evidenciando pontos que possam complementar essa interpretação. Escolhemos manter esse foco nos *jingles.*

5 - ANÁLISE

As realidades vividas nas décadas de 1990 e dos anos 2020 são aparentemente diferentes. Durante a comparação do conteúdo, foi possível perceber que o uso de "atores", citado por Recuero (2009), é ainda mais relevante quando se trata de uma pessoa que está no auge da fama, com uma comunidade já formada, o que Pulizzi (2017) chama de influenciadores. Isso nos faz entender a escolha

[60] Disponível em <https://stories.oglobo.globo.com/quem-e-manu-gavassi/index.html>. Acesso: 02/06/22 às 08:31

[61] Disponível em <https://instagram.com/manugavassi?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso: 10/06/22 às 08:39

de usar a internet como meio e a cantora Manu Gavassi como a protagonista do *jingle* Pipoca e Guaraná de 2020. Assim, como dito por Recuero, o fato de a empresa usar uma atriz famosa faz com que:

> existam vantagens em pertencer a grupos sociais, e que essas vantagens podem ser apropriadas pelo grupo e/ou pelos atores. Os atores, nos grupos sociais, possuem motivações que os levam a determinadas ações, com vistas a investimentos que darão retornos esperados. (RECUERO, Raquel. 2009, p.4)

Hoje é comum ver ações de publicidade com influenciadores e atores populares divulgando um produto ou serviço. E isso pode vir a ser uma boa ação quando o público do influenciador vai de de acordo com os objetivos de comunicação traçados para o serviço ou produto anunciado. Esse tipo de estratégia condiz com os apontamentos de Recuero (2009), pois tem um aumento do poder de compartilhamento, já que a comunidade dos influenciadores normalmente estão de acordo com o Influenciador.

A questão do ator social ajuda ainda quando pensamos que a atriz usada na propaganda de 2020 já tem uma grande comunidade de seguidores. Isso leva a construir, de forma mais ampla, os nós da rede, pois os seguidores compartilham entre si, muita das vezes até mesmo sem concordância, só por fazer parte daquela comunidade do "ator social", também conhecido como "influenciador" segundo Karhawi (2017).

A publicidade na pandemia precisou ser melhor elaborada, trazendo conceitos de segurança e necessidades. Foi isso que o *jingle* da Pipoca e Guaraná trouxe aos consumidores: no momento de pandemia, ficar em casa é a melhor opção, principalmente comendo pipoca e tomando Guaraná Antártica. Podemos perceber que até o processo de produção da propaganda passava essa mensagem, já que ela foi feita totalmente em casa, em um ambiente seguro, familiarizando com o que a sociedade estava vivendo no momento. De acordo com Sampaio (2013, p.72), os *jingles* não contêm apenas informações importantes, mas também um ritmo, clima e emoção. Devem conter informações precisas para não haver ruído de comunicação para que seja claro ao consumidor.

O que as duas campanhas cumprem, deixando a entender que as duas são *jingles*. A análise deve, então, perpassar por aquilo que há de diferente, sobre as mudanças, e uma busca pelo entendimento delas. De acordo com o site Clube do *Jingle*, os anos 2000 não foram marcados pela presença de muitos exemplares de *jingles*. No site, vemos um total de sete *jingles* registrados entre os anos 2000 e 2020, sendo que entre 1990 e 1999, foram um total de 23. Então, apesar de hoje estarmos, aparentemente, desacostumados com a presença dessas ferramentas nas TV's, a proposta da propaganda do Guaraná Antártica de 2020, que não deixa de ser um *jingle*, é porém aplicada de uma forma diferente, numa tentativa de se adequar ao meio vigente dos anos 2020, já que, na visão dos autores aqui usados, o meio define a mensagem. Uma possibilidade levantada é a de que o Guaraná Antártica teria a intenção de mexer com o comportamento das pessoas, incentivando elas a ficarem em casa por causa da pandemia, o que pode ser justificado pelo próprio Thompson, diretor da campanha em 2020, que fala que:

> Mais do que relançar uma música que está na memória afetiva dos brasileiros, queremos reforçar a importância do entretenimento para quem pode ficar em casa nesse período de isolamento social [...] Liberamos conteúdo gratuito na plataforma de Telecine por 60 dias para os fãs de cinema e transmitimos shows dos anos 90 no Festival Pipoca e Guaraná para arrecadar doações para os catadores de materiais recicláveis", completa Thompson.

Nos anos 2020, com a internet sendo de fácil acesso, e com a sociedade vivendo uma readaptação do seu cotidiano devido a pandemia, o consumidor no geral adota um caráter de personalização mais exigente, buscando cada vez mais algo personalizado para si, algo único, sem contar com a internet fazendo com que a publicidade consiga refinar cada vez mais o público que chega a mensagem. Esse cenário pode vir a ser a justificativa para a mudança de estratégia entre 1990 e 2020.

Utilizando ou não propositalmente a memória afetiva das pessoas, a aplicação da campanha em 2020 do Guaraná Antarctica trouxe um caminho diferente. Dentre algumas já citadas, vale somar a interação por meio das possibilidades que a internet traz, fazendo com que o público que a assiste tenha interação com a marca pelas redes sociais, o que difere do que acontecia nas campanhas "massivas" em 1991.

A sensação e o ritmo não descaracterizam o objeto diante da definição de Rafael Sampaio (2009) sobre o *jingle*. As notas musicais permanecem, apesar do ritmo e da fotografia mudarem. O conceito do *jingle* Pipoca e Guaraná continuou com o mesmo objetivo, ao invés de criar algo novo. No fim, portanto, temos nos dois objetos analisados uma construção que se enquadra no conceito de Rafael Sampaio.

Com essas percepções, talvez seja possível afirmar que o *jingle* não está deixando de existir, o que está acontecendo é que a veiculação está sendo adaptada para os meios digitais, em que as relações sociais por meio das redes se tornaram mais humanizadas, quando todos estão ativos de forma visual. Hoje, de forma comum, podemos ver pessoas que não se sentem mais constrangidas em aparecer em uma *selfie* contando sobre como foi o seu dia. Isso porque todos estão fazendo parte disso, o que nos traz uma segurança maior em se posicionar desta forma tão íntima. Isso torna as redes sociais um local de relações fortes e afetivas, e são essas relações estreitas que ajudam a justificar as alterações que os *jingles* vêm sofrendo.

Para explicar isso, Recuero (2009 p. 43) cita Wellman (1997) que diz sobre laços sociais, tanto fracos quanto fortes, que são criados por meio das redes sociais. Por mais complexo que sejam esses laços, pela diversidade de plataformas, os usuários conseguem se manter conectados, interagindo de diversas formas, e fortificando essas relações. A autora ainda diz que, quanto mais laços sociais são formados ou alimentados dentro dessas redes, mais densas elas ficam, porque os usuários estão ficando cada vez mais conectados. Dessa forma, a partir desse conceito, conseguimos entender um pouco mais sobre as estruturas das redes sociais e como elas funcionam.

6 - CONCLUSÃO

De forma nostálgica, a presente pesquisa retomou as características da comunicação na influente década de 1990, em que as mensagens sociais eram passadas por mídias "massivas". Essa retomada teórica não contemporânea foi importante pois, diante do entendimento do papel do *jingle* e do contexto comunicativo da época, foi possível perceber a relevância, a eficiência e a razão dos *jingles* fazerem sucesso ali. Na sequência, foi preciso estudar as características inovadoras dos anos 2020, num esforço de entender as dinâmicas apresentadas pelas redes sociais. Isso com o objetivo de compreender melhor sobre a estratégia e entender porque houve tantas mudanças na utilização dos *jingles* entre esse período de tempo.

Durante a análise do que é um *jingle*, foram criadas possibilidades sobre a utilização dele nos tempos atuais, ou sobre como ele se posicionava na publicidade dos dias de hoje. Por se tratar de uma inovação de grande utilidade quando criado, há um estranhamento ao pensar que hoje, como apontado por Camargo e Jardim (2007), tenha caído em um determinado desuso. Durante o desenvolvimento,

sempre nos perguntamos qual o papel e como são os *jingles* nos dias atuais, e até mesmo se eles ainda existem.

Com essa discussão em andamento, começamos a deixar as características do *jingle* mais presentes, para primeiro poder responder se a releitura de 2020 aqui citada é um *jingle* ou simplesmente um produto das diversas produções da rede, e assim poder continuar procurando a aplicação dessa estratégia nos dias atuais. Resgatando todas as características apontadas sobre o recorte deste estudo, verificamos que a propaganda de 2020 tem um tempo curto, uma grande capacidade de *recall*, tem clima, tem emoção, não é poluído, não tem muita informação, ou seja, tudo que precisa para se enquadrar na definição aqui estudada de *jingle*. Dito isso, o *jingle* é uma ferramenta que pode vir a estar presente ainda hoje no nosso dia-a-dia, já que conseguimos apontar que ainda é uma estratégia utilizada, afinal o objeto atual é uma releitura do que foi criado em 1991. Pode ser que a mudança fique na mediação, como cita Mattos, Junior e Jacks (2012), assim, os meios, os canais dos quais estão sendo veiculados, e a produção que podem ter mudado. Mas, do ponto de vista da construção do áudio, a mensagem mantém a mesma letra. A mudança talvez seja maior no visual do que propriamente no áudio, porém, o visual não é a busca deste trabalho, mas sim o *jingle* em sua essência auditiva. E uma considerável mudança no *jingle* de 2020 é a inserção de uma protagonista, é a participação de uma voz ativa nas redes, de um nó forte, que é a Manu Gavassi.

Se o uso de “atores” é ainda mais relevante quando se trata de uma pessoa que está no auge da fama, com uma comunidade já formada, nós conseguimos entender a escolha tanto de usar a internet como meio, como também a de usar a cantora Manu Gavassi para ser a protagonista do *jingle* Pipoca e Guaraná de 2020. Por esses pontos, podemos começar a pensar que o surgimento dos *jingles* podem ter acontecido nas TV’s e rádios, como aponta Jardim e Camargo (2007), mas depois eles passam e se adaptam para internet, já que os influenciadores digitais atuam em diferentes áreas, como blogueiros e em sites de mídia, o que também justifica trazer a Manu Gavassi para a TV. Borges (2016) afirma que esses influenciadores conquistam espaço dentro de veículos de comunicação, pois se tornam grandes formadores de opinião.

O processo de execução deste trabalho nos levou a pensar que as características dos *jingles* podem estar, de alguma forma, presentes nas redes sociais, pois vemos algo similar em redes como o Tik Tok e Instagram. Essas redes facilitam a produção e permitem a divulgação de vídeos curtos, como são os *reels* do Instagram, que vem frequentemente acompanhados de um pequeno trecho musical, com uma construção de áudio ou melodia que é recorrente (repetitiva) nos vídeos criados pelos usuários das redes sociais, ou seja, um “chiclete de orelha” (Sampaio, 2009), com um forte poder de fixação, afetividade, e outras características levantadas na teoria. Levando também em consideração a utilização dos influenciadores digitais, e até mesmo das tendências nas redes sociais, inclusive criadas por marcas para divulgarem seus produtos e também trazer mais para perto o seu público, podemos dizer que os *jingles*, diante de suas características de áudio, ainda são utilizados, porém de forma diferente do que estamos acostumados. Na história contada por Barbosa Dias (2017), sobre o primeiro *jingle* lançado no Brasil, ele também não leva este nome de *jingle*, o que foi atribuído depois. Ou seja, o recurso foi criado e depois nomeado.

Podemos pensar que, talvez, o fenômeno que acontece com os áudios nas redes sociais seja "um parente" bem próximo do *jingle*, um desdobramento da ferramenta, mas algo ainda não nomeado nas teorias que estudamos. Não conseguimos encontrar, também, estudos que definissem essa relação entre as duas estratégias. Fica aqui então a sugestão de um segundo momento desta pesquisa: entender os desdobramentos digitais do *jingle*, talvez até renomeando-os, já que foi possível perceber que existem alterações das formas de produção, veiculação e recepção.

Portanto, talvez não estejamos presenciando o fim da ferramenta *jingle.* Assim como a falsa relação entre o surgimento da TV e o apontamento para o desaparecimento do rádio, temos no rádio uma adaptação. Para efeito de exemplificação, e indo para o espaço político, o *jingle* “Sem medo de ser

feliz”[62], do candidato à presidência Lula, foi relançado em 2022 para a sua campanha eleitoral, com algumas mudanças quando comparado à sua primeira versão de 1990[63]. Assim como o objeto empírico aqui analisado, um *jingle* da década de 1990 é retomado, apontando para uma estratégia que pode vir a ser eficiente.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICANO, Letícia Torres, PEROBELI, Luma, FURTUOSO, Gustavo. **Competência midiática, publicidade e pandemia: um estudo sobre a comunicação das marcas na TV brasileira.** Comunicação Pública 16.30 (2021). p. 1-14. Disponível em: <https://journals.ipl.pt/cpublica/article/view/21/9>. Acesso em: 11 de Abril de 2022 às 20:48.

BLOG DO REFRI. **Sábado é dia de cineminha, pipoca e guaraná.** [s.l.]. 18 de setembro de 2010. Disponível em: <http://blogdorefri.blogspot.com/2010/09/sabado-e-dia-de-cineminha-pipoca-e.html>. Acesso em: 01 de novembro de 2021 às 23:37.

BORGES, Carlise Nascimento. **A nova comunicação e o advento dos digital influencers: pesquisa realizada sobre blogueiras de moda**. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. 2018. p. 2-11.

CIÊNCIAS HUMANAS. **Comercial Pipoca com Guaraná.** [s.l.]. Disponível em: <http://www.cienciashumanas.com.br/resumo_artigo_6189/artigo_sobre_comercial_pipoca_com_guarana>. Acesso em: 24 de novembro de 2021 às 19:00.

DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Zahar, 1993. p. 17-135.

DIAS, Fabio Barbosa. **Jingle é a alma do negócio: A história e as histórias das músicas de propaganda e de seus criadores.** Panda Books, 2017. p. 14-35.

FILHO, Ciro Marcondes. **Televisão a vida pelo vídeo**. Scipione, São Paulo, 1994. p. 82-89.

GABRIEL, M. **Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias.** Novatec Editora, São Paulo, 2010. p. 27-63

INSTAGRAM. **@manugavassi.** [s.l.]. Disponível em <https://instagram.com/manugavassi?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso: 10 de junho de 2022 às 08:39.

[62] Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Hwzr2jdyXEQ> . Acessado às 01:00 de 17/06/2022.

[63] Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=e_-fl9NyfyQ>. Acessado às 01:00 de 17/06/2022.

JARDIM, Nicole; CAMARGO, Vera. **A memória comunicacional dos *jingles* e as relações estabelecidas com a sociedade brasileira.** intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação V Congresso Nacional de História da Mídia - São paulo - 2017. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20MEMORIA%20COMUNICACIONAL%20DOS%20JINGLES%20E%20AS.pdf>. Acesso em 09 de novembro de 2021.

KARHAWI, Issaaf. et al. Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão. **Communicare**, v. 17, n. 12, 2017. p. 47-55.

MATTOS, Maria Ângela; JUNIOR, Jeder Janotti; JACKS, Nilda. **Mediação & midiatização**. EDUFBA, 2012. p. 34-273.

MEIA HORA. **Manu Gavassi relembra propaganda da década de 1990.** [s.l.]. 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/celebridades-e-tv/que-isso-gordinho/2020/05/5925337-manu-gavassi-relembra-propaganda--da-decada-de-1990.html#foto=1>. Acesso em: 02 de novembro de 2021 às 00:05.

MEIO E MENSAGEM. **Os dez *jingles* mais representativos da história.** [s.l.]. 5 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2017/12/05/os-dez-jingles-mais-representativos-da-historia.html>. Acesso em: 09 de novembro de 2021 às 18:57.

MEIO E MENSAGEM. **“Pipoca e Guaraná” volta em versão repaginada.** [s.l.]. 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2020/05/29/pipoca-e-guarana-volta-em-versao-repaginada.html>. Acesso em: 01 de novembro de 2021 às 23:44.

METRÓPOLES. **Como Manu Gavassi virou um fenômeno.** [s.l.]. Disponível em <https://stories.app.goo.gl/iRRi>. Acesso: 02 de junho de 2022 às 08:33.

O GLOBO. **Quem é Manu Gavassi.** [s.l.]. Disponível em <https://stories.oglobo.globo.com/quem-e-manu-gavassi/index.html>. Acesso: 02 de junho de 2022 às 08:31.

PROPMARK. **Antarctica resgata “Pipoca com Guaraná”.** [s.l.]. 29 de janeiro de 2008. Disponível em: <https://propmark.com.br/anunciantes/antarctica-resgata-pipoca-com-guarana/>. Acesso em: 01 de outubro de 2021 às 23:56.

PROPMARK. **“Pipoca com Guaraná” volta ao ar reeditado.** [s.l.]. 22 de outubro de 2009. Disponível em: <https://propmark.com.br/anunciantes/pipoca-com-guarana-volta-ao-ar-reeditado/>. Acesso em: 01 de outubro de 2021 às 23:58.

PULIZZI, Joe. **Conteúdo S.A**. Como os empreendedores usam o conteúdo para gerar um público enorme e criar empresas extremamente bem-sucedidas. DVS Editora, São Paulo, 2017. p. 27-258

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão**. v. 2, 2009. p. 1-13

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Sulina, 2011. p. 24-162

SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de AaZ: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso.** Campus, 2003. p. 72.

TURCHI, Sandra. ***Persona* da marca: parte importante da estratégia nas mídias**

sociais. [s.l.], 15 de maio de 2013. Disponível em: <http://sandraturchi.com.br/persona-da-marca-parte-importante-da-estrategia-nas-mi

dias-sociais/>. Acesso em 29 de maio de 2022.

YOUTUBE. **Pipoca com Guaraná - 1991.** [s.l.]. 1 de fevereiro de 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iDocol3-GaM>. Acesso: 27 de maio de 2022 às 22:54.

YOUTUBE. **PIPOCA E GUARANÁ.** [s.l.]. 28 de maio de 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=i2G-s_mQZvU>. Acesso: 27 de maio de 2022 às 22:55.

YOUTUBE. **PT convoca artistas e relança *jingle* "Sem Medo de Ser Feliz".** [s.l.]. 7 de maio de 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Hwzr2jdyXEQ> . Acessado às 01:00 de 17 de junho de 2022.

YOUTUBE. **Sem medo de ser feliz - Campanha de Lula para presidente, 1989.** [s.l.]. 20 de setembro de 2010. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=e_-fl9NyfyQ>. Acessado às 01:00 de 17 de junho de 2022.

PRINCIPAIS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO UTILIZADAS NA INCLUSÃO DO ENSINO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Bruno Saldanha Santos[64]

Helder Rodrigues da Costa[65]

Resumo

O uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) como coadjuvante no ensino tem sofrido um incremento cada vez maior, isso devido à popularização da internet bem como o acesso a computadores e smartphones. Este estudo aborda esses usos à luz da atualidade, em particular a importância das TICs no ensino de informática, identifica as TICs mais utilizadas nesse seguimento, descreve as características e aplicações das TICs e as comparaagrupando-as por categorias. A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica, considerando artigos publicados nos últimos cinco anos, visando manter a atualidade da discussão. Conclui-se que as Tecnologias de Informação e Comunicação desempenham um papel importante no ensino, isso porque elas dinamizam o conteúdo proposto e atraem a atenção dos alunos, dentre as TICs mais utilizadas estão as que valorizam a comunicação entre docente-aluno e as que facilitam a compreensão de conceitos de informática de forma lúdica.

Palavras-chave: TIC; Ensino de informática; Ensino básico.

Abstract

The use of information and communication technologies (ICT) as an adjunct in teaching has been increasing, due to the popularization of the internet as well as access to computers and smartphones. This study approaches these uses in the light of the present, in particular the importance of ICTs in the teaching of informatics, identifies the most used ICTs in this

[64] Bacharelando do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade Promove de Tecnologia.

[65] Professor do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade Promove de Tecnologia.

segment, describes the characteristics and applications of ICTs and compares them by grouping them by categories. The methodology used was the literature review, considering articles published in the last five years, aiming to keep the discussion up to date. It is concluded that Information and Communication Technologies play an important role in teaching, because they dynamize the proposed content and attract the attention of students, among the most used ICTs are those that value communication between teacher-student and those that facilitate the understanding of computer concepts in a playful way.

Keywords: ICT; Computer education; Primary education.

1. Introdução

A utilização de tecnologias de comunicação e informação (TIC) vem aumentando cada vez mais, diferentes são os motivos que levaram a esse aumento, mas dentre eles os que mais se destacam são o acesso à internet, e o crescente lançamento de *hardwares* e *softwares*, que fomentam as diferentes redes de comunicação da era digital (MORAES, 2014).

No Brasil o sistema educacional é dividido em dois grupos, a Educação Básica e o Ensino Superior. A Educação Básica, da qual discorremos neste trabalho, é dividida em três etapas, a Educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo ofertadas em seis modalidades, sendo elas educação indígena, especial, quilombola, do campo, de jovens e adultos e profissional.

Diferentes são os desafios encontrados em qualquer etapa ou modalidade de ensino, por isso, existe sempre uma demanda por inovação e revolução na área. Dentre essas mudanças está a aplicação das tecnologias de informação e comunicação na educação, não como opção para substituir professores ou pular etapas de ensino, mas sim para aumentar o repertório de mecanismos utilizados e colaborar com o processo de ensino-aprendizagem. Para Kenski (2007), “Não há dúvida de que as novas tecnologias de comunicação e informação trouxeram mudanças consideráveis e positivas para a educação”.

A cada dia que passa surge algo novo, e as escolas devem estar prontas para aprender todos esses novos conhecimentos e não ficar para trás dentro de um processo retrógrado educacional (SILVA 2018). Sendo assim é importante que a educação esteja em constante mudança para incorporar recursos tecnológicos, os professores devem estar capacitados para utilizar esses recursos, bem como eles

também devem estar ao alcance de todos os alunos, para que de fato o processo se torne inclusivo e benéfico aos envolvidos.

Buscamos, neste estudo, responder a questão norteadora: Quais são as principais tecnologias de comunicação e informação utilizadas na inclusão do ensino de informática na educação básica? Para isto, esta pesquisa teve como objetivo geral elaborar uma revisão bibliográfica a respeito da importância das TICs no ensino de informática. Como objetivos específicos: buscou identificar as TICs mais utilizadas, descrever as características e aplicações das TICs, elaborar um quadro separando as TICs por grupo e por aplicação e a partir do quadro elaborar uma cartilha informativa com informações sobre as TICs selecionadas.

É importante ressaltar que a internet e as tecnologias trouxeram inovação a diferentes setores, entretanto ambas ainda são palcos de propagação de informações falsas, compartilhamento de materiais ilícitos, cyberbullying e várias outras utilizações negativas, fazendo-se necessário que o usuário adote uma postura atenta e responsável durante a seu uso.

A democratização do acesso a internet e às tecnologias levanta a demanda de explorar melhor as diferentes TICs, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) “É necessário promover a alfabetização e o letramento digital, tornando acessíveis as tecnologias e as informações que circulam nos meios digitais e oportunizando a inclusão digital.”, sendo assim não basta fornecer o acesso à internet e as tecnologias, é fundamental que ambas sejam abordadas e exploradas a partir da visão crítica.

As TICs hoje desempenham um enorme papel democrático, diferentes serviços são oferecidos através da internet ou diferentes tecnologias digitais, como um saque em caixa eletrônico, emissão de documentos via web, dentre outros. Logo, para garantir o acesso democrático ao direito da cidadania também se faz pertinente o ensino da utilização de tecnologias.

O presente projeto será dividido em cinco partes, incluindo essa introdução, posteriormente, a segunda parte diz respeito a metodologia utilizada, na terceira parte será apresentada a revisão bibliográfica que abordará as temáticas Tecnologias de informação e comunicação (TIC), educação Básica no Brasil e ensino de informática na educação básica. A quarta parte contempla o quadro elaborado com base nas TICs encontradas, e por fim, na quinta parte, constam as considerações finais.

2. Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido através de múltiplas leituras que auxiliaram na organização dos conteúdos, com o intuito de verificar as principais tecnologias de comunicação e informação utilizadas na inclusão do ensino de informática da educação básica brasileira.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica qualitativa. Para Gil (2002. p. 17), a pesquisa bibliográfica determina “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Gerhard e Silveira (2009) dizem que “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização[...]”.

A busca para a elaboração da revisão bibliográfica contou com artigos que expressam a importância da utilização de TICs na educação. Para a realização das buscas foram utilizadas as plataformas Google Acadêmico e Scielo e, para a revisão bibliográfica, foram incluídos artigos em língua portuguesa.

Para a elaboração do quadro teórico foram considerados artigos publicados nos últimos 5 anos, foram usados nas buscas os termos “ensino de informática”, “informática nas escolas”, “Ensino de informática e TICs” e “Informática e educação básica”. Estudos que não tinham relação com a temática proposta foram descartados.

3. Revisão Bibliográfica

O acesso à educação básica é um direito de todo cidadão brasileiro. A Constituição Federal de 1988, por meio da Lei nº 9.394/96, de acordo com o Art. 5º, o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. O Art. 21 divide a Educação Básica em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB) preveem que os professores, assim como os gestores, participem de cursos de

atualização relacionados às tecnologias para que se aprimorem e conduzam o processo de ensino e aprendizagem da melhor forma possível (VERGNA, 2018). Serafim e Sousa (2011) atribuem que a falta de capacitação dos professores resulta no uso inadequado ou na falta de criação diante dos recursos tecnológicos disponíveis.

É destacado na Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2018) que

> [...] a formação continuada dos gestores e professores para que estes tenham a oportunidade de se manter atualizados quanto ao campo do conhecimento que lhes cabe manejar, trabalhar e quanto à adoção, à opção da metodologia didático-pedagógica mais própria às aprendizagens que devem vivenciar e estimular, incluindo aquelas pertinentes às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) [...] (BRASIL, 2018, p. 49).

A revolução tecnológica quando chegou às salas de aula trouxe uma imensidão de possibilidades e oportunidades, porém, diante do elevado número de informações, houve uma necessidade de aprender a lidar com essas novas tecnologias (SILVA, 2018). É importante ressaltar que o uso de tecnologias demanda atenção e responsabilidades dos usuários, para que em vez de apenas reproduzir conteúdos o aluno desperte o pensamento crítico e lógico que envolve a atividade proposta.

As tecnologias por si só não são garantia de uma educação democrática, mas, sim, uma das possibilidades de participação do mundo digital e das redes sociais de comunicação, condições necessárias para formação e vida de todo cidadão (BRANDALISE, 2019). Embora seja evidente a democratização do acesso a internet e às tecnologias não se deve presumir que todos tenham acesso, devem então ser pensados meios de incluí-la no ensino de forma que ela não seja um mecanismo de exclusão e as atividades propostas devem estar de acordo com a realidade na qual o aluno está inserido.

Desde a metade do século XX as tecnologias da informação e comunicação têm passado por uma grande evolução, o que tem contribuído para alterar o paradigma de como a sociedade se interrelaciona (OLIVEIRA, FONSECA e PAVANI, 2019). Existe hoje todo um aparato tecnológico que nos permite comunicar de diferentes formas e em diferentes escalas. São exemplos desses aparatos os celulares, notebooks, tablets, smartwatch, computadores, etc. Todos esses dispositivos citados possuem acesso a internet, a porta de entrada para a

comunicação nesse sentido. Devido a essa ampliação das condições e das possibilidades de uso de diferentes mídias no espaço virtual, o ciberespaço, a cultura digital cada vez mais se acentua na sociedade (BRANDALISE, 2019).

A Tecnologia de informação e comunicação (TIC) é a soma de diferentes aparatos tecnológicos, utilizados de forma conjunta, visando alcançar o mesmo objetivo e são utilizadas em diferentes áreas, como indústria, comércio, educação e investimentos. Podem ser compreendidas todas as tecnologias que fazem parte dos processos informacionais e comunicativos da sociedade, um conjunto de recursos tecnológicos que interagem entre si (SILVA, 2018).

De acordo com Norões Mota (2018) as TICs

> Podem “ser definidas como um conjunto de recursos tecnológicos utilizados de forma integrada, objetivando estimular e disseminar conhecimento pelo uso de ferramentas simultâneas de sons, imagens e textos que possibilitam manipulações, criações, avaliações e arquivamentos por meio de recursos como rádio, telefone, televisão, redes de cabos e fibras óticas e, principalmente computadores.

A utilização da tecnologia está aumentando em todas as áreas. Hoje utilizamos o celular por exemplo não apenas para realizar chamadas, mas também para ter acesso a outros meios de comunicação. A democratização da internet tem colaborado para a expansão da comunicação, visto que hoje é possível atingir mais facilmente a comunicação global. Sobre o alcance global que as novas tecnologias de informação e comunicação diz Norões Mota (2018) que elas consolidam uma nova era social, educacional e cultural pela propagação da informação e do conhecimento.

Para Gusso, Castro e Souza (2021) as TIC podem ser compreendidas como recursos tecnológicos que, quando integrados, proporcionam a comunicação em diversos processos, inclusive o de ensino - aprendizagem. Em seu artigo sobre o ensino de matemática na atenção básica Pontes (2018) diz que, apesar das TICs não estarem ainda completamente envolvidas em todo sistema educacional, elas são instrumentos indispensáveis para o ensino integrado com o cotidiano do aluno aprendiz. Pontes também trás o posicionamento a respeito das TICs por Jacon e Kalhil (2011)

> No cotidiano dos cidadãos, as inovações tecnológicas são incorporadas crescentemente em processos e atividades, tais como: compras online, informações e certificações públicas, consultas e movimentações bancárias, eleições, declaração do imposto de renda etc. A consequência disso é o surgimento de novas necessidades de aprendizagem nos mais diversos segmentos da sociedade e, em especial, na educação. (JACON & KALHIL,2011 apud PONTES, 2018)

Segundo Lima e Araújo (2021) é compreendido que a utilização das TICs em sala de aula podem contribuir para o processo de aprendizagem do aluno e também para sua interação com o ambiente e os indivíduos que os rodeiam. Dessa forma é possível observar que as TICs podem enriquecer não só o ambiente escolar como também as relações entre alunos. Esse tipo de interação é o que pode tornar o espaço escolar mais atrativo e o processo de aprendizagem mais dinâmico.

A dinamização e conectividade dos alunos e ensino não trazem apenas o conhecimento e uma visão de aprendizagem diferente da forma engessada padrão. Para além disso elas proporcionam um grande enriquecimento cognitivo. Ampliar o conceito de informação para além de sua estrutura etimológica significa esboçar uma compreensão do conteúdo informacional, o que implica em um desdobramento cognitivo do sujeito (SILVA, 2018).

Mesmo apresentando todos os benefícios da utilização das TICs é importante ressaltar que ainda existem barreiras na sua aplicação, como o acesso à internet ou computadores, bem como profissionais da educação que não se adequam às competências exigidas e também não recebendo assessoramento das instituições escolares (DE ARRUDA, 2020). A utilização das TICs requer superar diversos desafios, que não se restringem apenas ao âmbito estrutural, é necessária uma mudança de mentalidade em toda a comunidade escolar (SHAW & DA SILVA, 2020). De acordo com Santos (2019):

> São muitas as dificuldades encontradas e relatadas pelos professores, que vão desde problemas referentes à formação inicial e continuada à oferta de uma estrutura capaz de promover um ambiente propício à aprendizagem por meio das TIC (SANTOS, 2019. p 22)

A autora Dal Ongaro (2018) realizou uma pesquisa relacionada às dificuldades e possibilidades de aplicação das TICs na educação do campo e conclui que dentre os empecilhos da utilização das TICs estão "a internet de baixa

qualidade, a falta de manutenção dos aparelhos existentes e a falta de formação continuada nessa área de conhecimento para o educador”. Para a autora Sarmento (2019) existem dificuldades tanto por parte dos alunos quanto por parte dos professores. Em seu artigo a autora conclui que:

> “Os alunos se encontram perdidos na *web*, sem nenhuma educação tecnológica, para ensiná-los quais sites apropriados e confiáveis para o estudo, sem saber manusear um computador e nem usar as ferramentas básicas do *Word* ou *Powerpoint* que são necessárias para realizar os trabalhos acadêmicos. Os docentes se encontram inseguros e desmotivados de uma forma que muitos afirmam que não incentivam que seus alunos utilizem a tecnologia digital para pesquisa, ficando restrito o conhecimento apenas ao livro didático" (SARMENTO, 2019. p 38)

As dificuldades no uso de TICs na aprendizagem apresentadas por vários autores acima convergem para os mesmos problemas.

4. Elaboração do quadro teórico

Durante as buscas realizadas para desenvolvimento deste ponto do trabalho foi observado que existem poucas publicações sobre utilização de TICs no ensino de informática, sendo mais encontrado artigos relacionados ao emprego de TICs de outras áreas, como matemática, física, química, geografia, etc. Para o alcance dos objetivos específicos foram selecionados três artigos encontrados nas bases de dados seguindo o rigor da metodologia de pesquisa proposta. Abaixo está disponível então o quadro com os estudos encontrados.

Quadro 01: Estudos relacionados ao emprego de TICs no ensino da informática

Título	Palavras chave	Autores	Ano de publicação
Ensino de programação de computadores na	Ensino, Lógica de Programação, Educação em Informática	Garlet, Bigolin e Silveira	2018

educação básica: um estudo de caso			
Informática na Educação no Ensino Fundamental I: Análise das Práticas da escola Aloys João Mann de Cascavel/PR	Informática e Educação; Práticas Pedagógicas com Tecnologias; Tecnologias Digitais e Educação	Kaminski e Boscarioli	2020

Fonte: elaboração do autor baseado na busca de dados

Os *softwares* descritos a seguir serão tratados em um quadro comparativo no decorrer deste artigo.

Garlet, Bigolin e Silveira (2018) produziram um estudo intitulado “Ensino de programação de computadores na educação básica: um estudo de caso”, no qual busca-se ensinar a lógica de programação a partir do ensino básico, visando já introduzir o assunto a fim de evitar grandes desafios encontrados pelos alunos nos cursos de informática no ensino técnico e superior.

No estudo de caso foram utilizados o laboratório de informática das duas escolas participantes. Os alunos foram introduzidos a conceitos a respeito de Lógica de Programação e Linguagem de Programação. Além dos computadores, foram utilizados como TICs o *software* VisuAlg. Embora não seja utilizado no estudo, os autores ainda citam outras ferramentas que podem ser utilizadas, como o Scratch, Alice e Logo.

Kaminski e Boscarioli (2020) no artigo “Informática na educação no Ensino Fundamental I: Análise das Práticas da escola Aloys João Mann de Cascavel/PR” tem como objetivo analisar, reestruturar e aprimorar as práticas adotadas pela escola. A metodologia adotada também foi a do estudo de caso e foram citadas como ferramentas nesse processo as tic: ClassDojo, Kahoot, Códigos QR, Minetest e Scratch.

As autoras observam que os alunos usavam as TICs de forma intencional, buscando resolver os problemas propostos, e não apenas utilizando-as como um momento de diversão. Kaminski e Boscarioli (2020) concluem que:

> “a utilização de TICs no ensino e aprendizagem contribuem na reflexão, reformulação e resolução de problemas, uso de argumentos, lógica, análise de resultados e erros, conexão de idéias, socialização, cooperação, colaboração,

> autonomia, dentre outros aspectos fundamentais à formação.” (KAMINSKI e BOSCARIOLI, 2020. p16)

Através do seu artigo de publicação online “Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades” o Ministério da Educação (MEC) por meio da BNCC (2018) discorre a respeito das possibilidades relacionadas à utilização das TICs na escola:

> “Uma possibilidade para isso é o uso de *softwares* para a elaboração de histórias em quadrinhos (HQs). Outra possibilidade está na criação de conteúdos midiáticos ou multimidiáticos. Com o uso de ferramentas simples e acessíveis, os alunos podem criar áudios e vídeos para compartilhar as aprendizagens de uma aula ou sequência didática.” (Brasil, 2018. Trecho retirado de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades)

Neste artigo são citados o uso de *softwares como* ferramenta para criação de conteúdo digital relacionados à escola, sendo eles o HagáQuê, ToonDoo, Audacity, MovieMaker, OpenShot e VivaVideo.

Durante o desenvolvimento destes resultados foram observados que as ferramentas ToonDoo e MovieMaker não estão mais disponíveis para o público, sendo assim não serão incluídas no quadro comparativo abaixo.

Quadro 02: Comparação entre as TICs e sua utilização

TIC	Tipo de ferramenta	Tipo de Acesso (G)ratuito ou (P)ago	Recursos	Descrição
Alice	Software	G	Iniciação a computação gráfica, lógica de programação, criação de histórias	Alice é um ambiente de programação em 3D, onde são utilizados blocos que facilitam a criação de animações, jogos, filmes, construção de ambientes e etc.
Audacity	Software	G	Criação de conteúdo de áudio	É um programa de gravação, edição, importação e exportação digital de áudio.
ClassDojo	Site	P	Plataforma virtual de interação	É um ambiente de interação entre alunos, pais, professor e escola, onde são disponibilizadas as demandas escolares, como atividades e vídeo-aulas
HagáQuê	Software	G	Editor de histórias em quadrinhos	É um programa desenvolvido visando facilitar o processo de criação de uma história em quadrinhos por pessoas ainda inexperientes no uso do computador
Kahoot!	Site / Aplicativo	P	Plataforma virtual de interação	É um ambiente de interação virtual voltado ao ensino a distância, possui jogos, atividades e também possibilita a criação de quizzes.
Minetest	Software	G	Pensamento lógico, lógica de programação, criação de servidores, criação de jogos	É um jogo sem objetivos específicos, de mundo aberto e explorável, composto por objetos 3D, seus códigos de fonte são abertos e as licenças são gratuitas, possibilitando a criação de modificações e versões.
OpenShot	Software	G	Editor de vídeo	É um editor de vídeo livre, de código aberto.
Scratch	Software	G	Pensamento lógico, lógica de programação, criação de histórias, animações	É um ambiente de programação que utiliza blocos lógicos, sons e imagens para a criação de jogos, histórias, animações, etc.
VisuAlg	Software	G	Lógica de programação	É um ambiente de programação que permite criar, editar e interpretar algoritmos em portugol
VivaVideo	Software	P	Editor de vídeo	É um editor de vídeo intuitivo voltando a amadores.

Fonte: elaborado pelo autor

As ferramentas Alice, Scratch, Visualg, Audacity, OpenShot, HagáQuê, e Minetest são gratuitas e podem ser baixadas a partir do site oficial, já as ferramentas VivaVideo, ClassDojo e Kahoot! possuem um pacote básico grátis, entretanto também disponibilizam mais recursos e atividades que são pagos.

Foram então listadas dez TICs que podem ser utilizadas como ferramentas para o ensino de informática na escola, podendo ser divididas em três grupos, o de criação de conteúdo, com as ferramentas de produção e edição de áudio e vídeo, composto pelo Audacity, OpenShot e Vivavideo, o grupo de interação, composto pelo ClassDojo e o Kahoot!. E o grupo da criação digital de histórias, jogos e programação, composto por Alice, HagáQuê, Minetest, Scratch e Visualg.

Quadro 03: Classificação das TICs X Características

Categorias	**Subcategorias**	**TIC**									
		Alice	**Audacity**	**ClassDojo**	**HagáQuê**	**Kahoot!**	**Minetest**	**OpenShot**	**Scratch**	**VisuAlg**	**VivaVideo**
Criação de conteúdo multimídia	Áudio		X								
	Vídeo							X			X
Ambiente virtual de interação	Comunicação			X		X					
Desenvolvimento de histórias, programas de computador e jogos	Criação de histórias	X			X				X		
	Jogos	X					X		X		
	Lógica de Programação	X							X	X	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Cada ferramenta tem sua importância no ensino da informática, as ferramentas ClassDojo e o Kahoot! estimulam a participação e interesse dos alunos em ambientes virtuais. As ferramentas de criação de conteúdo audiovisual estimulam que os alunos não apenas consumam conteúdo na internet, de forma passiva, mas que também

assumam o protagonismo nas redes, produzindo conteúdo. Já as ferramentas de criação de história, jogos e programação buscam trabalhar conceitos específicos na informática, como linguagens de programação, lógica de programação e computação gráfica.

5. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo revisar a literatura sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação no ensino de Informática na educação básica, bem como elaborar quadros com as principais ferramentas utilizadas e por fim elaborar uma cartilha (Anexo I) voltada ao público com os principais pontos levantados durante a elaboração deste estudo.

Conclui-se então que as Tecnologias de Informação e Comunicação desempenham um papel importante no ensino, isso porque elas dinamizam o conteúdo proposto e atraem a atenção dos alunos. Tratando-se do ensino de informática as ferramentas discutidas são responsáveis por facilitar a compreensão de conceitos da área, bem como propiciar aos alunos uma aprendizagem de forma mais lúdica. As ferramentas que cumprem o papel de ambiente virtual são ainda capazes de aumentar a comunicação e a relação entre os alunos.

Foi observado que vários dos estudos relacionados a utilização de tecnologias de informação e comunicação são voltados a outras disciplinas da educação básica, como matemática, português, física, etc, desta forma, recomenda-se que sejam elaborados mais estudos na área da informática básica, que utilizem outras ferramentas focadas no desenvolvimento de habilidades e competências em áreas da disciplina abordada.

Referências

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas paranaenses: avaliação de uma política educacional em ação. **Educação em Revista**, v. 35, 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base (mec.gov.br)> Acesso em 01 de maio de 2022.

BRASIL. "Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades." *Base Nacional Comum Curricular*, Disponível em <Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades (mec.gov.br)>. Acesso em 12 de Maio de 2022.

DA SILVA, Claudemir Cosme; DO NASCIMENTO, Renata Makelly Tomaz. Informática básica na escola: uma experiência no ensino fundamental. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 4, p. 21668-21676, 2020.

DE ARRUDA, Graziela Queiroz; DA SILVA, Joelma Santana Reis; BEZERRA, Maria Aparecida Dantas. O uso da tecnologia e as dificuldades enfrentadas por educadores e educandos em meio a pandemia. 2020.

DE MORAES, Wander. Multidisciplinaridade Da Inovação Tecnológica. 2014. Disponível em: <SCITIS - 1ª edição (unip.br)> Acesso em 01 de maio de 2022.

GARLET, Daniela; BIGOLIN, Nara Martini; SILVEIRA, Sidnei Renato. Ensino de Programação de Computadores na Educação Básica: um estudo de caso. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação e Gestão Tecnológica**, v. 9, n. 2, 2018.

GERHARD, Tatiana. E.; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa Educação a Distância. Porto Alegre: Editora da UFRGS**, 2009.

GUSSO, Amanda Khetleen; DE CASTRO, Beatriz Cristina; DE SOUZA, Thiago Nunes. Tecnologias de Informação e Comunicação no ensino de Enfermagem durante a pandemia da COVID-19: Revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. e13610615576-e13610615576, 2021.

KAMINSKI, Márcia Regina; BOSCARIOLI, Clodis. Informática na Educação no Ensino Fundamental I: Análise das Práticas da escola Aloys João Mann de Cascavel/PR. **Indagatio Didactica**, v. 12, n. 3, p. 265-284, 2020.

KENSKI, V. M. *Educação e tecnologias*: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

PONTES, Edel Alexandre Silva. O ato de ensinar do professor de matemática na educação básica. **Ensaios Pedagógicos**, v. 2, n. 2, p. 109-115, 2018.

SANTOS, Odemes Silva. Dificuldade do uso da tecnologia pelos docentes no ambiente escolar: desafios contemporâneos. **Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação-Unisul Virtual**, 2019.

SERAFIM, Maria Lúcia; SOUSA, Robson Pequeno. Multimídia na Educação: vídeo digital integrado ao contexto escolar. IN: SOUSA, Robson P.; MOITA, Filomena M.; CARVALHO, Ana B. (Orgs.) Tecnologias digitais na educação. Campina Grande: Eduepb, 2011

SHAW, Gisele Soares Lemos; DA SILVA JUNIOR, Geraldo Soares. Vozes de professores e licenciandos sobre as dificuldades do uso das TIC no ensino de matemática: o caso da universidade do estado da Bahia (UNEB), Campus VII. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 10, n. 1, 2020.

SILVA, Claudio Gomes da. A Importância do Uso das TICS na Educação. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 08, Vol. 16, pp. 49-59, Agosto de 2018.

VERGNA, M., & SILVA, A. (2018). Formação dos professores para o uso das tecnologias da informação e comunicação. *REVISTA INTERSABERES*, *13*(28), 77-88.

ANEXO I

CARTILHA INFORMATIVA SOBRE AS TICs

BENEFÍCIOS

As TIC's colaboram na dinamização das atividades, por meio da conectividade os alunos aprendem de forma lúdica, proporcionando um grande enriquecimento cognitivo, além disso, o aluno se familiariza com as ferramentas digitais, cada vez mais presentes no cotidiano do cidadão.

O QUE SÃO TIC'S?

A Tecnologia de informação e comunicação (TIC) é a soma de diferentes aparatos tecnológicos, utilizados de forma conjunta, visando alcançar o mesmo objetivo: contribuir para o processo de aprendizagem do aluno e também para sua interação com o ambiente e os indivíduos que os rodeiam.

EXEMPLOS

Existem diferentes tipos de TIC's, que podem ser usadas de acordo com cada objetivo escolar, elas podem ser usadas como ferramentas de produção de conteúdo, ambiente de interação e ferramentas de criação de jogos e histórias de forma lúdica

AMBIENTES DE INTERAÇÃO

- ClassDojo e Kahoot!

São ambientes destinados a interessam entre aluno, professores e pais, destinados principalmente a realização de atividades

CRIAÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL

- Audacity, OpenShot e VivaVideo

São ferramentas que estimulam a criação de conteúdo por parte dos alunos, de forma que eles não apenas consumam conteúdo da internet, mas que possam também produzi-los

CRIAÇÃO DE PRODUTOS DIGITAIS

- HagáQuê, Alice, Minetest, Scratch e Visualg

São ferramentas que trabalham conceitos da informática de forma mais atrativa e lúdica, por meio da criação de jogos e histórias, elas desafiam os alunos a desenvolverem pensamentos lógico e introduzem a linguagem da programação

TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (TIC) NO ENSINO DE INFORMÁTICA

conheça algumas opções disponíveis

Tecnologia A Favor Do Meio Ambiente

Technology In Favor Of The Environment

Marlon De Almeida Figueiredo[66]
Paulo Ricardo Rocha[67]
Thiago Bento Zeferino[68]
Prof.ª. Me. Renata Paula de Oliveira[69]

Resumo: Os incêndios causados em florestas e matas afetam não só a saúde, mas também o próprio meio ambiente. Felizmente, e diante de tantas evoluções tecnológicas, o seu combate tem se modernizado. Seja com o uso de sensores, para verificar se há foco de incêndio, seja com o uso de satélites, ou mesmo de brigadistas, a tecnologia, ao lado inclusive da Inteligência Artificial, tem sido ferramenta importante e imprescindível para a conservação do meio ambiente. Este artigo tem como proposta pontuar como a tecnologia e as suas contribuições, de maneira geral, têm auxiliado no combate a incêndios e na manutenção de florestas, principalmente.

Palavras-chave: Tecnologia, Meio Ambiente, Combate a Incêndios, Manutenção de Florestas

Abstract: *Fires caused in forests and woods affect not only health, but also the environment itself. Fortunately, and in the face of so many technological developments, its combat has been modernized. Whether with the use of sensors, to check if there is a fire outbreak, or with the use of satellites, or even firefighters, technology, along with Artificial Intelligence, has been an important and essential tool for the conservation of the environment. This article aims to point out how technology and its contributions, in general, have helped in fighting fires and maintaining forests, mainly.*

Keywords: *Technology, Environment, Fire Fighting, Forest Maintenance*

INTRODUÇÃO

[66] Graduando em Sistema de Informação. E-mail: marlon.figueiredo@sourpomove.com.br
[67] Graduando em Sistema de Informação. E-mail: paulo.rocha@soupromove.com.br
[68] Graduando em Sistema de Informação. E-mail: thiago.zeferino@soupromove.com.br
[69] Mestre em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professora de Português e de TCC I da Faculdade Promove de Tecnologia. E-mail: renata.oliveira@somospromove.com.br

Incêndios florestais, de maneira geral, oferecem grandes riscos ao meio ambiente, haja vista afetarem tanto a fauna quanto a flora natural, assim como a segurança e a economia de um país. Com foco na resolução destes problemas, e cientes da necessidade de se discutir tal ideia, o presente artigo questiona: como o uso de tecnologias pode contribuir com a fiscalização, com o controle e com o combate a incêndios?

A tecnologia, de maneira geral, cabe dizer, tem sido uma grande aliada quando se fala de monitoramento e combate a incêndios florestais. Prova disso são as tecnologias que, atualmente, têm sido utilizadas para o seu enfrentamento nas mais diversas situações e áreas: as tecnologias mais utilizadas para detecção e/ou combate a incêndios têm sido aquelas que utilizam sistemas baseados em informações de satélite[70]; em sistemas baseados em sensoriamento remoto, nos quais sensores terrestres fazem a detecção de calor, ruídos e técnicas específicas para identificar o fogo; tecnologias que utilizam infravermelho, espectrômetro, radar e LIDAR (sigla para sensoriamento remoto a laser); e tecnologias que possuem sistemas baseados em vídeo (MASSETO, 2020).

Incêndios florestais, quando vivenciados, provocam a destruição de ecossistemas e o desequilíbrio ambiental da fauna e da flora. Por isso, torna-se necessária a discussão e a adoção de medidas efetivas para evitar possíveis danos causados pelos incêndios florestais, garantindo a preservação do meio ambiente e eventuais descobertas outras que dele podem ser advindas.

Estratégias de prevenção, como a educação ambiental e o zoneamento e mapeamento de riscos; as ações de controle e combate, por meio de medidas diretas e indiretas; assim como o conhecimento e o treinamento de brigadistas são de extrema importância para a preservação do meio ambiente: são esforços e ações importantes para mobilizar a população a evitar a utilização do fogo na vegetação e identificar mecanismos e medidas para supressão do incêndio quando já existir.

[70] Em 28 de fevereiro de 2021, o Brasil lançou seu satélite em órbita: o Amazônia 1 (denominação técnica SSR-1), que é um satélite de observação da Terra, foi lançado na missão PSLV-C51, às 01:54, na Índia. É o primeiro satélite de observação da Terra completamente projetado, integrado, testado e operado pelo Brasil. Tal satélite, deve-se ressaltar, tem como objetivo observar e monitorar o desmatamento, especialmente na região amazônica – é o Brasil se movimentando para que importantes cuidados sejam tomados com relação ao meio ambiente. De toda forma, e mesmo sendo o envio de tal satélite o início de um movimento que preconiza a preservação ambiental, acredita-se que muito ainda pode ser feito, principalmente com o auxílio de novas tecnologias.

Infelizmente, e em nosso contexto atual, faz-se possível perceber que o número de incêndios tem aumentado[71] ao longo dos anos devido à fiscalização ineficiente, contravenções e crimes impunes, práticas agrícolas prejudiciais ao meio ambiente e escassez de estudos referentes a este tema, culminando em um quadro caótico e polêmico que prejudica o desenvolvimento de estratégias voltadas para o combate de queimadas[72].

A escolha do tema ora desenvolvido – a tecnologia a favor do meio ambiente –, cabe dizer, se deve por se tratar de uma realidade que, cada vez mais, tem feito parte da sociedade brasileira, em especial, principalmente em época de seca. Acredita-se que, ao promover discussões que enfatizam a importância de se preservar o meio ambiente, bem como apresentar meios que possibilitem combate mais eficaz e eficiente ao incêndio, esta pesquisa possa contribuir com aqueles que se dedicam a estudos na área de tecnologia, mostrando como a tecnologia poderá ser utilizada para fiscalização e combate ao incêndio.

A fim de que fossem alcançadas as expectativas aqui criadas, e com o intuito de que também fossem atingidos os objetivos propostos e anteriormente citados, faz-se necessário pontuar que o estudo realizado teve como base o desenvolvimento de uma pesquisa básica aplicada, no qual foi utilizado o método hipotético-dedutivo. Também foi utilizada estratégia qualitativa, de caráter exploratório, para o adequado desenvolvimento das ideias definidas. Foram recolhidos ainda, por meio de pesquisas bibliográficas, autores e fontes confiáveis que possuam credibilidade para sustentar o posicionamento eleito.

Sobre o estudo realizado, seguiu-se a seguinte cronologia: pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão; análise do tema eleito e estudo de casos acerca do mesmo assunto em comento.

Por fim, e antes que discussões mais aprofundadas se apresentem, faz-se necessário pontuar que o presente artigo acredita ser necessário modernizar tecnologias já existentes, a fim de que seja possível apresentar alternativas mais rápidas e eficientes ao combate de incêndios, reduzindo o tempo de sua detecção, o tempo de deslocamento até o foco encontrado e o tempo utilizado em seu combate.

---

[71]DANTAS, Carolina. **Queimadas aumentam 82% em relação ao mesmo período do ano de 2018.** Disponível em: https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/19/queimadas-aumentam-82percent-em-relacao-ao-mesmo-periodo-de-2018.ghtml. Acessado em 4 de març. 2022.

[72]**CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Inpe confirma aumento de quase 200% em queimadas no Pantanal entre 2019 e 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/696913-inpe-confirma-aumento-de-quase-200-em-queimadas-no-pantanal-entre-2019-e-2020/. Acessado em 4 de març. 2022.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Tecnologia e sociedade

Segundo Blanco e Silva (1993), o termo tecnologia vem do grego *technê* (arte, ofício) e logos (estudo de) e se referia à fixação dos termos técnicos, designando os utensílios, as máquinas, suas partes e as operações dos ofícios (ALVES, 2009). **Tecnologia,** portanto, é um produto da **ciência e da engenharia** que envolve um conjunto de **instrumentos**, **métodos** e **técnicas** que visam a resolução de problemas. É uma aplicação prática do conhecimento científico em diversas áreas de pesquisa (SIGNIFICADO, 2022).

Um dos principais motores do avanço da ciência, deve-se lembrar, é a curiosidade humana, descompromissada com resultados concretos e livre de qualquer tipo de ajuda ou orientação. A produção científica, movida por essa simples curiosidade, tem sido capaz de abrir novas fronteiras no conhecimento e nos tornar mais sábios, e, a longo prazo, ela tem sido capaz de gerar mais valor e propiciar maior qualidade de vida para o ser humano.

Por uso de seus métodos e instrumentos, a ciência nos permite analisar o mundo ao redor e ver além do que os olhos podem ver - o conhecimento científico e tecnológico do ser humano, ao longo de sua história, pode ser visto, sem dúvida alguma, como um dos principais – senão o principal - responsáveis por tudo que a humanidade construiu e realizou até aqui, pleno início de século XX. Suas realizações, deve-se dizer, estão desde o domínio do fogo até às imensas potências derivadas da moderna ciência da informação, passando pela domesticação dos animais, pelo surgimento da agricultura e indústria modernas e é claro, pela espetacular melhora da qualidade de vida de toda a humanidade no decorrer do último século (IPEA, 2019).

Indo além da curiosidade do ser humano, outro motor importantíssimo no avanço científico é a solução de problemas que atingem toda humanidade durante o passar dos anos. Viver mais tempo e com mais saúde, trabalhar menos e ter mais tempo disponível para o lazer e para a família, reduzir as distâncias que nos separam das pessoas, seja por meio de mais canais de comunicação ou de melhores meios de transporte esses são alguns dos desafios e aspirações humanas para os quais, durante séculos, a ciência e a tecnologia têm contribuído.

Uma pessoa nascida no final do século 18, muito provavelmente morreria antes de completar 40 anos de idade. Alguém nascido hoje, num país desenvolvido, deverá viver mais de 80 anos, e, embora a desigualdade seja muita, mesmo nos países mais pobres da África subsaariana, a expectativa de vida, atualmente, é de mais de 50 anos. A ciência e a tecnologia são os fatores chave para explicar a redução da mortalidade por várias doenças, como as doenças infecciosas, por exemplo, e o consequente aumento da longevidade dos seres humanos (NEGRI, 2019).

Apesar dos seus feitos extraordinários, a ciência, e, principalmente, os investimentos públicos em ciência e tecnologia, parecem enfrentar uma crise de legitimação social no mundo todo. Recentemente, Tim Nichols (2017), um reconhecido pesquisador norte-americano, chegou a anunciar a "morte da expertise", título de seu livro sobre o conhecimento na sociedade atual. O que ele descreve no livro é uma descrença do cidadão comum no conhecimento técnico e científico e, mais do que isso, um certo orgulho da própria ignorância sobre vários temas complexos, especialmente sobre qualquer coisa relativa às políticas públicas(IPEA, 2019).

Vários fenômenos sociais recentes, como o movimento anti-vacinas ou mesmo a desconfiança sobre a fatalidade do aquecimento global, apesar de todas as evidências científicas em contrário, são assuntos que parecem ser apresentados de maneira contrária à realidade que estamos a vivenciar.

2.2. Tecnologia e meio ambiente

Conforme visto anteriormente, a tecnologia é um produto da ciência e da engenharia que envolve um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas que visam a resolução de problemas (SIGNIFICADOS, 2022).Quanto ao meio ambiente, e segundo o artigo 3º da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, podemos definir meio ambiente como "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas".

Ciência, tecnologia e meio ambiente podem e devem ser grandes aliados no desenvolvimento da humanidade:os três elementos, trabalhando em conjunto, são essenciais para a vida moderna.

Em relação à ciência, nunca tivemos uma demonstração tão importante e massiva na atualidade, quanto em relação à pandemia do coronavírus (SARS-COV2). Cientistas do mundo todo se uniram em prol de estratégias de combate e cura da COVID-19 e desenvolveram vacinas e remédios em tempo recorde - se a tecnologia não estivesse avançada, muito provavelmente não teríamos soluções tão rápidas e, ainda, a comunicação entre as pessoas e as notícias em tempo real seria muito menos rápida e eficiente. Como consequência, a tragédia seria bem maior.

Outro exemplo de como a tecnologia pode auxiliar na preservação, e mesmo na evolução de técnicas ambientais, está na agricultura de precisão, que é uma das tecnologias mais conhecidas entre os produtores rurais e que auxilia na sustentabilidade. Ela teve início na década de 1990 e se popularizou ao longo dos anos 2000 (CANAL AGRO, 2020). Com ela, o produtor tem maior controle da área cultivada usando o GPS, por exemplo, e sabe exatamente onde e quando aplicar insumos agrícolas na lavoura — economizando os gastos com os agrotóxicos e evitando a contaminação do solo por excesso do produto. Além disso, maquinários agrícolas modernos auxiliam na economia de água durante todo o processo do cultivo. (CANAL AGRO, 2020).

As tecnologias também dão suporte à criação de animais, por meio da elaboração de rações e probióticos que fortalecem seus organismos, diminuindo perdas; de aplicativos capazes de detectar doenças em suínos; ou do melhoramento genético dos bichos. Dessa forma, fica clara a ideia de que há muitas tecnologias já disponíveis que podem ajudar na sustentabilidade do campo. Algumas delas são o GPS, os robôs agrícolas, o mapeamento da colheita, os sensores ópticos; os drones, BigData, a Internet das Coisas (IoT), o Melhoramento genético e a Inteligência Artificial (IA).

Outra importante questão associada ao meio ambiente, e que conta com o auxílio de tecnologias modernas e atuais, diz respeito ao consumo de água doce no mundo. A Terra é coberta por 70% de água, mas a humanidade enfrenta uma possível crise hídrica (CODEBUDDY, 2021). Diante desse cenário, uma série de tecnologias em operação e em desenvolvimento visa combater a possível escassez global de água. As principais levam em consideração o seguinte: geradores que transformam a umidade do ar em água limpa por meio da condensação; tecnologias que transformam a água do mar em potável por meio da dessalinização; tecnologias para captação e purificação da água da chuva, que podem ser

usadas em arquiteturas de casas autossuficientes de água; aplicativos para ajudar no consumo equilibrado de água, como o app Água Consciente (CODEBUDDY, 2021).

No Quênia, uma *startup* desenvolveu uma tecnologia que transforma plástico em tijolos que chegam a ser duas vezes mais resistentes que concreto, uma tecnologia que pode ser usada em qualquer lugar do mundo. Outro exemplo é uma ciclovia no México que foi completamente construída utilizando plástico reciclado (CODEBUDDY, 2021).

Somando-se aos biólogos de campo e aos satélites espaciais de análise, os drones hoje possuem tecnologia suficiente para ajudar no equilíbrio ecológico. Eles podem atuar na prevenção de incêndios e na contenção do desmatamento, com a fiscalização da exploração madeireira (CODEBUDDY, 2021).

De acordo com a entrevista de Marco Aurélio Nalon (2021), pesquisador do Instituto Florestal (IF) de São Paulo, “tecnologias para imageamento de espécies de árvores e outras plantas e aferição do volume de vegetação, entre elas radares laser e sensores infravermelhos, já existem há algum tempo. A inovação é ter esses sistemas embarcados em um drone, que pode voar perto do topo das florestas e pairar no ar”.

2.3 Tecnologia e combate a incêndios

Um dos principais motivos que limita a implementação de tecnologias para o combate às queimadas, é o baixo acesso mundial à internet de alta velocidade: segundo o **TechWire**(2021), dentre as muitas vantagens para o uso de tal tecnologia, estaria a viabilização de drones e outras inovações para trabalhar nos incêndios, substituindo aeronaves tripuladas em manobras aéreas perigosas — mas necessárias — na neutralização de incêndios, por exemplo.

A **Chooch AI,** uma empresa de inteligência artificial de São Francisco (EUA), está usando um sistema que analisa imagens de satélite a cada 10 minutos para identificar novos focos de incêndios florestais (COZER, 2020). Tal tecnologia envia e-mails imediatamente às agências de combate a incêndios assim que possíveis focos são detectados. Isso evita que os fogos passem despercebidos por muito tempo, além de prevenir trotes ou falsos alarmes.

Em 2019, pesquisadores de **Stanford** desenvolveram um gel biodegradável que promete uma maneira de evitar incêndios florestais e reduzir drasticamente o custo de combatê-los. O gel é à base de celulose e é capaz de durar uma temporada inteira de incêndios – o referido gel pode ser pulverizado por um bombeiro no solo ou em grandes quantidades através de um avião ou helicóptero (COZER, 2020).

Em 2020, o Brasil quebrou tristes recordes referentes ao aumento de queimadas em florestas de todo o país. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a Região Amazônica concentrou 45,6% dos casos registrados de incêndios florestais até setembro de 2020, tendo mais de 76 mil pontos de fogo, maior número desde 2010; já o Pantanal teve 23% de sua área total queimada no mesmo período, pior índice desde o início dos registros, em 1998.

As queimadas aparecem por diversas origens, desde causas naturais a ação humana. Existem ainda queimadas acidentais que estão ligadas a limpezas de terreno (que acabam se alastrando de forma que não se consegue parar) e aquelas que são ilegais e que visam a destruição de matas, seja por vingança, falta de conscientização ou mesmo para a expansão de terrenos irregulares.

No sentido de atuar na prevenção e combate de incêndios ambientais, o Centro de Sensoriamento Remoto (CSR), do Instituto de Geociências da UFMG, desenvolveu um *software* que projeta modelos de espalhamento de fogo, permitindo que seja estimado o comportamento das chamas. O CSR, cabe lembrar, é um laboratório de pesquisa multidisciplinar que foca em modelagem espacial, prevendo eventos a partir de mapas de espaços geográficos, como impactos ambientais, mudança do solo e produção agrícola.

A tecnologia anteriormente mencionada foi desenvolvida dentro do projeto “Desenvolvimento de Sistemas de Prevenção de Incêndios Florestais e Monitoramento da Cobertura Vegetal no Cerrado Brasileiro”, coordenado pelo professor Ubirajara Oliveira e gerenciado pela Fundep, e é capaz de estimar quando, onde e com que intensidade as chamas vão se propagar na ocorrência de um incêndio florestal. Segundo o professor Ubirajara, o Cerrado se destaca pela maior ocorrência de incêndios naturais, que acontecem por características do bioma que, só entre janeiro e agosto de 2020, o Inpe registrou mais de 21 mil focos de queimadas - o *software* desenvolvido, anteriormente mencionado, cruza um conjunto de variáveis ambientais para fazer a previsão do comportamento do fogo com imagens de satélite disponibilizadas pelo Inpe. “Esse modelo utiliza focos de incêndio detectados por

satélite como pontos de início do fogo e calcula qual a direção, intensidade e tamanho das áreas que irão queimar", explica o professor Ubirajara. A tecnologia é de baixo custo e visa auxiliar medidas de planejamento ambiental, trazendo eficiência e economia para Unidades de Conservação. "O modelo integra o conhecimento acadêmico, baseado em experimentos, e o conhecimento prático das brigadas de incêndio", explicou Jean Ometto, professor e pesquisador sênior do Inpe que também integra o projeto.

> Para as propostas baseadas em tecnologias existentes, há tantos obstáculos que a sua implementação em uma escala suficiente para combater a mudança climática certamente não vai chegar antes de 2050.
> (LACOUR-GAYET, 2004).

De acordo com RazafImpanilo**et al.** (1995), a eficiência do monitoramento de incêndios por satélites depende de informações prévias do ambiente, tais como características do material, combustível, informações sobre regeneração natural e fenologia da vegetação, condições climáticas etc.

> O monitoramento de queimadas em imagens de satélites é particularmente útil para regiões remotas sem meios intensivos de acompanhamento, condição esta que representa a situação geral do País. Para uma área com torres de observação guarnecidas continuamente e mantendo comunicação direta com brigadas de combate de fogo, os dados de satélite têm interesse marginal (INPE, 2021, p. 7).

Sendo o primeiro de três satélites de sensoriamento remoto programados no âmbito da Missão Amazônia, satélite totalmente brasileiro para fiscalização do meio ambiente é também o primeiro sistema espacial de alta complexidade, o amazônia-1 foi desenvolvido pela INPE, com empresas nacionais, e com o apoio da Agência Espacial Brasileira (AEB), gerando imagens para monitorar os recursos naturais do país, especialmente a floresta amazônica. "Com ele, passamos a dominar o ciclo completo de desenvolvimento de satélites dessa complexidade e dimensões".
(SILVA, 2021, p. 1.).

De acordo com o site Webbra[73] (2021), a Inteligência Artificial (IA ou AI) é capaz de aprender e desenvolver conhecimento, linhas de raciocínio e assim por diante. Logo, pode-se afirmar, então, que as IAs são uma boa forma de poupar trabalhos mecânicos e simples de especialistas no combate aos incêndios.

Um exemplo de uso da inteligência artificial pode ser encontrado na Internet das Coisas, que apresenta solução acessível para combate a incêndios, de maneira geral. Tal solução seria relativa ao uso de uma rede de sensores sem fio, de baixo consumo de energia. Recomendado para a instalação em florestas, esse sistema é capaz de monitorar um espectro dos poluentes gerados no início de um incêndio. O monitoramento é feito 24hrs, e os dados são enviados a cada 90 segundos para a central.

Associados à IoT, há ainda a possibilidade de se utilizar drones, que também podem ser de grande valia na prevenção precoce de incêndios florestais, como os que ocorreram recentemente na Floresta Amazônica brasileira e de países vizinhos. Esses dispositivos, que podem ser equipados com sensores térmicos, podem ajudar não somente nos incêndios florestais, mas também dando *insight* aos bombeiros que pretendem ingressar em construções tomadas pelas chamas, por exemplo. Os Drones também são capazes de prover informações visuais de ambientes com pouco ou limitado acesso de pessoal. De toda sorte, os Drones, pouco a pouco, têm se tornado uma extensão dos olhos dos bombeiros.

Com o uso de aparatos que envolvam tecnologia, os profissionais das forças de segurança terão mais condições de tomar decisões rápidas e assertivas sobre o deslocamento da equipe de brigadistas e, se necessário, fazer a evacuação de comunidades que possam ser impactadas com eventuais incêndios. Os drones também voam em altitudes mais baixas que os helicópteros e navegam em espaços apertados ou perigosos, fornecendo uma imagem mais sutil da situação.

> Com recursos de imagem térmica, eles podem localizar pontos quentes em uma cena de incêndio em segundos e ver pessoas presas mesmo em áreas de fumaça espessa. Os veículos aéreos não tripulados podem ser utilizados pelas equipes de Corpo de Bombeiros desde o planejamento de ação para conter as queimadas até para o mapeamento do dano após o incidente (GIMENEZ, 2020, p. 34)

[73]**WEBBRA.** Tecnologias inovadoras para combate a incêndio e pânico. São Paulo: Webbra, 2021. Disponível em: https://www.webbra.com.br/blog/tecnologias-inovadoras-para-combate-a-incendio-e-panico. Acesso em: 04 maio 2021.

As tecnologias utilizadas pelos brigadistas em Unidade de conservação (Uc's) podem ser maximizadas com o uso de monitoramento remoto com sistemas de câmeras de vídeo e transmissão de imagens e dados de alta tecnologia. Essa tecnologia não é somente utilizada em áreas de florestas plantadas, mas também tem grande potencial para ser utilizada no monitoramento de UC's. A utilização de câmeras possibilita ainda economia e contenção de despesas com vigilantes e outros guardas constantes, além de possibilitar a redução de custos operacionais, que podem ser revertidos para outros investimentos dentro da própria UC.

Diante de tantas possibilidades, torna-se inegável que o desenvolvimento e uso de novas tecnologias podem auxiliar muito no combate a eventuais incêndios.

CONCLUSÃO

Procurar por evolução e melhorias tem sido, historicamente, busca primeira o homem: seja com a descoberta do fogo ou desenvolvendo/melhorando instrumentos que pudessem auxiliar em sua sobrevivência, se adaptar à realidade só se fez possível graças à percepção de que evoluir dependeria essencialmente da vontade de correr riscos e de nem sempre acertar – e não seria esse também o caminho da tecnologia quando do seu envolvimento no mundo de *softwares* e tantos outros instrumentos até pouco impensáveis?

Embora o conceito de meio ambiente possa ser mais abrangente do que ideias que inicialmente pudessem estar ligadas à natureza, a discussão aqui apresentada buscou pontuar como a evolução da tecnologia contribui (e segue contribuindo) para a preservação do meio ambiente natural - foram muitos os exemplos compartilhados a fim de comprovar que, quando se trata de vida – seja vida humana, animal e/ou mineral – contar com aparatos tecnológicos tem sido estratégia essencial, senão indispensável.

As tecnologias que estão envolvidas nos meios de ajuda para a necessária preservação do meio ambiente são várias, desde drones a satélites, cada uma com o grande propósito de preservar fauna, flora e a vida humana, inclusive - os drones são utilizados por possuírem grande mobilidade e alcançar locais onde o ser humano teria muita dificuldade para se locomover; já os satélites realizam vigilância o tempo inteiro, localizando focos de queimadas e desmatamentos e enviando avisos para que todas

as medidas cabíveis sejam tomadas, a fim de minimizar eventuais danos.

Deve-se ressaltar que os drones têm transformado o modo como são realizadas atividades tidas como perigosas: se, há algum tempo, era necessário pessoas arriscarem as suas vidas para combater incêndios, a inclusão de drones em combates a incêndios praticamente excluiu tal possibilidade, pois essas pequenas aeronaves não tripuladas, além de acessar locais onde o ser humano poderia não chegar, também tornam possível a profissionais concentrar seus esforços em outras atividades – a utilização desses equipamentos torna possível identificar os focos de incêndio com rapidez e precisão impensáveis até anos atrás.

Os satélites, por sua vez, propiciam a visualização de extensas áreas, o que possibilita monitorar e alerta quanto a algum foco de incêndio. Há ainda a possibilidade de verificar a direção do vento, além do histórico de focos ocorridos anteriormente, e, de acordo com o clima e a umidade, também se faz possível constatar quais áreas estão suscetíveis a ter novos focos - o monitoramento por satélite permite caracterizar a ação do fogo, tanto para identificar o início dos incêndios florestais quanto para planejamento de ações preventivas e de combate.

Certamente, a tecnologia de hoje não será a mesma de amanhã; afinal, ela está sempre em movimento. Ainda assim, e mesmo ciente de que mudanças virão, resta claro que tecnologias, de maneira geral, quando bem utilizadas e direcionadas ajudam (e seguirão ajudando) a preservar o planeta que habitamos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.L.P. de. **Como elaborar monografias.** 4. ed. rev. e atual. Belém: Cejup, 1996. cap. 4, p. 101-110.

ALVES, Taís Araújo da Silva. **Tecnologias de informação e comunicação (tic) nas escolas**: da idealização à realidade. 2009. 134 f. TCC (Doutorado) - Curso de Ciências da Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009. Disponível em: https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/1156/1/Taises%20Araujo%20-%20versao%20final%20da%20dissertacao.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

BATISTA, Antônio Carlos. **Detecção de incêndios florestais por satélites**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004. 5 p. Disponível em: file:///C:/Users/marlo/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/2402-4672-1-PB.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.

FUNDEP (org.). Tecnologia criada na UFMG auxilia previsão e combate de incêndios ambientais. 2020. Disponível em: https://www.fundep.ufmg.br/tecnologia-criada-na-ufmg-auxilia-previsao-e-combate-de-incendios-ambientais/. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Governo do Brasil. Governo do Brasil (ed.). Conheça tecnologias que podem ajudar no controle do fogo e no combate a incêndios: empresas de várias partes do mundo apresentaram suas inovações durante a wildfire 2019. Belo Horizonte: Governo do Brasil, 2019. Disponível em: https://bloghttps://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2019/10/conheca-tecnologias-que-podem-ajudar-no-controle-do-fogo-e-no-combate-a-incendioss.canalrural.com.br/florestasa/2020/02/04/prevencao-combate-informacao-incendios-florestais/. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL. INPE. (org.). **Missão Amazônia**: tecnologias e programas estaduais auxiliam na redução dos índices estaduais. Belo Horizonte: Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2021. Disponível em: http://www.inpe.br/amazonia1/amazonia.php. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRILHANTE, M.M.; FIEDLER, N.C. **Incêndios florestais no Parque Nacional da Serra da Canastra: desafios para a conservação da biodiversidade**. CIÊNCIA FLORESTAL, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 157-168, 2004.

CAMILLO, J.R. **Manual de Prevenção e Combate a Incêndio.** 12. ed. São Paulo: SENAC. 2010.

CANAL AGRO. **Tecnologia na agricultura pode auxiliar na sustentabilidade**: exemplos de tecnologia aliada à sustentabilidade. Exemplos de tecnologia aliada à sustentabilidade. 2020. Disponível em: https://summitagro.estadao.com.br/tendencias-e-tecnologia/tecnologia-na-agricultura-pode-auxiliar-na-sustentabilidade/. Acesso em: 28 abr. 2022.

CENTRAL FLORESTAL (comp.). **As brigadas de incêndios e as Unidades de Conservação**. Disponível em: http://www.centralflorestal.com.br/2018/12/o-engenheiro-florestal-no-funcionamento.html. Acesso em: 19 maio 2021.

CODEBUDDY. **Tecnologia e Meio Ambiente:** conheça 5 soluções tecnológicas para ajudar o planetae o meio ambiente. 2021. Disponível em: https://www.codebuddy.com.br/blog/tecnologia-e-meio-ambiente-conheca-5-solucoes-tecnologicas-para-ajudar-o-planeta/. Acesso em: 28 abr. 2022.

COZER, Carolina. **Inovações no combate às queimadas**. Belo Horizonte: Whow, 2020. Disponível em: https://www.whow.com.br/tecnologia/inovacoes-no-combate-as-queimadas/. Acesso em: 04 maio 2021.

GIFEL - ENGENHARIA DE INCÊNDIO (ed.). **Incêndios florestais: como começam e como combatê-los**. Disponível em: https://www.gifel.com.br/incendios-florestais-como-comecam-e-como-combate-los/#:~:text=Crie%20uma%20linha%20de%20fogo,um%20ataque%20indireto%20ao%20inc%C3%AAndio. Acesso em 26 fev.2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

GOIÂNIA. Vários Colaboradores. Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. **Manual operacional de bombeiros**: prevenção e combate a incêndios florestais. 2. ed. Goiás: Secretaria Geral do Cbmgo, 2017. 260 p. Disponível em: https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/MOB-FLORESTAL.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Prevenção e combate aos incêndios e queimadas florestais, 2011.https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/1034-prevencao-e-combate-aos-incendios-e-queimadas-florestais Acesso em: 08 novembro 2021.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MASSETTO, Giovana (ed.). **Prevenção, combate e informação são ferramentas contra incêndios florestais**: tecnologias e programas estaduais auxiliam na redução dos índices estaduais. Belo Horizonte: Canal Rural, 2020. Disponível em: https://blogs.canalrural.com.br/florestasa/2020/02/04/prevencao-combate-informacao-incendios-florestais/. Acesso em: 14 abr. 2021.

OLIVEIRA, Henrique. 4 aplicações da internet 5G no agronegócio: Segundo o governo federal, a conexão 5G deve chegar ao Brasil em 2022. **Família Nação Agro**, [*S. l.*], p. 1, 4 ago. 2021. Disponível em: https://www.nacaoagro.com.br/dicas/4-aplicacoes-da-internet-5g-no-agronegocio/. Acesso em: 26 nov. 2021.

REVISTA INCÊNDIO (ed.). **Novos meios tecnológicos para a redução de incêndios florestais**. São Paulo: Grupo CipaFiera Milano, 2009. Disponível em: https://revistaincendio.com.br/tecnologia-reduz-tempo-de-deteccao-e-combate-incendios-para-preservacao-ambiental/. Acesso em: 26 fev. 2021.

SANTOS, Helivania Sardinha dos. **Meio Ambiente**: o que é meio ambiente? Disponível em: https://www.biologianet.com/ecologia/meio-ambiente.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.

SEITO, A. I.; GILL, A. A.; ONO, F. D. P. R.; SILVA, S. B.; CARLO,U. D.; SILVA, V. P. **Asegurança contra incêndio no Brasil.** São Paulo: Projeto Editora, 2008.

SILVA, E.M.A. **Prevenção Contra Incêndios.** Clube de Autores. Disponível em: https://clubedeautores.com.br/livro/prevencao-contra-incendios. Acesso em: 12/11/2021.

SIGNIFICADOS.O que é Tecnologia. 2022. Disponível em: https://www.significados.com.br/tecnologia-2/. Acesso em: 28 abr. 2022.

SOARES, R.V. **Índices de Perigo de Incêndio**. UFPR. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/5732/4172 . Acesso em: 12/11/2021.

SOUSA, Alessandro Ribeiro de.**Tecnologia e Meio Ambiente**. Inhumas, 2012. 110 p. Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_prd_industr/tec_acucar_alcool/161012_tec_meio_amb.pdf. Acesso em: 04 maio 2021.

SOUSA, R. **Período Paleolítico**. Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiag/pre-historia-da-america.htm. Acesso em: 12/11/2021.

TECNOLOGIA ambiental: como a tecnologia ajuda o planeta? **Ingrammicro**, [*S. l.*], p. 1, 15 set. 2020. Disponível em: https://blog.ingrammicro.com.br/tecnologia-e-sustentabilidade/tecnologia-ambiental/. Acesso em: 26 nov. 2021.

VIANNA, T.A. **O conhecimento da população e a prevenção e combate a incêndios residenciais.** AFENGE. Disponível em: http://docplayer.com.br/8104313-O-conhecimento-da-populacao-e-a-prevencao-e-combate-a-incendios-residenciais.html. Acesso em: 12/11/2021.

VICÁRIA, Luciana. **Sua casa está imune ao fogo?** Revista Época. Disponível em: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI155642-15518,00.html.Acesso em: 12/11/2021.

WEBBRA. **Tecnologias inovadoras para combate a incêndio e pânico**. São Paulo: Webbra, 2021. Disponível em: https://www.webbra.com.br/blog/tecnologias-inovadoras-para-combate-a-incendio-e-panico. Acesso em: 04 maio 2021.

Os Impactos Do Mapeamento De Processos Para Uma Empresa De Segurança Do Trabalho

The Impacts Of Process Mapping For A Work Safety Company

Deivid Edson Andrade Vilela[1]

Marden Passos Garcia[2]

Renan Rodrigues Leite[3]

Nelson Ferreira Filho[4]

Resumo: Este artigo visou analisar o impacto do mapeamento de processos na melhoria dos processos de uma empresa de Consultoria em Saúde e Segurança do Trabalho. Como objetivos específicos, buscou-se descrever o processo atual da empresa, no âmbito do levantamento de riscos ambientais, identificar os gargalos que impactam nos processos de elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) realizando entrevistas com os colaboradores envolvidos e estudar o impacto dos gargalos identificados na prestação de serviço.

Palavras-chave: Mapeamento de Processos, Melhoria de Processo, Identificar Gargalos, Impacto dos Gargalos.

Abstract*: This article aimed to analyze the impact of process mapping in improving the processes of a Health and Safety Consulting company. As specific objectives, we sought to describe the company's current process, within the scope of the survey of environmental risks, to identify the bottlenecks that impact the processes of elaboration of the Risk Management Program (RMP) by conducting interviews with the employees involved and studying the impact bottlenecks identified in service provision.*

Keywords*: Process Mapping, Process Improvement, Identifying Bottlenecks, Impact of Bottlenecks.*

[1]Graduando do curso de Engenharia de Produção. Faculdade Kennedy.

E-mail: deivid.vilela@soukennedy.com.br,

[2]Graduando do curso de Engenharia de Produção. Faculdade Kennedy.

marden.garcia@soukennedy.com.br,

[3]Graduando do curso de Engenharia de Produção. Faculdade Kennedy.

renan.leite@soukennedy.com.br

[4]Doutor em Engenharia de Produção, Professor e Orientador. Faculdade Kennedy

E-mail: nelson.filho@somoskennedy.com.br

1 INTRODUÇÃO

No mercado atual, que está cada vez mais competitivo, um dos grandes diferenciais das empresas prestadoras de serviço é o prazo de entrega sem perder a qualidade do serviço.Em uma empresa, tudo necessita ser planejado e organizado antes para que ela possa alcançar o objetivo final com eficiência, eficácia e excelência e produzir resultados além das expectativas (CHIAVENATO, 2010).

Na busca de alcançar os resultados almejados, as empresas devem definir, organizar e atualizar seus processos para se manter competitiva, pois, de acordo com Chiavenato (2010, p. 25) este é “um caminho sem fim no qual a criatividade e a inovação constituem as ferramentas indispensáveis para enfrentar a competição global”.

Em uma empresa existem diversos desafios, sejam eles internos ou externos, mas primeiro é preciso resolver os problemas internos, que estão exclusivamente a cargo da organização e cabe somente a ela fazer as devidas melhorias para depois voltar-se aos externos à empresa, ou seja, é preciso organizar a empresa de dentro para fora com o objetivo de preparar-se para enfrentar os desafios do mercado.

Para Toniazzo (2019, p.49) “toda organização desenvolve diversas atividades que levam à produção de resultados”, ainda segundo Toniazzo (2019) o conjunto dessas atividades podem ser definidas como processos.

O tema planejar e organizar através do mapeamento de processos é antigo, e cada vez mais se mostra ser de grande importância, e diante disto, este artigo tem o objetivo de responder a seguinte questão: Quais os impactos do mapeamento de processos para uma empresa de segurança do trabalho?

Processo em resumo, é a simples sequência de atividades, de tarefas a serem executadas para que se chegue a um determinado resultado, que por sua vez precisa estar previamente estabelecido e alinhado com todos os agentes envolvido nas atividades a serem desempenhadas. São sequências de atividades a serem realizadas para alcançar um determinado resultado, a resolução de um problema ou a criação de um produto. O processo pode ser visto como uma série de atividades ligadas ao objetivo que interliga pessoas, sistemas e às necessidades específicas das partes envolvidas.

Os processos são a espinha dorsal de qualquer organização, eles são a maneira de atingir metas, definir objetivos e medir o desempenho, primeiramente precisam ser definidos para somente após ser gerenciado, executar sem definir é um enorme desperdício de tempo e dinheiro, segundo (PIRES, 2021).

O mapeamento de processos é uma ferramenta inestimável para o crescimento de uma empresa. É um método de sistematizar seu processo e avaliar seu desempenho fornecendo uma estrutura valiosa para organizar os processos e avaliá-los em detalhes, a fim de melhorá-los, além de identificar seus gargalos e ineficiências. A técnica permite identificar oportunidades de melhoria antes que se tornem problemas, ao mesmo tempo em que fornece uma abordagem metódica para realizar uma auditoria que pode identificar falhas ou indicar melhorias. “O mapeamento de processos permite documentar, de forma clara, o fluxo de entradas e saídas de rotinas e informações” (FIELDS, 2018, p.18).

O levantamento e o mapeamento dos processos podem ser definidos como uma forma de analisar e modelar todas as atividades que fazem parte da cadeia de valores de uma empresa, assim será possível ter uma visão macro do dos processos e identificar as falhas e as oportunidades de melhorias além de padronizar as atividades desempenhadas pelos colaboradores.

O objetivo do mapeamento de um processo é organizar e esclarecer as demandas advindas de cada operação, visando a assertividade das ações a serem executadas por parte dos colaboradores envolvidos naquela atividade.

O mapeamento de um processo busca identificar os processos atuais até a sua modificação e monitoramento, sempre buscando a melhoria continua em busca da qualidade do serviço com uma padronização da qualidade.

Em tempos de crise, assim como a que vivemos nos dias atuais devido à pandemia do Covid-19 (Corona vírus) onde muitas empresas e negócios têm passado por dificuldades financeiras, a adoção de uma metodologia como essa pode ser um grande diferencial para a manutenção e saúde do negócio otimizando gastos, diminuindo custos e melhorando a qualidade do serviço ou produto. Nos tempos atuais o mercado não busca somente o menor preço e sim um serviço de qualidade e se possível com o menor preço.

A globalização da economia acirrou a concorrência promovendo grande corrida ao aprimoramento tecnológico e busca de novas ferramentas para o desenvolvimento de processos de trabalho com melhor desempenho, produtividade e custos competitivos.

A qualidade de um serviço está ligada diretamente aos processos tomados para a realização dele. Com o intuito de um serviço cada vez melhor as empresas buscam métodos para melhorara organização de suas rotinas, padronizando processos e definindo regras para a execução dos mesmos.

Para chegar a um determinado nível de qualidade pode ser necessário realizar grandes mudanças, mas em alguns casos pequenas melhorias já causam um impacto positivo, podendo afetar somente um setor ou até mesmo uma organização por completo. As melhorias mais simples geralmente são aplicadas somente ao processo de trabalho, mas há melhorias que podem demandar ampliação do quadro de pessoal ou até mesmo aumento da estrutura física.

Com o foco na qualidade dos processos, o trabalho propôs a implantação de padronização de processos para as empresas de Saúde e Segurança do Trabalho. O propósito é ter um ambiente de trabalho com nível de qualidade superior ao dos principais concorrentes e buscando principalmente a satisfação dos clientes visando à fidelização dos mesmos.

O autor Oliveira (2019, p. 3) diz que “de forma geral ... podemos afirmar que a administração começou a se consolidar no início do século passado através de uma abordagem basicamente mecanicista, enfocando técnicas e processos administrativos”, mas ao longo dos anos essa abordagem mecanicista já não atingia os resultados esperados vindo posteriormente se consolidar uma abordagem mais comportamental objetivando os processos de médio e longo prazo.

Ainda segundo Oliveira (2019, p. 3), a abordagem comportamental apresenta uma sustentação de metodologias, técnicas e processos, principalmente pelos seguintes fatos:

- na administração, todos os instrumentos, sistemas e processos da empresa devem estar perfeitamente interligados;

- a administração está principalmente baseada nos indivíduos, pois esses representam o principal foco de conhecimento, bem como de informação, decisão, ação e avaliação de todas as atividades da empresa; e
- os indivíduos exercitam melhor a administração na medida em que o processo decisório está sustentado por metodologias, técnicas e processos, pois a interligação entre as diversas partes e atividades da empresa se torna mais lógica e evidenciada.

O conceito de padronização de processos se dá desde a da segunda metade do século XVIII com primeira Revolução Industrial, com a aceleração na produção veio o surgimento de novos processos de manufatura. O avanço tecnológico na Revolução Industrial permitiu o desenvolvimento de maquinário voltado para a produção, causando grandes transformações na economia mundial e vem evoluindo desde então, passando pelos processos de manufatura, máquinas a vapor, máquinas a combustão, máquinas elétricas e mais recentemente máquinas autônomas, com o objetivo de produzir cada vez mais e com maior qualidade.

Com o passar do tempo os processos fabris continuaram evoluindo, século XX, no Taylorismo e no Fordismo podemos identificar conceitos favoráveis à simplificação do trabalho através da melhoria sistemática na forma como as atividades são desempenhadas, que se tornaram referências para a produção em massa mapeando os processos dos trabalhos e identificando as possíveis melhorias, mas ainda muito focado no trabalho.

Já o Henry Gantt trouxe buscava monitorar as pessoas, criando e desenvolvendo o Diagrama de Gantt, ferramenta de gestão de projetos e controle de produção utilizada até hoje, caracterizado pela representação gráfica das etapas para a conclusão de um projeto, levando em consideração o tempo de sua realização e os recursos humanos e materiais necessários. Seu gráfico mostra de forma visual um painel com as tarefas a serem realizadas e a relação entre elas, quando as tarefas serão iniciadas, sua duração, responsável e previsão de término.

No Japão, na década de 60, nasceu à metodologia Lean Manufacturing (Manufatura Enxuta), que pode ser traduzida como produção enxuta. O conceito, que tem origem no Toyotismo, ou Sistema Toyota de Produção, tem como foco a satisfação do cliente.

Já na década de 80, surgiu o conceito Seis Sigma, que deu origem a um novo modelo de processos de negócio, buscando uma associação entre a análise de processos e técnicas estatísticas para controle de qualidade focando sempre em minimizar os problemas decorridos dos processos falhos já instalados na empresa.

Já nos anos 2000, vieram os conceitos de gestão de processos de negócio ou Business Process Management (BPM) (Gestão de Processos de Negócios), no qual a tecnologia da informação passa a ser parte imprescindível da gestão de processos, com auxílio da automação e monitoramento de desempenho a partir de softwares. Em 2004 foi introduzido o Business ProcessModelingNotation1.0(BPMN 1.0) (Notação de Modelagem de Processos de Negócios 1.0), sendo esse o primeiro padrão de notação de modelagem de processos e em 2011 o Business Process Modeling Notation 2.0 (BPMN 2.0) (Notação de Modelagem de Processos de Negócios 2.0) que trouxe o intercâmbio entre diversas ferramentas existentes no mercado normalizando a semântica de execução para todos os elementos BPMN, definindo um mecanismo de extensão para as extensões do modelo de processo e para extensões gráficas, melhorando a composição e correlação de eventos e ampliando a definição das interações humanas.

Atualmente as tecnologias possibilitam a utilização do BPM 4D com o auxílio da realidade virtual, é possível o uso BPM Cloud & Cognitive (BPM Nuvem & Cognitivo) no qual é utilizado a inteligência artificial para auxiliar na criação e no mapeamento dos processos.

Diante disto nos perguntamos: Qual o impacto do mapeamento de processos na melhoria dos processos de uma empresa de Consultoria em Saúde e Segurança do Trabalho situada em Belo Horizonte - MG?

Este artigo tem como objetivo geral analisar o impacto do mapeamento de processos na melhoria dos processos de uma empresa de Consultoria em Saúde e Segurança do Trabalho situada em Belo Horizonte – MG e possui como objetivos específicos descrever o processo atuais da empresa de e Consultoria em Saúde e Segurança do Trabalho, no âmbito do levantamento de riscos ambientais para elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), previsto na Norma Regulamentadora 01(NR-01), editada pela Portaria MTb nº 3214, em 8 de junho de 1978 e atualizada em 09 de março de 2020 pela Portaria SEPRT nº 6.730, identificar os gargalos que impactam nos processos de elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) realizando entrevistas com os colaboradores envolvidos e estudar o impacto dos gargalos identificados na prestação de serviço, tanto para a empresa quanto para os clientes que contratam esse serviço.

A justificativa dessa abordagem se deu devido à melhoria contínua na prestação de serviços e para que se obtenha um diferencial competitivo em um mercado tão competitivo, com a escolha do mapeamento de processos buscando a melhoria do processo se deu devido o apontamento nos indicadores de qualidade de atrasos na entrega dos Programas de Gerenciamento de Riscos. O atraso na entrega culmina numa série de problemas uma vez que o PGR é um programa exigido em lei a ser cumprida pelas empresas contratante além da insatisfação por parte do cliente.

O PGR é ponto de partida para diversas outras entregas e realização de outros serviços, como por exemplo, a elaboração do Programa de Controle de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e consequentemente a realização dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO). O atraso na entrega do PGR atrasa todos os demais serviços possuem dependência dele causando transtornos e problemas aos demais setores da empresa. Mitigar possíveis gargalos e diminuir o tempo de entrega do PGR se faz necessário para melhoria dos indicadores e da satisfação das empresas contratantes.

Pensando que sempre devemos procurar a melhoria contínua, em qualquer empresa teremos oportunidades de aprimorar os processos. Os gargalos e as melhorias que por ventura vierem a ser identificados nessa pesquisa podem se os mesmos que comprometem a eficiências de outras empresas do mesmo ramo, os clientes das empresas de Consultoria em Saúde e Segurança do Trabalho normalmente possuem uma urgência nas entregas dos programas por se tratarem de exigências legais e devido a dependência dos levantamentos de riscos ambientais para realização de outros serviços e principalmente para realização dos exames clínicos ocupacionais para liberação dos ASO.

O levantamento dos processos, a fim de mapeá-los e identificar possíveis gargalos e melhorias, normalmente apontam adequações simples de baixo impacto e custos, mas que trazem ganhos de como redução de custos, otimização de tempo de entrega, aumento da satisfação dos colaboradores e dos clientes.

O mapeamento dos processos é uma forma de planejamento e gestão que traça o fluxo no decorrer das atividades e tem como objetivo ter uma visão geral dos macros e dos micros processos, visando melhorar a eficiência da organização das empresas. É uma prática muito comum em empresas que querem se qualificar cada vez mais e em empresas que buscam a melhorias seja no âmbito da

produção ou na prestação de serviço, não sendo tão comum nas empresas de Consultoria de Segurança e Saúde do Trabalho.

Este trabalho servirá de auxílio para outras empresas na identificação de melhorias em seus processos, buscando está um passo à frente de seus concorrentes visando à melhoria contínua reduzindo ou mitigando as falhas identificadas e servirá de conhecimento acadêmico para futuras pesquisas, podendo auxiliar pesquisadores em seus projetos de pesquisa com conhecimento teórico da utilização do mapeamento de processo. Dessa forma esse trabalho pode auxiliar no crescimento acadêmico de qualquer interessado no tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEFINIÇÃO DE PROCESSO

Processo pode ser definido como a forma que é realizada uma atividade ou operação, para Campos (1992) se trata de um conjunto de fatores que ocorrem para se obter um resultado final,no qual a empresa é um processo e dentro dela existem vários processos que levam ao resultado esperado, não se trata somente processos produtivos, mas também de processos de serviços. O objetivo é produzir um efeito específico denominado produto do processo (FILHO; DRUMOND, 1994, p. 11).

Segundo o Guia BPM CBOK (2009, p. 37), um processo “é uma sequência definida de atividades ou etapas, executadas por equipamentos ou pessoas que tem por objetivo atingir uma meta”.

Wildauer e Wildauer(2015, p. 21), afirmam que o “processo é um conjunto finito, sequencial e ordenado de passos que devem ser executados para transformar um insumo (uma entrada) em algo útil (uma saída), válido que atenda as especificações predefinidas [...]”.

Para Oliveira (2006 apud WILDAUER e WILDAUER, 2015 p. 23), descreve processo, em termos da administração, como:

> Um conjunto estruturado e intuitivo das funções de planejamento, organização, direção e avaliação das atividades sequenciais, que apresentam relação lógica entre sim, com finalidade de atender e, preferencialmente, suplantar, com minimização de conflitos interpessoais, as necessidades e expectativas dos clientes externos e internos da empresa.

De acordo com Junior (2016) um processo se dá através de uma ordem lógica das atividades de uma determinada empresa com o início em um determinado evento e possui como resultado algo observável, Junior (2016, p. 47) cita como exemplo “um pedido de um produto que dispara um conjunto de atividades para que essa demanda seja atendida”, nesse contexto o gatilho do processo é o pedido e dele decorrerá diversos processos para que esse evento seja finalizado com sucesso, o registro do pedido no sistema, comunicação desse pedido aos demais setores envolvidos, logística e

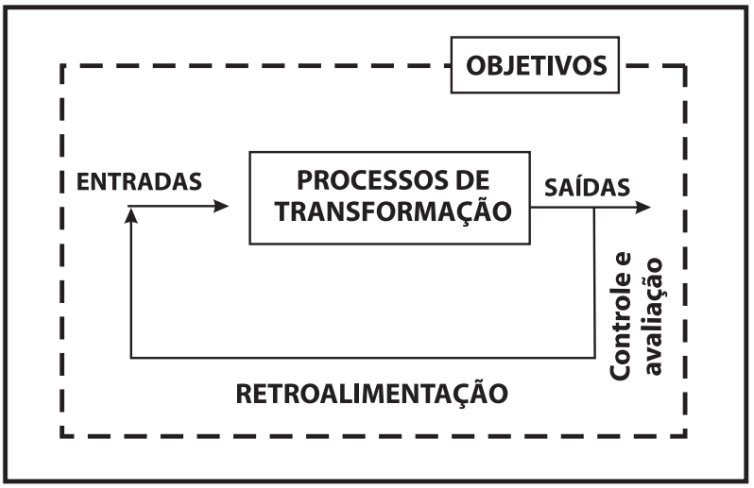
compra, produção do produto ou execução do serviço, etc. são todos processos correlacionados ao processo principal que irão resultar na entrega ao cliente.

Já Rocha (2017, p. 7) conceitua um processo organizacional como “conjunto de atividades que evoluem de forma interdependente, envolvendo recursos humanos, materiais e financeiros, procedimentos e informações.” Por meio do mapeamento e da modelagem dos seus processos organizacionais que uma empresa entregará valor ao cliente.

Davenport (1994) define que processo é um conjunto de atividades estruturadas que são realizadas pelas organizações para atender a um determinado cliente ou mercado.

Processos são descritos como uma sequência lógica de atividades com um início e um fim com o intuito de transformar insumos em produtos ou serviços, porém sem gerenciamento eficaz isso pode ser considerado desconexão entre departamentos. Todo processo tem como base uma entrada, o processamento de algo e uma saída que se trata da entrega esperada conforme ilustrado na figura 1 a seguir:

Figura 1– Fluxograma do Processo



Fonte: Disponível em: <https://www.sabesim.com.br/conceitos-atividades-tarefas-processos-macroprocesso/>. Acesso em: 14 de junho de 2022.

Todo processo tem como premissa a transformação de algo, as entradas do processo são modificadas pelo seu executor, por meio de ferramentas e técnicas apropriadas, gerando algo diferente no final, ou seja, criando uma saída diferente da entrada (ROCHA, 2017, p.75).

"As entradas seriam matérias-primas, como borracha, plástico... já as saídas são os produtos ou serviços que são gerados, podendo ser uma cadeira, um carro..." (SILVA, 2015, p.11).

Segundo Rocha (2017, p.10), as principais características do processo são:

- apresentar objetivos bem definidos e alinhados ao negócio da organização;
- definir o uso de recursos necessários para a execução das atividades do processo;

- realizar medição e monitoramento de desempenho em busca da melhoria contínua;
- apresentar resultados que geram valor ao cliente.

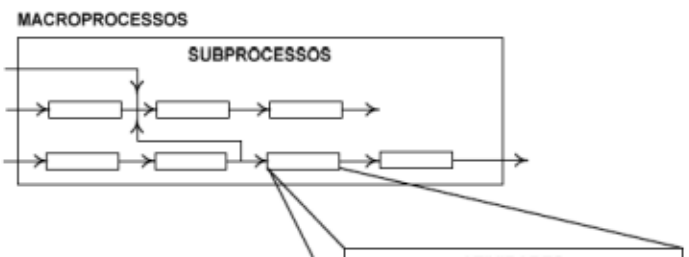
2.2 INTERDEPENDÊNCIA ENTRE PROCESSOS

Normalmente há uma sucessão de eventos relacionados ao primeiro, para Baum (2021),há uma hierarquia que parte de uma visão ampla para uma visão mais próxima, onde temos quatro pontos críticos que precisam de atenção:

> **Atividades**: na definição de Gestão de Processos é a ação executada, ou seja, é a ação que dá suporte aos objetivos da empresa. Podemos simplificar relacionando as atividades a "o quê" será feito e "como" isso será feito ao longo dos processos.
>
> **Tarefa**: são processos só que em um nível superior de detalhamento. Dessa forma, as tarefas demonstram as atividades sequenciais, e também as interdependentes, e os fluxos de trabalho suficientes e necessários para que cada processo da organização seja executado.
>
> **Processo**: são as atividades sequenciais que agregam valor, recebe entradas, transformando-as em resultados para a empresa. Os processos devem ter o começo e o fim determinados, além de contar como ações lógicas e claras para gerar os resultados de forma independente.
>
> [...]
>
> Lembre-se que no processo não há início ou fim do processo, mas sim início e fechamento das tarefas, que podem ser reiniciadas a qualquer momento quando for necessário.
>
> **Subprocesso**: parte de um processo que, interligada a outro subprocesso, tem como saída um objetivo que ajuda as organizações a realizar sua missão;
>
> **Macroprocesso**: é o meio pelo qual a organização reúne os grandes conjuntos de atividades para gerar valor e cumprir a sua missão. Dentro do macroprocesso estão as funções de organização, e é essencial que elas estejam sempre alinhadas aos objetivos organizacionais da sua empresa.Disponível em: <https://www.sabesim.com.br/conceitos-atividades-tarefas-processos-macroprocesso/>. Acesso em: 01 de fev. de 2022.

Na figura 2 é possível observar sequência lógica de um processo, sendo decomposto em várias outras atividades e tarefas que possuem interdependência entre elas.

Figura 2– Hierarquia de processos

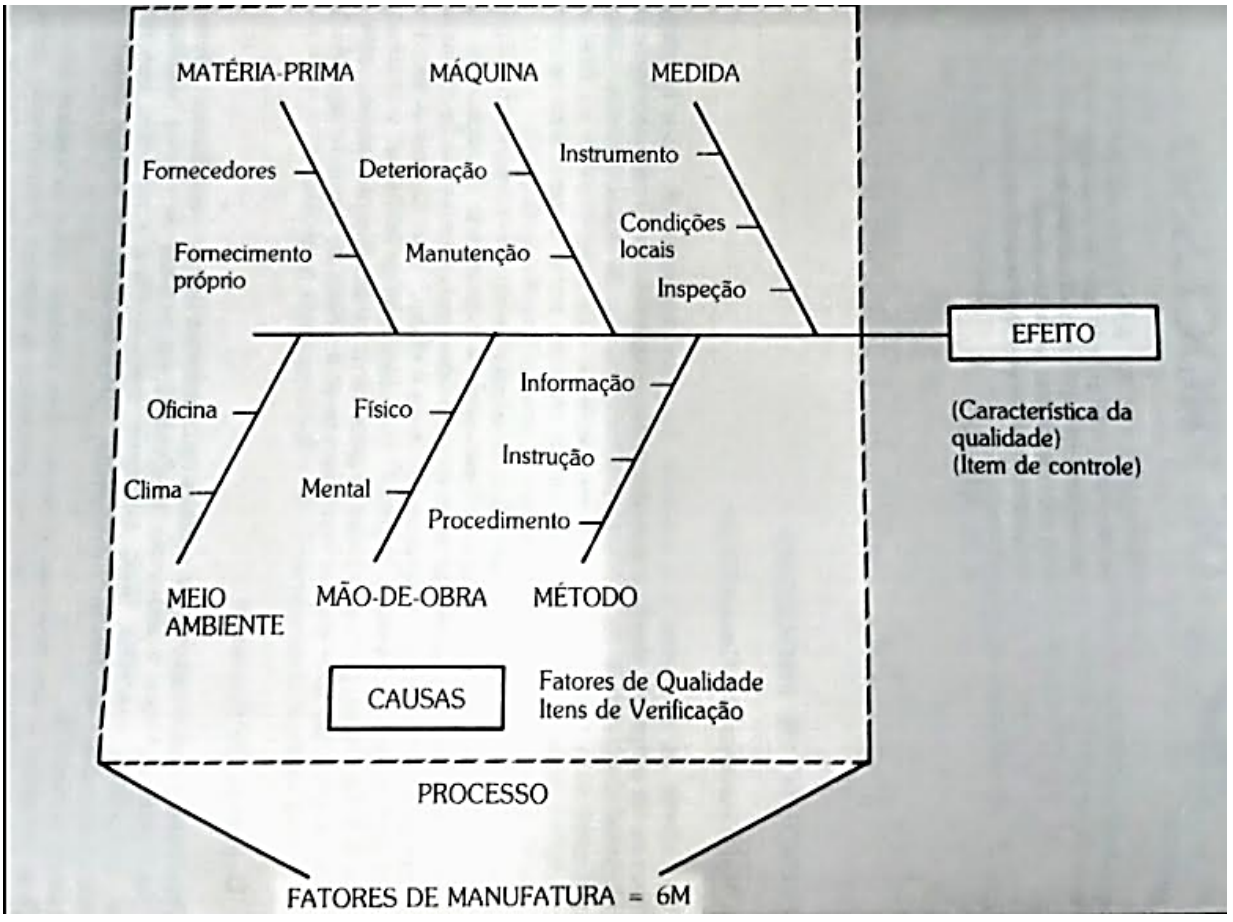


Fonte: Harrington, 1993, p. 34.

Uma empresa se comporta como um macroprocesso e dentro dela temos diversos processos, subprocessos, tarefas e atividades que dão suporte para que o objetivo principal seja alcançado.Essa divisibilidade dos processos em atividades e tarefas menores permite que seja feito uma gestão mais eficaz de cada um deles, melhorando assim o controle do processo como um todo, dessa forma é mais fácil encontrar os problemas e agir rapidamente sobre a sua causa (CAMPOS, 1992).

Na figura 3 temos o Diagrama de Ishikawa, ele exemplifica como é relacionadoà interdependência entre os processos, subprocessos, atividades e tarefas dos diversos setores e departamentos da empresa com o processo principal.

Figura 3 – Diagrama de Ishikawa



Fonte: Campos, 1992, p. 18.

2.3 MAPEAMENTO DE PROCESSO

O mapeamento de processo é um dos métodos de gerenciamento de processos, sua utilização visa proporcionar maior visibilidade ao negócio da empresa, por meio de um diagrama de fluxograma visualizados todos os processos ocorridos no dia-a-dia da organização e identificar falhas e/ou oportunidades que podem gerar ganhos ou perdas para a empresa.

Mapear os processos é fundamental, “mais do que isso, o mapeamento dos identifica de maneira simples o funcionamento da operação, permitindo, por um lado, uma visão comum do sistema para todos os colaboradores” (JUNIOR, 2016, p.47).

Junior (2016, p. 50) lembra que não se faz necessário modelar detalhadamente todos os processos da empresa, embora em alguns caso seja necessário, forma geral ele informa os principais objetivos da modelagem e do mapeamento de processos de negócios:

- Obter uma apresentação da empresa comum a todos;
- Obter um melhor entendimento do funcionamento da empresa;
- Apoiar o desenvolvimento e as mudanças na empresa;
- Facilitar o controle e o monitoramento das operações;
- Facilitar a gestão da complexidade dos processos;
- Captar o conhecimento “disperso” pela empresa;
- Identificar, selecionar e monitorar indicadores de desempenho;
- Fundamentar a reengenharia dos processos.

Dentre outros benefícios do mapeamento do processo, Wildauer; Wildauer (2015, p. 18) destacam os seguintes:

- Planejar o que será produzido;
- Executar o que está planejado;
- Estabelecer padrões de tempo;
- Facilitar o fluxo da produção;
- Acelerar a produção;
- Estimar;
- Controlar.

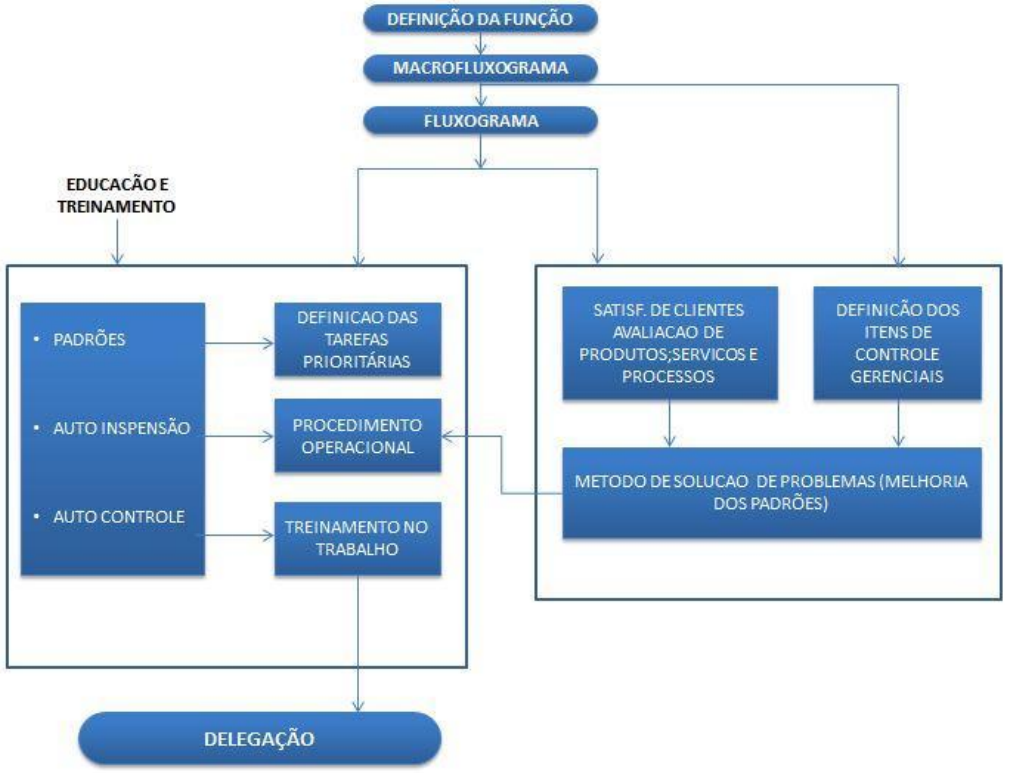
Definir os fluxogramas tem grande valia na padronização do processo, essa definição deve contar com a colaboração das pessoas que ali trabalham envolvidas nas atividades relacionadas ao processo. Uma constatação feita por Campos (1992) foi a de que em um determinado setor, no qual temos 20 colaboradores, separando-se quatro grupos com 05 integrantes cada, ao solicitar que seja desenhado o fluxograma do processo de trabalho por cada grupo, ao final teremos quatro fluxos diferentes. As faltas de padrão e de gestão por parte das empresas comprometem a qualidade do produto ou serviço a ser entregue o cliente final.

O principal objetivo de um processo é promover a satisfação das pessoas, tendo como o foco o cliente, pois sem o cliente não há razão de existir o processo. A satisfação do cliente é o fator garantidor da existência da organização, para garantir a qualidade de um processo são necessários

que se conheçam os fornecedores, quais são seus produtos ou serviços e quem são seus clientes (FILHO, 1994).

A qualidade estará ligada diretamente ao cumprimento dos processos e fluxos definidos, a figura 4 aponta “[...]em seu lado esquerdo inferior o cumprimento dos padrões assegurados pelos procedimentos operacionais padrão e pelo treinamento no trabalho” (CAMPOS, 1992, p. 55).

Figura 4 – Procedimentos Gerais Simplificados



Fonte: Campos, 1992, p. 46.

Cada pessoa envolvida no processo tem um papel fundamental para garantir a qualidade do produto ou serviço, sem o empenho de todos os colaboradores envolvidos a qualidade final fica prejudicada. É comum que algumas pessoas não tenham a devida noção da importância da sua atividade para o resultado requerido, alguns mais outros menos, mas todos os processos afetam diretamente ou indiretamente na qualidade, por tanto o gerente deve se preocupar com todos os setores envolvidos no processo (FILHO, 1994).

Uma empresa tem como seu principal objetivo atender as expectativas dos seus consumidores, dessa forma o objetivo principal da empresa será satisfazer as pessoas afetadas por ela (CAMPOS, 1992).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ABORDAGENS

A pesquisa será no âmbito qualitativo, com o levantamento das informações através de entrevista e observações dos processos de trabalho que envolve o ponto a ser abordado. Para Vieira (2010, p.88) “a pesquisa qualitativa é marcantemente indutiva (fugindo, portanto, da prática tradicional de se testar hipóteses)”.

A pesquisa qualitativa busca entender o comportamento das pessoas, bem como suas opiniões, conhecimentos, crenças e etc. estando assim relacionada com o significado dado pelas pessoas a suas experiências. Uma pesquisa qualitativa se dá através entrevistas, organização de grupos de discussão, fazendo observação direta, analisa discursos e documentos (VIEIRA; HOSSNE, 2015).

Para Vieira (2010) os pesquisadores devem detalhar oque foi observado em campo buscando informações junto a pessoas que vivenciaram um o fato ou objeto a ser estudado, reunir documentos, realizar entrevistas, observar a interação no ambiente buscando o maior nível de detalhes.

A pesquisa objeto deste trabalho é exploratória e descritiva, pois visa levanta informações referentes ao processo de trabalho atual, realizando o mapeamento dos processos através de observação e entrevista com os profissionais que atuam diretamente no processo.

Ainda para Vieira (2010, p.47) “uma pesquisa exploratória se justifica, portanto, em toda a tarefade levantamento de dados, entrevistas para formar um dossiê e para a confecção de relatórios que venham demonstrar a relevância de determinado problema”.

3.2 MÉTODOS DE PESQUISA

A pesquisa se enquadra como Estudo de Campo, através das entrevistas e observações a serem feitas na junto aos colaboradores da empresa, e como Estudo de Caso por analisar o processo específico da empresa de Consultoria em Saúde e Segurança do Trabalho.Uma pesquisa exploratória se justifica no que tange o levantamento de dados, para embasar um relatório que tenha relevância no esclarecimento de determinado problema, a entrevista é uma das principais ferramentas de análise de dados (VIEIRA, 2019).

Segundo Vieira; Hossne (2015), pesquisa é uma investigação sistemática que busca rever ou ampliar o conhecimento já existente, descobrindo fatos novos, discutindo pensamentos, refletindo sobre antigas conclusões, inovando tecnologias e estabelecendo novas teorias.

A pesquisa tem como objetivo descobrir respostas mediante a aplicação de método científico, como dito por Barros; Lehfeld (2000 apud PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 42) a finalidade da pesquisa é

“resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos”.Assim Prodanov; Freitas (2013, p. 42) concluem que “pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada”.

3.3 COLETA DE DADOS E INSTRUMENTO DE PESQUISA

Colher os dados é de suma importância, eles nos forneceram as informações necessárias para análise e compreensão do problema, Bastos; Ferreira (2016, p. 156) afirmam que os dados são “os meios pelos quais o pesquisador obterá as informações que lhe permitirão obter respostas ao problema da pesquisa, além da pesquisa bibliográfica”. Podemos ainda considerar como que os meios mais comuns são os documentos, os questionários, as entrevistas e a observação (BASTOS; FERREIRA, 2016).

Vale levar em consideração que “coleta de dados por meio da aplicação de questionários a grupos de pessoas pode ser mais bem utilizado se as perguntas forem abertas, viabilizando uma discussão que objetive a defesa de pontos de vista diferentes” (VIEIRA, 2010, p. 96).

A coleta de dados se dará via entrevista face a face por meio de observação direta no local onde o processo ocorre e será conduzida pelos autores desta pesquisa juntamente com os colaboradores envolvidos nas etapas do processo de elaboração do PGR. Os dados serão coletados por meio de um formulário impresso a fim de entender e mapear o processo e para que posteriormente seja realizada a análise dos dados coletados.

3.4 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA

A pesquisa se limita a um estudo bibliográfico, para embasamento da análise do processo de elaboração do PGR e será realizada dentro da empresa de Consultoria em Saúde e Segurança do Trabalho, junto a sete colaboradores, dentre pessoal do administrativo, técnicos de segurança do trabalho e engenheiros de segurança do trabalho, que estão diretamente ligados ao processo de levantamento dos riscos ambientais, bem como aos dados fornecidos pelos clientes.

De acordo com Marconi; Lakatos (2017) a delimitação do universo explicará quais pessoas, coisas, fenômenos... serão pesquisados, agrupando as características que esses grupos possuem em comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem e etc.

Segundo Gil (2008 apud PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 58) “os levantamentos por amostragem desfrutam hoje de grande popularidade entre os pesquisadores sociais, a ponto de muitas pessoas chegarem mesmo a considerar pesquisa e levantamento social a mesma coisa”.

A delimitação do universo trás diversos benefícios, “entre as principais vantagens dos levantamentos, estão: conhecimento direto da realidade; economia e rapidez; quantificação” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 58).

A escolha pela empresa se deu pelo entendimento de que seja possível a adequação de seus processos a fim de torná-la mais ágil e competitiva, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados serão registrados em formulários e analisados através dos seus fluxos que serão mapeados na ferramenta BizagiModeler. O mapeamento dos fluxos nos dará uma visão ampla, o que possibilitará encontrar os pontos de melhorias e identificar os possíveis gargalos.De acordo com Vieira (2019, p.104) “o maior objetivo dessa análise seria interpretar as informações contidas no documento analisado, decifrando seus significados explícitos e implícitos”. Ainda de acordo com Vieira (2019) a análise dos dados possui três etapas básicas: a pré-análise, a exploração do material coletado e o tratamento dos dados obtidos.

Será realizada uma análise geral, considerando o problema de pesquisa e os objetivos, além do levantamento bibliográfico. A pesquisa qualitativa terá seus dados avaliados, agrupados, tabulados e o processo mapeado com o objetivo de promover uma percepção mais abrangente dessa pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para essa análise foi realizada entrevistas com os profissionais do setor de engenharia de segurança do trabalho que possuem ligação direta com a elaboração dos Programas de Gestão de Risco (PGR), além da consulta aos relatórios de pesquisa de satisfação preexistentes na empresa, afim de identificar e modelar os processos atuais afim de identificar os principais gargalos que impactam na entrega do serviço.

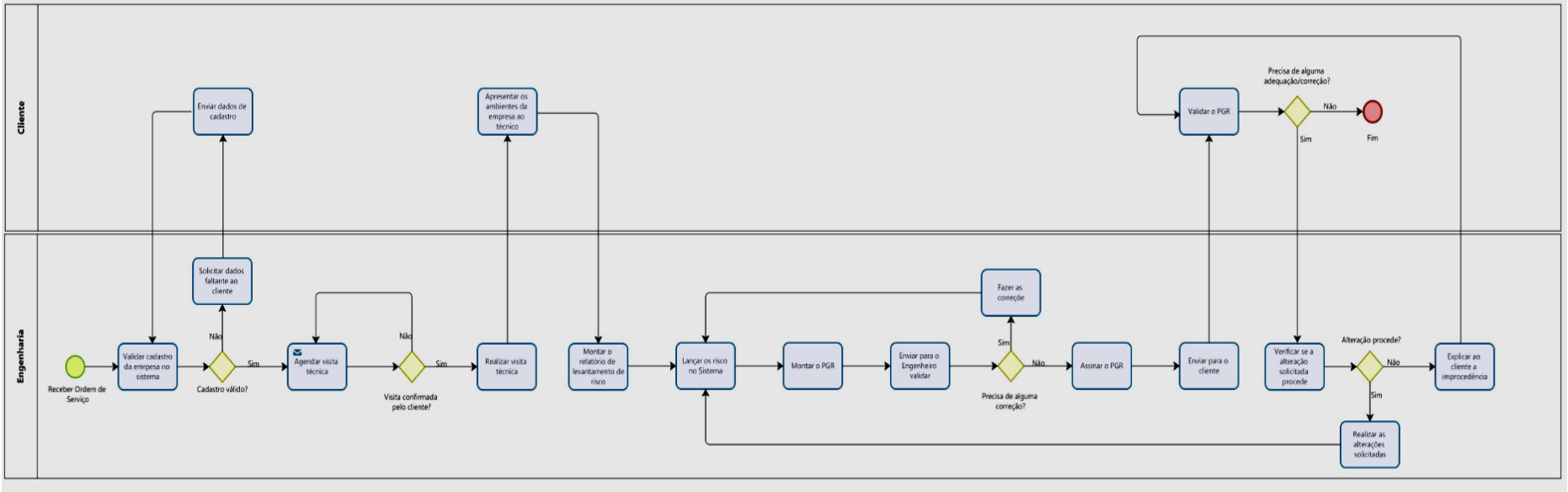
Participaram da entrevista os Engenheiros de Segurança do Trabalho responsáveis legais pelos Programas, os Técnicos de Segurança do Trabalho responsáveis pela visita técnica nos estabelecimentos das empresas clientes e pela elaboração dos Programas, a Coordenadora do setor de engenharia responsável pela logística das visitas técnicas e pelo controle das entregas dos Programas e o Gerente responsável pelo setor de engenharia.

A coleta dos dados se deu por meio de formulário impresso que posteriormente foi tabulado em uma planilha por meio do programa *Microsoft Excel*, e para a modelagem dos processos foi utilizado a ferramenta *BizagiModeler*. Com os resultados obtidos foram criados gráficos e os mesmos proporcionaram uma análise descritiva para um melhor entendimento dos resultados.

Diante dos dados coletados e do processo atual modelado, foi possível ter uma visão macro do processo de elaboração do Programa de Gerenciamento de Risco e identificar os principais pontos de atenção e de melhoria, assim sendo possível propor uma nova abordagem que poderiam melhorar o processo e a satisfação dos clientes.

Abaixo temos o fluxo atual das atividades e uma síntese de todo o processo:

Figura 5 – Fluxo do Processo de Elaboração do PGR



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

De acordo com Rocha (2017, p. 87) “a modelagem deve considerar o detalhamento da representação e a padronização na sua construção, de forma que o modelo possa ser compreendido por todos os envolvidos”, portando detalhamos as atividades a seguir.

O processo se inicia com o recebimento da Ordem de Serviço que é enviada pelo setor de Pós Vendas após a contratação do PRG por parte do cliente, ao receber a Ordem de Serviço o coordenador da engenharia encaminha a demanda para um técnico de segurança do trabalho de acordo com a disponibilidade de agenda e demanda de serviço do técnico.

O técnico valida os dados cadastrados no Sistema, esses dados são enviados previamente pelo cliente em uma planilha, nessa planilha consta os dados básicos para construção da hierarquia da empresa dentro do Sistema. A hierarquia é composta pelos dados da empresa, como, CNPJ, Razão Social, Endereço Completo, na planilha também consta a relação dos setores, cargos e dados dos colaboradores da empresa contratante do serviço, além de conter a descrição detalhada das atividades desempenhada por cada cargo. Se a planilha estiver devidamente preenchida segue o fluxo, caso esteja faltando alguma informação, precise de alguma correção ou precise esclarecer algum ponto, a planilha é reenviada para o cliente solicitando as correções ou os esclarecimentos.

Uma vez estando os dados da planilha devidamente validados o próximo passo é a realização do agendamento da visita técnica para o levantamento dos riscos ambientais que serão as informações base para elaboração do PGR, a visita depende da confirmação da agenda do cliente pois o mesmo deverá acompanhar e apresentar os ambientes da empresa ao técnico responsável pelo levantamento dos riscos.

Na empresa do cliente o técnico elabora um relatório em um formulário eletrônico e nele é descrito todas as informações levantadas no que tange a relação dos riscos físicos, químicos e biológicos ou até mesmo a informação da ausência de ricos e o cargo de acordo com as atividades desempenhadas pelos colaboradores. Essa avaliação é feita por cargo, o técnico precisa observar as atividades desempenhadas pelos colaboradores nas suas rotinas diária, dependendo do porte da empresa a visita pode durar horas ou até mesmo dias, o prazo para conclusão do levantamento dos riscos depende de cada projeto.

Uma vez levando os riscos, o próximo passo é o lançamento dos riscos observados no Sistema utilizado para elaboração do PGR, os riscos são lançados por cargo, após o lançamento dos riscos no sistema, o PGR é gerado em PDF e encaminhado para o engenheiro de segurança do trabalho avaliar. Caso não precise de nenhuma adequação o PGR é devolvido ao técnico de segurança do trabalho já assinado pelo engenheiro, caso precise de alguma correção o engenheiro aponta os pontos a serem alterados e cabe ao técnico realizar as correções e reenviar ao engenheiro.

Assim que o técnico de segurança recebe o PGR assinado pelo engenheiro, o mesmo envia para o cliente por e-mail e coloca a coordenação da engenharia em cópia para controle interno. Ao receber o PGR por e-mail, o cliente deve validar o documento recebido e tem até 5 dias úteis para solicitar alguma correção. Se cliente solicitar alguma correção a mesma será avaliada pelo técnico responsável, havendo alguma dúvida é repassado para o engenheiro analisar a solicitação, a alteração solicitada pelo cliente pode ser atendida ou não dependendo de cada caso.Se não for solicitado nenhuma correção por parte do cliente o fluxo é considerado encerrado.

O prazo padrão para a entrega dos PGR é de até 30 dias após a assinatura do contrato, nas entrevistas com os profissionais do setor de engenharia alguns pontos críticos que levam ao atraso na entrega dos serviços foram apontados, dentre eles:

- o recebimento das informações corretas por parte do cliente para cadastro no sistema;
- dificuldade em agendar a visita técnica devido a disponibilidade de agenda dos técnicos e dos clientes;
- alterações / correções solicitadas pelo engenheiro;
- alterações / correções solicitadas pelo cliente;
- demandas de outros serviços do setor.

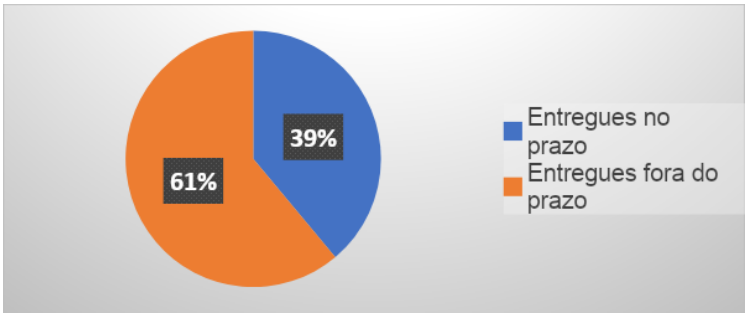
4.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Foi feito uma análise dos PGR contratados no período compreendido entre outubro de 2021 e janeiro de 2022, nesse período foi verificado uma amostra de aproximadamente 180 documentos contratados.Ao verificar se a entrega foi feita dentro do prazo foi possível chegar à classificação dos principais problemas e quais os pontos que seriam necessários intervir para melhorar o desempenho das entregas. É importante analisar os dados com muita seriedade pois conforme Rocha (2017, p 119) “falhas nos processos implicam, assim, em falhas na organização: atividades, trabalho, produtos, serviços e resultados”

4.1.1 Avaliação da Taxa de Entrega

O gráfico abaixo mostra qual a porcentagem de entrega no prazo ou fora do prazo.

Gráfico1 –Taxa de entrega do PGR No Prazo x Fora do Prazo



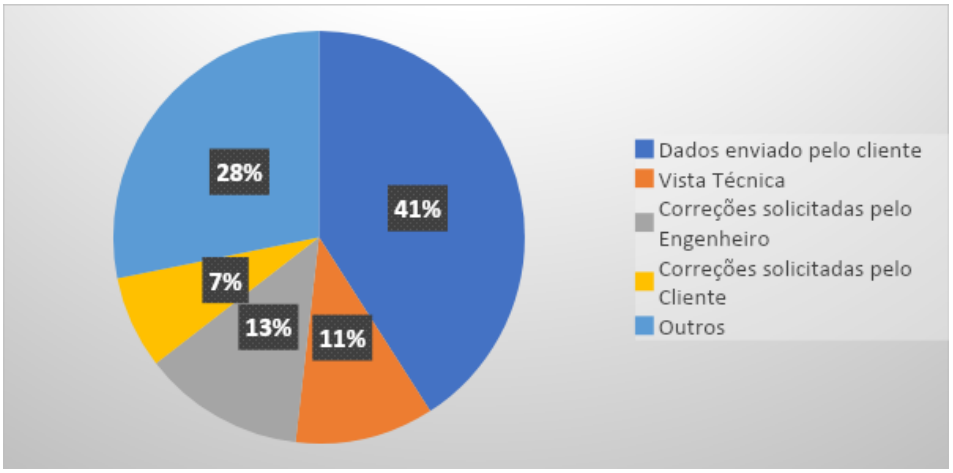
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Com base nos dados foi possível observar que a taxa de entregas em atraso está muito alta, 61% do serviço está sendo entregue com atraso, ou seja, fora do prazo de 30 dias, o que aponta que algo precisa ser feito para melhorar a taxa de entrega.

4.1.2 Avaliação dos Motivos que Levam ao Atraso

Uma vez identificados a proporção de entregas no prazo e entregas com atraso, foi feito a separação dos motivos pelo qual os atrasos estavam ocorrendo, que gerou o seguinte gráfico:

Gráfico2 – Motivos que levam a atraso



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Temos dois pontos de atenção que juntos são responsáveis por 69% dos atrasos, os dados enviados pelo cliente representam 41% dos atrasos e osoutros serviços internos que ocupam o tempo dos profissionais responsáveis pela liberação do PGR representam 28%.Dos pontos mais críticos identificados, um deles dependem de um fator externo que é o cliente e o outro é depende de um fator interno que são outras demandas de serviço da equipe que elabora o PGR.

4.1.3 Análise do Tempo Empenhado em Cada Etapa do Processo

Para melhor compreender o processo, foram elaboradas duas tabelas, uma com a média do tempo gasto para realizar cada etapa de elaboração do PGR e outra com a média de tempo que cada atividade fica parada em cada etapa de acordo com os principais motivos já apresentados anteriormente.

Tabela1 –Média de tempo gasto para realizar cada etapa do processo ideal

Etapa do Processo (Tarefa)	Tempo Médio para Realizar a Tarefa em Dia(s)
Validar cadastro da empresa no sistema	1
Agendar visita técnica	1
Realizar visita técnica	3
Elaborar relatório de levantamento de risco	1
Lançar os riscos no sistema	1
Elaborar o PGR no sistema	1
Validar PGR (Engenheiro)	3
Enviar o PGR para cliente	1
Tempo Total	**12**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Com base nos dados da Tabela 1 chegamos a um tempo médio de elaboração do PGR de 12 dias, esse tempo foi considerando que não haverá nenhum imprevisto ou contra tempo, o prazo apurado nessa tabela é considerado o prazo ideal. Já na Tabela 2 temos o prazo real de cada tarefa devido aos atrasos identificados nas entrevistas realizadas com os profissionais responsáveis pela elaboração do PGR.

Tabela2 – Média de tempo gasto para realizar cada etapa do processo real

Etapa do Processo (Tarefa)	Tempo Médio para Realizar a Tarefa em Dia(s)
Dados enviado pelo cliente	17
Vista Técnica	7
Correções solicitadas pelo Engenheiro	2
Correções solicitadas pelo Cliente	2
Outros	10
Tempo Total	**38**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Considerando os contra tempos o prazo médio de entrega do serviço passou de 12 para 38 dias. Com base na Tabela 2 foi possível reforçar que os dois pontos críticos já evidenciados no Gráfico 2 são os pontos que indicam a necessidade de melhoria imediata.

Ainda com base nas Tabelas 1 e 2 foi possível identificar que tarefas relativamente simples estavam gerando um grande impacto negativo aumento consideravelmente o prazo de entrega.A entrega dos dados na planilha para alimentar o sistema tem um tempo médio de 1 dia de duração, mas devido a

demora no envio das informações por parte do cliente essa etapa de um dia está com um prazo médio de 17 dias. Outro ponto é o impacto de outras atividades do setor de engenharia que estão causando um atraso de até 10 dias.

4.2 PROPOSTA DE MUDANÇA NAS ETAPAS

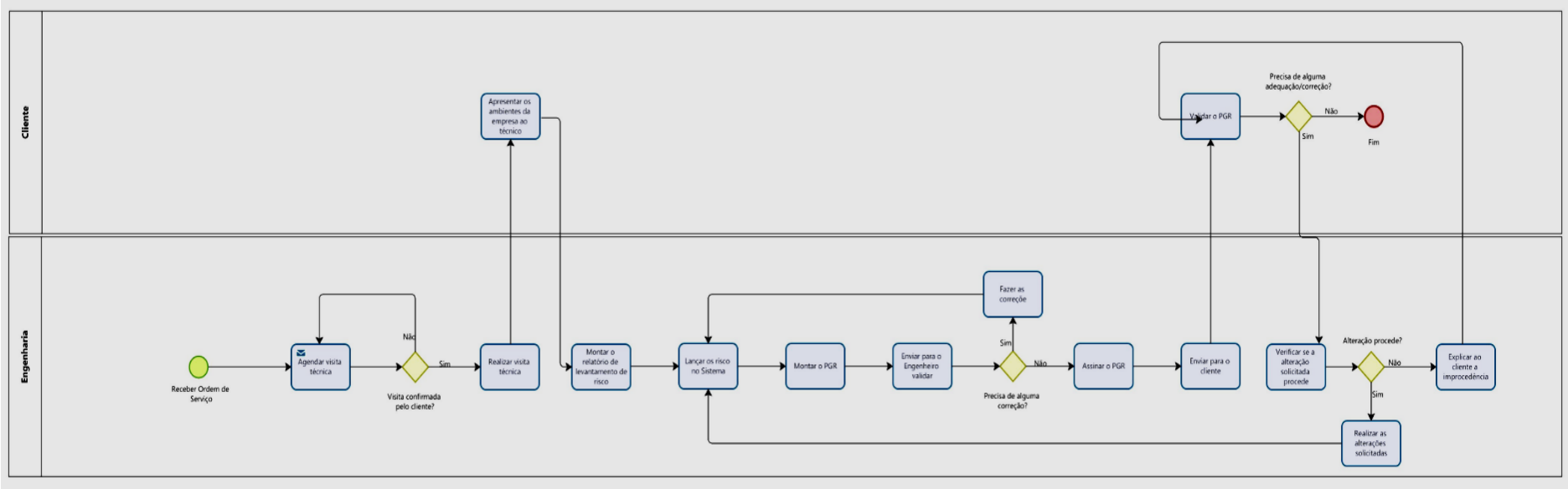
Com base nos dados e informações obtidas nas entrevistas com os profissionais do setor de engenharia, a empresa adotou uma nova abordagem com o intuito de melhorar o desempenho e minimizar o prazo de entrega do Programa de Gerenciamento de Risco (PGR). As mudanças adotadas foram com base nos dois problemas críticos evidenciados na pesquisa, dentre as mudanças realizadas temos:

a) A validação dos dados do cadastro da empresa passou a ser realizado antes da emissão da Ordem de Serviço;
b) Para se resguardar juridicamente, no contrato de prestação de serviço foi inserido uma cláusula que informa que o prazo de entrega de 30 dias passará a ser contato a partir da entrega da planilha com todos os dados necessário para elaboração do PGR for entregue pelo cliente devidamente preenchida;
c) Caso a planilha não seja enviada em até 5 dias após a contratação do serviço, a Ordem de Serviço será enviada e a visita técnica será agendada, na visita a planilha será preenchida juntamente com o cliente;
d) Afim de evitar conflitos entre o serviço do PGR e os demais serviços realizados pela empresa foi designado uma equipe específica que ficará a cargo somente da elaboração do mesmo.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DAS MELHORIAS

Com a implementação das mudanças, o fluxo de trabalho foi redesenhado e também foi feito uma nova análise dos PGR contratados e entregues entre o período de fevereiro de 2022 e maio de 2022, nessa nova análise foi possível identificar uma queda significativa no prazo de entrega.Conforme Wildauer e Wildauer (2015, p. 45) “a modelagem de processo deve ser realizada sempre que oportunidades de melhoria forem identificadas.

Figura 6 – Novo Fluxo do Processo de Elaboração do PGR



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

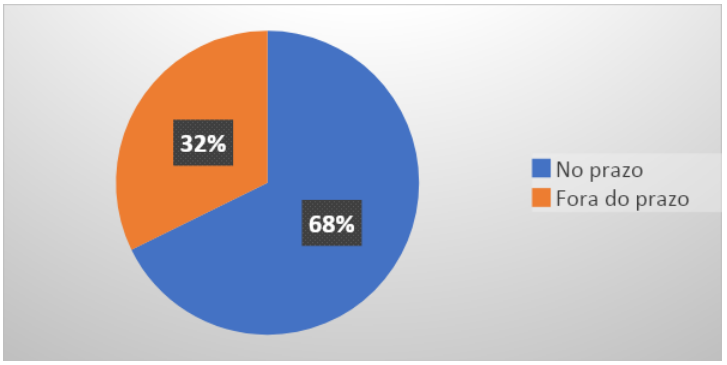
A mudança no processo foi mínima, retirando somete a validação dos dados cadastrados no sistema que agora ocorre antes do envio da Ordem de Serviço, quando o setor de engenharia recebe a solicitação os dados já foram previamente validados, com exceção do caso em que a planilha com os dados não seja enviada pelo cliente em até 5 dias após a contratação dos serviço, nesse caso a visita técnica será agendada e planilha será preenchida pelo técnico responsável pela visita juntamente com o cliente, Oliveira (2019) salienta que uma vez que as tarefas do processo sejam competitivas, em termos do custo/benefício, os serviços da empresa também serão.

Nesse novo período foi verificado uma amostra de aproximadamente 155 documentos contratados, ao realizar a mesma análise após a mudança adotadas obtivemos os seguintes resultado se a entrega foi feita dentro do prazo foi possível chegar à classificação dos principais problemas e quais os pontos que seriam necessários intervir para melhorar o desempenho das entregas.

4.3.1 Avaliação da Taxa de Entrega

O gráfico abaixo mostra qual a porcentagem de entrega no prazo ou fora do prazo após a implementação das melhorias.

Gráfico 3 –Taxa de entrega do PGR No Prazo x Fora do Prazo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

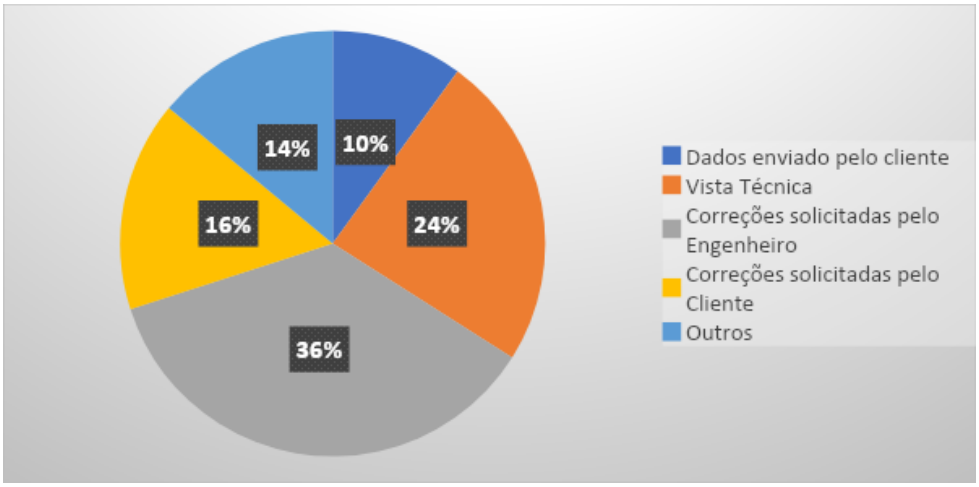
Percebemos uma melhora na taxa de entrega dentro do prazo de 30 dias, passando de 39% antes da implementação das melhorias para 68% após a implementação das melhorias.

Foi possível avaliar que com o passar do tempo a taxa de entrega dentro do prazo veio aumentando até chegar na média de 68% de entregas no prazo ao longo dos 4 meses analisados, isso indica que se mantendo a mesma organização a tendência é que essa taxa aumente ainda mais.

4.3.2 Avaliação dos Motivos que Levam ao Atraso

Com o novo método de trabalho, a relação dos motivos que geram atrasos nas entregas mudou e indica novos desafios a serem enfrentados.

Gráfico 4 – Motivos que levam a atraso



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Podemos observar que os pontos críticos agora são as correções solicitadas pelo engenheiro e o agendamento das visitas técnicas, mas vale ressaltar que as correções solicitadas pelo engenheiro têm um impacto pequeno no prazo da entrega que corresponde a 2 dias, já a realização da visita técnica possui um impacto um pouco maior que corresponde a 7 dias, conforme Tabela 2.

4.3.3 Análise do Tempo Empenhado em Cada Etapa do Processo

Após a nova análise foi montado uma nova tabela com a média de tempo gasto em cada tarefa e o tempo médio real da liberação do PGR depois da implementação das melhorias.

Tabela3 – Média de tempo gasto para realizar cada etapa do processo real

Etapa do Processo (Tarefa)	Tempo Médio para Realizar a Tarefa em Dia(s)
Dados enviado pelo cliente	0
Vista Técnica	7
Correções solicitadas pelo Engenheiro	2
Correções solicitadas pelo Cliente	2
Outros	3
Tempo Total	**14**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Comparando o prazo médio de entrega, antes e após a implementação das melhorias percebemos uma melhora significativa, o prazo reduziu de 38 para 14 dias, ficando muito próximo do prazo ideal 12 dias evidenciado na Tabela 1.

Rocha (2017) salienta que é preciso divulgar os resultados entre as equipes envolvidas no processo, isso proporciona maior engajamento dos colaboradores nas melhorias e reforça a importância do processo para a organização.

5 CONCLUSÃO

Este estudo buscou evidenciar que forma simples é possível obter grande resultados na melhoria da prestação de serviço, no que tange o prazo de entrega do Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), aumentando a satisfação dos clientes e dos colaboradores de uma empresa de Segurança do Trabalho. Para alcançar o objetivo proposto, foram analisados os dados referentes a contratação dos PGR compreendidos entre outubro de 2021 e maio de 2022.

Os objetivos da pesquisa foram atingidos, vimos por meio do mapeamento do processo que haviam pontos de melhoria e ao realizar pequenas mudanças foi possível obter um excelente resultado, uma melhora significativa na taxa de entrega do serviço dentro do prazo. A taxa de entrega passou de 39% para 68%.

As entrevistas com os profissionais do setor de engenharia foram essenciais para fornecer os dados e as informações necessárias para que pudéssemos desenvolver a análise neste artigo apresentada.A análise contribuiu para a melhoria de desempenho do processo de elaboração do PGR, resultando na satisfação dos clientes e dos colaboradores envolvido no processo.

No geral, foi possível observar que a melhoria será contínua uma vez que com a adaptação dos clientes e dos colaboradores ao novo processo foi possível observar que ao passar dos meses a taxa de entrega no prazo foi aumentando gradativamente. A busca pelas melhorias deve ser contínua, uma vez que ficou evidente que após a adoção desse primeiro passo a empresa ainda possui outros pontos de melhoria.

REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 9001:2008, Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

BASTOS, Maria C. P.; FERREIRA Daniela. V. Metodologia Científica. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

BAUM, Eder. Conceitos básicos de atividades, tarefas, processos e macroprocesso. Disponível em: <https://www.sabesim.com.br/conceitos-atividades-tarefas-processos-macroprocesso/>. Acesso em: 14 de jun. de 2022.

BPM CBOK, Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio. Corpo Comum do Conhecimento – ABPMP BPM CBOK V3.0, Association of Business Process Management Professionals, 2009.

CAMPO, Vicente F. Controle da Qualidade Total (No Estilo Japonês). Belo Horizonte: QFCO, 1992.

CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação a Sistemas, Organização e Métodos –SO&M. São Paulo: Manole, 2010.

DAVENPORT, Thomas. Reengenharia de processos. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

FIELDS, Sandy. Código Secreto da Gestão in Time: Mapeamento de Processos, Performance de Desempenho, Solução de Problemas. São Paulo: Leanpub, 2018.*E-book.* Disponível em: http://leanpub.com/codigosecretodagestaointime. Acesso em: 22 de abr. 2022.

FILHO, Osmário D.; DRUMOND, Fátima B. Itens de Controle e Avaliação de Processos. 2. ed. Belo Horizonte: QFCO, 1994.

HARRINGTON,James H. Aperfeiçoando processos empresariais. São Paulo: Makron Books, 1993.

JUNIOR, Múris L. Mapeamento de Processos de Gestão Empresarial. Curitiba: Intersaberes, 2016.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, DjalmaP. R. Administração de processos: conceitos, metodologia e práticas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PIRES, Cláudio. Gestão por Processos na Prática. São Paulo: Leanpub, 2021.*E-book.*Disponível em: http://leanpub.com/gestaoporprocessosnapratica. Acessoem: 21 de mai. de 2022.

PRODANOV, Cleber. C.; FREITAS, Ernani. C. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, Henrique M. Mapeamento e modelagem de processos. Porto Alegre SAGAH, 2017.

SILVA, Leandro C. Gestão e melhoria de processos: conceitos, técnicas e ferramentas. Rio de Janeiro: Brasport, 2015.

TONIAZZO, Rubilar. Mapeamento do Fluxo de Valor. São Paulo: Leanpub, 2019.*E-book.*Disponível em: http://leanpub.com/mapeamentodofluxodevalor. Acesso em: 22 de abr. de 2022.

VIEIRA, José G. S. Metodologia de Pesquisa Científica na Prática. Curitiba: Fael, 2010.

VIEIRA, Sônia.; HOSSNE, William. S. Metodologia científica para a área da saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

WILDAUER, Egon W.; WILDAUER, Laila D. B. S. Mapeamento de Processos – Conceito, Técnicas e Ferramentas. Curitiba: Intersaberes, 2015.

ANÁLISE CRÍTICA DA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOTRANSFOBIA

Fernanda Almeida Araújo

Resumo: O objetivo do presente estudo é analisar de forma crítica a criminalização da homostransfobia, buscando analisar o porquê da homotransfobia ter sido enquadrada como racismo. Para tanto foi necessário analisar também o conceito da homostransfobia, os índices dela no Brasil, trazendo um pouco da parte histórica da homotransfobia. Outrossim, se buscou analisar e entender a omissão legislativa em relação à homostransfobia e os aspectos jurídicos da ADO 26, bem como compreender a noção de racismo no caso de Ellwanger e homostransfobia como racismo. Para que pudesse ser realizado o presente estudo, foram utilizados como métodos de pesquisa a análise jurisprudencial, doutrinária e legislativa.

Palavras-chave: ADO 26. Caso Ellwanger. Criminalização. Homotransfobia. Racismo.

Abstract: The objective of the present study is to critically analyze the criminalization of homotransphobia, seeking to analyze why homotransphobia has been framed as racism. For that, it was also necessary to analyze the concept of homotransphobia, its indices in Brazil, bringing a little of the historical part of homotransphobia. Furthermore, we sought to analyze and understand the legislative omission in relation to homotransphobia and the legal aspects of ADO 26, as well as to understand the notion of racism in the case of Ellwanger and homotransphobia as racism. In order to carry out the present study, jurisprudential, doctrinal and legislative analysis were used as research methods.

Keywords: ADO 26. Case Ellwanger. Criminalization. Homotransphobia. Racism.

1. INTRODUÇÃO

A homofobia pode ser compreendida como a aversão a pessoas que se relacionam com pessoas do mesmo sexo, já transfobia é aversão a pessoas trans e travestis, em razão delas se identificarem ao gênero oposto ao biológico, até o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26, não havia tipo penal que visava a criminalização da homostransfobia.

Apesar da Constituição Federal de 1988 destacar em seu artigo 5º, que todos as pessoas são iguais perante a lei, consagrando assim o princípio da isonomia, também compreendido como princípio da igualdade. A população LGBTTQIA+, infelizmente não tinha tratamento igual no tocante a criminalização da homofobia, apesar da própria constituição em seu artigo 5º, inciso XLI, estabelecer que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.

Assim, o presente estudo parte da seguinte indagação: a homofobia pode ser considerada uma forma de racismo, e desse modo ser criminalizada como tal?

Diante de tal situação o presente estudo buscou analisar de forma crítica a criminalização da homofobia por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

Para uma melhor compreensão acerca do tema no presente estudo foi analisado o conceito de homotransfobia, bem como o índice de criminalidade em face da população LGBTTQIA+. Outrossim, analisou a omissão legislativa em relação à homotransfobia, a ADO 26, a noção de racismo no caso de Ellwanger e a homostransfobia como racismo.

Para que pudesse ser realizado o presente estudo, foram utilizados como métodos de pesquisa a análise jurisprudencial, doutrinária e legislativa.

2. A OMISSÃO LEGISLATIVA EM RELAÇÃO À HOMOSTRANSFOBIA E A ADO 26

Antes que se possa analisar a omissão legislativa em relação à homotransfobia e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão 26, é necessário fazer uma breve análise conceitual sobre a homotransfobia e sobre o índice de homotransfobia no Brasil, buscando entender o histórico da homotransfobia no Brasil.

2.1 Análise conceitual da homotransfobia e o índice de homotransfobia no Brasil

Quando falamos em diversidade sexual trata-se na verdade de um termo utilizado para se referir de modo inclusivo a todas as diversidades de identidades de gêneros, diversidade de sexos e orientações sexuais. Assim, ao falarmos em diversidade sexual estamos abarcando cada uma das pessoas representadas na sigla LGBTTQIA+.

Sobre a Homossexualidade Mott (2006 *apud* ALVES, 2019, p. 49) explica que Goethe já dizia que a homossexualidade já estava presente na humanidade, podendo a história da homossexualidade ser considerada mais antiga do que a história da própria humanidade. E de acordo, com Pereira (2017, p. 2) “independente do conceito vinculado a essa prática, ou seja, do nome que lhe é atribuído, o seu exercício já vem de longas datas”.

Sobre a tentativa conceitual da homostransfobia, primeiramente, cabe ressaltar que será analisada a homofobia e a transfobia separadamente, para que se possa compreender esses preconceitos em face da população LGBTTQIA+.

A homofobia pode ser compreendida como sendo uma aversão contra pessoas que se relacionam com pessoas do mesmo sexo. De acordo com Borrilo a homofobia:

> [...] é a intolerância, rechaço, temor, preconceito e perseguição de pessoas que não cumprem com o rol de gênero masculino dominante, com o papel estabelecido culturalmente pelo poder masculino para homens e mulheres. O outro, diferente, é inferior. (BORRILO, 2010, p. 15 *apud* RAMOS, 2014, p. 13)

Por sua vez a transfobia, de acordo com Mariano (2018, p. 95) “é o medo ou aversão a pessoas transexuais, travestis e transgêneros, e ela tem dimensões diferentes”. Nesse sentido a transfobia se refere à aversão a pessoas transexuais e travestis, no tocante a não respeitar a identidade de gênero destas, sendo que esse desrespeito pode se dar por meio das palavras ou até mesmo mediante agressões.

A presença da homotransfobia já era percebida entre os séculos XIII e XIV, tendo em vista que não se tolerava a relação sexual e amorosa entre pessoas do mesmo sexo. Vale ressaltar que a época a homostransfobia se dava por meio da condenação das relações homoafetivas, diferente do que acontece nos dias atuais.

No Brasil Colônia, por exemplo, a comunidade LGBTTQIA+ era severamente punida, pois como dito alhures a prática homossexual era algo condenável. As penas impostas a época foram uma herança da influência da igreja católica no Brasil Colônia, pois se condenava a chamada sodomia, ou seja, a relação entre pessoas do mesmo sexo, por meio do qual as pessoas eram punidas sendo queimadas na fogueira. (OLIVEIRA, 2002; TORÃO FILHO, 2000 *apud* ALVES, 2019)

Mesmo com o advento do Brasil Imperial, a homossexualidade continuou a ser condenada, apesar de não ter mais a influência da igreja católica, entre os séculos XIX e XX, era possível ver homossexuais serem condenados por atos obscenos, vadiagem e até mesmo ofensa aos bons costumes e à moral.

Dentre todas as épocas do Brasil, é possível afirmar que na época da Ditadura Militar, que aconteceu entre os anos de 1950 e de 1960, a homostransfobia era muito presente, tendo em vista que havia nessa época forte perseguição a população LGBTTQIA+. (LGBT…, [199-?])

Com a Ditadura Militar houve alta repressão aos movimentos sociais, dentre os quais se reprimia os movimentos e organização da população LGBTTQIA+. Diante dessa repressão as pessoas LGBTTQIA+ não podiam reivindicar os seus direitos e não podiam viver livremente. (LGBT…, [199-?])

Atualmente é possível ver o quanto a homostransfobia tem crescido no Brasil, de acordo com o Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, entre os anos

de 2000 a 2020, mais de 5.046, pessoas foram mortas em razão de homostransfobia. (GASTALDI *et.al* (Org.), 2021)

De acordo com a pesquisa realizada pelo observatório, o número de pessoas mortas em razão da homostransfobia tem caído, e é considerado um dado animador. (GASTALDI et.al (Org.), 2021) É possível que a queda do número de mortes encontre relação com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, a conhecida ADO 26.

Um ano antes do julgamento da ADO 26, que aconteceu no ano de 2019, foi registrada 420 mortes em razão da homostransfobia, e desde o julgamento da referida ADO tem caído consideravelmente, sendo que em 2019 foram registradas 329 mortes e no ano de 2020 foram registradas 237
mortes. (GASTALDI *et.al* (Org.), 2021)

De acordo com o estudo apresentado pelo Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, as travestis e mulheres trans foram as que mais morreram em razão da homotransfobia (GASTALDI *et.al* (Org.), 2021, p. 26).

Ante a pesquisa foi possível perceber que:

> [...] as travestis e mulheres trans tiveram mais registros de mortes, acumulando um total de 161 (70%) mortes motivadas pela transfobia, seguido de gays com 51 (22%) mortes motivadas pela homofobia, seguido de lésbicas com 10 (5%) mortes motivas pela lesbofobia, seguido de homens trans com 3 (1%) casos de mortes motivadas pela transfobia, bissexuais com 3 (1%) mortes motivas pela bifobia e, por fim, 2 (1%) heterossexuais que por apresentarem comportamentos e performances que se distanciam da norma heterossexual foram mortos. (GASTALDI *et.al* (Org.), 2021, p. 26)

A violência contra a população LGBTTQIA+ é tão evidente, a ponto de o Brasil estar no primeiro lugar no ranking dos países que mais matam pessoas em razão da homotransfobia. (GASTALDI *et.al* (Org.), 2021, p. 26)

2.2 A omissão legislativa em relação à homotransfobia e a ADO 26

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XLI, estabelece que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. (BRASIL, 1988) Nesse sentido, todo ato de preconceito de acordo com o mandamento constitucional deverá ser punido, assim a homotransfobia por ser considerado um ato atentatório aos direitos e liberdades fundamentais da população LGBTTQIA+, deve ser punida.

Nesse sentido, não resta dúvidas de que o Poder Público, a muito deveria criminalizar a homotransfobia, em razão de se tratar de um crime que fere as liberdades individuais da população LGBTTQIA+.

Contudo, apesar de a homotransfobia ser uma afronta aos direitos e liberdades fundamentais, o Poder Público se quer buscou por meio de lei concretizar os preceitos fundamentais previstos no artigo 5º, inciso XLI, da Constituição Federal de 1988.

E de acordo com Mendes e Branco (2017, p. 1094) “a concretização da Constituição há de ser efetivada, fundamentalmente, mediante a promulgação de lei”. Assim, no que concerne ao crime de homotransfobia houve uma omissão legislativa, tendo em vista que não foi criada lei que pudesse criminalizar as condutas homofóbicas e transfóbicas, objetivando minimizar e até mesmo acabar com tais condutas.

Ante tal situação fica configurada a omissão legislativa por parte do Poder Público, que objetivou na declaração de inconstitucionalidade por omissão, tendo em vista que a omissão legislativa é um requisito necessário para que uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão seja pleiteada.

Sobre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão Luciano Dutra explica que:

> A ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) é medida que tem por fim tornar efetivas certas normas constitucionais, por meio do reconhecimento da inconstitucionalidade da omissão do legislador infraconstitucional quanto ao seu dever de regulamentar dispositivos constitucionais (art. 103, § 2º). Nessas circunstâncias, um dos legitimados (art. 103, I a IX) poderá propor ADO perante o STF, para que reconheça a inconstitucionalidade da mora do órgão encarregado de regulamentar determinadas normas constitucionais. (DUTRA, 2017, p. 75)

Partindo da premissa de que existia uma omissão por parte do Poder Público, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão 26, foi proposta 19 de dezembro de 2013 pelo Partido Popular Socialista, hoje denominado de Cidadania, sob a alegação de inércia legislativa ora atribuída ao Congresso Nacional, pelo fato de que estariam frustrando a tramitação de projetos de leis, que tinham o condão de criminalizar a homotransfobia.

Desse modo, o Partido Popular Socialista, postulou então pelo o reconhecimento da homotransfobia como sendo racismo, levando em consideração o conceito ontológico-constitucional de racismo. A declaração da mora constitucional do Congresso Nacional, pela razão deste não criar leis e mecanismos de criminalização da homotransfobia. Que fosse o Congresso Nacional compelido a aprovar legislação

específica para criminalizar a homotransfobia em todas as suas formas, em um prazo razoável. E por fim, caso o prazo dado pela Suprema Corte não fosse obedecido, que a mesma pudesse aprovar uma lei específica para a criminalização da homotransfobia, assim postulou para que o Supremo Tribunal Federal se valesse da sua função atípica, para que pudesse criar uma norma geral e abstrata, que vigorasse de forma provisória, até que o legislativo cumprisse o seu papel de legislar.

O Senado Federal por sua vez, se posicionou em sentido contrário, requerendo que os pedidos fossem julgados improcedentes, sob a alegação de que inexiste na Constituição Federal de 1988, mandamento constitucional que vise criminalizar condutas homofóbicas e transfóbicas. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p.18)

Outrossim, o Senado Federal ao se manifestar destacou que se faz necessário resguardar "a legalidade penal, a separação de poderes e a independência do Poder Legislativo, confirmando-se sua competência jurídico-política". (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p.18)

Sobre a mora inconstitucional o Senado Federal destacou que:

> Os temas da homofobia e da discriminação são de constante discussão no Congresso Nacional brasileiro, órgão legislativo dos representantes do povo. Cuida-se de um tema amplamente debatido no campo da política e que demanda profundas discussões, consultas e participação populares. Com a participação popular, cabe ao parlamento apresentar uma solução política à sociedade, sem a imposição de uma decisão jurídica. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 18)

No mesmo sentido, a Advocacia-Geral da União se pronunciou pela improcedência sob a alegação de que inexiste mora legislativa, já no tocante a atuação do Poder Judiciário nas ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, seria incabível que o Supremo Tribunal Federal imponha prazo ao Poder Legislativo ou Poder Executivo "para a edição do diploma legal reclamado, ou mesmo suprir, por ato próprio, a suposta omissão do legislador inadimplente". (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 23)

O Ministro Relator Celso de Mello destacou que várias entidades foram admitidas como *amicus curiae*, sendo que se manifestaram contra:

> A Frente Parlamentar ‘Mista’ da Família e Apoio à Vida’, ‘Convenção Brasileira de Igrejas Evangélicas Irmãos Menonitas – COBIM’ e ‘Associação Nacional de Juristas Evangélicos’ – ANAJURE. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 24)

E a favor da criminalização da homostransfobia se manifestaram:

> O ‘Grupo Dignidade – Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros’, ‘Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU’, ‘Conselho Federal de Psicologia, Associação Nacional de Travestis e Transsexuais – ANTRA”, “Defensoria Pública do Distrito Federal’, ‘Grupo Gay da Bahia – GGB’, ‘Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT’ e ‘Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual – GADVS’. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 24)

Por fim, manifestou o Ministério Público Federal pelo conhecimento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, sendo que o conhecimento de tal ação seria de forma parcial, no tocante ao mérito da questão manifestou por sua procedência. (BRASIL, 2019, p. 28)

Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26, como dito alhures foi protocolada em 19 de dezembro de 2013, sendo que a sua decisão final só aconteceu em 13 de junho de 2019. Por maioria dos votos foi reconhecida a criminalização da homostransfobia, tendo como voto vencido o Ministro Marco Aurélio. Assim a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, foi julgada procedente, com eficácia erga-omnes e efeito vinculante:

3. A NOÇÃO DE RACISMO NO CASO DE ELLWANGER

3.1 O caso de Ellwanger

Siegfried Ellwanger foi um editor e escritor gaúcho, que escrevia livros de cunho antissemitas e que a todo custo negava o holocausto. O processo do caso de Ellwanger, iniciou em 12 de novembro de 1991, por meio do qual o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ofereceu denúncia em face do escritor gaúcho, imputando a ele a acusação de que este editava e distribuía livros que sustentavam e abordavam mensagens antissemita, discriminatórias e racistas, que tinha como objetivo induzir e incitar a discriminação racial, ou seja, Ellwanger foi denunciado por racismo.

Outrossim, em caráter liminar o Ministério Público pugnou pela condenação do escritor, bem como requereu a apreensão de todos os exemplares das obras escritas e editadas por Ellwanger.

A denúncia veio a ser recebida pela 8ª Vara Criminal de Porto Alegre, tendo o magistrado responsável pelo processo acolhido as preliminares requeridas pelo representante do Ministério Público, fazendo com que Ellwanger tenha sido preso e os exemplares de suas obras apreendidos.

Apesar de inicialmente o Ministério Público ter requerido a condenação de Ellwanger pelo crime de racismo, em suas alegações finais requereu sua absolvição sob alegação de que inexistia provas suficientes que demonstravam que o réu era culpado dos crimes a ele imputados.

O magistrado então absolveu o réu, por entender que o mesmo não havia agido com dolo quando da edição e escrita das obras antissemitas, e que as atitudes feitas por Ellwanger não haviam sido capazes de incitar o ódio, a discriminação racial ou qualquer tipo de preconceito. (VIOLANTE, 2010, p. 38)

Os assistentes da acusação não satisfeitos com a sentença prolatada, interpuseram recurso de apelação e no mérito pugnaram pela condenação de Ellwanger, sob a alegação de que a prática do réu possuía caráter discriminatório e racista.

O recurso interposto pelos assistentes da acusação veio a ser reconhecido e provido fazendo com que o escritor Gaúcho tenha sido condenado a 2 anos de reclusão.

A defesa por sua vez chegou a impetrar dois Habeas Corpus, sendo o primeiro perante o Superior Tribunal de Justiça e o outro perante o Supremo Tribunal Federal, sendo ambos negados.

3.2 O racismo no caso de Ellwanger

Como analisado, diante da condenação de Ellwanger na segunda instância a defesa impetrou dois Habeas Corpus, que foram negados pelos Tribunais Superiores.

Antes mesmo da discussão sobre o racismo acontecer no Habeas Corpus 82424 / RS, no Habeas Corpus 15155 impetrado no Superior Tribunal de Justiça, já se discutia a impossibilidade de se definir os judeus como pertencente a uma raça. A defesa já defendia que os judeus na verdade era um grupo de pessoas que praticavam a religião judaica.

E nesse sentido foi exposto que:

> [...] a definição de judeu como raça encontra sempre o veemente repúdio de toda a comunidade judaica, tanto pelos antropólogos judeus, pelos rabinos e pela sua intelectualidade, ainda afirmando que a comunidade judaica sempre contestou incisivamente a doutrina nacional socialista que institucionalizou na Alemanha o judeu como tipo racial. Assim, assevera que o delito imputado ao paciente foi contra os judeu, contra o judaísmo, contra a comunidade judaica, não podendo a luz da palavra autorizada dos antropólogos, dos rabinos e dos intelectuais judeus, ser inserido entre os decorrentes da prática de racismo.(SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2002, p. 3)

O relator do caso, Ministro Gilson Dipp (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2002, p. 6), a respeito da tese da defesa, destacou que os argumentos usados pela defesa "ensejariam controvertida e imprópria análise dos significados do vocábulo", ou seja, os argumentos ora apresentados seriam ditos como análises contestáveis e inadequada.

O Ministro Jorge Scartezzini a seu turno, para que pudesse tecer o seu voto, inicialmente incumbiu de apresentar o conceito da palavra racismo presente em dois dicionários jurídicos. Sendo o primeiro da jurista Maria Helena Diniz, que conceitua o racismo sobre a visão do direito penal:

> RACISMO. 1. Direito penal, a) Teoria defensora da superioridade de uma raça humana sobre as demais; b) crime inafiançável e imprescritível consistente em fazer discriminação racial, sujeito a pena de reclusão; c) segregacionismo; tipo de preconceito conducente à segregação de determinadas minorias étnicas; d) ação ou qualidade de pessoa racista; e) discriminação e perseguição contra raças consideradas inferiores (Matteucci). 2. Sociologia Geral, a) Conjunto de caracteres físicos, morais e intelectuais que distinguem certa raça; b) apego à raça." (DINIZ, p. 29 *apud* SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2002, p. 15)

O outro conceito foi dado pelo jurista Othon Sidou (1989, p. 465 *apud* SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2002, p. 15), que também é voltado para a visão do direito penal, na qual explica que racismo é a "forma extremada de preconceito que leva à segregação certas minorias étnicas".

De acordo com o Ministro Jorge Scartezzini (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2002, p. 15), a intenção do legislador constituinte era de punir não só aqueles que tivessem condutas preconceituosas em relação a raça, "mas também aqueles oriundos das desigualdades relacionadas à etnia ou à grupos nacionais". Nesse ponto, frisou o eminente ministro que o crime de racismo nesse sentido seria inerente a qualquer discriminação voltada para grupos de pessoas que tivesse algum tipo de ligação em relação à cultura, à nacionalidade, a questões psicológicas ou sobre a origem regional.

Contudo, o de maior repercussão para o caso de Ellwanger foi o Habeas Corpus 82424 / RS, em que a defesa alegou que "não revelando os judeus a existência de uma 'raça', ao paciente foi erroneamente imputado o crime de 'racismo'". (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2003, p. 3-4)

Para a defesa, os judeus não poderiam ser considerados uma raça, e se assim não o fosse é errôneo dizer que Ellwanger cometeu o crime de racismo, já que racismo está atrelado a ideia de menosprezar uma raça.

Outrossim, o ponto principal da defesa de Ellwanger era afastar a imprescritibilidade do crime, já que o escritor não havia cometido o crime pelos fundamentos já expostos, e desse modo não poderia ser processado por racismo, e sim pelo delito previsto no artigo 20, § 1º, da Lei 7.716, crime este que de acordo com o que a defesa havia prescrito.

Diante da tese suscitada pela defesa, o Ministro relator do caso, Moreira Alves, decidiu por delimitar a questão a ser analisada no Habeas Corpus, e se manifestou do seguinte modo:

> Assim, a questão que se colocar neste 'habeas corpus' é a de se determinar o sentido e o alcance da expressão 'racismo', cuja pratica constitui crime imprescritível, por força do disposto no artigo 5º, XLII, da Carta Magna, até porque a imprescritibilidade no caso, resultará do disposto nesse preceito constitucional, uma vez que a legislação infraconstitucional relativa aos crimes de preconceito e discriminação não os declara imprescritíveis. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2003, p. 11)

Os Ministros, diante do Habeas Corpus, apresentado passaram a discutir a noção de racismo no caso de discriminação contra os judeus perpetrados por Ellwanger. O primeiro ponto a ser analisado é a legitimidade da controvérsia apresentada pela defesa, tendo em vista que a Constituição Federal ao dispor sobre a inafiançabilidade e imprescritibilidade do crime de racismo, não cuidou de definir o que seria considerado o crime de racismo.

Assim, o artigo 5º, inciso XLII, da Constituição Federal 1988, apenas dispôs que: "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei". (BRASIL, 1988)

Para o Ministro relator, Moreira Alves o termo racismo, se refere somente ao preconceito contra a raça negra, isto porque na visão do eminente relator deve se fazer uma interpretação restritiva do termo, até porque falar em racismo não estaria abarcando, por exemplo, a discriminação contra o sexo e/ou a idade. Nesse sentido, para chegar a tal conclusão Moreira Alves utilizou da interpretação histórica da Constituição Federal, destacando que o legislador ao tratar sobre o racismo, está se referindo a raça negra. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2003, p. 12-13)

> O elemento histórico - que, como no caso, é importante na interpretação da Constituição, quando ainda não há, no tempo, distância bastante para a interpretação evolutiva que, por circunstâncias novas, conduza a sentido diverso do que decorre dele - converge para dar a 'racismo' o significado de preconceito ou de discriminação racial, mais especificamente contra a raça negra. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2003, p. 12-13)

Em sentido contrário, o Ministro Maurício Côrrea, em seu voto, destacou que, ao se conceituar racismo, não se pode se basear apenas "conceito simplista de raça, reflete na verdade, reprovável comportamento que decorre da convicção de que há hierarquia entre os grupos humanos, suficiente para justificar atos de segregação" (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2003, p. 266).

Ademais, o ministro explica que "não se lhe pode emprestar isoladamente o significado usual da raça como expressão simplesmente biológica". (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2003, p. 232) Para o Ministro Maurício Côrrea o disposto no artigo 5º, inciso XLII da Constituição Federal é aplicável ao caso de Ellwanger, por entender que as condutas preconceituosas perpetradas são sim consideradas racismo.

O Ministro Celso de Mello, a seu turno, destacou que o conceito de racismo não pode ser considerado somente nos seus aspectos antropológicos e biológicos, mas também deve se considerar os aspectos sociológicos e culturais. Nesse sentido o conceito de racismo não está ligado somente a raça em si, ou seja, como dito alhures, não está relacionado somente com a raça negra, mas sim se relaciona com a discriminação em ace de grupos e pessoas.(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2003, p. 300-302)

Para o Ministro Gilmar Mendes, "o racismo, enquanto fenômeno social e histórico complexo, não pode ter o seu conceito jurídico delineado a partir do referencial raça", tendo em vista que esse conceito tido como pseudo-científico já está ultrapassado e superado. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2003, p. 323)

Ademais Gilmar Mendes explica que:

> [...] não vejo como se atribuir ao texto constitucional significado diverso, isto é, que o conceito jurídico de racismo não se divorcia do conceito histórico, sociológico e cultura assente em referências supostamente raciais, aqui incluído o anti-semitismo. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2003, p. 324)

A seu turno, Carlos Velloso explica que com base no sequenciamento do genoma humano, não se pode falar em raça levando em consideração ao seu aspecto biológico, bem como no sentido antropológico não se tem essa ideia de raça, pois todas as pessoas são integrantes de uma única raça que é a humana. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2003, p. 357) Frisa o ministro que apesar de antropologicamente e biologicamente não existe a diferença das pessoas, por elas se agruparem em uma única raça, que é a raça humana, entretanto sociologicamente e culturalmente as pessoas podem se diferenciar. A partir desse ponto, havendo tratamento discriminatório em razão dessas diferenças, de acordo com o Ministro

Gilmar Mendes, estaremos diante do racismo (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2003, p. 357-358).

É perceptível que a noção de racismo no caso de Ellwanger foi muito bem delineada, tanto no Habeas Corpus 82424, como no Habeas Corpus 15155. Em ambos os remédios constitucionais a ordem foi denegada por entender que houve racismo por parte de Ellwanger, na medida em que racismo não está atrelado somente a ideia da segregação das raças, mas sim que deve se analisar o conceito do racismo levando em consideração aos aspectos sociológicos e culturais.

4. A HOMOSTRANSFOBIA COMO RACISMO

Como dito alhures, a homofobia pode ser compreendida como aversão a pessoas que se relacionam com pessoas do mesmo sexo, já transfobia é aversão a pessoas trans e travestis, em razão delas se identificarem ao gênero oposto ao biológico.

Borrilo (2010, p. 15 apud RAMOS, 2014, p. 13) explica que essas fobias se expressam por meio da perseguição, intolerância e do preconceito as pessoas que se encontram fora do padrão imposto pela sociedade. Na visão de Teixeira e Freitas:

> A homofobia geralmente se materializa em agressões verbais e físicas, gerando isolamento, transtornos e sofrimento psíquico, causando evasão escolar repetência ou até mesmo fobia em relação àquele contexto provocando trauma em relação às instituições de ensino que pode durar a vida toda. No que tange aos docentes, a conduta mais comum é considerar que os gracejos e chacotas são brincadeiras inocentes, negligencia as situações de bullying ou o que mais grave, ou até mesmo praticar ações (verbais geralmente) violentas contra esses indivíduos. (TEIXEIRA; FREITAS, 2013, p. 298, apud SOARES, 2019, p. 23)

Feita essas breves considerações acerca da homotransfobia, passa-se a compreender a homostransfobia como racismo, buscando analisar o entendimento adotado pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26.

No julgamento da ADO 26 para que pudesse compreender a homostransfobia como racismo, foi trazido a tona os fundamentos lastreados no Habeas Corpus 82424 que veio a condenar o escritor e editor Ellwanger. No julgamento do citado Habeas Corpus os ministros do Supremo Tribunal da época compreenderam que a discriminação feita por Ellwanger em face da população judaica, era considerada racismo pelo fato de que esse tipo de discriminação não é somente em razão da raça

negra como se acreditava, mas sim guarda relação com o fato de se segregar pessoas em razão das suas particularidades, nesse sentido foi pontuado que:

> [...] a partir do importante precedente firmado no julgamento plenário do HC 82.424/RS, que o conceito de racismo – que envolve clara manifestação de poder – permite identificá-lo como instrumento de controle ideológico, de dominação política, de subjugação social e de negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por não integrarem o grupo social dominante nem pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados “outsiders” e degradados, por isso mesmo, à condição de verdadeiros marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa e injusta inferiorização, a uma perversa e profundamente lesiva situação de exclusão do sistema de proteção do Direito. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 95)

Nesse sentido, com o julgamento da ADO 26, os ministros discutiram se homostransfobia poderia ser considerado racismo, levando em consideração o entendimento firmado no Habeas Corpus 82424. Em seu voto, o ministro Celso de Mello, explica que:

> A prática do racismo – eliminada a construção artificial e equivocada do conceito de “raça” – traduz a expressão do dogma da desigualdade entre os seres humanos, resultante da exploração do preconceito e da ignorância, significando, em sua concreta expressão, a injusta denegação da essencial dignidade e do respeito mútuo que orienta as relações humanas.(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 80)

Para o Ministro Celso de Mello (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 80), a homostransfobia pode sim ser entendida como uma espécie de racismo, já que o racismo não se traduz na discriminação e preconceito em razão da raça, mas sim em negar as pessoas a dignidade e o respeito mútuo, de modo que agir de forma discriminatória em razão da orientação sexual e a identidade de gênero é negar a população LGBTTQIA+ o respeito e a dignidade que eles merecem.

Celso de Mello ainda pontua que:

> A identidade fundamental que evidencia a correlação entre a homofobia (e a transfobia) e o racismo torna-se ainda mais acentuada se se considerar que tanto no plano internacional (Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial) quanto na ordem positiva interna (Estatuto da Igualdade Racial) os critérios que identificam a discriminação racial resultam da conjugação de dois fatores presentes em ambas as situações: a motivação orientada pelo preconceito e a finalidade de submeter a vítima a situações de diferenciação quanto ao acesso e gozo de bens, serviços e oportunidades tanto no domínio público quanto na esfera privada. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 80)

Celso de Mello ao fundamentar o seu voto, apresentou o entendimento firmado por Maria Berenice Dias (2017, p. 90-92 *apud* SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 83), em sua obra intitulada “Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo”, onde destaca que a homotransfobia se relaciona com o racismo e outras formas de discriminação, em razão do objetivo ser idêntico, qual seja o de considerar os homossexuais, as pessoas trans e travestis como desiguais dos cisgêneros e heterossexuais.

Ademais a autora em sua obra pontua que:

> [...] a homo[trans]fobia, em qualquer circunstância, é um fator de sofrimento e injustiça, ameaça constante de subalternização’, do que devem ser reconhecidas a homofobia e a transfobia como espécies do gênero racismo. (DIAS, 2017, p. 90-92 *apud* SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 83)

No mesmo sentido o autor Paulo Roberto Iotti Vecchiatti (2019, p. 457 apud SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 97) compreende que a homostransfobia pode ser entendida como racismo, pois levando em consideração ao conceito abstrato e geral de racismo a homostransfobia se enquadraria como forma de diferenciação e hierarquização com a finalidade de se excluir pessoas que estejam em padrões diferentes da maioria.

Ademais, Vecchiatti (2019, p. 457 *apud* SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 97) explica que "a homofobia e a transfobia se enquadram, da mesma forma que a negrofobia, a xenofobia, a etnofobia e antissemitismo, critérios já autonomamente positivados pela Lei Antirracismo”.

O Ministro Luís Roberto Barroso (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 294), em seu voto destacou que a homostransfobia pode sim ser considerada racismo, tendo em vista que a Constituição ao vedar a prática de racismo também abrangente "a proibição de toda e qualquer forma de ideologia que pregue a inferiorização e a estigmatização de grupos", inclusive quando se destinar a população LGBTTQIA+.

Ademais, Luís Roberto Barroso, afirma que a:

> [...] evolução da percepção social a respeito da discriminação pela orientação sexual e identidade de gênero revela que o conceito de racismo, previsto no art. 5º, XLII, CF, sofreu mutação constitucional. A mutação constitucional é um mecanismo de modificação informal da Constituição, que permite a transformação do sentido e do alcance das suas normas, sem que se opere, no entanto, qualquer alteração do seu texto. Ela pode decorrer de uma nova percepção do Direito, quando se modificarem os valores de determinada sociedade. Afinal, a ideia do bem e do justo varia com o tempo. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019, p. 298)

É notório, que assim como ocorreu no julgamento do Habeas Corpus 82424, na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26, o conceito de racismo enquanto discriminação em razão da raça, restou ultrapassado. Em ambos os julgamentos percebesse que os ministros passaram a adotar o conceito amplo para racismo, de tal modo que a homostransobia pode ser considerada racismo, assim como aconteceu com anti-semitismo, isto porque racismo se traduz na ação de inferiorizar uma pessoa em face da outra em razão da etnia, por pertencer as minorias e não somente atrelado ao preconceito e inferiorização em face da raça.

5. CONCLUSÃO

É notória que a homostransfobia ainda assola o Brasil, isto porque de acordo com o estudo apresentado pelo Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, o país ocupa o primeiro lugar do ranking de países que mais matam a população LGBTTQIA+.

Diante de tal situação, há tempos se busca a criminalização da homostransfobia, de modo que diante da inércia do Poder Público o Partido Popular Socialista hoje denominado de Cidadania, em 19 de dezembro de 2013 propôs a Ação Direta de Inconstitucionalidade sob a alegação de inércia legislativa ora atribuída ao Congresso Nacional, pelo fato de que estariam frustrando a tramitação de projetos de leis, que tinham o condão de criminalizar a homotransfobia, bem como se buscou enquadrar a homostransfobia como sendo crime de racismo.

Para que pudesse ser analisada a criminalização da homostransfobia, foi necessário também analisar o caso de Ellwanger, que fora condenado por racismo por publicar e editar livros de cunho preconceituoso em face da população judaica e antissemita.

Ellwanger foi condenado por racismo, pelo Tribunal por entender que a conduta por ele praticada era considerada racismo. Diante de tal condenação a defesa do escritor impetrou Habeas Corpus perante o Superior Tribunal de Justiça, alegando que o escritor não poderia ser condenado por racismo pelo fato de que os judeus não poderiam ser considerados uma raça, contudo o habeas corpus veio a ser negado e posteriormente impetraram novo Habeas Corpus perante o Supremo Tribunal Federal.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal firmaram o entendimento de que as condutas feitas por parte de Ellwanger eram consideradas racismo, tendo em vista que racismo não se refere somente ao preconceito em razão da raça, mas também em

detrimento da segregação promovida por Ellwanger, e qualquer tratamento discriminatório em razão de qualquer diferença deve ser considerado racismo.

Levando em consideração ao exposto sobre o caso de Ellwanger, ao se analisar a homotransfobia como racismo é nítido que o preconceito em razão da identidade de gênero ou da orientação sexual, pode sim ser compreendida como racismo, pois como bem pontuou os ministros no julgamento da ADO 26, o racismo não se refere somente à raça, mas também o fato de tratar de forma desigual os grupos que pertencem às minorias.

Não se pode e nem se deve olvidar que a homotransfobia desde a época do Brasil Colônia, tem trazido a perda de direitos e até mesmo causado a morte de integrantes da comunidade LGBTTQIA+.

E nesse sentido a criminalização da homostransfobia se mostrou acertada, e o novo sentido dado ao crime de racismo também é correto. Pois não se pode mais se prestar a entender o racismo somente sobre a ótica histórica, é necessário compreender que levando em consideração a cultura e o aspecto sociológico, a homotransfobia deve sim ser compreendida como racismo.

Racismo tem a ver com a segregação das pessoas em razão das suas diferenças frente a maioria, e a partir do momento que se mata, hostiliza e fere a comunidade LGBTTQIA+, tais condutas devem ser criminalizados com as penas previstas para o crime de racismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Carlos Jordan Lapa. **História da homossexualidade**: revisão literária. Revista Interdisciplinar Pensamento Científico, 5(1), 2019. Disponível em: http://143.244.215.40/index.php/reinpec/article/view/261. Acesso em: 07 abr. 2022.

BORRILLO, Daniel**. Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. Presidência da República (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 13 mai 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26**. Relator Ministro Celso de Mello. Brasília, DF, 13 de junho de 2019. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26VotoRelatorMCM.pdf. Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. **Habeas Corpus nº 82.424/RS**. Relator: Ministro Moreira Alves. Brasília, DF, 17 de setembro de 2003. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 15.155/RS**. Relator: Ministro Gilson Dipp. Brasília, DF, 18 de março de 2002. Disponível em: https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/IMG?seq=23937&tipo=0&nreg=200001313517&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20020318&formato=PDF&salvar=false. Acesso em: 12 jun. 2022.

DIAS, Maria Berenice. **Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo**. 3ª ed. São Paulo: Editora RT, 2017

DUTRA, Luciano. **Direito constitucional essencial.** 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

GASTALDI et.al (Orgs). **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020**:Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia.1. ed. – Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie_2020_Observatorio_Mortes_Violencias_contra_LGBTI_Brasil-AconteceLGBTI_GGB.pdf.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.

LGBT: Repressão à comunidade LGBT na ditadura. Portal MEMÓRIAS DA DITADURA. São Paulo, [199-?]. Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/sobre-o-projeto/. Acesso em: 07 jun. 2022.

MARIANO, Gustavo Borges. **Direito e Transfobia**: estudo dos limites sobre a retificação de registro civil de pessoas trans. Revista de Estudos Empíricos em Direito Brazilian Journal of Empirical Legal Studiesvol. 5, n. 2, ago 2018, p. 87-108. Disponível em: https://revistareed.emnuvens.com.br/reed/article/view/248/pdf_41. Acesso em: 07 abr. 2022.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito Constitucional**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.

MOTT, Luiz. **Relações Raciais entre Homossexuais no Brasil Colonial**. Revista Brasileira de História, vol., 5, nº 10, 1985.

OLIVEIRA, R**. Campo e Ação das Identificações na Constituição da Homossexualidade Masculina**. Tese de doutorado em Psicologia. Brasília: Editora da UnB, 2002.

PEREIRA, Diogo Fagundes. **Homossexualidade em cena:** Da naturalidade ao preconceito revisitando a produção científica nacional. Itinerarius Reflectionis, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 01–19, 2017. Disponível em:https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/41309. Acesso em: 07 abr. 2022.

RAMOS, Luana Moreira Cruz. **A criminalização da homofobia**. 2014. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.unirio.br/ccjp/arquivos/tcc/tcc2-luana-moreira-cruz-ramos. Acesso em: 10 de abril de 2022.

SIDOU, José Maria Othon. **Dicionário Jurídico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas**. 2a. edição, Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1991.

SOARES, Sônia Maria SAntos. **Assassinatos de pessoas LGBT na Bahia (2014):** dinâmicas de gênero, raça e classe na violência letal homofóbica. 88 f. TCC (Graduação em Estudos de Gênero e Diversidade) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2019. Disponível em: http://generoesexualidade.ffch.ufba.br/wp-content/uploads/2019/04/TCC-Sonia-Delonge-2019.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; FREITAS, Marcel de Almeida. **Homofobia e Misoginia na Escola:** enfrentamentos a partir dos direitos humanos. Teoria & Sociedade: Revista dos Departamentos de Antropologia e Arqueologia, Ciência Política e Sociologia da FAFICH da UFMG, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 202-305, jul.-dez. 2013.

TORRÃO FILHO, Amilcar. **Tríbades Galantes, Fanchonos Militantes**: homossexuais que fizeram a história. São Paulo: GLS, 2000.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Constituição Dirigente e Concretização Judicial das Imposições Constitucionais ao Legislativo**. São Paulo: Editora Spessotto, 2019.

VIOLANTE, João Luís Mousinho dos Santos Monteiro. **O caso Ellwanger e seu impacto no direito brasileiro**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/5345/1/Joao%20Luis%20Mousinho%20dos%20Santos%20Monteiro%20Violante.pdf. Acesso em: 8 jun. 2022.

A Ineficiência do Sistema Punitivo Brasileiro para o Tratamento e Punção Adequados aos Psicopatas

The Inefficiency of the Brazilian Punitive System for the Appropriate Treatment and Punishment of Psychopaths

Ana Luíza Soares Ribeiro [74]

Luciana dos Santos Pimenta[75]

Rubens Hermógenes Ferreira

Resumo: A justiça disponibiliza dois tipos de sanções penais aos portadores de psicopatia que praticarem ilícito penal, a pena privativa de liberdade ou a medida de segurança. Embora verifique a dificuldade enfrentada pelo direito, o adequado é identificar a inimputabilidade do criminoso e atribuir a ele medida de segurança, como medida de restrição em ambiente adequado ao tratamento da psicopatia. O que se observa, todavia, é grande desordem na elaboração de estratégias para um tratamento eficiente.

Palavras-chave: Psicopatas. Sistema Punitivo Brasileiro. Inimputável. Medida de Segurança.

Abstract: Justice provides two types of criminal sanctions to people with psychopathy who commit a criminal offense, the custodial sentence or the security measure. Although verifying the difficulty faced by the law, the appropriate thing is to identify the criminal's non-imputability and assign him a security measure, as a restriction measure in an adequate environment for the treatment of psychopathy. What is observed, however, is a great disorder in the elaboration of strategies for an efficient treatment.

Keywords: Psychopaths. Brazilian Punitive System. Unimputable. Security measure**.**

[74]Graduanda em direito pela faculdade Promove, cursando o 7º período do curso. Endereço eletrônico: analuiza.ribeiro@soupromove.com.br.

[75] Graduanda em direito pela faculdade Promove, cursando o 10º período do curso. Endereço eletrônico: luciana.pimenta@soupromove.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo analisar o sistema punitivo brasileiro com foco no processo aplicado aos portadores de distúrbios mentais, demonstrando qual é o preparo do Estado para atribuir o tratamento adequado àqueles que cometam crimes, mas que por razão de distúrbios mentais, são considerados inimputáveis. Assim, explica que para indivíduos que não controlam suas condutas ainda que ilícitas, o direito tratou de diferenciá-los, considerando-os inimputáveis, cabendo aplicação diferenciada do sistema punitivo.

O direito penal possui além das medidas punitivas como privação de liberdade e restrições de direito, a medida de segurança. As primeiras são aplicadas aos infratores imputáveis, ao passo que a medida de segurança é aplicada aos inimputáveis, propiciando assim que agentes com discernimento reduzido ou inexistente não cumpram penas em mesmo estabelecimento prisional que os imputáveis.

A medida de segurança existepara amparar o infrator em ambiente adequado à sua dando a ele tratamento adequado ao seu estado mental. Não obstante, na prática verifica-se a dificuldade que o judiciário e a psiquiatria forense encontram em identificar esses indivíduos e recolhê-los às unidades específicas, dando a eles tratamentos adequados. Desta feita, a pesquisa se faz importante para analisar como o direito penal tem tratado os psicopatas que infringem a lei frente a sua incapacidade atribuída pela doença.

2 NOÇÕES GERAIS SOBRE OS TRANSTORNOS MENTAIS: PSICOPATAS

Os portadores de distúrbios psicológicos graves têm sua própria forma de interação social, seus comportamentos são desprovidos de consciência moral, fazendo com que seu comportamento seja irregular e que seu nível de empatia seja significativamente deficiente, como bem ensina Fiorelli e Mangini (2020) ao explicar que nos transtornos de caráter, como a psicopatia, a violência é observada como objetivo principal.

Doutrinadores da psicologia, como Ana Beatriz Silva, defendem a ideia de que psicopatas tem personalidade defeituosa, mas que sua inteligência é normal, possuindo nível elevado de inteligência que não são afetados, mas sim suas emoções e caráter: “diferentemente das pessoas comuns, os psicopatas apresentam atividade cerebral reduzidas nas estruturas relacionadas às emoções em geral. Em contrapartida, revelaram aumento de atividade nas regiões responsáveis pela cognição

(capacidade de racionalizar)". (SILVA, 2018, p. 72).

A psicopatia, "também intitulada transtorno antissocial, apresenta-se como uma perturbação da saúde mental". (OLIVEIRA, 2015, s/p). Portanto, constata-se que o psicopata tem inteligência normal e possui consciência de seus atos, porém, não tem sentimentos e gosta de causar dor e violência aos outros, por isso a qualificação de perturbação de saúde mental. Matthew Huss (2011) qualifica a psicopatia como um preditor da violência, uma mistura da violência com comportamentos psicopatas, que mostram a necessidade de pesquisas e informações para identificação do comportamento psicopático.

Os déficits de psicopatas são característicos ao induzimento e manipulação, e falham em aceitar a responsabilidade sobre suas ações. Por apresentarem uma perturbação mental são capazes de atuar e se apresentarem muito rápido, ou seja, não controlam aquilo que faz.

Alex Oliveira (2015) o médico Kurt Schneider definiu o indivíduo portador de transtorno mental como uma personalidade anormal, que sofre por causa de sua anormalidade ou que, impelido por ela, faz alguém sofrer. Seguindo, o especialista na área, Guido Artugo Palomba, em entrevista a TV Gazeta (2016), explica que uma característica marcante dos psicopatas é a falta de arrependimento. Sobre o discernimento de um psicopata, Roland explica:

> Nenhum dos psicopatas que tive oportunidade de estudar ou examinar era legalmente insano. Contudo, nenhum era uma pessoa normal. Todas eram pessoas com distúrbios mentais. Mas, a despeito de seus distúrbios, que estavam relacionados às índoles e às compulsões sexuais, eram pessoas cientes de seus atos, tinham noção de que o que faziam era errado, e decidiram fazer de qualquer forma". (ROLAND, 2010, p. 152).

De acordo com estudos e dados apresentados pelo Senado Federal (2010) a psicopatia vem de genética, ou seja, esses indivíduos já nascem com essa característica. De acordo com os estudos, o Senado Federal relata a psicopatia "como um comportamento invasivo de desrespeito e violação dos direitos dos outros, com início na infância ou começo da adolescência, dando continuidade na idade adulta." (SENADO FEDERAL, 2010).

Zimerman (1999) também faz observações às práticas desses indivíduos, relatando que o lado perverso custa a aparecer, pois convivem com a perversidade de maneira egossintonica, em harmonia entre o ego e o sintoma, pois para ele não há nenhum problema. Logo, esse transtorno se idealiza por meio de uma conduta antissocial: "a estruturação psicopática se manifesta por meio de três características básicas: a impulsividade, a repetitividade compulsiva e o uso prevalente de *actings* de natureza maligna, acompanhados por uma irresponsabilidade e aparente ausência de culpas pelo que fazem". (ZIMERMAN, 1999, p. 256).

Com base nas citações é possível a compreensão de que os psicopatas são

pessoas agradáveis e inteligentes, mas altamente perigosas, insensíveis, desprovidos de culpa e sensibilidade. Agem de forma articulada e calculada. Neste sentido, é importante que a justiça e criminologia encontre apoio em outros ramos, como em psicólogos, psiquiatras e peritos, para que se identifique e atribua um julgamento justo, adequado e eficaz.

3 CONCEITO DE CRIME

O crime consiste um fenômeno social, bem como uma realidade da sociedade, pois ele encontra-se presente no cotidiano, visível no dia a dia da população e por isso é necessário sua conceituação para melhor identificação de suas características e como se efetiva no meio de todos. Segundo o art. 1° da Lei de Introdução do Código Penal:

> Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente. (BRASIL, 1940).

Para melhor compreensão, além do art. citado, a doutrina brasileira também conceitua crime, identificando-o sob três óticas distintas, do ponto de vista formal, material e analítico, sendo esta última abaixo explicada.

3.1 Crime Analítico

O conceito analítico de crime é dividido por duas teorias, a teoria bipartida que conceitua crime a partir da existência de um fato típico e antijurídico e a tripartida, que compreende para a existência de crime a necessidade de ser fato típico, antijurídico e culpável. Segundo Capez “para a teoria bipartida o crime é um fato típico e antijurídico (ilícito), sendo a culpabilidade apenas um pressuposto de aplicação da pena. Já para a tripartida, o crime é um fato típico, antijurídico (ilícito) e culpável”. (CAPEZ, 2019, p. 110). Sobre a teoria bipartida, Prado (2019) explica que ela reconhece crime o fato típico e antijurídico. Ou seja, conceitua-se crime a prática de um fato que encontra-se previsto na legislação como crime.

Para a caracterização do fato típico a conduta deve estar descrita na lei, logo, se a conduta praticada não estiver descrita em lei, trata-se de fato atípico e não típico e, se não for

fato típico não há crime. Assim estabelece o artigo 1º do CP: “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”. (BRASIL, 1940).

Logo, para a caracterização do crime, segundo a teoria bipartida, precisa-se da relação conduta do agente, tipicidade do fato (previsão legal), nexo de causalidade e o resultado. (PRADO, 2019). Portanto, é indispensável que o fato praticado tenha previsão legal e seja conceituado como crime pela legislação penal brasileira. E a conduta tenha relação com o resultado. Essa teoria, entretanto, desconsidera a culpabilidade do infrator, sendo ela mero pressuposto de aplicação de pena. (CAPEZ, 2019). Diferentemente, a teoria tripartida, somente considera crime se tiver a caracterização do fato típico, antijurídico e culpável.

Gomes, Molina e Cunha explicam que “o conceito de delito ainda hoje predominante na ciência do Direito Penal (em termos internacionais, inclusive) é o tripartido, elaborado da seguinte forma: fato típico, antijurídico e culpável”. (GOMES; MOLINA; CUNHA, 2009, p. 190). Sendo a tripartida a teoria adotada pela doutrina majoritária, por incluir no conceito de crime a culpabilidade do infrator. Isto é, a culpabilidade, se apresenta como elemento do crime, estando dentro da responsabilidade penal. Zaffaroni explica:

> Delito é uma conduta humana individualizada mediante um dispositivo legal (tipo) que revela sua proibição (típica), que por não estar permitida por nenhum preceito jurídico (causa de justificação) é contrária ao ordenamento jurídico (antijurídica) e que, por ser exigível do autor que atuasse de outra maneira nessa circunstância, lhe é reprovável (culpável). (ZAFFARONI, 1996, p.324).

Isso porque, para identificar-se o crime necessário a identificação de quatro elementos, a conduta do autor, incluindo aqui a culpabilidade, o resultado por ela provocado, a causalidade entre a conduta e o resultado e a tipicidade.

3.1.1 Culpabilidade

O conceito analítico de crime reconhece como tal o fato típico, ilícito e culpável. Portanto, além de da previsão legal, a conduta precisa ter relação com o resultado e também não pode possuir elementos de excludentes, como o estado de necessidade, legítima defesa ou estrito cumprimento do dever legal para ser crime. (BITENCOURT, 2018).

Desta feita, além de fato típico, ilícito, deve ser também culpável para ser considerado crime. No entender de Masson “a culpabilidade é elemento do crime.” (MASSON, 2019, p. 642). A culpabilidade, desta feita, apresenta-se como elementos a imputabilidade, a essencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta

diversa. Bitencourt assevera: “a culpabilidade é vista como possibilidade de reprovar o autor de um fato punível porque, de acordo com os fatos concretos, podia e devia agir de modo diferente. Sem culpabilidade não pode haver pena e sem dolo ou culpa não pode existir crime”. (BITENCOURT, 2018, p. 125).

Para que haja responsabilização criminal é fundamental a capacidade civil. Todo aquele que pratica ilícito penal que seja considerado culpável sofrerá sanção como punição pela prática de seu ato. A culpabilidade serve como elemento ao procedimento penal na identificação da culpabilidade ante os fatos ocorridos.

Greco aduz: “culpabilidade diz respeito ao juízo de censura, ao juízo de reprovabilidade que se faz sobre a conduta típica e ilícita praticada pelo agente. Reprovável ou censurável é aquela conduta levada a efeito pelo agente que, nas condições em que se encontrava, podia agir de outro modo”. (GRECO, 2017, p. 169).

Para que se reconheça a culpabilidade, necessário é constatar se o autor no uso de suas condições psíquicas, ao tempo, tinha capacidade plena de entendimento, condições físicas, psicológicas e mentais para entender que o ato por ele cometido é ilícito. A essa característica atribui-se o nome de imputabilidade. (BARROS, 2019).

Outro elemento da culpabilidade é a exigibilidade de conduta diversa, ou seja, possibilidade de agir de outra forma. Bem como necessário é que o autor do crime reconheça que o ato praticado é contrário ao ordenamento, ou caso não a conheça tenha a possibilidade de conhecê-lo. Esse elemento se refere à potencial consciência de ilicitudeque, por sua vez goza de uma ressalva, qual seja a análise se na data da ação ou omissão, o indivíduo teve a opção/alternativa de ter um comportamento diverso daquele que praticou. (BARROS, 2019).

Portanto, buscam verificar se o agente autor do ilícito penal de fato tem culpabilidade sobre aquele ato, ou se possui alguma excludente de ilicitude que não impute a ele a conduta criminosa. Por isso, a culpabilidade é requisito elementar à identificação e imputação do crime. Segundo Barros “a culpabilidade serve para distinção de condutas entre homem normal dos insanos e imaturos mentais, movidos pelo instinto antissocial”. (BARROS, 2019, p. 384).

O direito trata também das excludentes de culpabilidade, as quais afastam ou excluem a culpa do agente. São causas de excludentes de culpabilidade, conforme Nucci (2011), o erro de proibição, a coação moral irresistível, a inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, a inimputabilidade penal por menoridade penal e a inimputabilidade por embriaguez completa, por caso fortuito ou força maior.

A excludente de culpabilidade descaracteriza o delito e/ou a sanção penal cabível. Sobre psicopatia, a excludente de culpabilidade refere a inimputablidade do agente infrator, pela falta de discernimento ou controle sobre seus atos.

3.1.2 Imputabilidade

A imputabilidade penal é entendida como a capacidade que o homem tem, ao tempo da conduta, qualificando-o como capaz de entender o caráter ilícito praticado. É a capacidade de entender e querer praticar aquela conduta criminosa. Para Greco: “a imputabilidade é a possibilidade de se atribuir, imputar fato típico e ilícito ao agente. A imputabilidade é a regra; a inimputabilidade, a exceção”. (GRECO, 2017, p 530).

Logo, para que o agente seja responsabilizado pelo fato típico e ilícito por ele cometido é preciso que ele seja imputável. (GRECO, 2017). Destarte, a imputabilidade é um conjunto de características que quando atribuídas ao agente, admite sua culpabilidade.

De acordo com Oliveira (2015) a imputabilidade, embora um conceito jurídico, encontra suas bases condicionadas à saúde mental e a normalidade psíquica. E mais: “representa a condição de quem tem a capacidade de realizar um ato com pleno discernimento e com a realidade de direcionar seus atos, ou seja, o binômio necessário para a formação das condições pessoais do imputável consiste na sanidade mental e maturidade”. (OLIVEIRA, 2015, s/p). Barros também explica o conceito:

> No direito penal, o fundamento da imputabilidade é a capacidade de entender e de querer. Somente o somatório da maturidade e da sanidade mental confere ao homem a imputabilidade penal o seu reconhecimento depende da aptidão para conhecer a ilicitude do fato e determinar-se segundo esse entendimento. (BARROS, 2019, p.391).

Seguindo, Capez, também conceitua imputabilidade “o agente deve ter totais condições de controle sobre sua vontade. Em outras palavras, imputável é não apenas aquele que tem capacidade de intelecção sobre o significado de sua conduta, mas também de comando da própria vontade.” (CAPEZ, 2002, p. 273). Assim, a imputabilidade torna o agente responsável pela prática do crime, sujeitando-o a imposição de pena, sendo avaliados suas condições físicas, psíquicas, morais e mentais.

3.1.3 Exclusão da imputabilidade

Diferente da imputabilidade, a inimputabilidade ou exclusão da imputabilidade refere-se a incapacidade do autor do fato se determinar em relação à ilicitude, sendo, isento de pena pela ausência de culpabilidade. Para Damásio de Jesus (2011) inimputabilidade é a incapacidade para apreciar o caráter ilícito do fato. Se a imputabilidade consiste na capacidade de entender e de querer, "pode estar ausente porque o indivíduo, não alcançou determinado grau de desenvolvimento físico ou psíquico, ou porque existe em concreto uma circunstância que a exclui. Fala-se, então, em inimputabilidade". (JESUS, 2011, p. 467).

O Código Penal tratou da imputabilidade penal em seus artigos 26 a 28 e elencou como causas de exclusão da imputabilidade a doença mental, o desenvolvimento mental incompleto ou retardado, a menoridade e a embriaguez completa e acidental, ou seja, aquela proveniente de caso fortuito ou força maior, conforme artigo 26 do CP/40: "é isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento". (BRASIL, 1940). Assim explica Delmanto:

> Imputabilidade é a capacidade de a pessoa entender que o fato é ilícito e de agir de acordo com esse entendimento. [...] não basta a prática de fato típico e ilícito para impor pena. É necessária, ainda, para que a sanção seja aplicada, a culpabilidade, que é a reprovabilidade da conduta. Por sua vez, a imputabilidade é pressuposto da culpabilidade, pois esta não existe se falta a capacidade psíquica de compreender a ilicitude. Por isso, este art. 26 dispõe que há isenção da pena se o agente, por doença mental ou carência de desenvolvimento mental era – ao tempo de sua conduta – incapaz de compreender a ilicitude do fato ou de conduzir-se de conformidade com essa compreensão. Assim, inimputáveis (não-imputáveis) são as pessoas que não têm aquela capacidade (imputabilidade). (DELMANTO, 2010, p. 47).

Desta feita, se constatada qualquer uma das hipóteses legislativas, o agente que der causa ao crime será absolvido da imputação de crime, sendo remetido, obrigatoriamente, à medida de segurança de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou em estabelecimento adequado. (BARROS, 2019).

O termo doença mental compreende a enfermidade que elimina totalmente a capacidade de entender ou querer do indivíduo. A expressão desenvolvimento mental incompleto compreende os menores de 18 anos e os silvícolas (pessoas com hábitos e habitat selvagem), que ainda não alcançaram a plena capacidade mental. E por fim, a expressão desenvolvimento mental retardado, o desenvolvimento é mais lento, há carência de certos sentidos. (BARROS, 2019). Logo, presente uma das causas mentais deficientes que prive o agente de entender o caráter ilícito do fato, exclui-se a imputabilidade penal.

3.1.4 Inimputável

De acordo com Luiz Flávio Gomes e Alice Bianchini (2011) considera-se inimputável o indivíduo que não tem condições de autodeterminação na data do crime, isto é aquele inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, ou que não consiga controlar seus atos, sendo, portanto, isento de pena. São inimputáveis os: “portadores de doença mental totalmente incapacitados de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”. (GOMES; BIANCHINI, 2011, s/p).

Os inimputáveis estão taxativamente elencados do Código Penal, não permitindo assim, interpretação extensiva de quem se qualifica inimputável. Considera-se inimputável, portanto, aquele que tenha: “a menoridade penal, a patologia psíquica e a embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior”. (BRASIL, 1940).

Para Cleber Masson (2019) serão considerados inimputáveis àqueles que no ato delituoso detiver doença mental, menoridade, prescrição e perdão judicial, não podendo o indivíduo ser responsabilizado por seus atos, pois sua culpabilidade encontra-se excluída em decorrência da simples presença de causa mental deficiente.

Para Rogério Greco (2017), comprovada a inimputabilidade do agente, deverá ele ser absolvido, aplicando medida de segurança. Assim, inimputável será aquele que não pode ser processado e julgado pela justiça penal, pois não pode ser responsabilizado por seus atos. Greco continua “se comprovada a total inimputabilidade do agente, deverá ele ser absolvido, nos termos do inciso VI do art. 386 do Código de Processo Penal (...), aplicando-se-lhe, por conseguinte, a medida de segurança”. (GRECO, 2017, p. 532).

Em razão da inimputabilidade, portanto, esses infratores serão sentenciados por uma sentença chamada Absolutória Imprópria, ou seja, é a decisão do juiz de absolver o réu, não porque este seja inocente, mas pela impossibilidade de aplicação de penas, transferindo a ele, no entanto, outra sanção, qual seja a medida de segurança.

3.1.5 Semi-imputável

Semi-inimputável é o agente que pratica ilícito penal, mas não é inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se orientar de acordo com este entendimento. Percebe-se que, o inimputável nada compreende sobre a ilicitude do

crime ou nada tem controle sobre seus atos. (GRECO, 2017). Diferentemente, o semi-inimputável tem, embora limitada, capacidade de compreensão e, por isso sua pena é reduzida:

> Art. 26 Parágrafo Único- A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (BRASIL, 1940).

O semi-imputável, portanto, trata-se do agente que tem a capacidade de entendimento reduzida, sendo parcialmente capaz, a qual traz a alternativa de redução de pena ao acusado podendo ser de 1/3 a 2/3 ou a aplicação de medida de segurança. A diferença entre o inimputável e o semi-imputavel, é a capacidade do entendimento. Os agentes portadores de psicopatia são considerados como semi-imputáveis, pois são capazes de entender o caráter ilícito de suas ações, mas não de se posicionar perante estas:

> Ao contrário do que acontece com o inimputável, que obrigatoriamente deverá ser absolvido, o semi-imputável que pratica uma conduta típica, ilícita e culpável deverá ser condenado. Entretanto, como o juízo de reprovação que recai sobre a sua conduta é menor do que aquele que pratica o fato sem que esteja acometido de qualquer perturbação mental, a sua pena, de acordo com o parágrafo único do art. 26 do Código Penal, poderá ser reduzida de um a dois terços. (GRECO, 2017, p. 844).

Barros também diferencia inimputáveis e semi-imputáveis:

> Aproxima-se a inimputabilidade da semi-imputabilidade, pois em ambas, comum é a existência de uma anomalia mental. Ambas afetam a capacidade de autodeterminação. Mas suas diferenças são fundamentais: na inimputabilidade, o agente se acha inteiramente privado da capacidade de autodeterminação encontra-se apenas diminuída. Na inimputabilidade, a única sanção cabível é a medida de segurança, ao passo que na semi-imputabilidade o magistrado pode aplicar pena reduzida de um a dois terços ou medida de segurança, conforme o agente necessite ou não de especial tratamento curativo. (BARROS, 2019, p. 398).

Sobre o semi-inimputável, além da obrigatoriedade de redução de pena (art. 26, parágrafo único, CP), o art. 98 do Código Penal também permite ao condenado, caso necessite de tratamento curativo, em virtude de necessidade de saúde mental, que sua pena privativa de liberdade seja substituída pela internação ou tratamento ambulatorial. (BRASIL, 1940).

Assim, é possível observar como é aplicada a sanção penal para cada um deles. Aos imputáveis aplica-se a pena prevista do CP/40, Aos inimputáveis, medida de segurança e aos semi-imputáveis aplica-se a pena reduzida ou, se vislumbrar mais adequado, a medida de segurança também poderá ser aplicada.

4 SANÇÕES PENAIS APLICADAS AO PSICOPATA

O instituto da prisão se refere a um instituto do direito processual penal, o qual permite, preenchendo os requisitos legais, privar a liberdade de locomoção do indivíduo, dentro de um estabelecimento prisional, assegurando, todavia, seus direitos e garantias fundamentais.

O direito penal tem como função disciplinar os ilícitos penais e as sanções aplicáveis a cada caso, de forma que os crimes sejam puníveis de acordo com a situação jurídica encontrada e, principalmente, que a sociedade se sinta segura com as medidas aplicadas. Assim, o presente capítulo analisa as sanções penais aplicadas aos psicopatas que cometerem crime, que podem variar entre pena privativa de liberdade, medida de segurança e internação cautelar.

4.1 Pena Privativa de Liberdade

A pena privativa de liberdade, coloca o preso em uma unidade prisional com o objetivo de ser punido pelo crime, bem como ressocializado, além de manter a ordem e segurança da sociedade com a privação de liberdade de um criminoso. (THOMPSON, 2000).

Thompson (2000) explica que a pena privativa de liberdade consiste em privar o direito de ir e vir do indivíduo condenado . Nos moldes do art. 53 do Código Penal tem-se: “as penas privativas de liberdade têm seus limites estabelecidos na sanção correspondente a cada tipo legal de crime”. (BRASIL, 1940).

Segundo Greco “as penas privativas de liberdade estão previstas pelo código penal, para os crimes ou delitos são as de reclusão e detenção. A lei das contravenções penais também prevê pena privativa de liberdade que é a prisão simples”. (GRECO, 2017, p. 496).

Para identificação de indivíduos portadores de psicopatia, é necessária avaliação, a fim de determinar o tipo e a duração de uma pena, devendo o juiz levar em conta alguns critérios antes de privar o agente de sua liberdade., como a substituição da pena privativa de liberdade pela medida de segurança ou internação cautelar.

4.2 Medida de Segurança

A medida de segurança, nos termos do artigo 96 e seguintes do Código Penal, é uma sanção penal de caráter preventivo e destina-se a indivíduo inimputável que tenha cometido alguma infração penal. Para Ferrari: “a medida de segurança constitui uma providência do poder

político que impede que determinada pessoa, ao cometer um ilícito-típico e se revelar perigosa, venha a reiterar na infração, necessitando de tratamento adequado para a sua reintegração social". (FERRARI, 2001, p. 15).

A medida de segurança trata-se de uma medida para impedir reincidência do indivíduo na prática delituosa, além de propiciar tratamento adequado à sua condição mental. Nucci também entende por medida de segurança: "uma forma de sanção penal, com caráter preventivo e curativo, visando a evitar que o autor de um fato havido como infração penal, inimputável ou semi-imputável, mostrando periculosidade, torne a cometer outro injusto e receba tratamento adequado." (NUCCI, 2018, p 479).

Medida de segurança pode ser compreendida como um instituto ou procedimento jurídico que se aplica aos indivíduos que, em razão da condição de inimputabilidade ou semi-imputabilidade, não podem responder criminalmente, ainda que tenham cometido o delito. Portanto, trata-se de medida preventiva, sem finalidade de punir o infrator, já que este trata-se de inimputável. Seu objetivo principal é retirar do meio social o infrator inimputável para tratá-lo e cuidá-lo, em local adequado, evitando ainda que o indivíduo cometa outros crimes.

O artigo 96 do CP/40 estabelece duas espécies de medida de segurança, a internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico e o tratamento ambulatorial. (BRASIL, 1940). Para Greco "as medidas de segurança podem ser detentivas (internação) ou restritivas (tratamento ambulatorial)". (GRECO, 2017, p. 679). Desta feita, o inciso I do artigo 96 estabelece a internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico como medida de segurança detentiva, uma vez que provoca a privação da liberdade imposta ao paciente. Já o inciso II estabelece a sujeição ao tratamento ambulatorial como uma medida restritiva, cumprida sem a privação da liberdade do doente mental.

Destina-se, assim qualquer das duas espécies, obrigatoriamente, aos indivíduos que possuem doenças mentais e por isso, são inimputáveis ou semi-imputáveis. Igualmente, se aplicará aos inimputáveis ou semi-imputáveis que praticarem crimes puníveis com pena de reclusão e, facultativamente, aos indivíduos inimputáveis ou semi-imputáveis que houverem cometido crimes puníveis com pena de detenção. Nesse sentido verifica-se a decisão do TJ MG, pela aplicação da interdição, haja vista a modalidade de crime praticado:

> EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO - RÉU CONSIDERADO INIMPUTÁVEL - MEDIDA DE SEGURANÇA DE INTERNAÇÃO APLICADA - DELITO APENADO COM RECLUSÃO - TRATAMENTO AMBULATORIAL - IMPOSSIBILIDADE. Nos termos do disposto no artigo 97 do CP, somente é possível a concessão do tratamento ambulatorial em crimes punidos com pena de detenção, o que não é o caso dos autos, sobretudo quando a medida de internção mostrou-se indicada, em face da periculosidade do agente. (Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Apelação Criminal, APR

> 10024080839251001 MG, Relator Beatriz Pinheiro Caires, data de julgamento: 24/06/2019).

De acordo com a decisão, verifica-se quão importante é a aplicação correta da medida de acordo com a pena aplicável ao crime praticado. Já que a medida de segurança trata-se de uma forma preventiva e se aplica no lugar na pena, tendo em vista trata-se o autor de inimputável, nada mais adequado que aplicar a sanção relativa a pena aplicável ao crime, no caso, a pena seria de reclusão, portanto, o inimputável será internado no hospital de custódia para tratamento e afastamento da sociedade.

Sobre a medida, o artigo 99 também disciplina que: “O internado será recolhido a estabelecimento dotado de características hospitalares e será submetido a tratamento”. (BRASIL, 1940). Nessa esteira, fica o internado impedido de ser recolhido em estabelecimento penal comum, mas tão somente aquele hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, que além de deter o internado em ambiente recluso, providenciará o seu tratamento de saúde adequado. A preocupação com a medida de segurança, portanto, não é somente recolher o infrator e retirá-lo da sociedade, mas especialmente promover o seu tratamento médico adequado.

O tratamento ambulatorial se aplica a condutas criminosas mais leves, dirigindo-se em especial aos crimes de menor potencial lesivo, puníveis com detenção e cumpridos sem a privação da liberdade do doente mental. A decisão abaixo estabelece com precisão o cabimento da medida de segurança na modalidade tratamento ambulatorial, a saber: “(...). Essa corte de justiça possui entendimento consolidado no sentido de que, apenas é cabível a imposição de medida de segurança de tratamento ambulatorial se o fato precisto como crime for punível com detenção”. (Superior Tribunal de Justiça STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL :AgRg no REsp 1779990 MG 2018/0303259-0, Relator Ministro Felix Fischer, data de julgamento: 23/04/2019).

O tratamento ambulatorial é uma medida realizada também no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, todavia, ocorrerá em dias específicos, que for determinado pelos médicos, submetendo-se o autor da infração menos lesiva à modalidade terapêutica prescrita, nos termos do artigo 101 da Lei de Execuções Penais.

De acordo com o artigo 97 caput e §1º do Código Penal a medida de segurança, na qualidade de internação ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, enquanto houver a periculosidade do agente inimputável, resguardado é claro o prazo máximo da pena, ou seja, limita-se ao prazo máximo de 40 anos.

O assunto encontra amparo na súmula 527 do STJ e no artigo 75 do CP/40. A súmula preceitua que: "O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado." (BRASIL, 2015). Em continuidade, o artigo 75 do CP prevê: "Art. 75. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos". (BRASIL, 1940).

Assim, segundo Barros (2019) o tempo de cumprimento da medida de segurança deve ser limitado ao máximo da pena abstratamente cominada ao delito cometido, sendo certo que deverá perdurar enquanto estiver presente a periculosidade do agente, não podendo ultrapassar o prazo previsto no artigo 75 do CP, qual seja 40 anos. Da mesma forma a medida de segurança conta com um prazo mínimo de interdição, o qual será avaliado caso a caso, podendo variar de 01 a 03 anos, cabendo sempre ao término deste lapso temporal exame pericial para atestar a continuidade ou extinção da periculosidade.

Desta feita, se desaparecida a periculosidade do agente, a medida de segurança será cessada, ainda que a pena cominada ao delito praticado seja superior, nos termos do parágrafo único do art. 96 do Código Penal. Se aparente ainda a periculosidade haverá continuidade da medida pelo mesmo período mínimo fixado inicialmente, cabendo ao final nova perícia e assim sucessivamente.

Ressalta-se todavia, a medida somente pode ser aplicada até o limite da pena cominada ao delito cometido. Sendo assim, chegando a este prazo a medida deve ser findada, ainda que exista a periculosidade do agente. Cabendo, todavia, segundo Damásio de Jesus (2011) intervenção judicial à parte para que nova medida seja aplicada ao agente de forma a possibilitar a continuidade do tratamento, caso seja necessário.

4.3 Internação Cautelar

O Código Penal prevê medidas cautelares diversas da prisão em seu artigo 319, dispondo dentre outras, sobre a internação cautelar para o infrator inimputável ou semi-imputável, nos termos da lei, a saber:

> Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão: (...)
> VII – internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração; (BRASIL, 1940).

Analisando o dispositivo legal, visualiza que ainda que o indivíduo tenha praticado crime com violência ou grave ameaça que enseja pena privativa de liberdade, se considerado pela perícia inimputável ao réu não será aplicado a medida primária, mas sim medida cautelar diversa

da prisão. Se inimputável, ao réu caberá a internação provisória como medida cautelar, nos termos do inciso VII do art. 319 do CP/40.

De acordo com Bonavides (2002) as medidas cautelares, também conhecidas como medidas de segurança não são consideradas penas. Em razão disto, a internação provisória do condenado inimputável ou semi-inimputável não se equipara à prisão. Ela se refere a medida de tratamento e não de restrição de liberdade, devendo-se por isso realizar-se em locais apropriados, como hospitais acautelatórios, separados das unidades prisionais comuns, não podendo ainda ser tida como antecipação de pena por sua própria natureza de medida cautelar.

Verifica-se que tal medida tem a intenção tanto de proteger a sociedade contra a possibilidade desses delitos, quanto garantir à manutenção da ordem pública e acautelar o infrator e colocá-lo em ambiente adequado ao seu estado de inimputabilidade. Por isso, a internação provisória ocorre, por força dos artigos 96, inciso I do CP/40 e 99 da LEP/84 em instalações hospitalares adequadas, isto é, em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.

5 PSIQUIATRIA FORENSE

O papel do judiciário é um desafio, já que deverá julgar e analisar as atitudes de cada indivíduo e suas particularidades psíquicas. Para tanto, o judiciário busca apoio na psiquiatria forense, que estuda o comportamento de indivíduos com distúrbios mentais, para assim designar às sanções adequadas a cada indivíduo e sua prática criminosa.

De acordo com Abdalla Filho e Engelhardt (2003) a psiquiatria forense trabalha a serviço da Justiça, identificando indivíduos portadores de transtorno mental que violam a lei, atribuindo a eles também proteção. Por isso é reconhecida como de caráter pericial terapêutico, pois não somente identifica o portador de transtorno, como também dá tratamento adequado a ele. Sobre a relação entre o judiciário e a psiquiatria forense, Rigonatti preceitua:

> A relação entre a Psiquiatria forense e o Direito diz respeito a um personagem e uma situação especial: o perito e a perícia. Quem é esse personagem? O que ele faz? Na prática, a ação do perito consiste em investigações técnicas, que possam esclarecer questões normativas que interessam a um procedimento judicial. (RIGONATTI, 2013, p. 09).

Esse é o objetivo da psiquiatria forense frente ao judiciário, dar subsídio ao judiciário à identificação desses infratores que, embora violadores da lei, carecem de punição diferenciada. Para Rigonatti (2013) o objetivo do perito médico na psiquiatria forense é voltado à ação social e à Justiça, visando a preservação dos direitos da pessoa. Assim, é fundamental além do

conhecimento médico, compreender “os objetivos do Direito, para assimilar o espírito da lei e não apenas sua letra, que esteja ciente da jurisprudência, isto é, da interpretação dada pelos juízes a cada particularidade da lei, nos casos que julgam.” (RIGONATTI, 2013, p. 10).

Para que haja sucesso nessa relação da justiça e da medicina em prol da identificação dos psicopatas que praticarem crime sem imputabilidade e respectivas sanções disciplinares e tratamentos diferenciados, necessário é que o perito tenha conhecimentos médicos e noções de Direito, com domínio dos critérios que proporcionam a ligação entre os parâmetros médicos e os jurídicos. (RIGONATTI, 2013). Del Vecchio estabeleceu que “é ainda preciso conhecer a natureza dos processos psíquicos, da atividade do espírito, para compreender a origem do Direito. O Direito desenvolve-se inteiramente na ordem psíquica dos fatos”. (DEL VECCHIO, 1959, s/p).

Sendo assim, verifica-se que ao direito cabe estabelecer os limites da razoabilidade, buscando o auxílio das tipificações das doenças, para assim “legislar, definir critérios e criar parâmetros que possam garantir a segurança das relações jurídicas dentro do justo e em consonância com os princípios éticos”. (RIGONATTI, 2013, p. 11). Para tanto, a perícia deve ser realizada com auxílio de documentos médico, documentos legais e judiciais, como o atestado, o relatório, o laudo, a consulta, o parecer e o depoimento oral. (RIGONATTI, 2013).

A psiquiatria forense se perfaz importante mecanismo para auxiliar o Direito e determinar com seus estudos, o comportamento humano, identificando assim quando for o caso o portador de distúrbio mental, como os psicopatas. Logo, verifica-se que a psiquiatria busca uma compreensão dos comportamentos humanos chamados patológicos. Ao passo que o direito tem o papel de normatizar esses comportamentos humanos perante a lei e a justiça.

6 METODOLOGIA

A pesquisa científica deste trabalho abordou um tema relevante para o ordenamento jurídico brasileiro, especialmente para o direito penal, haja vista a dificuldade que o sistema punitivo brasileiro tem para abranger por meio de tratamento adequado os infratores considerados pela medicina como psicopatas. Para tanto, objetivou apresentar argumentos fundamentados para defender um posicionamento a respeito do assunto.

Consiste a pesquisa, assim, em dois métodos, o dedutivo-hipotético e o analítico. Utilizando-se do método dedutivo-hipotético, o trabalho parte da teoria para a discussão das atitudes a serem tomadas, chegando-se a uma conclusão dedutiva. Sendo assim verifica-se que o tema proposto foi pesquisado com base na teoria doutrinária e legislativa existente para

então verificar se os psicopatas que cometem ilícitos penais são colocados em instituições adequadas ao estado mental ou se são privados de sua liberdade em unidade prisional comum, contrariando a determinação legal, podendo através das referências bibliográficas analisadas emitir uma conclusão sobre a eficiência ou ineficiência do sistema punitivo brasileiro.

O enfoque analítico, outro tipo de pesquisa, propôs analisar as normas formalmente positivadas, apresentando o que é obrigatório à sociedade através das leis, definindo e sistematizando as normas jurídicas e imposições do Estado à coletividade, cabendo neste momento analisar as medidas de segurança existentes no ordenamento jurídico brasileiro para o correto recolhimento dos psicopatas e se estas são eficazmente aplicadas. Nos dizeres de Miguel Reale, o enfoque analítico é considerado a dogmática jurídica:

> Corresponde ao momento culminante da aplicação da Ciência do Direito, quando o jurista se eleva ao plano teórico dos princípios e conceitos gerais indispensáveis à interpretação, construção e sistematização dos preceitos e institutos de que se compõe o ordenamento jurídico. [...] O jurista, quando interpreta um texto e tira conclusões, coordenado-as e sistematizando-as, 20 segundo princípios gerais, visa ao problema da aplicação. É nesse trabalho que consiste principalmente a Dogmática Jurídica. (REALE, 2009, p. 324).

Para tanto, serão utilizados como fontes de análise as leis relacionadas ao direito penal, como o Código Penal, doutrinas relacionadas ao tema e artigos científicos que relatam a recente situação do tratamento aos psicopatas no Brasil.

7 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para os portadores de distúrbios mentais, como os psicopatas que pratiquem crimes violentos ou sob grave ameaça, a justiça brasileira disponibiliza dois tipos de sanções penais amparados à pena abstrata do ilícito penal cometido, valendo-se o sistema punitivo brasileiro da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança como alternativas.

Diferentemente da teoria, a prática enfrentada pela justiça é bem mais complicada, acarretando em falhas do sistema penal em conhecer e identificar a figura do infrator como psicopata, que pratica o ato pelo fato de possuir distúrbio mental. Essa falha resulta na punição do agente como indivíduo comum e seu encaminhamento à unidade prisional comum.

Ocorre, que os psicopatas não gozam de sanidade mental, seja parcial ou por completo, cabendo por essa razão medida diversa da privação de liberdade comum. Para esses casos, ideal é a aplicação de outras medidas punitivas quando de suas condutas resultam crimes violentos ou com grave ameaça. A privação da liberdade em estabelecimento comum não atingirá a

finalidade da pena, qual seja a ressocialização do detendo, mas tão somente colocará um ser inimputável em meio aos demais apenados.

É necessário, portanto, embora verifique a dificuldade enfrentada pelo ordenamento jurídico brasileiro, identificar a figura do criminoso e, mais, identificar sua imputabilidade, pois se for o agente inimputável ou semi-imputável, é obrigação do Estado e direito do ser humano que se adote medida diversa, merecendo ela ser adequada ao estado mental do infrator. Para isso, existe a medida de segurança, como medida de restrição de sua liberdade em ambiente adequado ao tratamento de sua psicopatia. Portanto, verifica-se que o foco principal da medida de segurança é recolher o infrator em ambiente adequado, como hospitais e estabelecimentos de internação, visando a proteção, o atendimento médico e assistência, e por fim, a reinserção destes na sociedade.

O art. 99 da Lei de Execução Penal diz que "Art. 99. O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico destina-se aos inimputáveis e semi-imputáveis referidos no artigo 26 e seu parágrafo único do Código Penal". (BRASIL, 1984). Mesmo em casos excepcionais e graves, o dispositivo não autoriza o encarceramento do indivíduo, mas tão somente internação psiquiátrica, e mesmo assim, só depois de esgotarem outras possibilidades menos agressivas.

O que se observa, no entanto, é uma grande desordem no sistema prisional brasileiro e na elaboração de estratégias para um tratamento eficiente. Fatores de ordem assistencial, de saúde pública, prisional, social e econômica impactam na eficiência do sistema punitivo do sistema penal brasileiro. Não há política pública ou judicial para intervenção desses casos.

As pessoas que praticam crimes não são corretamente avaliadas antes de serem conduzidas às prisões, resultando em prisões comuns, ainda que de pessoas com distúrbios mentais. Portanto, a Medida de Segurança aos portadores de distúrbios mentais se mostrou ineficiente em sem resultados, já que dificilmente são aplicadas, vez que dificilmente ocorre a identificação do infrator como psicopata e, por isso este é posto em unidade prisional comum e não acautelado por medida de segurança ou internação cautelar, como deveria ser.

A lei prevê diversas garantias à proteção e aos direitos de pessoas com transtornos, sempre cautelosos em não ser invasivos a vida destes indivíduos. E o sistema punitivo por ausência de mecanismos os ignoram. Não obstante a prática enfrentada se assimilar diferente do que preceitua a legislação, é dever e responsabilidade do Estado, na figura do Poder Judiciário se encaixar as determinações legais e providenciar artifícios que facilite a identificação do inimputável, atribuindo a ele o tratamento adequado.

8 CONCLUSÃO

O direito penal brasileiro e a figura do psicopata ainda é um tema bastante discutido no meio jurídico, no que concerne à sanção penal que deve ser atribuída ao indivíduo considerado psicopata por razão de portador de distúrbio mental que cometa crime violento ou sobre grave ameaça. Isso ocorre, porque um o agente causador de ilícitos dessa alçada é consequentemente punido por meio do sistema penal brasileiro com penas privativas de liberdade, recolhidos a unidades prisionais existentes ao cumprimento de sua pena.

Ocorre, que o psicopata que comete crime não deve e não pode ser punido com as mesmas sanções de um agente com capacidade mental plena. Como tratado no trabalho, o psicopata é considerado aquele que possui alguma insanidade mental e, por isso é reconhecido pela medicina como portador de distúrbio mental e, para esses casos o direito penal trata o infrator como inimputável ou semi-inimputável.

Logo, o direito busca cuidar e efetivar a tutela desses indivíduos para que a decisão judicial atribuída a eles seja uma sentença penal equânime ao seu estado psíquico. Para tanto, o judiciário conta com a psiquiatria forense, que trabalha em simetria com a justiça subsidiando a substituição da sanção penal em razão da inimputabilidade do infrator.

À justiça cabe a decisão de não privar o inimputável de sua liberdade em unidade prisional comum, mas não cabe dispor da punição. Para tanto e, se valendo da psiquiatria forense, pode o magistrado substituir a pena de prisão por medida de segurança, sanção adequada ao psicopata, pois além de mantê-lo distante da sociedade para ressocioalizá-lo em razão do ilícito cometido, a medida de segurança também propiciará tratamento médico.

Verifica-se assim, que a medida de segurança é o meio adequado à reclusão do infrator inimputável, pois a ele cabe algum tipo de sanção, haja vista o cometimento de crime. Não obstante, não cabe a punição comum, pois trata de inimputável. Ademais, seu estado mental exige um tratamento diferenciado e, assim, prescreve a lei.

Conquanto haja essa obrigatoriedade legal, o que se observa na prática é um pouco diferente, pois a psiquiatria forense ainda não é eficaz o suficiente para detalhar de forma jurídica, por meio de laudo pericial, a doença mental existente, dificultando a relação entre o poder judiciário e a psiquiatria, impedindo por vezes a constatação da doença mental e, com isso a aplicação da sentença adequada.

Embora tamanha dificuldade, tanto o poder judiciário, quanto a psiquiatria estão caminhando em conjunto para melhor interação em prol de decisões judiciais mais adequadas aos inimputáveis e semi-inimputáveis.

Isso demonstra que o tema do trabalho está em evidência e a presente discussão em ascensão, permitindo continuidade da pesquisa em diversos seguimentos, dotadamente do direito. Por ser um tema novo para a análise jurídica, muito ainda precisa ser estudado, abrangendo o máximo de métodos possíveis para a adequação da justiça à esses casos, o que torna a pesquisa ainda mais relevante.

REFERÊNCIAS

ABDALLA FILHO, Elias; ENGELHARDT, Wolfram. A prática da psiquiatria forense na Inglaterra e no Brasil: uma breve comparação. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 25, n. 4, Oct. 2003.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro. **Manual de Direito Penal**. Bahia. Juspodvim. 2019,

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal.** v. 1: parte geral (arts. 1 a 120). 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, Senado, 31 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em 09 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 3.914, de 09 de dezembro de 1941.** Lei de introdução do Código Penal (decreto-lei n. 2.848, de 7-12-940) e da Lei das Contravenções Penais (decreto-lei n. 3.688, de 3 outubro de 1941). Diário Oficial da União, Brasília, Senado, 09 de dezembro de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3914.htm. Acesso em 13 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, Senado, 13 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em 09 nov. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL : **AgRg no REsp 1779990 MG 2018/0303259-0**, Relator Ministro Felix Fischer, data de julgamento: 23/04/2019. Disponível em: https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/713195165/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1779990-mg-2018-0303259-0?ref=serp. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. STJ. **Súmula n. 527 de 13 de maio de 2015**. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp. Acesso em: 15 abr. 2022.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal.** volume 1, parte geral. 23. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado.** 12. Ed. São Paulo: Renovar, 2010.

DEL VECCHIO, Giorgio. **Lições de Filosofia do Direito.** v. II. Trad. Antônio José Brandão. Coimbra: Arménio Amado, 1959.

FERRARI, Eduardo Reale. **Medidas de Segurança e Direito Penal no Estado Democrático de direito.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

FIORELLI Jose Osmir e MANGINI Rosana CathyaRagazzoni. **PSICOLOGIA JURÍDICA.** 10. ed. Atlas, São Paulo, 2020.

GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. **Recordando conceitos:** inimputabilidade, jun. 2011. Disponível em: https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121813983/recordando-conceitos-inimputabilidade#:~:text=%C3%89%20considerado%20inimput%C3%A1vel%20aquele%20que,o%20car%C3%A1ter%20il%C3%ADcito%20do%20fato.&text=Exemplo%3A%20portadores%20de%20doen%C3%A7a%20mental,de%20acordo%20com%20esse%20entendimento.Acesso em: 25 mar. 2022.

GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antônio García-Pablos de; CUNHA, Rogério Sanches. **Direito Penal**: parte geral, 2 ed. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2009

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal, parte geral.** Rio de Janeiro: Impetus, 2017.

HUSS, Matthew T. **Psicologia forense.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

JESUS, Damásio de. **Direito Penal, Parte Geral.** Ed. Saraiva, v. 1, São Paulo, 2011.

MASSON. Cléber. **Direito Penal.** São Paulo. Método. 2019.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Apelação Criminal **APR 10024080839251001** MG, relator Beatriz Pinheiro Caires, data de julgamento: 24/06/2019.

Disponível em: https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/724220982/apelacao-criminal-apr-10024080839251001-mg?ref=serp. Acesso em: 13 abr. 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal - Parte geral/ Parte especial.** 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

OLIVEIRA, Alex Moises de. **O psicopata e o direito penal brasileiro**, 08 ago. 2015. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/o-psicopata-e-o-direito-penal-brasileiro/. Acesso em: 11 mar. 2022.

PALOMBA, Guido Artugo. Todo Seu. TV Gazeta. **Como identificar psicopatas.** Direção: Ronnie Von. 2016 (16m:28s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2yQCxSULuPA. Acesso em: 18 abr. 2022.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**. Parte Geral. v. 1. 17. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo. Saraiva. 2009.

RIGONATTI, Sérgio Paulo. A Relação entre a Psiquiatria forense e o Direito. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 10, n. 10, 2013.

ROLAND, Paul. **Por dentro das mentes assassinas.** Editora Mandras, 2010.

SENADO FEDERAL. **Psicopatia transtorno começa na infância e começo da adolescência**, 2010. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/04/19/psicopatia-transtorno-comeca-na-infancia-ou-comeco-da-adolescencia. Acesso em: 09 abr. 2022.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes perigosas o psicopata mora ao lado.** Rio de Janeiro: Principium, 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de derecho penal:** Parte geral. Buenos Aires: Ediar, 1996.

ZIMERMAN, David E. **FUNDAMENTOS PSICANALÍTICOS.** Porto Alegre. Reimpressão 2010. Artmed, 1999.

Sistema Prisional Através do Método APAC

Matheus Maciel do Carmo[76]

Samuel Costa Ferreira[77]

Vinícius Henrique Mizael[78]

Resumo: A valorização da pessoa humana, através de instrumentos como trabalho, estudo e a importância da família, são elementos que corroboram para que o preso reflita sobre o delito cometido e recupere a sua dignidade. Logo ele se torna um recuperando, haja vista que recebe um tratamento para sair da reclusão em melhores condições, como consciência social e perspectivas, potencializando assim o seu egresso.

Palavras-chave: dignidade, egresso, humanização, ressocialização, sociedade.

Abstract: The appreciation of the human person, through instruments such as work, study and the importance of the family, are elements that support the prisoner to reflect on the crime committed and recover his dignity. Soon he becomes a recovering person, given that he receives treatment to leave prison in better conditions, such as social awareness and perspectives, thus enhancing his egress.

Keywords: dignity, egress, humanization, resocialization, Society.

1 INTRODUÇÃO

A fotografia atual do Brasil revela uma enorme dificuldade no combate à violência. Os altos índices de criminalidade, sobretudo os crimes violentos como feminicídio, homicídio, roubo e latrocínio. As demandas sociais se esbarram nas questões estruturais, fazendo com que a dissolução dos problemas não aconteça consonante as formas já estabelecidas. Em evidência, a superlotação nos presídios tradicionais em quase todos os Estados do país. Após o devido processo legal, ou até mesmo durante ele, o preso cumpre a sua pena em locais desumanos, os quais recebem mais detentos do que a sua capacidade foi criada para suportar. A partir daí, dificilmente o presídio consegue desenvolver a sua proposta constitucional, que é dar assistência ao preso ou internado. A Lei de Execuções Penais, em seu

[76] Acadêmico do 10° período de Direito da Faculdade Promove: matheus.carmo@soupromove.com.br
[77] Acadêmico do 10° período de Direito da Faculdade Promove: samuel.ferreira@soupromove.com.br
[78] Acadêmico do 10° período de Direito da Faculdade Promove: vinicius.assis@soupromove.com.br

art. 10, prevê: a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade". (Lei de Execução Penal n° 7.210/84).

Por que esse mecanismo – legislativo, judiciário e a Execução Penal – não são capazes de impedir a reincidência criminal?

É sabido que, uma pessoa impelida pelo Estado perde a sua liberdade, o acesso à família e à sociedade de forma geral, jamais deveria regressar ao universo do crime, a fim de evitar qualquer possibilidade de ser preso novamente. Porém na realidade o retorno do agente ao mundo do crime é quase uma certeza. Essa é questão chave do presente trabalho, realizar uma abordagem sobre a APAC, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, numa proposta de reclusão diferente do modelo tradicional, a qual apresenta resultados mais otimistas para toda sociedade.

Salutar, antes de adentrarmos de fato à metodologia apaqueana, mencionar alguns aspectos da sua trajetória, o momento onde tudo começou, como também a sua expansão no decorrer do tempo. Nos meados de 1972, nasce a APAC no município de São José dos Campos/ SP. A sigla significava Amando ao Próximo Amarás a Cristo. Tratava-se de um grupo de voluntários cristãos, liderados pelo advogado e jornalista Doutor Mário Ottoboni. Dois anos mais tarde perceberam a necessidade de uma estrutura jurídica para melhor auxiliar os presos, assim convidaram profissionais da área para integrarem a equipe, a partir de então, o significado de APAC também ganhou o sentido de Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

Dentre livros, entrevistas e palestras, o Doutor Mário sempre fora questionado pelo motivo de tamanha dedicação aos presos. Por se tratar de um homem de notável intelecto e rica formação acadêmica, poderia ter se envolvido em diversas disciplinas, todavia empenhou suas energias em prol de uma classe social marginalizada.

> Em suas obras e entrevistas o nobre jornalista afirma que analisou o quadro assistencial brasileiro, que de um modo geral a sociedade e a igreja estabeleciam instrumentos voltados ao menor de idade, ao idoso, aos viciados em drogas, dentre outros, porém não havia um instituto direcionado ao preso. A exclusão deste grupo de seres humanos lhe causava espanto, haja vista o tamanho da população carcerária no Brasil, o baixo número de hospitais psiquiátricos, bem como os altos índices de reincidência criminal. Diante de um sistema penitenciário tradicional falido e de uma enorme vontade de servir a Deus, abraçou a causa e dedicou a sua vida ao projeto. (TV CANÇÃO NOVA, 2012).

Pautado na fé em Cristo e na crença de que nenhuma pessoa é irrecuperável, Ottoboni dedicou sua vida na restauração dos apenados. Pois, acolher o ser humano com dignidade, conduzi-lo à autorreflexão, ao arrependimento e a consciência social, são passos fundamentais para ressocialização.
Antes de inaugurar e iniciar os trabalhos em espaço próprio, o grupo visitou os presídios tradicionais no objetivo de conhecer essa realidade. Logo nas primeiras experiências se depararam com superlotação das celas, uma estrutura mais do que precária, os varais ficavam no alto ou no meio da própria cela, as pessoas dormindo com colchão no chão

> O Dr. Ottoboni assegurou que a partir daí teve a certeza de que havia um chamado de Deus para essa missão, que através do evangelho, da educação, do trabalho, do apoio emocional e psicológico, seriam capazes de recuperar aquelas pessoas. (TV CANÇÃO NOVA, 2012).

Após quatro anos, estavam administrando presídios sem polícia, os próprios presos cuidavam da segurança local. Os resultados foram se multiplicando e chamaram a atenção do mundo inteiro, literalmente. Mas, contudo, esse percurso vitorioso da Entidade também sofreu com diversos contratempos. Além das críticas de todos os lados da sociedade e perseguições pessoais, incluindo juízes e promotores, o Doutor Jornalista enfrentou mais de dez processos judiciais e a muitas tentativas

de extinguir as atividades. Nas palavras dele, foi aí que tudo ficou ainda mais forte. Junto aos frutos do trabalho que eram argumentos indiscutíveis, despertaram o interesse de países como Estados Unidos, Alemanha, Nova Zelândia, Noruega, Chile, Peru e Costa Rica, todos adotaram o modelo a fim de humanizarem as suas prisões. (TV PAULINAS, 2014).

Atualmente, a implementação da APAC é muito bem sucedida no território brasileiro segundo a FBAC - Fraternidade Brasileira de apoio aos Condenados; principalmente em Minas Gerais, pela vasta adesão ao sistema, bem-visto pelo poder Judiciário, executivo e pela sociedade no geral.

Na finalidade de fortalecer a humanização no cumprimento das penas privativas de liberdade e das medidas socioeducativas, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), O Programa Novos Rumos marca a atuação inovadora do TJMG na área de Execução Penal. A proposta apoia o Método APAC, especialmente na mobilização dos magistrados e da sociedade civil para o bom funcionamento e expansão do projeto em todo território mineiro. (TJMG.JUS.BR).

> Art. 1º Fica instituído o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, com o objetivo de promover ações de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas. (Resolução Nº 96, CNJ).

O Procurador de Justiça Tomáz de Aquino Resende, coordenador do Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor do Ministério Público de Minas Gerais (trata-se de órgãos auxiliares da atividade do MP), fala sobre a metodologia da APAC. Em 2013 o modelo mineiro abrangia cerca de dois mil detentos e valoriza o conceito de autodisciplina. Em suas palavras, a distância é abissal entre o método APAC e o modelo tradicional, a melhor metáfora seria comparar o céu e o inferno. Conforme o Doutor Tomáz, no ano de 2013, a reincidência criminal passa dos 75% aos presos comuns, e pior, a repetição da conduta criminosa, a rigor, trazia consigo a prática de um crime mais grave do que aquele que o levou a prisão pela primeira vez. O que legitima considerar o presídio tradicional como uma escola do crime. Não há falar em passar a mão na cabeça de preso ou qualquer tendencia de vitimização das quais se isenta o autor de crime das consequências. O maior beneficiado em recuperar as pessoas é o próprio Estado. (FBAC, 2016)[79].

O saudoso Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Coordenador do Programa Novos Rumos, Joaquim Alves de Andrade, falou sobre a transformação do criminoso em cidadão através do estudo e profissionalização. “A lei determina o recolhimento do criminoso, todavia não manda que ele passe por sessões de sofrimento. O preso deve perder unicamente a sua liberdade e não a dignidade”. (TjmgVideos, 2012) [80].

A cada dia que passa a APAC ganha mais incentivo jurídico, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário (CNPCP), no fito de contribui na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo as metas e prioridades da Política Criminal e Penitenciária, nos termos do art. 61, I e 64, I e II da Lei n. 7.210/1984, através da Resolução 03 do CNPCP, a seguinte proposta e recomendações:

> Art.1° - Propor como Diretriz de Política Penitenciária o fortalecimento da atuação do Método APAC por meio de ações do Poder Público em parceria com entes privados, sem fins lucrativos, visando o aperfeiçoamento da humanização na Execução Penal.
> Art. 2º - Recomendar ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) que, na aplicação dos recursos do FUNPEN, proporcione meios de apoio financeiro para os projetos de construção, reforma, aparelhamento e aprimoramento de serviços penais dos Centros de Reintegração Social, administrados por organizações da sociedade civil que adotem o método apaqueano.

[79] FBAC – Fraternidade de Assistência aos Condenados. É uma Associação Civil de Direito Privado sem fins lucrativos que tem a missão de congregar a manter a unidade de propósitos das suas filiadas e assessorar as APACs.
[80] TjmgVídeos – Canal no YouTube que disponibiliza vídeos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

> Art. 3º - Recomendar ao DEPEN que promova a análise e verificação dos projetos arquitetônicos dos Centros de Reintegração Social em relação às Diretrizes para arquitetura prisional, com base nas especificidades dos procedimentos e rotinas da metodologia apaquiana, as quais não encontram compatibilidade com as diretrizes de arquitetura prisional convencional, estabelecidas por Resoluções da lavra deste CNPCP. (RESOLUÇÃO 03 do CNPCP).

Com o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte e da Procuradoria-Geral do Município (PGM), o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) inaugurou, no dia 09 de janeiro de 2019 a primeira unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Belo Horizonte (Apac-BH), exclusiva para o acolhimento de mulheres em cumprimento de pena de privação de liberdade. Foi a primeira a ser criada em uma capital no Brasil. À época a unidade foi capaz de receber 200 apenadas. Conforme a própria reportagem, o sistema prisional tradicional, o índice nacional de condenados que voltam a praticar crimes é de, aproximadamente, 85%; enquanto em uma unidade Apac esse índice é de 8,62%. (PREFEITURA.PBH.GOV.BR, 2019) [81].

2 Referencial teórico

Passados 37 anos de implementação da Lei nº 7.210/84 (Lei de execução Penal - LEP) e 73 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a sociedade brasileira ainda busca entender a funcionalidade dos presídios no que diz respeito a proposta ressocializadora do sistema penal que hoje não ultrapassa simplesmente a mera punição aos condenados pelos seus delitos, e geram todos os anos altos custos aos cofres públicos, e o resultado é a completa sensação de insegurança, pois tanto a criminalidade quanto a reincidência continuam aumentando.

A superlotação, a infraestrutura das cadeias e capacitação dos agentes, contribuem muito para que a proposta legal prevista no, já mencionado, art. 1° da Lei de Execuções Penais não seja exequível. Apenas a retirada dos direitos, isto é, o isolamento social jogado ao ócio, oferecendo a convivência com presos mais experientes e perigosos, sujeitando-os a hierarquia das prisões e sua subcultura, não é capaz de restaurar o detento e devolvê-lo para o novo convívio social em melhores condições.

Em contra partida ao modelo tradicional, ou em razão da ineficácia deste, surge a APAC, alinhada à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CR/ 88), às Diretrizes do Direitos Humanos, referendada pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução Nº 96, e também pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário através da Resolução 03, haja vista a consonância da sua filosofia de “Matar o criminoso e Salvar o homem”. Cujo objetivo é promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, todavia que ela seja cumprida com o propósito de restaurar o apenado devolvendo a ele a dignidade como ser humano. (WEBTV PAULINAS, 2014) [82].

A princípio, verifica-se hodiernamente, que existe um vultoso e crescente aumento de problemas sociais ligados aos vários setores do Estado Brasileiro. Em contraponto, se nota cada vez mais a participação dos órgãos de Terceiro Setor aliados às estratégias de mercado como protagonistas nas transformações sociais, por meio da utilização de métodos eficientes e eficazes com o escopo de mitigar ou extirpar as mazelas enfrentadas pelo meio social. Neste passo, uma questão que já há muito tempo vem infligindo o meio social é a superlotação da população carcerária e os níveis altos de reincidência dos presos que estão cumprindo pena privativa de liberdade em presídios comuns, dando margem para a veiculação de

[81] PREFEITURA.PBH.GOV.BR. Site Oficial da Prefeitura de Belo Horizonte – Minas Gerais.

[82] Congregação das Irmãs Paulinas, congregação religiosa de mulheres consagradas para anunciar o Evangelho.

que as cadeias e os presídios brasileiros se tornaram verdadeiras empresas ou escolas de formação e especialização de malfeitores que vem trazer o caos e a desordem social.

Segundo dados apresentados no primeiro semestre de 2014, o número de pessoas segregadas no Brasil ultrapassou a marca dos seiscentos mil. Atualmente, existem cerca de 300 presos para cada cem mil habitantes no país. (Departamento Penitenciário Nacional, 2014).

O número de presos é consideravelmente superior a quase 377 mil vagas do sistema penitenciário, totalizando um déficit de 231.062 vagas e uma taxa de ocupação média dos estabelecimentos de 161%. Em outras palavras, em um espaço concebido para custodiar 10 pessoas, existem por volta de 16 indivíduos encarcerados. (Departamento Penitenciário Nacional, 2014).

Outros dados significativos apontados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2014, havia cerca de 147.937 pessoas em prisão domiciliar. Se somarmos esse valor à população prisional brasileira contabilizada pelo INFOPEM, constatasse que há 775.668 pessoas privadas de liberdade no Brasil. (Departamento Penitenciário Nacional, 2014).

A superlotação e as condições desumanas, são fatores que prejudicam toda a sociedade, que recebem indivíduos que saem dos estabelecimentos prisionais da mesma forma como entraram, ou piores. Além do mais, qualquer cidadão tem direito de receber tratamento digno e respeitoso, mesmo tendo sido condenado por qualquer espécie de crime, conforme estabelece o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, e o artigo 5º Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, a qual o Brasil se tornou signatário. Porquanto, faz-se necessário que sejam adotadas medidas que de modo efetivo venham a promover a reinserção social do detento ao convívio de seus pares e tendo por ferramenta básica a Lei de Execução Penal e seus dois eixos: punir e ressocializar.

Desta forma, diante deste cenário, surge uma organização sem fins lucrativos representativa do terceiro setor, a APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, constituída sob a personalidade jurídica de direito privado, que tem como missão humanizar o cumprimento da pena privativa de liberdade do reeducando/preso e trazer uma mudança de comportamento a fim de ressocializar o indivíduo novamente ao convívio social.

O objetivo principal do método instituído pela APAC é humanizar o cumprimento da pena. O método tem como base a Lei de Execução Penal, enfatizando o cumprimento de pena, executando a liberdade progressiva, priorizando a reeducação do preso. A Lei de Execuções Penais nº7.210/84 apregoa em seu artigo 1º que o objetivo do cumprimento da pena é efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a integração social harmônica do condenado e do internado.

Salienta que a APAC tem como pilar o amor, a confiança e a disciplina, a fim de cumprir a sua finalidade que é recuperar o preso, proteger a sociedade, socorrer a vítima e promover a justiça. Para tanto, como cita o TJMG (2016), o objetivo da APAC é a promoção da humanização das prisões. Não há intenção de extinguir o caráter punitivo da pena, mas busca evitar a reincidência do crime, oferecendo alternativas para que o condenado se recupere, para que ao final do cumprimento da pena, possa ser integrado no meio social, tendo uma vida melhor e longe da criminalidade. Segundo propugna o fundador da APAC, Ottoboni (2006), a filosofia desta instituição que se prega desde os primórdios de sua existência é matar o criminoso e salvar o homem, diferente do sistema penitenciário, que mata o homem e o criminoso que existe nele, em razão de suas falhas e mazelas.

Com base no princípio da dignidade da pessoa humana, previsto na CR/ 88, outro fundamento importante é a valoração humana, nos quais são utilizados de valoração simples como chamamento nominal, trabalhos de autoestima, elogios e concessão de regalias. O fundador Advogado, cita que o método APAC se funda em alguns pilares a fim de desenvolver sua metodologia de recuperação, quais sejam: Participação da comunidade, o recuperando ajuda o recuperando, trabalho, religião, assistência

jurídica, assistência à saúde, valoração humana, família, serviço voluntário, centro de reintegração social, mérito e jornada com Cristo.

O primeiro fundamento se constitui na participação da sociedade estimulando as pessoas a participarem com mais efetividade do sistema prisional, com o escopo de tentar resolver os problemas que assolam a recuperação do condenado. A lei nº 7.210/84 dispõe em seu artigo 4º, que "o Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança". Não há motivo para a existência da APAC, se não houver a participação efetiva e organizada da comunidade, pois, incumbe a ela o dever de introduzir o método nas prisões e de somar esforços da sociedade em prol deste ideal. (CAMPOS, 2011) [83]. Segundo o autor, é necessário que a APAC desenvolva periodicamente ações que possam sensibilizar e mobilizar a comunidade por meio de Audiências Públicas, Seminários de Estudos sobre o método APAC, formação de voluntários, campanhas com utilização em veículos de comunicação local e também conquista de sócios-contribuintes.

O segundo fundamento, incute a ideia de que os recuperandos são parte fundamental da solução do problema, de modo que, devem apreender a ajudar uns aos outros, a fim de criar um ciclo benéfico de mútua ajuda. Esta metodologia visa ensinar que, ao ajudar outras pessoas, começa-se a aprender que tem valores, que pode se recuperar e que pode exercer seu papel de cidadão. (TOMAZ, 2016) [84]. Além do mais, este processo de mútua cooperação entre os recuperandos cria um ambiente harmonioso, ressaltando como valor o respeito ao próximo. Cita Campos (2011) que na APAC existe um Conselho de Sinceridade e Solidariedade – CSS, composto por recuperandos, para buscar a cooperação de todos para manter a efetiva segurança e disciplina no estabelecimento.

O terceiro fundamento é o trabalho, que é um importante instrumento de ressocialização para o reeducando, já que o mesmo ensina a executar tarefas, a cumprir normas, a ter foco, disciplina, estabelece valores. De fato, pode-se dizer que o Trabalho dignifica do Homem. É válido mencionar que o trabalho mantém o reeducando ocupado, não dando azo a pensamentos escusos, como diz o velho ditado "mente vazia, oficina do diabo".

A título de exemplo, na APAC o reeducando executa atividades como o artesanato, sapataria, alfaiataria, mecânica, entre outros. No entanto, adverte o TJMG (2016), "o trabalho não deve ser o único elemento fundamental na ressocialização do preso, visto que ele não é suficiente para a recuperação do condenado". Conforme previsto por Ottoboni (2006), o trabalho de acordo com a Lei de Execuções Penais representa também um incentivo, uma vez que a cada três dias de trabalho, desconta-se um dia em sua pena, sendo que tal benefício é denominado de remição de pena. O trabalho possui contornos diferenciados a depender o regime de cumprimento da pena privativa de liberdade, conforme expõe o Ottoboni (2006), já que no regime fechado o foco do trabalho é a promoção da melhoria do ser humano, auxiliando em sua reabilitação. No regime semiaberto, o trabalho se perfaz por meio de oficinas profissionalizantes, e no regime aberto o trabalho se volta à inserção social.

O quinto fundamento e exultado pela FBAC (2017), e estabelece que é importante ter uma religião para conhecer o sentido de amar e ser amado, sem imposições de credo, por meio da evangelização, reflexões, missões e terapias espirituais. Vale mencionar que grande parte dos recuperandos são hipossuficientes financeiramente, ou seja, não possuem condições de contratar um advogado particular. Neste aspecto, a assistência jurídica é outro importante fundamento, já que oportuniza ao recuperando esclarecer suas dúvidas processuais, quanto à concessão de benefícios e progressão de regime.

O TJMG (2016), informa que 95% da população prisional não têm condições para contratar um advogado, assim, a ansiedade só cresce, ainda mais na fase de execução da pena, onde o preso toma

[83] CAMPOS, Raquel de Fátima Silva. APAC: Alternativa na Execução Penal. Monografia – Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, Barbacena, 2011.
[84] TOMAZ, Rosimayre. **Método APAC: estratégia humana eficaz de reinserção do preso no convívio social.** Revista Jus Navegandi, ISSN 1518-4862.

conhecimento de todos os benefícios que a lei lhe garante. O artigo 14 da Lei de Execução Penal dispõe, que “é um direito mínimo do presidiário e de qualquer ser humano a assistência à saúde, incluindo o atendimento médico, psicológico, odontológico, entre outros”. (LEP) De acordo com Campos (2011), a APAC empreende grande esforço para que os elos afetivos entre os familiares e o condenado não sejam rompidos. E ainda, conforme o TJMG (2016), o método da APAC deve contar com a participação dos familiares do recuperando, por ser esse um dos pilares essenciais para a verdadeira recuperação do condenado. A APAC, para que possa desenvolver suas atividades primordiais, necessita também voltar a atenção aos seus voluntários, fornecendo a formação e capacitação necessária para que estes possam exercer uma função mais sensível e humana com os recuperandos. A metodologia da APAC faz a previsão de um Centro de Reintegração Social – CRC, onde se realiza uma classificação dos recuperando em três pavilhões, a depender do regime de cumprimento de pena. Interessante é a valorização do mérito do apenado pelo bom comportamento e execução de atividades, pelos sistemas incentivos por meio de elogios, regalias e pontuações, que podem inclusive, reduzir a pena do recuperando.

Por derradeiro, o último fundamento dos pilares do método APAC é pautado na religião e no apoio espiritual – a Jornada com Cristo, que consiste em uma reflexão profunda da vida, com a realização de palestras, testemunhos, músicas e demais atos. (TOMAZ, 2016).

O tribunal de Justiça de Minas Gerais/TJMG dispõe sobre a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), como: Uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade.

A APAC encontra amparo em nosso ordenamento jurídico brasileiro, notadamente, na Constituição Federal de 1988, bem como, no atual Código Civil de .2002, e por fim, na Lei de Execuções Penais nº 7.210/84. Conforme explana Campos (2011), a APAC opera como entidade auxiliar dos Poderes Judiciários e Executivos, respectivamente na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade no regime fechado, semiaberto e aberto.

Para a criação de uma APAC, deve-se antes unir segmentos sociais interessados em participar do projeto, formalizando-se assim a comissão que terá como objetivo a criação da Associação. A partir daí, deve-se criar a associação na comarca ou no município. Aqueles que serão responsáveis pela associação deverão apresentar ao cartório para registro os seguintes documentos: estatuto aprovado, ata da Assembleia Geral da Fundação da Entidade, ata de aprovação do estatuto e ata da eleição de sua diretoria. A Associação deverá providenciar o CNPJ junto ao Ministério da Fazenda. Obter o atestado de utilidade pública municipal – CMAS. É recomendado que se obtenha também os atestados de utilidade pública estadual e federal, além do certificado de filantropia emitido pelos Conselho Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social, para fins de convênio. (Marketing Social) [85].

3 METODOLOGIA

3.1 Contextualização do tema

Como vale destacar, o método de trabalho da APAC dispõe de um método de valorização humana, vinculada à evangelização, para oferecer ao condenado condições de recuperar-se. Busca também, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas. A principal diferença entre a APAC e o sistema carcerário comum é que, na APAC, os presos (chamados de recuperandos pelo método) são corresponsáveis pela recuperação deles, além de receberem assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestadas pela comunidade. A segurança e a disciplina são

[85] ROSA, Diogo Pereira. **Marketing Social.** Análise de uma nova estratégia na ressocialização dos presos.

feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores das entidades, sem a presença de policiais e agentes penitenciários. Além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, eles possuem atividades variadas, evitando a ociosidade. A metodologia APAC fundamenta-se no estabelecimento de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e o envolvimento da família do sentenciado. A valorização do ser humano e da sua capacidade de recuperação é também um importante diferença no método APAC. Contudo esse modelo que se destaca tem demostrado o quanto comparada as demais no tocante aos dados disponibilizados, nota-se a eficácia demostrada através dos dados fornecidos que se têm uma discrepância entre as reincidências dos condenados que cumpriram suas penas em detenções comuns comparadas os condenados assistidos dos benefícios ressocializadores das APACs.

3.2 perspectivas metodológica

O presente trabalho foi realizado através da coleta de dados da Cartilha mais recentes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Programa Novos Rumos. Números extraídos de vinte e nove APACs estaduais, incluindo dados de unidades masculinas e femininas.

As estatísticas retiradas no site da FABC acerca de APACs do âmbito federal também sedimentaram os números apresentados.

Diante do exposto, percebe-se o tipo de pesquisa descritiva e bibliográfica, visto a análise sobre as APACs em um período específico, bem como o embasamento por meio da coleta de dados de site e Cartilha, respectivamente.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os relatórios da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC, emitido em 05/06/2022, no município de São José dos Campos/ SP, desde 1972 são 69. 676 recuperandos recebidos nas APACs em todo o Brasil.

1. Informações sobre as APACs

APACs em processo de implantação	79
APACs em funcionamento (CRS sem polícia)	63
TOTAL DE APACs	**142**

2. Informações quanto ao gênero das APACs em funcionamento

APACs femininas	10
APACs juvenis	1
APACs masculinas	52
Total de APACs em funcionamento	**63**

3. Capacidade de ocupação das APACs

Regime	**Feminina**	**Masculina**	**Total**

Regime fechado	421	3.481	**3.902**
Regime semiaberto	233	2.089	**2.322**
Regime aberto	33	162	**195**
TOTAL DE RECUPERANDOS	667	5.752	**6.419**

4. Informações quanto ao Estado da federação

ESTADO	Número de APACs	Regime fechado	Regime semiaberto	Regime aberto	TOTAL
ES	1	64	10	0	74
MA	8	380	198	0	578
MG	**46**	**3232**	**1995**	**195**	**5422**
PR	4	106	74	0	180
RN	1	30	0	0	30
RO	1	40	35	0	75
RS	2	50	10	0	60

5. Média percapita das APACs (mensalmente) - 2022

Janeiro	R$ 1.603,69	Fevereiro	R$ 926,01
Março	R$ 2.120,13	Abril	R$ 1.522,34
Maio	R$ 1.979,24	Junho	R$ 0,00
Julho	R$ 0,00	Agosto	R$ 0,00
Setembro	R$ 0,00	Outubro	R$ 0,00
Novembro	R$ 0.00	Dezembro	R$ 0.00
Média dos meses	**1.630,28**		

6. Educação e Profissionalização

Alfabetização	334
Ensino fundamental	1.096
Ensino Médio	728
Ensino Superior	261
Cursos Profissionalizantes	266
Tota de recuperandos estudando	2.685

7. Trabalho nas APACs

Laborterapia	3.512

Oficinas e Unidades Produtivas	1.758
Trabalho para a APAC	586
Trabalho externo	564
Total de recuperandos trabalhando	6.419

8. Média de Reincidência

Internacional	70%
Nacional	80%
APACs	**13,90%**
APACs femininas	2,84%

Através história da APAC juntamente ao relatório da FBAC constata-se que o programa teve início com os recuperandos masculinos nos meados dos anos 70, atualmente se estendeu ao público feminino e ao juvenil, o que corrobora a eficiência do projeto na recuperação dos apenados, valorizando a pessoa humana independente de gênero ou idade. Destaca-se a importância de se manter o atendimento de acordo com a capacidade de ocupação, fator de extrema relevância para que a proposta seja exequível, não vindo a repetir a superlotação, presente nos presídios tradicionais, oferecendo um ambiente salubre e digno de convivência. Nesse contexto, uma vez que é oferecido aos recuperandos, trabalho, estudo, oficinas, assistência jurídica e psicológica, além da alimentação e despesas de subsistência, o baixo custo por pessoa apresentado nos chama à atenção, sobretudo se comparado a oneração do sistema tradicional e, principalmente, o tratamento que o preso recebe.

5 CONCLUSÃO

Cabe ressaltar que os resultados demonstrados pelo método são de fato um instrumento eficiente no combate à criminalidade a favor da ressocialização. O Reconhecimento dos órgãos como o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário por meio da Resolução 03, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais com a proposta inovadora na área de Execução Penal através do Programa Novos Rumos, o interesse e implantação do método em países como Estados Unidos, Alemanha e Noruega, dentre outros, sedimentam cada vez mais a eficiência da metodologia.

As estatísticas de reincidência criminal, problema gravíssimo enfrentado nos dias atuais, são ínfimas quando se comparada a reincidência cometida aos agentes oriundos do sistema carcerário tradicional. Os valores e despesas envolvidas, mais uma vez se contrapostas ao modelo comum são exageradamente maiores, o que desonera o Estado e favorece à sociedade como um todo, seja no aspecto financeiro, seja na contribuição da cidadania, pois devolve um indivíduo saudável e recuperado ao convívio social sem a sobrecarga de valores.

Apenas isolar, banir ou segregar o condenado, não cumpre a proposta da Lei de Execução Penal, sem mencionar outros dispositivos legais alinhados aos Direitos Humanos. A metodologia da APAC consiste na valorização da pessoa humana, no resgate da dignidade, autorreflexão, consciência coletiva, instrumentos que contribuem para o egresso harmônico em sociedade.

Dessa forma, e diante de todo o exposto fica evidente que ao passo em que evoluímos para a valorização humana nos presídios com os métodos aplicados pelas APACs, estamos dando um grande passo para a evolução de uma sociedade como um todo, por ser o diferencial o modelo aplicado, modelo esse que não só vê a punição como a solução para a recuperação do apenado mas também vê a

sua importância da ressocialização para a recolocação do mesmo em sociedade cumprindo na pratica os princípios constitucionais e legais em que o Estado e a Sociedade tanto almejam.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Raquel de Fátima Silva. **APAC: Alternativa na Execução Penal**. Monografia – Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, Barbacena, 2011;
- Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN;
- FBAC – Fraternidade Brasileira de apoio aos Condenados. Youtube, 13 de jul. de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oFGfqz8jLdc>. Acesso em 10 abr. 2022;
- FBAC - Fraternidade Brasileira de apoio aos Condenados;
- Lei de Execução Penal (LEP) n° 7.210;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- NOVA, TV Canção. Papo aberto: A inspiração do método APAC. Youtube, 20 ago. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XU7aEqnMOc4&list=RDCMUCVrKQMmA2ew9LFzeIDaOFgw&start_radio=1&rv=XU7aEqnMOc4&t=1533&t=1>. Acesso em 09 mai. 2022;
- PAULINAS, TV. A história de vida do criador do método APAC, Mário Ottoboni. Youtube, 15 set. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C1MB4U0Qlq4>. Acesso em 29 abr. 2022;
- PREFEITURA.PBH.GOV.BR, 09 dez. 2019. Disponível em: < https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/primeira-apac-da-capital-comeca-funcionar-em-predio-cedido-pela-prefeitura>. Acesso em 14 mai. 2022.
- REINCIDÊNCIA. Estudo sobre a reincidência das pessoas que deixaram os Centros de Reintegração Social das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados do Estado de Minas Gerais (APAC's) – 2019 - 2020. Belo Horizonte.
- Resolução Nº 03 de 13/09/2019. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário (CNPCP);
- Resolução Nº 96 de 27/10/2009. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- REVISTA JUS NAVEGANDI, ISSN 1518-4862, Teresina, 2016. Disponível em: <: https://jus.com.br/artigos/51336>. Acesso: 17 mai. 2022;
- ROSA, Diogo Pereira. **Marketing Social.** Análise de uma nova estratégia na ressocialização dos presos. 168f. Dissertação - Universidade Metodista de Piracicaba/ UNIMEP.
- TJMG.JUS.BR. 07 abr. 2017. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/acoes-e-programas/programa-novos-rumos.htm#>. Acesso em 14 mai. 2022;

- TjmgVideos. Youtube, 16 de out. de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FXG5RUQfvF0>. Acesso em 14 mai. 2022;
- TOMAZ, Rosimayre. **Método APAC: estratégia humana e eficaz de reinserção do preso no convívio social.** Disponível em: <: https://jus.com.br/artigos/51336>. Acesso: 17 mai. 2022;

Crimes Praticados Por Pessoas Portadoras De Esquizofrenia E A Atuação do Estado Face Ao Direito Penal

Crimes Committed By People With Schizophrenia And The State's Action Against Criminal Law

Adriana Carmelita dos Santos Medeiros [86]

Maria Aparecida da Silva Fernandes[87]

Margareth de Abreu Rosa[88]

Resumo: O seguinte artigo possui como objetivo discorrer sobre os crimes praticados por pessoas que são portadoras de esquizofrenia e a atuação do Estado nos seguintes casos no contexto do Direito Penal. Também, tratar sobre os principais aspectos dos seguintes crimes cometidos, analisar os desafios na tratativa do tema e ainda apontar as medidas que vêm sendo adotadas de acordo com o entendimento do ordenamento jurídico brasileiro. Assim, o estudo questiona quais ações são promovidas pelo Estado, diante de um crime cometido por uma pessoa diagnosticada com esquizofrenia. A justificativa para escolha do tema se respalda na relevância acadêmica e social do assunto, considerando as contribuições sobre a relação interdisciplinar entre loucura e criminalidade, bem como a constituição de instituições de controle e regeneração, ocuparam o cenário de discussões teóricas e implementações políticas. Por fim, a metodologia de pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa no qual se conclui que os crimes praticados por esquizofrênicos precisam ser analisados de acordo com cada caso concreto, compreendendo que a esfera jurídica penal deve aplicar as sanções legais de acordo com a verificação de punição, medidas de segurança e tratamentos quando necessário.

Palavras-chave: Esquizofrenia. Direito Penal. Culpabilidade.

Abstract: *The following article aims to discuss the crimes committed by people with schizophrenia and the role of the State in the following cases in the context of Criminal Law. Also, deal with the main aspects of the following crimes committed, analyze the challenges in dealing with the subject and also point out the measures that have been adopted according to the understanding of the Brazilian legal system. Thus, the study questions which actions are promoted by the State, in the face of a crime committed by a person diagnosed with*

[86] Graduanda em Direito pela Faculdade Kennedy de Minas Gerais.

E-mail: adriana.medeiros@soukennedy.com.br

[87] Graduanda em Direito pela Faculdade Kennedy de Minas Gerais.

E-mail: maria.fernandes@soukennedy.com.br

[88] Professora e orientadora do Curso de Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais.

E-mail: margareth.rosa@somoskennedy.com.br

schizophrenia. The justification for choosing the theme is based on the academic and social relevance of the subject, considering the contributions on the interdisciplinary relationship between madness and crime, as well as the constitution of control and regeneration institutions, occupied the scenario of theoretical discussions and political implementations. Finally, the research methodology is a bibliographic review with a qualitative approach in which it is concluded that the crimes committed by schizophrenics need to be analyzed according to each specific case, understanding that the criminal legal sphere must apply legal sanctions in accordance with verification of punishment, security measures and treatments when necessary.

***Keywords**: Schizophrenia. Criminal Law. Culpability.*

1. INTRODUÇÃO

A esquizofrenia é caracterizada como uma perturbação mental que gera desorganização nos pensamentos causando delírios e alucinações, ainda retira a capacidade de diferenciação entre a realidade da imaginação fazendo com que o indivíduo não tenha suas faculdades mentais conexas com a realidade.

Considerando as peculiaridades do indivíduo com esquizofrenia, surgem questionamentos a respeito da sua capacidade de discernimento de entender o que é certo ou errado perante as normas jurídicas, criando-se a necessidade de uma avaliação minuciosa dos aspectos legais e os procedimentos do judiciário.

Entendendo a importância de discussão sobre o assunto, o seguinte artigo possui como objetivo discorrer sobre os crimes praticados por portadores de esquizofrenia realizando uma análise acerca da aplicabilidade do Direito Penal nos seguintes casos.

Também busca analisar os desafios na tratativa do tema e ainda apontar as medidas que vêm sendo adotadas de acordo com o entendimento do ordenamento jurídico brasileiro. Assim, o estudo questiona quais ações são promovidas pelo Estado, diante de um crime cometido por uma pessoa diagnosticada com esquizofrenia.

A justificativa para seleção do tema ocorre por meio da importância da temática em âmbito acadêmico, jurídico e social bem como na discussão sobre os conceitos que sustentam o doente mental criminoso em seu lugar de ambiguidade, inimputabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança.

Por fim, nesse processo, a relação com o campo do direito criminal ocupou um lugar de destaque e gerou grandes debates entre alienistas e magistrados que culminaram com a constituição de um modelo de intervenção penal específico para os doentes mentais.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

A “esquizofrenia” trata-se de um termo criado pelo psiquiatra Eugen Bleuler no final do século XIX. A nomenclatura traduz um tipo de transtorno mental que pode se manifestar de diferentes maneiras em cada pessoa e que não possui qualquer tipo de sintoma que possa ser considerado categórico para enquadramento de seu acometimento. De acordo com o Ministério da Saúde (2021), cerca de 1,6 milhão de brasileiros são acometidos pela doença, sendo essa, a terceira principal causa de perda da qualidade de vida entre pessoas da faixa etária de quinze a quarenta e quatro anos de idade.

A esquizofrenia também pode ser compreendida como a perda do senso de realidade, ou seja, o indivíduo tem a concepção apática das coisas e se mantém em constante isolamento social com perda da afetividade se tornando introspectivo e não conseguindo diferenciar o real da fantasia. A tipificação da esquizofrenia está descrita na Classificação Internacional das Doenças – CID, mais especificamente na de número 10 nos blocos F.20 a F. 29 sendo classificada como:

> Distorções fundamentais e características do pensamento e da percepção, e por afetos inapropriados ou embotados. Usualmente mantém-se clara a consciência e a capacidade intelectual, embora certos déficits cognitivos possam evoluir no curso do tempo. Os fenômenos psicopatológicos mais importantes incluem o eco do pensamento, a imposição ou o roubo do pensamento, a divulgação do pensamento, a percepção delirante, idéias delirantes de controle, de influência ou de passividade, vozes alucinatórias que comentam ou discutem com o paciente na terceira pessoa, transtornos do pensamento e sintomas negativos (OMS, 1989, p. 1).

Também, é entendida como a principal forma de psicose, sendo uma doença evolutiva e a qual possui diferentes formas de surtos podendo ser inconstantes, únicos ou com diversos episódios tendo os sintomas variações graduais ou de constante oscilação. Tais surtos não possuem entendimento científico sobre o que causa os gatilhos da psicose tendo em vista que diversos fatores podem contribuir para esse quadro clínico (NARCISO, 2019).

Entre as classificações da CID 10, na perspectiva jurídica, o que mais se destaca trata-se da esquizofrenia paranóide em que a pessoa passa por um processo de perturbação de sua coerência e associações normais rompendo a possibilidade de comunicação e compreensão sobre os fatores emocionais e comuns vivenciados em seu cotidiano.

Segundo Dalgalarrondo (2009), os efeitos da esquizofrenia são diversos e podem variar de acordo com alguns fatos como, por exemplo, a utilização de substâncias como álcool e drogas e causando assim alucinações auditivas, visuais disfunção de pensamentos e percepção adversa da realidade fazendo com que a ótica da pessoa sobre o contexto em que esta seja distorcida.

Os sintomas da doença geralmente ocorrem na adolescência ou na vida adulta podendo ser classificada em síndrome positiva, negativa e desorganizada. A positiva classifica-se por alucinações e delírios, a negativa a perda de determinadas funções e o distúrbio psíquico e a desorganizada ou esquizofrenia hebefrênica é perceptível com elaboração de pensamentos desconexos (OMS, 2022).

O transtorno esquizofrênico afeta a pessoa em diferentes esferas de seu convívio social, bem-estar e manutenção de atividades do seu cotidiano devido às alterações causadas em sua capacidade de juízo crítico bem como o desenvolvimento de comportamentos contrários ao comumente observados por conta da instabilidade e desconexão com a realidade (JASPERS, 1979).

Assim, a relação entre doenças mentais e o cometimento de crimes é muito discutida uma vez que ao contrário da noção acerca do cometimento de um crime e a possibilidade de responder suas ações, não é associada a pessoas que possuem doenças mentais devido à falta de discernimento que essas possuem ao compreenderem a gravidade do ato infracional que praticam (TORQUATO, 2020).

A esquizofrenia trata-se de uma doença que ainda não possui cura, mas é possível de ser controlada por meio de um acompanhamento constante e assistido. A Portaria nº 364/2013

aprovada pelo Ministério da Saúde além de dispor sobre as especificidades da doença, dispõe sobre a oferta de tratamento nas redes de Atenção Básica e nos centros de Atenção Psicossocial.

Entretanto, apesar do conhecimento pela esfera científica sobre os efeitos, distúrbios e o controle que pode ser realizado para os portadores da doença, ainda se discutem sobre a responsabilidade penal dos indivíduos que possuem tal quadro clínico quando registrado ocorrência de atos de responsabilidade penal (VALENÇA; NARDI; MENDLOWICZ, 2019).

Segundo Abdalla-Filho e Bertolote (2006), a psiquiatria forense é um dos campos que estuda a identificação e discussão da condução de questões relacionadas à saúde mental e a lei, compreendendo a existência de uma disparidade entre pessoas que comumente cometem crimes tenho consciência dos atos infracionais que realizam e aquelas que possuem a esquizofrenia a qual necessita de exames e legislações que regem a distinção entre tais.

O Código Penal, no título III da imputabilidade Penal, esclarece os casos em que embora um indivíduo tenha cometido um crime, esse não poderá ser responsabilizado ou então deverá ser parcialmente responsabilizado estando o agente no momento da ação impossibilidade de compreender o ato infracional que tenha cometido.

Em outras palavras, quanto ao cometimento do crime a pessoa que possua doença de insanidade mental ao cometer um crime esteja sobre efeito de surto psicológico que altere sua percepção sobre o ato cometido fazendo com que a ação seja executada sem a compreensão sobre sua responsabilidade jurídica (ROSENBROCK, 2021).

> Pela redação utilizada pelo Código Penal, deve-se dar abrangência maior, do que tradicionalmente lhe concederia a ciência médica para definir uma enfermidade mental. Porque não é atribuição do legislador penal nem do juiz da ação penal classificar nem resolver as questões médicas e técnicas que concernem à psiquiatria, mas, sim avaliar os efeitos que determinado estado mental pode ter sobre os elementos que compõem a capacidade mental de culpabilidade (BITENCOURT, 2016, p. 482).

A aplicabilidade deste critério ocorre por meio da análise do caso concreto com avaliação de periódica técnica sobre a existência ou não de doença ou retardo mental juntamente com a avaliação do nexo de causalidade e a capacidade de compreensão do responsável sobre o crime cometido (BECCARIA, 2011).

Assim, no que versa sobre os crimes cometidos por indivíduos que sofrem de transtorno mental, é necessário evidenciar o entendimento sobre imputabilidade, inimputabilidade e semi-imputabilidade. Segundo a definição de Capez (2006), a imputabilidade consiste na capacidade do indivíduo de comandar sua própria vontade tendo em vista a responsabilidade sobre seus atos. A inimputabilidade, está descrita no artigo 26 do Código Penal como todo agente considerado incapaz de responder por atos delituosos, sendo assim, aqueles que não possuem discernimento do ato ilícito cometido.

Por fim, a semi-imputabilidade, descrita no artigo 26 do CP no parágrafo único, descreve que ao momento do delito o agente é considerado parcialmente incapaz de compreender ou determinar o caráter criminoso da ação que tenha cometido.

Segundo Machado (2015), algumas características podem ser mencionadas em crimes cometidos por pessoas esquizofrênicas como, por exemplo, a ausência de compreensibilidade sobre o delito, ausência consistente de motivo para realizar a ação criminosa, execuções cruéis e ainda, a falta de arrependimento ou remorso após o crime.

A compreensão sobre o estado do agente no cometimento do crime é de extrema importância para verificação da situação mental deste no momento da ação bem como na seara jurídica e no âmbito do processo mental, auxilia a perícia técnica sobre o diagnóstico do quadro clínico na execução do ilícito. Tal verificação está descrita no artigo 149 § 1º e 2º do Código de Processo Penal.

> O Código Penal adota o sistema vicariante, ou seja, a acumulação de pena concomitante a medida de segurança não é permitida, devendo escolher entre a primeira e a segunda para o cumprimento da sentença. De forma mais clara, quando o agente na época do delito for imputável, deve-se aplicar a pena tipificada no Código, caso o agente, na época do delito for inimputável, caberá à aplicação de medida de segurança. Em um terceiro caso, onde o agente delitivo é considerado semi-imputável na ocorrência do fato, onde oscila entre a lucidez e a sua ausência, deve o juiz optar entre a pena e a medida de segurança (NARCISO, 2019, p. 28).

As medidas de segurança adotadas pelo sistema penal brasileiro são descritas no artigo 96 do Código Penal e tratam de internação em hospitais de custódia e tratamento psíquico e tratamento ambulatorial. Ressalta-se que a internação em hospitais de custódia possuem caráter preventivo, já os tratamentos ambulatoriais são de esfera penal restritiva de direito (NARCISO, 2019).

Se tratando de diagnóstico psiquiátrico, existem entendimentos contrários quanto à ideia de que cada pessoa possui uma realidade distinta não podendo assim classificar de forma correta o sujeito fazendo com que tais diagnósticos fossem capazes apenas de criar rótulos de acordo com a compreensão de correto pela sociedade sem observar os sofrimentos comportamentais e psíquicos. Em contraponto, a outra posição entende que tal recurso possui extrema importância na contribuição da identificação e aplicação do tratamento correto para pacientes (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2020).

Nesse contexto, quando se trata dos crimes cometidos por pessoas que possuam esquizofrenia são relacionados de forma importante entre o direito e a utilização de metodologias médicas para compreensão sobre a responsabilidade do crime que vem a ser cometido por este, uma vez que a incapacidade, segundo a lei penal supracitada, possa gerar efeitos diferentes aos convencionais associados às penalidades penais aplicadas (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2020).

Tendo em vista as peculiaridades da esquizofrenia, a análise dos fatores relacionados aos crimes se torna extremamente importante em diversos âmbitos no que concerne que o direito ultrapassa as esferas legislativas e atua juntamente na compreensão psíquica para a compreensão acerca da aplicabilidade correta da lei frente a qualquer infração cometida (PONTAROLO; LOUREIRO, 2020).

> Se faz cada dia mais necessário a junção do direito e da psiquiatria, para que as leis venham a ser editadas com um cunho intervencionista, visando uma evolução positiva do quadro psiquiátrico do agente, o que não ocorre atualmente. Por fim, vale lembrar que a medicina, o direito e a psicologia precisam se incumbir de estudar as nuances bio psicológicas e sociais de cada indivíduo, buscando sempre a melhor maneira de reintegrar socialmente e prestar o devido tratamento para todos aqueles que cometem crimes, bárbaros ou não (PONTAROLO; LOUREIRO, 2020, p. 19).

Assim, com a apresentação de diversas teorias, estudos, pesquisa e a fundamentação necessária para se compreender a importância da exposição do assunto, torna-se mais exemplificada frente às dificuldades encontradas para demonstrar como a temática ainda precisa de importantes avanços legislativos e sociais uma vez que as doenças mentais, especialmente a esquizofrenia, são cercadas por ausência de conhecimento por parte da população e ainda não tendo o tratamento ideal nas discussões (PONTAROLO; LOUREIRO, 2020).

Para compreensão acerca dessa necessidade de maior abrangência na discussão do assunto, ressalta-se estudo realizado por Filho (2020) sobre a relação de transtornos mentais e a criminalidade, as estatísticas apuradas na pesquisa demonstraram que a reincidência da população carcerária em geral chega a 80% e entre portadores de transtornos mentais de 59% demonstrando ainda que por meio da análise, as questões de acompanhamento médico e recebimento de medicações influenciavam diretamente nas reincidências.

No tocante a esses fatores, percebe-se que os crimes cometidos por pessoas que possuem transtornos mentais são além de uma questão criminal, uma necessidade de discussão de efetividade de políticas públicas assistenciais, ou seja, diferentemente da própria contextualização de que os crimes são abordados no sistema penal e na sociedade (FILHO, 2020).

3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS CORRELATOS

Os princípios constitucionais, sobretudo, são aqueles inerentes a qualquer cidadão, que é assegurado desde o início da sua vida no qual são previstos pressupostos de inviolabilidade de acordo com o art. 5º da Constituição Federal de 1988. Dentro da seguinte análise, o texto constitucional prevê no artigo 196 que a saúde é um direito de todos e deve ser assegurado pelo Estado.

Conforme o texto constitucional, o dever também é previsto como tema fundamental de acordo com o entendimento do legislador, sendo previsto para todos os indivíduos pelo Estado fazendo com que a promoção de saúde seja um tema importante sancionado e garantido por meio de políticas sociais (FERREIRA et.al., 2017).

> Verifica-se pela dicção do preceito que a saúde é um direito garantido a todos, independente de raça, sexo, credo, origem e outros possíveis discrímenes fáticos ou jurídicos, sendo um dever do Estado compreendido como Poder Público, independente de seu fracionamento federativo ou organizacional (NUNES; SCAFF, 2011, p. 77).

Assim, o Poder Público por meio de políticas sociais, deve garantir à população acesso a serviços de redução de risco de doenças, promoção de saúde, proteção e recuperação. A

Declaração de Direitos do Deficiente Mental proclamada pela Organização das Nações Unidas – ONU aponta no artigo 2º que esses indivíduos possuem direito à atenção médica, orientação, reabilitação dentre outros aspectos considerados importantes na atenção física e mental.

O princípio da dignidade da pessoa humana tem como premissa a proteção do ser humano por meio da garantia de uma equivalência entre os direitos sociais de modo a promover uma vida estável e saudável. Com isso, esse princípio trata-se de um direito inerente às pessoas sem ter qualquer tipo de pré-requisito ou condição para seu estabelecimento (SILVA; VARGAS, 2020).

Quando se trata de pessoas diagnosticadas com transtornos mentais, tal direito inerente a sua dignidade fica prejudicada uma vez que, em muitos os casos, a assistência social e especializada não é prestada acarretando consequências e não havendo os fatores minimizantes necessários para acompanhamento do indivíduo (NARCISO, 2019).

Sendo assim, dentro das especificações que tratam do princípio da dignidade da pessoa humana, descrito no rol de direitos individuais e exposto no art. 1º, inciso III, os detalhes da seguinte previsão assegura a vedação a tratamento desumano, respeito à integridade física e moral, além do respeito ao devido processo legal e impossibilidade de sanções que acrescem penais cruéis (SILVA; VARGAS, 2020).

Segundo a classificação da doutrina, quando se trata do direito fundamental à saúde, essa é atrelada como um direito humano de segunda geração uma vez que diz respeito a direitos sociais, e busca tratar de questões de igualdade para que todos tenham mesmas condições no acesso a serviços considerados fundamentais aos cidadãos (ANDRADE, 2013).

Ainda, Andrade (2013), menciona que o direito é feito para o homem e possui um valor no ordenamento jurídico incondicional e uma vez previsto na Carta Magna não deve ser passível de alternâncias que prejudiquem tais necessidades, pois independe da autonomia de vontade dos indivíduos uma vez que esta composta por uma junção de direitos existenciais que são compartilhados por todas as pessoas de forma igualitária.

Nesse contexto, quando se trata do tratamento dado a pessoas com esquizofrênica pelo texto constitucional, se destaca principalmente os princípios atrelados à dignidade da pessoa humana e saúde tendo em vista a necessidade de acolhimento desses indivíduos com o devido processo de busca por tratamentos e acompanhamento adequado (FERREIRA, 2017).

Para o ordenamento jurídico brasileiro, a pessoa esquizofrênica como as demais que possuem doenças mentais, precisa ser tratada de maneira diversa na medida da sua necessidade de igualdade com as pessoas não diagnosticadas com o desenvolvimento de problemas mentais, para que assim, o Estado por meio de políticas sociais e públicas em geral, consiga fornecer o devido tratamento e acompanhamento de acordo com essa necessidade (SILVA; VARGAS, 2020).

Assim, os preceitos constitucionais acompanham a necessidade de fornecimento ao cidadão de condições básicas de acesso à saúde como uma premissa constitucional. Desse modo, quando se trata dos princípios constitucionais correlatos a esquizofrenia, fica evidenciado que a dignidade da pessoa humana e a saúde são as principais ferramentas sancionadas pelo Estado para distribuição de direitos sociais básicos e previstos não somente as seguintes pessoas que possuem doença mental, mas a toda população.

4. DA RESPONSABILIDADE PENAL FRENTE À ESQUIZOFRENIA

Para tratar sobre a responsabilidade penal sob a perspectiva de portadores de esquizofrenia, inicialmente cumpre analisar o conceito de culpabilidade. Segundo Greco (2010), esta diz respeito ao entendimento do juízo de censura, ou seja, a reprovabilidade sob a conduta realizada frente a determinado ato que é reprovável, que diante das condições apresentadas, poderia apresentar outro modo de agir.

Com o surgimento da chamada teoria psicológico-normativa, que acrescenta elementos de imputabilidade, dolo, culpa e exigibilidade sob a análise da ação para determinação da responsabilidade da conduta, passou a considerar a integração de elementos para verificação da existência da culpabilidade (BASTOS, 2021).

Assim, a aplicação de qualquer pena é dependente da culpabilidade, uma vez que essa se tornou uma limitadora frente à ação praticada pelo agente, avaliando ainda, a possibilidade de essa ser mais grave ou de menor teor (GRECO, 2010).

Segundo o entendimento do ordenamento jurídico penal brasileiro a pessoa portadora de esquizofrenia deve ser considerada como doente mental e ainda ser verificada como alguém

inimputável, ou seja, as ações praticadas por essas pessoas podem ser convertidas em caráter de ausência do entendimento acerca da gravidade noção sobre a ação realizada (BASTOS, 2021).

> No tocante às medidas de segurança e, consequentemente, aos inimputáveis e semi-imputáveis, à periculosidade criminal no caso do inimputável é presumida na ideia de que tais infratores possuem impulsos e atitudes próprias, por conta de seu quadro clínico (BASTOS, 2021, p. 14).

O avanço da discussão do assunto e este entendimento da importância quando se trata de crimes cometidos por pessoas esquizofrênicas uma vez que ausentes reconhecimento e análise psicológica para identificação do seguinte quadro pode prejudicar o entendimento sobre a ação do agente (JÚNIOR, 2015).

Para conhecimento sobre a ausência de responsabilidade do agente sobre as perspectivas da esquizofrenia faz necessária a comprovação que este, se trata de um portador da doença, ou seja, é necessária a identificação da imputabilidade, de acordo com o Código Penal, sobre três principais elementos, sendo esses o biológico, psicológico e o biopsicológico (JÚNIOR, 2015).

Além disso, para análise, é necessário levar em consideração todos os pontos relacionados a cada caso concreto para que se tenha a percepção sobre a existência ou não de pessoa portadora de esquizofrenia de acordo com a percepção da análise realizada. Segundo esclarece Cunha (2016), dois elementos são necessários estarem presentes para que haja a comprovação de imputabilidade do agente sendo esses o intelectivo e o volitivo.

O elemento intelectivo diz respeito à higidez psíquica da pessoa, o que permite a consciência do ato realizado e que ele se trata de algo ilícito. O elemento volitivo, diz respeito ao domínio do agente por sua vontade, em outras palavras, a junção entre o entendimento do carácter ilícito da ação e a determinação do entendimento que esse possui (BASTOS, 2021).

A configuração da esquizofrenia e sua condição de inaplicabilidade da norma penal como qualquer ato ilícito comum tratam-se de uma discussão que foi sendo abrangida ao longo do tempo por meio do reconhecimento da sociedade e do direito penal sobre a existência de pessoas que praticavam fatos ilícitos a compreensão acerca da aplicabilidade penal e a reprovação social, dado sua natureza de imputável (CUNHA, 2016).

Ainda pode-se afirmar que é existente o medo e o estigma da sociedade sobre doenças mentais e a relação que essas pessoas possuem em sociedade de forma geral. Como um todo, essas pessoas são um risco maior para sua saúde do que para os demais indivíduos. Segundo a criminologia, o estudo sobre pessoas esquizofrênicas e os crimes cometidos, têm sido objeto de pesquisa durante muitos anos, principalmente aqueles que envolvem atos violentos (SOARES, 2016).

Dentro dessa perspectiva, entende-se que os crimes praticados por esquizofrênicos dependem de vários fatores externos a essas pessoas como, por exemplo, o tratamento que lhes é dado, a forma como esse tem acesso a cuidados e também o acesso que possui a armas e outros objetos que podem ser usados de forma errônea (BASTOS, 2021).

Ainda de acordo com Bastos (2021), o risco é multiplicado quando essas pessoas utilizam de entorpecentes como álcool e drogas, o que diminui ainda mais sua percepção entre realizada e fantasia, e torna a violência ainda um aspecto maior dado a repulsa e distanciamento social que acabam dentro da sociedade.

Para compreender como a doença psicótica possui influência em tais pessoas, um estudo realizado com 894 pessoas diagnosticadas com problemas mentais, apontou uma taxa de 39% de suicídios durante o primeiro episódio de psicose. Outro dado importante da pesquisa aponta que um em cada quatro casos de violências registradas, entre os pesquisados, ocorreram antes de qualquer tipo de tratamento ou intervenção (SOARES, 2016).

Segundo publicação realizada pelo Hospital Albert Einstein, cerca de 1% da população mundial sofre com a doença, no Brasil, cerca de 2,5 milhões de pessoas apresentam algum tipo de transtorno ligado à esquizofrenia e que em algum momento possa necessitar de um hospital psiquiátrico ao longo de sua vida (TERRA, 2019). Apesar de ainda se tratar de uma doença ignorada pela sociedade de forma geral, cabe mencionar como a prevalência da esquizofrenia é alta em relação às estatísticas:

Figura 1 – Diagnóstico principal e crime cometido

Diagnóstico	Crime			
	Contra a vida	Sexual	Outros crimes	Total
Psicoses	97 (62,2%) (68,3%)	25 (16%) (51%)	34 (21,8%) (43,6%)	156 (100%)
Retardo mental	17 (30,9%) (12%)	14 (25,5%) (28,6%)	24 (43,6%) (30,8%)	55 (100%)
Outros diagnósticos	28 (48,3%) (19,7%)	10 (17,2%) (20,4%)	20 (34,5%) (25,6%)	58 (100%)
Total	142 (100%)	49 (100%)	78 (100%)	269

Fonte: Dalgalarrondo, Teixeira, 2006.

O seguinte estudo sobre pessoas verificadas em uma casa de custódia no estado de São Paulo, em sua maioria se tratavam de pacientes que possuíam algum tipo de quadro psicótico e já apresentavam algum tipo de surto que gerasse crimes contra a vida, sexuais ou outros tipos de crime. Dentro dessa perspectiva, os esquizofrênicos foram os que mais apresentaram o quadro de violência contra si ou outrem (DALGALARRONDO, 2006).

O seguinte apontamento busca demonstrar como a esquizofrenia esta interligada a um tipo de doença mental e a sua recorrência do registro de crimes, diz respeito principalmente, a ausência de entendimento e falta de tratamento adequado por meio da compreensão de que se trata de uma doença mental, na qual as percepções das pessoas sobre a realidade e os aspectos penais ficam distorcidas fazendo com que o indivíduo não tenha o grau perceptível sobre os fatos ilícitos cometidos (BASTOS, 2021).

Para maior compreensão acerca do entendimento jurisprudencial sobre a temática é importante destacar decisões que tratam sobre o cometimento de crimes por pessoas esquizofrênicas. Primeiramente, destaca-se ação julgada pelo Tribunal do Estado do Paraná em 2018, no qual se trata sobre a alegação de inimputável pelo autor sobre crime de disparo de arma de fogo sob a alegação de se tratar de pessoa esquizofrênica como demonstra:

> APELAÇÃO CRIME. CRIME DE DISPARO DE ARMA DE FOGO (ART. 15 DA LEI Nº 10.826/2003). PLEITO ABSOLUTÓRIO ARGUMENTANDO SER INIMPUTÁVEL EM DECORRÊNCIA DA DOENÇA DE ESQUIZOFRENIA. SUBSIDIARIAMENTE, PLEITO DE RECONHECIMENTO DA SEMI-IMPUTABILIDADE EM VIRTUDE DE DOENÇA MENTAL E SÍNDROME DE DEPENDÊNCIA DO ÁLCOOL, DE MODO A DIMINUIR A PENA E SUBSTITUÍ-LA POR INTERNAÇÃO OU TRATAMENTO AMBULATORIAL. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVAS APTAS A CORROBORAR OS ARGUMENTOS. RÉU Apelação Crime nº 0001832-54.2016.8.16.0174 PERFEITAMENTE CAPAZ DE COMPREENDER

> INTEGRALMENTE A ILICITUDE DOS SEUS ATOS. EMBRIAGUEZ VOLUNTÁRIA QUE NÃO EXIME DE RESPONSABILIZAÇÃO PENAL. RECURSO DESPROVIDO. (TJPR – 2ª C.Criminal – 0001832-54.2016.8.16.0174 – União da Vitória – Rel.: Desembargador Maurício Pinto de Almeida – J 20.04.2018).

Na decisão, ficou demonstrado que não houve a comprovação do estado mental do réu por parte da defesa, ônus que lhe era cabível de acordo com o artigo 156 do Código Penal, ainda o recurso foi desprovido sobre o entendimento do seguinte tribunal de que não basta ser acometido pela esquizofrenia para que se tornem os atos praticados pelo agente inimputável ou semi-imputável cabendo à necessidade de preenchimento de fatores como a incapacidade ou semi-incapacidade no tempo da ação, e a ausência de entendimento do que foi realizado, o que não se tratava do caso em questão.

Em outro julgado, sobre a justificativa de cometimento de ato obsceno pelo réu, a decisão proferida apontou a ausência de comprovação de atos delitivos intencionais pelo agente sob o argumento de que no caso em questão ficou comprovada a doença mental do agente.

> APELAÇÃO CRIMINAL. ATO OBSCENSO. ART. 233 DO CP. INIMPUTABILIDADE. EXAME PERICIAL QUE COMPROVA ACOMETIMENTO DO DENUNCIADO POR DOENÇA MENTAL. ESQUIZOFRENIA. NÃO OFERECIMENTO DE TRANSAÇÃO PENAL E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO EM RAZÃO DA INIMPUTABILIDADE DO AGENTE. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. FALTA DE JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO EXCLUI A TIPICIDADE DO CRIME. CONTUDO, NO CASO DOS AUTOS, NÃO HÁ COMO SE FALAR EM VONTADE LIVRE E CONSCIENTE DE OFENDER PUDOR ALHEIO E VONTADE PREJUDICADA PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE OS BENEFÍCIOS DA LEI 9.099/95. RECURSO NÃO PROVIDO (Inq 2792 – MG, 2ª T. rel. Cármen Lúcia, 19/05/2015, v.u).

Pela seguinte decisão, fica possível observar que o entendimento dos tribunais caminha no sentido de desprover o entendimento do crime quando comprovada em caso, a ausência de conhecimento do réu sob os atos praticados e ainda, tendo esse de forma geral, a comprovação por meio de exame e apresentação de laudo analisado o entendimento de se tratar de portador de doença mental, nos casos analisados a esquizofrenia como principal julgado jurisprudencial.

Sob a seguinte perspectiva, o entendimento sobre crime cometido por tais pessoas fica condicionado ao conhecimento das ações cometidas pela pessoa portadora da doença, ou seja,

caso o doente mental no momento do crime não tenha a percepção sobre o ato ilícito praticado, fazendo com que este, não seja uma ação que tenha como principal objetivo fato criminoso.

A comprovação da esquizofrenia para alegação de ausência de conhecimento de fato criminoso é mencionada em decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (2017), em razão de crime praticado que dificultou a defesa da vítima como menciona:

> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL HABEAS CORPUS Nº 1001703-73.2017.8.11.0000 – COMARCA DE RIO BRANCO EMENTA HABEAS CORPUS – TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADA PELA ASFIXIA E PELO EMPREGO DE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA – FLAGRANTE CONVERTIDO EM PRISÃO PREVENTIVA – PACIENTE QUE DESFERIU REITERADOS GOLPES NA CABEÇA DA VÍTIMA IDOSA COM USO DE UM MARTELO E, AINDA, TENTOU ASFIXIÁ-LA – DECISÃO CONSTRITIVA JUSTIFICADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – DESCUMMPRIMENTO DE MEDIDAS CAURELARES IMPOSRAS ANTERIORMENTE, ENTRE AS QUAIS A PROIBIÇÃO DE CONTATO E APROXIMAÇÃO DA VÍTIMA – NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA – PREDICADOS PESSOAIS QUE NÃO INTERFEREM NA PRISÃO CAUTELAR – ALEGADA DOENÇA MENTAL DO PACIENTE – PORTADOR DE ESQUIZOFRENIA – MATÉRIA NÃO SUBMETIDA AO JUÍZO DE ORIGEM – AUSÊNCIA DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL – JUNTADA DE ATESTADO MÉDICO – NECESSIDADE DE PERÍCIA OFICIAL – 149 E SEGUINTES DO CPP – NÃO DEMONSTRAÇÃO DE QUE O TRATAMENTO MÉDICO NÃO PODE SER REALIZADO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL – ANÁLISE DE HC – ORDEM DENEGADA, EM Consonância COM O PARECER MINISTERIAL (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL. TJMT – HABEAS CORPUS CRIMINAL: HC 1001703 – 73.2017.8.11.0000 MT).

Por meio da decisão ficou esclarecida que o descumprimento de medidas cautelares justifica a decretação de custódia preventiva do agente e que os elementos constantes nos autos são cabíveis a decretação, quanto à alegação de insanidade mental pelo réu, a análise não se comprovou válida uma vez que não foi submetida ao juízo de origem.

Nesse contexto, pode-se apontar que o ordenamento jurídico brasileiro possui o entendimento de que a doença mental, mais especificamente a esquizofrenia, trata-se de fato importante a ser analisado quanto ao cometimento de um crime tendo em vista a ausência de percepção acerca da ação cometida por pessoas que possuam a seguinte doença mental.

Entretanto, a alegação por si só não constitui como elemento que possa eximir o agente frente a um ato ilícito que tenha sido praticado sendo importante e inerente a análise do caso concreto por meio da comprovação de que o indivíduo, no momento do crime, não possuía o conhecimento acerca do que praticava e a ilegalidade do ato.

A justificativa da doença como alternativa para a busca de penas reduzidas ou internação em local especializado para tratamento pode ser considerada um recurso utilizado frequentemente em ações penais, entretanto, a comprovação mesmo que por laudo particular necessita ser analisado no devido processo legal para que se entendam as características do agente frente a sua incapacidade.

A compreensão do estado por meio de prerrogativa que trate do assunto demonstra que o ordenamento jurídico brasileiro buscou legislar penalmente acerca do tema devido sua importância e a sua tratativa como assunto inerente a toda a sociedade, mesmo que ainda o entendimento sobre a doença mental não possa ser descrita como ampla no país.

Nesse sentido, é importante compreender que a responsabilização de pessoas esquizofrênicas mediante ação ilícita é cabível e sua culpabilidade somente pode ser eximida por meio da comprovação nos autos processuais que a prática do crime não tem relação com a intenção de prover ato violento ou ilícito por meio da demonstração probatória, mas tendo o sistema penal brasileiro metodologias importantes que visam sancionar o assunto e entender a necessidade da diferenciação dos seguintes crimes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A esquizofrenia pode ser descrita como um tipo de transtorno mental em que o indivíduo não possui capacidade, ou tem esta reduzida, sobre a percepção do que se torna real e do que é fantasia podendo com esse entendimento praticar atos que não sejam considerados reprováveis pela sociedade ou até mesmo crimes dado a sua ausência de percepção sobre as coisas.

Por meio desse entendimento e a necessidade de atenção frente ao assunto, o ordenamento jurídico brasileiro buscou alternativas para compreender a necessidade de diferenciação e atos ilícitos praticados por essas pessoas uma vez que não possuíam a capacidade mental de compreender como a reprovabilidade da situação era sancionada de forma penal.

Assim, tendo em vista tal necessidade, muito se discute sobre como a imputabilidade dessas pessoas causa uma diferenciação e impacta diretamente nas decisões penais sobre os crimes cometidos, tendo em vista a importância de se tratar as decisões de acordo com cada caso concreto a análise de compreensão da pessoa que pratica tal ação.

O texto constitucional traz em sua previsão a necessidade de fornecimento de saúde e entendimento acerca da disparidade existente na sociedade com o cuidado e atenção às pessoas que não possuem sua capacidade mental completa para entender e assentir com situações consideradas errôneas pela sociedade.

Nesse mesmo entendimento, a norma penal buscou esclarecer pontos que determinam a imputabilidade ou semi-imputabilidade dos agentes que praticam crimes sob a perspectiva de surtos psicóticos.

Tal determinação não cumpre com a ideia de obter menor punição a essas pessoas, mas para que se possam aplicar penas de acordo com a sua necessidade de tratamento mental e físico e compreensão de que representam um risco para a sociedade e para si mesmo.

Tendo em vista tal entendimento, é essencial que o Estado busque medidas mais efetivas na proposição de alternativas na esfera da saúde pública para acompanhamento das pessoas que são diagnosticadas portadoras da esquizofrenia por meio da atenção às necessidades médicas e psicológicas essenciais para essas pessoas.

Ainda, a proposição de políticas públicas frente a desmistificação da população sobre o tema é importante para tratar do assunto de forma mais ampla e assertiva por parte da sociedade e possibilitando a ideia de que pessoas portadoras não são criminosas, mas que precisam de atenção a sua saúde.

A seguinte proposição tem em comprimento ainda, concluir que a percepção acerca dos seguintes pontos relacionados à esfera penal e social da esquizofrenia é um assunto de interesse do Estado e da sociedade como um todo na busca por maior entendimento e análise de políticas públicas importantes para o assunto e maior acessibilidade à informação.

Nesse sentido, conclui-se que o Estado busca analisar cada caso concreto e aplicar na norma penal condutas cabíveis as pessoas que sejam diagnosticadas com esquizofrenia fazendo que mesmo com seu entendimento diversas ações praticadas possam cumprir sua pena de acordo com sua disparidade mental.

REFERÊNCIAS

ABDALLA-FILHO, Elias; BERTOLOTE, José Manoel. **Sistemas de psiquiatria forense no mundo**. Revista Brasileira de Psiquiatria. 2006. [Internet]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/nkDxNJxq69RbyDZPvNQbnsC/?lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2022.

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **O Princípio Fundamental da Dignidade Humana e sua Concretização Judicial**. Revista da EMERJ, v. 6, n. 23, 2003. Disponível em:

http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista23/revista23_316.pdf. Acesso em: 31 mar. 2022.

BASTOS, Nicole Rocha. **Medidas de segurança e responsabilidade penal**. Disponível em:

http://45.4.96.19/bitstream/aee/18311/1/Nicole%20Rocha%20Bastos.pdf.

Acesso em: 09 mar. 2022.

BECCARIA, Cesare, Marchese di, 1738-1794. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Paulo M. Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal: Parte geral 1**. 22ª ed., São Paulo. Saraiva, 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. **Código Penal**. [Internet]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

Acesso em: 07 mar. 2022.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. [Internet]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm.

Acesso em: 07 mar. 2022.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 10. ed. São Paulo:

Saraiva, 2006.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**: parte geral (arts. 1º ao 120). 4ª edição, revisada, ampliada e atualizada. Salvador: JusPODIVM, 2016.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2009. Porto Alegre: Artmed.

DALGALARRONDO, Paulo. TEIXEIRA, Eduardo Henrique. **Crime, diagnóstico psiquiátrico e perfil da vítima: um estudo com a população de uma casa de custódia do estado de São Paulo**. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/6nSSgcPqfW8RrRjYgzBkG7x/?format= pdf & lang=pt. Acesso em: 19/04/2022.

FERREIRA, Wellington Fernando da Silva. OLIVEIRA, Edina Correia de. VASCONCELOS, Cláudia Ribeiro de. DUTRA, Denecir de Almeida. **Direitos humanos da pessoa idosa portadora de esquizofrenia: uma contribuição da enfermagem**. Disponível em:

https://www.revistasuninter.com/revistasaude/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/604. Acesso em: 31 mar. 2022.

GRECO, R. **Curso de direito penal**. 12 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

JASPERS, K. **Psicopatologia Geral 1.** 8.ed. São Paulo, Atheneu, 1979.

JÚNIOR, Carlos da Silva. **A questão da responsabilidade penal frente à esquizofrenia e a psicopatia: a importância da psicologia jurídica**. Disponível em: https://conic-semesp.org.br/anais/files/2015/trabalho-1000019446.pdf. Acesso em: 09 mar. 2022.

MACHADO, Karina Arêa Leão. **Das Medidas de Segurança e da Lei da Reforma Psiquiátrica**. 2016. [Internet]. Disponível em:

https://karinaarealeao.jusbrasil.com.br/artigos/203374050/das-medidasdeseguranca-e-da-lei-da-reforma-psiquiatrica. Acesso em: 05 mar. 2022.

NARCISO, Amanda Augusta de Carvalho. 2019. [Internet]. **A eficácia das medidas de segurança em pacientes de transtorno mental esquizofrênico**. Disponível em:

http://www.pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositoriotcc/article/view/1735/1348. Acesso em: 10 mar. 2022.

NASCIMENTO, Antônio Régis França do. MEDEIROS, Eduardo Mendes. **Reflexões acerca da relação entre transtorno psíquico e conduta criminal.** Disponível em: <http://revista.doctum.edu.br/index.php/multi/article/view/336/288>.

Acesso em: 09 mar. 2022.

NUNES, Antônio José Avelãs. SCAFF, Fernando Facury. **Os tribunais e o direito à saúde**. Porto Alegre. Livraria do advogado. 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Dia nacional da pessoa com esquizofrenia: cercada de tabus, a doença tem tratamento no SUS**. Disponível em:

https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/dia-nacional-da-pessoa-com-esquizofrenia-cercada-de-tabus-doenca-tem-tratamento-no-sus.

Acesso em: 09 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 364/2013**. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2013/prt0364_09_04_2013.html. Acesso em: Acesso em: 09 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação internacional de doenças**. [Internet]. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/11-2-2022-versao-final-da-novaclassificacaointernacionaldoencasdaomscid11e#:~:text=11)%20%C3%A9%20publicada,Vers%C3%A3o%20final%20da%20nova%20Classifica%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20de%20Doen%C3%A7as,(CID%2D11)%20%C3%A9%20publicada&text=11%20de%20fevereiro%20de%202022,sexta%2Dfeira%20(11).

Acesso em: 10 mar. 2022.

PONTAROLO, Rayssa. **Psicologia forense: responsabilidade penal em crimes praticados por alienados mentais**. Disponível em:

<https://revista.uniandrade.br/index.php/juridica/article/view/1968>.

Acesso em: 09 mar. 2022.

ROSENBROCK, Tauane Pereira dos Santos. **O sistema jurídico brasileiro e a efetividade do direito penal em relação aos indivíduos acometidos por psicopatia.** 2021. [Internet]. Disponível em:

https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/14911#:~:text=E%20o%20que%20 sistema%20 jur%C3%ADdico,ser%20humano%20 detentor%20de%20direitos. Acesso em: 07 mar. 2022.

SILVA, Hillary Lane Moreira. VARGAS, Natalia Rodrigues. **Uma análise crítica da psicopatia no ordenamento jurídico brasileiro: do cumprimento da pena à reintegração social**. Disponível em:

https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/3445. Acesso em: 31 mar. 2022.

SOARES, Gláucio. **Conjuntura criminal: tudo sobre violência.** Disponível em:

http://conjunturacriminal.blogspot.com/. Acesso em: 19/04/2022.

TERRA. **Esquizofrenia atinge 2,5 mi de brasileiro e é controlada por remédios.** Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/esquizofrenia-atinge-25-mi-debrasileiroseecontrolad acomremedio,6cb40f8b5aae3410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html. Acesso em: 19/04/2022.

TORQUATO, Ana Laura Aidar. **A doença mental no direito penal e sua opinião**. Disponível em:

<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/16930/1/Monografia%20%20%20ANA%0LAURA %20AIDAR.pdf>.

Acesso em: 09 mar. 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO. **HABEAS CORPUS CRIMINAL: HC 1001703 – 73.2017.8.11.0000 MT**. Disponível em: HABEAS CORPUS CRIMINAL: HC 1001703 – 73.2017.8.11.0000 MT. Acesso em: 19/04/2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. **Apelação criminal 0001832-54.2016.8.16**. Disponível em: https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/922748496/processo-criminal-recursos-apelacao-apl-18325420168160174-pr-0001832-5420168160174-acordao. Acesso em: 19/04/2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. **Apelação: APL 0001620-73.2014.8.24.0079 Videira 0001620-73.2014.8.24.0079**. Disponível em:

https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/945466831/apelacao-apl-16207320148240079-videira-0001620-7320148240079. Acesso em: 19/04/2022.

VALENÇA, Alexandre Martins. NARDI, Antonio Egidio. MENDLOWICZ, Mauro Vitor. **Avaliação da responsabilidade penal em transtornos psicóticos.** 2019.

Diversitates. Vol. 11, n. 2.

Direito à Alimentação Adequada e Agricultura Brasileira: Uma Análise Acerca da Efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) frente à Insegurança Alimentar em Minas Gerais

Human Right to Adequate Food and Brazilian Agriculture: An analysis Concerning the Effectiveness of Food Acquisition Program and National School Meals Programme in face the food insecurity in Minas Gerais

Ana Cláudia Dias dos Santos Araújo[89]
Will Kennedy Firmino[90]
Nina Gabriela Borges Costa[91]

Resumo: O trabalho aqui proposto buscará tecer breves considerações acerca do Direito Humano à Alimentação Adequada e do papel da Agricultura Familiar no bojo das políticas públicas referentes à insegurança alimentar e nutricional, priorizando aspectos gerais e a efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do Programa de Aquisição de Alimentos (agora Alimenta Brasil) em Minas Gerais, bem como tratar sobre o contexto da pandemia do novo Coronavírus e impactos correlatos. Para tanto, exporá genericamente sobre agricultura familiar nacional e regionalmente, relação entre insegurança alimentar e a pandemia, discorrerá sobre os programas descritos e analisará os dados extraídos referentes aos municípios mineiros estudados.

Palavras-chave: Direito Humano - Agricultura Familiar – PNAE – PAA - Alimentação.

Abstract: *The work proposed here will seek to make brief considerations about the Human Right to Adequate Food, and the role of Family Agriculture in the context of public policies related to food and nutritional insecurity, prioritizing general aspects and the effectiveness of the National School Meals Program and the Food Acquisition Program (now Feeds Brazil) in Minas Gerais, as well as addressing the context of the pandemic of the new Coronavirus and related impacts. Accordingly, it will expose generically about family farming nationally and regionally, the relationship between food insecurity and the pandemic, discuss the programs described and analyze the data extracted from the studied municipalities of Minas Gerais.*

Keywords: *Human Right – Family Farming – PNAE – PAA - Food.*

[89] Graduanda do curso de Direito pelo Centro Universitário Promove. E-mail: anac.diasaraujo@hotmail.com.
[90] Graduando do curso de Direito pelo Centro Universitário Promove. E-mail: willkennedy@gmail.com.

[91] Mestre em Ciências Jurídico Políticas/Menção em Direito Fiscal pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), revalidado no Brasil pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto de Educação Continuada (IEC PUC Minas). Graduada em Direito pela Universidade Católica de Minas Gerais. Atualmente, é Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e das Faculdades Kennedy e Advogada e Consultora do Escritório Borges & Costa Advogados.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus contribuiu para o agravamento de uma das questões sociais mais pertinentes no país: a fome. Anos após a saída do Brasil do Mapa da Fome, observou-se o crescimento vertiginoso dos indicadores da insegurança alimentar e dos índices de pobreza no país. Nota-se do histórico do combate à fome no Brasil que, dentre as abordagens adotadas, as políticas públicas, que se inserem em âmbito agrícola, referentes à distribuição de gêneros alimentícios e oferta de merenda escolar foram uma das estratégias mais significativas.

Os programas relacionados aos mercados institucionais foram replicados em âmbito nacional e estadual, se adequando às necessidades e demandas de cada localidade do país, sendo voltados para dois eixos: parcela populacional em situação de vulnerabilidade social e os agricultores familiares. A agricultura brasileira constitui um dos principais meios de enfrentamento da insegurança alimentar, uma vez que abastece o mercado interno e externo, gera renda aos pequenos e médios produtores e desenvolve uma extensa cadeia de impactos sociais e ambientais.

Inicia-se a pesquisa dissertando acerca do direito humano à alimentação adequada, evidenciando sua conceituação atual, indicando, ainda, uma breve explanação sobre a consolidação da referida garantia em âmbito mundial e no Brasil, bem como acerca da construção de um sistema protetivo e as principais consequências da pandemia nos índices da fome.

O próximo tópico cuida acerca dos aspectos da agricultura familiar no país e, de forma pormenorizada, no Estado de Minas Gerais, destacando o histórico das políticas públicas voltadas a este setor e a sua importância para o panorama da segurança alimentar.

Em sequência, aponta-se sobre o histórico do PNAE, os resultados da pandemia na referida política, abordando, ainda, as dificuldades que recaíram sobre os agricultores familiares neste período e o desenvolvimento do programa no Estado Mineiro.

Após, realiza-se considerações acerca do PAA, abordando seu surgimento e a sua revogação, bem como as principais diferenças entre este e o Programa Alimenta Brasil, seu sucessor, indicando, também, os repasses efetuados pelo Governo Federal, a fim de guarnecer a referida política.

Ao final, analisa-se a efetividade das políticas públicas no Estado de Minas Gerais, apontando os benefícios à população em vulnerabilidade social e aos agricultores familiares, expressando possíveis benefícios dos programas em face das repercussões causadas pelo novo coronavírus em âmbito social e econômico.

O presente artigo se justifica pela atualidade e relevância jurídica da temática, sobretudo após a pandemia causada pelo Covid-19, que contribuiu para o aumento significativo da população sujeita a insegurança alimentar e nutricional no país, bem como em Minas Gerais, estado objeto de análise.

Desta forma, pretendeu-se, neste estudo, analisar a efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Minas Gerais, buscando compreender suas repercussões no quadro da insegurança alimentar no Estado.

A fim de responder tal questionamento, realizou-se pesquisa bibliográfica descritiva e aplicada, por meio do estudo de conteúdos, como artigos científicos, dissertações, teses e relatórios sobre os referidos programas, utilizando-se o método dedutivo, com abordagem quantitativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

A alimentação é essencial para a manutenção da existência humana, sendo a base para o desenvolvimento dos demais aspectos da vida, relacionando-se, portanto, diretamente com a dignidade da pessoa humana. Tamanha importância demanda proteção e garantia integral, de forma que a alimentação passou a ser um direito humano consagrado na ordem mundial e interna.

De acordo com o Relatório Especial da Organização das Nações Unidas (ONU), o direito à alimentação adequada se relaciona, sobretudo, com a obtenção permanente, habitual e ilimitada a alimentos saudáveis, seguros e nutritivos que satisfaçam o indivíduo (LEÃO, 2013, p. 27).

Esta concepção se refere à primeira dimensão do referido direito humano. Por sua vez, a segunda dimensão traduz a ideia de que o acesso deve ser visto sob três aspectos: físico, social e econômico.

> O acesso físico faz referência a uma questão logística, por exemplo, quando a falta de transporte ou a sua limitação entre duas regiões impede o fluxo normal de alimentos entre elas. O acesso social se refere ao fato de que, por mais que os alimentos estejam disponíveis e haja recursos para os adquirirem, alguns grupos da população tem um acesso limitado por razões sociais, por exemplo, por motivos de gênero. O acesso econômico se refere à aquelas situações em que os alimentos estão disponíveis, mas as famílias não têm os recursos financeiros para os adquirir regularmente; aspecto determinado, entre outros fatores, pelo rendimento disponível, o preço dos alimentos e o fornecimento ou acesso a programas de assistência social (FEDERIK; LAGUZZI, 2019, p. 3-4, tradução nossa).

A terceira dimensão engloba o entendimento de que, além da disponibilidade dos alimentos e da sua acessibilidade, estes devem promover uma alimentação nutritiva e segura. A noção de segurança alimentar é abarcada pela quarta dimensão, que dispõe que a alimentação deve ser garantida de forma permanente e estável ao longo do tempo (FEDERIK; LAGUZZI, 2019, p. 3-4).

Pontua-se que o primeiro marco acerca do direito à alimentação em âmbito internacional foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada em 1948, que passou a prever o supramencionado direito em seu artigo 25. Tal posicionamento foi ratificado posteriormente pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), aprovado em 1966 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. (SOUSA, 2017, p. 104).

Ademais, em âmbito global, cita-se a Declaração de Roma. Firmou-se, naquela ocasião, a responsabilidade dos países signatários quanto à promoção de medidas que visem a erradicação da pobreza, tal como a diminuição dos índices de desnutrição humana e a garantia da segurança alimentar (BEURLEN, 2004, p. 48). No que concerne à ordem regional, a garantia à alimentação foi tratada na

Convenção Americana de Direitos Humanos, intitulada como Pacto de São José da Costa Rica, em 1969, pelos Estados Americanos (SOUSA, 2017, p. 105).

Por sua vez, no ordenamento jurídico brasileiro, o mencionado direito humano se converteu em direito fundamental com a Emenda Constitucional nº 64/2010, a qual alterou o texto do art. 6º da Constituição Federal de 1988, explicitando o direito à alimentação (SOUSA, 2017, p. 109). Apesar disso, pode-se observar que os artigos 7º, inciso IV, 170, 196 e 200, inciso VI, 208, inciso VII, 227, *caput*, todos da CF/88, já tratavam acerca do direito supracitado, embora de forma indireta (BEURLEN, 2004, p.48).

Salienta-se que, a garantia de uma alimentação nutritiva, é pressuposto para a realização das demais atividades da vida humana, fazendo parte do mínimo existencial que deve ser viabilizado a cada indivíduo, de forma que se relaciona essencialmente com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Em que pese as previsões internacionais e a criação de programas esparsos que procuravam tratar da insegurança alimentar, o Brasil somente estruturou um sistema voltado para esta matéria a partir da criação e da operacionalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio da edição da Lei nº 11.346/2006, denominada como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (SOUSA, 2017, p. 109).

A partir da LOSAN é que "foi criado um sistema institucional e normativo de modo a concretizar as políticas públicas relativas à alimentação adequada" (SOUSA, 2017, p.114). Inclusive, é nesta legislação que se traça o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional constante no artigo 3º da Lei 11.346/2006, qual seja:

> A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

O SISAN é um sistema intersetorial que visa a garantia do DHAA, por meio da formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a área da alimentação adequada, além de monitoração e avaliação dos índices de segurança alimentar e nutricional e a promoção da integração entre o governo e a sociedade civil (BURITY et al., 2010, p. 7).

Outro importante instituto foi o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que possuía como atribuições a formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNAN) e do SISAN, perpassando seu monitoramento e avaliação, em conjunto com os entes federativos e a sociedade civil (SILVA, 2017, p. 66).

Sobre o tema Silva (2017, p. 66) aponta que o desempenho do CONSEA foi primordial para a construção de políticas públicas como o PAA e o PNAE, contribuindo pela consolidação de demais programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Bolsa Família.

Todavia, o referido órgão, que havia sido reestabelecido em 2003, foi extinto em 2019, por meio da Medida Provisória nº 870/2019, posteriormente Lei nº 13.844/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (RECINE, 2020, p. 4).

Desta forma, as políticas públicas brasileiras voltadas a consecução do direito humano à alimentação adequada se organizam de forma intersetorial abrangendo não só o Estado, mas também os diversos setores da sociedade civil, estimulando um sistema de proteção abrangente e participativo.

2.1.1 – (In) segurança alimentar e pandemia

O sistema de segurança alimentar brasileiro obteve grandes avanços durante o seu desenvolvimento, proporcionando a diminuição da parcela populacional sujeita a fome e a garantia da estabilidade alimentar. Todavia, no centro dos problemas sociais acentuados pelo novo Coronavírus (SARS-CoV2), houve o agravamento da fome em âmbito mundial, conforme disposto no relatório "O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI) 2021".

O relatório retro citado apontou o aumento significativo da insegurança alimentar no mundo, indicando, ainda, a fragilidade dos sistemas alimentares. No Brasil, entre 2018 e 2020, aproximadamente, 23,5% da população vivenciou insegurança alimentar moderada e severa, dado este, 5,2% maior se comparado com o período entre 2014 e 2016 (FAO, 2021).

Visualizou-se no país um cenário de extrema vulnerabilidade social que abarcou a economia, a saúde pública e as políticas públicas. Em virtude da rápida propagação da doença, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, comunicou que a doença foi classificada como uma pandemia.[92]

No Brasil, em 20 de março de 2020, foi reconhecido pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 2020, o estado de calamidade pública. A partir deste momento houve a adoção de diversas medidas para conter o avanço da doença, tais quais, liberação de mais crédito para saúde, determinação de isolamento, distanciamento e quarentena e, como medida derradeira, a decretação de *lockdown.*

---

[92] UNA-SUS. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavirus**. UNA-SUS, [*S.l.],* 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus> . Acesso em: 04 jun. 2022.

Embora as providências fossem extremamente necessárias, as determinações tiveram por consequência o fechamento temporário de restaurantes, escolas e demais estabelecimentos, assim como o encerramento definitivo de uma parcela significativa do comércio, ocasionando desemprego e diminuição da renda familiar, principalmente nas camadas mais pobres da sociedade brasileira (FERREIRA, 2021, p. 133).

Aponta-se que há um liame entre menor ganho e alta suscetibilidade à insegurança alimentar, vez que há redução na compra de alimentos. Nesse sentido, Segall (2021) citada por Ferreira (2021, p.138) expressa:

> Quando o recurso reduz, as famílias retiram frutas e verduras da alimentação. (...). Esta fase já pode ser considerada como insegurança alimentar leve, caracterizada pela queda de recursos que impacta a alimentação presente e preocupa as famílias, que não sabem se terão alimentos no futuro. A medida que o manejo reduz, o percentual da renda destinado à alimentação aumenta e o acesso a determinados alimentos piora, progressivamente as famílias vão adentrando em graus mais graves de insegurança alimentar (SEGALL, 2021 *apud* FERREIRA, 2021, p.138).

Outrossim, pôde ser verificado a ocorrência de desmonte de políticas públicas de combate à fome no país, aumento da inflação e dos preços de alimentos da cesta básica, entre outros, o que contribui ainda mais para o agravamento do quadro de insegurança alimentar.

Portanto, percebe-se que a crise de saúde agravou a fome no país, a situação de insegurança alimentar e a estabilidade dos sistemas alimentares, de modo que se torna necessária a observação de parte dos setores e das políticas que os compõem.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

O Brasil, historicamente, baseou sua economia em uma produção predominantemente agrária. Atualmente, o meio rural brasileiro se divide em uma produção em larga escala, voltada, em suma, para o comércio internacional, denominada por agronegócio, e outra relacionada ao mercado interno, executada em pequenas e médias propriedade rurais que, geralmente, se estruturam dentro de uma organização familiar.

A agricultura familiar pode ser definida a partir da conjugação dos seguintes pontos: “a gestão da unidade produtiva; a maior parte do trabalho fornecida pelos membros da família; e a propriedade dos meios de produção, embora nem sempre da terra (...)” (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014, p. 34).

Esse setor possui grande importância na conjuntura do direito humano à alimentação adequada, porquanto produz alimentos que abastecem parte significativa da população brasileira, com a utilização de menos agrotóxicos, o que contribui para uma alimentação de melhor qualidade e nutrição. Destarte, a obtenção por este meio considera os costumes alimentares e, por conseguinte, a inclinação agrícola da região (FAO, 2016, p. 139).

Segundo Costa et. al. (2021, p. 123), os alimentos que compõem a base de consumo da população brasileira são produzidos, em grande parte, pela agricultura familiar. Denota-se que "a agricultura familiar foi responsável por 48% do valor da produção de café e banana, 80% da de mandioca, 69% da de abacaxi e 42% da produção de feijão no Brasil" (IBGE, 2019 *apud* Sambuichi et.al. 2020, p. 12).

O principal marco para a execução de ações voltadas para o setor rural, em especial, para os pequenos agricultores brasileiros foi a criação do Pronaf, em 1995, pelo Decreto nº 1.946/1996, que tem por objetivo a concessão de financiamento aos agricultores familiares.

A ampliação da relevância do setor e a criação do Pronaf impulsionou a elaboração de políticas próprias para a agricultura familiar referentes ao "acesso ao crédito, terra, seguro agrícola, moradia, auxílio à comercialização" que contribuíram para a promoção da segurança alimentar e nutricional, do desenvolvimento social e ambiental (PRIORE et. al., 2021, p. 31 *apud* CUNHA; FREITAS; SALGADO,2017).

Ademais, o Pronaf, por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), serve como meio de acesso às outras políticas públicas, dentre as quais se figuram aquelas ligadas aos de compras institucionais, como o PAA e o PNAE, uma vez que a referida declaração serve como demonstrativo de identificação e qualificação do agricultor familiar (PEREIRA, 2019, p. 26).

Outro marco expressivo para o ramo foi a promulgação da Lei nº 11.326/2009, conhecida como Lei da Agricultura Familiar. A referida legislação estabeleceu os princípios, instrumentos, bem como definiu o conceito de agricultor familiar e empreendedor rural, a saber:

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2009).

No cenário contemporâneo, as políticas públicas relacionadas à agricultura familiar e a segurança nutricional se ligam principalmente ao desenvolvimento do mercado institucional. Dentre os programas voltados à comercialização institucional, destacam-se o PAA (art. 19 da Lei nº 10.696/2003), elaborado

no bojo da estratégia Fome Zero (FAO, 2016, p. 119), que foi posteriormente substituído pelo Programa Alimenta Brasil e o PNAE, no qual a participação da agricultura familiar foi ampliada com as alterações trazidas pela Lei nº 11.947/2009.

Nessa linha de entendimento, a própria LOSAN, em seu art. 4º, I, aponta que a expansão das condições de aquisição aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, é abrangida pela noção de segurança alimentar e nutricional, demonstrando o liame entre os setores (BRASIL, 2006).

Assim, infere-se que a inclusão da agricultura familiar como instrumento da política intersetorial contribui para a maior garantia do direito à alimentação adequada, incorporando tanto a população em situação de vulnerabilidade alimentar quanto os agricultores pertencentes a categoria familiar.

2.2.1 Panorama da agricultura familiar em Minas Gerais

A articulação das políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional no Estado de Minas Gerais é desenvolvida por meio da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PESANS), sendo, ainda, replicado em âmbito estadual o SISAN.

As referidas estruturas estaduais se operam, prioritariamente, visando a integração da agricultura familiar à rede de segurança alimentar e nutricional em Minas Gerais, conforme pode ser observado nos incisos do artigo 4º da Lei Ordinária Estadual nº 22.806/2017.

O estado mineiro, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, possui 441.829 estabelecimentos categorizados como sendo de agricultura familiar, representando 72% de todos os estabelecimentos rurais da unidade da federação (FORTINI; BRAGA, p. 12, 2021).

No entanto, os dados provenientes do referido Censo demonstram que 20.101 (vinte mil cento e um) agricultores familiares de Minas Gerais estão em situação de extrema pobreza, sobrevivendo com renda familiar *per capita* inferior a R$ 89,00 (oitenta e nove reais) (FORTINI; BRAGA, 2021, p. 17).

Com relação aos programas que compõem os mercados institucionais públicos para comercialização dos alimentos da agricultura familiar, observa-se que em Minas Gerais é operacionalizado pelo Governo o PNAE, o PAA, o PAA Compra Institucional Federal e o PAA Compra Institucional Estadual (CAISANS-MG, 2017, p. 36).

Em Minas Gerais, em 2017, havia 1.238 agricultores familiares cadastrados no programa PAA, beneficiando 284 entidades socioassistenciais (CAISANS-MG, 2017, p. 36). Por sua vez, na modalidade Estadual participam 53 municípios mineiros (CAISANS-MG,2021, p. 161). No âmbito do PNAE, a

agricultura familiar também obteve maior destaque, uma vez que, desde 2015, o Governo do Estado aumentou o investimento no referido programa presente nas mais de 3.000 (três mil) unidades escolares (CAISANS-MG, 2017, p. 36).

Durante a pandemia, observou-se o comprometimento da produção e comercialização da agricultura familiar, principalmente, para "agricultores/as mais idosos/as, de menor renda (...), sem transporte próprio, menos organizados e sem acesso à telefonia e internet" (GALIZONI et.al., 2021, p. 2).

Em Minas Gerais, Filho et. al. (2022, p. 12) aponta que em abril de 2020, com relação ao PNAE, a comercialização dos produtos ficou comprometida em 68,6 %. Ao final do ano, embora os índices tenham melhorado ao longo dos meses, somente 10,2% estavam normais (FILHO et.al., 2022, p.12).

Isso posto, nota-se que a figura da agricultura familiar em Minas Gerais é trabalhada como umas das bases para as políticas públicas voltadas à segurança alimentar, de forma que os obstáculos, sobretudo aqueles provenientes da pandemia, geraram consequências diretas nos mercados institucionais.

2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, mais conhecido pela sigla PNAE, é uma das políticas públicas na área da assistência social/alimentar mais antigas e duradouras do país. Trata-se de uma política que objetiva ampliar o acesso dos alunos da rede pública de ensino a alimentos saudáveis por meio da compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Registros históricos afirmam que o PNAE fora instituído em 1955 tendo como característica principal um viés voltado ao assistencialismo (LISBOA et. al., 2021, p. 144). Do início aos dias atuais, o programa passou por diversas transformações a fim de se enquadrar nas políticas do SAN – Segurança Alimentar e Nutricional (LISBOA et. al., 2021 *apud* SCHOTTZ, 2017, p. 144-145). Saindo de uma política antes assistencialista (pouco abrangente) para uma política universalista e mais inclusiva (FNDE, 2021).

Atualmente o PNAE, segundo informações do FNDE (2021, p.1), encontra-se em: "5.568 municípios, nos 26 estados federados e no Distrito Federal. E atende, de forma universal, mais de 40 milhões de estudantes das redes públicas de ensino".

O papel primordial desse programa seria o de melhorar o desempenho escolar dos alunos por intermédio de uma política assistencial que propiciasse o acesso a alimentos saudáveis e a promoção da segurança alimentar, sendo incluída a agricultura familiar nesse processo por meio da compra governamental de alimentos (FREITAS et. al., 2017, p.2).

Diante disso, o PNAE passa a ser, nas palavras de Maluf (2007 *apud* Lisboa et. al. 2021, p. 143) "um dos programas 'basilares' do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)".

Somado a isso, a Lei nº 11.947 de 2009, em seu art. 14, visando ampliar o programa, passa a abarcar toda rede pública de educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) e a garantir, ao menos, 30% (trinta por cento) dos recursos do FNDE para aquisição de produtos advindos da agricultura familiar. Resultando, desse modo, na inclusão, fortalecimento e incentivo aos agricultores familiares participantes do PNAE.

O programa sofreu impactos diretos pelo fato de as escolas no período terem fechado as portas momentaneamente devido ao risco de contágio por parte dos alunos. Ante tal conjuntura, dificultou-se sobremaneira o acesso dos destinatários do programa aos alimentos ofertados, alavancando o quadro de insegurança alimentar nesse momento de crise sanitária e causando prejuízos aos agricultores familiares que forneciam alimentos *in natura* às escolas (MORAIS et. al., 2021, p.2).

Inobstante as dificuldades ocasionadas pelo período pandêmico, os agricultores familiares se depararam com diversos problemas relacionados à sua inserção no PNAE: problemas de ordem operacionais, logísticos, informativos, burocráticos ou de desconfiança com o poder público (MORAIS, 2021 *apud* BECCARIN et. al., 2017, p.4).

Dentre os entraves encontrados pelos agricultores familiares, destaca-se principalmente a falta de informação sobre o funcionamento do PNAE, corroborando para a desconfiança desses profissionais com o poder público e desinteresse em aderir ao programa (MORAIS, 2021, p. 4).

No que pertine ao Estado de Minas Gerais, o Governo Federal destinou à Secretaria Estadual de Educação, no ano de 2021, cerca de 159.528.640,04 (cento e cinquenta e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil e seiscentos e quarenta reais e quatro centavos) para o PNAE[93]. Dados do IBGE (2020) mostram que a rede pública estadual de ensino de Minas Gerais é a segunda maior do país, enquanto a rede municipal está em terceira posição do ranking (FERREIRA; VICARI; CARNEIRO, 2021, p. 1).

Contudo, Moreira et. al. (2021, p. 9) alerta que, entre 2015 e 2018 os Municípios de Belo Horizonte, Governador Valadares, Montes Claros e Juiz de Fora não atingiram o percentual mínimo, do total de recursos repassados pelo FNDE, de 30% nas compras de alimentos para a alimentação escolar, oriundos da agricultura familiar, em desrespeito ao art. 14 da Lei 11.947/09.

A autora ressalta (2021, p. 9) – utilizando-se de dados do Sistema de Gestão de Prestação de Contas do FNDE de 2021 - que no ano de 2015, o Município de Belo Horizonte atingiu aproximadamente o percentual de utilização dos recursos de 19% (R$ 6.318.152,34), no entanto, em

---

[93] Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Liberações Consultas Gerais**. Brasil, 2022. Disponível em: < https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes/resultado- entidade/ano/2021/programa/C7/ cnpj/ 18715599000105 >. Acesso em: 23 abr. 2022.

2016, apenas 2,2% (R$ 561.119,88). Governador Valadares, por outro lado, em 2015, utilizou 97% dos recursos advindos do FNDE para adquirir produtos originários da agricultura familiar (R$ 3.564.650,28). Já no de 2017, R$ 1.339.809,89, menor valor no período em referência; justificado pela dificuldade das associações municipais para realizarem as entregas os produtos que foram solicitados via Chamada Pública.

2.4 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL

Na tentativa de criar políticas governamentais que pudessem promover a inclusão da agricultura familiar na linha de frente do processo produtivo do país, seja para reduzir desigualdades regionais ou socioeconômicas e combater a fome, seja para simplesmente incluir uma minoria (em termos de representatividade) nas políticas públicas de desenvolvimento local, o Programa de Aquisição de Alimentos, mais conhecido como PAA, e logo depois substituído pelo Programa Alimenta Brasil, apresenta-se como política pública de expressiva importância.

O PAA foi instituído pelo Governo Federal no ano de 2003, representando, naquele momento, uma das políticas estruturais da Estratégia Fome Zero cuja busca era a implementação de ações concretas no âmbito do SAN (ASSIS; PRIORE; FRANCESCHINI, 2017, p. 2).

Tal programa por se tratar de uma política embrionária, possibilitou posteriormente o surgimento no cenário nacional do SISAN, no ano de 2006, e 4 anos depois, em 2010, da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN - (SAMBUICHI et. al., 2019, p. 9), capacitando enormemente as políticas de combate à fome e insegurança alimentar no Brasil nos anos seguintes. Pois, nos dizeres de Sambuichi et. al. (2019, p. 9*),* o PAA: "(...) inovou ao integrar, em uma só política, os objetivos de fomentar a agricultura familiar e de combater a Insan no país".

Para alcance desses objetivos, a sistemática do PAA, segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social[94], seria:

> [...] o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2012).

[94] Ministério da Cidadania. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasil, 2012. Disponível em: < http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa >. Acesso em: 23 abr. 2022.

Com efeito, a implantação do programa traria ganhos dúplices, ou seja, beneficiaria uma parcela da população excluída socialmente e em situação de vulnerabilidade e, consequentemente, beneficiaria os agricultores familiares participantes do Programa por meio da compra de alimentos por eles produzidos.

A fim de demonstrar a dimensão e importância de investimentos no PAA para o quadro econômico do país, dados compilados pelo IPEA (2020) e citados por Souza et. al. (2020, p. 4), evidenciam: "Um investimento de R$1 bilhão no PAA, ainda em 2020, beneficiaria 208 mil produtores familiares, em 2.647 municípios, que poderiam produzir 420 mil toneladas de alimentos (...)".

Além de promover a dinamização da economia local, a pesquisa do IPEA mostra que, nos anos de 2011-2012 – anos de maiores investimentos –, pôde-se observar um maior crescimento do PIB nos municípios alcançados pelos repasses dos recursos relacionados ao PAA.

Outro aspecto econômico positivo percebido, trazido pelo estudo realizado por Santos, Soares e Benavides (2015), citado na pesquisa do IPEA (2020, p.12), concluiu com base na quantidade mensal de produtos vendidos antes e depois da implantação do PAA e da receita média dos agricultores, pelo aumento das vendas da maioria dos itens produzidos. Sendo assim, a rentabilidade dos agricultores também sofreu acréscimos em face da melhoria dos preços e da quantidade vendida, no qual a pesquisa coube demonstrar um aumento de 395,9% entre 2009 e 2010.

Uma característica relevante trazida pelo IPEA, foi que o PAA possibilitou a inclusão de jovens na atividade produtiva da agricultura familiar. Contribuindo, nesses moldes, para redução do fluxo migratório temporário, êxodo rural e esvaziamento do campo, segundo Cunha, Freitas e Salgado (2017, p.12).

No próximo tópico buscar-se-á tecer breves comparações acerca dos aspectos que aproximam e distanciam o PAA do Programa Alimenta Brasil.

2.4.1 Programa Alimenta Brasil – Semelhanças e Diferenças com o PAA

No final do ano de 2021, o art. 19 da Lei n. 10.696 de 2003, que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos, foi revogado pelo governo atual por intermédio da Medida Provisória 1.061 de 9 de agosto de 2021, convertida na Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021, entendeu por bem manter os pilares do programa outrora revogado de "promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar" (BRASIL, 2003), entendimento que se extrai a partir da leitura dos artigos e incisos da norma recém - editada.

O art. 30 da Lei nº 14.284 elenca uma série de finalidades nas quais o Programa se pautará, dentre as quais se encontram maior incentivo à agricultura familiar, promoção a inclusão econômica e social, bem como a valorização do consumo de alimentos produzido por este setor (BRASIL, 2021).

Nessa linha de intelecção, o texto exposto no Portal do Ministério da Cidadania[95] apresenta de maneira didática o que viria a ser esse programa, suas modalidades, os possíveis participantes, diferenças no valor de repasse em comparativo com PAA, entre outros detalhes.

No que concerne especificamente ao objetivo inicial do Programa Alimenta Brasil – preocupação com a inclusão dos pequenos agricultores no mercado e combate à insegurança alimentar -, não houve diferença em relação ao que buscava o PAA, que manteve a premissa na "compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional" (BRASIL, 2021).

Em relação ao orçamento do Programa, este será financiado pelo Ministério da Cidadania, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais órgãos públicos que façam uso da modalidade Compra Institucional, segundo o retromencionado Portal.

Nesse passo, a execução do Programa - que será de responsabilidade dos estados, DF e municípios, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento Nacional e Ministério da Cidadania - se dividirá em 5 (cinco) modalidades, quais sejam: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Apoio à Formação de Estoques e Compra Institucional (essas duas últimas coordenadas pelo Ministério da Agricultura).

Diferentemente do Programa Alimenta Brasil, no PAA havia 6 (seis) modalidades, pois incluía a modalidade Aquisição de Sementes, tal qual afirma o multicitado Portal do Ministério da Cidadania.

Logo abaixo, há um quadro-resumo sobre cada uma das modalidades atualmente existentes:

QUADRO 1 - MODALIDADES DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA ALIMENTA BRASIL

Compra de Doação Simultânea	**Compra Direta**	**Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite**	**Apoio à Formação de Estoques**	**Compra Institucional**
Compra de alimentos diversos e doação	Compra de produtos pré-definidos,	Compra de leite para doação às unidades	Apoio financeiro para a constituição de	Compra de produtos da agricultura familiar, por meio de chamamento

[95] Ministério da Cidadania. **Programa Alimenta Brasil**. Brasil, 2021. < Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/alimenta-brasil/programa-alimenta-brasil > Acesso em: 23 abr. 2022.

simultânea às unidades recebedoras.	com o objetivo de sustentar os preços.	recebedoras e, nas hipóteses previstas, diretamente aos beneficiários consumidores.	estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público.	público, para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios de órgãos públicos.

Fonte: confeccionado pelos próprios autores com base nas informações do Ministério da Cidadania e art. 33 da Lei 14.284 de 2021.

Embora o Programa Alimenta Brasil, em sua composição, tenha por premissa básica manter a estrutura do antigo Programa de Aquisição de Alimentos, o valor anual a ser repassado (a partir de janeiro de 2022) a cada unidade familiar, a depender da modalidade de aquisição, aumentou. É o que demonstra a tabela a seguir:

QUADRO 2 -VALOR ANUAL DE REPASSE ÀS UNIDADES FAMILIARES – COMPARAÇÃO

MODALIDADE	**PAA (antigo)**	**ALIMENTA BRASIL**
Compra com Doação Simultânea	R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)	R$ 12.000,00 (doze mil reais)
Compra Direta	R$ 8.000,00 (oito mil reais)	R$ 12.000,00 (doze mil reais)
Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite	Valor anual referente a venda 35 litros de leite por dia.	R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Apoio à Formação de Estoques	R$ 8.000,00 (oito mil reais)	R$ 12.000,00 (doze mil reais)
Compra Institucional	R$ 20.000,00 (vinte mil reais)	R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Fonte: Ministério da Cidadania

Pode ser constatado diante das características comparadas, que o Programa nos moldes atuais alavancou os aportes financeiros às unidades familiares em comparação com o PAA. De sorte que o valor

anual a ser repassado, foi a principal diferença entre o Programa Alimenta Brasil e o Programa de Aquisição de Alimentos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PAA E DO PNAE COM RELAÇÃO À SEGURANÇA ALIMENTAR

A consolidação das políticas públicas que abarcam a agricultura familiar se mostra essencial para a consecução do direito humano à alimentação adequada. A partir de um levantamento bibliográfico realizado em portais como o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), repositórios de Universidades e publicações do Governo de Minas Gerais, busca-se, por meio da revisão de literatura e da análise de dados, verificar a efetividade do PAA e do PNAE em face à insegurança alimentar.

Os dados disponibilizados pela Caisans- MG correspondem ao planejamento contido no V Plano de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Pleasans). As ações referentes à execução do PAA em 2021, na modalidade de doação simultânea, beneficiaram agricultores familiares, entidades socioassistenciais, bancos municipais de alimentos e pessoas em situação de vulnerabilidade social, principalmente, nas regiões dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce (CAISANS-MG, 2022, p. 15).

Observa-se que no Município de Rodeiro, localizado na Zona da Mata, além dos agricultores familiares, foram assistidas cerca de cem famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e, idosos do Asilo São Vicente de Paulo, no município (CAISANS-MG, 2022, p. 16). Foi indicado, ainda, que todos os alimentos distribuídos eram provenientes da agricultura familiar e continham quinze gêneros diversos de frutas e legumes (CAISANS-MG, 2022, p. 31).

Ademais, conforme delineado no relatório produzido pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA (2021, p. 11-12), o PAA favoreceu:

> (…) 2.368 agricultores familiares e 289 entidades socioassistenciais, de 125 municípios mineiros, totalizando R$ 10.321.178,15 e 4.112.278,9 kg de alimentos doados de março a novembro de 2021 através do Recurso Especial Covid-19.
>
> De 2019 até 2021, foram beneficiados 2893 agricultores familiares e 449 entidades socioassistenciais. Mais de R$ 16,6 milhões foram pagos aos agricultores pelos alimentos entregues que somam 6.983.507,77 kg no período (SEAPA, 2021, p. 11-12).

Trivellato (2018, p. 126), por meio de estudo de caso de natureza exploratória realizado no Município de Viçosa – MG, salientou a relação entre o programa PNAE e as melhoras dos índices de segurança alimentar dos agricultores familiares participantes.

Uma das mudanças notadas foi o aumento na variedade dos alimentos, bem como sua oferta na cidade. Além disso, houve geração de renda para as famílias dos agricultores, contribuindo para uma maior qualidade de vida e obtenção de alimentos. Por sua vez, as escolas consumidoras destacaram que os alimentos fornecidos possuíam uma qualidade melhor e que a entrega realizada era rápida (TRIVELLATO, 2018, p. 140).

Sobre isso, Trivellato (2018, p. 132), expressa:

> À medida que promove melhorias na qualidade de vida e trabalho dos seus fornecedores, promove também a qualidade dos alimentos recebidos, uma vez que os agricultores são mais capacitados, adquirem mais recursos e informações. Desse modo o Programa favorece dois públicos distintos, muitas vezes em situação de vulnerabilidade, que são os escolares e a população rural que dele participa (TRIVELLATO, 2018, p. 132).

A diversificação de gêneros alimentícios foi o primeiro ponto a ser observado quando da participação nos programas institucionais, conforme verificado por Cunha et.al. (2017, p. 435), a partir de estudo de caso realizado em Espera Feliz/MG, município localizado na Zona da Mata, o qual apontou que “muitos agricultores começaram a investir em plantios que nunca tinham produzido”.

A variedade dos alimentos contribui não somente os beneficiários, mas envolve os agricultores que consomem a própria produção, de modo a gerar impactos à segurança alimentar e nutricional no âmbito familiar, tornando-a mais completa e nutritiva (CUNHA et.al., 2017, p. 439).

Fato este que pôde ser observado no estudo de caso executado na Comunidade Planalto Rural em Montes Claros/MG por Oliveira, Paes e Azevedo (2021, p. 81-82), no qual se percebeu que o “PAA também contribuiu para diversificar a alimentação da família, bem como a diversificação da plantação refletiu diretamente na mesa do produtor que passou a se alimentar melhor”.

Ademais, os autores notaram:

> O PAA é uma das principais fontes de renda da comunidade e caracteriza-se como uma política capaz de garantir a renda e, consequentemente, a segurança alimentar e nutricional dos moradores, para os quais, com a venda garantida da produção, possibilitou a melhoria na alimentação dos mesmos (OLIVEIRA; PAES; AZEVEDO, 2021, p.86).

Com relação ao PNAE, Sales et. al. *(*2018, p. 6), após revisão de dados dos municípios localizados no Alto Jequitinhonha/MG, apontou que o programa, por meio da compra direta dos agricultores familiares, foi eficiente na manutenção da segurança alimentar, promovendo uma alimentação rica em verduras, legumes, frutas e hortaliças correspondentes aos hábitos alimentares da região.

Um estudo realizado por Silva (2019, p.118-120) no Município de Ladainha/ MG, cidade localizada no Vale do Mucuri, demonstrou que os próprios agricultores compreendem a eficácia do PNAE na manutenção do direito humano à alimentação adequada, uma vez que os alimentos comercializados proporcionam uma refeição de boa qualidade e nutrição aos estudantes das escolas beneficiadas.

Neste município também foi verificado que a participação no programa aumentou a renda dos agricultores e contribuiu para a entrada destes em outros programas sociais e mercados voltados ao varejo e feiras intermunicipais, cooperando "para a geração e circulação de renda local, dinamizando a economia do município, fortalecendo e incentivando o sistema alimentar local" (SILVA, 2019, p. 111).

Essa mesma relação foi observada em estudo de caso realizado em Jampruca/MG e Mathias Lobato/MG, localizados no Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, respectivamente, por Silva Sa et.al. (2017, p. 9 - 11), no qual foi constatado melhorias na economia dos municípios, bem como na alimentação dos estudantes, que passou a incluir alimentos da região e ser mais nutritiva, e para os agricultores, vez que o PNAE criou um mercado para a comercialização dos produtos.

Todavia, com a sobrevinda da pandemia, a pauta de segurança alimentar foi fortemente afetada, uma vez que as políticas públicas do alegado setor já se encontravam enfraquecidas em virtude do desmonte de várias estruturas ligadas ao SISAN (AMORIM; JUNIOR; BANDONI, 2020, p.1137).

Assim, foram adotadas diversas medidas para diminuir o impacto na parcela populacional favorecida pelos supraditos programas. Concernente ao PNAE, em caráter amplo, houve a distribuição de gêneros alimentícios por meio de kits a serem oferecidos a todos os estudantes da educação básica por meio das entidades executoras, nos termos da Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020.

No tocante ao PAA, o Governo Federal disponibilizou a abertura de crédito extraordinário no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) via Medida Provisória n. 957, de 24 de abril de 2020, para enfrentamento do Coronavírus.

Em Minas Gerais, não obstante a participação da comunidade mineira nos programas acimas descritos, cabe pontuar, também, seguindo o constatado pela pesquisa de Gurgel et. al. (2020, p. 3-4), que no PAA, as modalidades de compra com doação simultânea e incentivo ao consumo e produção de leite, foram instrumentos no enfrentamento dos impactos trazidos pela pandemia por parte do governo mineiro.

Nesse sentido, a doação de kits no contexto do PNAE, cestas básicas e, até mesmo, de auxílio-alimentação na cidade de Belo Horizonte[96], demonstraram ser outras medidas de combate à insegurança alimentar e nutricional no estado em face da crise sanitária.

Cumpre observar que, conforme apontado pela FAO (2020) *apud* Sambuichi et.al. (2020, p. 12), o então PAA, agora Programa Alimenta Brasil, pode ser importante ferramenta frente a insegurança alimentar e nutricional:

> (…) Primeiro, porque atua no fortalecimento da rede de assistência social e da rede de equipamentos de segurança alimentar ao doar alimentos para essas entidades por meio da modalidade CDS. Segundo, porque é um indutor da diversificação produtiva e da melhoria na quantidade e qualidade dos alimentos. Terceiro, porque uma alimentação saudável nesse período é de extrema importância para melhorar a imunidade da população e reduzir a procura pelo sistema de saúde, já que o consumo de alimentos in natura e minimamente processados contém vitaminas e antioxidantes necessários para combater infecções e fortalecer o sistema imunológico (FAO, 2020 *apud* SAMBUICHI et.al., 2020, p.12).

O PNAE, nessa vertente, se mostra essencial para a manutenção dos índices de segurança alimentar no país, uma vez que garante a refeição de crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, correspondendo a 80% de toda a educação básica do país (AMORIM; JUNIOR; BANDONI; 2020, p.1139).

Depreende-se, assim, que os programas são fontes seguras de promoção do direito humano à alimentação adequada e, consequentemente, da manutenção da segurança alimentar, porquanto abrangem todas as dimensões do mencionado direito, disponibilizando regularmente de forma gratuita alimentos locais com alto teor nutricional, preparados e armazenados de acordo com as normas sanitárias.

Observa-se, também, que as referidas políticas públicas garantiram aumento na renda dos agricultores familiares, bem como contribuíram para que estes consumissem os próprios alimentos cultivados, demonstrando a dupla face dos programas, contribuindo, ainda que indiretamente, para a melhora dos índices de pobreza na área rural.

Portanto, em síntese, ante a análise dos dados coletados, é possível aferir que o PAA e o PNAE demonstraram ser políticas públicas efetivas para continuidade e promoção do DHAA em Minas Gerais, beneficiando não só a população em vulnerabilidade social, agora amplificada pelo cenário da crise de saúde de proporções globais, mas, conjuntamente, os agricultores familiares, que também constituem parcela sujeita à insegurança alimentar e à pobreza no país.

---

[96] BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. PBH lança o Auxílio Belo Horizonte, programa destinado às famílias mais pobres , 2021. Disponível em: < https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-lanca-o-auxilio-belo-horizonte-programa-destinado-familias-mais-pobres >. Acesso em: 27 mai. 2022.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que os programas governamentais apresentados ao longo do presente trabalho trouxeram impactos positivos desde sua implantação no país. O PAA e o PNAE se tornaram instrumentos de referência para o fomento do DHAA, combate à insegurança alimentar, acessibilidade dos agricultores familiares e alimentação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, além de promover impacto econômico aos municípios mineiros analisados.

Dentre os pontos negativos verificados e descritos ao longo da pesquisa, observou-se, mais acentuadamente, a dificuldade de inserção dos agricultores familiares nos programas por problemas logísticos, operacionais e burocráticos, bem como dificuldade no atingimento dos percentuais obrigatórios de repasse dos recursos relacionados aos programas e na distribuição efetiva dos diversos gêneros alimentícios.

Pôde ser observado a complexidade da implantação dos programas em cada ente municipal, tendo em vista as peculiaridades políticas, econômicas, populacionais e sociais nas quais cada município invariavelmente se insere, obstaculizando a construção de uma relação ainda mais integrada entre os órgãos públicos responsáveis pela gestão e os destinatários das políticas implantadas.

Ademais, notou-se o caráter indissociável entre a agricultura familiar e o combate à insegurança alimentar e nutricional no Brasil, razão pela qual as políticas públicas nessa seara tendem a ser vistas não como gastos desnecessários ou atos associados a espectros políticos diversos, mas, sim, como imperativos de desenvolvimento socioeconômico, político e assistencial imprescindíveis ao futuro do país dependentes, inclusive, de esforços mútuos para sua realização.

No curso da pandemia do Covid-19, as políticas referidas obtiveram expressivo impacto no combate à insegurança alimentar e nutricional no Estado de Minas Gerais, pois garantiram a mínimo essencial de segurança alimentar e nutricional, em virtude da execução de ações posteriormente adotadas pelo Governo Estadual em conjunto com o Governo Federal.

Por fim, contata-se que, embora haja o desenvolvimento de tais políticas públicas, há muito a ser feito para melhoria e promoção dos instrumentos de combate à insegurança alimentar e nutricional, de forma que a reestruturação de órgãos ligados ao SISAN e o fomento dos mercados institucionais em conjunto com demais políticas intersetoriais constituem aspectos essenciais para a consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada tanto em Minas Gerais quanto em âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. L. B. de; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. **Programa Nacional de Alimentação Escolar:** estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19.Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1134–1145, jul. 2020. Disponível em: < https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81908 >. Acesso em: 23 mai. 2022.

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de et al. **Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n.2, p. 617-626, 2017. Disponível em: <10.1590/1413-81232017222.02292015 >. Acesso em: 08 mai. 2022;

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **PBH lança o Auxílio Belo Horizonte, programa destinado às famílias mais pobres**, 2021. Disponível em: < https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-lanca-o-auxilio-belo-horizonte-programa-destinadofamilias-mais-pobres >. Acesso em: 27 mai. 2022.

BEURLEN. Alexandra de França. **O direito humano à alimentação adequada no Brasil.** 2004. (Pós-Graduação em Direito, Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4171 >. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 6, de 2020.** Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ portaria/DLG6-2020.htm>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**.Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm>. Acesso em: 02 mai. 2022.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. **Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006.**Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 02 mai. 2022.

BRASIL. **Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm >. Acesso em: 23 abr. 2022;

BRASIL. **Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021.** Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm >. Acesso em: 11 mai. 2022;

BRASIL. **Medida Provisória n. 957, de 2020.** Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R$ 500.000.000,00, para o fim que especifica. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141700#:~:text=Abre%20Cr%C3%A9dito%20Extraordin%C3%A1rio%20no%20valor,Coronav%C3%ADrus%20(Minist%C3%A9rio%20da%20Cidadania) >. Acesso em: 26 mai. 2022;

BRASIL. **Resolução n. 2, de 9 de abril de 2020.** Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19. Disponível em: < https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2-de-9-de-abril-de-2020-252085843> Acesso em: 26 mai. 2022;

BURITY, Valéria et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília: ABRANDH, 2010. Disponível em: <https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022;

CAISANS – MG -CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL E NUTRICIONAL DE MINAS GERAIS. **IV Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais**: 2018/2019. Belo Horizonte: CAISAN; 2018. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Estadual/IV%20PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SEGURAN%C3%87A%20ALIMENTAR_MG.pdf >. Acesso em: 20 mai. 2022;

CAISANS – MG -CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL E NUTRICIONAL DE MINAS GERAIS. **V Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais**: 2021/2023. Belo Horizonte: CAISAN; 202. Disponível em: <http://social.mg.gov.br/images/consea/V-Plano-Estadual-de-SANS-2021.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022;

COSTA, Lucas Alves da et.al. Insegurança alimentar em agricultores: violação do direito humano à alimentação adequada. Cadernos de Saúde Coletiva, v. 29, n.1, p. 122- 132, 2021. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/1414-462X202129010471 >. Acesso em: 29 mai. 2022.

CUNHA, W. A. De; FREITAS, A. F. De; SALGADO, R. J. dos S. F.. **Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 55, n. 3, p. 427–444, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550301>. Acesso em: 26 mai. 2022;

FAO.**The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome, FAO. 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca9692en/CA9692EN.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022;

FAO. **Superação da Fome e da Pobreza Rural**: Iniciativas Brasileiras. Rome: FAO, 2016. Disponível em: < https://www.fao.org/publications/card/fr/c/b7c4207b-fc84-48c4-a670-4b146f5a80c4 >. Acesso em: 16 mai 2022;

FEDERIK, Marianela; LAGUZZI, Mauro. **Seguridad Alimentaria y Derecho a la Alimentación en Argentina**: un recorrido histórico / Food Security and Right to Food in Argentina: a historical journey. Revista española de nutrición comunitaria. [*S.l.*], V. 25, n.1, *0-0, jan.-mar. 2019,* Disponível em: <https://www.renc.es/imagenes/auxiliar/files/RENC_2019_1_06._M_Federik._Seguridad_Alimentaria_y_Derecho_a_la_Alimentacion(1).pdf >. Acesso em: 28 abr. 2022;

FERREIRA, Lilian Vitor Do Nascimento. **(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR: RETROCESSOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL** . 2021. (Pós- Graduação em Direito, Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade Federal Fluminense , Niterói, 2021. Disponível em: < http://ppgdc.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/03/INSEGURAN%C3%87A-ALIMENTAR-RETROCESSOS-DURANTE-A-PANDEMIA-DE-COVID-19-NO-BRASIL-LILIAN-VITOR.pdf >. Acesso em: 23 mai. 2022;

FERREIRA, V. B.; VICARI, L. M.; CARNEIRO, R. **Capacidades estatais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em MG: uma análise comparada da implementação nas redes estadual e municipal**. NAU Social, Salvador, v. 12, n. 22 ,p. 578–599, nov./abr. 2021. Disponível em: < https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/33947 >. Acesso em: 27 mar. 2022;

FILHO, Paulo Henrique Pulcherio. **Agricultura familiar, resiliência e covid-19:** análise swot nos estados de são paulo e minas gerais. Revista Grifos , [*S.l.*], v. *31, n. 57, 2022.* Disponível em: < https://doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6707 >. Acesso em: 23 mai. 2022;

FORTINI, Rosimere Miranda (coord.); BRAGA, Marcelo José. **Um novo retrato da agricultura familiar do estado de 2021 Minas Gerais**: a partir dos dados do censo agropecuário 2017. Viçosa, MG : IPPDS, UFV, 2021. Livro Eletrônico. Disponível em: <

http://www.agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Perfil%20da%20Agricultura%20Familiar%20MG%20-%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20Universidade%20Federal%20de%20Vi%C3%A7osa%20(UFV).pdf >. Acesso em: 23 mai. 2022.

FNDE. **Liberações Consultas Gerais.** Brasil, 2022. Disponível em: < https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes/resultadoentidade/ano/2021/programa/C7/cnpj/18715599000105 >.Acesso em: 27 mar. 2022;

FNDE. **FNDE efetiva o pagamento de 11 parcelas do PNAE em 2021.** Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/fnde-efetiva-o-pagamento-de-11-parcelas-do-pnae-em-2021 > Acesso em: 27 mar. 2022;

FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar completa 66 anos de atuação.** Brasil, 2021. Disponível em: < https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/programa-nacional-de-alimentacao-escolar-completa-66-anos-de-atuacao >.Acesso em: 28 abr. 2022;

GALIZONI, Flávia M. (org) et.al. **Boletim Informativo - Efeitos da Covid-19 sobre agricultura familiar, alimento e água no Vale do Jequitinhonha Mineiro**. UFMG/CNPq, 2021. Disponível em: <https://ufmg.br/storage/b/4/d/9/b4d98f635c882bd25963a09bf91f983d_16371687288002_2128415928.pdf >. Acesso em: 24 mai. 2022;

GURGEL, Aline do Monte et. al. **Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil.** Temas Livres. Disponível em: < 10.1590/1413-812320202512.33912020 >. Acesso em: 26 mai. 2022;

IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: < https://censoagro2017.ibge.gov.br/ > . Acesso em: 03 mar. 2022;

LISBÔA, Célia M. Patriarca et al. **A roça enraíza na escola? Refletindo sobre os desafios para a promoção da segurança alimentar e nutricional no contexto da alimentação escolar quilombola.** Universidade Federal do Rio de Janeiro: NUTES, Rio de Janeiro, 2021 Livro Eletrônico. Disponível em: < http://neab.uff.br/wp-content/uploads/sites/416/2021/10/CulinAfro_Livro-versa%CC%83o-final.pdf> .Acesso em: 03 mar. 2022;

LEÃO, Marília Mendonça (Coord.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf Acesso: 20 abr. 2022;

MINAS GERAIS. Lei Nº 22.806, de 29 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Pesans - e organiza o Sistema Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional - Sisan - no âmbito do Estado. Minas Gerais, Belo Horizonte, 29 dez. 2017. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-22806-2017-minas-gerais-dispoe-sobre-a-politica-estadual-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sustentavel-pesans-e-organiza-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sisan-no-ambito-do-estado>. Acesso em: 23 mai. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Programa de Aquisição de Alimentos.** Brasil, 2012. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa >. Acesso em: 23 abr. 2022;

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Programa Alimenta Brasil.** Brasil, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusaoprodutivarural/alimentabrasil /programa-alimenta-brasil >. Acesso em: 23 abr. 2022.

MORAIS, Ivonalda Brito de Almeida et al. **Agricultura familiar e alimentação escolar: reflexos da pandemia de COVID-19.** Research, Society and Development, v. 10, n.4, e13910413911, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13911 . Acesso em: 24 mar. 2022;

MOREIRA, Isabela Renó Jorge. et al. **Papéis e desafios das cooperativas da agricultura familiar no processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em cidades de Minas Gerais, Brasil.** Espacio Abierto: v. 30, n. 3, Jul/Set 2021, p. 196-227. Disponível em: < https://www.redalyc.org/journal/122/12268654009/html/ >. Acesso em: 24 ma. 2022;

OLIVEIRA, R. E.; PAES, S. R.; AZEVEDO, C. L.. **O Programa de Aquisição de Alimentos e suas contribuições para segurança alimentar e nutricional na Comunidade de Planalto Rural no norte de Minas Gerais**. Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 23, n. 1, p. 72-92, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/45718>. Acesso em: 24 mai. 2022;

PAULA, M. M. de; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. da. **Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios**. Revista de Política Agrícola, [*S.l.*] n. 1, p. 33-43, 2014. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/883/808>. Acesso em: 24 mai. 2022;

PEREIRA, Wagner Roberto. **Caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios de Minas Gerais**. 2019. (Pós- Graduação em Ciências Agrárias, Mestrado em Sistemas de Produção na Agropecuária) – Universidade José do Rosário Vellano, Alfenas. 2019. Disponível em: <http://tede2.unifenas.br:8080/jspui/handle/jspui/248 >. Acesso em: 07 jun. 2022;

RECINE Elisabetta et. al. **Reflexões sobre a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o enfrentamento da Covid-19 no Brasil**. Rev. Nutr. v. 33, p. e200176, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200176 >. Acesso em: 23 mai. 2022;

SALES, Ana Jaqueline et.al. **PNAE e pauta alimentar culturalizada** - um estudo no território do alto Jequitinhonha, MG . In: Third International Conference Agriculture and Food in an Urbanizing Society - III AgUrb; 17-21 Set 2018 ; Porto Alegre, Brasil. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais ; 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/41256/2/PNAE%20e%20pauta%20alimentar%20culturalizada%20-%20um%20estudo%20no%20Territ%c3%b3rio%20do%20Alto%20Jequiti_nhonha.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2022;

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et.al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 54, n. 4, p. 1079–1096, 2020. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81904. Acesso em: 22 mai. 2022;

SAMBUICHI.**O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional em tempos de covid-19. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais. Nota técnica nº 17. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article &id=35581&Itemid=448>. Acesso em: 23 mai. 2022;

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et. al,. **Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar**. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2482). Disponível: < http://repositorio.ipea.gov.br /bitstream/11058/9319/1/TD_2482.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2022;

SCHWARTZMAN, Flávia. **Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar**: caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares no estado de São Paulo. 2015. (Pós- Graduação em Nutrição, Doutorado em Nutrição em Saúde Pública – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.6.2015.tde-26052015-093714>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SEAPA - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO . **Ações do Sistema Agricultura mensagem do Governador à Assembleia Legislativa de Minas Gerais.** Belo Horizonte, dez. 2021. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Relatorio%20Completo%20Ac%CC%A7o%CC%83es%20do%20Sistema%20Seapa%20Dez-21_vf.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2022;

SEAPA - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Ações do Sistema Agricultura no combate à pandemia do coronavírus COVID- 19**. Belo Horizonte, 21 de jun. 2021. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Relato%CC%81rio%20Ac%CC%A7o%CC%83es%20do%20Sistema%20Agricultura%20no%20combate%20ao%20enfrentamento%20da%20pandemia%2021-06_vf.pdf.. Acesso em: 27 mai. 2022;

SILVA, Mariane Rodrigues. **As percepções dos agricultores familiares do município de Ladainha – MG acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar**: uma análise de conteúdo. 2019. (Pós Graduação em Estudo Rurais, Mestrado em Estudos Rurais) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2824>. Acesso em: 27 mai. 2022;

SILVA SÁ, Sara et al. **A interface entre alimentação escolar e agricultura familiar em Jampruca e Mathias Lobato, Minas Gerais.** Revista Espacios, Caracas, v.38, n. 46, p. 1-14, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n46/a17v38n46p01.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022;

SILVA, Sandro Pereira. **Dimensões da deliberação participativa em conselhos de políticas públicas:** o CONSEA na visão de seus conselheiros. Revista de Ciências Humanas, [S. l.], v. 17, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/1351>. Acesso em: 05 mai. 2022;

SOUSA, Marana Sotero de . **Os Programas de Estímulo à Agricultura Familiar e o Direito Humano à Alimentação Adequada**. 2017. (Pós- Graduação em Ciências Jurídicas, Mestrado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017. Disponível em: < https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12262>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TRIVELLATO, Paula Torres. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: participação da agricultura familiar em Viçosa-MG e a situação de (in)segurança alimentar e nutricional de famílias de agricultores fornecedores. 2018. (Pós- Graduação em Ciências Agrárias, Mestrado em Agroecologia) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2018. Disponível em: <https://locus.ufv.br//handle/123456789/20897>. Acesso em: 27 mai. 2022.

UNA-SUS. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavirus.** UNA-SUS, [*S.l.],* 11 mar. 2020. Disponível em:<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus> . Acesso em: 04 jun. 2022.

Teoria Da Argumentação e Igualdade Democrática: Uma Análise a Partir do Discurso de Distorção na Obra "A Revolução dos Bichos".

Theory of Juridical Argumentation and Democratic Equality: An Analysis from the Distortion Discourse in the Work "Animal Farm".

Flávia Lopes de Morais[97]
Larissa Kathleen Ribeiro de Abreu[98]
Natiele Marçal Leandro[99]
Romison Eduardo Paulista[100]

Resumo: O presente artigo tem como principal objetivo investigar as estratégias de distorção da igualdade democrática presentes na obra Revolução dos Bichos, de George Orwell, à luz dos preceitos

[97] Bacharelanda em Direito pela Faculdade Kennedy de Minas Gerais, atualmente cursando o 10º período de Direito. Endereço eletrônico: flavialopes92@gmail.com
[98] Bacharelanda em Direito pela Faculdade Kennedy de Minas Gerais, atualmente cursando o 10º período de Direito. Endereço eletrônico: larissakathleenrabreu16@gmail.com
[99] Bacharelanda em Direito pela Faculdade Kennedy de Minas Gerais, atualmente cursando o 10º período de Direito. Endereço eletrônico: natielemarcal@gmail.com
[100] Professor Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, professor das Faculdades Kennedy e Promove. Endereço eletrônico: romison.paulista@somoskennedy.com.br

da teoria da argumentação. Para isso, assume-se uma abordagem interdisciplinar do tema associando Direito e Literatura. Essa combinação, como manifestação social, frequentemente fornece exemplos de problemáticas e questões que se tornam ou se inspiram em fatos que tocam o cotidiano. Assim, destaca-se a necessidade de estudar os mecanismos discursivos que embasam a construção e/ou desconstrução de certos conceitos e bases democráticas feita por algumas personagens do livro.

Palavras-chave: Direito. Literatura. Igualdade Democrática. Teoria da Argumentação. Revolução dos Bichos.

Abstract*: The main objective of this article is to investigate the strategies of distortion of democratic equality present in George Orwell's Animal Farm, in the light of the precepts of the theory argumentation. For this, an interdisciplinary approach to the theme is assumed, associating Law and Literature. This combination, as a social manifestation, often provides examples of problems and issues that become or are inspired by facts that touch everyday life. Thus, there is a need to study the discursive mechanisms that support the construction and/or deconstruction of certain concepts and democratic bases made by some characters in the book.*

Keywords*: Right. Literature. Democratic Equality. Theory of Argumentation. Animal Revolution.*

1 INTRODUÇÃO

A relação interdisciplinar e necessária entre Direito e Literatura enseja uma abertura para pensar em que direções e dimensões os saberes jurídicos e literários podem ser convergentes para a discussão e solução dos desafios que se impõem à reflexão jurídico-social mais ampla, principalmente, no século XX e XXI. A fim de contribuir para esse entendimento, toma-se como objeto de estudo para este trabalho o livro “A Revolução dos Bichos”, de George Orwell, publicado em 1945.

Em síntese, essa obra traz o relato de um conjunto de animais que, insatisfeitos com a exploração e submissão imposta pelo fazendeiro da Granja do Solar, sr. Jones, decide se rebelar e assumir a direção da fazenda, a fim de instituir um novo sistema cooperativo e igualitário entre eles que atendesse as necessidades de todos os bichos da fazenda. Após lograr êxito na revolução, elaboraram uma espécie de Carta Magna contendo sete mandamentos que traduziam a intenção e os princípios de um governo democrático, com destaque para o último mandamento: “Todos os animais são iguais”. Contudo, aos poucos, alguns desses integrantes foram subvertendo essa ideia de igualdade, utilizando-se, entre outras coisas, de recursos discursivos, linguísticos e persuasivos para distorcer a ideia inicial do movimento.

Isto posto, o presente artigo tem como objetivo analisar as estratégias de distorção da igualdade democrática no discurso presente na obra supracitada, à luz dos preceitos da hermenêutica jurídica e teorias da argumentação. A fim de averiguar essa relação jurídico-literária da estória, tem-se como problema de pesquisa, o seguinte: como é possível analisar as estratégias de distorção da igualdade democrática no discurso presente na obra Revolução dos Bichos, de George Orwell, à luz dos preceitos da hermenêutica jurídica e teorias da argumentação?

Como hipótese, considera-se que por meio das atitudes e artimanhas, principalmente, do personagem Napoleão, um porco corpulento e autoritário, podem-se levantar os métodos hermenêutico-jurídicos que foram utilizados para deturpar a ideia democrática que foi inicialmente proposta, por exemplo, pelas mudanças nos sete mandamentos e interação autoritária com os outros animais.

Para isso, tomam-se os seguintes pontos a serem explorados ao longo deste trabalho: i) discutir a relação entre Direito e Literatura; ii) apresentar conceitos relevantes à hermenêutica jurídica e teorias da argumentação; iii) descrever os principais elementos da obra, destacando as estratégias do discurso

do Porco Napoleão; iv) levantar os métodos utilizados para a distorção do discurso democrático; e v) analisar os mecanismos hermenêutico-argumentativos na caracterização desse discurso.

Em síntese, para que se entenda a relevância dessa obra para esta pesquisa, há de se considerar que a busca da igualdade democrática pelos animais foi prejudicada por meio do autoritarismo de alguns porcos, que sucumbindo ao poder, passaram a agir como os humanos (ironicamente, o grupo que havia sido suplantado e considerado autoritário e explorador). Tendo em vista que a Hermenêutica é a teoria científica da arte de interpretar, que seria capaz de proporcionar métodos e instrumentos capazes de analisar os fenômenos no/do discurso, e a argumentação o estudo das disposições de estratégias de convencimento e persuasão, busca-se investigar como aqueles que estavam no poder, responsáveis pelo direcionamento dos outros animais e interpretação das normas foram bem sucedidos a despeito das evidentes contradições dos líderes.

Este artigo, portanto, irá se organizar da seguinte forma: primeiramente, serão apontados os marcos teórico-metodológicos tanto da relação entre Direito e Literatura quanto da Hermenêutica e Argumentação; em seguida, a descrição geral da obra e caracterização dos personagens; e, por fim, a análise das estratégias na construção do discurso de distorção democrática. Deste modo, o tema e a proposta escolhidos têm relevância jurídico-social, uma vez que a igualdade é fundamento diretamente ligado aos valores supremos da democracia e dos direitos humanos, além de ser continuamente um objeto de preocupação do legislador, encontrando na Literatura um campo fértil para sua discussão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A relação necessária entre Direito e Literatura

Primeiramente, para se compreender a relevância das contribuições e interseções possíveis entre Direito e Literatura para este trabalho, é preciso retomar como essas áreas foram sendo compreendidas em conjunto. Para além de uma compreensão da Literatura apenas como função de ensinar acerca da moral ou bons costumes, ela desempenha um papel de representar e traduzir uma visão da sociedade e dos homens de sua época. Nesse sentido, o Direito com um amplo arcabouço filosófico e cultural, encontra nessa arte muitas possibilidades de interpretar a realidade e, consequentemente, amplia sua visão da vida e das leis, e, por vezes, confunde-se com ela. (GODOY, 2008).

Importante destacar que a relação entre Direito e Literatura começou a ser notada, segundo Trindade e Bernsts (2017), a partir de um texto de Benjamin Cardozo, um juiz da Suprema Corte norte-americana, que em 1925 atribuiu uma interpretação literária a um texto jurídico. Este movimento ganhou mais força com as ideias de Ronald Dworkin, que via nos textos jurídicos uma narrativa construída por mais de um indivíduo, e que mantinha a coerência e busca pelo melhor desfecho possível. Tal ideia, chamada “romance em cadeia”, aproxima a figura do romancista com o jurista. Assim, a prática jurídica seria perene ao exercício de interpretação, dada a diversidade de escritores de um texto jurídico, e este exercício interpretativo é o ponto orientador no contexto dos textos literários.

Sedimentando essa relação, em 1970, surge o *Law and Literature Movement,* que buscava examinar a qualidade literária presente nos textos tipicamente jurídicos. Conforme Trindade (2017), esse movimento contou com a participação de pensadores como James Boyd White, Richard Weisberg, David Ray Papke, Robert Weisberg, Richard Posner, Martha Nussbaum, Paul Gewirtz e Peter Brooks, entre outros.

Nesta perspectiva, entende-se que essas disciplinas podem ser vistas como ficções. De um lado, a Literatura, uma ficção com a proposta reflexiva a partir do seu caráter plurissignificativo, portanto, eminentemente polissêmico, bem como de sua linguagem conotativa, que possibilita uma ampliação criativa de visão do mundo, uma proposta de repensar e ampliar a realidade. Por outro lado, já o Direito possui o desejo de congelamento do presente para a projeção de um futuro fundamentado em um

determinado momento histórico registrado. Assim, para que ambos os textos sejam produzidos, tanto o literário quanto o jurídico, é necessário o diálogo. O que evidentemente não é uma tarefa simples. Conforme Gadamer (2002), o diálogo não é uma conversa, e sim uma troca de percepções que transformam seus participantes, possibilitando encontrar no outro aquilo que ainda não se havia encontrado em sua própria experiência de mundo.

Dessa maneira, a Literatura e o Direito podem ser observados como manifestações sociais extremamente relevantes para uma sociedade, uma vez que, para além do papel de registrar informações históricas e possibilitar a livre manifestação do pensamento de quem escreve, consistem em instrumentos de percepção político-cultural. Por meio de obras literárias é possível conhecer determinado momento histórico, seja visitando o passado, relatando o presente ou projetando o futuro, o que auxilia na composição, por exemplo, do positivismo jurídico.

Além disso, as obras literárias podem tratar de assuntos sensíveis para a sociedade, exercendo um importante papel pedagógico[101] no que diz respeito ao exercício de refletir, questionar ou tecer críticas a um comportamento, bem como o de entreter os leitores, pela visão de realidade proposta por um escritor. Nesse sentido, a Literatura revela-se um instrumento promissor de autopercepção e reflexão, visto que, na visão de Bueno (2011), mais do que a filosofia, a autoreferenciação derivada da Literatura permite "um processo de reconstrução dos léxicos da coletividade", algo essencial, já que a sociedade está em constante situação de contingência e transitoriedade. Assim, o Direito como ordem de tratativas normativas direcionadas à conduta humana, pode servir-se da arte literária e vice-versa.

Contudo, é importante considerar os apontamentos de Radbruch (2004), para quem o Direito, como fenômeno cultural, necessita de meios corpóreos de expressão, e estes estão submetidos à avaliação estética assim como a matéria da arte. Ainda que a linguagem jurídica seja, por vezes, concisa, determinada e rígida, a linguagem da luta pelo direito se contrapõe a essa frieza, pois é munida do sentimento combativo, retórico e passional.

Por fim, observa-se que essa conexão entre as duas disciplinas proporciona estudar os fatos sociais e humanos para além da regulação social simplesmente. Tal como aponta Gustin e Dias, na atualidade é necessário expandir a compreensão do fazer científico no Direito.

Para elas,

> A Ciência Jurídica contemporânea apela à razoabilidade, ao conhecimento crítico e à reconceituação do ato justo. [...] entende ser objeto do Direito o fenômeno jurídico historicamente realizado. Um fenômeno que se positiva no espaço e no tempo e que se realiza como experiência efetiva, passada ou atual. (GUSTIN; DIAS, 2014, p. 14)

Logo, o Direito, como importante campo do saber, estabelecerá os diálogos necessários para encontrar respostas sempre que houver um contexto histórico, social e cultural relevante. A fim de entender os mecanismos dessa relação à luz da obra de George Orwell, a seguir apresentar-se-á uma visão geral sobre a hermenêutica jurídica e teorias da argumentação.

2.2 Visão Global sobre a Hermenêutica Jurídica e as Teorias da Argumentação

Com o objetivo de compreender as ferramentas discursivas empregadas na narrativa de "A Revolução dos Bichos", esta pesquisa optou por sinalizar aspectos de natureza hermenêutico-retóricos relevantes para a leitura da obra de Orwell. Isto porque, de um lado, a Hermenêutica Jurídica, como ramo geral do Direito, destina-se ao estudo e ao desenvolvimento de métodos e princípios que

[101] Evidentemente, as obras literárias como manifestações socioculturais diversas ensejam múltiplas visões de mundo, e não é o objetivo último da literatura assumir um caráter moralista ou proselitista para uma sociedade, antes é um modo de entender e vivenciar a sociedade pelo exercício artístico da palavra. Dessa forma, na atividade dialética e dialógica da leitura que se faz do texto é que essas visões são contrapostas por outras vivências e experiências de leitura das pessoas.

proporcionam bases racionais para a interpretação e aplicação dos enunciados jurídico-normativos (NADER, 2019; MAXIMILIANO, 1993); e, de outro lado, o campo da Argumentação estabelece um vasto e histórico campo de teorias que se debruça sobre os mecanismos envolvidos no processo de convencimento e persuasão dos interlocutores, auditórios e públicos (PLANTIN, 2008; AMOSSY, 2011; PERELMAN, 1987).

Dada a natureza da trama proposta por Orwell - seja pelo conteúdo temático extremamente relevante ao Direito e as democracias, seja pela forma, o uso de personagens ficcionais que (des)constroem as bases que fundam as sociedades - apresenta-se uma breve descrição dos marcos teórico-metodológicos dessas disciplinas.

2.2.1 A Sustentação Hermenêutica na Construção do Discurso Jurídico

Grosso modo, para que se compreenda a dimensão hermenêutica de forma satisfatória, assume-se a complexidade do sistema jurídico a partir de duas razões principais, a saber: um *processo criativo cognitivo* e o *positivismo realista* (CAMBI, 2003). A primeira, tratando o sistema jurídico e sua legislação como uma modalidade do processo criativo cognitivo, busca superar a dicotomia típica das relações sociais, de sujeito-objeto; em que tal dualismo prejudica o encontro de uma verdade única e absoluta, dado que não é possível a existência de um pensamento único em um contexto social amplo. A segunda razão passa por entender que o sistema jurídico deve conciliar constantemente a teoria positivista com a realidade. Logo, tem-se o desafio de manter o sistema jurídico atual e praticável, ainda que assumindo uma realidade mais rica e dinâmica do que o direito positivo.

Por isso, segundo Cambi:

> [...] é necessário buscar um mecanismo organizativo do sistema jurídico que possa abrir-se e fechar-se, sem que seja necessária a constante reformulação das antigas leis por legislações mais modernas. Assim, nele há de ser compreendida a existência de uma válvula que permita abrir o ordenamento jurídico para que possa interagir com os estímulos que vêm do exterior e fechá-lo, quando esses estímulos exteriores contrariassem os critérios, os quais permitem conhecê-los e organizá-los, ligados à manutenção da sua essência. (CAMBI, 2003, n.p).

Neste aspecto, os princípios norteadores e as regras gerais dos mecanismos processuais são instrumentos que reduzem a divergência entre normas e realidade. Para que uma norma positivista seja exequível no ordenamento jurídico, faz-se necessário haver a atuação da hermenêutica, uma vez que a eficiência da norma encontra-se no sucesso do intérprete na busca do sentido prático do texto legislativo-normativo. Assim, conforme Cambi (2003, n.p.), “o texto é o sinal linguístico, enquanto a norma é o que se revela, designa.”

Diante disso, o processo de interpretação não é uma simples descoberta, todavia, deve ser um processo de adaptação ao contexto social que permanece em constante alteração. Sendo assim, a interpretação não é uma expressão da vontade do legislador, mas sim, uma ação feita em conformidade com as necessidades da sociedade. (MAXIMILIANO, 1993)

Isso posto, a hermenêutica jurídica é a interpretação dos enunciados normativos, que deve considerar:

> [...] É tarefa primordial do executor a pesquisa da relação entre o texto abstrato e o caso concreto, entre a norma jurídica e o fato social, isto é, aplicar o Direito. Para o conseguir, se faz mister um trabalho preliminar: descobrir e fixar o sentido verdadeiro da regra positiva; e, logo depois, o respectivo alcance, a sua extensão. (MAXIMILIANO, 2017, n.p.)

Portanto, até aqui, na interpretação jurídica, não se replica o texto da lei, posto que o intérprete, ao observar a norma, não pode se restringir a reproduzir ou a copiar o texto legislativo, entretanto, servindo-se da argumentação jurídica, deve-se elaborar um sentido concreto à norma

abstratamente prevista. Verifica-se que, com isso, não se cria um novo texto legislativo, somente se "complementa" o sentido nele compreendido (CAMBI, 2003; MAXIMILIANO, 2017).

Dessa forma, fica claro que a Hermenêutica Jurídica, em sentido *lato*, dedica-se à interpretação das expressões e de textos jurídico-normativos diversos, assumindo parâmetros éticos ao interpretar a realidade dos fatos sócio-jurídicos. O caráter normativo simulado na narrativa de Orwell, a partir dos lugares ("sociais" e "institucionais") dos personagens e da função dos "mandamentos" (objeto normativo), faz-se importante para se observar as contradições entre esses lugares e funções. Enfim, isto possibilita aplicar e integrar ao sentido das ações e objetos discursivo s presentes no livro certos valores éticos à conduta dos personagens na manipulação das normas.

2.2.2 As Bases Retórico-Argumentativas do Discurso

Em síntese, a análise do exercício da oratória, retórica e argumentação é feita desde a Grécia Antiga; tornou-se sistematizada a partir da colaboração das teorias de Aristóteles. Destaca-se que são utilizadas suas bases ainda hoje devido a sua capacidade contributiva sobre esse assunto em vários aspectos; e será a partir dele que se estabelecerá os marcos analíticos deste trabalho (PLANTIN, 2008; AMOSSY, 2011; PERELMAN, 1987).

Aristóteles (1958), importante referência clássica[102] sobre o assunto, categorizou três modelos de discursos argumentativos: o discurso demonstrativo ou científico; o discurso dialético; e o discurso retórico: i) O primeiro, de caráter analítico, busca a verdade para chegar a uma conclusão verdadeira com o objetivo de apreensão científica de determinado conteúdo; ii) O segundo modelo, o dialético, parte de premissas prováveis para que haja uma conclusão a partir de debates sobre ideias divergentes por meio do diálogo; e, por fim, iii) o discurso retórico, que prioriza a persuasão do auditório através do monólogo de uma figura emblemática que utiliza suas habilidades oratórias para convencimento de quem escuta, utilizando-se de circunstâncias presentes no cotidiano, pontos em comum e crenças vigentes da sociedade e aceitas popularmente (PLANTIN, 2008).

Sendo este último, fonte teórica para análise do discurso do porco Napoleão, a fim de se verificar de que modo se dá a distorção da ideia inicial de igualdade tanto pela estruturação do discurso "*logos*" quanto pela imagem "*ethos*" da personagem.

Ademais, adequa-se ainda um apontamento importante feito por Aristóteles (1958) em relação a uma modalidade de discurso que passa pela falsa argumentação, sendo uma crítica explícita aos sofistas. Tal discurso se apoia em uma ideia contenciosa, de fatos e posicionamentos que só aparentam ser amplamente aceitos, mas que na realidade são equivocados e falaciosos.

A tríade retórica aristotélica - *ethos*, *pathos* e *logos* - é entendida da seguinte maneira: i) o caráter moral do orador, a imagem construída pelo discurso (*ethos*); ii) nas disposições criadas no auditório, a partir dos afetos e emoções *(pathos)*; e iii) o próprio discurso (*logos*).

Enfim, para Aristóteles,

> [...] a retórica é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão. [...] Sua tarefa não consiste em persuadir, mas em discernir os meios de persuadir a propósito de cada questão, como sucede as demais artes. (ARISTÓTELES, 1959, p. 23-24)

Em suma, um dos pontos importantes da formulação aristotélica para as teorias argumentativas é a sistematização de um conjunto de critérios e parâmetros que auxiliam a construção e o entendimento dos discursos produzidos no tecido social (PLANTIN, 2008; AMOSSY, 2008). A seguir, serão apresentadas algumas considerações acerca da dimensão democrática das sociedades.

---

[102] Destaca-se que ainda hoje os modelos teóricos da Argumentação retomam os postulados aristotélicos na formulação de seus pressupostos e categorias analíticas; diante disso, optou-se, neste trabalho, manter essa tradição.

2.3 Os Paradigmas da Igualdade Democrática nas Sociedades

Neste momento do trabalho, pretende-se discorrer sobre um importante conceito que será fundamental para o desenvolvimento da análise de "A Revolução dos Bichos", a saber: a *igualdade democrática*.

Para que se compreenda a profundidade filosófica dessa "fábula", os mandamentos criados pelos animais no enredo constituem, em um contexto de análise democrática, uma carta de princípios e direcionamentos que prioriza *a igualdade* e *isonomia* entre os bichos. A temática da *igualdade* é objeto de discussão e estudo no âmbito jurídico com frequência, sendo associada à ideia de *democracia*.

Conforme Bobbio (2000), a *democracia* se caracteriza pela composição acordada de um conjunto de regras fundamentais que estabelecem quem seria autorizado para a tomada de decisões coletivas, e através de quais procedimentos o faria. Nesse sentido, afirma que para decisões coletivas deve haver uma regra de maioria numérica e, ainda, que nenhuma das decisões tomadas por essa maioria deve limitar os direitos da minoria. O autor esclarece, assim, a relação de igualdade com um valor para os indivíduos compreendidos na relação social, pressupondo uma pluralidade de entes para a efetiva igualdade democrática.

Com o objetivo de conservar a ordem social, Bobbio (1997) define que a *igualdade* é um valor com base no tratamento igual entre os iguais e desigual entre os desiguais, sendo que a intenção da igualdade não se basta em estabelecer quando duas coisas devem ser consideradas equivalentes, mas se atentar para a promoção da justiça entre os indivíduos, criando um cenário de reconhecimento da complexidade social.

De tal maneira, em relação à obra, analisar a forma com que os animais estabelecem suas regras, bem como quem são os responsáveis por coordenar os mandamentos impostos, trazem a possibilidade de mensurar o nível de igualdade material presente na sátira literária em análise.

Tem-se, assim, que a percepção das individualidades no contexto de igualdade material é imprescindível, dado que, uma gestão direcionada somente para o benefício de um grupo específico gera a distorção do conceito principal de bem-estar social que venha alcançar a todos.

Destaca-se que a discussão da fundamentalidade dos direitos e deveres e as consequências de eventuais abusos tornam-se explícitos no texto, principalmente, na constante manipulação feita pelo personagem Napoleão (e seus aliados). Portanto, investigar como se dá essa distorção no livro proporciona o levantamento de algumas das estratégias utilizadas por esse grupo. Um instrumento para analisá-las é sob o olhar da argumentação jurídica no âmbito da retórica empregada.

3 METODOLOGIA

3.1 Descrição Geral da Obra e Caracterização dos Personagens

Em suma, a fábula "Revolução dos Bichos" se passa na Granja do Solar, uma fazenda que era administrada pelo Sr. Jones e que possuía muitos animais: cachorros, galinhas, ovelhas, vacas, cavalos, porcos, passáros e, até mesmo, um burro chamado Benjamim, o animal mais idoso da fazenda, e também o mais moderado. Estes animais encontravam-se insatisfeitos com a criação do Sr. Jones que já fora um patrão duro, mas competente; contudo, em função de uma perda de dinheiro numa ação judicial, já não mais cuidava de forma atenciosa dos animais, e reiteradamente, bebia, esquecia de alimentá-los e dar a manutenção à fazenda. Disso resulta o que futuramente será o estopim de uma revolução entre os bichos.

Em uma reunião entre os animais, foi ponderado que os homens eram egoístas e não pensavam no bem comum dos animais. Em assembleia, define-se que os inimigos seriam "aqueles que andam sobre duas pernas". Eles se organizam e expulsam o dono da granja, pois não aceitariam ser explorados pelos humanos. Entretanto, com o tempo, os valores e razões defendidos que sustentavam a revolução

pouco a pouco vão sendo deturpados, sobretudo, pelos porcos, tendo seu maior representante o porco Napoleão.

Feita a paráfrase da narrativa, a obra de Orwell[103] representa uma metáfora política acerca de traidores e corruptos, tendo como contexto histórico mais imediato uma crítica ao regime stalinista[104]. O autor propõe uma reflexão político-filosófica que denota, para além da questão soviética, a contradição acerca da conduta humana ao que diz respeito a "igualdade entre os homens", aparentemente impossível, tendo em vista que o desejo de liderar, de levar vantagem corrompe o sistema, subverte as normas e leis, ainda que em movimentos originalmente bem intencionados.

3.2 Apresentação dos Parâmetros para a Análise da Obra

Diante dessa narrativa, propõem-se os seguintes pontos para a condução da análise de resultados mais à frente: i) avaliar as alterações promovidas no âmbito dos mandamentos, observando como se dão os critérios de "igualdade" entre os animais; e ii) sinalizar como se dá a transformação do *ethos* do personagem antagonista, Napoleão, representando críticas ao discurso autoritário/populista.

Assim, opta-se pela seleção de dois princípios dos "mandamentos" sinalizando as mudanças que vão sendo feitas ao longo do tempo narrativo. Com isso, pretende-se apontar a construção, manipulação e desconstrução da noção de democracia e igualdade entre os animais.

E, acerca do segundo ponto, opta-se pela seleção de falas dos personagens que demonstram a mudança do personagem Napoleão, corrompido, em busca da *liderança* e *poder*. A partir da caracterização de seus *ethos*, analisam-se os efeitos do discurso sobre o auditório (bichos) - de modo que, o personagem assume imagens que oscilam entre o herói/líder e o demagogo/autoritário a fim de justificar suas ações e arbitrariedades ao longo do texto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise dos Mecanismos de Distorção do Discurso Democrático em "A Revolução dos Bichos"

Frustrados com a desigualdade e as tribulações, os animais se reuniram sob a liderança do porco Major, que contou com um discurso de liberdade e autonomia:

> *Então, camaradas, qual é a natureza desta nossa vida? Enfrentemos a realidade: nossa vida é miserável, trabalhosa e curta. Nascemos, recebemos o mínimo alimento necessário para continuar respirando, e os que podem trabalhar são exigidos até a última parcela de suas forças; no instante em que nossa utilidade acaba, trucidam-nos com hedionda crueldade. [...] O Homem não busca interesses que não os dele próprio. Que haja entre nós, animais, uma perfeita unidade, uma perfeita camaradagem na luta. Todos os homens são inimigos, todos os animais são camaradas.* (ORWELL, Cap. 1 - p. 12-14).

Diante de tamanho descontentamento e animados com o discurso político inflamado do Porco Major que vislumbrava a independência e emancipação dos animais da tutela dos humanos, é que foi proposta uma revolução para aplicar o sistema de pensamento a que deram o nome de "Animalismo".

Em síntese, esse ideal era:

---

[103] O livro foi publicado em 1945 no início da 2ª Grande Guerra Mundial. George Orwell é o pseudônimo de Eric Arthur Blair, nascido em 1903, jornalista. Apesar de nascido na Índia, o escritor inglês é conhecido por obras ("Revolução dos Bichos"; "1984"; e "Dias na Birmânia") que assumem uma dura crítica ao sistema socialista soviétivo, embora tenha o integrado. Para ele, esqueceu-se os princípios iniciais do movimento no decorrer da revolução.

[104] Hitchens (2006, p.117) acredita que o Orwell tenha um motivo crítico para "ter composto seu 'conto de fadas' rural (como ele próprio chamava seu livro) como um Hamlet sem o príncipe". Inspirado na Revolução Russa, esta fábula se tornou uma sátira sobre a experiência soviética e uma censura das lideranças de Lênin, Stálin e Trótski.

> *[...] todos os males da nossa existência têm origem na tirania dos humanos? Basta que nos livremos do Homem para que o produto de nosso trabalho seja só nosso. Praticamente, da noite para o dia, poderíamos nos tornar ricos e livres. Que fazer, então? Trabalhar dia e noite, de corpo e alma, para a derrubada do gênero humano. Esta é a mensagem que eu vos trago, camaradas: rebelião!* (ORWELL, Cap. 1 - p.13-14)

A partir desses dois trechos mencionados, observam-se alguns elementos importantes e figurativos de mecanismos político-democráticos que sustentam a noção geral das democracias e que são explorados criticamente ao longo do texto: i) combate a arbitrariedades e exploração do "povo"; ii) proposição de ideais coletivos que visem o bem-estar do grupo; iii) construção de um sistema de governança a partir de certas regras (ou princípios) que busquem a igualdade e justiça; e iv) lideranças que representam e defendem esses interesses de forma idônea.

Interessantemente, no início da narrativa, os animais simulam uma assembleia para discutir sua situação de exploração e medidas que precisam ser tomadas. Isto porque, o direito de reunião em uma sociedade é de extrema importância para a construção democrática, dado que a democracia possui uma regra básica de procedimento: as decisões devem se dar pelo consenso da maioria para garantir a legitimidade do regime.

Como se observa no trecho:

> *- "Camaradas", disse ele, "eis aí um ponto que precisa ser esclarecido. As criaturas rebeldes, tais como os ratos e os coelhos, serão nossos amigos ou nossos inimigos? Coloquemos o assunto em votação. Apresento à assembleia a seguinte questão: são os ratos camaradas?"*
> *A votação foi realizada imediatamente, e concluiu-se, por esmagadora maioria, que os ratos eram camaradas. Houve apenas quatro votos contra, dos três cachorros e da gata, que, depois se descobriu, votara pelos dois lados. (ORWELL, Cap. 1 - p.14-15)*

Tal regra, que não é a única, mas uma das mais relevantes, mostra justamente o cuidado com mitigar qualquer possibilidade de decisão que se opõe ao grupo majoritário e ponderar eventuais discordâncias (BOBBIO, 1986). Assim, deve prevalecer na noção democrática a liberdade para um grupamento de concepções e propostas que culmine em direitos fundamentais e, consequentemente, na vontade do povo em sua essência. Como disse Abraham Lincoln, 16° Presidente dos Estados Unidos, a "democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo", e que encontra eco, inclusive, na Constituição Federal de 1988 - "[...] todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente [...]", artigo 1º.

No enredo, os animais se reúnem sob a direção do Major e dos outros porcos, que na ocasião foram considerados os animais mais preparados e inteligentes para liderar o movimento. Nesse sentido, como lembra Clastres (1979) que, de modo geral, a população espera que o responsável pela chefia de uma sociedade prove o seu domínio sobre uma série de competências técnicas que o diferencie do resto do grupo, todas centradas, principalmente, no uso retórico da palavra em busca dessa adesão e engajamento as teses apresentadas.

> *As palavras do Major haviam dado uma perspectiva de vida inteiramente nova aos animais de maior inteligência da granja. Não sabiam quando teria lugar a Rebelião predita pelo Major, nem tinham razões para acreditar que fosse durante a existência deles próprios, mas percebiam claramente o dever de aprestar-se para ela. A tarefa de instruir e organizar os outros recaiu naturalmente sobre os porcos, reconhecidos como os mais inteligentes dos bichos. Salientavam-se, entre eles, dois jovens barrões, Bola-de-Neve e Napoleão, que o sr. Jones criava para vender.* (ORWELL, Cap. 2 - p.18)

Nessa sociedade, os porcos se destacaram pela habilidade com o discurso (e capacidade cognitiva) - sendo eles as figuras proeminentes do movimento, que futuramente disputarão a liderança e poder sobre os demais animais.

Isto posto, a proposta do Animalismo era revolucionária para a Granja e simula para o leitor uma luta democrática emancipatória, sendo esta conquistada através de um conflito armado que buscou expulsar o "mal" da sociedade: os humanos. Ademais, a adesão majoritária dos animais foi essencial para o sucesso da revolução, pois assim, com o senso de unidade, foi possível acumular força física e ideológica o suficiente para tamanho feito.

> *[...] haviam organizado os ensinamentos do Major num sistema de pensamento a que deram o nome de Animalismo. Várias noites por semana, depois que Jones dormia, faziam reuniões secretas no celeiro e expunham aos outros os princípios do Animalismo.* (ORWELL, Cap. 2 - p.19)

Essa noção de uma sociedade unida com poder de gerar modificações renovadoras é reforçada sempre que os porcos, especialmente os que representam figuras de liderança, usam termos recorrentemente na primeira pessoa do plural "nós" e expressões como "camaradas", que além de remeter à sátira proposta pelo autor, demonstra uma intenção de convergência e irmandade, sendo um termo de conotação político-ideológica remetendo à ideia de "aliados".

Vale a pena destacar que, para Silva (2009), o conceito de representação democrática está associado a noções como autorização e unicidade do povo, bem como aprovação do soberano e sua legitimidade associada à capacidade de tomar decisões vinculantes e de encarnar a generalidade social. Assim, o sentimento despertado pelos porcos nos outros animais, em primeiro momento, sedimentam uma emoção de indivisibilidade e completude, e posteriormente, um desmembramento político-social a partir de privilégios de um grupo minoritário.

Por fim, como se pôde verificar, os elementos centrais que orientaram a construção de um sistema igualitário e democrático (Animalismo) com ideais de combate à exploração do grupo foram contemplados na parte inicial da narrativa. Ocorre, porém, a descaracterização e/ou corrupção desses ideais ao longo da narrativa. Sobre esse aspecto fundamental para se compreender a distorção do discurso democrático, privilegia-se a seguir a análise dos "mandamentos".

4.1.2 Proposição e Alterações nos Sete Mandamentos: o entendimento hermenêutico dessa estratégia

Ainda no fluxo narrativo, após o discurso solene, em um clima de músicas e marchas que levaram a bicharada a uma extrema excitação, é instituído o Animalismo. A música "Bichos da Inglaterra" foi cantada em potente uníssono. Mesmo o porco Major falecendo três noites depois do épico discurso, a ideia da revolução já havia sido internalizada por todos. Após reuniões secretas, instruções e organizações, e agora sob a direção de Bola-de-Neve e Napoleão, dois jovens porcos, a rebelião teve sucesso com a expulsão do Sr. Jones e de todos os humanos do local, e a Granja do Solar passou a se chamar Granja dos Bichos.

Após o sucesso da expulsão, no dia seguinte, os animais foram convocados pelos novos líderes, que revelaram que haviam aprendido a ler nos últimos meses, para sedimentar as diretrizes da ideia democrática através dos princípios do Animalismo em Sete Mandamentos, a saber:

> *Esses Sete Mandamentos seriam agora escritos na parede, constituindo a lei inalterável pela qual a Granja dos Bichos deveria reger sua vida para sempre.[...] Os Mandamentos foram escritos na parede alcatroada em grandes letras brancas que podiam ser lidas a muitos metros de distância.*
>
> *OS SETE MANDAMENTOS*
>
> *1. Qualquer coisa que ande sobre duas pernas é inimigo.*
> *2. O que andar sobre quatro pernas, ou tiver asas, é amigo.*
> *3. Nenhum animal usará roupa.*
> *4. Nenhum animal dormirá em cama.*
> *5. Nenhum animal beberá álcool.*

> *6. Nenhum animal matará outro animal.*
> *7. Todos os animais são iguais.* (ORWELL, Cap. 2 - p. 25)

Inicialmente, é importante observar os aspectos circunstanciais dos mandamentos quanto à designação dicotômica de suas normas/regras: i) o caráter universalizante dos indivíduos; e ii) o caráter restritivo das ações. Isso facilmente verificável pelos seguintes elementos linguísticos: “qualquer coisa", "o que", “nenhum”, “todos” e “ande”, “usará”, “dormirá” etc. Tais recursos estabelecem certas relações de inclusão e restrição e são mecanismos linguísticos que servem para estabelecer as condições de ação por parte do grupo. Ou seja, o descumprimento de tal norma acarretará em algum tipo de infração, consequentemente, penalidade ou reprovação. O objetivo desse tratado é a diferenciação explícita dos humanos. Além disso, também estabelece parâmetros de igualdade formal e material entre os indivíduos, pois, como se verifica, não existem ressalvas nas formulações ali dispostas. A fim de exemplificar a análise, serão demonstrados como os mandamentos seis e sete foram deturpados de forma flagrantemente arbitrária.

Na declaração de que “nenhum animal matará outro animal”, nota-se explicitamente uma aproximação *ao princípio da dignidade da pessoa humana* e o *zelo pela vida alheia*, ao mesmo tempo que reproduz uma *noção de igualdade*, dado que nenhum animal possui o direito de ceifar a vida de outro, isto porque, a vida de todos os animais, independente da espécie ou da habilidade, possuiria o mesmo valor. Ou seja, reconhece-se inicialmente que todos que compõem aquela “nova sociedade” possuem a mesma legitimidade e direitos à participação e integração ao grupo, sendo o assassinato a forma mais vil de conduta de um de seus integrantes.

> *[...] Todos os hábitos do Homem são maus. E principalmente, jamais um animal deverá tiranizar outros animais. Fortes ou fracos, espertos ou simplórios, somos todos irmãos. Todos os animais são iguais.* (ORWELL, Cap. 1 - p.15)

Essa noção aludida no trecho está intimamente associada à essência do indivíduo, e como reafirma Sarlet (2006), a dignidade decorre da condição humana que faz com que seja assegurado um conjunto de direitos e deveres, a fim de possibilitar a garantia de condições mínimas para uma vida digna.

Com o passar do tempo, a gestão do Napoleão vai aos poucos distorcendo este ideal igualitário e que visa a proteção de todos. Qualquer manifestação contrária às decisões dele eram então tratadas com violência extrema, até que houve a primeira execução. Alguns animais assustadíssimos lembravam, ou pelo menos achavam que lembravam, que o sexto mandamento ordenava que: “nenhum animal matará outro animal”. Contudo, ao questionarem sobre isso e reler o mandamento na parede, uma surpresa:

> *Quitéria pediu a Benjamim que lesse o Sexto Mandamento, e quando Benjamim, como sempre, respondeu que se recusava a tomar parte em tais assuntos, ela procurou Maricota, que leu para ela o Sexto Mandamento. Dizia: “Nenhum animal matará outro animal, sem motivo”. Sabe-se lá por quê, as duas últimas palavras haviam escapado à memória dos bichos. Mas eles viam agora que o Sexto Mandamento não fora violado; sim, pois evidentemente havia boas razões para matar os traidores que haviam se aliado a Bola-de-Neve. (*ORWELL, Cap.8 - p.75)

Percebe-se que o mandamento, que antes era absoluto e restritivo, passou por uma modificação material, abrindo espaço para ressalvas. O que é problemático, visto que, por se tratar aparentemente de sociedade calcada inicialmente em princípios democráticos, não houve qualquer deliberação que legitimasse a inserção e, consequentemente, a alteração do mandamento. Desta forma, a noção de igualdade já não é integral, dado que um determinado motivo - que pressupõe uma análise e atitude subjetiva e, possivelmente, autoritária, uma vez que não há elencados de maneira taxativa os motivos que justificariam o ato arbitrário - abriria um precedente para diferenciar o direito à completa dignidade e proteção da vida, tornando diferente o valor da vida que poderia ser tirada.

Interessantemente, a crítica vai muito além, visto que nenhum tribunal ou parâmetros para o processo de julgamento para se verificar a culpabilidade havia sido estabelecido previamente.

Pinker (2008) alerta sobre a subjetividade da definição dos sinais da dignidade, contudo, faz-se necessário relembrar que uma importante justificativa, para resguardá-los, está no fato de que sua ausência pode gerar uma espiral de desumanização e maus-tratos.

Evidentemente, esse caso é muito grave por se tratar da vida, o direito mais elementar de um indivíduo e que, em governos autoritários, estão em constante risco a depender dos interesses do tirano e seus aliados.

Conforme se observa em:

> *Foi logo após o retorno das ovelhas, numa noite agradável, quando os bichos haviam terminado o trabalho e regressavam à granja, que se ouviu, vindo do pátio, um relinchar horripilante. Arrepiados, os animais estacaram. Era a voz de Quitéria. Ela relinchou outra vez, e os bichos dispararam a galope para o pátio. Viram, então, o que ela vira. Um porco caminhava sobre as duas patas traseiras. Sim, era Garganta. Um tanto desajeitado, devido à falta de prática em manter seu apreciável volume naquela posição, mas em perfeito equilíbrio, passeava pelo pátio. (*ORWELL, Cap.10 - p.105)

Como se pode verificar ao longo da narrativa de Orwell, a arbitrariedade também alcançou outros mandamentos, e pelo mesmo recurso de manipulação e distorção da norma original. Assim, todos os outros foram, de alguma forma, sutilmente modificados e, tendo como seu ápice, não demorou muito para que os porcos que estavam no controle passassem, por exemplo, a andar sobre duas patas. Ou seja, metonimicamente essas ações representam a substituição de um opressor por outro, visto que a casta de porcos que ocupa o poder vai assumindo as características que outrora pertenciam ao "inimigo", conforme se pode ler:

> *[...] Pouco mais tenho a dizer. Repito apenas: lembrai-vos sempre do vosso dever de inimizade para com o Homem e todos os seus desígnios.* ***O que quer que ande sobre duas pernas é inimigo, o que quer que ande sobre quatro pernas, ou tenha asas, é amigo.*** *Lembrai-vos também de que na luta contra o Homem não devemos ser como ele. Mesmo quando o tenhais derrotado, evitai-lhe os vícios. Animal nenhum deve morar em casas, nem dormir em camas, nem usar roupas, nem beber álcool, nem fumar, nem tocar em dinheiro, nem comerciar. Todos os hábitos do Homem são maus. E principalmente, jamais um animal deverá tiranizar outros animais. Fortes ou fracos, espertos ou simplórios, somos todos irmãos. Todos os animais são iguais.* (ORWELL, Cap. 1 - p.15 - negrito nosso)

Constata-se que a arbitrariedade das ações na distorção dos mandamentos representa uma violação aos princípios de um "Estado Democrático" em que se postula a igualdade entre seus membros. A formulação e interpretação a revelia de parâmetros coletivos deflagram e escancaram o autoritarismo e cinismo dos porcos. Assim, não é possível a aplicação de uma hermenêutica jurídica na leitura da lei, pois esta última é violada pelo capricho ou interesse personalístico do líder e seus vassalos. De tal forma que, para o mundo prático, a hermenêutica jurídica não é meramente a interpretação dos textos jurídicos, é um instrumento que favorece e facilita a busca e garantia da igualdade, justiça e paz. Portanto, violar textos, nesse sentido, é uma agressão contra o coletivo, é a arma do tirano, pois suspende qualquer previsibilidade e segurança de seus subordinados.

Acerca disso, chega-se ao ápice dessa ilegalidade, ao ver tal decisão, todos os animais submissos tiveram choque total, e recorrendo novamente à parede na qual outrora estivera escrito os Sete Mandamentos, viram que nada agora havia, senão um único mandamento que remetia ao sétimo, dizendo:

> *[...] Os Sete Mandamentos são os mesmos de sempre, Benjamim?" Pela primeira vez Benjamim consentiu em quebrar sua norma, e leu para ela o que estava escrito na parede. Nada havia, agora, senão um único Mandamento que dizia: TODOS OS BICHOS SÃO IGUAIS, MAS ALGUNS BICHOS SÃO MAIS IGUAIS QUE OUTROS. Depois disso, não foi de estranhar que, no dia seguinte, os porcos que supervisionavam o*

> *trabalho da granja andassem com chicotes nas patas***.** *(*ORWELL, Cap.10 - p. 106 - caixa alta do autor)

Como se pode observar, o único mandamento que restou é a demonstração contundente da distorção de igualdade democrática, posto que destrói por completo qualquer noção de igualdade formal e material. O que vem destacado na noção semântica e pragmática das palavras "igual", "todos" e “alguns”, modificadas, já que, nesse contexto, esses termos recebem diferentes formas de interpretação.

Por exemplo, o termo “igual” que, semanticamente significa que, é um adjetivo que numa comparação não apresenta diferença quantitativa e qualitativa, vem diretamente sendo contraposto pelo operador adversativo “mas” que estabelece não apenas uma ressalva como evidencia a contradição do mandamento, pois, a partir dele, outra categoria emerge, a saber “alguns”. O caráter universal e coletivo fica em suspenso para evidenciar o caráter particular e individualizado, sendo o parâmetro dessa designação a vontade do segundo grupo para manter seus privilégios - ou seja, oficializa-se, ironicamente, a arbitrariedade “jurídica”, o controle exclusivo de tomada de decisões, o monopólio do poder, o autoritarismo e a tirania.

De tal forma que:

> *Desde então, os porcos passaram a usar chicotes para controlar os outros animais, usar tecnologias, fumar cachimbos e enfeitar-se com adornos tipicamente humanos. No fim, “as criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco e de um porco para um homem outra vez; mas já era impossível distinguir quem era homem, quem era porco.* (ORWELL, Cap.10 - p.112)

Isto porque, não existe mais ou menos igual, pois os iguais devem apresentar a mesma natureza, valor, nível, cujos direitos e deveres não se diferenciam. Neste cenário, há a destruição não só de uma igualdade material, mas também da igualdade formal entre os bichos. Acerca disso, Costa e Fernandes (2018) identificam e diferenciam a igualdade formal e material, sendo a concepção formal que reduz a garantia da igualdade de todos perante a lei, e a concepção material correspondente à concretização da ideia de justiça social e distributiva. Percebe-se que ambas concepções são violadas pela ação dos porcos.

Portanto, no contexto do único mandamento restante, a igualdade transforma-se em privilégio. Alguns animais, os escolhidos para liderar um movimento de isonomia e justiça, tornam-se os detentores de privilégios exclusivos e consolidam uma sociedade autoritária e desigual. Não há qualquer critério ético ou democrático que justifique as alterações feitas, elas se revelam arbitrárias a fim de atender aos interesses do tirano e de seus aliados, e, nesse sentido, agora os porcos são “humanos”.

4.2 Análise Retórico-Argumentativa do Discurso de Napoleão, da liderança ao poder

É sabido que todo ato de proferir um discurso para qualquer auditório implica a construção de uma imagem de si na busca de adesão às teses e argumentos apresentados (PLANTIN, 2008; PERELMAN, 1987). Isso é ainda mais evidente quando o discurso visa mobilizar as massas. É nesse sentido que a seguir este trabalho visa retomar e interpretar a construção retórica do *ethos* do protagonista (ou antagonista) de *A Revolução dos Bichos*: o porco Napoleão.

Mostra-se interessante observar a evolução da personalidade e consequentemente da imagem retórica de Napoleão, inicialmente um porco perspicaz e de ideais nobres que ao longo da história vai demonstrando várias versões dele mesmo, algumas contraditórias, culminando em uma figura sórdida e autoritária. O que poderá ser lido e analisado sob a égide, em suma, de dois *ethos*, a saber: o *ethos* de herói corajoso e líder habilidoso *versus* o *ethos* de líder demagógico e chefe autoritário e vingativo.

4.2.1 A Construção do Ethos de Napoleão

A eficácia do discurso não é puramente exterior (ligada a aspectos institucionais) nem puramente interna (ligada a aspectos do sistema linguístico). Ela resulta simultaneamente em diversos níveis, envolvendo, entre outras coisas, três elementos: quem fala (orador), para quem fala (auditório) e o que se fala (discurso). Nessa direção, não se pode separar o *ethos*, o *pathos* e o *logos*, visto se tratar de um processo de interação que se atualiza em função de determinados objetivos discursivos e pragmáticos (PLANTIN, 2008; AMOSSY, 2011; PERELMAN, 1987).

Assim, Napoleão foi demonstrando duas versões ao longo da história, sendo em um primeiro momento *líder* e *herói*, alguém disposto a se sacrificar e lutar por um propósito popular, visando o bem-estar coletivo. Sendo ele, uma das figuras centrais do movimento, desempenhava juntamente com Bola de Neve uma figura de confiança por parte dos bichos.

No movimento de expulsão dos humanos na fazenda, Bola de Neve atuou com grande coragem, sendo crucial para o sucesso do feito. Napoleão, por sua vez, aproveitou-se do desempenho do outro porco e se posicionou como o grande responsável pelo êxito. Mostrava-se um animal corajoso, seguro, com postura confiante diante do público e um poder de persuasão típico de grandes lideranças.

A raça de Napoleão era imponente, espaçosa, tempestuosa, e ele sabia como usar a sua imagem para criar um aspecto de proteção e determinação.

> *Napoleão era um cachaço berkshire, de aparência ameaçadora, o único berkshire da fazenda, pouco falante, mas com a reputação de ter grande força de vontade.* (ORWELL, Cap.2 - p.18)

Ademais, Napoleão era habilidoso em relação aos outros animais, e sabia agir de modo que estes acreditassem na virtuosidade dele. Garganta, um dos principais porta-vozes do porco tirano, era instrumento essencial para que Napoleão passasse a imagem de animal preocupado em garantir a igualdade de direitos na fazenda, bem como uma qualidade de vida para todos os animais, que passava por diálogo, bravura e nobreza.

Contudo, diante da "disputa" pela liderança com seu companheiro de movimento Bola de Neve, observa-se uma mudança significativa na índole de Napoleão. Quando para gerenciar melhor os alimentos e a logística da fazenda, Bola-de-Neve sugeriu a construção de um moinho de vento, Napoleão mantinha-se inerte e desinteressado. Ele ainda não havia assumido a liderança, mas mantinha um posicionamento de mandante que supostamente sabia exatamente o que era melhor para todos os animais, mas que, na verdade, buscava sabotar as ações de seu adversário político. Isso ficou evidente no episódio da construção do moinho.

> *Pelo menos uma vez por dia, cada um vinha olhar os desenhos de Bola-de-Neve. Até as galinhas e os patos apareciam, pisando com grande dificuldade para não estragar os riscos de giz. Apenas Napoleão permaneceu desinteressado. Havia se declarado contra o moinho de vento desde o início. Um dia, entretanto, chegou de surpresa para ver o projeto. Caminhou pesado em volta do galpão, olhou detidamente cada detalhe do desenho, farejou-o uma ou duas vezes, depois deteve-se a contemplá-lo por alguns instantes pelo canto dos olhos; então de repente levantou a pata, urinou sobre o projeto e saiu sem proferir palavra.* (ORWELL, Cap. 5 - p. 44-45)

Havia várias divergências entre Bola-de-Neve e Napoleão, mas a ideia de construir o moinho fez com que Napoleão fosse violentamente contra Bola-de-Neve. Essa discordância deixou a granja profundamente dividida entre os dois partidos "Vote em Bola-de-Neve e na semana de três dias" e "Vote em Napoleão e na manjedoura cheia". Durante esse momento de indecisão, Napoleão mostrou sua habilidade de manipulação e buscava sempre conversar com grupos de animais separadamente, de modo discreto, mas construindo uma conexão sólida e parcial.

Isto porque, a habilidade retórica do personagem está exatamente em distorcer os objetivos do adversário, colocando-se como alguém supostamente preocupado com o bem estar de todos, contudo,

sem estabelecer um conflito direto, resultando em um *ethos* conspiratório e golpista, pela influência que exercia sobre as ovelhas.

> *Quando os animais se reuniram no grande celeiro, Bola-de-Neve levantou-se e, embora fosse interrompido de vez em quando pelo balido das ovelhas, expôs suas razões em favor da construção do moinho de vento. Depois levantou-se Napoleão, para rebater. Disse calmamente que o moinho de vento era uma tolice e que não aconselhava ninguém a votar a favor daquilo. Sentou-se de novo; falara durante trinta segundos, se tanto, e parecia indiferente ao resultado. Ante isso, Bola-de-Neve pôs-se de pé outra vez, calou a gritos as ovelhas, que começavam a balir de novo, e irrompeu num candente apelo em favor do moinho de vento. Até então, os bichos estavam quase igualmente divididos em sua simpatia, mas num instante a eloquência de Bola-de-Neve arrastou a todos. [...] Quando parou de falar, não havia mais dúvida quanto ao resultado da votação. (*ORWELL, Cap. 5 - p. 46-47)

Insatisfeito, o resultado da eleição foi favorável ao Bola-de-Neve, Napoleão que, no tempo da confecção do projeto, estava criando cachorros enormes e ferozes, utilizou-os para amedrontar seu opositor e tomar o poder. Naquele dia, Napoleão anunciou que não mais haveria as reuniões dos animais aos domingos de manhã, pois eram desnecessárias e mandou Garganta, o porco que era seu capataz, percorrer a granja para explicar a ausência de Bola-de-Neve e a nova direção.

Neste momento, percebe-se outro *ethos*, mais eloquente e violento. Valendo-se da autoridade sobre os cães, expulsa seu principal opositor. Entretanto, em função do desconhecimento das motivações da fuga de Bola de Neve, os animais ainda enxergavam tal atitude com louvor, como se fosse um ato de coragem e heroísmo do novo líder.

Assim,

> *Napoleão levantou-se, e dando uma estranha olhadela de viés para Bola-de-Neve, soltou um guincho estridente que ninguém nunca ouvira antes. Houve um terrível latido do lado de fora, e nove cães enormes usando coleiras tachonadas de bronze entraram aos saltos no celeiro. Jogaram-se sobre Bola-de-Neve, que saltou do lugar onde estava mal a tempo de escapar àquelas presas. Num instante, zuniu porta afora com os cães em seu encalço. Espantados e aterrorizados demais para falar, os bichos amontoaram-se na porta para observar a caçada. Bola-de-Neve corria pelo campo em direção à estrada, como só um porco sabe correr, mas os cachorros se aproximavam.[...]* (ORWELL, Cap.5 - p.47)

Com esse feito, o discurso de Garganta se baseia no suposto imenso sacrifício que Napoleão estava fazendo para assumir tamanha responsabilidade, buscando construir para o chefe um *ethos* de altruísmo e renúncia :

> *"Camaradas", ele disse, "tenho certeza de que cada animal compreende o sacrifício que o Camarada Napoleão faz ao tomar sobre seus ombros mais esse trabalho. Não penseis, camaradas, que a liderança seja um prazer. Pelo contrário, é uma enorme e pesada responsabilidade. Ninguém mais que o Camarada Napoleão crê firmemente que todos os bichos são iguais. Feliz seria ele se pudesse deixar-vos tomar decisões por vossa própria vontade; mas às vezes poderíeis tomar decisões erradas, camaradas; e então, onde iríamos parar? (*ORWELL, Cap. 5 - p. 48-49)

Daí em diante, Napoleão, usando de artifícios fraudulentos, fez os animais acreditarem que, na verdade, nunca esteve contra a construção do moinho de vento, pelo contrário, tal projeto seria ideia dele, e acreditando nisso, os animais passaram a trabalhar novamente nesse propósito. Ou seja, observa-se um *ethos* de cinismo e dissimulação do personagem, com o propósito de alcançar a adesão do grupo para realização de seus empreendimentos, por meio da mentira e da intimidação.

> *Naquela tarde, Garganta explicou aos outros bichos, em particular, que Napoleão nunca fora contra a construção do moinho de vento. Pelo contrário, ele é que advogara a ideia desde o início, e o projeto que Bola-de-Neve havia desenhado no assoalho do galpão das incubadoras fora, na realidade, roubado de entre os papéis de Napoleão. O moinho de vento era, na verdade, criação do próprio Napoleão. Por que,*

> *então, perguntou alguém, ele falou tanto contra o moinho? Garganta olhou, manhoso. Aí é que estava a esperteza do Camarada Napoleão, disse. Ele fingira ser contra o moinho de vento, apenas como manobra para livrar-se de Bola-de-Neve, que era um péssimo caráter e uma influência perniciosa. Agora que Bola-de-Neve saíra do caminho, o projeto podia prosseguir sem a sua interferência. Isso, disse Garganta, era uma coisa chamada tática. Repetiu inúmeras vezes: "Tática, camaradas, tática!", saltando à roda e sacudindo o rabicho, com um riso jovial. Os bichos não estavam muito certos do significado da palavra, mas Garganta falava de modo tão persuasivo, e três cachorros — que por coincidência estavam com ele — rosnavam tão ameaçadores que eles aceitaram a explicação sem mais perguntas. (*ORWELL, Cap. 5 - p. 50-51)

Com o tempo, a gestão de Napoleão mostrou-se ineficiente, pois os animais continuavam a trabalhar cada vez mais, e com maior limitação de alimentos. Apesar disso, durante todo aquele ano, os bichos trabalhavam felizes e não mediam esforços, pois estavam certos de que no momento certo, todo aquele trabalho se reverteria em benefício deles próprios, e não para sustentar humanos aproveitadores. Neste cenário, em qualquer problema ou ato de má gestão, Napoleão afirmava aos animais que a causa seria a presença sorrateira de Bola-de-Neve - era a sua estratégia para se eximir de quaisquer responsabilidades, portanto, um *ethos* conspiratório, no qual ele suscita no auditório o efeito de medo e temor do suposto "inimigo" Bola de Neve.

Isso fica evidente quando, em uma tempestade, o moinho de vento foi destruído. O tirano culpou Bola-de-Neve e exigiu que os animais trabalhassem ainda mais para uma nova construção[105]. Para incentivar o trabalho árduo dos animais, duas máximas eram repetidas: "Trabalharei mais ainda" e "Napoleão tem sempre razão".

> *"Camaradas", disse com toda a calma, "sabem quem é o responsável por isto? Sabem quem foi o inimigo que, na calada da noite, destruiu nosso moinho de vento? BOLA-DE-NEVE!", rugiu violento, com voz de trovão. "Bola-de-Neve foi o autor disto! Com rematada maldade, pensando em destruir nossos planos e vingar-se de sua ignominiosa expulsão, esse traidor insinuou-se até aqui, sob o manto da escuridão, e destruiu nosso labor de quase um ano. Camaradas, neste local e neste momento, pronuncio a sentença de morte para Bola-de-Neve. Uma Herói Animal, Segunda Classe e meio balde de maçãs ao animal que lhe fizer justiça. Um balde inteiro a quem o capturar vivo!" (*ORWELL, Cap. 6 - p. 60)

Com o tempo, o mandatário passou a ter uma gestão cada vez mais parecida com a do Sr. Jones: mudou-se para a casa, passou a vestir roupas e tomar cerveja, e usando sempre os cães como recurso de proteção e intimidação. Napoleão acabou definitivamente com as reuniões e métodos democráticos de gerência, e qualquer tentativa de contestação sobre a decisão dele era silenciada pelo rosnar dos cachorros e o coro das ovelhas, que eram instruídas em momentos estratégicos a repetir frases como "Quatro pernas bom, duas pernas ruim!" ou cantar bravamente a canção "Bichos da Inglaterra".

Ou seja, o personagem assume, nitidamente, um *ethos* despótico e autoritário, contrariando explicitamente os mandamentos iniciais do movimento e vivendo os privilégios que outrora pertenciam aos humanos.

> *Foi mais ou menos por essa época que os porcos, de repente, se mudaram para a casa-grande, onde fixaram residência. Mais uma vez os bichos julgaram lembrar-se de que havia uma resolução contra isso, aprovada nos primeiros dias, e de novo Garganta conseguiu convencê-los do contrário. Era absolutamente necessário, ele disse, que os porcos, sendo os cérebros da granja, tivessem um lugar calmo onde trabalhar. Além disso, viver numa casa era mais adequado à dignidade do Líder (nos últimos tempos dera para referir-se a Napoleão pelo título de "Líder") do que viver numa simples pocilga. Mesmo assim, alguns animais se aborreceram ao ouvir dizer que os porcos não só faziam as refeições na cozinha e utilizavam a sala como local de recreação, mas ainda dormiam nas camas. Sansão resolveu o assunto com seu*

[105] Tal esforço levou Sansão, um cavalo forte e reconhecido na fazenda toda pelo seu trabalho, à morte.

> *“Napoleão tem sempre razão”; Quitéria, porém, que tinha a impressão de lembrar-se de uma lei específica contra camas, foi até o fundo do celeiro e tentou decifrar os Sete Mandamentos que lá estavam escritos. Sentindo-se incapaz de ler mais do que algumas letras separadamente, foi chamar Maricota. “Maricota”, pediu, “leia para mim, por favor, o Quarto Mandamento. Não diz qualquer coisa de nunca dormir em camas?” Com alguma dificuldade, Maricota soletrou o mandamento: “Diz que ‘Nenhum animal dormirá em cama com lençóis’. (*ORWELL, Cap. 6 - p. 57-58)

Sem qualquer possibilidade de oposição política (relevante) que lhe fizesse frente, iniciou-se então o comércio e a abertura com o mundo exterior. O Sr. Whymper, que era advogado em Willingdon, foi o homem responsável por intermediar este mercado, mas, apesar dessa proximidade, a relação entre os humanos e os animais da Granja era permeada por raivas e disputas. Em um certo inverno, os animais passavam fome e a situação da Granja estava extremamente precária, mas Napoleão ordenou a alguns bichos selecionados, especialmente ovelhas, comentar simuladamente e de forma bem audível, mentiras como o aumento das rações.

> *Em complemento, Napoleão deu ordens para que as tulhas do depósito, que estavam quase vazias, fossem recheadas de areia quase até a boca, depois completadas com cereais e farinha grossa. A um pretexto qualquer, Whymper foi conduzido através do depósito e pôde dar uma olhada nas tulhas. Foi ludibriado e continuou a dizer lá fora que, absolutamente, não havia falta de alimento na Granja dos Bichos. (*ORWELL, Cap. 7 - p. 63-64)

As relações comerciais que eram acordadas por Napoleão não respeitavam os pedidos e apelos dos animais, gerando prejuízos nas ninhadas e relações familiares da Granja. Durante esse período, houve ainda a implementação proposital do boato de que Bola-de-Neve estaria frequentando a Granja à noite e sabotando o funcionamento da mesma.

Diante dos sucessivos eventos, o déspota consolidou-se como autoridade tirânica e manipuladora. A partir da estratégia de distorção da verdade e clima constante de medo, aparelhou de tal forma “o sistema” da granja que conseguiu fazer com que seus integrantes não mais questionassem qualquer de suas ordens e decisões, bem como celebrar de forma "patriótica" conquistas de outrora reproduzidas ainda pela gestão de Napoleão. Ou seja, animais não eram explorados e oprimidos por homens, mas eram explorados e oprimidos por porcos.

Em síntese,

> *Havia mais canções, mais discursos, mais desfiles. Napoleão determinara que uma vez por semana houvesse uma coisa chamada Manifestação Espontânea, cuja finalidade era comemorar as lutas e triunfos da Granja dos Bichos. À hora marcada, os animais deviam abandonar o trabalho e desfilar pelo terreno da granja, em formação militar, os porcos à frente, depois os cavalos, depois as vacas, depois as ovelhas e, por último, as aves. Os cachorros enquadravam a formatura, e à testa marchava o garnisé preto de Napoleão. Sansão e Quitéria conduziam sempre a bandeira verde com o desenho do chifre e do casco e o dístico VIVA O CAMARADA NAPOLEÃO! Em seguida, havia recitação de poemas compostos em honra de Napoleão, um discurso de Garganta dando detalhes dos últimos aumentos na produção de gêneros, e no momento exato a espingarda dava um tiro. Quem mais gostava das Manifestações Espontâneas eram as ovelhas, e se alguém se queixava (havia quem o fizesse, quando os porcos ou os cachorros não andavam por perto) de que aquele negócio era uma perda de tempo, além de ser obrigado a ficar um bom pedaço no frio, o insatisfeito era invariavelmente calado pelas ovelhas com um ensurdecedor balido de “Quatro pernas bom, duas pernas ruim!”. De modo geral, porém, os bichos gostavam daquelas celebrações. Achavam confortador ser relembrados de que, afinal, não tinham patrões e todo o trabalho que enfrentavam era em seu próprio benefício. E assim, à custa das cantorias, dos desfiles, das estatísticas de Garganta, do estrondo da espingarda, do cocoricó do garnisé e do drapejar da bandeira, conseguiam esquecer que estavam de barriga vazia, pelo menos a maior parte do tempo. (*ORWELL, Cap. 9 - p. 92-93)

Frente a tudo isso, observa-se retórico-discursivamente que o campo político-social encenado em “A Revolução dos Bichos” coloca um conjunto de problemáticas que atravessam o tempo e as mais variadas sociedades. A riqueza do texto de Orwell reside na capacidade do autor em escancarar os vícios e males da busca a qualquer preço pelo poder estabelecendo um regime autoritário. Disso resultou, pelo menos, dois questionamentos: como ressignificar a leitura de Orwell na atualidade? Como produzir uma reflexão crítica acerca das sociedades, da política, das lideranças, da democracia e da igualdade?

Como se verificou ao longo das análises, essas não são distinções fáceis e transparentes que aparecem na língua (discurso) sem qualquer ambiguidade: não se pode desconsiderar a constituição essencialmente ideológica dos discursos e, consequentemente, do sentido, e sua materialização nas tomadas de decisões dos sujeitos políticos. Tal qual se viu, ainda que inicialmente as proposições e desejos fossem “virtuosos” e buscassem o bem-comum, demonstrou-se que a sede por poder corrompe até mesmo os ideais mais nobres.

Em suma, na análise do livro “A Revolução dos Bichos” demonstrou-se que houve inicialmente uma busca impetuosa e legítima por liberdade e igualdade com caráter democrático, todavia, da mesma forma também, evidenciou-se os vícios que o “poder” pode gerar se assumido de forma autoritária. Portanto, para a busca de uma postura crítica na atualidade, motivada pela leitura da obra de Orwell, a sociedade democrática precisa ser vigilante e efetivamente participativa, pois só assim figuras autoritárias e demagógicas como Napoleão serão combatidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, conclui-se que, ao final da leitura da obra de Orwell, “A Revolução dos Bichos”, há a percepção clara de que os porcos se utilizaram de recursos materiais e discursivos controversos para o *convencimento* e *persuasão* de outros animais para alcançar seus objetivos. A conveniência foi o parâmetro para o direcionamento do comportamento dos porcos, que mudam de atitudes e adequam o discurso para persuadir o público e camuflar suas intenções obscuras. Ao percorrer teórico-metodologicamente esta trajetória e compreendê-la, exigiu-se entender que tanto o campo jurídico quanto o literário operam com o alcance e poder de influência e ação das “palavras”, sejam eles manifestados sob forma de normas jurídicas ou ainda como fábula político-social.

No contexto da narrativa, de maneira concreta e arbitrária, houve a mudança das “leis” (mandamentos) como forma de legitimar certas vantagens de um grupo sobre os demais, contrariando a proposta inicial de alcançar um ideal de igualdade democrática e bem estar coletivo para todos os bichos. Dessa maneira, observou-se e se analisou as estratégias hermenêutica e retórica utilizadas que evidenciam a distorção da noção de igualdade democrática, em especial pelos porcos: tanto no plano material-formal quanto simbólico-discursivo.

Visou-se, entre outras coisas, demonstrar que analisar o texto literário com caráter crítico, aqui sob a perspectiva da Hermenêutica Jurídica e teoria da argumentação, permite estender o domínio teórico da ciência e produção de conhecimento. Isto porque, é papel da Ciência, hoje, romper velhas dicotomias e proporcionar diálogos profícuos com outras áreas e ampliar seus objetos de interesse, seja para uma interpretação dos enunciados jurídico-normativos, seja para discutir ações e consequências político-sociais que permeiam a sociedade.

Por fim, como contribuição, a dimensão interdisciplinar do tema indica também, na atualidade, sua relevância jurídico-acadêmica diante da escalada global de figuras populistas e autoritárias e o constante ataque às bases democráticas das sociedades modernas. Pois como adverte Orwell, “em tempos de engano universal, falar a verdade torna-se um ato revolucionário.” Fica aqui o convite e desejo de novos trabalhos que apontem na arte (da palavra, da imagem, das formas, do movimento e outras) a inspiração para pensar alternativas e medidas para mudar a sociedade.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2011.

ARISTÓTELES. **Arte retórica.** São Paulo: Clássicos Garnier, 1959.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: Acesso em: 14 de abr. de 2022

BUENO. Roberto. **O papel da literatura na reconstrução das subjetividades**. In: Em tempo. Marília. v. 10, p. 9-25.2011.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, especialmente p. 41 e seguintes.

CAMBI, Eduardo. **Norma E Processo Na Crença Democrática**. In: Revista de Processo | vol. 110/2003 | Abr - Jun / 2003.

CESAR, Constança Marcondes. Ricoeur. In: PECORARO, Rossano (org.). **Os filósofos: clássicos da filosofia**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Ed. PUC-Rio/Vozes, 2008, v. III, pp. 219 e ss.

CLASTRES, Pierre (1990): "O dever de palavra"; "A Sociedade contra o Estado", In: **A Sociedade contra o Estado**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp. 149-211.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; FERNANDES, Paulo Vanessa. Autismo, cidadania e políticas públicas: as contradições entre a igualdade formal e a igualdade material. **Revista do Direito Público,** Londrina, v. 13, n. 2, p.195-229, ago. 2018.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II: complementos e índice.** Tradução de Ênio Paulo Giachini; revisão da tradução de Marcia Sá Cavalcante-Schuback. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, pp. 242 e ss.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Morais. **Direito e Literatura:** ensaio de Síntese Teórica, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

GUSTIN, Miracy Barbosa; DIAS, Maria Teresa. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**, 13ª Edição, Ed. Forense, 1993.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito.** 42ª edição, Ed. Forense, 2019.

PERELMAN, C. Argumentação. **Enciclopédia Einaudi.** V.11. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987. p. 234-265.

PINKER, Steven. **The stupidity of dignity.** The New Republic,Washington, May, 2008. Disponível em: <http://www.newrepublic.com/article/thestupidity-dignity>. Acesso em: 9 jul. 2015.

SILVA, Ricardo. Pierre Rosanvallon e as Metamorfoses da Legitimidade Democrática. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIV**, 2009, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SBS, 2009b.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: História, teorias, perspectivas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

RADBRUCH. Gustav. **Filosofia do Direito**. Trad. Marlene Holzhausen. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 4.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

TRINDADE, André Karam; BERNSTS, Luísa Giuliani. **O estudo do direito e literatura no Brasil: surgimento, evolução e expansão**. ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura, v. 3, n. 1, p. 226 e 227, 2017.

Juiz das Garantias e Sua Importância Para o Processo Penal Brasileiro

Guarantees Judge and its Importance For The Brazilian Criminal Process

Gabriel Wille Silva Lima[106]

Anderson Marques[107]

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a importância da figura do juiz das garantias para garantir a imparcialidade do Magistrado no processo penal brasileiro, a partir das análises das teorias da originalidade cognitiva, efeito primazia e Dissonância cognitiva. Realiza-se, então, uma pesquisa voltada para uma vertente metodológica Jurídico-compreensiva, de pesquisa básica, com objetivo teórico-metodológico exploratório, procedimento de coleta e análise bibliográfica e documental.

Palavras-chaves: Juiz das Garantias. Imparcialidade. Processo Penal.

[106] Graduando do curso de Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais. Endereço eletrônico: Gabriel.wille@soukennedy.com.br e G.wille10@gmail.com

[107] Graduado pela Unifenas/BH. Pós-graduado em ciências penais, mestre em direito internacional e estado plurinacional. Doutorando em ciências jurídicas e sociais. Anderson.marques@somoskennedy.com.br

Abstract: *This article aims to analyze the importance of the figure of the judge of guarantees to guarantee the impartiality of the magistrate in the Brazilian criminal procedure, based on the analysis of the theories of cognitive originality, primacy effect and cognitive dissonance. Then, a research aimed at a Legal-comprehensive methodological approach, of basic research, with a theoretical-methodological objective, is carried out. exploratory and collection procedure and bibliographic and documental analysis.*

Keywords: *Guarantees Judge. Impartiality. Criminal Procedure.*

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento da lei nº 13.964 de Dezembro de 2019, também conhecida como “Pacote Anticrime”, que introduziu diversas mudanças legislativas no Código de Processo Penal (CPP), bem como em outros sistemas jurídicos, a presente lei tem como um de seus pontos mais controversos a inclusão da figura do Juiz das Garantias, presente no art. 3º-B e que se desdobra até o art.3º-F, que em termos gerais, consiste na participação de dois juízes no processo penal, onde o Juiz das Garantias ficará encarregado de atuar apenas na fase de investigação, ficando responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais, visando evitar a contaminação psicológica do magistrado que julgará o eventual processo.

Diante disso, surge o seguinte questionamento acerca do tema: Por que a figura do Juiz das garantias é importante para assegurar a imparcialidade do Juiz?

E como hipótese, entende-se que, a implementação do Juiz das Garantias é essencial para o exercício do princípio da imparcialidade do juiz, visto que, conforme as teorias da Originalidade Cognitiva, efeito primazia e a Dissonância Cognitiva, que se aplicadas ao processo penal, evidenciam os impactos negativos da atuação do juiz na fase de investigação, comprometendo a imparcialidade do Magistrado.

Com isso, o objetivo geral da presente pesquisa é estudar a importância do Juiz das Garantias para assegurar ao processo penal a imparcialidade do Magistrado com base nas teorias da originalidade cognitiva, efeito primazia e dissonância cognitiva.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: apresentar um contexto histórico, o conceito e as funções/competências de juiz das garantias; Discorrer sobre os sistemas processuais penais demonstrando a atuação do juiz em cada um e Analisar a partir das teorias da Originalidade Cognitiva, do efeito primazia e a Dissonância Cognitiva os impactos gerados pela participação do magistrado na fase de investigação;

Nessa perspectiva, a pesquisa terá como finalidade a pesquisa básica. Cabe, ainda, destacar que o objetivo teórico-metodológico é exploratório, isto porque, o assunto visa evidenciar o problema. Além disso, a abordagem da pesquisa será qualitativa. E, por fim, o

principal procedimento de coleta e análise de dados será a pesquisa de fontes do qual se dará através da análise bibliográfica e documental referentes ao tema em questão escolhido.

O presente trabalho foi dividido em seções da seguinte forma: referencial teórico, metodologia, discussão dos resultados e conclusão. Sendo a primeira seção subdividida em: 1 juiz das garantias: contexto histórico, juiz das garantias no Brasil e o impasse no STF, apresentação do conceito e suas funções, e competências. Sistemas processuais penais: sistema inquisitivo, sistema acusatório e sistema misto ou francês. E análise a partir das teorias da originalidade cognitiva, efeito primazia e dissonância cognitiva os impactos gerados pela participação do magistrado na fase de investigação, que é subdividido em: Princípio da Imparcialidade, Teoria da originalidade Cognitiva, Efeito Primazia e Teoria da Dissonância Cognitiva.

Ao final, conclui-se que os objetivos são atendidos e a pergunta foi respondida, tendo confirmado a hipótese, portanto, fica demonstrado a necessidade da implementação do instituto do juiz das garantias, a fim de garantir a imparcialidade dos julgamentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.1 Contexto histórico

Inicialmente, realizando uma análise histórica acerca do tema, é possível ver que a separação da atuação do juiz na fase pré-processual para a processual propriamente dita já vem sendo realizado há décadas em países europeus como Alemanha, Portugal, Itália e França e também por alguns países sul americanos tais como Argentina e Chile entre outros países que fizeram a transição do modelo inquisitivo para o modelo acusatório por volta de 1990, conforme leciona Ada Pellegrini Grinover, as reformas processuais foram influenciadas pelo chamo Código Modelo de processo penal Ibero Americano, tendo como base o modelo acusatório (GRINOVER, 2000)[108].

[108] Grinover, Ada Pellegrini**.O código modelo de processo penal para ibero-americana 10 anos depois.** Revista brasileira de ciências criminais, v. 8, n. 30, p. 41-50, abr./jun. 2000

As primeiras concepções acerca do Juiz das garantias, surgiam na Alemanha por volta de 1970, denominado como "Ermittlungsrichter", o que em português seria Juiz de investigação (MILITÃO, 2020)[109].

Posteriormente, em 1987, houve a criação da figura do juiz das garantias em Portugal instituído pelo Código de Processo Penal, este denominado como Juiz de Instrução Criminal, cujo qual introduziu a separação das funções entre o Ministério Público, juiz de investigação e o juiz de julgamento.(LOPES JR, 2000 apud ASSALIN, 2018, pg.45)[110]

Em seguida, em 1988 surgiu na Itália o “il giudice per le indagini preliminari” que de acordo com Aury Lopes Jr (2020)[111] seria o “Juiz da investigação”, presente no Codice Di Procedura Penale, vigente desde 1989, e que revogou o Codice Di Procedura Penale de 1930, conhecido como Codice Rocco, este que teve grande influência na criação do Código de processo penal Brasileiro conforme os doutrinadores Luz (2012)[112], Giacomolli (2015)[113] e Lima (2020)[114]

Por sua vez, no ano de 2000, com a lei 2000-516 foi instituído na França o “Le juge des libertés et de la détention” o que em portugues seria “juiz das liberdades e da detenção”, que seria competente para determinar a custódia do investigado, este que já possuía em seu ordenamento desde de 1808 no Código Napoleônico a figura do juiz de instrução o “juge d’instruction” que é responsável pela instrução preliminar.

Na Argentina, por sua vez, o juiz das garantias é conhecido como “Juez de las garantías" e surgiu em 1991 de forma gradativa em algumas províncias, entretanto, ainda não foi implementada de forma geral em todo o país.

Conforme os ensinamentos de Grinover (2000):

---

[109] MILITÃO, Eduardo. C**omo funciona o juiz de garantias pelo mundo, modelo nascido nos anos 70**. UOL, Brasília, DF, 16 jan. 2020

[110] ASSALIN, Bruno Bueno. **A problemática imparcialidade objetiva do juiz-instrutor e a Figura do Juiz das Garantias previsto no Projeto de Lei 8045/2010**. 2018. 72f,trabalho de conclusão de curso

[111] LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal.** 17ª ed. São Paulo:Saraiva, 2020, p. 189.

[112] LUZ, Denise. **A formação da convicção judicial no sistema acusatório do Projeto de Reforma do Código de Processo Penal brasileiro e o (des)valor das “provas” colhidas na fase pré-processual.** Revista Justiça e Sistema Criminal, Curitiba, v. 4, n. 7, p. 93-122, jul./dez. 2012.

[113] GIACOMOLLI, Nereu José. **Algumas marcas inquisitoriais do Código de Processo Penal brasileiro e a resistência às reformas.** Revista Brasileira de Direito Processual Penal, Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 143-165, 2015.

[114] LIMA, Renato Brasileiro de. **Pacote Anticrime**: **comentários à lei 13.964/19.** Salvador: JusPodivm, 2020.

> A Argentina,[...] Pátria de Julio maier, principal artífice da última versão do Código, rica de antecedentes promissores - como o Código de Córdoba e os «códigos modernos» - o país incorporou as idéias do novo processo acusatório em alguns códigos provinciais (Tucuma, Santiago del Estero) mas não de forma generalizada: o Código de Processo Penal da Nação (1991) e moldado no Projeto Ricardo Levene, guardando os juizados de instrução. O da Província de Santa Fé (1993) invoca o Código Modelo mas adota um procedimento misto. O mais novo código, da Província de Buenos Aires (1998), incorpora mais francamente o sistema acusatório, extinguindo os juizados de instrução, mas não avança, por exemplo, em relação à etapa intermédia.(**GRINOVER, 2000. np)**

No Chile, segundo Aury Lopes Jr. (2020) também é utilizado o nome “juiz das garantias”, este foi implementado pelo Código de Processo Penal Chileno após a reforma de 2000, também é conhecido como sistema “Doble juez” por alguns doutrinadores chilenos, visto a necessidade de dois juízes diferentes no processo.

Além disso, como leciona Aury Lopes jr.(2020) o Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) se posicionou após os casos de Piersack, de 01/10/1982, e de Cubber, de 26/10/1984, consagrando a incompatibilidade entre as funções investigatórias e julgadoras, visto que, o juiz que atua na fase pré-processual, está contaminado com seus "pré-juízos" e sujeito a imparcialidade[115].

Portanto, como podemos ver, o instituto do juiz das garantias não é uma inovação do poder Legislativo brasileiro e que o mesmo já possui grandes influências no cenário mundial, sendo de grande valia sua análise, a fim de compreender a importância e necessidade de sua implementação no sistema brasileiro.

2.2 Juiz das Garantias no Brasil e o Impasse no STF

Inicialmente a figura do juiz das garantias foi instituída com a lei nº 13.964/2019, que foi sancionada no dia 24 de Dezembro de 2019, lei está denominada e popularmente conhecida como “Pacote Anticrime” que tem como objetivo tornar mais efetivo o combate à criminalidade no país. A figura do juiz das garantias estava prevista para começar a valer a

[115] LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal.** 17ª ed. São Paulo:Saraiva, 2020, p. 93.

partir dia 23 de janeiro 2020, visto que, a lei em comento previa 30 dias para sua entrada em vigor, conforme o disposto no art. 20 da mesma.

Entretanto, o presente instituto ainda não surte efeitos no ordenamento jurídico brasileiro, visto que, o então presidente do STF, o ministro Dias Toffoli no dia 15 de janeiro de 2020, suspendeu por 180 (cento e oitenta) dias a implementação do presente instituto[116] por entender que "a implementação do juiz das garantias demanda organização, e que deve ser implementada de maneira consciente em todo o território nacional, respeitando-se a autonomia e as especificidades de cada tribunal". Além disso, o ministro afirmou que o prazo que o pacote anticrime previa não era suficiente para que os tribunais promovessem as devidas adequações.

Posteriormente, Luiz Fux já no exercício da presidência do STF suspendeu sine die a aplicação do juiz das garantias, revogando a liminar proferida uma semana antes por Toffoli, onde a presente decisão permanece em vigor sem data definida até que o tema seja julgado no plenário do STF acerca de sua constitucionalidade, contudo o tema não foi incluído na pauta do 1º semestre de 2022 para julgamento e segue em aberto.

Segundo Fux um dos principais problemas da implementação do juiz das garantias é a grande alteração na estrutura e no funcionamento do judiciário, o que refundaria todo o processo penal brasileiro, além disso, mudança de tal envergadura seria de responsabilidade tão somente do poder judiciário, portanto o dispositivo que deu origem ao juiz das garantias seria inconstitucional. E por fim, o ministro entende que o presente instituto carece de aprofundamentos acerca dos possíveis impactos orçamentários, bem como sua real eficiência, devendo o mesmo ser sopesado frente a outras prioridades e interesses constitucionais. Para Fux, o dispositivo viola o art. 96 da Constituição, visto que, o mesmo além de regular normas processuais gera também normas de organização judiciária.

Enquanto que para Dias Toffoli(2020), que entende que a criação do juiz das garantias traz inovações ao processo penal brasileiro e visa reforçar o modelo já adotado pela Constituição de 1988, além disso, afirma que o dispositivo que criou o presente instituto não viola a constituição bem como não infringe o poder de auto-organização dos tribunais, com

[116] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ministro Dias Toffoli mantém criação de juiz das garantias e estende prazo para sua implementação.** Brasil, 15/01/2020.

exceção do parágrafo único do art. 3ª-D da lei 13.964/2019, onde ambos os ministros entendem haver a violação da auto-organização dos tribunais.

As últimas movimentações acerca do tema foram as audiências públicas no STF que se deu início no dia 26 de outubro de 2021, com o objetivo de buscar subsídios teóricos e empíricos além de discutir temas como: a figura do juiz das garantias, o acordo de não persecução penal e os procedimentos de arquivamento de investigações criminais, temas estes alvos das ADIs 6298, 6299, 6300 e 6395

2.3 Conceito e Funções

Com o advento da reforma trazida pela lei 13.964/2019, surgiu a figura do juiz das garantias, e conforme os ensinamentos de Casará (2010, p. 170), o juiz das garantias pode ser definido como o "[...] responsável pelo exercício das funções jurisdicionais alusivas à tutela das liberdades públicas, ou seja, das inviolabilidades pessoais/liberdades individuais frente à opressão estatal, na fase pré-processual", assim como dispões o próprio art.3º-B da mencionada lei.

Neste mesmo sentido pontua Aury Lopes Jr:

> O juiz das garantias é o controlador da legalidade da investigação realizada pelo MP e/ou Polícia, na medida em que existem diversas medidas restritivas de direitos fundamentais que exigem uma decisão judicial fundamentada (reserva de jurisdição). Também é fundamental como garantidor da eficácia de direitos fundamentais exercíveis nesta fase, como direito de acesso (contraditório, no seu primeiro momento), defesa (técnica e pessoal), direito a que a defesa produza provas e requeira diligências do seu interesse, enfim, guardião da legalidade e da eficácia das garantias constitucionais que são exigíveis já na fase pré-processual. (LOPES JR, 2020, p. 195)

Corroborando com essa ideia o doutrinador Renato Brasilerio:

> [...]o juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário. Consiste, pois, na outorga exclusiva, a um determinado órgão jurisdicional, da competência para o exercício da função de garantidor dos direitos fundamentais na fase investigatória da persecução penal, o

> qual ficará, na sequência, impedido de funcionar no processo judicial desse mesmo caso penal. (LIMA, 2020. p. 103)

Aponta ainda, Lima (2020) que o controle da legalidade da investigação Criminal, é realizado no momento em que o magistrado é informado sobre a instauração da investigação criminal (art. 3º-B, IV), neste caso, o Magistrado poderá determinar o trancamento do inquérito por não haver fundamento razoável para mantê-lo (inciso IX), assim como, poderá receber ou não a peça acusatória (XIV).

Já em relação à salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, o magistrado decidirá sobre as cláusulas de reserva de jurisdição.

Portanto, pode se afirmar que o juiz das garantias é o responsável pela salvaguarda dos direitos constitucionais, bem como, quem irá realizar o controle da legalidade da investigação criminal na fase pré-processual, ficando sua atuação restrita à fase de investigação não podendo o magistrado atuar posteriormente no mesmo processo como julgador, tendo suas funções elencadas na própria lei.

2.4 As competências do juiz das Garantias

As competências do juiz das garantias são amplas e estão previstas de forma exemplificativo no rol do art. 3º-B, é não de forma taxativa como esclarece Lima (2020), tendo em vista a redação do caput deste dispositivo, bem como o inciso XVIII, onde este fala “outras matérias inerentes às atribuições definidas no caput deste artigo” deixando em aberto o campo de atuação do juiz das garantias.

tendo o presente instituto competência para realizar: o controle da legalidade do flagrante e da prisão cautelar; o controle das investigações e violação da duração razoável; a garantia dos direitos do investigado e conduzidos; a produção antecipada de provas; a análise das cautelares probatórias; homologar delação premiada e acordo de não persecução penal e receber a denúncia. Funções estas distribuídas no art. 3º-B e incisos da Lei 13.964/19.

Neste sentido, é possível verificar que o juiz das garantias ficará responsável por todos os atos e decisões realizadas na fase investigatória, a fim de fortalecer o sistema acusatório constitucional como recepciona o art. 3º-A da mesma lei, surtindo reflexos importantes à imparcialidade do juiz.

2.5 Sistemas processuais penais

Para entender melhor a importância da figura do juiz das garantias, é preciso voltar um pouco à história e entender os sistemas processuais penais, pois, segundo Rangel (2019) o "sistema processual penal é o conjunto de princípios e regras constitucionais, de acordo com o momento político de cada Estado, que estabelece as diretrizes a serem seguidas à aplicação do direito penal".

A Doutrina aponta três tipos de sistema, que regem todo o processo do início ao fim, que são os sistemas inquisitório, acusatório e o sistema misto.

2.5.1 Sistema inquisitivo

De acordo com Lima (2020), o sistema inquisitivo ou inquisitorial, foi adotado pelo sistema canônico em meados do século XIII perdurando até XVIII nos tribunais civis, tem como suas principais características a concentração de poderes nas mãos de um único juiz, acumulado assim as funções de acusar, defender e julgar, fato este que comprometeria a imparcialidade do magistrado, visto que, o mesmo fica ligado psicologicamente a demanda, deixando de ser um juiz imparcial.

Ademais, o juiz também conhecido como juiz inquisidor detinha vasta iniciativa probatória, sejam elas em relação ao objeto do processo, seja referente aos meios a serem

utilizados na busca da “verdade absoluta”, sendo o acusado mero objeto do processo que não detém direitos[117].

Para Rangel (2019) o sistema inquisitivo surge após o sistema acusatório privado, sendo aperfeiçoado durante o direito Canônico e adotado em quase todas as legislações europeias nos séculos XVI, XVII e XVIII. Onde o “Estado-juiz concentrava em suas mãos as funções de acusar e julgar, comprometendo, assim, sua imparcialidade”[118]. Para o autor o sistema inquisitivo é incompatível com as garantias constitucionais existentes em um estado democrático de direitos que visa assegurar ao cidadão condições mínimas de dignidade da pessoa humana.

2.5.2 Sistema Acusatorio

O sistema acusatório antagonista ao inquisitivo, vigorou durante quase todo o período da Antiguidade greco e romana, assim como na idade média na era do direito germano. Este tem como características segundo Lima (2020) a presença de partes distintas no processo havendo acusação e defesa em iguais condições, frente a um juiz, de maneira “equidistante e imparcial”, havendo assim a separação das funções que como vimos anteriormente se acumulavam nas mãos do juiz inquisidor.

Para Ferrajoli (2002) o modelo acusatório se distingue do inquisitório por haver a separação rígida entre o juiz e acusação, a paridade entre as partes, além de haver oralidade e publicidade nos atos praticados.[119]

Além disso, visando assegurar a imparcialidade do magistrado, no sistema acusatório o juiz possui uma posição passiva quanto a reconstrução dos fatos, visto que, não detinha de grandes poderes probatórios como o modelo anterior, não podendo agir de ofício já que as

---

[117] LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal:** Volume único. 8. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020 pág. 43

[118] RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal.** 27. ed.- São Paulo: Atlas, 2019, pag 122.

[119] Ferrajoli, Luigi. **Direito e razão : teoria do garantismo penal.** - 3º ed. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2002. pg 452 e 453.

provas eram fornecidas pelas partes, onde estes ficam responsáveis para a criação de uma solução justa do caso penal em tese.(LIMA, 2017)

2.5.3 Sistema Misto ou Francês

Oriundo da Revolução Francesa, o sistema misto surge com o Código Napoleônico em 1808, por isso, também conhecido como Sistema Francês, com fortes influências dos sistemas inquisitório e do acusatório privado. O sistema processual misto, segundo Aury Lopes Jr (2020) se divide em duas fases: Fase pré-processual de caráter inquisitório e fase processual de caráter acusatório[120].

Neste mesmo sentido, Lima (2020) afirma que a primeira fase é típica do modelo inquisitorial, que busca apurar-se a materialidade e a autoria do fato delituoso, onde ocorre de forma escrita, secreta e sem a acusação. Já na segunda fase, adota-se o modelo acusatório, onde ocorrerá a acusação pelo órgão acusador, a defesa pelo réu e o julgamento pelo juiz, havendo claramente a separação dos poderes, e em regra, observando os princípios da publicidade, moralidade e isonomia processual[121].

2.6 Análise a partir das teorias da Originalidade Cognitiva, Efeito Primazia e Dissonância Cognitiva e os impactos gerados pela participação do magistrado na fase de investigação

2.6.1 Princípio da Imparcialidade

[120] LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal.** 17ª ed. São Paulo:Saraiva, 2020, p. 61.

[121] LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal:** Volume único. 8. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020 pág.45.

Inicialmente, antes de adentrar nas teorias da Originalidade Cognitiva, da Dissonância Cognitiva e no efeito primazia, bem como os impactos no magistrado, vale destacar o princípio da imparcialidade do juiz.

O princípio da imparcialidade do juiz é um pressuposto de validade do processo penal[122]. Portanto, fundamental para garantir um Estado Democrático de Direito, que segundo Aury Lopes Jr (2020) tal princípio se concretiza quando, por meio da figura do juiz, o Estado ocupa uma posição de terceiro no processo de forma supraordenada, e alheia aos interesses das partes, a fim de solucionar o caso penal.

Para Rangel (2019), o princípio da imparcialidade do juiz é uma característica essencial ao exercício da jurisdição, e assim como Tourinho Filho (2010), ambos entendem que para haver um juiz imparcial é necessário a independência do mesmo, e com isso é precisa haver garantias constitucionais que assegurem a eles meios que vetem o constrangimento e coações, sejam elas políticas ou funcionais. Pois, este princípio tem como finalidade afastar qualquer tipo de influência que afete as decisões proferidas.

Segundo Aury Lopes Jr (2020) desde o caso de Piersack vs Bélgica em 1982[123], o princípio da imparcialidade passou a ser dividido em: imparcialidade subjetiva, que diz respeito às convicções pessoais do juiz sobre um determinado assunto/caso[124].

E nessa diapasão, Lima (2020) leciona que a imparcialidade subjetiva "é examinada no íntimo da convicção do magistrado, e visa evitar que o processo seja conduzido por alguém que já tenha formado uma convicção pessoal prévia acerca do objeto do julgamento"[125].

Já a imparcialidade objetiva, segundo Ritter (2016) "[...]é analisada por meio da postura do julgador, que não deverá deixar qualquer espaço para dúvida de que conduz o processo sem preterir uma parte a outra"[126]. Nessa mesma linha de pensamento Aury Lopes (2020) leciona

---

[122] POZZEBON, Fabrício Dreyer de Ávila. A imparcialidade do juiz criminal enquanto ausência de causas de impedimento ou de suspeição. Revista da Ajuris, v. 39, n. 1, Porto Alegre, dez. 2007, p. 116

[123] Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH). Case of Piersack V. Belgium, out. 1982,. Acesso em 07/11/2021: < http://hudoc.echr.coe.int/spa?i=001-165173>.

[124] LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal.** 17ª ed. São Paulo:Saraiva, 2020, p. 93.

[125] LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal:** Volume único. 8. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020 pág 121.

[126] Ritter, Ruiz. Imparcialidade no Processo Penal: Reflexões a Partir Da Teoria Da Dissonância Cognitiva. 2016. p.61

que a imparcialidade objetiva “diz respeito se tal juiz se encontrar em uma situação dotada de garantias bastantes para dissipar qualquer dúvida razoável acerca de sua imparcialidade”[127].

2.6.2 Teoria da originalidade Cognitiva

A originalidade cognitiva, segundo Aury Lopes Jr e Alexandre Morais da Rosa (2016) seria o ato da formação cognitiva da convicção do magistrado de forma originária a partir das provas produzidas no contraditório processual. Dessa forma, garantindo a não contaminação do mesmo provocado pelos atos realizados na fase pré-processual, o que fomentaria os pré-juízos (pensamentos/ideias) gerando um prejuízo cognitivo, ou seja, para garantir sua originalidade cognitiva seria necessário que o magistrado inicia-se a fase processual propriamente dita, sem pré-juízos já formados que fossem capazes de gerar um desequilíbrio a sua imparcialidade.[128]

2.6.3 Efeito Primazia

Trabalhada mais a fundo no campo da psicologia social, sobre a percepção das pessoas, tem como um de seus principais precursores, segundo Ritter (2016) Solomon Asch, onde em seus estudos uma de suas conclusões é de que “as primeiras informações recebidas tem mais peso que as demais”, ou seja as cognições provenientes da primeira impressão tendem a prevalecer sobre as outras a ela ligadas, surgindo assim o efeito primazia.[129]

Segundo GOLDSTEIN (1983 apud Lopes Jr, 2020) o efeito primazia consiste em uma primeira impressão sobre um determinado assunto, do qual seria mais fácil aceitar as

---

[127] LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal.** 17ª ed. São Paulo:Saraiva, 2020, p. 93.

[128] LOPES JÚNIOR, MORAIS DA ROSA, Quando o juiz já sabia: a importância da originalidade cognitiva no Processo Penal. Revista Consultor Jurídico. 29 de Abril de 2016.Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-abr-29/limite-penal-quando-juiz-sabia-importancia-originalidade-cognitiva-processo-penalr>. Acesso em 17/05/2021

[129] Ritter, Ruiz. Imparcialidade no Processo Penal: Reflexões a Partir Da Teoria Da Dissonância Cognitiva. 2016. p.112

informações que reafirme essa primeira impressão ao invés de uma nova informação que desconstrua aquela já existente. [130]

Para corroborar com os ensinamentos de Asch, acerca do efeito primazia, Harold Kelley[131], onde por meio de seus estudos, concluiu-se que as pessoas que tinham uma primeira impressão favorável, tendiam a manter esse entendimento após a conferência, e aqueles que tiveram acesso a informações negativas, apesar de assistirem a mesma conferência também mantiveram cognições iniciais desfavoráveis a conferências. Sendo possível observar que "Os estudantes que tinham formado uma impressão preliminar do conferencista a partir da preleção introdutória manifestaram a tendência de avaliar-lhe o comportamento real à luz dessa impressão inicial" (GOLDSTEIN, 1983, p 93).

2.6.4 Teoria da Dissonância Cognitiva

Difundida em 1957, por Leon Festinger através da obra 'A theory of Cognitive Dissonance'[132], que versa sobre o estudo da cognição e do comportamento humano. Esta teoria, segundo Ritter (2016) é fundada no princípio de que o ser humano tende a buscar um estado de coerência entre seus conhecimentos (opiniões, crenças e atitudes), para evitar um sentimento incômodo conhecida como dissonância cognitiva, onde essa busca ocorre através de um processo involuntário e inevitável.

Já, conforme Aury lopes Jr (2020) amparando-se nos estudos de SCHÜNEMANN, acerca da teoria em comento, este explica em linhas introdutórias que a presente teoria estuda as formas de reação do ser humano ao confrontar duas ideias, crenças ou opiniões contrárias, que geram um desconforto (dissonância), além de demonstrar as formas de inclusão de elementos de consonância, a fim de reduzir a dissonância, e consequentemente a ansiedade eo estresse gerado. Sendo um mecanismo do ego para encontrar um equilíbrio no sistema cognitivo para evitar contradições entre conhecimento e opinião[133].

---

[130] LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal.** 17ª ed. São Paulo:Saraiva, 2020

[131] **KELLEY, Harold H. The warm-cold variable in the first impressions of persons. Journal of Personality, 18, 1950**.

[132] 9 FESTINGER, Leon. Teoria da dissonância cognitiva. Trad. Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Ed.4ª, 1975.

[133] LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal.** 17ª ed. São Paulo:Saraiva, 2020, p. 99-100.

Aplicando essa teoria no campo do processo penal, mais especificamente no que se refere a atuação do juiz, SCHÜNEMANN (2013 apud Lopes Jr, 2020) aponta em seus estudos que o juiz criminal irá lidar com duas opiniões antagônicas e incompatíveis entre si, sendo elas as teses de acusação e defesa, bem como sua própria opinião sobre o caso penal, o que consequentemente sempre encontrará antagonismo em umas delas. Além disso, com a participação do magistrado na fase pré-processual, é inevitável que este forme uma imagem mental dos fatos a partir do inquérito e da denúncia, pois precisará fazer um juízo de pré-julgamento para que ela possa receber a denúncia ou não. E já tendo essa imagem mental dos fatos, o juiz tende a seguir essa mesma linha de raciocínio e consequentemente tentará confirmá-la no decorrer do processo a fim de evitar a dissonância, e com isso irá superestimar as informações consonantes e menosprezar as dissonantes[134]. Para retomar seu estado de coerência cognitiva (opiniões, crenças e atitudes) frente a suas ações/decisões, surgindo processos cognitivo-comportamentais reflexos para minimizar a tensão psíquica, tais como: A) Efeito inércia ou perseverança também conhecido como Desvalorização de Elementos Cognitivos, mecanismo esse que visa supervalorizar as informações anteriores consideradas corretas[135].(LOPES JR, 2020)

Nesta perspectiva, Lima (2020) entende que por meio desse efeito pode ocorrer de forma involuntária ou não a desvalorização dos elementos cognitivos dissonantes, para retornar a um estado cognitivo harmonioso.[136]

B) Busca Seletiva por Informações Consonantes, que segundo Aury Lopes Jr, neste caso serão selecionadas as informações que complementam e reforçam as hipóteses já aceitas “acolhida pelo ego” gerando o efeito confirmador tranquilizador.[137]

Corroborando com esse pensamento, Ritter (2016) leciona que havendo esse sentimento de dissonância presente no ser humano, e devido à pressão gerada para retomar

[134] Ibidem, p. 100

[135] Ibidem

[136] LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal:** Volume único. 8. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020 pág 121.

[137] LOPES Jr, op.cit.

ao estado de coerência cognitivo, o indivíduo tende a buscar conhecimentos consonantes com suas cognições contrariadas.[138]

E através dos estudos de Schünemann (2013 apud Lopes Jr, 2020) e possível concluir que quanto maior o envolvimento do juiz na fase pré-processual menor é o interesse do magistrado nas teses defensivas, pois estas geram uma relação contraditória em relação à primeira tese aceita (acusação), surtindo assim a dissonância cognitiva, e consequentemente, de forma (in)voluntária os efeitos já apresentados anteriormente, minando a imparcialidade do juiz.

2.7 Convenção Americana de Direitos Humanos e Juiz das Garantias

A convenção americana de direitos humanos, também conhecida como pacto de São José da Costa Rica, foi celebrada em 22 de novembro de 1969, e entrou em vigor internacionalmente em 18 de julho de 1978, convenção esta que foi aderida pelo governo brasileiro em 25 de setembro de 1992.

O Pacto de São José da Costa Rica, tem como seu principal objetivo consolidar no continente um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem, tais como o direito à vida, a dignidade, a liberdade, a educação, a integridade do ser humano, entre outros.

O ponto de partida que nos interessa na presente convenção é o art. 8, nº1, que traz em seu texto a seguinte redação:

> Art.. 8 - Garantias Judiciais
>
> 1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.(BRASIL, 1992)

[138] Ritter, Ruiz. Imparcialidade no Processo Penal: Reflexões a Partir Da Teoria Da Dissonância Cognitiva. 2016. p. 94

Ao esmiuçarmos o presente artigo é possível verificar que a presente convenção já preconizava a tríade de competência, independência e o nosso principal enfoque a imparcialidade como requisitos de “garantia judicial”.

A competência em linhas introdutórias está relacionada ao princípio do juiz natural, que segundo Alexandre de Morais Rosa (2018), juiz natural é aquele previsto por Lei antes do fato imputado, evitando assim o surgimento de juízos de conveniência, tal princípio tem fundamento legal no art. 5 inciso LIII da Constituição Federal de 88[139]. Nessa diapasão, Aury Lopes Jr. (2019) diz que o princípio do juiz natural garante ao cidadão um prévio conhecimento de quem irá processá-lo, bem como o juiz ou tribunal que irá julgá-lo, a fim de vetar tribunais de exceção e os privilégios da justiça senhorais.[140]

A independência, segundo dos requisitos mencionados no presente artigo diz respeito à autonomia dos tribunais, a fim de garantir o devido processo legal, segundo Mazzuoli, Fachin e Piovesan (2019), a independência possui duas perspectivas: a primeira referente a autonomia dos órgãos julgadores e a separação dos poderes, visando regular o devido funcionamento do Estado de Direito[141]. Já a segunda diz respeito a direitos subjetivos aos juízes para garantir a estabilidade bem como a posse dos magistrados para que o mesmo não seja afetado por suas decisões e venham sofrer represálias estatais.[142]

Diante disso, fica o estado vinculado a garantir tanto a independência institucional do judiciário (perspectiva objetiva), quanto a independência dos juízes em sua perspectiva subjetiva para garantir a independência que preconiza o art. 8 nº 1 do Pacto de São José da Costa Rica, assim como determina a jurisprudência da Corte Internacional de Direitos Humanos.[143]

---

[139] ROSA, alexandre de morais, procedimentos e nulidades no jogo processual penal, ed emporio modara 2018 PAG 107, 107

[140] LOPES JÚNIOR, Aury, DIREITO PROCESSUAL PENAL. 16ª ed. São Paulo: Saraiva 2019. pg 292

[141] PIOVESAN, FACHIN, MAZZUOLI. Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. – Rio de Janeiro: Forense, 2019

[142]

05.08.2008. Série C, nº 182, parágrafo 55.

[143] Corte IDH.Caso da Corte Suprema de Justiça (Quintana Coello e Outros)vs. Equador. Sentença 23.08.2013. Série C, nº 266, parágrafos 153-154.

Por fim, mais não menos importante, o terceiro requisito presente no artigo em comento, é a imparcialidade princípio este que foi melhor clarificado durante os tópicos do presente trabalho de forma mais aprofundada, mas segundo a Corte Internacional de Direitos Humanos tal princípio diz respeito ao distanciamento do juiz sobre o caso devendo este ser um terceiro desinteressado, para garantir uma maior imparcialidade e objetividade, para que este esteja livre de preconceitos formados sobre o caso e com isso possa exercer suas funções jurisdicionais.[144] Além disso, o magistrado deve apresentar garantias objetivas que possam sanar qualquer dúvida das partes sobre sua imparcialidade.[145]

E com a implementação do presente instituto, tais garantias judiciais preconizadas no presente art, 8 nº 1 da Pacto de São José da Costa Rica estará mais resguardado, visto que, o juiz das garantias tem como principal finalidade garantir a imparcialidade dos magistrados, com isso reforçando a tríade de competência, independência e imparcialidade.

Além do art. 8 da presente convenção, outro artigo que nos interessa é seu antecedente, o art. 7 que diz respeito sobre o Direito à Liberdade pessoal.

Onde o presente artigo tem como finalidade a proteção da liberdade individual frente a qualquer ilegalidade ou arbitrariedade geradas pelo Estado, onde tal garantia ficará sob a responsabilidade do juiz das garantias na fase de investigação, principalmente acerca das prisões provisórias e medidas cautelares aplicadas, devendo assim, o juiz das garantias zelar pela legalidade dos procedimentos bem como resguardar os direitos individuais, observando os requisitos materiais e formais para a sua decretação conforme a lei[146], tendo o presente artigo influências nas atuações do juiz.

3 METODOLOGIA

Levando-se em conta o atual cenário jurídico apresentado nas seções anteriores, este trabalho ao explorar o seguinte tema: juiz das garantias e sua importância para o processo penal brasileiro terá como principal objetivo estudar a importância do Juiz das Garantias para o processo penal garantir a imparcialidade do Magistrado, a fim de responder o seguinte

[144] Corte IDH. Caso Palamara Iribarne vs. Chile. Sentença 22.11.2005. Série C, nº 135, parágrafo 146

[145] Corte IDH. Caso Apitz Barbera vs. Venezuela. Sentença 05.08.2008. Série C, nº 182, parágrafo 56.

[146] Corte IDH. Caso Servellón García e Outros vs. Honduras. Sentença 21.09.2006. Série C, nº 152, parágrafo 89.

questionamento : Por que a figura do Juiz das garantias é importante para assegurar a imparcialidade do Juiz?

Para isso, esta pesquisa assumirá a seguinte vertente metodológica jurídico-compreensivo, que segundo GUSTIN e DIAS, em linhas gerais, pode ser entendida como ”utiliza-se do procedimento analítico de decomposição de um problema jurídico em seus diversos aspectos, relações e níveis. (página 28 – GUSTIN, DIAS)

Assim, toda investigação científica pressupõe um conjunto de marcos doutrinários e procedimentos técnicos para o desenvolvimento da ciência. Portanto, a fim de realizar o percurso necessário da pesquisa, realizar-se-á alguns apontamentos metodológicos básicos deste trabalho.

Dessa forma, a pesquisa terá como finalidade a pesquisa básica. Cabe, ainda, destacar que o objetivo teórico-metodológico é exploratório, isto porque, o assunto visa evidenciar o problema. Além disso, a abordagem da pesquisa será qualitativa. E, por fim, o principal procedimento de coleta e análise de dados será a pesquisa de fontes do qual se dará através da análise bibliográfica e documental referentes ao tema em questão escolhido.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira seção, a fim de responder o primeiro objetivo que foi: apresentar um contexto histórico, o conceito e as funções/competências de juiz das garantias. E após realizadas as pesquisas bibliográficas, foi possível perceber que a figura do juiz das garantias surge em meados de 1970, na Alemanha e desde então vem tomando força no mundo, principalmente após os casos de Piersack vs Bélgica em 1982 e de Cubber 1984, onde o TEDH se posiciona sobre a incompatibilidade de julgar e investigar.

Nota-se também que o principal conceito dado pela Doutrina Majoritária para a figura do juiz das garantias é que “o juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário” onde autores como Aury Lopes Jr, e Casara

corroboram com esse pensamento. E por fim, sobre a sua competência descobriu-se que o mesmo ficará responsável por todas as ações pré-processuais na fase investigatória.

Diante disso, essa primeira subseção teve como finalidade entender melhor a figura do juiz das garantias.

Em seguida, a fim de alcançar o segundo objetivo que foi: discorrer sobre os sistemas processuais penais demonstrando a atuação do juiz em cada um, foi possível perceber através da pesquisa bibliográfica, que dos sistemas processuais penais existentes o inquisitório, acusatório e o misto/Francês, sistemas esses consagrados pela doutrina, de todos o acusatório é o que mais assegura as garantias constitucionais e um julgamento mais imparcial e que quanto mais envolvido na fase pré-processual se encontra o magistrado maior e a imparcialidade nos julgamentos como ocorre no sistema inquisitorial.

Tabela 1- Quadro comparativo dos sistemas processuais penais.

Sistema Inquisitorial	Sistema Acusatório	Sistema Misto
Juiz inquisidor - Não há separação das funções de julgar, acusar e defender, pois concentra todas as funções no juiz.	Separação das funções de julgar, acusar e defender.	**1º fase**; inquisitorial - escrito e secreto. - não a acusação e contraditório.
Ampla iniciativa acusatória e probatória .	iniciativa probatória na mão das partes	- visa apurar a materialidade e a autoria do fato delituoso.
desigualdade de armas e oportunidades.	tratamento igualitário das partes.	2º fase: acusatorio - Separação das funções de julgar, acusar e defender.
juiz parcial.	juiz como um terceiro imparcial.	- Oralidade e publicidade.
inexistência de contraditório pleno.	existe o contraditório e a possibilidade de defesa.	
princípio da verdade real.	princípio da busca da verdade.	

secreto.	oralidade e publicidade.	

Com base nos ensinamentos de LIMA (2020), FERRAJOLI (2002), RANGEL (2019) e LOPES (2020) é possível elaborar o quadro comparativo dos sistemas processuais.

E na terceira subseção, foi analisada a partir das teorias da Originalidade Cognitiva, da Dissonância Cognitiva e o efeito primazia, os impactos gerados pela participação do magistrado na fase de investigação. Das três teorias a que possui mais estudos e a dissonância cognitiva e também a que mais evidencia os impactos gerados. Além disso, foi possível notar que quanto mais envolvido cognitivamente estiver o juiz na fase pré-processual, menor será sua imparcialidade, devido o desconforto cognitivo gerado pela dissonância, e visando um ponto de equilíbrio surge os efeitos da dissonância, (inércia ou perseverança busca seletiva de informações).

Com o efeito primazia, quando o juiz recebe a denúncia e/ou profere decisões cautelares, ele precisa fazer um pré-julgamento das informações, com isso fica a primeira impressão do caso, e mudará como o juiz interpreta as próximas informações, pois a tendência é de que ele aceite as informações que confirme essa primeira impressão, é possível chegar a esse entendimento através de outros estudos como os de ASCH, GOLDSTEIN(1983), RITTER(2016) e HAROLD KELLEY(1950).

Analisando do ponto de vista da imparcialidade, percebe-se que o modelo acusatório é o ideal para um estado democratico de direitos e consequentemente garantir os direitos constitucionais do acusado, bem como um julgamento imparcial e justo. Além disso, só será possível a efetivação do modelo acusatório com a implementação juiz das garantias.

Analisando o efeito primazia com os sistemas processuais, nota-se que tanto o sistema inquisitório bem como o mistos, ambos estão suscetíveis a tal efeito, consequentemente de forma involuntária também está ligados a dissonância e a originalidade cognitiva, pois em ambos os sistemas o magistrado tem contato com o caso na fase preliminar e como foi visto, as primeiras informações tendem a prevalecer sobre as outras.

Através dos estudos foi possível notar que devido às competências do juiz das garantias, apresentados por LIMA (2020), só seria possível se alcançar sua efetividade no modelo

acusatório, tendo em vista a separação dos poderes que não mais se concentram nas mãos do juiz.

Com base no que descobrimentos no decorrer da pesquisa foi possível confirmar a hipótese de que a implementação do Juiz das Garantias é essencial para o exercício do princípio da imparcialidade do juiz, visto que, conforme as teorias da Originalidade Cognitiva, efeito primazia e a Dissonância Cognitiva, que se aplicadas ao processo penal, evidenciam os impactos negativos da atuação do juiz na fase de investigação, comprometendo a imparcialidade do Magistrado.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou analisar e compreender sobre o juiz das garantias e sua importância para garantir a imparcialidade dos magistrados no processo penal frente às teorias da originalidade cognitiva, efeito primazia e dissonância cognitiva.

Entende-se a importância do tema, visto as grandes repercussões que vem surgindo sobre sua implementação ou não no sistema processual brasileiro e por ser um tema relativamente novo o mesmo traz um campo de discussão acerca dos seus aspectos. Além disso, o trabalho visa deixar um ponto de vista diferente sobre o tema para o mundo acadêmico.

Para chegar a conclusão, foram definidos três objetivos específicos, o primeiro foi apresentar um contexto histórico, o conceito e as funções/competências de juiz das garantias. Onde se percebeu que o juiz das garantias já vêm sendo utilizados a anos em outros países, e que não é uma invenção do sistema legislativo brasileiro. Além disso, foi possível perceber que a definição dada ao juiz das garantias é de responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais. Tendo como competências as decisões proferidas na fase de investigações.

O segundo objetivo, foi discorrer sobre os sistemas processuais penais demonstrando a atuação do juiz em cada um, e com isso percebeu-se que o sistema acusatório é o que melhor

atende ao um estado democratico de direitos, e para garantir o modelo acusatório o juiz das garantias será essência.

E por fim, na terceira seção, ao analisarmos as teorias da originalidade cognitiva, efeito primazia e dissonância cognitiva, percebeu-se que das teorias a que mais surte efeitos no magistrado é a dissonância cognitiva, é possível perceber ainda que as outras duas acabam se tornando pontos de partida para a originalidade cognitiva. Com isso verifica-se que foram alcançados os objetivos específicos definidos no início da pesquisa.

Diante de todo o exposto, foi possível concluir que com o juiz das garantias será possível minimizar os efeitos psicológicos gerados pela participação do juiz na fase de investigação, pois havendo a separação com o sistema "doble juiz" só chegará até o juiz de julgamento as provas produzidas no processo, e com isso as partes chegaram na fase processual com igualdade, tendo em vista, que o juiz julgamento não chegaria com pré-juiz já formados do caso penal, gerados pela peça de acusação e as decisões cautelares evitando assim os efeitos da Originalidade Cognitiva, efeito primazia e principalmente da Dissonância Cognitiva.

A metodologia utilizada foi pesquisa básica com objetivo teórico-metodológico é exploratório, além disso, a abordagem da pesquisa foi qualitativa e teve como o principal procedimento de coleta e análise de dados bibliográfica e documental referentes ao tema em questão escolhido.

Diante da metodologia proposta, verificou-se que o trabalho poderia ter sido realizado com uma pesquisa mais ampla na bibliografia nos aspectos referentes ao tema da originalidade cognitiva além das dificuldades para a busca do mesmo e devido à limitação de tempo para a elaboração.

Recomenda-se para pesquisas futuras, analisar os impactos que o juiz das garantias possam ter gerado no sistema judiciário, tendo em vistas as mudanças estruturais que precisam ser feitas para sua implementação. E ainda, caso haja implantação do instituto, verificar se o mesmo conseguiu alcançar seus objetivos iniciais de garantir a imparcialidade do magistrado, e se suas consequências foram positivas.

REFERÊNCIAS

ASSALIN, Bruno Bueno. **A problemática imparcialidade objetiva do juiz-instrutor e a Figura do Juiz das Garantias previsto no Projeto de Lei 8045/2010**. 2018. 72f,trabalho de conclusão de curso

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ministro Dias Toffoli mantém criação de juiz das garantias e estende prazo para sua implementação.** Brasil, 15/01/2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=434788&ori=1> último acesso em: 23/11/2021

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ministro Luiz Fux suspende criação de juiz das garantias por tempo indeterminado.** Brasil, 22/01/2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=435253&ori=1> último acesso em: 23/11/2021

CASARA, Rubens R. R. **Juiz das Garantias: Entre uma Missão de Liberdade e o Contexto de Repressão**. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho (Coord.) O Novo Processo Penal à Luz da Constituição: Análise Crítica do Projeto de Lei nº 156/2009, do Senado Federal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 170.

CEDH, Corte Europeia de Direitos Humanos. **Case of Piersack V. Belgium**, out. 1982: disponível em: http://hudoc.echr.coe.int/spa?i=001-165173>. Acesso em 07/11/2021.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão : teoria do garantismo penal.** - 3º ed. São Paulo : Editora Revistados Tribunais, 2002.

CORTE IDH. **Caso Apitz Barbera vs. Venezuela. Sentença** 05.08.2008. Série C, nº 182, parágrafo 56. Disponivel em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_182_esp.pdf> acesso em: 31/06/2022.

CORTE IDH.**Caso da Corte Suprema de Justiça (Quintana Coello e Outros)vs. Equador.** Sentença 23.08.2013. Série C, nº 266, parágrafos 153-154. Disponível em:https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_266_esp.pdf> acesso em: 31/06/2022.

CORTE IDH. **Caso Servellón García e Outros vs. Honduras**. Sentença 21.09.2006. Série C, nº 152, parágrafo 89. Disponivel em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_152_ing.pdf> acesso em: 31/06/2022.

CORTE IDH. **Caso Palamara Iribarne vs. Chile. Sentença** 22.11.2005. Série C, nº 135, parágrafo 146. Disponivel em: corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_135_esp.pdf> acesso em: 31/06/2022.

FESTINGER, Leon. **Teoria da dissonância cognitiva.** Trad. Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Ed.4ª, 1975.

GIACOMOLLI, Nereu José. **Algumas marcas inquisitoriais do Código de Processo Penal brasileiro e a resistência às reformas.** Revista Brasileira de Direito Processual Penal, Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 143-165, 2015.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Nulidades no processo penal: introdução principiológica à teoria do ato processual irregular**. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

GOLDSTEIN, Jeffrey H. **Psicologia social**. Trad. José Luiz Meurer. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Dois, 1983. p. 93.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios, **Direito processual esquematizado** – 7. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

GRINOVER, Ada Pellegrini**.O código modelo de processo penal para ibero-americana 10 anos depois.** Revista brasileira de ciências criminais, v. 8, n. 30, p. 41-50, abr./jun. 2000

GUSTIN, Miracy Barbosa; DIAS, Maria Teresa. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

KELLEY, Harold H. **The warm-cold variable in the first impressions of persons.** Journal of Personality, 18, 1950.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal-** volume único. 5 .ed. Brasil, JUSPODIVM, 2017.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal:** Volume único. 8. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020

LIMA, Renato Brasileiro de. **Pacote Anticrime**: **comentários à lei 13.964/19.** artigo por artigo Salvador: JusPodivm, 2020.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito Processual Penal.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LOPES JÚNIOR, MORAIS DA ROSA, **Quando o juiz já sabia: a importância da originalidade cognitiva no Processo Penal.** Revista Consultor Jurídico. 29 de Abril de 2016.Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-abr-29/limite-penal-quando-juiz-sabia-importancia-originalidade-cognitiva-processo-penalr>. Acesso em 17/05/2021.

LOPES JUNIOR, RITTER, **Você Sabe o que é efeito primazia no processo penal.**Revista Consultor Jurídico. 08/05/202. disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-mai-08/juiz-garantias-fim-faz-conta#_ftnref3> acesso em: 23/11/2021

LOPES JUNIOR, RITTER, **Você Sabe o que é efeito primazia no processo penal.**Revista Consultor Jurídico. 26/07/2016. disponível em <https://www.conjur.com.br/2016-jul-29/limite-penal-voce-sabe-efeito-primazia-processo-penal#_ftnref7> acesso em: 23/11/2021

LUZ, Denise. **A formação da convicção judicial no sistema acusatório do Projeto de Reforma do Código de Processo Penal brasileiro e o (des)valor das "provas" colhidas na fase pré-processual.** Revista Justiça e Sistema Criminal, Curitiba, v. 4, n. 7, p. 93-122, jul./dez. 2012.

MILITÃO, Eduardo. C**omo funciona o juiz de garantias pelo mundo, modelo nascido nos anos 70**. UOL, Brasília, DF, 16 jan. 2020. Disponível em :

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/15/como-e-juiz-de-garantias-pelo-mundo-alemanha-portugal-brasil-argentina.htm> último acesso em: 23/11/2021

PIOVESAN, Flávia, FACHIN, Melina Girardi, MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos.** – Rio de Janeiro, Forense. 2019.

POZZEBON, Fabrício Dreyer de Ávila. **A imparcialidade do juiz criminal enquanto ausência de causas de impedimento ou de suspeição.** Revista da Ajuris, v. 39, n. 1, Porto Alegre, dez. 2007

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal.** 27. ed.- São Paulo: Atlas, 2019

RITTER, Ruiz. **Imparcialidade no Processo Penal: Reflexões a Partir Da Teoria Da Dissonância Cognitiva**. 2016.

ROSA, alexandre de morais, **procedimentos e nulidades no jogo processual pena.**, ed. empório modara, 2018

SCHÜNEMANN, Bernd. **Estudos de Direito Penal e Processual Penal e Filosofia do Direito**. Org. Luís Greco. Ed. Marcial Pons, 2013.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa, **Manual de Processo Penal.** 13 ed. São Paulo, saraiva. 2010.

Os Impactos do Etiquetamento Social na Ressocialização dos Presos

The Impacts of Social Labeling in the Resocialization of Prisoners

Alice Gomes Da Silva[147]

Rhubia Hellen Oliveira Guedes[148]

Margareth de Abreu Rosa[149]

Resumo: Os impactos do etiquetamento social na ressocialização dos presos neste artigo, objetiva atuar auxiliando o sistema penal brasileiro na compreensão e clareza quanto a ocorrência dos delitos, buscando formas de evitar e combater a criminalidade, bem como sanar a diferença entre crime e criminoso. Outrossim, visa aclarar quais fatores sociais incidem no aumento da reincidência dos criminosos, tal como elucidar os mecanismos para reduzir a reincidência criminal com a aplicação e prática das leis e normas penais vigentes.

Palavras-chaves: Ressocialização; criminoso; crime; criminologia; seletividade penal.

Abstract: The impacts of social labeling on the resocialization of prisoners in this article, aims to act helping the Brazilian penal system to understand and clarify the occurrence of crimes, seeking ways to avoid and combat crime, as well as to remedy the difference between crime and criminal. Furthermore, it aims to clarify which social factors influence the increase in criminal recidivism, as well as to elucidate the mechanisms to reduce criminal recidivism with the application and practice of current criminal laws and regulations.

Keywords: Resocialization; criminogy; penal selectivity; felony; felon.

[147] Alice Gomes da Silva, graduanda do curso de Direito da Faculdade Kennedy.
[148] Rhubia Hellen Oliveira Guedes, graduanda do curso de Direito da Faculdade Kennedy.
[149] Margareth de Abreu Rosa, orientadora e professora do curso de graduação em Direito da Faculdade Kennedy.

1 Introdução

O presente trabalho busca colocar sob análise o sistema penal brasileiro diante da ótica do etiquetamento social, a fim de mostrar que tal sistema possui um público-alvo, cujos integrantes são rotulados pelas circunstâncias e condições sociais. Tal pesquisa, também, elucidará as consequências da estigmatização, as quais os ex-penitenciários convivem a partir da saída do sistema carcerário.

Em linhas gerais, a abordagem do etiquetamento social visa sanar o conceito de criminoso e crime. Diante disso, visa mostrar que o sistema carcerário é efetivamente seletivo, ou seja, está direcionado a um público, o qual é classificado e rotulado pela classe social em que se encontram. Sendo assim, possui o intuito de elencar quais as principais características que a sociedade e o sistema penal conceituam dos praticantes de delitos.

As circunstâncias e fatores sociais enquadram-se nos termos do etiquetamento social, pois os mesmos podem majorar ou diminuir o nível da reincidência entre os indivíduos praticantes de atos ilícitos.

Neste tocante, é mister aclarar que a ressocialização é imprescindível para que a reincidência diminua, posto que o âmbito social, o qual os ex-penitenciários se encontram, influencia tanto na melhoria do mesmo quanto ao regresso.

Desta forma, têm-se que a ressocialização deve ser garantida como forma de contribuir para a melhoria do delinquente. Ao analisar a possibilidade da redução do nível de reincidência, conforme resultado de pesquisas científicas, verifica-se que a reincidência na APAC (Associação de Assistência aos Condenados) é de 8% a 15%, tal como no sistema prisional comum é de 70%.

Ante ao exposto, coloca-se a seguinte questão: existem mecanismos no Estado para evitar o etiquetamento social na ressocialização dos presos?

Os mecanismos a fim de evitar o etiquetamento social está contido na LEP (Lei de Execução Penal), bem como na APAC. Todavia os mesmos não são devidamente

cumpridos na prática, havendo falha na aplicação da norma contribuindo para a reincidência dos delinquentes.

Outrossim, o objetivo geral do etiquetamento social na ressocialização dos presos é implantar mecanismos com a finalidade de evitar a reincidência criminal, bem como os objetivos específicos são para definir o conceito de etiquetamento social, analisar como se dá ressocialização do indivíduo após a saída do sistema prisional, avaliar as causas e consequências principais que levam a reincidência e encontrar medidas para que o etiquetamento e reincidência criminal diminuam.

A crítica acerca do “etiquetamento social na ressocialização dos presos”, visa elucidar por meio de estudo científico, que o delinquente quando saí do sistema prisional não obtém oportunidades de melhoria na sociedade, para que se ressocialize e obtenha novas chances de progredir, posto que a própria sociedade classifica o ex-encarcerado como ‘criminoso’, e pressupõe que ele cometerá novos crimes.

Em relação as contribuições deste trabalho, no âmbito jurídico e social do problema de pesquisa, verifica-se que o Brasil possui um certo estereótipo do ‘perfil de criminoso’, posto que grande parte dos delitos são cometidos por indivíduos de baixa renda, ensino fundamental incompleto e negro, sendo assim classificados pela classe e fator social em que se encontram.

Dessa forma, como resultado desta pesquisa, visa-se empregar melhorias ao caso concreto para que a margem de reincidência diminua, por meio de medidas que os órgãos e instituições competentes e a sociedade estabeleçam sem preconceitos ao ex-penitenciário visando eficácia da ressocialização.

2. Aspectos Gerais Históricos

2.1. A origem do Etiquetamento social

O etiquetamento social, surgiu na década de 60, nos Estados Unidos, o qual apresenta um grande marco para o conceito da criminalidade.

Sendo assim, a teoria do etiquetamento social baseia-se nas ações das forças policiais, sistema carcerário, Poder Judiciário e outras instituições correlatas, tendo como objetivo a análise da rotulação da sociedade sobre o indivíduo, ou seja, o criminoso, bem como quais são as circunstâncias sociais responsáveis pelo mesmo e sua forma de contribuição.

Sergio Salomão Shecaira teceu considerações neste sentido:

> "A teoria ainda previa, em máximas mais extremas, que instituições como a magistratura, promotorias de justiça e delegacias de polícia contribuíam para a seleção e classificação de indivíduos como criminosos, possuindo, consequentemente, sua parcela de culpa no aumento da criminalidade (Baratta, pag. 93, 2002). "

2.2 Conceito de reincidência criminal

"Reincidente é quem pratica um crime após ter transitado em julgado sentença que, no País ou no estrangeiro, condenou-o por crime anterior, enquanto não houver transcorrido cinco anos do cumprimento ou da extinção da pena." (BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 278)

Tendo em vista o trecho supracitado, verifica-se que a reincidência criminal ocorre quando um delinquente, autor de um crime com sentença condenatória transitada em julgada, comete um novo delito.

Ademais, ressalte-se a seguinte jurisprudência:

> "REVISÃO CRIMINAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. DECURSO DO PRAZO DE CINCO ANOS. EXCLUSÃO. APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ARTIGO 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/2006. IMPOSSIBILIDADE. INDENIZAÇÃO. ERRO JUDICIÁRIO. IMPROCEDÊNCIA. AÇÃO REVISIONAL ADMITIDA E JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.
>
> 1.A ação revisional é viável nas hipóteses elencadas no artigo 621 do Código de Processo Penal: I - quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos; II - quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos e III - quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.
>
> 2. A reincidência configura-se com a prática de novo crime, após ter sido o agente definitivamente condenado por fatos delituosos anteriores. In casu, considerando que, na data do cometimento do crime em exame, já havia transcorrido mais de cinco anos entre o cumprimento da pena e a

> prática do novo delito, impõe-se a exclusão da mencionada circunstância agravante.
>
> 3. Para que o réu faça jus à causa de diminuição de pena do artigo 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/2006, basta que "seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa". No entanto, se a folha de antecedentes acostada aos autos demonstra que o réu sofreu condenação com trânsito em julgado por fato anterior à conduta objeto dos autos, além de ter sido condenado por associação para o tráfico, inviável o reconhecimento do referido benefício.
>
> 4. Não há que se falar em indenização se não ocorreu prejuízo para o requerente.
>
> 5. Revisão criminal admitida e julgada parcialmente procedente para excluir a circunstância agravante da reincidência, reduzindo a pena do recorrente para 11 (onze) anos e 06 (seis) meses de reclusão, no regime inicial fechado, além de 1.420 (um mil quatrocentos e vinte) dias-multa, no valor unitário mínimo. (**Acórdão 892759**, 20150020178304RVC, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, , Revisor: SILVANIO BARBOSA DOS SANTOS, CÂMARA CRIMINAL, data de julgamento: 31/8/2015, publicado no DJE: 14/9/2015. Pág.: 404).”

A referida jurisprudência, esclarece que as condenações transitadas em julgado há mais de 5 (cinco) anos, são consideradas como maus antecedentes e não se encaixam como reincidência.

2.3 Conceito de delito

O delito é aquele praticado por um indivíduo, o qual contraria normas e leis jurídicas, sendo ele um ato ilícito.

> “Uma conduta passa a ser chamada ilícita quando se opõe a uma norma jurídica ou indevidamente produz efeitos que a ela se opõem. A oposição lógica entre a conduta e a norma (cuja consideração analítica dá origem a um objeto de estudo chamado ilícito) estipula uma relação, de caráter deôntico – denominada relação de imputação – que traz como segundo termo a sanção correspondente. Quando esta sanção é uma pena, espécie particularmente grave de sanção, o ilícito é chamado crime. (BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. 11ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p.40).”

Outrossim, conforme o trecho supramencionado, a cada delito praticado por um delinquente há uma sanção específica para tal ato.

3. Princípios Constitucionais Correlatos

3.1 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana apresenta-se como um dos pilares do direito mundial, configurando-se presente no ordenamento jurídico pátrio

resguardado em nossa Constituição. Este princípio, conserva inúmeros direitos que são inerentes a condições mínimas de dignidade ao homem. O cerceamento da liberdade do cidadão encarcerado, não atinge os direitos que são inerentes a todos os homens, fazendo assim necessário a observância dos mesmos.

Na execução penal, de forma específica, pode-se visualizar o respeito a esse princípio, quando se é proibido que o preso fique recluso em situações degradantes e humilhantes, que vão interferir em sua dignidade.

LUISI esclarece:

> "A nossa Constituição Federal de 1988 consagrou em diversos dispositivos o princípio da humanidade. No inciso XLIX do art. 5º está disposto que 'é assegurado aos presos o respeito, à integridade física e moral'. E no inciso seguinte está previsto que 'as presidiárias serão asseguradas as condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação'."

Sendo assim, verifica-se que a norma está presente, contudo no atual cenário do sistema prisional, inúmeras são as situações que configuram uma verdadeira afronta a dignidade humana. É só observar as instalações prisionais, a superlotação e o acesso limitado à justiça que contemplará a infração a este princípio.

3.2 Princípio da Humanização da Pena

O Princípio da Humanidade é fortemente influenciado pela Declaração dos Direitos Humanos e é um dos Princípios do Direito Penal com muita importância.

Esse repreende a conduta do Estado para que não seja um instrumento de vingança e preserve a dignidade humana.

O princípio diz que nenhuma pessoa deverá ser penalizada de forma degradante à dignidade humana, impossibilitando a punição de morte, tortura, trabalho forçado ou qualquer outro tipo de violência física, moral ou psicológica.

Sobre o Princípio supracitado, discorre MESQUITA JUNIOR:

> "Pelo princípio da humanização da pena, a execução penal deve obedecer aos parâmetros modernos de humanidade, consagrados internacionalmente, mantendo-se a dignidade humana do condenado. Destarte, procura-se afastar o caráter cruel da pena, eliminando o castigo corporal e humilhante, contemplando assim os preceitos do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana ora espelhado."

3.3 Princípio da Legalidade

O Princípio da Legalidade norteia qualquer procedimento, seja ele administrativo, seja ele processual. A sua finalidade é única, procura evitar qualquer abuso e ilegalidade, de forma a determinar que só seja exigido o que está na Lei, conforme estipula o artigo 5º, inciso II da Constituição Federal.

No âmbito da execução penal, este princípio vem a evitar qualquer excesso na execução propriamente dita da sanção imposta ao apenado, limitando assim a interferência do Estado.

Conforme TOLEDO:

> "O princípio da legalidade, segundo o qual nenhum fato pode ser considerado crime e nenhuma pena criminal pode ser aplicada, sem que antes desse momento fato tenham sido instituído por lei o tipo delitivo e a pena respectiva, constitui uma real limitação ao poder estatal de interferir na esfera das liberdades individuais. Dai sua inclusão na Constituição, entre os direitos e garantias fundamentais, no art. 5º, inciso XXXIX e XL."

A legalidade deve estar presente em todos os momentos da execução penal, estendendo a todos os que deste processo participarem as suas possíveis sanções, caso seja constatado a infração ao que se esta estipulado por esse princípio.

MESQUITA JUNIOR conclui:

> “Busca-se a aplicação de medidas não-privativas de liberdade, as quais, também, deverão ser formuladas dentro dos limites da legalidade. Ante o exposto, o princípio da legalidade norteia a execução penal em todos os seus momentos, dirigindo-se a todas autoridades que participam da mesma, seja ela administrativa ou judicial.”

No âmbito da execução penal, inúmeras são as vezes que o princípio da Legalidade é infrigido, tornando inacessível o disposto na Constituição. Destaca-se que a Legalidade também está envolvida a procedimentos, e de acordo com a falência prisional, vários são os procedimentos, salienta-se que desde a abordagem ao apenado, estão indevidos, tomando imensa a discrepância da realidade e a norma.

3.4 Princípio da Proibição da Tortura

Em nossa Constituição, a previsão para a Proibição da Tortura está expressa no artigo 5º, inciso III, descrevendo que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Desta forma, se faz impossível a aplicação da sanção penal de forma tortuosa.

A Lei 9.455/97 contempla o princípio supracitado, e de forma específica trata da matéria e proíbe prática da tortura em todas as suas formas. Assim, veja-se o artigo 1º, inciso I, alíneas a, b e c e inciso II da referida Lei.

> "Art. 1º Constitui crime de tortura:
>
> I- Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental.
>
> a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.
>
> b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.
>
> c) em razão de discriminação racial ou religiosa.
>
> II- Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo."

A tortura se apresenta de várias maneiras, sendo identificadas várias práticas tortuosas que levam a infração deste princípio Constitucional. Compreende-se que na execução penal, a tortura está presente na forma de tratamento, na aplicação da agressão física e na falta de direitos básicos que deveriam ser garantidos aos apenados.

Sendo assim, fica claro que tais direitos devem ser assegurados para que se faça valer as Garantias expressas na Constituição Federal de 1988, sendo tais princípios fundamentais dentro de um ordenamento jurídico.

4.Seletividade Penal

Em suma, a seletividade no sistema penal atribui características ao delinquente, identificando-os pela classe social, cor, notadamente jovens negros e de baixa renda. Neste tocante, para compreender o processo da seletividade penal é necessário elencar as duas fases do mesmo, a criminalização primária e a criminalização secundária.

Segundo Zaffaroni (2003, p. 43): "*a criminalização primária é o ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas".*

A citação acima refere-se a criação de tipos penais em que há o sancionamento de uma lei, através do Poder Legislativo para que haja a incriminação de determinadas condutas, bem com a fixação de sanções penais.

Já a criminalização secundária, conforme diz Zaffaroni (2003, p. 43):

[...] é a ação punitiva exercida sobre pessoas concretas, que acontece quando as agências do Estado detectam pessoas que se supõe tenham praticado certo ato criminalizável primariamente e as submetem ao processo de criminalização.(ZAFFARONI, 2003, p. 43.)

Neste contexto, verifica-se que a criminalização secundária é a atuação da Polícia, Ministério Público e Judiciário para que haja a acusação, investigação e encarceramento do praticante do delito.

Desta feita, Zaffaroni (2003, p. 43) ainda diz:

> O estereótipo acaba sendo o principal critério seletivo da criminalização secundária; daí a existência de certas uniformidades da população penitenciária associadas a desvalores estéticos, que o biologismo criminológico considerou causas do delito quando, na realidade, eram causas da criminalização, embora possam vir a tornarem-se causas do delito quando a pessoa acaba assumindo o papel vinculado ao estereótipo (é o chamado efeito reprodutor da criminalização ou desvio secundário) (2003, p. 43).

Não obstante, a seletividade penal enquadra-se nos entendimentos de criminalização supramencionados. O Estado atuará de maneira mais seletiva na procura do acusado, através dos estereótipos classificados pela sociedade, posto que os classificam pela classe social, etnia, crenças e renda.

Zaffaroni (2011, p.76) vai dizer: “o sistema penal cumpre a função de selecionar, de maneira mais ou menos arbitrária, pessoas dos setores sociais mais humildes, criminalizando-as”.

Tal afirmação é clara e concisa, pois basta atentar-se ao índice da quantidade de jovens negros encarcerados pelo tráfico de drogas, as prisões em flagrante delito nas áreas periféricas.

Aponta-se que não há entre os cidadãos o princípio da isonomia, posto que se um jovem branco, acompanhado de uma certa quantidade de drogas num bairro da zona sul, for avistado pela polícia, o índice de voz de prisão a ele será baixo. Segundo diz o Fórum Brasileiro de Segurança Pública “Em 15 anos, a proporção de negros no sistema carcerário cresceu 14%, enquanto a de brancos diminuiu 19%. Hoje, de cada três presos, dois são negros.”

Tal notícia ratifica que a seletividade penal é gritante entre todos os cidadãos, não havendo entre eles igualdade, sequer equidade.

4.1 Criminologia

Em linhas gerais, a criminologia é uma ciência social que estuda o delinquente e o crime, porém com intuito de combater e prevenir a criminalidade para que não haja a reincidência do praticante do ato delituoso.

Para Nelson Hungria (1963): “Criminologia é o estudo experimental do fenômeno crime, para pesquisar-lhe a etiologia e tentar a sua debelação por meios preventivos ou curativos”.

Nestor Sampaio Penteado Filho diz ser a criminologia uma:

Ciência empírica (baseada na observação e na experiência) e interdisciplinar que tem por objeto de análise o crime, a personalidade do autor do comportamento delitivo, da vítima e o controle social das condutas criminosas.(FILHO, 2012, p.11)

Edwin H. Sutherland: “Criminologia é um conjunto de conhecimentos que estudam o fenômeno e as causas da criminalidade, a personalidade do delinqüente, sua conduta delituosa e a maneira de ressocializá-lo”.

Tais autores, conceituam a criminologia acerca de visões diferentes, porém possuem um ponto em comum, qual seja: combater a reincidência.

A criminologia é uma ciência autônoma, interdisciplinar e empírica. O empirismo é uma corrente filosófica, a qual estabelece que o conhecimento é adquirido pela experiência sensorial, ou seja, através daquilo que vivenciou-se por meio todos os sentidos seja ele auditivo, olfativo e etc.

A interdisciplinariedade é aquela que estabelece relações entre duas ou mais disciplinas visando um fim comum. Ex.: a biologia e a psicologia. Autônoma é aquela que age de acordo com suas próprias normas. Tais elementos, elencam o conceito de criminologia.

Outrossim, verifica-se que a criminologia utiliza outras ciências para estudar as causas e o próprio delito, porém não dependem delas para aplicar suas normas.

4.2 Etiquetamento Social

(Cirino, pag. 20, 2008 *apud* Aniyar, pag. 111-14) afirma que o etiquetamento social estigmatiza o indivíduo pelo seu estereótipo, ou seja, pela sua classe social, cor, etnia e baixa renda. Caracterizando-o como criminoso e contribuindo para que o mesmo se torne um delinquente habitual, aumentando a reincidência criminal. O rótulo criminal, principal elemento de identificação do criminoso, produz as seguintes consequências: assimilação das características do rótulo pelo rotulado, expectativa social de comportamento do rotulado conforme as características do rótulo, perpetuação do comportamento criminoso mediante formação de características criminosas e criação de subculturas criminosas através da aproximação recíproca de indivíduos estigmatizados.

Neste contexto, verifica-se que a criminalidade não é culpa somente do indivíduo que prática o delito, mas também daquele que o julga e incrimina.

É ai que se inicia As Consequências do Labelling Approach (e a justificação deste trabalho), pois o indivíduo que se encontra separado do convívio social é etiquetado como criminoso, vai aos poucos se convencendo que de fato é aquilo que a sociedade o considera, um criminoso. (ZAFFARONI, p. 130, 1991).

Desta feita, o índice de reincidência criminal aumenta, posto que o criminoso se vê como a sociedade o intitulou e não encontra oportunidades para progredir e retoma a cometer crimes. Na verdade, esses resultados mostram que a intervenção do sistema penal, especialmente as penas detentivas, antes de terem um efeito reeducativo sobre o delinquente determinam, na maioria dos casos, uma consolidação da identidade desviante do condenado e o seu ingresso em uma verdadeira e própria carreira criminosa (BARATTA, p. 90, 2002).

Tal afirmação, conceitua que antes do criminoso ser encarcerado ele já é classificado como delinquente, ou seja, a rotulação de criminoso é realizada antes pela sociedade. Ainda assim, para compreender o etiquetamento social far-se-á necessário entender o processo de criminalização primária e secundária. Sendo que, a seleção de determinadas condutas já se enquadra na seletividade penal e rotulação do indivíduo, o qual pratica atos delituosos.

Conclui-se que o delinquente não é rotulado somente pela prática do delito, mas também pelo etiquetamento feito pela sociedade sobre ele. Tal rotulação o impossibilita de se ressocializar e retomar suas atividades, na maioria das vezes é excluído da sociedade e continua com seus atos delituosos, tornando-se reincidente pela falta de oportunidades empregatícias.

4.3 A Lei de Execução Penal

A lei de execução penal brasileira, é aquela que estabelece e desenvolve medidas para que haja o restabelecimento e reintegração do reincidente no convívio social.

A referida lei prescinde de direitos e deveres para o preso no sistema carcerário brasileiro, com a finalidade de haver a ressocialização do mesmo, a fim de se evitar a reincidência.

Conforme Santos (1998, p. 13), “a Execução Penal tem por finalidades básicas tanto o cumprimento efetivo da sentença condenatória como a recuperação do sentenciado e o seu retorno à convivência social”, ou seja o Estado impõe uma pena ao criminoso para que haja a repressão do crime praticado por ele.

O art. 1° da lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 (LEP) diz “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

Tal trecho acima, aduz que a finalidade da execução penal não é só punir o criminoso e reprimi-lo, mas sim auxiliá-lo a fim de reintegrá-lo a sociedade.

Ademais, deve haver a reparação social não só para o preso, mas também para a sociedade, posto que a mesma deve contribuir para a ressocialização do preso seja eficaz.

Afinal, a sociedade não dá oportunidades para o reincidente, face ao prévio preconceito existente sobre ele, não oportunizando-o a ressocializar.

Segundo Campos e Santos (2014, p. 02), “a ressocialização do preso continua sendo um tabu na nossa sociedade. Muitas pessoas ainda tem aquele preconceito de que um ex-detento não conseguirá viver em harmonia novamente em meios às regras impostas pela sociedade”.

Tal citação supra, reforça que a sociedade proporciona ao criminoso uma frustração no momento de sua reintegração.

> “A referida Lei é de grande importância para a reintegração do sentenciado, já que a gama de possibilidades de reeducação que propicia, por meio de direitos, deveres, trabalho, tratamento de saúde física, integridade moral, acompanhamento religioso, dentre outros, evitando que o mesmo fique dentro do estabelecimento penal sem nada produzir”. (MACHADO, 2008, p. 51).

Conforme citação supramencionada, a lei de execução penal atribui ao preso diversos direitos, os quais objetivam a ressocialização e melhoria do mesmo. Sendo assim, pode-se citar alguns direitos dos presos na LEP: assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa, egresso e entre outros.

Para Machado (2008, p. 49),“na ressocialização está subentendida a ideia de um amplo trabalho de restruturação psicossocial do infrator, bem como da própria sociedade, que o receberá de volta quando acabar o cumprimento da pena”.

Neste liame, verifica-se que a lei de execução penal (LEP) visa a ressocialização do preso, através de direitos e deveres que devem ser assegurados e cumpridos, respectivamente contribuindo para a reintegração do preso na sociedade. Todavia, a sociedade juntamente com o Estado devem cumprir as aplicações normativas da LEP para que as mesmas sejam eficaz.

4.4 A Crise do Sistema Carcerário Brasileiro

O presente tópico deste artigo pretende abordar que o sistema brasileiro é um fator causal para o aumento de reincidência dos presos.

“A evidente percepção de que construção de presídios possui uma significativa relevância social é no mínimo lamentável, pois que a significação é exatamente a falência do modelo societário vigente”. (DA SILVA, 2014, p. 80)

O trecho supra, elenca que o sistema prisional não é o método mais eficaz para os presos.

Outrossim, a sociedade brasileira precisa criar uma visão construtiva quanto a educação para que haja a redução da criminalidade, posto que a educação é a base fundamental para desenvolver cidadãos com perspectiva de diferentes em que não se precise do delito.

Sendo assim, o Estado é o principal responsável para que haja a diminuição de reincidentes nos presídios, bem como a sociedade é a barreira para a ressocialização dos presos.

Já dizia Fernando Capez:

> “é de conhecimento público e notório que vários presídios apresentam celas imundas e superlotadas, sem qualquer salubridade. Nesses locais, em completo desacordo ao estipulado em lei, inúmeros sentenciados

> contraem enfermidades graves, além de sofrerem violências de toda ordem". (CAPEZ, 2012, p. 64)

A superlotação das celas dos presídios fere a dignidade da pessoa humana, causando grande revolta aos presos, posto que a LEP rege pela reintegração do preso à sociedade, fornecendo a ele meios necessários para tal.

Porém, a realidade do sistema carcerário não coincide com a LEP.

Sendo assim, verifica-se o sistema penitenciário brasileiro é um grande fator da reincidência.

A Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210 de 11/07/1984) diz em seu artigo 88 que "o condenado será alojado em cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório". E ainda complementa com os seguintes os requisitos básicos da unidade celular: "salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana; área mínima de 6m² (seis metros quadrados) ".

A citação acima, não condiz com a realidade dos presídios do Brasil.

Outrossim, enquanto não houver a garantia da LEP na prática, bem como normas restritivas que visam a ressocialização e não a repressão, a reincidência não irá diminuir.

5. Metodologia

Levando-se em conta o atual cenário jurídico apresentado nas seções anteriores, este trabalho ao explorar o seguinte tema: **Os impactos do etiquetamento social na ressocialização dos presos** - terá como principal objetivo implantar mecanismos com a finalidade de evitar a reincidência criminal a fim de responder à

questão: existem mecanismos no Estado para evitar o etiquetamento social na ressocialização dos presos?

Para isso, esta pesquisa assumirá a seguinte vertente metodológica, a obra foi realizada com base acadêmica do Direito, onde temos diversas disciplinas teóricas nas recomendações de Gustin e Dias (2006), a identificar e compreender a heterogeneidade tipo do Direito, do Estado e esse trabalho tem como objetivo de compartilhar dos conflitos sociais, a complexidade do papel da sociedade.

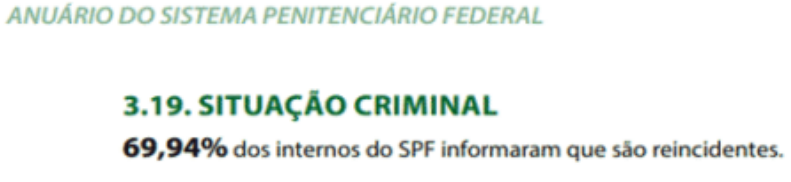
Dessa forma, a pesquisa terá como finalidade a pesquisa aplicada visto se tratar de um aspecto de natureza prática. Cabe ainda, destacar que o objetivo teórico-metodológico é exploratório, isto porque, o assunto representa tal caráter seletivo do sistema penal brasileiro, que aprisiona parcelas da sociedade compostas por pessoas negras, de classe social baixa, e, portanto, baixo nível de escolaridade. Além disso, a abordagem da pesquisa será quantitativa.

E, por fim, o principal procedimento de coleta e análise de dados será pesquisa de fontes, que se dará por meio de coleta de dados na internet e fontes confiáveis.

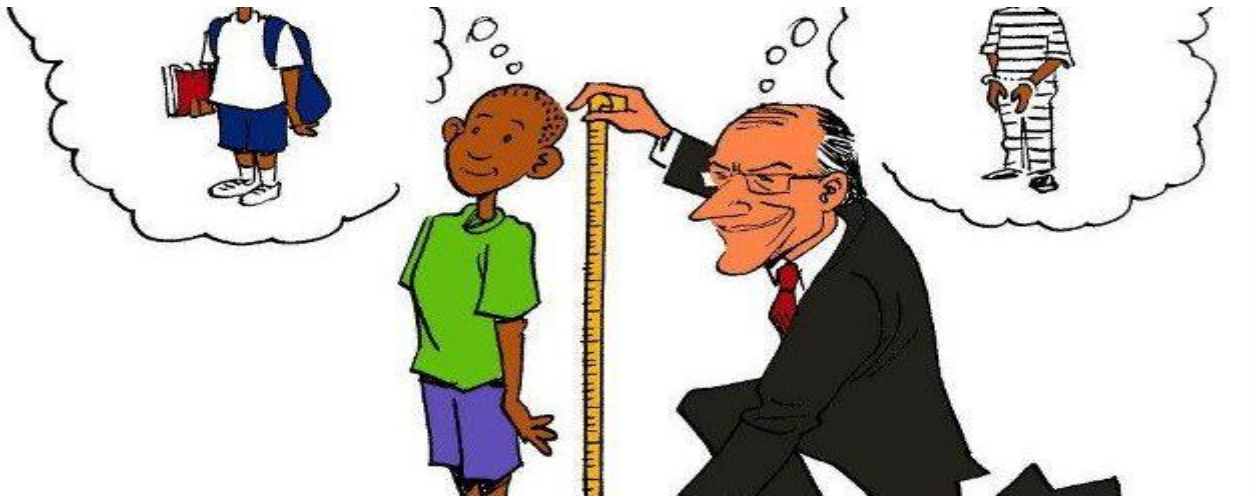
6. Apresentação dos resultados e discussão

O presente artigo demandou diversas pesquisas a partir de sites, artigos e doutrinas para que houvesse a resposta do problema de pesquisa, bem como estudos para a solução do mesmo. Neste liame, verifica-se que as buscas sobre o problema de pesquisa diagnosticou diversos fatores e circunstâncias que explicam e ajudam a contribuir na reincidência criminal do Brasil.

Outrossim, o gráfico (Anuário do Sistema Penitenciário Federal 2016, 2017) abaixo tem a intenção de demonstrar que a porcentagem da reincidência é maior que a do primário.



A imagem abaixo ilustra o etiquetamento social e a seletividade penal, posto que apresenta um jovem negro de classe social baixa, almejando ir a escola e do outro lado temos um homem de aparente classe social alta, qualificando-o como um criminoso.



ANJOS, Eduardo Dos. CRIMINALIZAÇÃO E VITIMIZAÇÃO: CARACTERÍSTICAS E DIFERENÇAS. Rumo a Defensoria, 2018. Disponível em: https://rumoadefensoria.com/artigo/criminalizacao-e-vitimizacao-caracteristicas-e-diferencas. Acesso em: 24 out. 2022.

Dessa forma, verifica-se que a seletividade penal e o etiquetamento social são circunstâncias impostas pela sociedade que contribuem para o aumento da reincidência criminal no Brasil.

7. Conclusão

O desenvolvimento do presente artigo foi laborado para levantar soluções para a diminuição da reincidência criminal no Brasil. Sendo assim, após diversas pesquisas e estudos acerca do objeto de pesquisa, pode-se observar que a reincidência advém de diversos fatores, quais sejam, culturais, étnicos e sociais, posto que os mesmos não contribuem para a ressocialização do ex-preso na sociedade.

Além disso, a LEP (Lei de Execução Penal) possui diversos mecanismos dentro do sistema penitenciário que são a favor do criminoso, os quais contribuem para a melhoria do mesmo. Porém, na prática os direitos e deveres da referida lei não são cumpridos.

Á rigor, prescinde eficaz da executoriedade da LEP, da contribuição da sociedade brasileira para que haja a ressocialização dos ex-delituosos para que os mesmos não retornem a criminalidade.

O Estado é um dos principais interventores para que os ex-criminosos se adaptem a sociedade novamente, posto que a normatização e a executoriedade das penas dependem dele.

Outrossim, conclui-se que para haver a diminuição da reincidência criminal no Brasil deve haver eficácia na aplicação e nas práticas das normas da LEP, bem como colaboração da sociedade para fins de se obter a ressocialização do preso, reestabelecendo um equilíbrio entre o criminoso e a sociedade para que o etiquetamento social diminua.

Sendo assim, far-se-á mister a contribuição do Estado na implantação de novas regras e normas estabelecendo um novo posicionamento e equilíbrio entre a sociedade, o delito e o criminoso.

Tais medidas serão necessárias para minimizar a margem de reincidência criminal, e a diminuição dos delitos, posto que a sociedade é quem atribui os maiores valores étnicos, éticos, morais e culturais entre todos. Sendo assim, a mesma possui papel fundamental para a diminuição do etiquetamento social na ressocialização dos presos.

8 – Referência Bibliográfica

ANJOS, Eduardo Dos. CRIMINALIZAÇÃO E VITIMIZAÇÃO: CARACTERÍSTICAS E DIFERENÇAS. Rumo a Defensoria, 2018. Disponível em: https://rumoadefensoria.com/artigo/criminalizacao-e-vitimizacao-caracteristicas-e-diferencas. Acesso em: 24 out. 2022.

Anuário do Sistema Penitenciário Federal 2016. (2017). Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/dispf/spf_anuario/anuario-spf-2016.pdf. Acesso em: 24/10/2022.

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Nilo. *Introdução Crítica do Direito Penal Brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan.

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. 11ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p.40

BENETI, Sidney Agostinho. Execução penal. São Paulo: Saraiva,1996.

CAMPOS, Ana Caroline Anunciato de; SANTOS, Eric Leandro dos. A ressocialização do preso junto à sociedade. 2014. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/USqHsKOQOHMGs1i_2014-12-18-8-3-58.pdf> Acesso em: 09/10/2022.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 278

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848/1940*. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto. gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>.

BRASIL. *Lei nº 7.210/1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm >. Acesso em 01/10/2022.

BRASIL. *Lei nº 8.072/1990*. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: < http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm >. Acesso em 28/08/2022

BRITO, Alexis Couto de. *Execução Penal*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, volume 1, parte geral. 16ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

DA SILVA, André Luiz Augusto. Retribuição e História: Para uma Crítica ao Sistema Penitenciário Brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

DE SÁ, Alvino Augusto; BRAGA, Ana Gabriela Mendes; BRETAN, Maria Emília Accioli Nobre; CALDERONI, Vivian. (Coord.).*GDUCC Grupo de Diálogo Universidade* – Cárcere – Comunidade: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere. Brasília: Ministério da Justiça.

FOUCALT, Michel. Vigiar e punir. 39. ed. Rio de Janeiro: Editora vozes, 2011.

Ibccrim. Artigo. Ibccrim, 2020. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/7410/#_ftnref13. Acesso em: 15/04/2022.

LABELLING APPROACH: BREVE ANÁLISE DA TEORIA DO ETIQUETAMENTO SOCIAL DO MENOR AUTOR DE ATO INFRACIONAL. Anais da Jornada Jurídica Faculdade Evangélica de Goianésia, 2018. Disponível em: LABELLING APPROACH: BREVE ANÁLISE DA TEORIA DO ETIQUETAMENTO SOCIAL DO MENOR AUTOR DE ATO INFRACIONAL | Anais Jornada Jurídica da Faculdade Evangélica de Goianésia (unievangelica.edu.br). Acesso em: 20/04/2022.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. Princípio da legalidade penal: projeções contemporâneas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

MACHADO, Stéfano Jander. A ressocialização do preso a luz da lei de execução penal. 2008. Disponível em: < http://siaibib01.univali.br/pdf/Stefano%20Jander%20Machado.pdf> Acesso em: 09/10/2022.

MARCONDES, Pedro. Políticas Públicas orientadas à Melhoria do Sistema Penitenciário Brasileiro sob o enfoque da Função da Pena vinculada à Função do Estado. In REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. São Paulo, 2003.

MESQUITA JÚNIOR, Sidio Rosa de. *Execuç/ão Criminal Teoria e Prática*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2003.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal. 25ª ed., rev. e atual. São Paulo: editora Atlas, 2007.

OLIVEIRA. Odete M. Prisão: um paradoxo social.3. ed. Florianópolis: UFSC, 2003, p. 33.

PANONT, Denise Aparecida; MOURA, Stella Maris; PANONT, Valdir. Pena de Morte: Retrocesso ou Avanço? Uma breve reflexão quanto a pena de morte e seu enquadramento frente ao atual estado democrático de Direito. Disponível em:

<http://facnopar.com.br/revista/arquivos/13/7_panont,_moura_e_panont_pena_de_morte[1].pdf> Acesso em: 09/10/2022.

ORTEGA, Flávia Teixeira . Teoria do Etiquetamento Social. **Jusbrasil,** 2015. Disponível em: https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/322548543/teoria-do-etiquetamento-social. Acesso em: 06 nov. 2022.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. Manual de Criminologia. 3ª.ed. Saraiva. São Paulo: 2013.

SANTOS. Jhonathan.OS REFLEXOS DA TEORIA DO LABELLING APPROACH (ETIQUETAMENTO SOCIAL) NA RESSOCIALIZAÇÃO DE PRESOS. Esa Goiás. Disponível em: Acesso em: 20/04/2022.OS REFLEXOS DA TEORIA DO LABELLING APPROACH (ETIQUETAMENTO SOCIAL) NA RESSOCIALIZAÇÃO DE PRESOS - Direito Penal - ESA (oabgo.org.br). Acesso em: 20/04/2022.

Santos, Juarez Cirino dos. A Criminologia Radical / 3º ed. – Curitiba: ICPC: Lumen Juris, 2008.

SANTOS, Paulo Fernando dos. *Aspectos Práticos de Execução Penal*. São Paulo: LEUD, 1998.

Significados. Como fazer a metodologia para o TCC? Significados, 2022. Disponível em:https://www.significados.com.br/como-fazer-metodologia-tcc/amp/. Acesso em: 02/05/2022.

SUTHERLAND, Edwin H. Crime de Colarinho Branco. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Zaffaroni, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 130.

(ZAFFARONI, BATISTA & ALAGIA, 2003, p.43)

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro* V. 1. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

O Parto Anônimo Frente à Proteção dos Direitos Fundamentais da Mulher e do Nascituro

Anonymous Childbirth Against the Protection of the Fundamental Rights of Women and the Unborn child

Bruna Roberto de Almeida[150]
Samantha Keller Maia Diniz Fernandes[151]
Samara Rodrigues Santos [152]
Professora Mestre Débora Moreira Maia Ricaldoni[153]

Resumo: o presente artigo tem como objetivo abordar a dialética da relação entre o Estado, a genitora e o nascituro a fim de demonstrar a premente necessidade de se repensar e restabelecer uma relação sob uma perspectiva complexa acerca da institucionalização do parto anônimo. Busca-se, primeiramente analisar a evolução da mulher na sociedade até os dias atuais. A partir da análise já realizada, justifica-se a insustentabilidade de padrão de desenvolvimento e proteção há criança de viés simplista no contexto atual, introduzindo a complexidade como uma nova maneira de pensar sobre o parto anônimo e a sociedade que o envolve. Por fim, apresentam-se alguns desafios impostos a essa visão da complexidade da família na sociedade nos dias atuais. Corrobora-se que a construção deste tema, sobre o parto anônimo, é uma perspectiva da complexidade é ainda hoje um desafio, entretanto é possível estabelecer uma nova maneira de pensar em prol da genitora e no nascituro envolvido.
Palavras-chave: Parto Anônimo. Roda dos expostos. Liberdade da mulher. Dignidade da pessoa humana. Melhor interesse na criança.

Abstract*: Birth Anonymously. Wheel of the exposed. Freedom of the woman. Dignity of the human person. Best interest in the child..*

Keywords*: This article aims to address the dialectic of the relationship between the State, the mother and the unborn child in order to demonstrate the urgent need to rethink and reestablish a relationship from a complex perspective about the institutionalization of anonymous childbirth. It is sought, first, to analyze the evolution of women in society to the present day. From the analysis already carried out, the unsustainability of the pattern of development and protection is justified there is a child of simplistic bias in the current context, introducing complexity as a new way of thinking about anonymous childbirth and the society that surrounds it. Finally, there are some challenges imposed on this vision of the complexity of the family in society today. It is corroborated that the construction of this theme, on anonymous childbirth, is a perspective of complexity is still a challenge today, however it is possible to establish a new way of thinking in favor of the mother and the unborn child involved.*

[150] Bruna Roberto de Almeida Graduanda em Direito; Faculdade Kennedy. Vínculo institucional.bruna.almeida@soukennedy.com.br.
[151] Samantha Keller Maia Diniz Fernandes Graduanda em Direito; Faculdade Kennedy. Vínculo institucional.samantha.fernandes@soukennedy.com.br.

[152] Samara Rodrigues Santos Graduanda em Direito; Faculdade Kennedy. Vínculo institucional. Endereço eletrônico institucional sarama.santos@soukennedy.com.br
[153] Técnica em Administração pelo Sebrae (2003), Bacharel em Direito pela Fundação Universidade de Itaúna (2009), Especialista em Direito Processual Civil, pela Uninter (2010) e Mestre em Administração pela FEAD-BH (2013), linha de pesquisa: Gestão. Organização e Mudança. Professora de Direito Civil – Nova Faculdade (2014) e Coordenadora do Curso de Direito (2022) Endereço eletrônico: debymaia@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O tema a ser discutido ao longo do presente trabalho é o Parto Anônimo frente à proteção dos direitos fundamentais da mulher e do nascituro.

Historicamente, os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres foram tratados de maneira restrita, sendo constantemente alvos de discriminações, devido ao pouco apoio estatal e o exercício do antigo Pátrio Poder. Vivemos, ainda hoje, mesmo mediante reivindicações e lutas, em uma sociedade patriarcal e machista, sendo necessário romper o controle exercido sobre corpos e autonomia femininos, pois é direito das mulheres expressarem sua sexualidade de forma plena, sem discriminação e violência, com respeito pelo próprio corpo, tendo em vista que, apesar das conquistas alcançadas pelas mulheres do ponto de vista social e jurídico, ainda há um longo caminho a ser percorrido em busca dos direitos femininos.

Nessa perspectiva, o direito reprodutivo inclui o exercício da sexualidade e a reprodução livres de discriminação e violência, e ao acesso a informações e meios para o planejamento familiar e a serviços de saúde que observem tanto os direitos da mulher quanto da criança. Vale destacar que os direitos reprodutivos se encontram no rol dos direitos humanos, vez que promover decisões livres e informadas sobre sexualidade e reprodução, contribui diretamente para a proteção do direito à saúde, a dignidade da pessoa humana, a autonomia e o direito a equidade de gênero.

Os direitos reprodutivos são os atribuídos às pessoas de decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos desejam ter e em que momento de suas vidas desejam fazê-lo. Neste contexto, há um questionamento inevitável: como proteger o nascituro e seus direitos fundamentais, frente a uma gravidez indesejada da mulher, garantindo a mãe a proteção estatal?

O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura a efetivação dos direitos fundamentais das crianças relativos à vida, à saúde, à educação, à dignidade, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, dentre outros. Tal garantia inicia-se antes do nascimento, com atenção humanizada durante a gravidez, parto e pós-parto, garantindo o desenvolvimento adequado da criança e seu nascimento de forma segura, mantendo sua integridade física, psíquica e moral, sendo criada e educada no seio de sua família e, de forma excepcional, em uma família acolhedora.

O ser humano tem o direito ao reconhecimento da origem genética, refere-se aos direitos da personalidade, de o indivíduo conhecer sua origem, a própria ascendência familiar, sendo assim, um direito individual e personalíssimo, contudo, seu exercício não significa inserção em relação à família, há busca pelos entes familiares ao real pertencimento, e da busca por afinidade e afetividade dentro da estrutura familiar, sendo um dos deveres de a família zelar, cuidar e acolher.

O Parto anônimo é o direito da genitora sem que seja identificada, dar à luz a sua prole, gerando a possibilidade de a mãe biológica não assumir a maternidade indesejada gerada pela criança, ficando assim isenta de qualquer responsabilidade. Atualmente, o aborto e o abandono têm sido algo muito comentado e julgado por todo lugar. Como tentativa de sanar ou aliviar essa questão social e jurídica, procura-se familiarizar-se sobre o caso apresentado, que se trata dos casos em que a mulher após dar à luz, sem ter qualquer identificação, entrega o recém-nascido para uma instituição responsável. Com isso, a mulher tem a possibilidade de fazer todo e qualquer acompanhamento hospitalar, durante e após o parto, ficando sem qualquer responsabilidade perante o recém-nascido.

O parto anônimo no Brasil, precisa ser reconhecido e institucionalizado, pois é de extrema importância, trazendo relevância para os direitos fundamentais da criança e da mulher. A Constituição Federal assegura o respeito à dignidade humana, o direito à vida e a proteção especial à criança.

Sabe-se que toda gravidez tem o risco de a gestante rejeitar a criança, e algumas genitoras acabam optando pelo aborto, que apesar de ser bem comentado não é legalizado no Brasil. As mulheres que não vão inicialmente pelo lado do aborto podem acabar futuramente desencadeando a depressão pós-parto que pode levar também ao suicídio. O parto anônimo também, traz uma grande possibilidade à diminuição dos abortos, infanticídio e ao abandono de crianças.

No contexto atual, observa-se a relevância social do tema apresentado, na medida em que todas as crianças têm o direito inviolável da vida, sendo este um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. E é dever do Estado a garantia destes.

Por fim, esses são alguns dos motivos que tornam essencial a pesquisa diante da sua relevância moral, social e jurídica, pois, ajudará a esclarecer certas dúvidas e/ou pré-conceitos pré-existentes sobre as escolhas das gestantes, garantindo às crianças a efetivação dos seus direitos, em especial o direito à vida.

O objeto do presente trabalho é analisar os direitos fundamentais dos nascituros com base na escolha da genitora pelo parto anônimo. Discutindo o conceito de parto anônimo no contexto jurídico e histórico brasileiro, identificando as implicações do ordenamento jurídico a respeito do parto anônimo no direito constitucional e civil, descrevendo os pros e contras da aplicação do parto anônimo no Brasil frente a proteção da mulher, analisando as jurisprudências e o direito a origem biológica destinado ao nascituro e analisar os projetos de lei em andamento que tratam da regularização do parto anônimo e os direitos fundamentais do nascituro e suas garantias constitucionais e civis.

Portanto, a presente pesquisa se faz necessária para que o tema ganhe ainda mais visibilidade em todo país, garantindo a vida do recém-nascido resguardando seus direitos e a proteção estatal da mãe.

2 BREVE HISTORICO DO PARTO ANÔNIMO

Por vários séculos, a mulher viveu em uma cultura que não recebia apoio estatal e era submetida as ordens dos homens no exercício do antigo Pátrio Poder, onde o papel da mulher na sociedade era exclusivamente voltada para a família, sua responsabilidade eram os serviços domésticos e a educação dos filhos e o homem, o dono da casa, podendo ser o marido, irmão mais novo ou mais velho, pai ou tio, era responsável por sustentar a família financeiramente (SANTOS, 2021)

A finalidade dessas mulheres era de reprodução, a genitora perfeita, conhecida como o sexo frágil, não tendo direito a escolhas. Ainda conforme Santos (2021), a essas mulheres era proibido a opção de estudar, votar e escolher ser mãe ou não, sendo assim obrigada pela sociedade, pois era seu papel na família, a gerar frutos.

A Revolução Industrial na visão de Rodrigues *et.al* (2010) causou grandes impactos nas famílias, não apenas no Brasil, as mulheres começaram a trabalhar por necessidade nas fabricas, tendo um serviço dobrado, pois além das fabricas ainda tinham que fazer seus afazeres domésticos quando chegassem em seu domicílio. Mesmo com uma remuneração menor que as dos homens as mulheres trabalhavam e começaram a reivindicar por condições de trabalho, acesso à cultura e igualdade entre os sexos, começando a ganhar voz em uma sociedade tão fechada a mudanças.

Nas palavras de Santos (2021) a 1ª e 2ª Guerra Mundial também tiveram uma grande importância para a autonomia das mulheres, conquistando assim seus espaços e sua importância no mercado de trabalho, pois com os homens em guerra restavam apenas a força feminina e crianças para ocupar seus lugares vagos nas indústrias.

O sec. XX marca uma nova forma de enxergar uma estrutura familiar, busca pela igualdade, liberdade, escolha, autonomia e respeito. Como destaca Santos (2021) na década de 30 a mulher ainda continua incapaz, mas há um avanço na sociedade, pois elas já podem votar.

Na década de 60 os movimentos feministas influenciam na legislação brasileira, onde surge o Estatuto da Mulher Casada – Lei 4.121/62, essa Lei trata sobre a capacidade civil da mulher, dando a ela o poder para trabalhar mesmo com desigualdade, reconhecendo os frutos desse trabalho árduo e tendo seus próprios patrimônios, não sendo dependente de uma figura masculina para determinar o que pode ou não fazer dentro de sua moradia, no caso da mulher casada, ela passa a ser colaboradora do marido e não um objeto ou reprodutora (SANTOS, 2021).

De acordo com Prado (2010) os caminhos das mulheres sempre foram muito árduos e de muita luta para se adequarem em uma sociedade tão machista, através de leis que foram sendo instituídas pelos movimentos sociais conseguiram o direito ao voto, a educação, ao divórcio, direitos sexuais e reprodutivos, tendo assim autonomia sobre o próprio corpo, entre outros.

Nesse sentido, após tantas lutas que as mulheres passaram, ainda é um grande tabu a mulher escolher não ser mãe, seja por motivos de falta de condições, ou por opção de não querer ter o nascituro, abrindo mão desta criança sem abandoná-la e não tendo responsabilidade civil sobre a prole, optando assim pelo parto anônimo, uma solução mais segura para ambos os envolvidos.

Os institutos que amparam o parto anônimo têm como proposito oferecer uma alternativa do abandono do nascituro. Parto anônimo é o direito que a genitora tem de não ser identificada e não ter qualquer responsabilidade civil ao entregar sua prole para quem realmente possa amparar todas as necessidades dessa criança, após o parto.

2.1 PRINCIPIOS

É de extrema importância ressaltar que a maior parte do embasamento do Direito, são os princípios juntamente com as normas jurídicas. Princípio seria o momento, o local ou trecho em que algo se teve origem, de uma ação ou de um conhecimento, podendo ser conceituado como uma base, ainda que de modo provisório, e cuja verdade não é questionada. Este trabalho não poderia ficar completo se não fosse fundamentado também em princípios:

2.1.1 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Na visão da Mestre Tié Lenzi a convivência dos seres humanos em sociedade levou à criação de formas de organização para garantir a ordem e a paz. Surgiu então o tal princípio sendo como uma garantia das necessidades vitais de cada indivíduo, tem previsão no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal:

> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
>
> III - a dignidade da pessoa humana; (BRASIL, 1998).

O princípio da dignidade humana de acordo com, é a garantia de que todo cidadão terá seu direito garantido e de forma igualitária entre todos, sendo respeitados pelo Estado, tendo como objetivo garantir o respeito em questões e valores pessoais, resguardando o bem-estar de todos os cidadãos através da ação dos seus governos (LENZI, 2008).

Muitos direitos fundamentais dos cidadãos estão relacionados com o princípio da dignidade humana, especialmente os direitos individuais e coletivos e os direitos sociais. O respeito aos direitos fundamentais é essencial para garantir a existência da dignidade. E é justamente por esse motivo que a dignidade da pessoa humana é reconhecida como fundamental pela Constituição Federal.

2.1.2 PRINCÍPIO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL

O princípio da paternidade responsável constitui uma ideia de responsabilidade que deve ser observada tanto na formação como na manutenção da família, está vinculado diretamente ao princípio da dignidade da pessoa humana. Este constitui base da comunidade familiar, garantindo o pleno desenvolvimento e a realização de todos os seus membros, principalmente da criança e do adolescente. (FREITAS, 2014)

Na visão de Freitas (2014) tal princípio visa um planejamento familiar racional e independente, para que os seus membros possam se desenvolver naturalmente. Uma sociedade madura e consciente assume a questão do planejamento familiar natural como um projeto global de amor, de vida, de saúde e de justiça.

Este princípio está garantido expressamente no art. 226, § 7º da Constituição Federal:

> "Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. (...)
>
> § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas." (BRASIL, 1998)

Os pais, ao assumirem esse status, passam a ser titulares de diversas obrigações sendo verdadeiro afirmar que deles, de alguma forma, sempre se exigiu certo tipo de responsabilidade. A proteção aos filhos, anteriormente mais formalista e restrita à aplicação de medidas de suspensão ou destituição do poder familiar (pátrio poder), cedeu espaço para outros valores. Atualmente, cabe aos pais, em essência, a formação e a emancipação da pessoa do filho.

Assistir, educar e criar são as ações básicas que informam a sua responsabilidade, sendo ainda titulares do dever de inserir o menor no contexto da família e da sociedade. A igualdade, a solidariedade e a autonomia se mesclam ao encargo parental, a bem da formação física e psíquica da prole. É importante notar, no entanto, que o dever constitucional de cuidado aos pais é transferido para os filhos após a idade adulta pela lógica da reciprocidade e vulnerabilidade (FREITAS, 2014).

Portanto, eles são responsáveis por ajudar e cuidar dos pais que estão doentes ou precisam de ajuda por qualquer outro motivo. Considerando que a verdadeira parentalidade é a criação de um estado concreto de pai e filho, reflexo do cumprimento de deveres, é necessário concluir que a sua inexistência efeitos jurídicos nos casos em que o vínculo restou fixado pela simples formalidade do registro.

Defende-se, então, para o fim de eximir os filhos de seus deveres, a desconstituição do vínculo registral ou a inocuidade de seus efeitos, sempre que os pais não tenham cumprido responsavelmente as suas funções em benefício da prole. As normas jurídicas constitucionais e infraconstitucionais legitimam tal prerrogativa, afastam as obrigações das crianças cujos direitos fundamentais não estão a ser respeitados por negligência dos encarregados de ajudar e cuidar (FREITAS, 2014).

2.1.3 PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

O melhor interesse da criança ou o *best interest of the child*, recepcionado pela Convenção Internacional de Haia, que trata da proteção dos interesses das crianças e no Código Civil, em seus artigos 1.583 e 1.584 reconhece tal princípio, por exemplo, quando trata-se sobre a guarda do menor (FLORENZANO, 2021).

Este princípio está previsto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, caput, aduz sobre os deveres que a família tem para com o menor e adolescente, vejamos:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL1988).

Na visão de Florenzano (2021) tal proteção está presente também no Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, previsto na Lei 8.069/2013, estabelecendo um reforço que a própria Constituição o qual se refere no que tange aos direitos que devem ser assegurados aos menores. Em seu art. 3º e 4°, sucessivamente, o ECA leciona:

> "A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando- se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
>
> Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem." (BRASIL 1990).

O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente tem por escopo salvaguardar "uma decisão judicial do maniqueísmo ou do dogmatismo da regra, que traz sempre consigo a ideia do tudo ou nada", baseia-se na grande maioria das decisões do judiciário, principalmente se tratando sobre a guarda dos menores.

2.1.4 PRINCÍPIO DA LIBERDADE

É importante destacar que todas as formas de governo se legitimam através do direito, de uma Constituição, e que nesta se estabelecem regras e princípios que servirão de garantias e deveres aos indivíduos e ao próprio Estado. Desde q revolução francesa, a liberdade, como princípio norteador do ordenamento jurídico, foi objeto de continua transformação substancial. Ou seja, o conteúdo de tal preceito normativo vem se desenvolvendo, se aprimorando, desde que se entendeu a importância desta norma como valor para a completa realização do cidadão e da sociedade (ROCHA, 2015).

O direito à liberdade é expressamente mencionado no preâmbulo e assegurado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, sem distinção de qualquer natureza, aos brasileiros e estrangeiros residentes no país. Não obstante o tratamento específico das inúmeras manifestações do aludido direito fundamental, tais como a liberdade de locomoção (artigo 5º, XV), a liberdade de manifestação do

pensamento (artigo 5º, IV), a liberdade de consciência e de crença (artigo 5º, VI) e a liberdade de expressão (artigo 5º, IX), é possível conceber um direito geral de liberdade.

Na visão de Rocha (2015) o que se busca é consagrar o direito de decisão em constituir, manter ou dissolver a entidade familiar no qual se insere. Assim, este princípio vale no parto anônimo no sentido de garantir à mãe que sua vontade seja respeitada ao optar por este método sem, no entanto, sofrer com a coerção estatal, e dessa forma ela garante ao filho a rejeitado, que possa ter acesso a cuidados necessários ao desenvolvimento saudável.

3 DIREITO AO CONHECIMENTO DA ORIGEM BIOLOGICA SOBRE A ÉGIDE DO ORDENAMENTO JURIDICO

A norma vigente no ordenamento jurídico brasileiro para demonstrar amparo aos direitos fundamentais da criança, em especial o direito à informação de origem biológica como direito à personalidade e à preservação da dignidade da pessoa humana, princípio supremo na Constituição Federal de 1988 permanece inalterado e não pode ser conciliado com o confronto normativo sob a Constituição afirma a teoria de Kelsen de que os sistemas jurídicos são únicos e entrelaçados por uma hierarquia de valores normativos (LOURENÇO, 2017).

No texto “Teoria Pura do Direito (segundo o pensamento de Hans Kelsen)”, do autor Lúcio Augusto Pimentel Lourenço (2017), exprime-se o seguinte:

> A norma jurídica é, antes do mais, um modelo, uma fórmula ou uma regra de comportamento humano que se manifesta por sinais exteriores, que se impõe com carácter obrigatório, uma vez que o seu respeito pode ser exigido pela força democrática e organizada do Estado, nos termos da Constituição. [...] As normas jurídicas não têm todas o mesmo valor, havendo que diferenciar as normas jurídicas fundamentais, tais como, por exemplo, as de natureza constitucional ou mesmo as normas de base de qualquer situação jurídica; para depois surgirem as normas que irão regulamentar em pormenor a execução do seu cumprimento ou que viabilizam a concretização do fim a que se destinam. [...] (LOURENÇO, 2017 p. 54 e p. 67).

A teoria jurídica pura entende a norma fundamental como uma dedicação aos fundamentos do ordenamento jurídico, conferindo a essa norma um sentido estruturado de responsabilidade que se impõe a outras normas e a todas as instituições e cidadãos para proteger esse bem maior, ou seja, por meio de mecanismos e métodos para invalidar as normas que infringem esse direito como inconstitucionais ou mesmo violam normas de nível superior, invalidando assim as normas de nível inferior. (LOURENÇO, 2017).

Portanto, sendo a dignidade humana uma norma de natureza fundamental, ela deve ser protegida por outras normas existentes e todas as suas consequências.

O Brasil introduziu o amparo e proteção ao menor por meio da Convenção sobre os Direitos da Criança (Decreto nº 99.710/1990), que prevê norma indispensável para a garantia da dignidade humana, reconhecendo que a pessoa tem direitos e obrigações reais e necessidades especiais de auxílios estatais.

3.1 DA RODA DOS EXPOSTOS AO PARTO ANÔNIMO NOS DIAS ATUAIS E OS DIREITOS DE PERSONALIDADE DA CRIANÇA.

O parto anônimo vem sendo discutido em todo o mundo, e por este motivo é de suma importância e necessária uma base histórica para o entendimento de tal assunto abordado.

Como dito anteriormente o parto anônimo é a possibilidade da genitora que não tem condições, ou não quer ter um filho, de entregá-lo para doação, mantendo a sua identidade confidencial não se responsabilizando civilmente. Esse instituto teve início na Idade Média, onde havia muito abandono de nascituros, inicialmente ficou conhecida como “Roda dos Expostos” no Brasil e em outros países, Dias *et.al (2011)*.

O artigo “Do Parto Anônimo”, das autoras Andryelle Vanessa Camilo e Valéria Silva Galdino Cardin (2010) expõe:

> Essa roda constituía-se em um cilindro de madeira que ligava a rua ao interior do imóvel (igrejas ou hospitais). Após o bebê ser colocado na roda, tocava-se um sino para alertar que mais uma criança havia sido ali deixada. (CAMILO, CARDIN, 2010, p. 64)

Em concordância com Camilo e Cardin (2010) no Brasil, a roda dos expostos foi instaurada na época das colônias, tendo uma herança de Portugal, as rodas tinham o intuito de abrigar e criar as crianças abandonadas, chegavam a acolher cerca de 50 mil bebês. No entanto a taxa de mortalidade era muito alta, alcançando 90% em função das péssimas condições sanitárias.

De acordo com Castilho *et.al* (2021) no século XIX iniciou-se a abolição da roda dos expostos, pois os médicos ficaram alarmados pelo alto índice de mortalidade dentro das casas e os aplicadores do direito em virtude da dignidade dos nascituros, criando leis para ampará-los. Com isso, no sec. XX foi definitivamente desativadas todas as rodas dos expostos.

O abandono de recém-nascidos no Brasil sempre foi um fato preocupante, notícias de crianças achadas em lixeiras, caixas de papelão e em casos mais absurdos em até sacos de lixo fechados, sendo que se pode haver uma solução para estes abandonos, sendo o parto anônimo uma alternativa que o Estado pode oferecer para a diminuição desses casos hediondos a nascituros, sendo uma forma legal e segura para renunciar à maternidade.

Segundo Penalva (2009) os apoiadores do parto anônimo partem do pressuposto que, defendendo este instituto estão protegendo os recém-nascidos do abandono e das maldades feitas por genitoras que não querem ter um filho.

> (...) essa desvinculação mãe e bebê não precisa ocorrer de forma clandestina, à margem dos direitos fundamentais. Nesse primeiro momento, o parto anônimo alia o direito à vida, saúde, e dignidade do recém-nascido a direito de liberdade da mãe. A criança é entregue em segurança a hospitais ou instituições especializadas que irão cuidar de sua saúde e em seguida irão encaminhá-lo à adoção, assegurando a potencial chance de convivência em família substituta. Por sua vez, a mãe terá assegurada a liberdade de dispor do filho biológico sem ser condenada, civil ou penalmente, por sua conduta. (PENALVA, 2009, p. 91)

O IBDFAM (FREITAS, 2010) apoia a ideia de que o parto anônimo permite que a genitora tenha a devida assistência mantendo o anonimato ao se dispor da criança para a adoção mantendo a integridade desta criança e o direito à vida.

No Brasil, onde o parto anônimo parece ser uma forma de proteger a vida dos recém-nascidos, e principalmente das mães. As propostas de implementação do parto anônimo no Brasil vieram com a garantia de anonimato total da genitora e para que a criança seja tratada com dignidade ao ser entrega ao Estado para que se encontre um lar digno para esta criança que veio ao mundo.

3.2 PROJETO DE LEI Nº 2.747-A/2008

Sendo o primeiro instituto criado a respeito do tema “Parto Anônimo”, o projeto de Lei nº 2.747-A de 2008, visa, primordialmente, assegurar o melhor interesse da criança e tutelar as questões trazidas pelo advento do Parto Anônimo ao atual modelo de adoção brasileiro, no intuito de coibir o abandono materno e paterno e promover o bem-estar da criança.

A promulgação da presente lei é de suma importância possuindo interesse social e da comunidade jurídica, visto que garantirá à mulher, independente de classe, raça, etnia, idade e religião, condições para a realização do “parto anônimo”, devendo todas as unidades gestoras do Sistema Único de Saúde, criar um programa específico com a finalidade de garantir, em toda sua rede de serviços o acompanhamento bem como a realização do Parto Anônimo. A institucionalização do tema justifica-se tendo em vista que se torna cada vez maior o número de crianças abandonadas pelos pais, logo após seu nascimento, em lixões, valas, porta da casa de estranhos etc., o que na maioria das vezes ocasiona o falecimento dessa criança. Na medida em que, grande parte destes abandonos decorrem de questões socioeconômicas.

A Lei do parto anônimo visa proteger tanto as mulheres como as crianças. Vale ressaltar que, muitas vezes, essas mulheres sem qualquer apoio emocional e financeiro, angustiadas com uma gravidez indesejada, cometem o aborto, podendo ocasionar a sua morte com ingestão de medicamentos e procedimentos feitos em clínicas clandestinas ou, até mesmo, o infanticídio tendo a oportunidade de um acompanhado por um rápido processo de adoção da criança por uma família. A rapidez da adoção da criança evita que a mãe fique esperando por anos em abrigos, sem uma família que possa defender seus interesses e necessidades, pois há uma grande demanda de pessoas que desejam realizar a adoção, mas o processo no Brasil é muito demorado.

O aborto deve ser tratado como questão de Saúde Pública, visto que sua prática realizada em clínicas clandestinas traz risco para a saúde de quase 1 milhão de mulheres brasileiras, sendo que boa parte das envolvidas são mulheres pobres, negras, pouco instruídas e moradoras das periferias das grandes cidades, ficando evidente que a prática clandestina e insegura do aborto, também se trata de problema de justiça social. Acerca do assunto, defende Dráuzio Varella:

> Não há princípios morais ou filosóficos que justifiquem o sofrimento e morte de tantas meninas e mães de famílias de baixa renda no Brasil. É fácil proibir o abortamento, enquanto esperamos o consenso de todos os brasileiros a respeito do instante em que a alma se instala num agrupamento de células embrionárias, quando quem está morrendo são as filhas dos outros. Os legisladores precisam abandonar a imobilidade e encarar o aborto como um problema grave de saúde pública, que exige solução urgente. (VARELLA, 2021)

Sendo assim, a institucionalização da prática do Parto Anônimo trará benefícios à criança e à mulher, vez que, traz uma alternativa saudável para os traumas emocionais e risco de vida para a mãe, gerados pelo ato do aborto, bem como a possibilidade de um processo de adoção mais hábil visando o melhor interesse da criança, que será acolhida por uma família que irá cuidá-la e protegê-la.

3.3 PROJETO DE LEI Nº 3.220/2008

Elaborado com o objetivo primário de criar alternativas às mães que não querem ou não podem prover seus filhos, o projeto de Lei nº 3.220/2008, possibilita a entrega do recém-nascido para a adoção imediata, na tentativa de reduzir abortos, acabar com os casos de abandono, diminuindo as filas de espera nos abrigos, entretanto, isso implica em não revelar a identidade da mãe biológica.

O projeto de Lei não trata exclusivamente do procedimento pré e pós-parto, mas sim de questões registrais, de legitimidade, isentando a mãe e profissionais da saúde de eventual processo

criminal. A promulgação do presente projeto de lei possui relevância social uma vez que traz ao nascituro a garantia do direito de nascer com vida, mesmo que sua mãe não tenha condições de mantê-lo. Nesse sentido, o Estado tem o dever de oferecer ajuda às gestantes que se encontram em situação de vulnerabilidade, para que não recorram ao aborto ou ao infanticídio reduzindo significativamente o abandono violento dessas crianças pelas mães em locais não adequados e colocando suas vidas em risco. Já no que se refere às informações prestadas pela gestante, diz o art. 6º do projeto de lei que a mulher deverá fornecer e prestar informações sobre a sua saúde e a do genitor, as origens da criança e as circunstâncias de seu nascimento, que deverão permanecer em sigilo no centro de saúde em que ocorreu o parto da criança. No que diz respeito ao nome da criança, dispõe o art. 9º do projeto de lei que a criança será registrada pelo Juizado da Infância e Juventude com um registro provisório, recebendo um prenome, não sendo preenchidos os campos reservados à filiação.

Em relação as disposições do projeto de lei, versam a respeito das formalidades acerca dos procedimentos legais de recebimento e encaminhamento da criança à adoção, da adequação dos hospitais para receberem crianças frutos do parto anônimo e da isenção de responsabilidade cível e penal da genitora. Observa-se que em relação à adoção, a institucionalização do parto anônimo traz mais acessibilidade, tornando-a menos burocrática e ineficiente, visto que não há necessidade da destituição do poder familiar. No entanto, tais justificativas podem não ser suficientes para tornar legítima a prática do parto anônimo, que lida com uma grande questão: o conflito entre a liberdade da mulher e o direito à identidade da criança.

3.4 O DIRIETO FUNDAMENTAL DA CRIANÇA AO CONHECIMENTO DA SUA ORIGEM BIOLÓGICA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA: ANÁLISE DA CF/88, ECA E TUTELA DO DIREITO AO CONHECIMENTO DA ORIGEM BIOLÓGICA.

Tendo em vista o aumento considerável de casos envolvendo abandonos de recém-nascidos no Brasil, o Instituto Brasileiro de Direito de Família- IBDFAM em conjunto com diferentes seguimentos da sociedade, em especial a instituições e associações que atuam em defesa dos direitos fundamentais, da vida, dos direitos da criança, da mulher e da saúde, para que juntamente discutissem a respeito da institucionalização do Parto Anônimo no país brasileiro. É possível que a criança ainda que, tendo pais jurídicos, queira conhecer sua origem biológica. Todavia, segundo afirma BERALDO: "o direito ao conhecimento de seu vínculo genético integra o conjunto de direitos da personalidade desse indivíduo". (2012, p.64)

Os motivos pelos quais despertam tal interesse na criança podem ser diversos, seja para ter ciência sobre o histórico de problemas de saúde genéticos, descobrir origem de suas características fenotípicas, eventuais impedimentos matrimoniais ou ainda pela latente necessidade psicológica de conhecer sua ascendência biológica. Já CAMPOS (2006) citada por BERALDO (2012, p.66) esclarece que:

> "Conhecer a origem significa entender seus traços socioculturais, devendo ser compreendido como um direito fundamental do ser humano. O direito à identidade genética deve ser entendido com base no princípio da dignidade da pessoa humana, como elemento intrínseco ao direito da personalidade."

A respeito do tema, a ministra do Superior Tribunal de Justiça, Fátima Nancy Andrighi no julgamento do REsp 807849 em 24 de março de 2010, enfatizou que:

> "Os direitos da personalidade, entre eles o direito ao nome a ao conhecimento da origem genética são inalienáveis, vitalícios, intransmissíveis, extrapatrimoniais, irrenunciáveis, imprescritíveis e oponíveis erga omnes".

Os Direitos Fundamentais podem ser definidos como garantias indispensáveis à pessoa humana, essenciais para assegurar uma vida digna, livre e igual, ficando incumbida ao Estado a responsabilidade

de reconhecê-los formalmente e, acima de tudo, concretizá-los. Tais direitos podem ser classificados como direitos individuais, coletivos, sociais, nacionais e políticos, possuindo como principais características a historicidade, imprescritibilidade, irrenunciabilidade, inviolabilidade, universalidade, concorrência, efetividade, interdependência e complementariedade. Neste sentido, é correto afirmar que os direitos fundamentais são inerentes à condição humana, fruto de uma evolução histórica, não possuindo prazo para serem exigidos, e não podem ser abdicados, na mesma forma em que não podem ser desrespeitados ou violados.

Além disso, os direitos fundamentais são considerados universais, sendo assim, todo ser humano sem distinção, possui direitos e garantias, podendo ser exercidos de forma concorrente. É dever do Estado resguardar a efetivação de tais prerrogativas, de modo que não se choquem com as normas constitucionais e infraconstitucionais, viabilizando seu exercício pleno. Entretanto, a proteção integral é ônus não só do Estado como um todo, mas também da sociedade bem como da família na qual o menor está inserido.

O instituto do parto anônimo é causador de inúmeras discussões, uma vez que está diretamente relacionado com o direito de família, poder familiar, adoção e, consequentemente, com os direitos e garantias fundamentais resguardados pela CF/88, com atenção especial ao direito da criança de conhecer a sua ascendência genética. A Constituição Federal de 1988 reconhece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, prevista no artigo 1º, inciso III, da CF/88, e aos Direitos de personalidade, em conformidade com o Código Civil de 2002.

> "...] República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> **III** - a dignidade da pessoa humana." (BRASIL,1988)

A respeito do tema, pode ser destacado o artigo 11 do Código Civil Brasileiro, que diz: "Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária." (BRASIL, 2002)

Tal princípio tem como objetivo proteger todos os seres humanos em sua própria essência, o considerando como fundamento perante a sociedade o Estado. O direito fundamental da criança ao conhecimento de sua origem biológica refere-se ao direito do ser concebido de conhecer sua ascendência biológica, em decorrência da inviolabilidade de sua integridade moral, constituindo direito essencial e básico para o desenvolvimento da personalidade.

Diante desse cenário, em que a Constituição Federal de 1988 trouxe consigo um novo modelo, em que crianças e adolescentes passam a possuir proteção e prioridade absoluta, nota-se a grande importância do seio familiar no desenvolvimento e resguardo da criança, que também constitui um princípio constitucional à convivência familiar, visto que a família é considerada imprescindível para o crescimento e formação do menor. A personalidade jurídica é atribuída a toda pessoa, sendo intrínseca a própria condição humana, levando a direitos e deveres. Maria Helena Diniz (2012) esclarece que a personalidade não pode ser considerada um direito, mas sim, um bem da pessoa, onde dela semeiam direitos e deveres. Aduz, ainda, que:

> [...] é o primeiro bem da pessoa, que lhe pertence como primeira utilidade, para que ela possa ser o que é, para sobreviver e se adaptar às condições do ambiente em que se encontre, servindo-lhe de critério para aferir, adquirir e ordenar outros bens. (DINIZ, 2012, p. 134).

Com a chegada do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 os menores passam a ter uma proteção especial, sendo a efetivação dessas garantias uma obrigação da família e, também, do Estado.

O advento da referida lei trouxe consigo normas de proteção especialmente no que diz respeito aos direitos fundamentais da criança e do adolescente. É importante observar que o Estatuto da Criança e do Adolescente resguarda ao menor o direito de ser criado e educado pela sua família de origem e, excepcionalmente, em família substituta, conforme previsto no artigo 19 da referida lei:

> "É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral." (BRASIL, 1990)

Ressalta-se que o ECA reforça que a suspensão e a perda do poder familiar devem ser decretadas judicialmente, em conformidade com o artigo 24. Além do mais, o referido instituto jurídico oferece à criança, conforme o art. 23, que prevê que à falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

O direito ao conhecimento da origem biológica em nada se confunde com o direito de reivindicar a filiação, conforme esclarece Paulo Luiz Netto Lôbo (2004), autor do texto "Princípio jurídico da afetividade na filiação":

> "Toda pessoa tem direito fundamental, na espécie direito da personalidade, de vindicar sua origem biológica para que, identificando seus ascendentes genéticos, possa adotar medidas preventivas para preservação da saúde e, a fortiori, da vida. Esse direito é individual, personalíssimo não dependendo de ser inserido em relação de família para ser tutelado ou protegido. Uma coisa é vindicar a origem genética, outra a investigação da paternidade. A paternidade deriva do estado de filiação, independentemente da 26 origem (biológica ou não). [...]. Em suma, a identidade genética não se confunde com a identidade da filiação, tecida na complexidade das relações afetivas, que o ser humano constrói entre a liberdade e o desejo" (Lôbo, 2004, p.54).

Nesse sentido, o direito da criança de conhecer sua origem biológica possui proteção no ordenamento jurídico brasileiro, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código Civil, como intrínseco aos direitos de personalidade, bem como na Constituição Federal de 1988. Garantia de suma importância para o desenvolvimento do ser humano.

Conforme dito anteriormente, as propostas de implementação do parto anônimo no Brasil têm por objetivo garantir o anonimato total da genitora, o que ocasiona um confronto entre o instituto e os direitos fundamentais, quais sejam: a liberdade de escolha e a dignidade. A institucionalização destes projetos de lei traz consigo grandes obstáculos jurídicos no que tange sua regulamentação. É correto afirmar que o direito ao conhecimento da herança genética se impõe à garantia do anonimato, na medida em que contribui para o desenvolvimento da personalidade humana, com o objetivo de autopreservar a própria vida, além de evitar a ocorrência de doenças genéticas.

A possível implementação do parto anônimo, diminuiria consideravelmente os casos de aborto e abandono, contudo, e não pode ser descartada a possibilidade de ser de fato efetiva, contudo, não se pode ignorar as garantias que poderiam ser colocadas em risco. Quanto à Proteção Integral, é correto afirmar que há a presença de corresponsabilidade entre os pais e o Estado, tendo em vista que é dever de ambos garantir condições mínimas de existência ao menor, devendo ser aplicadas por meio de políticas públicas efetivas, garantindo ao filho o direito a ele inerente de nascer e crescer no seio de sua família biológica e, de forma excepcional, em família substituta.

Diante ao exposto, torna-se inquestionável a importância que deve se dar ao direito ao conhecimento da origem biológica, bem como sua preponderância em face do direito ao anonimato da genitora. Não existe hierarquia entre direitos fundamentais, porém, é necessário o uso da hermenêutica

jurídica para interpretação e ponderação no caso concreto, visto que o direito ao conhecimento da origem da linhagem genética associa-se à preservação da própria vida, não se tratando, portanto, de mera curiosidade ou interesse.

Ante ao exposto, conclui-se que o direito ao conhecimento da identidade biológica constitui uma ampliação do princípio da dignidade da pessoa humana, sendo tutelado, de forma prioritária, na jurisprudência brasileira. Sendo assim, no que diz respeito à institucionalização do parto anônimo há um longo caminho a ser percorrido pela legislação brasileira, visto que tanto a criança quanto a genitora merecem devido resguardo e amparo jurídico, tendo seus direitos protegidos.

4 METODOLOGIA

Levando-se em conta o atual cenário jurídico apresentado nas seções anteriores, este trabalho irá explorar o seguinte tema: **o parto anônimo frente a proteção dos direitos fundamentais da mulher e do nascituro** que terá como principal objetivo analisar os direitos fundamentais do nascituro com base na escolha da genitora pelo parto anônimo a fim de responder à questão: como proteger o nascituro e seus direitos fundamentais, frente a uma gravidez indesejada da mulher, garantindo a mãe a proteção estatal?

Para isso, esta pesquisa assumirá a vertente metodológica proposta por GUSTIN e DIAS em seu livro repensando a pesquisa jurídica. Em linhas gerais, pode ser entendido como:

> Toda opção metodológica supõe uma concepção provisória da realidade a ser conhecida. Três elementos de grande importância condicionam, em nossos dias, a escolha dos procedimentos científicos para a pesquisa a ser desenvolvida. O primeiro elemento é a ideia de que a realidade jurídica está condicionada pela trama das relações de natureza econômica, política, ética e ideológicas [...]. O segundo elemento constitui-se na necessidade de questionar os institutos já positivados no ordenamento jurídico nacional [...]. O terceiro elemento refere-se ao fato de que a escolha da metodologia significa a adoção de uma postura político-ideológica perante a realidade. (GUSTIN e DIAS, 2004, p. 19)

Assim, toda investigação científica pressupõe um conjunto de marcos doutrinários e procedimentos técnicos para o desenvolvimento da ciência. Portanto, a fim de realizar o percurso necessário da pesquisa, realizar-se-ão alguns apontamentos metodológicos básicos deste trabalho.

Dessa forma, a pesquisa terá como finalidade aplicada visto se tratar de um aspecto de natureza teórico-prática. Cabe, ainda, destacar que o objetivo teórico-metodológico é descritiva, isto porque, o assunto representa relevância moral, social e jurídica, pois, ajudará a esclarecer certas dúvidas e/ou pré-conceitos pré-existentes**.** Além, disso a abordagem da pesquisa será qualitativa.

E, por fim, o principal procedimento de coleta e análise de dados será pesquisa de fontes bibliográficas documental por meio de artigo além de pesquisas já realizadas pelos órgãos responsáveis como jurisprudências e doutrinas relacionadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar os direitos fundamentais dos nascituros com base na escolha da genitora pelo parto anônimo. Buscou-se demonstrar as limitações trazidas pelos institutos, de modo a elencar as determinações doutrinarias, legais e jurisprudenciais.

Por meio do contexto histórico, notou-se que os nascituros não eram uma prioridade para os pais na época. Os direitos e garantias da criança foram sendo estabelecidos através de uma longa trajetória, até que hoje pode-se considerar que possuem uma atenção especializada. Era permitido às genitoras abandonar seus filhos através da roda dos expostos, permitindo aos pais se esquivar da responsabilidade quebrando assim os laços familiares.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do adolescente em 1990 juntamente com o Projeto de Lei nº 2.747/2008 e Projeto de Lei nº 3.220/2008, se teve progresso feito na proteção de crianças e famílias. Através do paradigma da proteção holística, finalmente é possível reconhecer a criança como um ser personificado que necessita de ajuda especial.

Como foi explicado, o parto anônimo tem como proposito oferecer uma alternativa do abandono do nascituro. Parto anônimo é o direito que a genitora tem de não ser identificada e não ter qualquer responsabilidade civil ao entregar sua prole para quem realmente possa amparar todas as necessidades dessa criança, após o parto. A dignidade humana inclui diversos outros direitos, explícitos e implícitos, que devem ser resguardados de forma plena.

A propostas de implementação do parto anônimo no Brasil vieram com a garantia de anonimato total da genitora e para que a criança seja tratada com dignidade ao ser entrega ao Estado para que se encontre um lar digno. Sendo assim, a institucionalização da prática do Parto Anônimo trará benefícios à criança e à mulher, vez que, traz uma alternativa saudável para os traumas emocionais e risco de vida para a mãe, gerados pelo ato do aborto, bem como a possibilidade de um processo de adoção mais hábil visando o melhor interesse da criança, que será acolhida por uma família que irá cuidá-la e protegê-la.

O dever do Estado e da sociedade que nela vive não é de zelar pelo direito da mãe em detrimento do direito do filho de saber quem o trouxe ao mundo, razão pela qual, em vez de legalmente dar opção à mãe de simplesmente abrir mão e ficar com o seu filho, se deve primar pela continuidade da família e, apenas em últimos casos, depois de esgotado todas as opções melhores, para ambos os envolvidos vir a opção do parto anônimo permitindo que uma criança seja colocada para adoção porém sempre com acompanhamento da genitora até o momento em que o Estado tenha plenas condições de receber este recém-nascido e encontrar uma família adotiva para ele.

A adoção do parto anônimo em uma perspectiva da complexidade é ainda um desafio, toda via demonstra-se capaz de estabelecer uma nova maneira alternativa da genitora em dar à luz a uma criança através de uma reestruturação e conscientização na sociedade. O assunto tratado no presente artigo se coloca como ideal a ser pesquisado na busca por uma proteção bilateral, da genitora e do recém-nascido, sendo verdadeiramente eficaz e justa, que recepciona na interdisciplinaridade e individualidade das diversas relações sociais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE. Danielle Dantas Lins. Parto anônimo e princípio da afetividade. Dissertação de mestrado. Recife. 2011. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3845/1/arquivo2454_1.pdf. Acesso em 18 de novembro de 2022.

AMORIM. Ana Carolina; MEDEIROS. Cláudio Melquiades Medeiros; VOLTOLINI. Gabriela Cristine; GUIMARÃES. Gilson Sêmes; DIAS. Joana Garcia. Parto anônimo. 2011. Disponível em: http://vdisk.univille.edu.br/community/revista_rdu/get/Volume%201/3_AnaCarolina1.pdf. Acesso em: 12 de março de 2022.

BARUFI, Melissa Telles. Parto Anônimo: uma reflexão necessária. Instituto Brasileiro de Direito de Família. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/1604/Parto+An%C3%B4nimo%3A+uma+reflex%C3%A3o+necess%C3%A1ria. Acesso em: 15 de março de 2022.

BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de Lei nº 2.747/08. Cria mecanismos para coibir o abandono materno e dispõe sobre o instituto do parto anônimo e dá outras providências. Sérgio Barradas Carneiro. Brasília, DF, 09 abril 2008. Disponível em:https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=537107&filename=PL+2747/2008 . Acesso em: 22 de março de 2022

BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de Lei nº 3.220/08. Regula o direito ao parto anônimo e dá outras providências. Sérgio Barradas Carneiro. Brasília, DF, 09 abril 2008. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=552449&filename=PL+3220/2008. Acesso em: 20 de março de 2022

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.
BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990a.

CAMILO, Andryelle Vanessa; CARDIN, Valéria Silva Galdino. Do parto anônimo. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓSGRADUAÇÃO EM DIREITO, 19., 2010, Fortaleza-CE. [Anais...] Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010. p. 3337-3348. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3885.pdf Acesso em: 11 mar. 2020 38

DIAS, Mikaella Maria de Aguiar. O instituto do parto anônimo como obstáculo da concretização do direito ao conhecimento da origem biológica. Instituto Brasileiro de Direito de Família. Jus.com.br. 2021. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/89335/o-instituto-do-parto-anonimo-como-obstaculo-da-concretizacao-do-direito-ao-conhecimento-da-origem-biologica/3. Acesso em: 10 de abril de 2022.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: Teoria geral do Direito Civil. 24. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1.

FERREIRA, Nayara Beatriz Borges. Parto Anônimo e os Direitos Fundamentais.2010. Disponível em: https://www.oabuberaba.org.br/uploads/1/articlesfiles/artigo5.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2022.

FLORENZANO, Beatriz Picanço. Princípio do melhor interesse da criança: como definir a guarda dos filhos. Instituto Brasileiro de Direito de Família. 2021. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/1653/Princ%C3%ADpio+do+melhor+interesse+da+crian%C3%A7a%3A+como+definir+a+guarda+dos+filhos%3F. Acessado em: 01 de novembro de 2022.

FREITAS, Danielle Xavier. Princípio da Paternidade Responsável. Jus Brasil. 2014. Disponível em: https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/noticias/144731896/principio-da-paternidade-responsavel/amp. Acesso em: 11 de outubro de 2022.

FREITAS, Douglas Phillips. Parto anônimo. Instituto Brasileiro de Direito de Família. 2018. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/412/Parto+An%C3%B4nimo. Acesso em: 07 de maio de 2022

GUSTIN, Miracy Barbosa; DIAS, Maria Teresa. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

LENZI, Tié. Significado de Dignidade da pessoa humana. Significados. 2008. Licenciada em Direito e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade do Porto, Portugal. Disponível em: https://www.significados.com.br/dignidade-da-pessoa-humana/. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

LOBO, Paulo. Princípio jurídico da afetividade na filiação. Jus.com.br. 2000. Disponível em; https://jus.com.br/artigos/527/principio-juridico-da-afetividade-na-filiacao. Acesso em: 21 de outubro de 2022.

LOURENÇO, Lúcio Augusto Pimentel. Teoria Pura do Direito (segundo o pensamento de Hans Kelsen). JURISMAT. Portimão, 2017, n.º 10, pp. 49-70. Disponível em: https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/8139/1/Teoria%20Pura%20do%20Direito.pdf. Acesso em: 18 de novembro de 2022.

MOURA, Silvia Letícia Sousa; PAIVA, Francisca Juliana Castello Branco Evaristo. O Princípio da Liberdade e o Parto Anônimo no Brasil: Aspectos Jurídicos Perante o Direito de Família. Âmbito Jurídico. 2019. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/o-principio-da-liberdade-e-o-parto-anonimo-no-brasil-aspectos-juridicos-perante-o-direito-de-familia/. Acesso em: 12 de abril de 2022.

PENALVA, Luciana Da Dalto. Parto anônimo e direitos de personalidade. Revista IOB de Direito de Família, Porto Alegre, volume 9, nº. 52, página 87-99, março de 2009.

PENALVA, L. D. Parto anônimo e direitos de personalidade. IOB THOMSON, v. 9, n. 52, p.87-89, fev./mar, 2009.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Parto anônimo: uma janela para a vida. 2008. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/impressao.php?t=artigosn=359. Acesso em: 09 out. 2019.

ROCHA, Rogério. Uma apreciação crítica a respeito dos princípios da Liberdade e da Diferença na obra "Uma Teoria da Justiça" de John Rawls. Jus.xom.br. 2015. Disponível em: https://jus.com.br/amp/artigos/31069/uma-apreciacao-critica-a-respeito-dos-principios-da-liberdade-e-da-diferenca-na-obra-uma-teoria-da-justica-de-john-rawls. Acesso em: 28 de outubro de 2022.

SANTOS, Lorena Cristina do Nascimento. A evolução da mulher na sociedade. Hoje em dia, São Paulo, 03 de março de 2021. Disponível em: https://www.hojeemdia.com.br/opinião/opinião/a-evoluc-o-da-mulher-na-sociedade-1.827030. Acesso em: 20 de março de 2022.

SOARES, Andressa Pereira. Parto anônimo: princípio da afetividade e seus impactos no direito brasileiro. Conteúdo Jurídico. 2021. Disponível em: https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/57067/parto-annimo-princpio-da-afetividade-e-seus-impactos-no-direito-brasileiro. Acesso em: 04 de novembro de 2022.

STJ - REsp: XXXXX RJ XXXXX/XXXXX-7, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 24/03/2010, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 06/08/2010)

VARELLA, Drauzio. A QUESTÃO DO ABORTO | ARTIGO. Uol. 2021. Disponível em: https://drauziovarella.uol.com.br/mulher-2/a-questao-do-aborto-artigo/. Acessado em: 28 de novembro de 2022.

FACULDADE KENNEDY DE MINAS GERAIS

Camila Karen Romano Batista

Joyce Silva Faria

A APLICAÇÃO DO “PRINCÍPIO” *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE PRONÚNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

Belo Horizonte

2022

Camila Karen Romano Batista

Joyce Silva Faria

A APLICAÇÃO DO "PRINCÍPIO" *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE PRONÚNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

Trabalho de conclusão de curso apresentado à disciplina de TCC 2 do Curso de Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais.

Área de Concentração: Direito e Cidadania

Professor Orientador: Anderson Marques

Belo Horizonte

2022

FACULDADE KENNEDY DE MINAS GERAIS

Camila Karen Romano Batista

Joyce Silva Faria

A APLICAÇÃO DO "PRINCÍPIO" *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE PRONÚNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

Trabalho de conclusão de curso apresentado à disciplina de TCC 2 do Curso de Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais.

Aprovada em __/__ /____ pela banca constituída dos seguintes professores:

Prof.(a)

Prof.(a)

Prof.(a)

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2022.

Rua José Dias Vieira 46 – Rio Branco – Belo Horizonte, MG Telefone (31) 3408-2350

www.faculdadekennedy.com.br

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta pesquisa sobre os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do *in dubio pro societate* e do *in dubio pro reo* de modo a avaliar qual desses entendimentos deve prevalecer quando da sentença de pronúncia proferida no procedimento do Tribunal do Júri. Corriqueiramente, o *in dubio pro societate*, é utilizado como forma de solução da dúvida judicial quanto aos indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva, em total desacordo com a legislação vigente. Em verdade, manifestou-se um protagonismo judicial em detrimento de garantias constitucionalmente asseguradas flexibilizando-se princípios indispensáveis como o devido processo legal e a presunção de inocência para dar espaço a uma cultura inquisitória. *O in dubio pro societate* revelou-se contrário à ordem Constitucional ao passo que a presunção de inocência e o *in dubio pro reo* são princípios fundamentais norteadores do processo penal, sob os quais se alicerça o Estado Democrático de Direito. Mostrou-se, extremamente, necessário um maior controle da prestação jurisdicional, visto que, para uma expressiva parte do judiciário brasileiro, bem como, dos Tribunais Superiores, tornou-se comum afastar a presunção de inocência para dar superfície a um “não princípio” incompatível com os valores expressados na Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Presunção de inocência. Decisão de pronúncia. Controle da prestação jurisdicional. *In dubio pro societate*. *In dubio pro reo*. Tribunal do Júri.

ABSTRACT

This course conclusion work presents research on the doctrinal and jurisprudential positions about in dubio pro societate and in dubio pro reo in order to assess which of these understandings should prevail when the sentence is pronounced in the procedure of the Jury Court. Commonly, the in dubio pro societate is used as a way of resolving judicial doubts as to sufficient evidence of authorship and proof of the materiality of crimes, in total disagreement with current legislation. In fact, judicial protagonism was manifested to the detriment of constitutionally guaranteed guarantees, making indispensable principles more flexible, such as due process of law and the presumption of innocence to give space to an inquisitorial culture. The in dubio pro societate proved to be contrary to the Constitutional order, while the

presumption of innocence and the in dubio pro reo are fundamental guiding principles of criminal proceedings, on which the Democratic State of Law is based. Greater control of judicial provision has proved to be extremely necessary since for a significant part of the Brazilian judiciary as well as the Superior Courts, it has become common to rule out the presumption of innocence to give surface to a "non-principle" incompatible with the values expressed in the Constitution. Federal of 1988.

Keywords: Presumption of innocence. Pronunciation decision. Control of judicial provision. *In dubio pro societate*. *In dubio pro reo*. Jury court.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **7**

2 HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI **9**

2.1 O Tribunal do Júri No Mundo 10

2.2 O Tribunal do Júri No Brasil 11

2.3 Princípios Constitucionais do Júri 12

2.3.1 Soberania dos Veredictos 13

2.3.2 Plenitude de Defesa 13

2.3.3 Competência para Julgamento dos Crimes Dolosos Contra a Vida 14

2.3.4 Sigilo das Votações 15

3 PROCEDIMENTO DO JÚRI NO DIREITO BRASILEIRO **17**

3.1 A Absolvição Sumária 17

3.2 A Impronúncia 18

3.3 A Desclassificação 18

3.4 A Pronúncia 19

4 *IN DUBIO PRO REO* X *IN DUBIO PRO SOCIETATE* 21

4.1 Os Impactos Causados Pela Utilização do “Princípio” *In Dubio Pro Societate* 21

4.2 A Violação Aos Princípios Constitucionais Do Devido Processo Legal, Da Presunção De Inocência E De Tratados Internacionais 22

5 CONCLUSÃO **24**

REFERÊNCIAS **26**

1 INTRODUÇÃO

O *in dubio pro societate* ou *in dubio contra reum* é um brocardo jurídico advindo do latim, que significa “na dúvida, a favor da sociedade”. De natureza unicamente jurisprudencial, tal princípio, embora não possua fundamentos constitucionais ou legais, faz-se presente em tribunais de todo o Brasil. Quando na fase de pronúncia, o juiz sumariante em caso de dúvida em relação a autoria ou materialidade do delito, pronuncia denunciados “a favor da sociedade”, remetendo o processo ao Tribunal do Júri.

Sob outra perspectiva, tem-se o princípio *in dubio pro reo* que é um dos pilares do direito processual penal constitucional. Esse princípio se configura como uma das ferramentas utilizadas para garantir a efetivação da presunção de inocência, estabelecendo que, quando o juiz se encontrar em situação na qual existem dúvidas sobre a materialidade do crime ou autoria do réu, este deve declará-lo inocente, ou seja, na dúvida age-se em favor do réu.

Neste sentido, entende-se que, em certa medida, o *in dubio pro societate*, em verdade, trata-se de violação expressa ao que deveria ser o sistema acusatório adotado pelo Código de Processo Penal brasileiro, afastando princípios constitucionalmente protegidos como a presunção de inocência e o *in dubio pro reo*, em total dissenso aos preceitos nos quais se fundam o Estado Democrático de Direito, acarretando em insanáveis prejuízos à defesa do acusado. A mais disso, a aplicação de tal invencionismo doutrinário e jurisprudencial viola a própria jurisdição, entendida como direito fundamental, pois permite a flexibilização de princípios indispensáveis como a indeclinabilidade da jurisdição e o devido processo legal. Neste cenário, o presente projeto pretende responder a seguinte pergunta: qual a contribuição do punitivismo estatal e social para a relativização do devido processo legal e do direito penal constitucional na aplicação do *in dubio pro societate*?

Em face da celeuma criada, não se pode desconsiderar a necessidade de que o processo penal acolha um eficaz e rígido sistema de controle para reduzir o espaço para prolação de decisões discricionárias. Não se trata aqui de uma condenação antecipada ou de se receber uma decisão de pronúncia sem motivação, mas sim de analisar os requisitos legais em juízo de probabilidade. Ainda que não se chegue a

uma resposta conclusiva a toda problemática, discutir sobre o assunto é fundamental, pois a racionalização do ato decisório pavimenta o caminho para a humanização do processo penal brasileiro.

2 HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

O objetivo epistemológico escolhido no presente trabalho de conclusão de curso propõe-se a realizar análises prospectivas dos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do *in dubio pro societate* e do *in dubio pro reo* de modo a avaliar qual desses entendimentos deve prevalecer no procedimento do Tribunal do Júri.

Por esse motivo, coloca-se como de extrema relevância investigar as bases e a história do Tribunal do Júri não apenas no Brasil, expandindo-se a investigação para o âmbito mundial com o objetivo de descobrir as bases de criação e a propagação do instituto.

O caminho histórico escolhido perpassa o Direito Romano e a submissão de pessoas ao julgamento de seus pares até o embrião do colegiado popular que surgiu por meio da Carta Magna inglesa de 1215, do Rei João Sem Terra (DIAS, 2016).

No Brasil, o Júri surge por meio de ato normativo infraconstitucional até desaguar nas bases constitucionais do século XX, para então, com o advento da Carta política de 1988 com a proposta de romper com o Estado de exceção, transformar-se em garantia do indivíduo, protegido e guiado por princípios constitucionais basilares, estrategicamente estruturado em procedimento específico bifásico.

Apesar das críticas doutrinárias sofridas pelo instituto do Tribunal do Júri, não se pode negar que tem como finalidade a busca pelo respeito aos direitos fundamentais, enquanto valores indissociáveis do Estado Democrático de Direito.

Tais ponderações, elaboradas com o intuito de guiar a leitura pelos conceitos que serão abordados, dentro da perspectiva garantista do devido processo penal ora defendida, demonstram a necessidade de esclarecer que o benefício a favor da sociedade em caso de dúvida se choca com um princípio dos mais relevantes em um Estado Democrático de Direito, qual seja, o benefício a favor do réu, que deve ser obedecido por ser um princípio constitucional que protege a todos contra ideias autoritárias e inquisitórias e contra arbítrios por parte do Estado.

2.1 O Tribunal do Júri no mundo

Em que pese não haver um consenso doutrinário sobre o assunto em seu panorama mundial, é indispensável estudar o Tribunal do Júri desde sua origem até os tempos atuais.

Civilizações antigas como os *judicesjurati* dos romanos, os *dikastas* gregos e os centeni comitês dos germanos, experimentaram julgamentos realizados por pessoas comuns do povo (NICOLITT, 2019). Todavia, importante ressaltar que o Tribunal do Júri como conhecemos atualmente não se assemelha diretamente com o júri na concepção antiga, não se podendo afirmar a existência de traços de hereditariedade histórica, como bem apontado por Paulo Rangel (2018). Em linhas gerais significa dizer que o júri inglês proveniente da Magna Carta de 1215, não teve inspiração no modelo utilizado por gregos e romanos.

Alguns autores como Rogério Lauria Tucci analisam a origem do Tribunal do Júri nas mais antigas fontes:

> [...] há quem afirme, com respeitáveis argumentos, que os mais remotos antecedentes do Tribunal do Júri se encontram na lei mosaica, nos dikastas, na Hilieia (Tribunal dito popular) ou no Areópago gregos; nos centeni comitês, dos primitivos germanos; ou, ainda, em solo britânico, de onde passou para os Estados Unidos e, depois, de ambos para os continentes europeus e americanos (TUCCI, 1999, p.12).

Entende-se que foi em solo britânico que o Tribunal do Júri firmou seus primeiros traços de forma mais definitiva e mais próxima do modelo que conhecemos hoje em dia (BARBOSA, 1950). Nota-se que o Tribunal do Júri não nasceu especificamente na Inglaterra, já que desde os primórdios das civilizações mais antigas já existiam traços de julgamentos feitos por seus pares, todavia importante perceber que foi com base no sistema inglês que o Tribunal do Júri brasileiro teve seu início. Neste sentido, corrobora Paulo Thiago Fernandes Dias:

> [...] Realmente, enquanto método de submissão de pessoas a julgamento por seus pares, o júri existe desde os primórdios das relações humanas. Todavia, como “verdadeira instituição jurídica, política e social” e próximo ao modelo concebido atualmente no Brasil, há que se dar razão aos autores que veem na Magna Carta Inglesa de 1215, o surgimento do Tribunal do Júri (DIAS, 2021, p.35).

Na carta inglesa de 1215 constava que “Nenhum homem livre será preso ou despojado ou colocado fora da lei ou exilado, e não se lhe fará nenhum mal, a não ser em virtude de um julgamento legal dos seus pares” (MELO, 2021). Com a edição da Magna Carta, iniciou-se na Europa uma gradativa expansão do Júri em países como França, Portugal, Rússia, Grécia, Romênia, Espanha, Suíça e Suécia. Mas apenas depois da Revolução Francesa, em 1789, o Tribunal do Júri disseminou-se por toda a Europa. Em que pese a grande influência inglesa, cada um desses países tinham seus próprios modelos de organização e procedimentos utilizados, com características próprias e convenientes segundo suas legislações pátrias, o que justifica a diferença do seu procedimento entre os países do mundo (RANGEL, 2018). Nesse sentido, segundo os ensinamentos de Paulo César da Silva Melo:

> [...] Em 1137 na França, surge o tribunal de assises de Luís, o Gordo ou Rei de Saint-Denis, séculos depois, após a Revolução Francesa (1789), criou-se o júri clássico conhecido hodiernamente como a Cort D'Assise, pois o Tribunal do Júri francês é baseado no escabinato, que é a presença mista de juízes leigos e togados para julgar o réu (MELO, 2021).

No continente americano, o Júri surgiu a partir de colônias inglesas muito antes de se tornarem independentes, o que influenciou a disseminação do Júri popular no território conhecido atualmente como Estados Unidos da América.

Sobre o Tribunal do Júri nos Estados Unidos dispõe Paulo Rangel:

> [...] A característica mais marcante do sistema processual nos EUA é o processamento de causas cíveis e penais perante o Tribunal do Júri. Os juízes togados exercem a função de direção dos debates, moderação dos interrogatórios e a decisão das questões de direito, presidindo a seção na função de guardião dos direitos consagrados nas emendas constitucionais norte-americanas, pois o princípio acusatório puro rege o processo penal nos EUA, cabendo ao Ministério Público, exclusivamente, o ônus da prova de que existem indícios de criminalidade contra o acusado em igualdade de condições perante a defesa técnica. No processo penal americano, o Ministério Público (prosecutor) tem papel preponderante, pois o júri, onde atua, é uma das garantias do Due Process of Law (RANGEL, 2018, p.16).

2.2 O Tribunal do Júri no Brasil

Após percorrer os aspectos gerais do instituto do Tribunal do Júri no mundo, indispensável se torna discorrer em ordem cronológica sobre a instalação do Júri no Brasil desde influências inglesas na corte Portuguesa que veio para a colônia até o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que consagrou o Tribunal do Povo em conjunto com os princípios da plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida, assertivamente incluído pelo legislador constituinte no rol de direitos e garantias fundamentais da nossa *Lex Major*.

Em território nacional, a Lei de 18 de junho de 1822 (ato normativo infraconstitucional), conferiu ao Júri a competência para julgamento de crimes contra a honra praticados pela imprensa (RANGEL, 2013). Contudo, apenas com o advento da Constituição Imperial de 1824 é que o Júri ganhou status de órgão constitucional estendendo-se a competência para o julgamento de causas cíveis e criminais, aproximando-se do sistema misto concebido na Inglaterra e na França (DIAS, 2016).

O sistema do Júri ao longo dos anos foi passando por alterações à medida que o período político do Brasil mudava. A Constituição polaca de 1934 foi responsável por considerável regresso que foi o start inicial para a supressão que culminou na completa retirada da instituição do texto constitucional em 1937, em que pese ainda existisse na prática, embora sem soberania (NUCCI, 2013).

A volta dos pilares do Júri ocorreu em 1946 no período seguinte à Segunda Guerra Mundial quando Vargas sai do poder e a nova Carta Constitucional é promulgada no Brasil, entretanto, tal período durou menos de 20 anos e foi marcado por várias turbulências, quando em 1964 ocorreu o Golpe Militar instituindo novamente o regime ditatorial no país, que passou a ser administrado por meio de atos institucionais, limitando e privando o cidadão das garantias constitucionais. Tais garantias só retornaram com o fim do regime militar e a edição da Constituição de 1988 fruto da Assembleia Constituinte, acabando com o Estado de exceção, e estabelecendo a democracia como forma de governo (DIAS, 2021).

2.3 Princípios constitucionais do júri

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na locução do seu artigo 5º, inciso XXXVIII, reconhece a instituição do Júri, ficando a cargo do legislador infraconstitucional estabelecer normas referentes à organização e estruturação deste Tribunal.

Inseridos no Título que dispõe sobre Direitos e Garantias Individuais, o legislador constitucional tornou essa instituição como parte integrante das denominadas cláusulas pétreas, ressaltando assim, a sua importância e inibindo qualquer tentativa de supressão.

O Tribunal do Júri deve ocorrer respeitando os princípios constitucionais, quais sejam, a soberania dos veredictos, plenitude de defesa, competência para julgar crimes dolosos contra a vida e sigilo das votações.

2.3.1 Soberania dos Veredictos

O princípio da soberania dos veredictos, com dicção no artigo 5º, inciso XXXVIII, “c” da Constituição Federal, assegura a impossibilidade de um tribunal formado por juízes togados modificar, no mérito, a decisão proferida pelo Conselho de Sentença.

No entanto, a soberania dos veredictos dos jurados, não exclui a recorribilidade de suas decisões, sendo assegurado, se cassada a decisão recorrida, a devolução dos autos ao Tribunal do Júri para que seja proferido um novo julgamento (MIRABETE, 2005).

O Código de Processo Penal, em seu artigo 593, relata as possibilidades de apelação e especifica em quais ocasiões é possível recorrer de uma sentença do Tribunal do Júri:

> “Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...]
>
> III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:
>
> a) ocorrer nulidade posterior à pronúncia;
>
> b) for à sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados;
>
> c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança;
>
> d) for à decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos. [...]”.

A soberania dos veredictos, embora prevista constitucionalmente, ostenta valor meramente relativo, pois as decisões emanadas do Conselho de Sentença não se revestem de intangibilidade, uma vez que não faria o menor sentido se ao Tribunal do Júri fosse conferido poder absoluto e irrestrito para decidir de forma arbitrária e apartada da legalidade, sendo inadmissível que esta se transforme em arma contra o acusado.

2.3.2 Plenitude de Defesa

O princípio da plenitude de defesa, previsto no artigo 5º, XXXVIII, “a” da Constituição Federal de 1988, contempla uma defesa plena, completa, se possível

perfeita, para garantir que todos os meios possíveis sejam utilizados em benefício do réu, sendo uma garantia específica do Tribunal do Júri.

Segundo Renato Brasileiro de Lima (2016), embora haja posicionamento contrário de outros autores, a plenitude de defesa implica no exercício da defesa em grau muito maior que a ampla defesa, que é assegurada a todos os acusados, compreendendo a plenitude de defesa técnica, onde o advogado pode atuar de maneira que não seja exclusivamente técnica, utilizando argumentos extrajurídicos, como razões de ordem social, moral, emocional, entre outras; e a plenitude da autodefesa, onde o acusado tem o direito de apresentar sua própria tese no interrogatório, podendo relatar aos jurados o que for mais convincente aos seus interesses, sendo o juiz-presidente obrigado a incluir entre os quesitos a tese pessoal do acusado, mesmo que divergente com a do defensor, sob pena de nulidade absoluta por violação à plenitude de defesa.

Dessa forma, o réu terá uma defesa mais ampla, pois no desfecho do Tribunal do Júri, não é o juiz quem faz o julgamento, mas sim a sociedade, sendo o foco da defesa o convencimento dos jurados, utilizando o que for necessário para tal, resultando assim na condenação ou absolvição do réu.

2.3.3 Competência para julgamento dos Crimes Dolosos Contra a Vida

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXVIII, “d”, concedeu ao Tribunal do Júri a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, em sua forma consumada e tentada. Insere-se os crimes de homicídio doloso, simples, privilegiado ou qualificado (art. 121, §§ 1º e 2º do CP); Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio (art. 122 do CP); Infanticídio (art. 123, do CP); Aborto provocado pela gestante, ou com seu consentimento (art. 124, do CP), ou por terceiros (arts. 125 e 126 do CP).

O legislador fixou a competência mínima para o júri, mas não há impedimentos para ampliação desse rol para abarcar outros crimes conexos e continentes com os crimes dolosos contra a vida, salvo se eleitorais ou militares. Seguindo esse entendimento Guilherme Nucci (1999) aduz que a Constituição Federal assegura à instituição do júri a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida,

garantindo uma competência mínima, o que não significa, a impossibilidade de ampliação dos casos para abranger outras espécies de delitos, conforme doutrina majoritária.

A razão para que seja determinada essa competência mínima se deve ao fato de que em outros países, sempre que essa competência não restou expressa e claramente declarada nas Constituições, a tendência sempre foi reduzir, gradativamente, a participação do júri no sistema judiciário, de modo a conduzi-lo a um papel decorativo, conforme assevera Guilherme de Souza Nucci (1999).

Para Lênio Streck (1994), um dos ardorosos defensores de que o Tribunal do júri deve julgar outros crimes, além dos dolosos contra a vida, afirma não haver óbice no sentido de o legislador incluir no campo de sua abrangência, outros crimes, uma vez que a instituição do Júri representa importante mecanismo de participação popular.

2.3.4 Sigilo das Votações

O princípio do sigilo das votações, previsto no artigo 5º inciso XXXVIII, “b” da Constituição Federal de 1988, visa garantir que o jurado expresse seu voto com tranquilidade e sem pressão externa, decidindo com a sua convicção sobre o caso, de forma justa e imparcial, por isso, a votação é feita em sala especial.

Na sala especial, as votações acontecem com publicidade restrita, não sendo permitida a presença de público externo, nem a do próprio acusado, estando presentes o juiz, os jurados, o órgão do Ministério Público e o advogado de defesa.

Antes da reforma processual de 2008, o sigilo do voto dos jurados era prejudicado em caso de votação unânime, após a implementação da Lei 11.689/2008, que deu redação ao artigo 483, § 1º do Código de Processo Penal, a resposta negativa de mais de 3 jurados aos quesitos referentes a participação, autoria ou materialidade do fato, encerra a votação e implicará a absolvição do acusado, sem a necessidade de colheita de mais votos.

Para assegurar que se satisfaça o sigilo, é correto que o juiz se previna para suspender a divulgação dos demais votos assim que o quarto voto idêntico for

demonstrado, pois sendo apenas sete jurados, não há possibilidades de mudança de resultado após o quarto voto igual.

Tourinho Filho (2002) defendendo tal entendimento, discorre que a Constituição Federal não fala em soberania na votação, mas sim soberania das votações, sendo necessário apenas a decisão por maioria e não por unanimidade.

3 PROCEDIMENTO DO JÚRI NO DIREITO BRASILEIRO

O procedimento do júri é claramente dividido em duas fases, sendo a primeira chamada de *judicium accusationis* ou sumário de culpa, a qual se refere à instrução preliminar do júri, e a segunda chamada de *judicium causae* ou juízo da causa, referente ao julgamento em plenário.

A primeira fase, chamada de instrução preliminar, se inicia com o oferecimento da denúncia ou queixa e tem como principal objetivo evitar que causas inúteis, ilegítimas ou desprovidas de justa causa sejam levadas a julgamento em plenário (DIAS, 2018). Após o recebimento da peça acusatória, o juiz determina a citação do réu para apresentar sua defesa técnica elaborada por advogado ou defensor. Essa é a

primeira oportunidade do acusado de se manifestar no processo, podendo arguir preliminares e alegar tudo que interessa a sua defesa.

Conforme determina o Código de Processo Penal nos artigos 409 e 410, após a apresentação da defesa, o juiz ouvirá o Ministério Público ou o querelante, determinando em seguida a inquirição das testemunhas e a realização de diligências requeridas pelas partes no prazo máximo de 10 dias. As provas serão produzidas em uma única audiência.

Na audiência de instrução, serão tomadas as declarações do ofendido, se possível inquiridas as testemunhas de acusação e defesa, os esclarecimentos dos peritos, as acareações, o reconhecimento de pessoas e coisas, o interrogatório do acusado e os debates (CAPEZ, 2014).

Ao fim dos debates, o juiz poderá proferir 4 tipos de decisões que encerram a primeira fase e determinam se o processo prossegue ou não para a segunda fase, sendo estas: absolvição sumária, impronúncia, desclassificação e pronúncia.

3.1 A absolvição sumária

A absolvição sumária, expressa no artigo 415 do Código de Processo Penal, ocorre quando o juiz de forma fundamentada absolve o acusado, colocando fim ao processo. Para isso, é necessário que se cumpra alguma das seguintes hipóteses: provada a inexistência do fato; provado não ser ele o autor ou partícipe do fato; o fato não constituir infração penal; demonstrada causa de isenção de pena ou exclusão do crime.

Segundo Aury Lopes Junior (2016), diferente do que ocorre na impronúncia, onde o juiz não está convencido quanto à materialidade do fato ou existência de indícios de autoria ou participação, na decisão de absolvição sumária é necessário o pleno convencimento por meio de prova.

Havendo conexão de crimes, caso o crime de competência do Tribunal do Júri seja absolvido sumariamente, será feito o encaminhamento do outro delito para julgamento perante o juízo competente (DIAS, 2018).

3.2 A impronúncia

A decisão de impronúncia será aplicada nos casos em que o juiz não estiver convencido da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, conforme artigo 414 do Código de Processo Penal. No entanto, tal decisão não significa que o réu esteja “absolvido”, uma vez que, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova.

Neste sentido, Aury Lopes Júnior (2016) e Nucci (2014) realizam críticas semelhantes, por entender que a decisão de impronúncia gera um estado de pendência, por não apresentar uma solução para o processo, violando a presunção da inocência e o in dubio pro reo, sendo o correto neste caso, a aplicação da decisão de absolvição, já que não há provas suficientes para autorizar a pronúncia.

3.3 A desclassificação

A desclassificação é uma decisão que diz respeito à descaracterização do crime doloso contra a vida para um crime mais ou menos grave, conforme artigo 418 do Código de Processo Penal. Ela pode ocorrer tanto na fase de *judicium accusationis*, quanto na fase do juízo da causa, dividindo-se em própria e imprópria.

A desclassificação própria ocorre quando o juiz, convencido de que a situação narrada não se enquadra na competência do Tribunal do Júri, remete os autos para o juízo competente, não adentrando no mérito do caso, modificando apenas a competência. Já a desclassificação imprópria dá uma nova definição jurídica ao fato, permanecendo este na competência do Tribunal do Júri, sendo o acusado pronunciado.

É possível que ocorra a desclassificação na segunda fase do Tribunal do Júri, a depender dos votos dos jurados, como ocorre caso o delito seja considerado culposo, haverá a desclassificação própria, uma vez que este tribunal é competente para julgar apenas crimes dolosos contra a vida.

Portanto, a desclassificação é uma decisão interlocutória simples, que tem a prerrogativa de modificar a competência do juízo, não analisando o mérito da causa e não encerrando a relação processual (TORRES, 2018).

3.4 A pronúncia

A pronúncia trata-se da decisão que põe fim à fase de *judicium accusationis* e dá início ao *judicium causae*, submetendo o acusado a julgamento perante o Tribunal do Júri.

O artigo 413 do Código de Processo Penal estabelece que o juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou participação.

A fundamentação será limitada a indicar os requisitos da pronúncia, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado, especificar as circunstâncias qualificadoras, as causas de aumento de pena e se o crime foi na forma tentada ou consumada, não contendo quaisquer outras causas de diminuição de pena, tampouco, mencionar agravantes ou atenuantes genéricas.

A materialidade do fato, primeiro requisito da decisão de pronúncia, já tem entendimento pacífico da doutrina no sentido de não se admitir pronúncia baseada em mero achismo, necessitando de provas claras sobre a existência do crime. Segundo Lima, na própria redação do artigo 413 do CPP, está expresso que o juiz deve estar convencido, carecendo, portanto, de um juízo de certeza.

O segundo requisito da decisão de pronúncia, indícios suficientes de autoria ou participação, tem respaldo no que explica Badaró no sentido de que não se exige que haja certeza de autoria, bastará a existência de elementos de convicção que permitam ao juiz concluir, com bom grau de probabilidade, que o acusado foi o autor do delito.

Outrossim, Lima (2017) se posiciona ao dizer que basta que conste dos autos elementos informativos ou de prova que permitam afirmar, no momento da decisão, a existência de indícios suficientes, isto é, a probabilidade de autoria.

O artigo 413 do Código de Processo Penal, ao apresentar os requisitos indispensáveis para que haja pronúncia, faz com que surja uma indagação sobre qual

decisão deve ser tomada em caso de ausência desses requisitos. Neste sentido, surge o princípio do *in dubio pro societate*, que traz a ideia de que mesmo não estando convicto da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou participação, favoreça-se à sociedade, ou seja, o juiz ao pronunciar invoca este princípio como fundamentação, mandando o acusado a julgamento perante o Conselho de Sentença.

IN DUBIO PRO REO X IN DUBIO PRO SOCIETATE

Chegamos em um momento em que é muito mais cômodo usar o *in dubio pro societate* e submeter a decisão ao plenário do júri do que analisar a fundo a existência ou não de autoria e materialidade, embora boa parte dos magistrados já se envergonhe de tal proceder. Na doutrina, tal posicionamento também já fora tão repetido que se tornou uma verdade absoluta e consequentemente os magistrados aplicam tal posicionamento em suas decisões criando-se um ciclo interminável, sem nem mesmo refletir se aquele posicionamento está certo, e em quais situações deve ele ser aplicado.

Conforme assevera James Tubenchlak (1997), “na prática, noventa por cento das decisões consistem em pronúncia, não só pela facilidade técnica de sua prolação, como pelo receio dos Juízes de subtraírem ao Juiz natural – o Tribunal do Júri – o julgamento da lide”

Em contrapartida, o princípio constitucional da presunção de inocência está diretamente relacionado ao princípio que consagra a prevalência de interesse do réu, diante da vulnerabilidade em que se encontra se comparado ao Estado, qual seja, o *in dubio pro reo*. Se a própria Carta Constitucional prevê o critério a ser utilizado para a resolução de dúvidas no processo penal, devendo prevalecer a presunção de inocência, aplicando-se o *in dubio pro reo*, a aplicação do *in dubio pro societate* não é razoável pois não encontra amparo Constitucional como aquele.

O brilhante doutrinador pátrio Aury Lopes Júnior (2016), entende o *in dubio pro societate* como não recepcionado pela Constituição Federal. Com isso, não se poderia utilizá-lo, juntamente à soberania dos veredictos, para negar a presunção de inocência, princípio este basilar do Direito Processual Penal.

4.1 Os impactos causados pela utilização do “princípio” *in dubio pro societate*

Conforme assevera Bobbio (2004), a suposta proteção social alegada por aqueles que defendem o *in dubio pro societate* tanto no rito comum como nos que envolvem crime doloso contra a vida, causaria se fosse legítima, um caos social sem precedentes ao permitir condenações injustas, contradições com o próprio propósito da Constituição Federal Brasileira, que prega tanto as garantias fundamentais da integridade física e do julgamento justo.

Paulo Dias (2018) leciona “[...] A decisão de pronúncia é garantidora do grau de civilidade da sociedade, da democraticidade, da liberdade, da dignidade, do respeito aos acusados e do devido processo penal constitucional e convencional.” As consequências deste “princípio” resultam no descumprimento do plano jurídico vigente, e na falência do devido processo legal, legitimando a vingança e encorajando comportamentos transgressores.

O acusado não pode se tornar mero objeto nas mãos do Estado numa tentativa de “consertar” o processo a todo custo de falhas e vícios que se iniciaram lá atrás na fase de inquérito. Não se pode permitir que o encargo de provar a fragilidade da pretensão acusatória seja transferido ao Conselho de Sentença por meio da sentença de pronúncia sem que hajam indícios suficientes de autoria e prova da materialidade, devendo este atuar somente quando for indispensável, senão estaremos fadados a ignorar a existência do retratado nos livros, na Constituição da República e nas Convenções Internacionais sobre direitos humanos, permitindo irreparável retrocesso.

4.2 A violação aos princípios constitucionais do devido processo legal, da presunção de inocência e de tratados internacionais

Ao devido processo legal, incumbe a árdua tarefa de estruturar todo o processo. Ele existe por um motivo bem simples: evitar que arbitrariedades cometidas ao longo da história protagonistas nos regimes totalitários existentes em escala mundial, voltem a ser legitimadas.

O respeito ao devido processo legal encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, mais precisamente no art. 5º, LIV, consubstanciado na máxima “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

Desta feita, resta claro que a aplicação do fantasioso *in dubio pro societate*, inegavelmente viola o devido processo legal, desrespeitando as formalidades previamente estabelecidas, sem qualquer previsão legal que o lastreie, bem como desrespeita os direitos e garantias fundamentais do acusado.

Verifica-se, que a ofensa ao devido processo legal, ou a inobservância de quaisquer dos princípios que o compõe, resulta, como assevera Antônio Alberto Machado, em nulidade absoluta do processo, por violação direta à legitimidade de todo o sistema processual penal, fundamentada e assegurada pelo princípio violado (MACHADO, 2014). Ao aplicá-lo na decisão de pronúncia, a jurisprudência pátria permite a inversão da lógica processual penal insculpida na Constituição Federal de 1988, na medida que permite o afastamento do estado de inocência para conferir destaque à presunção de culpabilidade.

Assim como fez com o devido processo legal, a Constituição Federal de 1988 inseriu e consagrou no artigo 5º, inciso LVII, a presunção de inocência: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Tal princípio é uma limitação ao poder de punir do Estado-Juiz e não uma garantia de impunidade como uma parcela significativa das pessoas acreditam, flertando a Constituição da República com o garantismo penal e os preceitos fundamentais.

Nesse sentido, Cesare Beccaria (2014) já defendia a tese de que nenhum homem pode ser considerado culpado sem que exista prévia sentença emanada por um magistrado que lhe atribua tal condição, chamando atenção para o fato de que “apenas o direito da força pode, portanto, dar autoridade a um juiz para infligir uma pena a um cidadão quando ainda se está em dúvida se ele é inocente ou culpado.”

Noutro giro, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 em seu artigo 9º consagrou em âmbito mundial a presunção de inocência, assim como fizeram outros regramentos do direito internacional como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada em 1948 pela ONU, bem como a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Resta claro e cristalino que havendo dúvida acerca do fato ou autoria, faz-se mister aplicar o *in dubio pro reo*, não havendo espaço para outro critério de resolução de dúvidas e incertezas, menos ainda quando o método utilizado não está amparado por qualquer previsão legal, sendo utilizado em desacordo e em total descaso às garantias fundamentais basilares do sistema jurídico ora vigente.

5 CONCLUSÃO

Por todo o exposto, conclui-se que o *in dubio pro societate*, trata-se de uma falácia e de uma manobra jurídica repetida incansavelmente por parte da doutrina e pela jurisprudência, que não se coaduna com os ditames constitucionais, ora utilizada como prática forense com o fim de afastar do acusado direitos e garantias fundamentais que não podem ser dispostas a bel prazer dos magistrados mascarando, por conseguinte a fragilidade acusatória. Necessário se faz demonstrar que o juiz se debruçou sobre o processo e sobre as provas, a fim de decidir sobre o mérito do processo.

Em análise histórica do instituto do Tribunal do Júri, viu-se que ele nasce com instintos democráticos que inspiraram o julgamento por seus pares, indivíduos integrantes de uma mesma sociedade nas mais diversas décadas, e que sofreu anseios autoritários e inquisitórios que permanecem até os dias de hoje.

Consagrado pela Constituição Federal de 1988, o Tribunal do Júri foi criado e inserido no rol de garantias fundamentais do indivíduo, nascendo a celeuma criada com a relativização da legislação que serve de escora para aplicação da presunção de inocência e do *in dubio pro reo*, para admitir que sejam aplicados procedimentos incompatíveis com própria natureza jurídica da instituição. Ao defender que a dúvida seja dirimida em favor da sociedade, e que as incertezas da acusação sejam aplicadas contra o réu, estamos diante do *in dubio contra reum*, protagonista nos regimes totalitários.

Cumpre frisar que a finalidade da instrução no procedimento do Tribunal do Júri é, em verdade, evitar o julgamento de réus provavelmente inocentes pelo Conselho de Sentença, diante do julgamento pela íntima convicção dos jurados, dispensados de fundamentação, e para que isso possa acontecer, o procedimento é dividido em duas fases com o objetivo de filtrar e evitar que acusações desprovidas do devido lastro

probatório cheguem aos jurados. Se confiar ao Conselho de Sentença a atribuição de dirimir dúvidas, para além de julgar a causa como um todo fosse o objetivo do procedimento, desnecessário seria dividi-lo em duas fases.

O descaso e o aconchego de pronunciar o acusado aplicando o brocardo *in dubio pro societate*, é retroceder ao modelo punitivista do processo inquisitorial e tal decisão não se encaixa com os ditames constitucionais, devendo nos casos em que haja dúvida sobre a autoria do crime, obrigatoriamente serem aplicados os princípios da presunção de inocência e do *in dubio pro reo*, impondo-se a impronúncia do acusado.

Se inexiste previsão constitucional, conjugado com a afronta deste instituto frente ao princípio da presunção de inocência do *in dubio pro reo*, utilizar o *in dubio pro societate* é reviver a cena persecutória dos mais injustos julgamentos. Dessa forma, existindo dúvida razoável por parte do julgador, obrigatoriamente, deve-se aplicar o princípio da presunção de inocência e comsequentemente a impronúncia do acusado.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Ônus da prova no processo pena**l. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

BARBOSA, Ruy. **Origem e desenvolvimento da instituição**. In: LYRA FILHO, Roberto; DA SILVA, Mario Cesar. **O júri sob todos os aspectos: textos de Ruy**

Barbosa sobre a teoria e a prática de instituição. Rio de Janeiro: Ed. Nacional de Direito, 1950.

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos Delitos e Das Penas**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DIAS, Paulo Thiago Fernandes. **A adoção do adágio do in dubio pro societate na decisão de pronúncia: (in)constitucionalidade e (in)convencionalidade**. 2016. Tese (Mestrado em Ciências Criminais) - Programa de Pós Graduação em Direito - PPGD, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DIAS, Paulo Thiago Fernandes. **A decisão de pronúncia baseada no in dubio pro societate**. 2 ed. Florianópolis. Emais Editora. 2021.

DIAS, Paulo Thiago Fernandes. **A decisão de pronúncia baseada no in dubio pro societate**. Florianópolis: Emais Editora. 2018.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal: volume único**. 4ª edição. Salvador. Editora JusPodivim, 2016.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal: volume único I** - 5. ed. salvador: JusPodivm, 2017.

LOPES JR, Aury. **Direito processual penal** – 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MACHADO, Antônio Alberto. **Curso de processo penal**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MELO, Paulo César da Silva. **Origem do Tribunal do Júri**. Jus.com.br. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/88982/origem-do-tribunal-do-juri. Acesso em: 12/10/2022.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Processo Penal**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NICOLITT, André. **Manual de Processo Penal**. Belo Horizonte: Editora D´Plácido, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. São Paulo. Editora Juarez de Oliveira, 1999.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 11 ed. Rio De Janeiro: Forense, 2014.

RANGEL, Paulo. **Tribunal do júri: visão linguística, histórica, social e jurídica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018. E-book.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

STRECK, Lênio. **Tribunal do júri: símbolos e rituais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 24 ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2002.

TORRES, Antonio Eugênio Margarinos. **Processo Penal do Júri no Brasil**. São Paulo: Quorum, 2008.

TUBENCHLAK, James. **Tribunal do júri: contradições e soluções**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

TUCCI, Rogério Lauria (Coord.). **Tribunal do Júri: origem, evolução, características e perspectivas. In: Tribunal do Júri: estudos sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

Fatores Desencadeadores Do Estresse Ocupacional No Enfermeiro Que Atua Com Pacientes Críticos

Factors That Trigger Occupational Stress In Nurses Who Work With Critically Ill Patients

Anna Augusta da Silva Faria[1]

Carlos Alberto dos Santos[2]

Gabriela Luize Guimarães Sanches[3]

Rosiney Magalhães Rosa[4]

RESUMO: A atividade ocupacional do enfermeiro está entre o quarto lugar das profissões mais estressantes, devido a rotina do serviço e dos quadros críticos de enfermidades. O Ministério da Saúde (MS) afirma que o estresse pode levar ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout, que é a principal causa de doenças no ambiente de trabalho por exaustão física e mental. Fatores desencadeantes do estresse e da depressão nos enfermeiros podem estar associados ao local de trabalho, tais como o setor de atuação, turno, sobrecarga de serviço, repercutindo na qualidade do atendimento aos pacientes críticos. Deste modo o objetivo é identificar o que desencadeia o estresse e apresentar possíveis formas de cuidados com o profissional enfermeiro. O trabalho foi desenvolvido com pesquisas eletrônicas nas bases de dados com revisão bibliográfica, qualitativa em artigos científicos, realizado nos meses de fevereiro a março de 2022. Conclui-se que há uma maior necessidade de organização com melhor ambiente de trabalho sem estresse para melhor atendimento aos pacientes críticos.

Palavras chaves: Cuidados de enfermagem. Estresse ocupacional. Terapia intensiva. Síndrome. Burnout.

Abstract: *The occupational activity of nurses is among the fourth most stressful professions, due to the routine of the service and critical illness. The Ministry of Health (MS) states that stress can lead to the development of Burnout Syndrome, which is the main cause of illness in*

the workplace due to physical and mental exhaustion. Factors triggering stress and depression in nurses may be associated with the workplace, such as the sector of work, shift, service overload, impacting the quality of care for patients. Thus, the objective is identify what triggers stress and present possible forms of prevention and care with the nurse professional. The work was carried out with electronic searches in the databases with a bibliographic review, qualitative in scientific articles, carried out from February to March 2022. It is concluded that there is a greater need for organization with better working conditions without stress for better service to critical patients.

Keywords: *Nursing care. Occupational stress. Intensive care. Syndrome, Burnout.*

---

[1]Graduanda em Enfermagem na Faculdade Kennedy de Belo Horizonte, endereço eletrônico: anna.faria@soukennedy.com.br
[2]Graduando em Enfermagem na Faculdade Kennedy, de Belo Horizonte, endereço eletrônico: carlosalberto.santos@soukennedy.com.br
[3] Enfermeira, Mestre em Ciência da Saúde, Docente no curso de Enfermagem da Faculdade Kennedy de Belo Horizonte, endereço eletrônico: gabriela.sanches@somoskennedy.com.br
[4]Graduanda em Enfermagem na Faculdade Kennedy de Belo Horizonte, endereço eletrônico: rosiney.rosa@soukennedy.com.br

1 INTRODUÇÃO

Para Vasconcelos e Martino (2017), o profissional enfermeiro da unidade de terapia intensiva (UTI) sofre constantemente com a influência do ambiente e com o trabalho diário, vivenciando pressões a todo momento, por ser um dos setores mais tensos do hospital, o enfermeiro precisa lidar com desafios e estressores a cada plantão, realizar atividades burocráticas, resolver conflitos de equipe, e, às vezes, lidar com o quadro reduzido de pessoal, bem como jornadas de trabalho exaustivas, com procedimentos complexos e com as emoções dos pacientes e seus acompanhantes.

Mota *et al*, (2021) afirmam que fatores como a exposição às atividades estressoras, condições ambientais como temperatura inadequada para o setor, barulhos excessivos dos equipamentos e iluminação artificial durante o trabalho contribuem para o esgotamento emocional do enfermeiro corroborando para que tenham facilidades de desenvolver estresse ocupacional, e outras doenças psíquicas.

A UTI é classificada por muitos como um setor sombrio e exaustivo, por realizar constantemente diversos procedimentos invasivos que exprime desafios diários lutando, constantemente, com a morte em favor da vida e levando o profissional a manter os sentidos aguçados estando preparado para agir a qualquer momento a favor do bem estar do paciente, tais desafios, e necessidade de alerta para uma possível intervenção torna o setor conhecido como ambiente sombroso, e sobrecarregado (SANTOS *et al*., 2021).

Neste contexto, o enfermeiro que atua na UTI precisa ter aptidão e perfil de líder, que consiga replicar conhecimentos e ter controle emocional sobre as situações que poderão surgir. Por ser um ambiente estressante, a UTI provoca um processo de desgaste físico e emocional nos profissionais desse segmento ocasionando momentos de aflição ou angústia, resultando em alterações psíquicas ou biológicas provocadas por eventos internos ou a estímulos externos (BVS, 2012).

Conforme a organização mundial da saúde o estresse pode ser agudo, intenso por período curto, ocasionado por situações traumáticas ou, ainda, crônicas que atinge a maioria das pessoas de maneira branda (BRASIL, 2021).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma ainda que o estresse pode desencadear a Síndrome de *Burnout*, esta é a principal causa de doenças no ambiente de trabalho por exaustão física e mental, tendo este diagnóstico incluído na Classificação Internacional de Doenças (CID – 11) em 2022 (BRASIL, 2021).

Deste modo, pergunta-se como o estresse ocupacional impacta na assistência de enfermagem do profissional que trabalha com pacientes críticos?

Entende-se que estresse ocupacional impacta diretamente de forma física e emocional no profissional enfermeiro, gera transtornos psicológicos e orgânicos, contribui para a deficiência do rendimento laboral, e a consequente sobrecarga de atividades leva à deficiência na assistência prestada durante o atendimento ao paciente crítico, comprometendo o manejo e relação enfermeiro e paciente.

O objetivo geral é analisar os motivos, que o estresse ocupacional desencadeia no profissional enfermeiro que atua na assistência ao paciente crítico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terapia intensiva

A unidade de terapia intensiva é considerada de alta complexidade para os pacientes que necessitam do cuidado, ela influencia fisicamente e emocionalmente tanto o paciente quanto sua família. Durante a internação, a principal preocupação é com a recuperação e com a qualidade de vida após a alta (CABRAL *et al*., 2017).

Apesar da UTI ser toda empregada com tecnologia de ponta e toda a assistência prestada, o índice de mortalidade é elevado. A UTI tem necessidade constante de agilidade e habilidade no atendimento do paciente, a equipe multidisciplinar trabalha em sintonia, discutindo e alcançando o objetivo para a melhor recuperação (BALELA *et al*., 2019).

O cuidado da enfermagem em algumas situações é preciso provocar a dor para que se possa manter a vida mas deve manter os valores da ética e bioética respeitando os valores do paciente(FERNANDES *et al*., 2018).

Os enfermeiros que atuam na UTI são confrontados sempre por questões da morte que afetam os seus sentimentos podendo gerar o estresse (FERNANDES *et al*., 2018).

O Ministério da saúde tem como pressupostos que humanizar é oferecer atendimento de qualidade, agregando os avanços tecnológicos ao acolhimento buscando a melhoria do ambiente e possibilitando a melhor condição no trabalho

(M.S. 2017).

2.2 Estresse ocupacional

É crescente o número de estudos sobre estresse, fatores extrínsecos e intrínsecos afetando o psicológico e o social, impactando diretamente na saúde, gerando aumento com sobrecarga de trabalho, conflitos, e exigências com a falta de materiais contribuindo para o adoecimento do profissional (SILVIA *et al*., 2021).

Segundo Sobral (2017) no Brasil, os fatores psicossociais e o estresse laboral, contribuem para a ocorrência de doenças cardiovasculares, o comportamento psicossocial durante a atividade laboral tem ganhado importância no mundo profissional, indicando riscos emergentes e fatores de associação da doença.

Soratto *et al,* (2016), afirmam que no hospital existem vários fatores que geram insalubridade e sofrimento aos profissionais, sendo que a enfermagem é vista como uma profissão que apresenta nível elevado de estresse ocupacional.

A recorrente necessidade de desenvolver habilidades ao enfrentar os desafios acaba por gerar desgaste físico e emocional, contribuindo para que a profissão de enfermagem seja classificada como uma profissão estressante no meio hospitalar

Brás (2013) relata que às atividades realizadas com a responsabilidade que a técnica exige, a complexidade dos procedimentos, recorrente falta de materiais, excessivas jornadas de trabalho e conflitos interpessoais contribuem para o desgaste psicológico gerando tensão emocional desencadeando estresse no ambiente. A preocupação se deve ao fato do estresse acometer o aparelho circulatório, e a cardiopatia estar entre as primeiras causas de óbitos no Brasil (GOMES *et al*., 2015).

Conforme Gomes *et al*., (2015), ao estudar a natureza de um evento estressor, podemos defini-lo como quaisquer circunstâncias que ameaçam, ou são percebidas como ameaçadoras, ao bem-estar do indivíduo.

Segundo a OMS, as exigências relacionadas ao trabalho, pressões excessivas, e cobranças da habilidade do trabalhador funcionam como gatilho para a manifestação do estresse com consequente desenvolvimento de patologias adquiridas em função do trabalho (MOTA *et al.,* 2021).

Mota *et al*, (2021) afirmam que como consequência ocorre elevação dos riscos para o aparecimento de transtornos psicológicos, insatisfação, desmotivação, abandono da profissão, repercussões psicológicas, podendo haver prejuízos como doenças cerebrovasculares, cardíacas e metabólicas.

Com o crescimento de inúmeras enfermidades potencializadas pelo estresse encontra-se a cardiopatia, que contribui para gerar limitação, incapacidade ou mortes (MIRANDA, 2016). Conforme Miranda (2016), o coração exerce função e participação importante no mecanismo de adaptação ao estresse. Consequentemente, sofre com toda influência que os episódios estressantes exercem sobre ele, tendo como resposta alterações na frequência cardíaca, pressão arterial, contratilidade e débito cardíaco.

2.3 Síndrome de burnout

A Organização Mundial da Saúde definiu a síndrome de *burnout* como Doença Ocupacional a partir de janeiro de 2022, como uma síndrome do esgotamento profissional

que deriva do estresse crônico e necessita de análise, acompanhamento e tratamento médico, pois pode ocasionar a morte do indivíduo.

O estresse ocupacional é decorrente de um ambiente de tarefas com demandas excessivas, um dos problemas que mais está sendo investigado é a síndrome de *burnout*, ela vem afetando profissionais que possuem contato intenso com pacientes. A síndrome afeta emocionalmente e fisicamente trazendo sérias consequências preocupantes ao indivíduo (JARRUCHE; MUCCI, 2021).

A síndrome foi descrita pela primeira vez pelo psiquiatra Herbert Freudenberger em 1974 e classificada nos tempos atuais pela classificação internacional de doenças CID 11-sub o código QD 85 (OMS 2019).

O estresse é caracterizado pelo sentimento de estar sobrecarregado, levando ao esgotamento da energia e impossibilitando que o profissional desempenhe bem o seu trabalho. Em busca da melhora, algumas instituições oferecem atendimento de saúde especializada para o profissional que deseja acompanhamento podendo ser em psicoterapia, farmacologia e intervenções com exercícios físicos ou ocupar a mente com outras tarefas, contribuindo assim para a diminuição do estresse (PERNICIOTTI *et al*., 2020).

A síndrome é uma resposta longa, interpessoal do trabalho causada por três fatores: Exaustão emocional, despersonalização e redução do sentimento de realização; evidenciando uma condição crônica determinada principalmente por fatores de organização, com sobrecarga e falta de autonomia e sem o suporte social para a realização das tarefas (Fernandes et al;2018).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de revisão da literatura integrativa, descritiva, de abordagem qualitativa apresentando como objeto de estudos os elementos desencadeadores do estresse ocupacional do enfermeiro atuante em unidade de terapia intensiva (GIL, 2008).

A realização da coleta dos dados da pesquisa foi realizada em artigos científicos entre os meses de fevereiro a março dos últimos 5 anos, publicados de 2018 a 2022 em periódicos nacionais e internacionais, em português e inglês, com a temática relacionada ao tema proposto.

Utilizou a combinação booleana, com revisão sistemática com critérios rígidos, em fontes de dados como o Banco Virtual da Saúde (BVS), Base de Dados da Enfermagem (BDENF), Centro Latino-Americano de Informação a Saúde (Lilacs), Scientific Electronic Library Online (SciELO),Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), National Library of Medicine (PubMed**).**

Os descritores utilizados para a busca foram: cuidados de enfermagem; estresse ocupacional, terapia intensiva.

Foram encontrados durante a realização booleana artigos com os temas cuidados de enfermagem, estresse ocupacional e terapia intensiva 77 publicações sendo destes encontramos 75 artigos com textos completos 19 em língua portuguesa atualizados nos últimos 5 anos. foram excluídos os artigos que não abordavam o tema proposto e que não continham afinidade para o estudo.

A verificação ocorreu através da análise do material encontrado em 8 artigos, correspondendo a pesquisa.

4 RESULTADOS

Para a elaboração do estudo e discussão dos dados encontrados nos artigos elaborou-se um quadro levando em conta o título, autor, ano de publicação, objetivo, o método utilizado e a conclusão, tornando possível identificar os resultados na tabela conforme apresentado abaixo.

Quadro 1 - Disposição dos artigos científicos utilizados para elaboração do estudo.

Título	Autor/Ano	Objetivo	Método utilizado	Conclusão
Bem-estar mental de enfermeiros em um hospital de urgência e emergência.	NASCIMENTO, Rafael dos Santos *et al*., 2021	Identificar a autopercepção dos enfermeiros acerca dos fatores que interferem em seu bem-estar mental durante o trabalho em um hospital de urgência e emergência.	Estudo de campo com abordagem qualitativa realizado por intermédio de entrevistas com enfermeiros no hospital do Estado de Alagoas.	É importante que ocorra uma sensibilização das instituições e enfermeiros sobre o tema, que ainda é negligenciado, para que sejam construídas estratégias, compatíveis com a realidade de cada local, que possam proporcionar qualidade de vida e bem-estar mental no trabalho.
Estresse ocupacional relacionado à assistência de	MOTA, Rosana Santos et al., 2021	Estimar a prevalência de estresse ocupacional	Estudo transversal, realizado em um hospital de	A elevada prevalência de estresse ocupacional, e

enfermagem em terapia intensiva.		entre enfermeiros que atuam em UTI, e identificar sua associação com variáveis sociodemográficas, profissionais e relacionadas à assistência de enfermagem.	ensino de Salvador, Bahia, Brasil, com 54 profissionais.	fatores associados identificados, foram informações essenciais para a implementação de estratégias preventivas.
Estresse e estratégias de coping utilizadas por residentes de enfermagem.	MENEGATTI, Mariana Sbeghen et al., 2020	Conhecer o padrão de estresse nos residentes de Enfermagem em unidades hospitalares e as estratégias de *coping* adotadas.	Estudo transversal, quantitativo, efetuado com enfermeiros residentes com atuação em unidades hospitalares. A captação dos dados deu-se entre dezembro de 2018 e julho de 2019, aplicando-se questionário de caracterização sociodemográfic	Os residentes apresentaram mais estresse relacionado a comunicação profissional atrelado à associação entre o estresse e as estratégias de *coping* de confronto, afastamento, autocontrole e fuga e esquiva, ajustadas por sexo. Os achados

			a, instrumento de avaliação do estresse em estudantes de Enfermagem e instrumento de adaptação do Inventário de Estratégias de *Coping* de Folkman e Lazarus para o português.	sinalizam a carência de atenção das instituições formadoras e instigam à reflexão sobre o contexto de vida, os cenários de inserção e as vivências dos residentes.
Síndrome de Burnout, estresse no trabalho e qualidade de vida em profissionais de enfermagem.	VIDOTTI, Viviane et al., 2019	Analisar a ocorrência da síndrome de Burnout e sua relação com o estresse no trabalho e a qualidade de vida entre os profissionais de enfermagem.	Trata-se de um estudo transversal realizado entre 502 profissionais de enfermagem de um hospital geral filantrópico da região Sul do Brasil. As informações foram reunidas utilizando-se um instrumento	A síndrome de Burnout esteve relacionada aos altos níveis de estresse e à percepção negativa da qualidade de vida dos profissionais de enfermagem.

			com perguntas sobre hábitos sociodemográficos, ocupacionais e de estilo de vida, o *Inventário de Burnout em Massa*, o *Questionário democrático-controle-apoio* e a *Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde - Bref*. WHOQOL-BREF. As informações foram analisadas utilizando-se estatísticas descritivas e inferenciais, utilizando-se o coeficiente de correlação de Spearman.	

Síndrome de Burnout em profissionais de enfermagem de pronto-socorro	PIRES, Fabiana Cristina et al., 2020	Verificar o escore para a classificação da Síndrome de Burnout. Determinar a prevalência da Síndrome de Burnout em enfermeiros e técnicos de enfermagem do pronto-socorro de um hospital público de ensino.	Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, transversal, com 36 enfermeiros e técnicos de enfermagem do pronto-socorro de um hospital público de ensino. Coletaram-se os dados através do instrumento Maslach Burnout Inventory, que foram tabulados, e se realizou a estatística simples pelo software IBM SPSS Statistic®.	Não houve associação significativa entre as variáveis sociodemográficas com a Síndrome de Burnout. Sugere-se um plano de prevenção à saúde do trabalhador individualizado.
Níveis de estresse da enfermagem na UTI.	MOURA, Reinaldo dos Santos et al., 2019	Descrever os níveis de estresse entre os profissionais de	Trata-se de um estudo quantitativo, analítico e	Averiguaram-se uma taxa significativa de estresse e de

		Enfermagem de nível médio nas UTI, adulto de alguns serviços hospitalares privados.	transversal, em três serviços hospitalares privados. Aplicaram-se dois questionários, analisando-os dados por meio da estatística analítica. Apresentam-se os resultados em forma de tabelas.	absenteísmo, que o ambiente laboral exerce situações tensiogênicas frequentes e que, pela má remuneração salarial, esses profissionais assumem múltiplas jornadas de trabalho que não cessam nos seus domicílios.
Fatores desencadeantes da síndrome de Burnout em enfermeiros.	PAIVA, Jéssyca Dayana Marques et al., 2019	Identificar o conhecimento exposto na literatura sobre os fatores desencadeantes da Síndrome de Burnout em enfermeiros.	Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo, tipo revisão integrativa, com buscas nas bases de dados LILACS, MEDLINE, e na Biblioteca Virtual Scielo, por meio da	Conclui-se a necessidade de os próprios profissionais de Enfermagem se conscientizarem sobre a importância de cuidar da sua saúde no ambiente de trabalho, minimizando o

			utilização dos descritores “Burnout”, “Enfermagem”, “Estresse” e “Esgotamento profissional”.	risco de desenvolvimento da Síndrome de Burnout.
Estratégias de enfrentamento e coping do estresse ocupacional utilizados por profissionais de enfermagem no ambiente hospitalar	Martins Cláudia et Al 2020	Identificar e maquear as estratégias de enfrentamento e coping do estresse ocupacional utilizados por profissionais de enfermagem	Trata-se de uma scoping Review baseada nas recomendações do Joana Briggs instituto, coleta de dados em artigos científicos, dissertações e teses	As estratégias de enfrentamento elencados nos estudos contemplaram medidas que asseguram a redução da carga horária, auxiliam o desenvolvimento de habilidades para lidar com o estresse e elaborem programas de assistência especial
Carga de trabalho de	Grillo Kátia et Al 2017	Analisar a influência da	Estudo observacional	Identificação de fatores

enfermagem, estresse/burnout, satisfação e incidentes em UTI de trauma		carga de trabalho, estresse, burnout, satisfação e percepção do ambiente de cuidado pela equipe de enfermagem	realizado em UTI. de trauma	associados pode prevenir a ocorrência de incidentes
Fatores associados ao estresse e coping da equipe de enfermagem	Dos Santos et al 2019	Integrar o conhecimento produzido sobre os fatores associados ao estresse e coping da equipe de enfermagem	Revisão integrativa da literatura	O estresse em respostas às demandas exigidas pelo trabalho na UTI deve der investigado e o estabelecimento de ações minimizado
Estresse ocupacional na enfermagem atuante na UTI.	TEIXEIRA, Larissa Borges et al., 2017	Descrever, através da revisão integrativa, o estresse no trabalho da enfermagem na UTI, bem como	Trata-se de uma pesquisa integrativa, utilizando como banco de dados a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS),	O estresse ocupacional pode afetar todo e qualquer trabalhador, uma vez que todo trabalho é passível de

		identificar fatores, sinais e sintomas associados ao estresse ocupacional.	publicados entre 2002 à 2012.	particularidades específicas que podem provocar situações geradoras de estresse. É necessário a identificação de medidas e técnicas que minimizem os efeitos do estresse para a enfermagem que atua na UTI com a finalidade de garantir o bem-estar desses profissionais para desempenhare m com inteira qualidade suas funções.
Preditores da síndrome de burnout em enfermeiros de	VASCONCELOS , Eduardo Motta de; MARTINO,	Identificar a prevalência e analisar a existência de	Estudo quantitativo, descritivo, transversal, com	A prevalência do burnout nos enfermeiros correspondeu a

UTI.	Milva Maria Figueiredo De., 2018	fatores preditores da síndrome de burnout em enfermeiros da UTI.	91 enfermeiros.	14,3%.
Carga de trabalho de enfermagem, estresse/burnout, satisfação e incidentes em UTI de trauma	PADILHA, Katia Grillo et al., 2017	analisar a influência da carga trabalho, estresse, Burnout, satisfação e percepção do ambiente de cuidado, pela equipe de enfermagem com a presença de eventos adversos em UTI de Trauma.	Estudo observacional realizado na UTI de Trauma.	A identificação de fatores associados pode prevenir a ocorrência de incidentes.
Estresse e coping entre profissionais de enfermagem de unidades de terapia intensiva e	DA SILVA, Gabriela Alves Vieira et al. 2017	analisar o estresse e as estratégias de coping da equipe de enfermagem que atua em UTI.	estudo descritivo e quantitativo, realizado com 50 profissionais que atuam em UTI e	predominam profissionais de enfermagem com baixa intensidade de estresse, fato que pode estar

semi-intensiva			semi-intensiva, utilizando-se formulário de dados biossociais elaborais, escala de estresse no trabalho e escala de coping ocupacional.	relacionado ao predomínio do uso de estratégias de controle, consideradas mais efetivas para lidar com o estresse.
Medidas educativas para minimizar os riscos ocupacionais na equipe de enfermagem da UTI	SOUZA, Vanessa de; CORTEZ, Elaine Antunes; CARMO, Thalita Gomes do., 2017	Identificar os riscos ocupacionais associados aos trabalhadores da UTI, assim como os fatores de risco aos quais estão sujeitos; e propor medidas educativas aos riscos encontrados.	Trata-se de uma revisão integrativa realizada nas bases do Lilacs, BDENF e Medline, após critérios de inclusão e exclusão foram selecionados seis artigos.	Todos os riscos ocupacionais estão presentes na UTI, mas o risco ergonômico é o responsável pelos altos índices nas pesquisas, evidenciando o estresse como sua maior consequência. A educação permanente permeia as propostas

				educativas para minimizar os riscos ocupacionais.
Sofrimento moral dos enfermeiros, em situações de final de vida, em unidades de terapia intensiva	COSTA, Marcella Rodrigues et al., 2017	compreender as práticas exercidas pelos enfermeiros, na UTI em situações de final de vida, e relacioná-las ao sofrimento moral.	estudo qualitativo, do tipo descritivo. Foram entrevistados onze enfermeiros de uma instituição hospitalar. As informações coletadas foram analisadas pela técnica de Análise de Conteúdo.	Os dados evidenciaram uma série de dificuldades a serem enfrentadas pelos enfermeiros nessas situações: inexperiência profissional, lidar com o sofrimento do paciente e da família, falta de trabalho colaborativo entre a equipe e, principalmente, o não envolvimento

				dos enfermeiros nas tomadas de decisão no final de vida.
Riscos psicossociais em enfermagem de terapia intensiva: reflexão sobre possíveis soluções	SILVA, Jorge Luiz Lima da et al., 2017	discutir estresse, burnout e possíveis soluções de enfrentamento do profissional de enfermagem atuante em unidades de terapia intensiva.	Tratou-se de um estudo do tipo reflexão.	São necessários esforço coletivo, condições políticas e aspectos institucionais favoráveis para melhorar a qualidade de vida do trabalhador. A resiliência e o enfrentamento individual mostram-se insuficientes quando o ambiente laboral não é adequado.
Burnout e fatores associados entre	SOARES, Rafael da Silva., 2018	descrever a prevalência e possíveis fatores associados à	A pesquisa foi realizada através do estudo epidemiológico	É necessário adotar medidas preventivas para o controle de

profissionais de enfermagem de hospital municipal no Rio de Janeiro		síndrome de burnout entre profissionais de enfermagem de setores fechados.	observacional, descritivo seccional.	doenças mentais, para evitar prejuízos desnecessários à saúde do profissional de enfermagem, à sua qualidade de vida, à instituição, e até mesmo ao setor previdenciário.
Processo de sofrimento moral de enfermeiros: desafios éticos na prática profissional no contexto hospitalar	CARAM, Carolina da Silva., 2018	Compreender o processo de sofrimento moral de enfermeiros em setores fechados de um hospital e sua relação com os valores ético-morais da prática profissional.	Trata-se de um estudo de caso único integrado, com abordagem qualitativa, desenvolvido no Bloco Cirúrgico e na UTI de um hospital de grande porte, privado, localizado na cidade de Belo Horizonte/MG.	Percebe-se que a vivência do sofrimento moral, em unidades hospitalares, retira o enfermeiro do protagonismo do seu agir, descaracterizando sua prática profissional e colocando-o na invisibilidade, uma vez que ele não se

				reconhece e não é reconhecido no seu fazer, ocasionando em desafios éticos importantes para o profissional, para a instituição e para a profissão.(AU)
Qualidade de vida dos profissionais de enfermagem atuantes em setores críticos	SOUZA, Verusca Soares de et al., 2018	Analisar a qualidade de vida de profissionais de enfermagem atuantes em setores críticos.	Estudo transversal, quantitativo, com 75 profissionais de enfermagem de setores críticos.	Os profissionais de enfermagem possuem uma qualidade de vida satisfatória, entretanto, questões relacionadas à saúde física e a estrutura da instituição ainda se apresentam como fatores que interferem na qualidade de vida dos trabalhadores.

Estresse realidade em enfermeiros no Centro de Terapia Intensiva	TRETTENE, Armando dos Santo s et al., 2018	investigar o nível de estresse em enfermeiros de um centro de terapia intensiva.	Estudo descritivo, quantitativo, composto por 26 enfermeiros. As informações foram extraídas por meio de 2 instrumentos Inventário de Estresse em Enfermeiros e o questionário sociodemográfico.	Compreende-se que a formação com tempo menor que 10 anos com os estudos em andamento concomitantemente com desafios diários em busca de melhor formação ou colocação no mercado potencializa mais o estresse.
Fatores associados ao estresse e coping da equipe de enfermagem de UTI: uma revisão integrativa	GUIDA, Tamara dos Santos Pelegrini; DO NASCIMENTO, Alexandra Bulgarelli., 2019	Integrar o conhecimento produzido sobre os fatores associados ao estresse e coping da equipe de Enfermagem em UTI.	Revisão integrativa da literatura que utilizou os descritores 'esgotamento profissional', 'estresse psicológico', 'UTI' e 'enfermagem', nas bases de	O estresse em resposta às demandas exigidas pelo trabalho na UTI deve ser investigado e o estabelecimento de ações minimizadoras dos efeitos do estresse são

			dados Medline, Lilacs e BDEnf.	primordiais, visando preservar a saúde do profissional, e a segurança e qualidade do cuidado ao paciente (AU)
O nível de estresse dos enfermeiros na UTI.	ZAVALIS, Andrea et al., 2019	Identificar o nível de estresse no profissional que atua em UTI, conhecendo a atividade do trabalho.	Estudo quantitativo, exploratório e descritivo, realizado em um Hospital Universitário da Cidade do Rio de Janeiro com profissionais atuantes em UTI.	Compreende-se que a situação de trabalho corrobora para um elevado nível de estresse. Sendo importante a realização de novos estudos acerca do trabalho e o surgimento do estresse proveniente das condições no ambiente.
Ambiente de prática	LOPES, Raquel Pereira et al.,	Avaliar o ambiente de	Estudo transversal,	Ambientes de prática

profissional e estresse no trabalho da enfermagem em unidades neonatais	2021	prática profissional da enfermagem em unidades neonatais e sua relação com os níveis e as principais fontes de estresse ocupacional.	descritivo, exploratório e correlacional, realizado com profissional da unidade neonatal de quatro hospitais públicos. Aplicaram-se o questionário sociodemográfico/profissional, Versão Brasileira da *Practice Environment Scale* e a Escala de Estresse no Trabalho. Na análise, adotaram-se média, desvio padrão e testes qui-quadrado de Pearson, Razão de Verossimilhança e U de Mann Whitney para associação entre	desfavoráveis aumentam o estresse do enfermeiro em unidades neonatais, podendo comprometer a segurança do paciente.

			variáveis.	
Satisfação profissional do enfermeiro no ambiente da UTI.	SANTOS, Emilenny Lessa dos et al., 2021	analisar a concepção do enfermeiro acerca da satisfação profissional no ambiente da UTI.	Estudo descritivo, qualitativo, concretizado no hospital universitário do estado de Sergipe, com enfermeiros do setor de UTI geral.	na concepção dos enfermeiros da UTI. a satisfação profissional é um aspecto importante no seu ambiente, podendo influenciar na prestação da assistência ofertada aos pacientes

Fonte: Do autor

5 DISCUSSÃO

Nascimento *et al*., (2021) afirmam que os fatores que desencadeiam o estresse no ambiente de trabalho está relacionado à escassez de recursos materiais; sobrecarga e elevada demanda de trabalho; escassez de recursos humanos; superlotação; conflitos entre equipes de trabalho; conflitos com pacientes e familiares; e o contato com a morte. No entanto, o fator predominante, além da sobrecarga, é a elevada demanda de trabalho presente entre os cinco dos dez entrevistados.

No estudo de Mota *et al*., (2021) 57% dos enfermeiros entrevistados relatam elevado estresse devido o contato com a morte, já 37% ao lidar com pacientes críticos e seus familiares, e 37% falam da dificuldade no atendimento de urgência. Contudo, são dois os pontos que destacam entre Nascimento e Mota: o conflito entre a equipe e a família do

paciente em estado crítico e o contato diário com a morte. Observa-se que Nascimento aborda em sua pesquisa pontos distintos de Mota.

Padilha et al., (2017) aborda dados relativos a respeito da insatisfação dos profissionais em relação à escassez de recursos humanos e os conflitos entre as equipes de trabalho, onde 63% dos entrevistados relatam índice elevados de estresse nesse quesito. Diante dos fatos apresentados por Padilha entende-se que Padilha e Nascimento partilham o mesmo pensamento.

Pires et al (2021) relata em sua pesquisa que a baixa realização pessoal relacionada a situação financeira e carga horária excessiva de trabalho, junto a baixa realização profissional, a insegurança na realização do trabalho, situações de conflitos e sobrecargas no âmbito de trabalho são as principais causas de estresse ocupacional chegando ao índice de 63% dos enfermeiros entrevistados.

Paiva et al., (2019) enfatiza que o nível elevado de estresse, a insatisfação profissional, a baixa remuneração, e a desorganização institucional corroboram para o desencadeamento da síndrome de burnout que é causada pelo estresse crônico onde elementos objetivos e subjetivos se juntam, o percentual relacionado à insatisfação profissional chega a 53% dos entrevistados.

Pires *et al*., (2020) observa que 36% dos profissionais entrevistados recebem de cinco a dez salários mínimos, e atuam em um único emprego, porém a maioria dos entrevistados cerca de 83% não são bem remunerados e trabalham em dois turnos o que acarreta em elevado padrão de estresse. Pires e Paiva compartilham da mesma ideia no que se refere a questão da remuneração e sobrecarga de trabalho.

Ainda segundo Pires *et al*., (2020) a prevalência da síndrome de burnout ocorre em qualquer profissional que apresenta quadro de exaustão física, mental e emocional. Mas aqueles que vivenciam situações críticas como de urgência e emergência estão mais vulneráveis a desenvolver a síndrome. Mota *et al*., (2021) aborda em seus estudos que o maior percentual de profissionais com níveis elevados de estresse se concentra-nos do sexo feminino onde Pires ressalta que 69% dos entrevistados eram do sexo feminino.

Mediante os fatos apresentados, Souza *et al*., (2017) aborda aspectos relevantes em

relação a medidas educativas para minimizar os riscos ocupacionais no âmbito do trabalho das equipes de enfermagem com pacientes críticos. Aponta que em primeiro lugar está a necessidade em conhecer os fatores que desencadeiam o estresse no local de trabalho. Em segundo lugar está a revisão das estratégias da educação permanente, pois segundo relata em sua pesquisa ela é relevante para com a saúde mental, emocional e física dos profissionais com intuito em preservar a saúde desses trabalhadores.

Em contrapartida, Silva *et al*., (2017) afirma que a instituição que o profissional de enfermagem está inserido necessita se atentar com a saúde do trabalhador ouvindo suas reivindicações, as questões de políticas públicas devem garantir os direitos desses profissionais, a atenção precisa está voltada para o coletivo e não para a questão individual por se tratar de uma equipe de cuidado, como objetivo principal em prevenir o estresse ocupacional com pacientes críticos.

Guida *et al*., (2019) enfatiza a importância de atividades físicas, assim como a interação social e o lazer fora do âmbito de trabalho, como fator de proteção para diversas doenças onde o estresse ocupacional pode ser desencadeado. Guida *et al*., (2019) apud Dejours (1992) ressalta que “não é possível a separação do ser humano do ser profissional”, em que há necessidades de estabelecer medidas preventivas aos profissionais intensivistas.

6 CONCLUSÃO

Diante dos dados apresentados conclui-se que, o profissional de enfermagem que atua com pacientes críticos estão sujeitos aos riscos do estresse ocupacional devido os fatores que desencadeiam no cotidiano como, por exemplo, a escassez de insumos no local de trabalho, o conflito entre profissionais, a baixa remuneração, dentre outros.

É notório os efeitos negativos do estresse ocupacional, pois acarreta no baixo desenvolvimento do profissional, diminuição da produtividade, além da insegurança e insatisfação profissional. A síndrome de burnout advém do estresse ocupacional, prolongado e crônico onde elementos objetivos e subjetivos estão incluídos.

É importante abordar projetos na instituição que previnem e diminuem os impactos causados pelo alto índice de estresse ocupacional, os gestores devem se atentar para o desenvolvimento de medidas preventivas, orientações, educação permanente tendo como foco a saúde do trabalhador.

É fundamental que os profissionais sejam estimulados adquirem o hábito de praticar atividades físicas, tenham acesso ao lazer e a interação social como prevenção de várias doenças, entre elas a síndrome de burnout. Contudo é relevante o desenvolvimento de pesquisas que culminaram em orientações e outras formas de combater o estresse ocupacional nos enfermeiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde (org.). **Estresse**. 2021. Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/estresse/#nav.

Acesso em: 09 nov. 2021.

MOTA, Rosana Santos et al . ESTRESSE OCUPACIONAL RELACIONADO À ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM TERAPIA INTENSIVA. **Rev. baiana enferm.**, Salvador , v. 35, e38860, 2021 . Disponível em <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502021000100313&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 jul. 2022. Epub 02-Abr-2021. http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v35.38860.

COSTA, Marcella Rodrigues e et al. Sofrimento moral dos enfermeiros, em situações de final de vida, em unidades de terapia intensiva. Revista de Enfermagem UFPE on line, [S.l.], v. 11, n. 9, p. 3607-3616, ago. 2017. ISSN 1981-8963. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/234492/27693>. Acesso em: 22 maio 2022. doi:https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i9a234492p3607-3616-2017.

DA SILVA CARAM, Carolina. Processo de sofrimento moral de enfermeiros: desafios éticos na prática profissional no contexto hospitalar. 2018. Acesso em 22 maio 2022. Disponível em https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=https%3A%2F%2Frepositorio.ufmg.br%2Fhandle%2F1843%2FBUOS-B2YPLT&btnG=.

DA SILVA, Gabriela Alves Vieira et al. Estresse e coping entre profissionais de enfermagem de unidades de terapia intensiva e semi-intensiva. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 11, n. 2, p. 922-931, 2017. Acesso em 22 maio 2022. Disponível em https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1032387.

GOMES, Cármen Marilei et al. Estresse e risco cardiovascular: intervenção multiprofissional de educação em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, p. 351-359, 2016. Acesso em 30 Outubro 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2016690219i>. ISSN 1984-0446. https://doi.org/10.1590/0034-7167.2016690219i.

GUIDA, Tamara dos Santos Pelegrini; DO NASCIMENTO, Alexandra Bulgarelli. Fatores associados ao estresse e coping da equipe de enfermagem de UTI: uma revisão integrativa. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Fatores+associados+ao+estresse+e+coping+da+equipe+de+enfermagem+de+UTI%3A+uma+revis%C3%A3o+integrativa+%2F+&btnG=. Acesso em: 22 maio 2022. DOI: https://doi.org/10.18554/reas.v8i2.3167.

LOPES, Raquel Pereira et al . Professional practice environment and nursing work stress in neonatal units. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo , v. 55, e20200539, 2021 . Disponível em <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342021000100550&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 maio 2022. Epub 15-Set-2021. http://dx.doi.org/10.1590/1980-220x-reeusp-2020-0539.

MARTINS, Bruna dos Reis et al. Estratégias de coping em trabalhadores de Enfermagem frente ao processo de morte e morrer em unidade de terapia intensiva neonatal. 2019. Disponível em <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/11178> acessos em 22 maio 2022.

MIRANDA, Gabriela Cristina Oliveira de et al. Estresse em pacientes com cardiopatias hospitalizados: estudo descritivo. 2016. Acesso em 30 de Outubro de 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/3020/Gabriela%20Cristina%20Oliveira%20de%20Miranda.pdf?sequence=1&isAllowed=y.>

MOTA, Rosana Santos et al . ESTRESSE OCUPACIONAL RELACIONADO À ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM TERAPIA INTENSIVA. **Rev. baiana enferm.**, Salvador , v. 35, e38860, 2021 . Disponível em <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502021000100313&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 maio 2022. Epub 02-Abr-2021. http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v35.38860.

MOURA, Reinaldo dos Santos et al. Níveis de estresse da enfermagem nas unidades de terapia intensiva. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 569-577, mar. 2019. ISSN 1981-8963. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/236549/31528>. Acesso em: 22 maio 2022. doi:https://doi.org/10.5205/1981-8963-v13i3a236549p569-577-2019.

NEVES, U.Síndrome de Burnout entra na lista de doenças da OMS. **Portal Pebmed,** 2019. Acesso em: 22 Outubro. 2021. Disponível em: https://pebmed.com.br/sindrome-de-burnout-entra-na-lista-de-doencas-da-oms/.

PADILHA, Katia Grillo et al. Carga de trabalho de enfermagem, estresse/burnout, satisfação e incidentes em unidade de terapia intensiva de trauma. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 26, 2017. Acesso em 22 maio 2022. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-904239.

SANTOS, Emilenny Lessa dos et al . SATISFAÇÃO PROFISSIONAL DO ENFERMEIRO NO AMBIENTE DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA. **Rev. baiana enferm.**, Salvador , v. 35, e42812, 2021 . Disponível em <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502021000100340&lng

=pt&nrm=iso>. acessos em 22 maio 2022. Epub 08-Nov-2021. http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v35.42812.

SILVA, Eniva Miladi Fernandes Stumm et al. Estressores e sintomas de estresse vivenciados por profissionais em um centro cirúrgico. **Revista Mineira de Enfermagem,** v. 12, n. 1, p. 54-66, 2008. Acesso em 15 Out. 2021. Disponível em: http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/238.

SILVA, Jorge Luiz Lima da et al. Riscos psicossociais em enfermagem de terapia intensiva: reflexão sobre possíveis soluções. **Rev. enferm. UFSM**, p. 1-10, 2017. Acesso em 22 maio 2022. Disponível em https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1034477.

SILVA, Karla Gualberto; FARIAS, Sheila Nascimento Pereira de. Qualidade de vida e estresse dos enfermeiros. **Rev. enferma. UFPE on line**, p. 3378-3385, dez. 2018. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/236158/30811>.

Acesso em: 17 out. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i12a236158p3378-3385-2018.

SOARES, Rafael da Silva. Burnout e fatores associados entre profissionais de enfermagem de hospital municipal no Rio de Janeiro. 2018. Acesso em 22 maio 2022. Disponível em https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Burnout+e+fatores+associados+entre+profissionais+de+enfermagem+de+hospital+municipal+no+Rio+de+Janeiro&btnG=.

SOUZA, Vanessa de; CORTEZ, Elaine Antunes; CARMO, Thalita Gomes do. Medidas educativas para minimizar os riscos ocupacionais na equipe de enfermagem da UTI. **Rev. Pesqui.(Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, p. 583-591, 2017. Acesso em 22 maio 2022. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-836377.

SOUZA, Verusca Soares de et al. Qualidade de vida dos profissionais de enfermagem atuantes em setores críticos. **Revista cuidarte**, v. 9, n. 2, p. 2177-2186, 2018. Acesso em 22 maio 2022. Disponível em: 506-texto-del-articulo-4809-2-10-20180508-1.pdf (bvsalud.org).

DOI: http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.v9i2.506.

TEIXEIRA, Larissa Borges et al. Estresse ocupacional na enfermagem atuante na unidade de terapia intensiva. **Investigación en Enfermería: Imagen y Desarrollo**, v. 19, n. 2, p. 195-211, 2017. Acesso em 22 maio 2022. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-996289.

TRETTENE, Armando dos Santos et al. Estresse – realidade vivenciada por enfermeiros atuantes em um Centro de Terapia Intensiva [Stress – realities experienced by nurses working in an

Intensive Care Unit] [Estrés - realidad vivida por enfermeros que trabajan en una Unidad de Terapia Intensiva]. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 26, p. e17523, set. 2018. ISSN 2764-6149. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/17523/26519>. Acesso em: 22 maio 2022. doi:https://doi.org/10.12957/reuerj.2018.17523.

VASCONCELOS, Eduardo Motta de; DE MARTINO, Milva Maria Figueiredo. Predictors of depressive symptoms among nurses of intensive care unit. **Esc. Anna Nery**, , v. 21, n. 3, e20170031, 2017 . Disponível em <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000300213&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 maio 2022. Epub 03-Jul-2017. http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2017-0031.

ZAVALIS, Andrea *et al*. O nível de estresse dos enfermeiros na unidade de terapia intensiva. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 11, n. 1, p. 205-210, 2019. Disponível em: Vista do The level of stress of nurses in the intensive care unit / O nível de estresse dos enfermeiros na unidade de terapia intensiva (unirio.br) acessado em: 22 maio 2022. DOI: 10.9789/2175-5361.2019.v11i1.205-21.

A PERCEPÇÃO DO FAMILIAR/CUIDADOR ACERCA DOS CUIDADOS PALIATIVOS DE PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DE CÂNCER ESTÁGIO IV

THE PERCEPTION OF THE FAMILY/CAREGIVER ABOUT PALLIATIVE CARE OF PATIENTS WITH A DIAGNOSIS OF STAGE IV CANCER

Danielle da Silva de Oliveira[154]
Jefferson André Pereira[1]
Roberta Fernanda Alves Efigenio[1]
Cláudio Vieira Lima[155]

RESUMO
Objetivo geral: reconhecer a percepção do familiar/cuidador acerca dos cuidados paliativos de pacientes com diagnósticos de câncer em estágio IV. Método: revisão integrativa. O câncer corresponde a um grupo de várias doenças que têm em comum a proliferação descontrolada de células anormais e pode ocorrer em qualquer local do organismo. O diagnóstico e a experiência com o câncer apresentam-se como um longo caminho a ser percorrido pelo paciente e por sua família, com repercussões diversas

154

155

no seu cotidiano, considerando as consequências precoces e tardias do tratamento. O familiar/cuidador e profissional de saúde precisam ser uma equipe para ofertar uma assistência integral ao paciente e membro da família. Uma vez que, nesse momento, é importante assegurar que seja garantido um cuidado de qualidade e como preza um dos melhores modelos de Sistema Único de Saúde (SUS), com universalidade, integralidade e equidade. Quando o enfermeiro se depara com um cenário de cuidados paliativos, o mesmo é inserido em um ambiente de grandes medos e incertezas, além de toda a necessidade de cuidados. Por isso, desde a graduação o mesmo deve ter contato com aspectos que elevem o seu conhecimento sobre humanização e a escuta ativa tanto do paciente, quanto de seus familiares.

Palavras-chave: Cuidados paliativos. Cuidado paliativo. Enfermagem oncológica.

ABSTRACT

General objective: to recognize the family/caregiver's perception of palliative care for patients diagnosed with stage IV cancer. Method: integrative review. Cancer corresponds to a group of several diseases that have in common the uncontrolled proliferation of abnormal cells and can occur anywhere in the body. The diagnosis and experience with cancer are a long way to go for the patient and their family, with different repercussions on their daily lives, considering the early and late consequences of the treatment. The family member/caregiver and health professional need to be a team to offer comprehensive care to the patient and family member. Since, at this moment, it is important to ensure that quality care is guaranteed and as one of the best models of the Unified Health System (SUS) values, with universality, integrality and equity. When the nurse is faced with a palliative care scenario, he is inserted in an environment of great fears and uncertainties, in addition to all the need for care. Therefore, since graduation, they must have contact with aspects that increase their knowledge about humanization and active listening to both the patient and their families.

keywords: Palliative care. Palliative care. Oncology Nursing.

1 INTRODUÇÃO

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), o câncer se tornará o maior problema de saúde pública nas próximas décadas; o número estimado de novos casos aumentará de 10 milhões do ano 2000 para 27 milhões em 2030, com cerca de 17 milhões de óbitos e 75 milhões de pessoas viverão com neoplasias malignas, sendo o maior aumento em países de baixa renda (CARVALHO; OTONI: FRANÇA, 2019).

No Brasil, as estimativas dos últimos cinco anos é de 600 mil casos novos. Segundo dados estatísticos do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), atualmente, há a constatação de cerca de 580 mil novos casos de

câncer, revelando, desta forma, a magnitude do problema no país (PRIMO; SPECK; MARINS, 2020). O câncer é considerado uma doença genética caracterizada por uma desordem ou mutação celular e determinam perda de sua função biológica, podendo ser causada tanto por agentes químicos e físicos do meio ambiente ou por produtos tóxicos da própria célula, a exemplo dos radicais livres (JÚNIOR; SILVA, 2018).

Em seu estágio avançado, o câncer pode evoluir para a condição de impossibilidade de cura, com presença de sinais e sintomas pouco controláveis como dor, náuseas, vômitos, anorexia, fadiga, depressão, ansiedade, constipação, entre outros. As manifestações podem estar relacionadas à invasão tumoral, como também, aos efeitos adversos do tratamento em alguns tipos de câncer, causando intenso desconforto ao paciente e um impacto circunstancialmente negativo para a qualidade de vida. Diante disso, os cuidados prestados ao paciente com câncer deixam de ser curativos e passam a ser paliativos (SANTOS *et al.*, 2019).

O impacto biopsicossocial aos pacientes e familiares no cenário da saúde pública evoca a necessidade de um cuidado eficiente, cauteloso e que tenha em seu processo ações paliativas (CAMPOS, 2019). O autor ainda menciona que, os cuidados paliativos têm como foco não a doença que ameaça a continuidade da vida, mas o doente, que é preciso ser percebido como ser autônomo e biográfico; eles objetivam promover a qualidade de vida, controlar sintomas e prevenir o sofrimento físico, psicossocial e espiritual.

A abordagem não é dada somente a pacientes em estágio terminal, é também defendida e indicada por GOMES (2019) pra casos de doença crônica, evolutiva e progressiva em diferentes estágios, mudando apenas a amplitude dos cuidados e a intervenção, que devem ser condizentes com a atual fase da doença.

Conforme o Atlas Global de Cuidados Paliativos, o apoio de familiares e cuidadores é muito comum e importante para pacientes com necessidades de cuidados paliativos, especialmente em comunidade. A implementação de tais cuidados deve considerar intervenções para apoiar os cuidadores, de modo a oferecer uma melhor avaliação e execução de cuidados de saúde (OLIVEIRA et al., 2017), defende que, nesse contexto a família é como peça-chave nos cuidados paliativos de pacientes com câncer e precisa ser vista e atendida em várias áreas e contextos sociais, pois, é um espaço em que se proporciona proteção, onde seus membros sentem-se pertencer a um grupo unido por laços de amor e afeto sendo definida como um sistema de saúde para seus integrantes.

O familiar/cuidador e profissional de saúde precisam ser uma equipe para ofertar uma assistência integral ao paciente e membro da família. Uma vez que, nesse momento, é importante assegurar que seja garantido um cuidado de qualidade e como preza um dos melhores modelos de Sistema Único de Saúde (SUS), com universalidade, integralidade e equidade (VERRI *et al.,* 2019).

A realização deste estudo foi motivada pela percepção, através dos indicadores de saúde e da literatura que muitos familiares são prestadores de cuidados paliativos a pacientes com câncer terminal e, muitos deles, não possuem destreza e habilidade para lidar com esta situação, logo, muitas são as dificuldades e limitações decorrentes do entendimento destes cuidadores quanto aos cuidados paliativos que devem ser prestados a cada tipo de paciente, pois, é uma fase cheia de peculiaridades e particularidades. Sabe-se que, os pacientes com câncer em fase terminal possuem maior vulnerabilidade e necessitam de cuidados especiais, assim, carecem de um bom entendimento sobre como serão prestados os cuidados paliativos a estes pacientes.

Associado ao contexto, notou-se que esta falta de conhecimento em relação aos cuidados pode prejudicar a assistência eficaz. A sensação de não saber o que fazer e a falta de orientações sobre a patologia e suas características trazem à família um sentimento de impotência. Assim, torna-se importante discutir esta temática, uma vez que, também é necessário refletir sobre a assistência que deve ser direcionada aos mesmos. A partir de tal reflexão, houve o estímulo para investigar sobre as facilidades e dificuldades que permeiam o processo do cuidado a estes pacientes, no sentido de orientar o cuidado.

A realização deste estudo justifica-se ainda pela certeza de que os pacientes nesta fase necessitam de um olhar diferenciado e um cuidado especializado, baseado nos conceitos de humanização. Logo, a busca pela qualidade da assistência para com a saúde deste paciente é imprescindível. Com isso, espera-se que, o estudo contribua com novas reflexões e que colaborem no direcionamento das equipes de saúde para uma nova visão no que se refere ao aperfeiçoamento do entendimento dos familiares de pacientes com câncer sobre os cuidados que podem ser conferidos ao mesmo, com vistas a melhorar a qualidade de vida.

De tal modo, diante do número significativo de pessoas que hoje se encontram nesta situação, torna-se relevante a realização deste estudo que tem como questão norteadora: Qual a percepção do familiar/cuidador acerca dos cuidados paliativos de pacientes com diagnóstico de câncer estágio IV?

Em conformidade com o mencionado, o estudo teve como objetivo geral reconhecer a percepção do familiar/cuidador acerca dos cuidados paliativos de pacientes com diagnósticos de câncer em estágio IV.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CÂNCER

O câncer corresponde a um grupo de várias doenças que têm em comum a proliferação descontrolada de células anormais e pode ocorrer em qualquer local do organismo. O diagnóstico e a experiência com o câncer apresentam-se como um longo caminho a ser percorrido pelo paciente e por sua família, com repercussões diversas no seu cotidiano, considerando as consequências precoces e tardias do tratamento (DESANTIS *et al.*.2019).

O câncer surge de mutações genéticas e alterações no DNA de uma célula que passam a receber instruções erradas para suas atividades. Podem ocorrer alterações em genes especiais chamados proto-oncogenes, que são inicialmente inativos em células normais. Quando ativados, os proto-oncogenes tornam-se oncogenes (CARVALHO; PAES, 2019).

As células desordenadas sofrem uma divisão muito rápida, levando à acometimentos agressivos e imparáveis devido à formação de tumores que podem atingir diversas partes do corpo e causar vários danos à saúde do paciente, levando ao óbito quando não diagnosticado precocemente. O câncer pode se manifestar de diversas formas por tecidos epiteliais, como pele ou mucosas órgãos, músculos, ossos e demais segmentos do corpo humano (ARAÚJO *et al*.. 2018).

As diferentes modalidades terapêuticas no campo da oncologia oferecem novas chances de cura abrindo novas perspectivas de vida. Dessa forma, quando a doença é diagnosticada precocemente, existem grandes chances de tratamento e cura. No entanto, a demora no diagnóstico pode comprometer o tratamento, evoluindo, dessa forma, para o cuidado paliativo exclusivo (FREIRE *et al.*,2018).

Sabe-se que o câncer é reconhecido como um problema de saúde pública e que, em todo o mundo, a maioria dos indivíduos apresenta doença avançada no momento do diagnóstico. São também reconhecidos o impacto do câncer no indivíduo

e familiares e o papel dos cuidados paliativos no controle dos sofrimentos físico, espiritual e psicossocial (VERRI *et al.,* 2019).

2.2 CUIDADOS PALIATIVOS

OMS define os cuidados paliativos como uma abordagem que visa melhorar a qualidade de vida dos pacientes e de suas famílias, realizados por meio da prevenção e alívio do sofrimento, pela identificação precoce, avaliação correta e tratamento da dor e de outros problemas de ordem física, psicossocial e espiritual. Constituem uma abordagem de cuidado diferenciada com enfoque no cuidado da pessoa com câncer em fase terminal, abordando a importância dos cuidados paliativos, incorporados no cuidado de enfermagem diário ao paciente, desde a definição do diagnóstico até o final da vida, a partir da atenção holística aos aspectos físico, psicológico, social e espiritual (ARRIEIRA *et al.,* 2018).

O cuidado paliativo é muito importante como a forma mais humanizada de atendimento ao doente terminal. Tendo em vista que, as práticas paliativas desses enfermeiros, baseadas em competências clínicas e relacionais, ainda não estão difundidas no universo da saúde brasileira, é importante disseminar informações adequadas e constituir equipes profissionais capacitadas e interessadas para validar os princípios básicos dos cuidados paliativos e da saúde cuidado especialmente a demonstração dos resultados positivos das abordagens terapêuticas. A equipe de cuidados paliativos deve se concentrar no paciente, não na doença. Além disso, a OMS recomenda que as famílias tenham atenção especial e busquem a excelência constante no controle dos sintomas e prevenção de doenças (SANTOS; FERREIRA; GUIRRO, 2020).

Dessa forma, os cuidados paliativos desenvolveram-se como uma resposta às contínuas dificuldades em cuidar dos indivíduos com câncer e suas famílias. A importância em entender esse indivíduo e sua família como uma unidade é uma característica desse cuidado. A discussão atual volta-se para a possibilidade de entender cuidados paliativos como um conceito que permeia todo o cuidado, ou seja, do diagnóstico à morte, incluindo o processo de luto (RIBEIRO, POLES, 2019).

Em síntese, cuidados paliativos afirmam seis princípios: valoriza a vida e considera a morte como um processo natural; nem abrevia nem prolonga a vida; provê o alívio da dor e outros sintomas; integra os aspectos psicológicos e espirituais dos cuidados, permitindo oportunidades para o crescimento; oferece uma equipe interdisciplinar e um sistema de suporte para a família durante a doença do indivíduo e no período de luto (FLORÊNCIO *et al*., 2020).

O Grupo de Estudos sobre Qualidade de Vida, da OMS, conceitua Qualidade de Vida (QV) como a percepção do indivíduo acerca das influências culturais, sociais, políticas e econômicas no contexto de sua vida, para o alcance de seus objetivos, projetos e expectativas, conferindo-lhe oportunidades de escolhas, ou seja, reflete a satisfação da pessoa com sua vida (SANTOS; FERREIRA; GUIRRO, 2020).

Nesse contexto, alguns estudiosos reconhecem que a saúde se destaca como um fator importante e determinante, adotando-se, então, a terminologia Qualidade de Vida Relacionada à Saúde (QVRS). No entanto, essa terminologia visa a percepção do indivíduo somente, sob sua qualidade de vida e não sob a visão do familiar (DESANTIS *et al..*2019).

2.3 CUIDADOS PALIATIVOS PARA COM O PACIENTE COM CANCER ESTÁGIO IV

A preocupação em mudar a cultura dos cuidados prestados aos pacientes na fase final de sua vida tem sido evidenciada por um estudo que tem emergido na atualidade denominada cuidados paliativos. A medicina paliativa é uma especialidade médica reconhecida desde 1987 na Inglaterra e na modernidade é muito ofertada em cursos de ciências humanas e reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (QUEIROGA *et al*.. 2020).

Segundo a OMS os cuidados paliativos são aqueles que têm como objetivo melhorar a qualidade de vida do paciente em risco de vida. Sua assistência deve ocorrer por meio da prevenção e alívio do sofrimento, da identificação precoce, avaliação eficaz e tratamento de dor e demais sintomas físicos apresentados, sejam eles sociais, psicológicos ou espirituais, ou ainda sua associação. Quando o câncer está na fase final ou estágio avançado a abordagem paliativa foca nos sintomas de difícil controle e de alguns aspectos psicossociais que estão associados à doença, garantindo assim, melhoria na qualidade de vida do paciente (FREIRE *et al.,* 2018).

Os cuidados paliativos constituem um campo interdisciplinar de cuidados totais, ativos e integrais, dispensados ao paciente cuja doença não responde mais ao

tratamento curativo, desde o estado inicial até a fase final, estendendo-se à família no período de luto. Logo, orientam-se para o alívio do sofrimento, focalizando a pessoa doente, e não a doença da pessoa, porque resgata e revaloriza as relações interpessoais no processo de morrer, com subsídios efetivos, como a compaixão, a empatia, a humildade e a honestidade. Além disso, tais cuidados são sustentados por um processo relacional entre o profissional e o paciente, com o intuito de minimizar a problemática do diagnóstico e do prognóstico da doença (SPNELLI *et al.,* 2022).

É inegável a valorização dos cuidados paliativos direcionados ao paciente terminal, uma vez que são considerados como uma abordagem diferenciada do cuidar. Isto porque tal abordagem conduz seu foco para o alívio das necessidades físicas, psicológicas, sociais e espirituais da pessoa, além de integrar a esses cuidados, as crenças valores, práticas culturais e religiosas do paciente e de seus familiares, utilizando diversas estratégias, como a comunicação, musicoterapia, farmacologia, espiritualidade, dentre outras (ALVES *et al.*, 2019).

Diante do exposto, verifica-se a notoriedade da prática dos cuidados paliativos para assistir os pacientes sem possibilidades terapêuticas de cura e em fase terminal. Pacientes que apresentam uma doença sem possibilidades de cura devem receber cuidados que promovam o conforto, aliviem os sintomas e controlem a dor, reconstruindo e resgatando sua condição básica de ser humano de acordo com suas potencialidades. Assim, os cuidados paliativos, na prática assistencial, são essenciais para se constituir um cuidado em que são adotadas medidas humanizadas, direcionadas a pacientes terminais e sem possibilidades terapêuticas de cura, tanto no início da doença quanto em sua fase final. Entende-se que tais cuidados baseiam-se na concepção de que o paciente, mesmo que esteja em estado terminal, pode fazer da vida uma experiência de crescimento e realização, porque, na vida, ele não se resume a um corpo físico, em que, na condição de terminalidade, nada pode ser feito, mas tem o direito de receber o melhor cuidado, mediante uma assistência que lhe proporcione conforto, bem-estar e auxilie as funções fisiológicas, respeitando-se as suas necessidades individuais (CAMPOS, 2019).

2.4 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA DURANTE OS CUIDADOS A PACIENTES COM CÂNCER ESTAGIO IV

Durante o processo final de vida do paciente com câncer é preciso que a família presencie e participe de todo o processo de cuidado da vida do paciente, visto que o

mesmo encontra-se fragilizado diante da situação em que se encontra, pois, o abandono é o pior inimigo neste momento (QUEIROZ, *et al.,* 2018).

No âmbito dos cuidados paliativos, a família é muito valorizada, visto que, além de se configurar como fonte de apoio e estímulo para o paciente no enfrentamento do processo de adoecimento e morte, revela-se como uma continuidade do próprio paciente, representando seus valores e demandas em situações que ele não pode resolver por si próprio. Ressalta-se que a rede familiar que apoia o paciente compreende não apenas os seus consanguíneos, mas também as pessoas próximas com quem ele tem um relacionamento mais estreito (ANDRADE *et al.,* 2019).

É importante mencionar que, quando um indivíduo recebe um diagnóstico de que a doença está fora de possibilidades de cura, sua família sofre com ele, e o impacto é sempre muito doloroso. Observa-se, assim, que a família é aspecto fundamental para o paciente que vivencia o processo de morrer e fonte de apoio e de estímulo para o enfrentamento de diversos problemas que permeiam essa situação (ALVES *et al.,* 2019).

É recomendado que, a prática dos cuidados paliativos, a família deve ser incluída, e esse processo deve se estender ao período de luto, que deve ser iniciado o mais precocemente possível, de forma abrangente e eficaz. Portanto, é inegável a importância dos cuidados paliativos, para proporcionar a valorização do ser humano no processo saúde-doença, com a finalidade de melhorar a sua qualidade de vida, quando não existir mais possibilidade terapêutica, bem como promover suporte aos seus familiares durante o estágio da doença e no processo da morte e do morrer (CARVALHO, PÃES, 2019).

3 MÉTODOS

O estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura, a qual é um método de pesquisa que permite a incorporação de evidências sobre a percepção da família sobre os cuidados paliativos de pacientes com câncer. Esse método tem por finalidade reunir e sintetizar resultados de pesquisa sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado. A revisão integrativa é composta por cinco etapas: formular a questão norteadora; coleta de dados, escolha

bases, períodos, critério inclusão exclusão; avaliação; análise e interpretação dos dados; apresentação dos resultados.

A questão norteadora da pesquisa foi identificar qual é a percepção da família/cuidador do paciente em tratamento paliativo de pacientes com câncer. A coleta de dados foi realizada entre maio e junho de 2022. Foram utilizadas as seguintes bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde - BVS : Scientific Electronic Library Online - SCIELO, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - LILACS e Literatura Internacional em Ciências da Saúde - MEDLINE. Utilizou-se como descritores “cuidados paliativos”, cuidado paliativo” e “enfermagem oncológica”. Foram selecionados apenas artigos disponíveis na íntegra.

Optou-se pela inclusão de artigos dos últimos cinco anos e de autores nacionais devido ao objetivo de aproximar essa discussão do contexto nacional atual. A análise dos estudos deu-se a partir da leitura dos textos completos e da identificação das seguintes categorias temáticas: as questões éticas nos cuidados paliativos, o impacto da terminalidade na vida do indivíduo, a qualidade de vida nos cuidados paliativos e cuidado paliativo domiciliar. Os resultados serão apresentados em quadro sinóptico, sendo uma ferramenta para sintetizar de maneira esquemática as principais características dos artigos selecionados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para dar início aos resultados na pesquisa foram selecionados 13 artigos conforme a análise proposta pela metodologia, respondendo a pergunta norteadora, bem como o objetivo do estudo.

Quadro 1- Artigos analisados

ARTIGO	AUTORES	MÉTODOS	OBJETIVO	RESULTADOS
Covid-19 e suas influências psíquicas na percepção da equipe de Enfermagem da atenção paliativa oncológica	KIRBY *et al.,* 2021	Estudo Interpretativo de abordagem qualitativa com referencial teórico na psicodinâmica do trabalho de christophe dejours.	Identificar as principais influências psíquicas na percepção da equipe de enfermagem a atenção paliativa oncológica	Influências psíquicas negativas da assistência paliativa oncológica durante a pandemia pela covid na percepção da equipe de enfermagem

Diagnóstico de enfermagem síndrome de terminalidade em idosos com demência avançada: mapeamento cruzado	PASSARELLES *et al.,* 2020	Estudo observacional, retrospectivo, da ferramenta metodológica mapeamento cruzado	Identificar elementos da *Síndrome de terminalidade* a partir do cruzamento de termos registrados pelos enfermeiros	Foram identificados 97 termos de respostas humanas, e através do mapeamento cruzado, foram elencados 22 diagnósticos de enfermagem
Caracterização de pacientes sob cuidados paliativos submetidos à punção venosa periférica e à hipodermoclise	MOREIRA *et al.,2020*	Estudo observacional, descritivo	Caracterizar os pacientes oncológicos internados sob cuidados paliativos submetidos à punção venosa periférica e a hipodermóclise	Participaram do estudo 45 pacientes de ambos os sexos e com idade superior a 18 anos. A avaliação funcional dos pacientes, no momento da internação
A relação entre o enfermeiro e o paciente nos cuidados paliativos oncológicos	ALMEIDA *et al*., 2020	Método qualitativo, transversal e descritivo	Identificar as dificuldades diárias e as conquistas desses profissionais frente a esses pacientes	Após a análise dos dados, constatou-se que há uma grande necessidade de aprofundamento melhoria da educação voltada para os cuidados paliativos, além da falta de insumos
Diagnósticos de enfermagem em cuidados paliativos oncológicos segundo o diagrama de abordagem multidimensional	XAVIER *et al.,*2019	Estudo descritivo quantitativo	Analisar o perfil de diagnósticos de enfermagem em pacientes em cuidados paliativos	Majoritariamente os diagnósticos foram físicos suscita-se a mudança de postura no intuito de intervir nas demais necessidades dos pacientes.
Profissionais de enfermagem compreensão sobre os cuidados pediátricos	VERRI *et al*., 2019	Qualitativo exploratório descritivo	Investigar a compreensão e a prática dos profissionais de enfermagem sobre os cuidados paliativos pediátricos	Apresentaram-se, pelos profissionais, dificuldades relacionadas à compreensão da filosofia e aos objetivos dos cuidados paliativos e dificuldade em atuar com pacientes p

Diagnósticos e intervenção de enfermagem para pacientes cardiológicos em paliativos	PEDRÃO *et al.,* 2018	Quantitativo, transversal, retrospectivo e descritivo	Caracterizar o perfil clínico e sociodemográfico e identificar os principais diagnósticos e intervenções de Enfermagem	Detalha-se que suas intervenções foram o controle da nutrição, do ambiente, os cuidados com alimentação enteral, o posicionamento no leito, a massagem de conforto.
Construindo a linha de cuidado do paciente oncológico paliativo em um município do sul do brasil: relato de experiência	SILVA *et al.*, 2018	Relato de experiência	O objetivo deste trabalho é relatar a experiência vivenciada por residentes multiprofissionais acerca da intervenção realizada junto à rede de atenção básica de um município do sul do Brasil	Foi realizado pré-diagnóstico empírico e diagnóstico com questões semiestruturadas, fundamentando o encontro de aprimoramento entre atenção básica e hospital, sendo realizada avaliação das ações para reorientar nova
Cuidados paliativos ao idoso na terapia intensiva: olhar da equipe de enfermagem	QUEIROZ *et al., 2018*	Pesquisa descritiva	Conhecer o significado de cuidados paliativos ao idoso para a equipe de enfermagem e identificar como ocorrem as interações da família com o idoso na unidade de terapia intensiva	Os resultados apontaram três categorias temáticas: cuidados paliativos, com destaque para alívio da dor e do sofrimento; interação familiar e pessoa idosa

Fonte: autores (2022).

4.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O enfermeiro, ao iniciar a assistência ao paciente em fase terminal, deve se preparar para todos os ambientes de cuidado paliativo, esses locais possuem uma alta carga emocional, por isso, ele deve utilizar a preparação psicológica prévia sobre o âmbito do cuidado como uma importante estratégia defensiva a ser desenvolvida pelo profissional que prestará assistência ao paciente paliativo e familiares para que os mesmos construam elos de confiança com o profissional (KIRBY *et al*., 2021).

O estudo complementa os autores acima com a retratação do sentimento de segurança dos familiares, um mecanismo de atuação efetiva do profissional de

enfermagem, pois quando o mesmo coloca esse sentimento em suas atribuições diárias, ele consegue atender todas as demandas locais e ainda consegue desenvolver um outro sentimento, o de deixar os familiares inclusos no processo, elevando a qualidade da assistência e do cuidado em ambiente paliativo. (PASSARELLES *et al.,* 2020).

Para um bom desempenho do enfermeiro na assistência ao paciente em cuidados paliativos o apoio entre as equipes durante a assistência ao paciente terminal. O apoio é um forte aliado que beneficia a assistência de todos os envolvidos no processo do trabalho, esse mecanismo auxilia a passar pelos momentos de estresse e pela sobrecarga por parte daqueles que cuidam (MOREIRA *et al.,* 2020*).*

É de extrema importância o emprego de uma comunicação efetiva no ambiente de cuidado, tanto para pacientes e familiares, quanto a equipe multiprofissional. A comunicação é condutora de reciprocidade, cooperação e empatia, favorece a exteriorização de sentimentos, medos, exaustão emocional, compartilhamento de estado depressivo, formação de elos de confiança e compartilhamento de aprendizado (ALMEIDA *et al*., 2020).

A comunicação é também retratada como um facilitador no reconhecimento da dor, sofrimento físico e psicológico, mas para isso faz-se necessário que o enfermeiro tenha domínio dos conceitos de terminalidade paliativista para prestar o suporte necessário e conduzir a comunicação a quem acompanha o sofrimento de seu ente querido, elevando os índices de tranquilidade no processo de cuidado (XAVIER *et al.* 2019).

Para Verri *et al., (*2019) os cuidados paliativos mexem com as estruturas físicas e emocionais dos familiares, principalmente quando não há o estreitamento de vínculos. Por isso, o enfermeiro deve saber lidar com a frustração e com a apresentação de sintomas depressivos de forma precoce, antes que maiores prejuízos se estabeleçam em todos os cuidadores, inclusive nos pacientes; todo esse cuidado por parte do profissional deve ser adquirido desde a graduação para que o mesmo se sinta preparado para lidar com todos os obstáculos no cenário do cuidado.

Já no estudo de Pedrão *et al.,* (2018) o enfermeiro é precursor de sistemas que viabilizam o cuidado em um momento tão delicado. É esse apoio que os familiares esperam de profissionais tão capacitados.

Silva *et al.,* (2018), complementa que, o enfermeiro tem o poder de romper o estigma que não há mais nada a ser feito pelos pacientes em cuidados paliativos; esse estigma só piora a aflição dos familiares em meio um cenário tão desolador. Mas

quando essas famílias são assistidas por profissionais que visam a qualidade do cuidado, elas se sentem mais encorajadas a passar por essa fase de grandes angustias.

Queiroz *et al., (*2018) é possível refletir sobre a interface entre os serviços e identificar o interesse dos profissionais em construir linhas de cuidado ao paciente oncológico paliativo, desencadeando canais de diálogo compartilhados para enquadrar esse objetivo. Uma vez melhor compreendida a situação desse paciente, sua única possibilidade é uma melhor qualidade de vida e um processo de morte indolor, representando um desafio para a rede de saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o enfermeiro se depara com um cenário de cuidados paliativos, o mesmo é inserido em um ambiente de grandes medos e incertezas, além de toda a necessidade de cuidados. Por isso, desde a graduação o mesmo deve ter contato com aspectos que elevem o seu conhecimento sobre humanização e a escuta ativa tanto do paciente, quanto de seus familiares.

Nesse contexto, o profissional deve ser precursor de um cuidado de qualidade, para que a percepção dos familiares e cuidadores sejam as melhores possíveis, mesmo diante de uma situação de morte iminente. Ao contrário do que pensam, há muito o que ser feito do âmbito dos cuidados paliativos, pois os cuidados devem ser integrais, sempre respeitando o ambiente onde paciente se encontra, bem como toda a rotina dos familiares.

O enfermeiro deve incluir todos os que estão envolvidos no cuidado para que os mesmos possam ter contato direto com os últimos momentos de seu ente querido, instaurando momentos de dignidade tanto para quem está em um momento de partida, quanto para aqueles que ficaram com esses momentos para sempre em suas memórias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P.F *et al.* A relação entre o enfermeiro e o paciente nos cuidados paliativos oncológicos. **Braz. J. Hea. Rev**., Curitiba, v. 3, n. 2, p.1465-1483 mar./apr. 2020.

ALVES, R.B.S *et al.* Cuidados paliativos: alternativa para o cuidado essencial no fim da vida. **Psicologia: Ciência e Profissão** 39, 2019.

ARAÚJO, L.H *et al.* Câncer de pulmão no Brasil. **Jornal Brasileiro de Pneumologia** 44, 55-64, 2018.

ANDRADE, G.B *et al.* Cuidados paliativos e a importância da comunicação entre o enfermeiro e paciente, familiar e cuidador. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, 713-717, 2019.

ARRIEIRA, I.C.O *et al.* Espiritualidade nos cuidados paliativos: experiência vivida de uma equipe interdisciplinar. **Revista da Escola de Enfermagem da** USP 52, 2018,

CARVALHO, J.B; PAES, N.A. Taxas de mortalidade por câncer corrigidas para os idosos dos estados do Nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva** 24, 3857-3866, 2019.

CAMPOS,V.F.MATOS,J.S, J.M. SILVA,J .**Comunicação em cuidados paliativos**: equipe, paciente e família.Revista Bioét. vol.27 no.4 Brasília Out./Dez. 2019.

CARVALHO; K.F; OTTONI, L.M.C; FRANÇA, R.F. A relação entre HPV e Câncer de Colo de Útero: um panorama a partir da produção bibliográfica da área. **Revista Saúde em Foco** 11 (5), 1-15, 2019.

DESANTIS, C.E *et al.* Cancer statistics for african americans, 2019. **CA: a cancer journal for clinicians** 69 (3), 211-233, 2019.

FREIRE, M.E.M *et al*. Qualidade de vida relacionada a saúde de pacientes com câncer em cuidados paliativos.**Texto Contexto Enferm**, 2018; 27(2):e5420016.

FLORÊNCIO, R.S *et al.* Cuidados paliativos no contexto da pandemia de COVID-19: desafios e contribuições. **Acta Paulista de Enfermagem** 33, 2020.

GOMES,M.I.Cuidados Paliativos: relação eficaz entre equipe de Enfermagem, pacientes oncologicos e seus familiares.**Rev. Rede cuid. Saúde**.v. 13, n. 2 . p60-66.2019.

JÚNIOR, L.N.R; SILVA, G.A. Tendências temporais e fatores associados ao diagnóstico em estágio avançado de câncer do colo uterino: análise dos dados dos registros hospitalares de câncer no Brasil, 2000-2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde** 27, 2018.

KIRBY, E.E.F *et al*. COVID-19 e suas influências psíquicas na percepção da equipe de enfermagem da atenção paliativa oncológica. • **Rev Min Enferm.** 2021.

MOREIRA, R.A *et al*. Caracterização de pacientes sob cuidados paliativos submetidos à punção venosa periférica e à hipodermóclise. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro** 2020;

OLIVEIRA, M.B.P *et al*. Atendimento domiciliar nos cuidados paliativos. **Escola Anna Nery**; vol21. n2. 2017.

PASARELLES, M.A *et al.* Diagnóstico de enfermagem síndrome de terminalidade em idosos com demência avançada: mapeamento cruzado. **Rev enferm** UERJ, Rio de Janeiro, 2020.

PEDRÃO, G.T *et al.* Diagnósticos e intervenções de enfermagem para pacientes cardiológicos em cuidados paliativos. Rev enferm UFPE on line., Recife, 12(11):3038-45, nov., 2018.

QUEIROGA, V.M *et al*. Cuidados Paliativos de Idosos no Contexto da Atenção Primária à Saúde: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Development** 6 (6), 38821-38832, 2020.

QUEIROZ, T.A *et al.* Cuidados paliativos ao idoso na terapia intensiva: olhar da equipe de enfermagem. **Texto & Contexto-Enfermagem** 27, 2018.

PRIMO; W.Q.S.P; SPECK, M.N.G; MARTINS, C.M.R. Chamada para eliminar o câncer de colo de útero na próxima década com foco no Brasil. **Revista Femina** 49 (1), 12-3, 2020.

RIBEIRO, J.R; POLES, K. Cuidados paliativos: prática dos médicos da estratégia saúde da família. **Revista Brasileira de Educação Médica** 43, 62-72, 2019.

SANTOS, R.B *et al.* Estudo Observacional Retrospectivo sobre o Perfil de pacientes que Receberam Terapia de Sedação Paliativa em Unidade de Cuidados Paliativos de Hospital de Câncer no Brasil. **Revista Brasileira de Cancerologia** 65 (1), 2019.

SANTOS, A.F.J; FERREIRA, E. A. L; GUIRRO, U.B.P. Atlas dos cuidados paliativos no Brasil 2019. **Academia Nacional de Cuidados Paliativos**, 2020.

SILVA, K.F *et al.* Consteuindo uma linha de cuidado do paciente oncológico paliativo em município do Sul do Brasil. **Rev APS.** V12, n1, jan. 2018

SPINELLI, V.M.C.D *et al.* Necessidades educacionais em cuidados paliativos de enfermeiros da atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem** 75, 2022.

VERRI, E.R *et al.* Profissionais de enfermagem: compreensão sobre cuidados paliativos pediátricos. **Rev. enferm. UFPE on line**, 126-136, 2019.

XAVIER, E.C.L *et al.* Diagnósticos de enfermagem em cuidados paliativos oncológicos segundo diagrama de abordagem multidimensional. **Enferm. Foco** 2019.